ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Dossiê III.18

“Emancipação Das Mulheres – Questão Estratégica”

Curadora: Ana Rocha
Psicóloga. Membro do Comitê Central do PCdoB

Maio/2012

ESTUDOS ESTRATÉGICOS DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

DEPARTAMENTO NACIONAL DE QUADROS DA SECRETARIA NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO

Editores

Editor responsável: Walter Sorrentino

Editores: Bernardo Joffily, Fabiana Costa, José Carlos Ruy e Nereide Saviani.

Corpo editorial

Augusto Buonicore

Dilermando Toni

Elias Jabbour

Fabio Palacio

Felipe Maia

Olival Freire

Quartim de Moraes

Renildo Souza

Ronaldo Carmona

Sergio Barroso

Secretaria

Eliana Ada Gasparini

Serviços Editoriais

Fausto Gasparini

Apoio

Fundação Mauricio Grabois

Fundação Maurício Grabois

PCdoB
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Estudos Estratégicos do PCdoB

APRESENTAÇÃO

É instrumento do Departamento Nacional de Quadros João Amazonas, da Secretaria Nacional de Organização, um produto com formato eletrônico e regularidade em fluxo, com o objetivo maior de organizar e compartilhar conteúdos relevantes que subsidiam o estudo, reflexão e elaboração dos quadros de atuação nacional, em primeiro lugar os integrantes do atual Comitê Central.

Lidará com temas políticos, econômicos, sociais, diplomáticos, militares, científicos, tecnológicos, teóricos, filosóficos, culturais, éticos, etc. ademais dos temas teóricos socialistas. Fá-lo-á mediante indicação e disponibilização de textos, ensaios, livros e outros documentos destacados para a formulação e elaboração teórica, política e ideológica do PCdoB, socializando-os.

Sua necessidade está ligada às formulações da política de quadros contemporânea, particularmente quanto ao foco de formar conscientemente nova geração dirigente nacional para as próximas décadas. Fazem-se grandes as exigências de renovação da teoria avançada, em ligação com o quadro estratégico de forças em confronto no Brasil e no mundo na perspectiva de luta pelo Programa Socialista do PCdoB e, ainda, de fortalecimento de convicções e compromissos partidistas programáticos, elevando a confiança ideológica na luta transformadora. Como concluímos enfaticamente no 12º Congresso, isso deve ser enfrentado, sobretudo com os quadros partidários.

Deverá propiciar a todos, formação marxista e leninista viva e científica, comprometida ideologicamente, sem dogmatismo, em ligação profunda com os problemas da época e os desafios programáticos brasileiros, é certamente a maior das responsabilidades dos integrantes do Comitê Central no sentido de autoformação e o maior desafio para o futuro do PCdoB. É a condição para cumprir de fato o alvo da política de quadros, a de forjar nova geração dirigente do partido, com ampla bagagem marxista, para os próximos 10-15 anos.

Por outro lado, visa-se a permitir superar a grande dispersão e cacofonia do regime de (in) formação de hoje, que combina às vezes supersaturação com falta de atenção qualificada ao que realmente é importante; ou seja, a falta de foco, que torna o esforço abstrato e disperso, ou o excesso de foco, que o torna imediatista. O partido político se estrutura para a política, a ação política, e não propriamente para a elaboração de conhecimento. Mas a teoria, o conhecimento, a consciência política avançada, é basilar à luta dos comunistas e é cada vez mais fundamento indispensável para uma política programática. Donde o esforço pessoal em alcançar e produzir conhecimento, que não advém diretamente da informação, mas de elaboração individual, a partir da informação qualificada. A iniciativa proposta serve a esses propósitos.

Walter Sorrentino
Pelo Conselho Editorial

PLANO EDITORIAL

Estudos Estratégicos

O Plano editorial é composto de 3 séries:

1. O novo projeto nacional de desenvolvimento – temas programáticos
2. Formação histórica do Brasil
3. Temas teóricos

Os dossiês propostos em cada série serão publicados entre 2011 e 2013

I. O novo projeto nacional de desenvolvimento – temas programáticos

I.1. Política externa na perspectiva do desenvolvimento soberano
I.2. O comércio internacional e uma abordagem da questão nacional e da transição
I.3. A questão ambiental e a biodiversidade
I.4. Mídia, democratização, conteúdo nacional
I.5. A questão energética
I.6. A Cultura, identidade e projeto nacional
I.7. A questão agrária e agrícola
I.8. A Questão urbana
I.9. A Amazônia
I.10. Questão indígena no Brasil
I.11. A defesa nacional
I.12. Política nacional de Ciência & Tecnologia & Inovação
I.13. A questão tributária e fiscal
I.14. Estado indutor do desenvolvimento
I.15. Política macroeconômica – juros e câmbio
I.16. Política macroeconômica – inflação e vulnerabilidade externa
I.17. Defesa da economia nacional
I.18. Política industrial, Industrialização/desindustrialização

II. A Formação histórica do Brasil

II.1. Povo uno – a formação do povo brasileiro
II.2. Formação histórica da nação e suas contradições
II.3. Formação e situação atual das classes sociais no Brasil
II.4. Formação do Estado brasileiro

III. Temas teóricos

<u>Sub Série A questão nacional</u>

III.1. A Questão nacional
III.2. A questão democrática
III.3. A questão social
III.4. O Papel do Estado
III.5. Desenvolvimento, globalização neoliberal e dependência imperialista

Sub Série Capitalismo contemporâneo

III.6. Características e tendências do capitalismo contemporâneo
III.7. As tendências geopolíticas e econômicas do mundo
III.8. A crise capitalista e perspectivas do "pós-crise"
III.9. Imperialismo contemporâneo, neoliberalismo, globalização

Sub Série Ciências

III.10. Fronteiras da ciência, implicações produtivas e filosóficas

Sub Série Socialismo e Marxismo

III.11. O conceito de transição capitalismo-socialismo
III.12. O papel do mercado no socialismo
III.13. A transição na experiência socialista na China
III.14. A transição na experiência socialista no Vietnã
III.15. A transição na experiência socialista em Cuba
III.16. O conceito do trabalho, o proletariado moderno
III.17. O Partido enquanto agente transformador
III.18. A questão de gênero: uma perspectiva atualizadora
III.19. O pensamento de Lênin
III.20. A obra de Gramsci
III.21. Marxismo Latino-americano
III.22. Marxismo e PCdoB

NOTA:

- A relação acima refere-se a "temas" a serem abordados pelos curadores, que poderão designar um outro título ao dossiê.

ÍNDICE

Biografia .....Pág 8

Introdução .....Pág 9

Apresentação dos Textos .....Pág 13

1 - Fourier e a emancipação das mulheres:
Marx, Karl e Engels, Friedrich, Manifesto do Partido Comunista,
Obras, t. VI, p. 541-543 – Edição Alemã.....Pág 18

2 - Engels, Friedrich:
Origem da família, da propriedade privada e do Estado,
p. 56-58. Ring Verlag, Zurich (ed. alemã).....Pág 19

3 - Por ocasião do dia internacional da operária:
Lênin, V. I - publicado no dia 8 de março de 1920 no Pravda (número extraordinário)
T. 40. p. 192-193.....Pág 21

4 - Bebel, August, La Mujer y El Socialismo – Akal Editor, 1977, Madrid, Espanha.
Introdução (pág. 39 a 46) .....Pág 22

5 - Mitchell, Juliet. Mulheres: a Revolução Mais Longa, Revista Civilização Brasileira,
ano III, nº4, julho de 1967, Rio de Janeiro. .....Pág 26

6 - Beauvoir, Simone de. Balanço Final, Ed. Nova Fronteira,
4ª Edição, Rio de Janeiro, a partir do original publicado em 1972. .....Pág 47

7 - Moraes, Maria Lygia Quartim de Moraes.
Marxismo e Feminismo : afinidades e diferenças, revista Crítica Marxista, nº 11,
Editorial Boitempo, 2000, SP. .....Pág 54

8 - Sorrentino, Sara. A Classe Operária e a questão de gênero,
Revista Princípios Edição 26 – 1992. P. 42. .....Pág 60

9 - Valadares, Loreta. "A Controvérsia" feminismo x marxismo.
Revista Princípios, nº 18, 1990, p. 44, Editora Anita Garibaldi, SP .....Pág 68

10 - Moraes, Jô, Pósfácio do livro As Faces do Feminismo, de Loreta Valadares,
Editora Anita Garibaldi, 2007. p. 119-128. .....Pág 76

11 - Araújo, Clara – Marxismo e Feminismo – tensões e encontro de utopias atuais
Revista Presença da Mulher – encarte teórico. p. 1 a 15. 2000. .....Pág 83

12 - Castro, Mary Garcia, Marxismo, feminismos e feminismo marxista –
mais que um gênero em tempos neoliberais,
Revista Crítica Marxista, nº11, Editorial Boitempo, 2000, SP. .....Pág 102

13 - Rocha, Ana, Impacto da Ideologia Neoliberal na Subjetividade Feminina,
Revista Presença da Mulher. .....Pág 109

14 - Rocha, Ana, Trabalhadoras da FAET,
condições de trabalho e sobrecarga doméstica,
Editora Anita, Fundação Maurício Grabois, 1ª edição, 2012, SP .....Pág 114

15 - Hirata, Helena, Nova Divisão Sexual do Trabalho?,
Um olhar voltado para a empresa e a sociedade, - São Paulo, Boitempo, 2002. .....Pág 132

16 - Soares, Vera, Mulher, Autonomia e Trabalho. .....Pág 140

17 - Fraser, Nancy, O Feminismo, o Capitalismo e a Astúcia da História, Dossiê:
Contribuições do Pensamento Feminista para as Ciências Sociais. p. 22 a 33. .....Pág 153

18 - Saffioti, Heleieth I. B., Gênero, Patriarcado, violência,
Editora Fundação Perseu Abramo, Brasil Urgente, 1ª edição 2004, SP .....Pág 162

19 - Secretaria de Políticas para as Mulheres, Presidência da República,2010,
Mais Mulheres no Poder, Contribuição à formação política das mulheres .....Pág 175

20 - Therbon, Goran, Sexo e Poder, A família no mundo:1900-2000.
Editora Contexto, 2006, SP. .....Pág 188

21 - Documento da 2ª Conferência do PCdoB sobre a Emancipação das Mulheres .....Pág 207

22 - Secretaria de Políticas para as Mulheres, Presidência da República, 2010,
Mais Mulheres no Poder, Contribuição à formação política das mulheres .....Pág 224

23 - Moraes, Jô, O Feminismo Brasileiro e suas formas. Brasília, Maio de 2012. .....Pág 241

24 - Paiva, Marcos Caramuru de; e Medeiros, Fabiane,
Políticas de promoção da igualdade de gênero na China: desafios para o futuro;
Revista Mundo Afora, Políticas de promoção da igualdade de gênero, nº7,
Brasília, junho de 2011, Publicação do Ministério das Relações Exteriores. .....Pág 244

BIOGRAFIA DA CURADORA

Ana Rocha nasceu em Picos, Piauí. Formou-se em Psicologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Aí iniciou sua militância em defesa da regulamentação do curso de Psicólogo. Foi eleita Secretária de Cultura do Diretório Acadêmico de Psicologia em 1970. Foi escolhida como representante dos alunos no departamento de Psicologia da UFBA.

Ingressa no PCdoB em 1973, após ter liderado a luta vitoriosa pela regulamentação do curso de Psicólogo. Em 12 de junho de 1974 é eleita em assembleia geral da categoria Primeira Secretária da Associação Bahiana de Psicólogos (ABAP).

Foi professora de Psicologia da Personalidade na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Salvador e psicóloga do IAPSEB.

Integra o Movimento Conjunto na Bahia em defesa da democracia contra as prisões políticas. O clima de perseguição aumentou e em 1975, cumprindo tarefa política do PCdoB, foi trabalhar na Rádio Tirana, na Albânia, no programa de língua portuguesa para o Brasil, de 1975 a 1980. Integrou a direção do PCdoB no Rio Grande do Sul, de 1980 a 1985, atuando no movimento de mulheres e no movimento contra a carestia.

Foi professora de Psicologia da Personalidade nas Faculdades Canoenses RS. Passou a integrar a Direção Nacional do PCdoB no seu 7º Congresso, ficou como responsável nacional pelo trabalho do PCdoB na questão da mulher. Editou durante seis anos a revista Presença da Mulher, da qual é fundadora. Coordenou o 1º Encontro Nacional de Entidades Emancipacionistas promovido pela Revista Presença da Mulher em 1987, no Rio de Janeiro.

No Congresso de fundação da UBM em Salvador, em 1988, foi eleita vice-presidente. Foi editora do Jornal A Classe Operária, órgão central do PCdoB, de 1992 a 1994, quando integrou o Secretariado Nacional do PCdoB.

É presidente do Comitê Estadual do PCdoB no Rio de Janeiro, desde 1995. Integra a Comissão Política Nacional do PCdoB. Fez o curso de pós –graduação em Políticas Públicas na UFRJ, em 1997. Coordenou juntamente com as professoras Malvina Tuttman e Heloisa Toledo o curso de Extensão em Política na UNIRIO em 2000 no Rio de Janeiro.

É professora de Filosofia na Escola Nacional do PCdoB. Integra a Coordenação Nacional do Fórum do PCdoB sobre a Emancipação da Mulher, eleita na 1ª Conferência Nacional do PCdoB sobre a questão da mulher. Em 2009 concluiu o Mestrado em Serviço Social na UERJ, defendendo dissertação na área de Mulher e Trabalho.

Eleita para o Fórum Nacional do PCdoB sobre a Emancipação da Mulher na 2ª Conferência Nacional do PCdoB sobre a Emancipação da Mulher.

INTRODUÇÃO
"EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES – QUESTÃO ESTRATÉGICA"

Ana Rocha

Os marxistas sempre se preocuparam com a opressão da mulher na sociedade. O mais importante a destacar é que a visão marxista estudou a opressão da mulher num contexto histórico, social e materialmente situado, contribuindo para superar uma abordagem "essencialista" que via na natureza humana a base da dominação e da subordinação.

A 2ª Conferência sobre a Emancipação da Mulher realizada pelo PCdoB mobilizou em dois meses, 15 mil militantes homens e mulheres. Sua plenária final ocorrida em Brasília, nos dias 18, 19 e 20 de maio de 2012, aprovou importantes resoluções. É um marco na história do PCdoB que reforça a importância desse debate para os marxistas.

Marx destacou as idéias de Fourier, que considerou o grau de emancipação das mulheres como índice do avanço social geral. O casamento, a propriedade e a família foram estudados por Marx, contextualizado-os numa determinada época e lugar. E a situação de subordinação da mulher aí submergia, no contexto de uma análise econômica e de evolução da propriedade.

Foi Engels, após a morte de Marx, que sistematizou essas teses no livro A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Engels afirmava que a desigualdade dos sexos era um dos primeiros antagonismos dentro da espécie humana: "O primeiro antagonismo de classes coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher no casamento monogâmico, e a primeira opressão de classe, com a do sexo feminino pelo masculino" (1884)

Aí Engels situa a gênese da opressão da mulher afirmando que a herança, que era inicialmente de linha materna, mas com o aumento da riqueza e da propriedade, tornou-se de linha paterna, com o estabelecimento da monogamia e o confinamento da mulher ao domínio privado. A partir dessa premissa é que Engels afirma: "a emancipação das mulheres e sua igualdade com os homens são impossíveis e assim devem permanecer, enquanto as mulheres forem excluídas do trabalho social produtivo e restringidas ao trabalho doméstico, que é privado. A emancipação das mulheres só se torna possível quando elas são capacitadas a tomar parte na produção em uma escala ampla, social, ou quando os serviços domésticos pedem sua atenção apenas numa pequena medida."

Por sua vez, August Bebel, tentou propor uma visão programática para a superação da opressão da mulher em seu livro A Mulher e o Socialismo (1889) onde ele afirma: "Todas as opressões sociais encontram sua raiz na dependência econômica do oprimido em sua relação com o opressor. Desde os tempos mais remotos, a mulher se encontra nessa situação".

Clara Zetkin foi adiante ao defender a luta pelo direito ao voto das mulheres, apesar da posição contrária da II Internacional. Defendia uma legislação mais humana para as condições de trabalho da mulher na fábrica e uma organização para a operária. Defendia uma visão de classe na luta da mulher, e seu protagonismo no combate às desigualdades.

Como líder da revolução proletária e da construção do socialismo na União Soviética, Lênin viu a luta pela emancipação da mulher como componente da revolução proletária. Após a instauração do poder soviético, ele elaborou pessoalmente leis que favoreceram as mulheres. Tinha o seguinte entendimento: "A tarefa principal do movimento operário feminino consiste na luta pela igualdade econômica e social da mulher e não somente pela igualdade formal. A tarefa principal é incorporar a mulher ao trabalho social produtivo, arrancá-la da escravidão do lar, libertá-la da subordinação – embrutecedora e humilhante – ao eterno ambiente da cozinha e do quarto das crianças. É uma luta prolongada que requer uma radical transformação da técnica social e dos costumes. Porém, esta luta terminará com a plena vitória do comunismo".

Já Alexandra Kollontai se destacou na crítica ao problema do amor e da mulher na sociedade burguesa. Kollontai enriqueceu a compreensão teórica sobre a situação da mulher. Perseguiu o objetivo político da completa independência legal, no casamento, direito ao aborto, do salário igual para trabalho igual, o apoio do Estado à maternidade e às crianças. Reforçou a dimensão ideológica da opressão da mulher.

Muitas foram as críticas à abordagem marxista sobre a opressão da mulher, sob o argumento de que ela é vinculada apenas a uma abordagem econômica, um apêndice das relações produtivas. Mas Marx e Engels demonstraram entender essa questão como parte de um único processo que envolve a reprodução, a manutenção da vida dos indivíduos, as relações sociais que os mesmos estabelecem e as relações de produção.

Os marxistas,na atualidade, continuam afirmando a contextualização histórica, social e econômica da condição das mulheres na sociedade. E a contribuição de vários autores (as) mostra uma evolução para o melhor entendimento do entrelace da opressão de gênero, classe, raça/cor, entre divisão social e sexual do trabalho, entre cultura e estrutura. De um melhor entendimento dos entraves ideológicos e subjetivos para a emancipação da mulher. Da necessidade de enfrentá-los transversalmente em todos os segmentos da sociedade atual, sem perder de vista a radicalidade da luta pela transformação rumo a outro sistema social, o socialismo.

No seu livro Balanço Final, Simone de Beauvoir, faz a seguinte reflexão: "O sistema esmaga os homens e as mulheres, e incita aqueles a oprimirem estas: mas cada homem adota e interioriza isso a seu modo; manterá seus preconceitos, suas pretensões, mesmo que o sistema mude. No passado, achava que a luta de classes devia ter prioridade sobre a luta dos sexos. Hoje considero que as duas devem ser travadas ao mesmo tempo."

Como afirma o documento da 2ª Conferência do PCdoB sobre a emancipação das mulheres, o poder de mudar passa por saber origens, raízes de opressões e explorações, por construir saberes/poderes por mudanças. Passa por debates ampliados entre homens e mulheres comprometidos com o projeto socialista, rompendo as amarras do imediato. Significa enfrentar a dialética entre tempos, o aqui e o futuro. . . Partimos de uma totalidade como norte, a emancipação humana. Mas visamos ampliar a emancipação política das mulheres aqui e agora, levando em conta os processos micro e macro referenciados como: a condição desigual da vida das mulheres; discriminações e violências e as diferenças de todos os tipos.

Do tempo de Marx aos dias atuais, a sociedade evoluiu, as primeiras experiências socialistas foram derrotadas, outras, estão em curso, o sistema capitalista enfrenta uma de suas maiores crises, com desemprego crescente, aprofundamento das desigualdades sociais por classe, gênero e raça/cor. A inserção da mulher no mundo do trabalho e na vida pública em geral se deu mantendo condições de desigualdade, relacionada com a divisão social e sexual do trabalho e com a manutenção das responsabilidades

domésticas para as mulheres. A mulher avançou, mas manteve-se a distância entre mulheres e homens. A mulher atual é provedora e cuidadora. O cuidado e as responsabilidades domésticas ainda são prioritariamente atribuídas às mulheres, prejudicando o desenvolvimento de suas potencialidades em todos os terrenos de sua participação pública, fomentando as desigualdades no mundo do trabalho e na representação política. Enquanto a divisão do trabalho doméstico for assimétrica, a igualdade será uma utopia, como afirma Helena Hirata.

O capitalismo separou a produção da reprodução, com o objetivo de reduzir o valor da força de trabalho e auferir maiores lucros. E os marxistas sempre entenderam que não se podia separar esses dois vetores da sociedade. O desafio atual é justamente uma nova articulação entre a vida privada e o mundo do trabalho, no sentido de preservar o direito de ambos os sexos de usufruir ambos os mundos sem sacrifícios individuais.

O receituário neoliberal de estado mínimo, de desregulamentação no mundo do trabalho, da mercantilização de políticas universais como de saúde e de educação, para tentar recuperar a taxa de lucro do capitalismo em crise, reforçou ainda mais a sobrecarga do cuidar para as mulheres. A flexibilização e a precarização do trabalho e o desemprego afetaram mais as mulheres. Estas têm menor índice de registro em carteira, o menor índice de contribuição para a previdência e o menor índice de sindicalização. . A precarização das condições de vida, por sua vez, favoreceu a desagregação do núcleo familiar, sobrecarregando ainda mais as mulheres. Segundo o último censo do IBGE, as famílias brasileiras são quase 40% chefiadas por mulheres, enquanto no anterior era de 29%.

A crise que abala sobretudo os países centrais capitalistas como os EUA e a Europa, vem levando os governos conservadores desses países a colocarem em xeque conquistas dos trabalhadores quanto a emprego, salários, aposentadoria e políticas públicas de saúde e educação. Tentam impor o receituário neoliberal para preservar seus lucros. Já o cenário da América Latina, onde governos populares resistiram a esse receituário, fortaleceram o papel do estado e tentam reverter a mercantilização dos serviços públicos. Abre-se um cenário de possíveis avanços para as mulheres.

Como afirma a carta “O Brasil para as brasileiras” aprovada na 2ª Conferência do PCdoB sobre a emancipação da mulher, “o país vive um momento histórico com perspectiva de acelerar o caminho para o novo projeto de desenvolvimento que contemple as mulheres e promova políticas de Estado visando a superação das desigualdades sociais e de gênero; avance na superação da sub-representação feminina promovendo a participação das mulheres nos espaços públicos de poder; estenda a política de creche para todo o país, a exemplo do Programa Brasil Carinhoso, contribuindo decisivamente para a autonomia e para que as mulheres possam se liberar para a luta pela superação dos padrões atuais de atribuições de gênero na sociedade; consolide a política de combate à violência sobre as mulheres, expressa na atualidade na conquista da Lei Maria da Penha; implemente o fortalecimento do SUS, em especial da política de atenção integral à saúde da mulher e da garantia dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos; promova uma educação de qualidade, inclusiva e não discriminatória; conquiste a equidade de gênero no trabalho, implemente a Política de Trabalho Decente e a jornada de trabalho de 6 horas de trabalho para que mulheres e homens possam desfrutar do ambiente domestico, do tempo da vida social, familiar e pessoal.” E conclama as brasileiras e os brasileiros a lutarem pelo desenvolvimento e avanço democrático do país, a trilharem o caminho de luta pelo socialismo com equidade de gênero, rumo a uma sociedade justa, livre e igualitária.

Esta a plataforma atual de luta das mulheres. Ela fortalece a nova luta pelo socialismo, onde o caminho é o Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, que tem como centro o investimento no setor produtivo da economia, a soberania nacional e o aprofundamento democrático, e o rumo é a transição

ao socialismo, a partir da ruptura com o sistema capitalista e a instauração de um novo poder dos trabalhadores.

É nesse sentido que os marxistas vão aprofundando sua compreensão da importância de lutar desde já pelos direitos das mulheres, nos limites do capitalismo. Mas constatam que a situação atual de crise e de persistência das desigualdades sociais, por classe, gênero e raça/cor (termo aqui usado para se referir a uma construção política relacionada ao racismo na sociedade brasileira e não como classificação biológica) evidenciam a incapacidade do sistema capitalista de enfrentar estruturalmente essas desigualdades. Por isso mesmo a plataforma de luta de hoje se articula com um programa de construção do socialismo, sensível a gênero, raça/cor, geração e outras demarcações que produzem discriminações e desigualdades sociais várias.

O amadurecimento também se dá quanto à visão de que a transformação social almejada, se referencia na importância do investimento para que as mulheres sejam sujeitos do processo de transformação, conjugando emancipação política, políticas de ação afirmativa e mudanças pontuais nas relações de gênero, com auto-identificação com o projeto de emancipação das mulheres, que envolve a emancipação humana, numa sociedade sem classes, nem exploração.

Em contraposição a um feminismo de corte liberal que se referencia numa mulher genérica, os pressupostos marxistas apontam a necessária referência a uma mulher identificada com a classe e raça/cor. Apontam para o entendimento de que o conceito de gênero que surgiu com um enfoque culturalista, reduzido a expressar posição, apenas à performática e ao discurso, aos condicionantes culturais que codificam o que seria masculinidade e feminilidade, é insuficiente por abstrair a estrutura econômica e social. Embora tenha trazido o importante aspecto relacional do gênero, é insuficiente ao entendimento do significado histórico-social da opressão de gênero e portando desprovido de uma perspectiva estruturante de enfrentamento das desigualdades.

Os desafios da conquista dos direitos políticos nos marcos do capitalismo; da superação da sub-representação feminina na sociedade, que se relaciona ao aprofundamento da democracia, à acumulação de forças para a transição ao socialismo, exigem o impulsionamento da equidade de gênero em consonância com o caminho para o fim da opressão de classe.

Se em algum momento o movimento progressista deu acento ao objetivo de trazer as mulheres para a luta, subestimando as questões privadas e os bloqueios e aspirações individuais, não se pode cair hoje na armadilha da ideologia neoliberal do indivíduo acima de tudo, desconsiderando o projeto coletivo de transformação. Evoluímos. Como imprimir um novo dinamismo a essa evolução, eis a questão.

Evoluir ainda mais passa por uma melhor clareza dos interesses do capitalismo em crise quanto às mulheres, pelo combate à ideologia neoliberal que pretende reforçar um papel conservador para as mulheres, sobrecarregando-as com as responsabilidades do cuidar. Por acompanhar a evolução das mudanças no mundo do trabalho e da família., das relações sociais, afetivas e sexuais. De melhor vincular a atual luta por direitos a um programa de transformação social. De dar passos mais efetivos para uma análise crítica das experiência socialistas derrotadas e das que estão em curso quanto às conquistas emancipadoras das mulheres.

APRESENTAÇÃO DOS TEXTOS

1 – Fourier e a emancipação das mulheres: Marx, Karl e Engels, Friedrich, Manifesto do Partido Comunista, Obras, t. VI, p. 541-543 – Edição Alemã

Nos primórdios do capitalismo, os ideólogos burgueses procuraram justificar "cientificamente" a inferioridade da mulher com base em suas particularidades biológicas, em suas funções reprodutoras da espécie humana e por sua "inclinação natural" em se ocupar da casa e da educação dos filhos. Em contrapartida, muitos pensadores progressistas pré-marxistas assumiram o combate a essas idéias reacionárias e defenderam a valorização social da mulher. Dentre eles os enciclopedistas franceses, na luta contra o feudalismo, e, mais tarde, os socialistas utópicos. Dentre eles, Charles Fourier. Este texto dá a dimensão da contribuição desse filósofo francês.

2 – Engels, Friedrich: Origem da família, da propriedade privada e do Estado, p. 56-58. Ring Verlag, Zurich (ed. alemã)

Neste livro é onde Engels situa a gênese da opressão da mulher a seu confinamento ao espaço privado, que coincide com a acumulação da propriedade e a necessidade de garantir a herança. Neste texto do livro ele explica como o casamento monogâmico foi uma derrota para as mulheres. A situação jurídica da mulher e as condições da sua libertação (ver texto da apostila, item 9, pág. 53,54,55

3 – Por ocasião do dia internacional da operária: Lênin, V. I - publicado no dia 8 de março de 1920 no Pravda (número extraordinário) T. 40. p. 192-193

Neste texto, Lênin tenta demonstrar que a sociedade capitalista é incapaz de garantir até mesmo os direitos formais às mulheres, em contrapartida o poder soviético deu passos fundamentais para abolir a desigualdade jurídica, assegurando sua plena igualdade perante a lei.

4 – Bebel, August, La Mujer y El Socialismo – Akal Editor, 1977, Madrid, Espanha. Introdução (pág. 39 a 46)

Neste livro, Bebel analisa a evolução da situação da mulher na sociedade e apresenta um verdadeiro programa para a mulher no socialismo. Nesta introdução ele expõe a visão marxista sobre a opressão da mulher, situando-a como uma questão social, ao mesmo tempo em que a conquista de direitos nos marcos capitalistas não é suficiente para a garantia do fim das desigualdades entre homens e mulheres.

5 – Mitchell, Juliet. Mulheres: a Revolução Mais Longa, Revista Civilização Brasileira, ano III, nº4, julho de 1967, Rio de Janeiro.

A autora faz uma análise critica ao marxismo quanto à prevalência da questão econômica. Dá contribuições ao repassar as diversas contribuições ao feminismo. Tem uma posição progressista ao apontar a necessidade de transformações estruturais para a emancipação da mulher. Por estruturas a ser consideradas ela aponta 1- a produção; 2- a reprodução (o papel do surgimento dos anticoncepcionais) ; 3 – socialização (composição da força de trabalho, o tamanho da família, a estrutura da educação) 4 – A sexualidade. Juliet Mitchel foi leitura obrigatória no feminismo dos anos 70.

6 – Beauvoir, Simone de. Balanço Final, Ed. Nova Fronteira, 4ª Edição, Rio de Janeiro, a partir do original publicado em 1972.

Pode surpreender que em vez do Segundo Sexo, uma verdadeira bíblia dos anos 60, esteja apontando este texto. Não há dúvida que o Segundo Sexo é uma leitura obrigatória pelo aporte que deu ao apontar a importância da carga cultural e ideológica para o entendimento da opressão da mulher. Não é à toa que este livro tornou-se referência do movimento feminista contemporâneo. Mas a opção por este texto do Balanço Final, é porque ele condensa em primeiro lugar a afirmação de que o movimento de mulheres sozinho, guetizado, não vai transformar a realidade; segundo, porque chama à indignação com a realidade da mulher; terceiro, porque afirma a importância da ruptura das estruturas capitalistas de exploração, mas destaca a necessidade da luta desde já contra as brutais discriminações às mulheres, e quarto, porque se afirma feminista sem abandonar sua militância por um mundo melhor. É um texto curto de um volumoso livro, mas cheio de conteúdos.

7 – Moraes, Maria Lygia Quartim de Moraes. Marxismo e Feminismo : afinidades e diferenças, revista Crítica Marxista, nº 11, Editorial Boitempo, 2000, SP.

A importância deste texto se situa na resenha que faz das polêmicas do feminismo com uma reafirmação dos pressupostos marxistas para o entendimento da questão da mulher. Faz um apanhado do feminismo brasileiro e aponta os limites da categoria analítica dos estudos de gênero.

8 – Sorrentino, Sara. A Classe Operária e a questão de gênero, Revista Princípios Edição 26 – 1992. P. 42.

Este artigo reafirma como o marxismo colocou por terra a tese da base natural, fatalista, da opressão da mulher, e aponta as pistas para se entender a relação entre classe e gênero. Discorre sobre o embricamento entre a produção, a reprodução e a família. E mostra como o capitalismo separou a produção da reprodução visando seus interesses ao afirmar: “Assim como a humanidade chegou a uma situação de contradição antagônica entre a produção social e a apropriação privada dos meios de produção, também a reprodução – que deixou de ser coletiva, como nas sociedades primitivas, para se tornar um assunto gerido segundo os interesses da classe dominante e da manutenção da vida – deixa de ser problema coletivo, passando a ser uma questão privada. Ao assumirem o controle econômico, político e ideológico da sociedade, as classes impõem também o seu modelo de produção e reprodução da vida, segundo seus interesses e necessidades”.

9 – Valadares, Loreta. “A Controvérsia” feminismo x marxismo. Revista Princípios, nº 18, 1990, p. 44, Editora Anita Garibaldi, SP

Este artigo de Loreta virou uma referência até hoje pela sistematização que fez sobre o conteúdo da corrente emancipacionista. Isso depois de passar em revista diversas visões equivocadas sobre o marxismo, na época em destaque a de Shulamith Firestone, que com seu livro Dialética dos Sexos, se propõe a escrever uma teoria substituindo a luta de classes pela luta de sexos, numa total negação do marxismo enquanto ciência. Responde à crítica, sobretudo de Simone de Beauvoir e de Juliet Mitchell de que o marxismo reduz tudo ao econômico . E apresenta como principal resposta a essa crítica o texto de Engels de 1890, em sua carta a Bloch. Como apêndice a esse texto faz uma síntese do significado da corrente emancipacionista.

10 – Moraes, Jô, Pósfácio do livro As Faces do Feminismo, de Loreta Valadares, Editora Anita Gari-

baldi, 2007. p. 119-128.

Neste pósfácio a autora reafirma pressupostos do marxismo, a partir de artigos escritos por Loreta Valarades. Com destaque para o conceito de emancipação.

11 – Araújo, Clara – Marxismo e Feminismo – tensões e encontro de utopias atuais- Revista Presença da Mulher – encarte teórico. p. 1 a 15. 2000.

Em longo e extenso artigo, publicado depois de forma reduzida no encarte da revista Crítica Marxista nº11, Clara procura debater em que medida a teoria marxista, assim como as experiências práticas levadas a cabo neste século, contribuíram para a compreensão da natureza das relações sociais de gênero e do lugar das mulheres na sociedade e quais foram os seus limites. Aí ela afirma que coube ao marxismo o mérito de desenvolver a primeira análise mais sistemática sobre a opressão de gênero, desnaturalizando a condição de subordinação das mulheres e situando sua gênese num processo histórico e social. Fala também das alternativas do feminismo contemporâneo. Faz uma análise crítica da visão liberal cuja pauta continua sendo apenas a igualdade de oportunidades e direitos, da teoria do patriarcado que pretende considerar o problema da relação entre o homem e a mulher, em si, e não apenas em relação ao capital ou outras forças econômicas. Aponta que do ponto de vista de teorias gerais, o marxismo pode ser considerado como a perspectiva, que considerou de forma mais ampla a dimensão política da subordinação da mulher.

12 – Castro, Mary Garcia, Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais, Revista Crítica Marxista, nº11, Editorial Boitempo, 2000, SP.

Neste Texto a autora faz a crítica ao feminismo liberal que leva em conta uma mulher genérica desterrada da classe e da raça. Chama atenção para que um feminismo marxista se volte para a análise de setores populares em movimento e organizações de base. Destaca a necessária visão crítica do marxismo não só pelas feministas de esquerda, mas por todos os socialistas e comunistas, afirmando que na atualidade, um feminismo marxista é mais que um gênero de feminismo.

13 – Rocha, Ana, Impacto da Ideologia Neoliberal na Subjetividade Feminina, Revista Presença da Mulher.

O artigo chama atenção para o impacto do ajuste neoliberal sobre as mulheres. Destaca que a redução do papel do estado nas políticas públicas, a desregulamentação do mundo do trabalho trouxeram mais sobrecarga para as mulheres, acarretando novos dilemas, e consequências na sua saúde física e mental.

14 – Rocha, Ana, Trabalhadoras da FAET, condições de trabalho e sobrecarga doméstica, Editora Anita, Fundação Maurício Grabois, 1ª edição, 2012, SP

Este livro é a publicação da dissertação de mestrado da autora sobre pesquisa entre as trabalhadoras da fábrica metalúrgica de eletrodomésticos FAET. Analisa o sentido do trabalho, afirma a centralidade do trabalho no sistema atual, as consequência do ajuste neoliberal no mundo do trabalho e suas consequências sobre as mulheres. Problematiza a difícil vida das trabalhadoras que acumularam o papel de provedora e cuidadora. O papel do trabalho para a conquista da autonomia das mulheres, uma passo importante na sua caminhada emancipadora. Aqui destacamos a introdução e o 1º capítulo.

15 – Hirata, Helena, Nova Divisão Sexual do Trabalho?, Um olhar voltado para a empresa e a sociedade, - São Paulo, Boitempo, 2002.

A autora é uma das estudiosas da questão da mulher e trabalho. Seu texto é fundamental à compreensão da entrada da mulher no mercado de trabalho em tempos de crise. O significado da divisão social e sexual do trabalho e a relação entre produção e as responsabilidades domésticas. No capítulo em questão Hirata analisa, a partir de um estudo de caso na indústria brasileira, a complexidade das consequências das flutuações de emprego da mão-de-obra feminina.

16 – Soares, Vera, Mulher, Autonomia e Trabalho.

Em uma atualização da situação da mulher trabalhadora, a autora apresenta dados e problematiza os fatores que impulsionaram a presença da mulher no mercado de trabalho, as desigualdades e os caminhos para enfrentá-las.

17 – Fraser, Nancy, O Feminismo, o Capitalismo e a Astúcia da História, Dossiê: Contribuições do Pensamento Feminista para as Ciências Sociais. p. 22 a 33.

Uma nova abordagem é apresentada ao discorrer sobre a cooptação das políticas de gênero pelo "novo espírito" do capitalismo pós-fordista. Analisa a subordinação da sua crítica radical a uma agenda neoliberal, que instrumentalizou muitas bandeiras do feminismo. Problematiza que perspectivas de mudança se apresentariam para a renovação do feminismo socialista. O destaque é o capítulo O Feminismo e o "Novo Espírito do Capitalismo". Acrescento uma entrevista com a autora, para um melhor entendimento do espírito do texto.

18 – Saffioti, Heleieth I. B., Gênero, Patriarcado, violência, Editora Fundação Perseu Abramo, Brasil Urgente, 1ª edição 2004, SP

Este livro atualiza o debate de várias questões como a da violência, a importância da teoria, afirmação dos pressupostos marxistas e a problematização da questão de gênero. Saffioti demarcou no Brasil os estudos sobre a luta de classes e a questão da mulher e mais recentemente se aprofundou na questão da violência sobre a mulher, aportando novos elementos para o estudo da questão. Aqui destaco para leitura o capítulo 1 – Realidade nua e crua, aonde vai à fundo na denúncia da violência contra a mulher.

19 – Secretaria de Políticas para as Mulheres, Presidência da República,2010,Mais Mulheres no Poder, Contribuição à formação política das mulheres

Destaco deste documento, a Unidade I: A Importância da Participação Política das Mulheres, que analisa a difícil participação política das mulheres, analisando os obstáculos a essa participação, como a maior facilidade com o social, na identificação com sua vivência de cuidado, às políticas locais, aos padrões diferenciados de socialização para homens e mulheres, dentre outros elementos. Este estudo ajuda a desvendar as dificuldades da participação e a resultante sub-representação das mulheres.

20 – Therborn, Goran, Sexo e Poder, A família no mundo:1900-2000. Editora Contexto, 2006, SP.

A importância desse livro é seu estudo aprofundado sobre a evolução da família no mundo, suas novas conformações. Aqui apresentamos as Conclusões: Século vai, Século Vem que dá uma idéia geral da pesquisa, abordando as principais mudanças relacionadas a Sexo, e famílias no mundo.

21 – Documento da 2ª Conferência do PCdoB sobre a Emancipação das Mulheres

Esse texto foi debatido e aprovado na plenária final da 2ª Conferência, e contém o debate teórico sobre por qual emancipação lutamos, a atualidade da mulher brasileira e suas lutas no contexto favorável de avanço do governo Dilma., bem como um balanço atual do PCdoB quanto ao tratamento da questão como uma questão de todo o partido.

22 – Secretaria de Políticas para as Mulheres, Presidência da República, 2010, Mais Mulheres no Poder, Contribuição à formação política das mulheres

Um estudo cuidadoso e bastante abrangente é feito sobre a trajetória da luta das mulheres no Brasil, com destaque para a mobilização das brasileiras na Constituinte de 1988. Uma resenha bem feita que faz uma linha de tempo dos marcos de conquistas e campanhas das brasileiras. Tudo isso nas Unidades III e IV desse importante documento.

23 – Moraes, Jô, O Feminismo Brasileiro e suas formas. Brasília, Maio de 2012

O artigo atualiza o quadro de feminismo no Brasil hoje, suas diversas vertentes de atuação.

24 – Paiva, Marcos Caramuru de; e Medeiros, Fabiane, Políticas de promoção da igualdade de gênero na China: desafios para o futuro; Revista Mundo Afora, Políticas de promoção da igualdade de gênero, nº7, Brasília, junho de 2011, Publicação do Ministério das Relações Exteriores.

Aqui é feita uma análise evolutiva das conquistas das mulheres chinesas desde 1949, a partir da fundação da República Popular da China. Os autores dão informações precisas de situações de discriminações das mulheres chinesas que foram enfrentadas pelo poder socialista com leis e planos de enfrentamento no terreno da economia, política, educação, saúde, direito e meio ambiente. Admitem que ainda convivem na China de hoje valores tradicionais com práticas sociais novas, numa realidade em constantes mudanças.

Ana Rocha

FOURIER E A EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES

Karl Marx e Friedrich Engels,
Manifesto do Partido Comunista,
Obras, Edição Alemã

6. Fourier e a emancipação das mulheres (Engels),

Fourier toma a palavra contra a burguesia, seus profetas entusiastas de antes da Revolução e seus panegiristas Interessados do pós-Revolução. Verbera sem dó a misérla material e moral do mundo burgués, confrontando-a com as promessas cativantes dos filósofos das luzes sobre a sociedade em que devia reinar só a razão, sobre a civilização que traria o bem-estar universal, sobre a perfeição ilimitada do homem; também as expressões cor-de-rosa de seus contemporáneos; ele demonstra como à realidade mais lamentável corresponde a fraseologia mais grandiloquente e refere-se com ironia mordaz ao Irremediável fiasco da frase. Fourier não era apenas um crítico, sua natureza eternamente jovem fez dele um satírico, um dos maiores satíricos de todos os tempos. Ele pinta com mestria e humor a loucura especulação que floriu no declínio da Revolução, bem como o espírito lojista universalmente difundido no comércio do tempo. Mais magistral ainda é a crítica que ele faz do conceito da burguesia quanto as relações sexuais e da posição da mulher sociedade burguesa. Foi o primeiro a anunciar que, determinada sociedade, o grau de emancipação da mulher corresponde à medida natural do grau de emancipação geral.

ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO

Friedrich Engels
Ring Verlag, Zurich
(ed. alemã)

9. A situação jurídica da mulher e as condições da sua libertação (Engels).

Os nossos juristas entendem que, verdadeiramente, o progresso da legislação eleva as mulheres, em medida crescente, animadora. Os sistemas legislativos da civilização moderna reconhecem cada vez mais que o casamento, para ser válido, deve ser um contrato livremente consentido pelas duas partes, e também reconhecem que, dentro do casamento, as duas partes devem ter os mesmos direitos e os mesmos deveres. Mas se estas condições fossem aplicadas literalmente, as mulheres teriam tudo o que pudessem desejar.

Este argumento é exatamente o que a burguesia republicana radical utiliza para fechar a boca ao proletariado. O contrato de trabalho é um contrato livremente consentido pelas duas partes. Mas para ser livremente consentido a lei estabelece no ¡papel a igualdade das duas partes. Entretanto a potência de uma classe dá a uma das partes o poder de pressionar a outra — a condição econômica entre as duas — e isto não é previsto pela lei. E enquanto durar o contrato de trabalho, vigora a legalidade de exercerem as duas partes direitos iguais, enquanto uma ou outra não renunciarem ao que elas próprias estabeleceram. Ainda que o estado econômico obrigue o operário a renunciar à última aparência de legalidade, a lei nada pode fazer.

Quanto ao casamento, a lei mesmo a mais aperfeiçoada, estará plenamente «cabível desde que os dois interessados hajam dado formalmente o seu livre consentimento no processo-verbal. O que se passar antes, juridicamente ou na vida real, como se obtém esta liberdade de consentimento, nem a lei nem o jurista podem ocupar-se disso. E, contudo, o mais simples recurso ao direito comparado deveria ¡mostrar ao jurista o que é essa liberdade de consentimento. Nos países em que a lei assegura aos filhos uma parte obrigatória da fortuna dos pais, não podendo assim ficar deserdados; — como na Alemanha, nos países sob influência do direito francês, etc., — os filhos estão ligados ao consentimento dos pais, para con- trairem matrimônio. Nos países de direito inglês, em que este consentimento não é uma condição legal do casamento, os pais desempenham em contrapartida uma liberdade absoluta para deserdarem os filhos. € torna-se claro que, apesar disso ou por causa disso, nas classes com possibilidades de herança, a liberdade do casamento não é maior na Inglaterra e na América do que em França e Alemanha.

Não há propriamente igualdade jurídica de direitos entre o homem e a mulher no casamento. A desigualdade de direitos entre eles, herdada de condições sociais anteriores, não é a causa, mas o efeito da opressão econômica da mulher. No primitivo regime comunista, que compreendia numerosos casais com seus filhos, a direção dos trabalhos domésticos, dada às mulheres, era também uma indústria pública, de fornecimento de víveres para os homens. As coisas mudaram com o advento da família patriarcal, e mais ainda com a família individual monogâmica. A direção dos afazeres caseiros perdeu o seu caráter público. A mulher deixa de ter função social e começa o serviço privado; ela transforma-se então na primeira serva, encarregada de participar assim da produção social. Só a grande indústria de nossos dias lhe abriu outra vez a carreira da produção social — e ainda unicamente a mulher operária. Porém as condições são tais, que ela não pode subtrair-se ao trabalho doméstico da família e não pode ganhar na produção social,

e a que consegue trabalhar na indústria pública, ganhando algo, não pode ser substituída nos serviços caseiros. E o mesmo se pode dizer da mulher de todos os ramos de trabalho, tanto na medicina como na fábrica. A família individual moderna tem por alicerce a escravatura doméstica, dissimulada, da mulher, e a sociedade moderna é uma massa exclusivamente composta de famílias individuais, como um corpo é composto de moléculas. O homem de nossos dias, na maioria dos casos, se ganha o suficiente para o sustento da família, e isto lhe dá um lugar preponderante que não precisa de ser privilegiado por lei, torna-se em relação à mulher um burguês, e a mulher, em relação a ele, a proletária. No mundo industrial, o caráter específico da opressão econômica que pesa sobre o proletariado, manifesta-se nos privilégios legais dos capitalistas, suprimidos, na plena igualdade estabelecida entre as duas classes juridicamente; a República democrática não elimina o antagonismo real entre as duas classes, pelo contrário, fornece-lhe o terreno seguro para ser delineada a luta. O caráter particular da predominância do homem sobre a mulher na família moderna, e a necessidade de se estabelecer entre eles uma igualdade social autêntica, não serão plenamente postos à luz enquanto os dois sexos não tiverem juridicamente direitos iguais em absoluto. Veremos então que a libertação da mulher tem por condição primordial a entrada de todo o sexo feminino na indústria pública, e que esta condição exige a supressão da família individual como unidade econômica da sociedade.

POR OCASIÃO DO DIA INTERNACIONAL DA OPERÁRIA

Lênin, V. I
Publicado no dia 8 de março de 1920 no Pravda (número extraordinário)

O capitalismo combina a igualdade formal com a desigualdade econômica e, portanto, social. Nisto consiste uma das particularidades fundamentais do capitalismo, particularidade que é velada pelos partidários da burguesia, pelos liberais, e incompreendida pelos democratas pequeno- burgueses. Desta particularidade do capitalismo se depreende que na luta resoluta pela igualdade econômica se reconheça abertamente a desigualdade capitalista e, inclusive, em determinadas condições, se coloque este reconhecimento aberto da desigualdade como base da organização estatal proletária (Constituição soviética).

O capitalismo não pode ser consequente nem mesmo no que se refere à igualdade formal (igualdade perante a lei, "igualdade" da fartura e da fome, do possuidor e do despossuído). Uma das manifestações mais flagrantes desta inconsequência é a desigualdade de direitos da mulher com relação ao homem. Nenhum Estado burguês, nem mesmo o Estado republicano mais progressista e democrático, reconhece a plena igualdade de direitos.

A República Soviética da Rússia, em compensação, acabou imediatamente com todos os restos, todos sem exceção, da desigualdade jurídica da mulher e assegurou a ela plena igualdade ante a lei.

Fala-se que a situação jurídica da mulher é o que melhor caracteriza o nível cultural. Esta afirmação contém uma dose de profunda verdade. E deste ponto de vista, somente a ditadura do proletariado, somente o Estado socialista pode lograr e tem logrado o mais alto nível cultural.

O novo e inusitado impulso ao movimento operário feminino está inevitavelmente vinculado à fundação (e consolidação) da primeira República Soviética e em última análise à Internacional Comunista.

Para aqueles que estavam oprimidos pelo capitalismo direta ou indiretamente, parcial ou totalmente, o regime soviético e somente ele é que garante a democracia. A situação da classe operária e dos camponeses pobres o comprovam claramente; e da mesma forma a situação da mulher.

O regime soviético é a luta final e decidida pela supressão das classes, pela igualdade econômica e social. Para nós não basta a democracia, nem mesmo a democracia para os oprimidos pelo capitalismo, inclusive para o sexo oprimido.

A tarefa principal do movimento operário feminino consiste na luta pela igualdade econômica e social da mulher e não somente pela igualdade formal. A tarefa principal é incorporar a mulher ao trabalho social produtivo, arrancá- la da "escravidão do lar", liberá-la da subordinação - embrutecedora e humilhante - ao eterno ambiente da cozinha e dos quartos das crianças.

É uma luta prolongada que requer uma radical transformação da técnica social e dos usos e costumes. Porém, esta luta terminará com a plena vitória do comunismo.

LA MUJER Y EL SOCIALISMO

August Bebel,
Akal Editor, 1977, Madrid, Espanha.

Introducción

Vivimos en tiempos de una gran revolución social que avanza más cada día. En todas las capas de la sociedad se nota un movimiento e inquietud cada vez más fuertes, exigiendo transformaciones profundas. Todos sienten que tiembla el suelo sobre el que se apoyan. Han surgido muchas cuestiones que se hacen círculos cada vez mayores, sobre cuyas soluciones habrá muchos pros y contras. Una de las más importantes, y que de día en día va ocupando el primer plano, es la cuestión de la mujer.

Se trata aquí de la posición que ha de ocupar la mujer en nuestro organismo social, cómo puede desplegar sus energías y capacidades en todas direcciones, a fin de que se convierta en un miembro pleno, con derechos iguales y activo del modo más útil posible, de la sociedad humana. Desde nuestro punto de vista esta cuestión está relacionada con la de qué forma y organización ha de darse la sociedad humana para que la opresión, explotación, necesidad y miseria sean sustituidas por la salud física y social de los individuos y de la sociedad. La cuestión de la mujer, por ló tanto, no es para nosotros más que un aspecto de la cuestión social general, que ocupa actualmente a todas las cabezas pensantes y pone fin movimiento a todos los espíritus; de ahí que sólo pueda hallarse su solución definitiva mediante la anulación de los conflictos sociales y la eliminación de los males producidos por ellos.

Sin embargo, es necesario tratar la cuestión femenina de una manera especial. La cuestión de cómo era antes, es ahora y será en el futuro la posición de la mujer, afecta, al menos en Europa, a la mitad mayor de la sociedad, puesto que el sexo femenino constituye la mitad mayor de la población. Las ideas acerca del desarrollo que ha experimentado la posición de la mujer en el curso de los milenios corresponden tan poco a la realidad que resulta necesario dar una explicación. Pues en la ignorancia y la incomprensión. de la situación de la mujer se basa buena parte de los prejuicios con que se contempla el movimiento cada vez más potente en los círculos más diversos, incluido el de las mismas mujeres. Muchos afirman incluso que no existe ninguna cuestión femenina, pues la posición que ha tomado la mujer hasta ahora, y tomará también en el futuro, le viene dada por su «profesión natural», que la destina a ser esposa y madre y la limita al hogar. Todo lo que trascienda sus cuatro paredes o no ocurra en íntima relación con sus deberes domésticos no la atañe.

Así, pues, se enfrentan diversos partidos en la cuestión de la mujer, lo mismo que en la cuestión social general, en donde la posición de la clase obrera en la sociedad desempeña el papel principal. Quienes quieren que las cosas continúen como en los viejos tiempos, se sacan rápidamente la respuesta de la manga y creen solucionarlo refiriendo a la mujer a su «profesión natural». No ven que millones de mujeres no están en condiciones de cumplir la «profesión natural» que ellos reivindican como administradoras domésticas paridoras y educadoras de ninõr, por razones que se expondrán con todo detalle, no ven que otros millones han fracasado bastante en esta profesión, porque el matrimonio se convirtió para ellas en yugo y en esclavitud y tienen que arras trar sus vidas en la miseria y en la pobreza. Claro que esto les preocupa a esos «sabios» tan poco como el hecho de que millones de mujeres tengan que matarse en los oficios más diversos, a menudo de manera antinatural y excediendo a sus fuerzas, para ganarse

la simple vida. Ante este hecho desagradable cierran ojos y oídos, lo mismo que hacen ante la miseria del proletario, al consolarse y consolar a otros diciendo que «siempre» ha sido y «siempre» será así. No quieren saber nada de que la mujer tiene derecho a participar completamente de los logros culturales de nuestra época, a utilizarlos para el alivio y mejora de su situación y a desarrollar todas sus capacidades físicas y espirituales y emplearlas todas ellas en interés suyo. Y si se les dice que la mujer también tiene que ser econômicamente independiente a fin de serlo física y espiritualmente, para no depender más de la benevolencia y compasión del otro sexo, entonces se acaba su paciencia, se desata su cólera y lanzan un torrente de violentas acusaciones contra la «locura de la época» y «sus descabelladas aspiraciones emancipadoras».

Se trata de los filisteos masculinos y femeninos, que son incapaces de salir del estrecho círculo de sus prejuicios. Se trata del género de bichos raros que aparece en dondequiera que impera el ocaso y grita despavorido en cuanto cae un rayo de luz en la oscuridad que le agrada.

Pero hay otra parte de los adversarios del movimiento que no puede cerrar sus ojos a los hechos evidentes; reconoce que en ninguna época anterior hubo una proporción mayor de mujeres que, en comparación con todo el desarrollo cultural, se hallase en una situación tan insatisfactoria como en la actu alidad y que, por eso, es necesario averiguar cómo, elevar su situación, en tanto dependan de sí mismas. A esta parte de los adversarios le parece, en cambio, que la cuestión social termina para las mujeres que han entrado en el puerto del matrimonio.

De ahí que esta parte pida que se le abran a la mujer soltera aquellos campos del trabajó más aptos para sus fuerzas y capacidades para que pueda competir con el hombre. Algunos van incluso más lejos y exigen que la competencia no debe limitarse a las ocupaciones y oficios inferiores, sino que también debe extenderse a las profesiones superiores, a los ámbitos del arte y de la ciencia. Exigen la admisión de las mujeres al estudio en todas las instituciones docentes superiores, particularmente en las Universidades. Se recomienda, además, la admisión a los puestos públicos del Estado (correos, telégrafos, ferrocarriles), señalando los resultados conseguidos por las mujeres especialmente en los Estados Unidos. Uno y otro plantean también la demanda de conceder derechos políticos a las mujeres. La mujer es tan buena persona y tan buen ciudadano como el hombre, y el manejo y legislación exclusivas que han efectuado los hombres hasta ahora demuestra que éstos no hacen sino explotar su privilegio en favor suyo y tener a la mujer bajo su tutela en todos los aspectos, cosa que hay que evitar.

Lo más notable de estas aspiraciones es que no trascienden el marco del orden social actual. No se plantea la cuestión de si se ha alcanzado en general algo esencial y radical para la situación de las mujeres. Apoyarse en el orden social burgués, es decir, capitalista, lo considera la igualdad de derechos burguesa entre el hombre y la mujer como solución definitiva de la cuestión. Uno no es consciente o se engaña en el sentido de que, por lo que se refiere a la libre admisión de la mujer a las profesiones industriales y comerciales, este objetivo se ha alcanzado realmente, y por parte de las clases dominantes recibe el más vigoroso impulso en su propio interés. Pero en las circunstancias dadas, la admisión de las mujeres a todas las actividades industriales ha de tener el efecto de que se acentúe cada vez más la lucha competitiva de las fuerzas del trabajo, y el resultado final es: disminución de los ingresos para la fuerza de trabajo femenina y masculina, ya sea en la forma de honorarios o sueldos.

Es evidente que esta no puede ser la solución correcta. La completa equiparación burguesa de la mujer no es sólo el objetivo final de los hombres que ven con buenos ojos estas aspiraciones femeninas en el terreno del orden social actual, sino que también la reconocen así las mujeres burguesas activas en el movimiento. Ellas y los hombres que piensan como ellas, se encuentran, pues, en contradicción con sus demandas a la parte de los hombres que se opone al movimiento por limitación filistea y por lo que

se refiere a la admisión de las mujeres a los estudios superiores y a los puestos públicos mejor pagados, por bajo egoísmo y miedo a la competencia, pero no existe un conflicto de clase como el que se da entre la clase obrera y la clase de los capitalistas.

Suponiendo que el movimiento femenino burgués impusiera todas sus demandas de igualdad de derechos con los hombres, no por eso se eliminarían la esclavitud que es hoy día el matrimonio para innumerables mujeres, ni la dependencia material de la gran mayoría de las mujeres casadas respecto de sus maridos. A la gran mayoría de las mujeres les es indiferente que unos cuantos miles de sus compañeras pertenecientes a las capas mejor situadas de la sociedad lleguen a la enseñanza superior, a la práctica de la medicina o a una carrera científica o administrativa cualquiera. Ello no altera en nada la situación general del sexo.

En conjunto, el sexo femenino sufre doblemente: do una parte sufre bajo la dependencia social de los hombres, la cual se suaviza, pero no se elimina con la igualdad formal de derechos ante la ley, y, de otra parte, mediante la dependencia econômica en que se hallan las mujeres en general y las mujeres proletarias en particular, lo mismo que los hombres proletarios.

De aquí resulta que todas las mujeres, sin distinción de su posición social, en cuanto sexo dominado y perjudicado por el mundo masculino en el curso de nuestro desarrollo cultural, están interesadas en eliminar en lo posible este estado de cosas cambiando las leyes e instituciones del orden social y político existente. Pero la enorme mayoría de las mujeres también está vivamente interesada en transformar de raíz el orden social y estatal existente a fin de eliminar tanto la esclavitud asalariada bajo la que languidece generalmente el proletariado femenino, como la esclavitud sexual vinculada estrechamente a nuestras condiciones de propiedad y lucro.

Las mujeres del movimiento femenino burgués no comprenden la necesidad de esta transformación radical. Influidas por su posición privilegiada ven en el movimiento femenino proletario, más avanzado, aspiraciones peligrosas e impermisibles que tienen que combatir. El conflicto de clase que se abre entre la clase de los capitalistas y la de los obreros, y que se acentúa de día en día con la agudización de nuestras relaciones, existe también dentro del movimiento femenino.

De todos modos las hermanas adversarias tienen, en mayor proporción que el mundo masculino dividido en la lucha de clases, una serie de puntos de .contacto en los que pueden dirigir la lucha, marchando por separado, pero golpeando a un tiempo. Así ocurre en todos los ámbitos de la igualdad de derechos de las mujeres con los hombres, dentro del orden social y político actual, esto es, la actuación de la mujer en todos los terrenos aptos para sus energías y capacidades y para la total igualdad de derechos civiles y políticos con el hombre. Son estos terrenos muy importantes y, como ya se verá, muy amplios. Además, el mundo femenino proletario está especialmente interesado en combatir hombro con hombro con el mundo masculino proletario por todas las normas e instituciones que protegen a la mujer trabajadora de la degeneración física y moral y le garantizan sus facultades de madre y educadora de los hijos. La proletaria tiene también en común con sus compañeros masculinos de clase y destino la lucha por la transformación radical de la sociedad, a fin de establecer una situación que facilite la completa independencia econômica y espiritual de los dos sexos mediante las correspondientes instituciones sociales.

Así que no sólo sé trata de realizar la igualdad de derechos de la mujer con el hombre en el terreno del orden social y político existente, lo cual constituye el objetivo del movimiento femenino burgués sino, más aún, de eliminar todas las barreras que hacen que el hombre dependa del hombre y, por tanto, también a un sexo del otro. Esta solución de la cuestión femenina va vinculada a la solución de la cuestión social. De ahí que quien persiga la solución total de la cuestión femenina debe unirse a quienes han

inscrito en su bandera la solución de la cuestión social como cuestión cultural para toda la humanidad, es decir, a los socialistas.

De todos los partidos, el socialdemocrático es el único que ha incluido en su programa la completa: igualdad de derechos de la mujer, su liberación de toda dependencia y opresión, y no por razones propagandísticas, sino por necesidad. No puede haber ninguna liberación de la humanidad sin la independencia social y equiparación de los sexos.

Todos los socialistas debieran estar de acuerdo! con la sideas fundamentales expuestas aquí. Pero no podemos decir lo mismo respecto a la manera en que pensamos realizar los objetivos finales, es decir, cómo deben ser las medidas e instituciones individuales que fundamentan la pretendida independencia e igualdad de derechos de todos.

Tan pronto como se abandona el suelo de la realidad y se entra en la descripción de las formas futuras se le concede un vasto campo a la especulación. Las diferencias de opinión empiezan sobre aquello que es probable o no probable. De ahí que lo que se ofrece en este libro dentro de ese contexto sólo puede considerarse como opinión personal del autor, y los ataques que se le hagan sólo irán dirigidos, por eso, contra su persona; él es el único responsable de lo dicho.

Saludaremos los ataques objetivos y sinceros; en cambio, dejaré pasar en silencio los ataques que falseen el contenido del libro o se apoyen en imputaciones falsas. Además, en los argumentos siguientes deben sacarse todas las consecuencias que requiere el resultado del examen de los hechos. La mejor demanda para el conocimiento de la verdad es la falta de prejuicios y lo único que lleva a la meta es la expresión desconsiderada de lo que es y tiene que ser.

MULHERES: A REVOLUÇÃO MAIS LONGA

Juliet Mitchell,
Revista Civilização Brasileira,
ano III, nº4, julho de 1967, Rio de Janeiro.

A situação das mulheres é diferente da de qualquer outro grupo social. Isto porque não se constituem em uma unidade de um número de unidades que podem ser isoladas, mas são metade de uma totalidade: a espécie humana. As mulheres são essenciais e insubstituíveis; não podem, por esta razão, ser exploradas da mesma maneira que outros grupos sociais. São fundamentais para a condição humana, sendo, contudo, marginais em seus papéis econômico, social e político. É precisamente esta Combinação — fundamental e marginal a um só tempo que lhes tem sido fatal. Dentro do mundo dos homens, sua posição é comparável à de uma minoria oprimida: mas elas também existem fora do mundo dos homens. Um estado justifica o outro e exclui o protesto. Na sociedade industrial avançada, o trabalho das mulheres é marginal apenas com relação à economia total. Contudo, é através do trabalho que o homem transforma as condições naturais e, por este meio, produz a sociedade. Até que haja uma revolução na produção, a situação do trabalho prescreverá a situação das mulheres dentro dó mundo dos homens. Mas as mulheres recebem a oferta de um universo próprio: a família. Como a mulher mesma, a família aparece como um objeto natural, mas é na verdade uma criação cultural. Nada há de inevitável quanto à forma ou papel da família, a mais do que quanto ao papel das mulheres. É função da ideologia apresentar estes tipos sociais dados como aspectos da própria natureza. Ambas podem ser exaltadas, paradoxalmente, como ideais. A "verdadeira" mulher e a "verdadeira" família são imagens de paz e plenitude: atualmente, podem ambas ser centros de violência e desespero. A condição aparentemente natural pode ser tornada mais atraente, na aparência, do que o avanço árduo dos seres humanos no sentido da cultura. Mas o que Marx , escreveu sobre os mitos burgueses da Antiga Idade do Ouro descreve precisamente o reino das mulheres:

"... de certa maneira, o mundo simples dos antigos parece ser superior, e assim o é, na medida em que buscamos um modelo fechado, forma e limitação estabelecida. Os antigos fornecem uma satisfação precisa, considerando que o mundo moderno nos deixa insatisfeitos ou, quando parece estar satisfeito consigo mesmo, é vulgar e mesquinho."

As Mulheres na Teoria Socialista.

O problema da subordinação das mulheres e a necessidade de sua libertação foi reconhecido por todos os grandes pensadores socialistas do século dezenove. Faz parte da herança clássica do movimento revolucionário. Contudo, hoje, no Ocidente, o problema tornou-se elemento subsidiário, se não invisível, nas preocupações dos socialistas. Talvez nenhum outro grande tema tenha sido tão esquecido. Na Inglaterra, a herança cultural do puritanismo, sempre forte na esquerda, contribuiu para uma difusão ampla de crenças essencialmente conservadoras entre muitos que, de outra forma, incluir-se-iam entre os "progressistas". O pronunciamento marcante de Peter Townsend é um *locus classicus* destas atitudes:

" Os socialistas têm tradicionalmente ignorado a família, ou tentado abertamente enfraquecê-la — alegando nepotismo e as restrições colocadas diante da realização individual pelos vínculos familiares. Tentativas extremas de criar sociedades em outra base que não a família têm fracassado funestamente. É significativo que um socialista fale normalmente a um colega como 'irmão', e um comunista use o têrmo 'camarada'. Os principais meios de realizar-se na vida são pertencer a uma família, e reproduzi-la. Nada se

ganha escondendo esta verdade."[1]

Como se difundiu esta contra-revolução? Por que o problema da condição da mulher tomou-se uma área de silêncio dentro do socialismo contemporâneo? August Bebel, cujo livro "A Mulher no Passado, Presente e Futuro" foi um dos textos padrões do Partido Social-Democráta alemão nos primeiros anos deste século, escreveu:

"Todo socialista reconhece a dependência do Operário com relação ao capitalista, e não pode entender que outros, especialmente os próprios capitalistas, não a reconheçam igualmente; mas os mesmos socialistas frequentemente não reconhecem a dependência da mulher com relação ao homem, porque a questão toca o seu íntimo de modo mais ou menos direto."[2]

Mas este gênero de explicação — psicologística e moralista — é claramente inadequado. Causas bem mais profundas e estruturais têm atuado de maneira clara. Para examiná-las, seria necessário um estudo histórico maior, impossível de se fazer aqui. Mas pode-se dizer com alguma certeza que parte da explicação para o declínio no debate socialista sobre a questão repousa não somente nos processos históricos reais, mas na debilidade original existente na discussão tradicional da questão, nos clássicos. Pois embora os grandes estudos do século passado sublinhassem todos a importância do problema, não o "resolveram" teóricamente. As limitações de sua abordagem jamais foram transcendidas posteriormente.

Fourier foi o mais ardente e profuso advogado da libertação das mulheres e da liberdade sexual entre os primeiros socialistas. Em uma passagem bem conhecida, escreveu:

"A mudança em uma época histórica sempre pode ser determinada pelo progresso, das mulheres no sentido da liberdade, porque na relação da mulher para o homem, do fraco para o forte, é mais evidente a vitória da natureza humana sobre a brutalidade. O grau do emancipação das mulheres é a medida natural da emancipação geral. "[3]

Marx citou esta formulação de modo aprovador em A Sagrada Família. Mas, de maneira característica em seus primeiros escritos, deu a ela um significado mais universal e filosófico. A emancipação das mulheres não seria apenas como a via Fourier, com a sua grande preocupação com a libertação sexual, um índice de humanização no sentido cívico da vitória do humano sobre o brutal, mas, no sentido mais fundamental do progresso do humano sobre o animal, do cultural sobre o natural: "A relação do homem para a mulher é a relação "mais natural" de um ser humano com respeito a outro. Indica, por esta razão, até onde o comportamento "natural" do homem tornou-se humano, e até onde esta essência "humana" tornou-se "natural" para ele, até onde sua "natureza humana" tomou se a sua "natureza."[4] Este tema é típico do jovem Marx.

As idéias de Fourier permanecíeram no nível da injunção moral utópica. Marx usou-as e as transformou, integrando-as em uma crítica filosófica da história humana. Mas manteve a abstração da concepção de Fòurier da posição das mulheres como um índice do avanço social geral. Isto, na verdade, torna-a meramente um símbolo — concede ao problema uma importância universal, ao preço de privá-la de sua substância específica. Os símbolos aludem ou derivam de alguma coisa. Nos escritos do jovem Marx, a mulher se torna uma entidade antropológica, ou categoria ontológica, de tipo altamente abstrato. Contrariamente, em seu trabalho posterior, onde está preocupado em descrever a família, Marx a diferencia

1 Peter Towsend: "A Society for People", em Conviction, ed. Norman Mackenzie (1958) págs. 119-20.

2 August Bebel: Die Frau und der Sozialismus (1883).

3 Charles Fourier: Théorle des Quatre Mouvements, nas "Oeuvres Complêtes" (1841), 1, 195.

4 Karl Marx: Propriedade Privada e Comunismo (1844).

como um fenômeno segundo a época e o lugar: "...o casamento, a propriedade, a família permanecem inatacados, na teoria, porque se constituem na base prática sobre a qual a burguesia ergueu sua dominação, e porque, em sua forma burguesa, são as condições que fazem do burguês um burguês... Esta atitude do burguês com relação às condições de sua existência adquire uma das suas formas universais na moralidade burguesa. Não se pode, em geral, falar da família "como tal". Historicamente, o burguês dá à família o caráter da família burguesa, em que o tédio e o dinheiro são o elo de ligação, e que inclui também a dissolução burguesa da família, que não impede a própria família de continuar sempre existindo. Sua existência vil tem seu equivalente no conceito sagrado que se faz dela na fraseologia oficial e na hipocrisia universal... (entre o proletariado) o conceito da família simplesmente não existe... No século dezoito, o conceito da família foi abolido pelos filósofos, porque a família atual já se encontrava em processo de dissolução, nos maiores pináculos da civilização. O laço familiar interno foi dissolvido, os componentes isolados que constituíam o conceito da família foram dissolvidos, por exemplo, obediência, piedade, fidelidade matrimonial etc... mas o corpo real da família, a relação de propriedade, a atitude exclusiva em relação a outras famílias, a coabitação forçada relações produzidas pela existência de crianças, a estrutura das cidades modernas, formação de capital, etc. — tudo isso foi preservado, embora com numerosas violações, porque a existência da família foi tornada necessária por sua conexão com o modo de produção, que existe independentemente da vontade da sociedade burguesa."[5] Ou, ainda mais tarde, em O Capital: "Naturalmente, é tão absurdo sustentar que a forma teuto cristã da família seja absoluta e final quanto seria atribuir aquele caráter às formas existentes na Roma antiga, na velha Grécia, ou no Oriente, que, além disso, se tomadas juntas, formam uma série no desenvolvimento histórico. "[6] O que é Contundente é que aqui o problema das mulheres submergiu em uma análise dá família. As dificuldades desta abordagem podem ser vistas na nota algo apocalíptica dos comentários de Marx sobre o destino da família burguesa aqui e em outros pontos (por exemplo, no Manifesto Comunista). Havia pouca sustentação histórica para a idéia de que estava em efetiva dissolução e, sem dúvida, já não podia ser vista na classe trabalhadora. Marx, assim, deslocou-se de formulações filosóficas gerais sobre as mulheres, nos primeiros escritos, para comentários históricos específicos sobre a família, nos textos posteriores. Há uma séria separação entre os dois enfoques. O terreno comum a ambos, naturalmente, era sua análise da economia e da evolução da propriedade.

Engels

Coube a Engels sistematizar estas teses em *A Origem da Familia, da Propriedade Privada e do Estado*, após a morte de Marx. Engels, declarou que a desigualdade dos sexos era um dos primeiros antagonismos dentro da especie humana. O primeiro antagonismo de classes "Coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher no casamento monogamico, e a primeira opressao de classe, com a do sexo feminino pelo masculino."[7] Baseando muito em sua teoria nas imprecisas investigagoes antropologicas de Morgan, Engels, não obstante, realizou algumas análises valiosas. A herança, que é a chave para o seu exame econômico, foi primeiro de linha materna, mas, com o aumento da riqueza, tornou-se de linha paterna. Este foi o maior retrocesso da mulher, considerado isoladamente. A fidelidade da mulher se torna essencial e a monogamia é irrevogàvelmente estabelecida. A esposa na família comunística, patriarcal, é um servidor público, com a monogamia ela se torna um servidor particular. Engels efetivamente reduz o problema da mulher à sua capacidade de trabalho. Por esta razão, deu a fraqueza psicológica dela como uma causa primária de sua opressão. Situa o momento de sua exploração no momento de transição da proprie dade comunal para a propriedade privada. Se a inabilidade para o trabalho é a causa de seu status inferior, a habilidade para o trabalho trará sua libertação: "...a emancipação das mulheres e sua igualdade com os homens são impossíveis e assim devem permanecer, enquanto as mulheres forem excluídas do trabalho social produtivo, e restringidas ao trabalho doméstico, que é privado.

5 Karl Marx: A Ideologia Alemã (1845-46)

6 Karl Marx: O Capital (1967)

7 Friedrish Engels: A Origem da Familia, da Propriedade Privada e do Estado (1884) em Marx-Engels: ."Selected Works" (1962).

A emancipação das mulheres só se torna possível quando elas são capacitadas a tomai parte na produção em uma escala ampla, social, ou quando os serviços domésticos, pedem sua atenção apenas numa pequena medida."[8] Ou: "A primeira premissa para a emancipação das mulheres é a reintrodução de todo o sexo feminino na indústria pública... isto... pede que a qualidade possuída pela família individual de ser a unidade econômica da sociedade seja abolida."[9] Engels, assim, encontra uma solução esquemàticamente apropriada para sua análise da origem da opressão feminina. A posição das mulheres, então, no trabalho de Marx e Engels, permanece dissociada de, ou subsidiária a uma discussão da família, que está por sua vez subordinada como simplesmente uma pré-condição da propriedade privada. A solução deles mantém este tom excessivamente econômico, ou entra no domínio da especulação deslocada.

Bebel, discípulo de Engels, tentou fornecer uma visão programática da opressão da mulher como tal, não simplesmente como um subproduto da evolução da família e da propriedade privada: "Desde o início dos tempos, a opressão foi o destino comum da mulher e do operário. ...A mulher foi o primeiro ser humano que provou o gôsto da escravidão, tendo sido um escravo antes de existir a escravidão"[10] Ele reconheceu, com Marx e Engels, a importância da inferioridade física como responsável pela subordinação da mulher; mas, embora sublinhando a importância da herança, acrescentou que o elemento biológico — sua função maternal — era uma das condições fundamentais que a tomaram econômicamente dependente do homem. Mas Bebel, também, foi incapaz de fazer algo mais do que afirmar que a igualdade sexual era impossível sem o socialismo. Sua visão do futuro era um sonho vago, quase desligado de sua descrição do passado. A ausência de uma preocupação estratégica forçou-o a um otimismo voluntarista, divorciado da realidade. O próprio Lênin, embora tenha feito um número razoável de sugestões específicas, herdou uma tradição de pensamento que simplesmente indicava uma equação a priori do socialismo com a libertação feminina, sem mostrar concretamente como iria transformar a condição da mulher: "a menos que as mulheres sejam levadas a tomar uma parte independente não apenas na vida política em geral, mas também no serviço público diário e universal, não cabe falar sobre uma democracia plena e estável, muito menos de socialismo."[11]

A libertação das mulheres permanece como um ideal normativo, um acessório da teoria socialista, sem estar estruturalmente integrado nela.

O Segundo Sexo

O contrário é verdade quanto ao maciço trabalho de De Beauvoir *O Segundo Sexo* — até hoje a maior contribuição sobre a matéria, considerada isoladamente. Aqui, o foco é o status das mulheres através dos tempos. Mas o socialismo como tal surge como uma solução curiosamente contingente no final do trabalho, em um epílogo camuflado. A principal inovação teórica de De Beauvoir foi unir as explicações "econômica" e "reprodutiva" da subordinação das mulheres por meio de uma interpretação psicológica de ambas. O homem se afirma como sujeito e ser livre opondo-se a outras concepções. Distingue-se dos animais precisamente pelo fato de que cria e inventa (não pelo fato de que se reproduz), mas tenta escapar à carga de sua liberdade dando a si mesmo uma "imortalidade" espúria através de seus filhos. Domina a mulher tanto para aprisionar outra consciência que reflete a sua própria, como para lhe fornecer filhos que sejam seguramente seus (seu temor da ilegitimidade).

As noções têm obviamente força considerável. Mas, são atemporais: não é fácil ver porque o socialismo deveria modificar o desejo "ontológico" básico de uma liberdade do tipo objeto, que De Beauvoir vê

8 Ibid.

9 Ibid.

10 Augusto Bebel - Op, cit.

11 V..I. Lenin: As Tarefas do Proletariado em Nossa Revolução (1917) em "Coleted Works", XXIV, 70.

como o motor por trás da fixação da herança no sistema de propriedade, ou a escravização das mulheres que dele deriva. De fato, ela tem criticado este aspecto de seu livro como idealista: "Eu tomaria uma posição mais materialista hoje, no primeiro volume. Basearia a noção da mulher como "outro" e o argumento maniqueu que isto envolve não em uma luta idealística e apriorística de consciências, mas nos fatos da oferta e da procura. Esta modificação não exigiria quaisquer mudanças no desenvolvimento posterior de meu argumento ."[12] No entanto, junto com a explicação psicológica idealista, De Beauvoir usa uma abordagem econômica ortodoxa. Isto conduz a um evolucionismo definido em seu tratamento no volume um, e se torna uma narrativa retrospectiva das diferentes formas da condição feminina, em diferentes sociedades, através dos tempos — principalmente em têrmos do sistema de propriedade e seus efeito sobre as mulheres. A isto, ela acrescenta vários temas supra-históricos — mitos do eterno feminino, tipos de mulheres através dos tempos, tratamentos literários das mulheres — que não modificam a estrutura fundamental de seu argumento. A perspectiva para a libertação da mulher, no final, está bastante divorciada de qualquer desenvolvimento histórico.

Assim, a literatura clássica sobre o problema da condição da mulher tem uma ênfase predominantemente econômica, acentuando sua simples subordinação às instituições de propriedade privada. O status biológico da mulher sustenta tanto sua fraqueza como elemento de produção, nas relações de trabalho, quanto sua importância como possessão, nas relações reprodutivas. A interpretação mais completa e recente dá a ambos os fatores uma estrutura psicológica. O projeto de discussão é de caráter evolucionista e, não obstante, fracassa de modo notável em projetar uma imagem convincente do futuro, além de afirmar que o socialismo envolverá a libertação das mulheres como um de seus "momentos" constitutivos.

Qual é a situação para esse impasse? Ela deve repousar na diferenciação da condição da mulher, muito mais radicalmente do que no passado, em suas estruturas separadas, que juntas formam uma unidade complexa – não uma unidade simples. Isto significará a rejeição da idéia de que a condição da mulher pode ser reduzida derivativamente da economia ou equacionada simbolicamente à sociedade. Antes, deve ser vista como uma estrutura "específica", que é uma unidade de diferentes elementos. As variações da condição da mulher através da história serão o resultado de diferentes combinações destes elementos tal como a análise de Marx da economia em "Formações econômicas pré-capitalistas" é um conjunto de diferentes combinações dos fatores de produção, não uma narrativa linear do desenvolvimento econômico. Porque a unidade da condição da mulher, em qualquer tempo, é o produto de inúmeras estruturas, ela é sempre o "superdeterminado".[13] As estruturas-chaves podem ser dadas como as seguintes: Produção, Reprodução, Sexo e Socialização das Crianças. A combinação Concreta delas produz a "unidade complexa" da posição da mulher; mas cada estrutura separada pode ter atingido um "momento" diferente em qualquer instante histórico dado. Cada uma então deve ser examinada separadamente, de modo a se ver qual é a unidade atual, e como pode ser modificada. A discussão que se segue não pretende dar uma análise histórica de cada setor. Preocupa-se somente com algumas reflexões gerais sobre os diferentes papéis das mulheres e algumas de suas interconexões.

Produção

A diferenciação biológica dos sexos e a divisão do trabalho, através da história, tem parecido uma necessidade interligada. Anatomicamente menores e mais fracos, a fisiologia e o metabolismo psicobioló-

12 Simone de Beauvoir; Force of Circunstance (1965), pág 192.

13 Ver Louis Althusser, "Contradiction et Surdetermination" em "Pour IVliirx" (1965). Althusser apresenta a noção de uma totalidade complexa em que cada setor independente tem sua própria realidade autônoma, mas cada um dos quais é finalmente, mas apenas finalmente, determinado pelo econômico. Esta totalidade complexa significa que nenhuma contradição na sociedade é sempre simples. Como cada setor pode se movimentar num passo diferente, a síntese das diferentes escalas-tempo na estrutura social total significa que algumas vêzes as contradições anulam umas as outras, e outras, reforçam-se entre si. Para descrever esta complexidade, Althuser usa o termo freudiano "superdeterminação". A frase "unite de rupture"" (mencionada no texto) refere-se ao momento quando as contradições reforçam-se entre si de modo a se condensarem dentro das condições para uma mudança revolucionária.

gico da mulher parecem fazer dela um membro menos útil de uma força de trabalho. Sublinha-se sempre como, particularmente nas primeiras fases do desenvolvimento social, a superioridade física do homém deu-lhe os meios de conquistar a natureza, o que toi negado à mulher. Uma vez adaptada a mulher às tarefas domésticas envolvidas na manutenção, enquanto o homem empreendia a conquista e a criação, tornou-se ela um aspecto das coisas preservadas: a propriedade privada e as crianças. Todos os escritores socialistas mencionados antes tratando do assunto — Marx, Engels, Bebel, De Beauvoir — ligam a confirmação, e a continuação da opressão da mulher, — após o estabelecimento de sua inferioridade física para o trabalho manual pesado, ao advento da propriedade privada. Mas a fraqueza física da mulher jamais a impediu de trabalhar (além de criar os filhos) — somente tipos específicos de trabalho, em sociedades específicas. Nas sociedades primitiva, antiga, oriental, medieval e capitalista, o "volume" de trabalho realizado pelas mulheres tem sido sempre considerável (é, em geral, bem mais do que isto). Somente sua forma está em questão. O trabalho doméstico, mesmo hoje, é enorme, se avaliado quantitativamente em têrmos de trabalho produtivo.[14] Em qualquer caso, o físico das mulheres jamais as relegou de modo permanente ou mesmo predominante a tarefas domésticas inferiores. Em muitas sociedades ágrárias, as mulheres têm trabalhado no campo tanto quanto os homens, ou ainda mais..

A suposição por trás da discussão clássica é que o fator crucial iniciador de todo o desenvolvimento da subordinação feminina foi a menor capacidade das mulheres para reivindicar o trabalho físico. Mas, na verdade isto é uma excessiva simplificação. Mesmo nestes têrmos, na história tem sido a menor capacidade da mulher para a violência bem como para o trabalho que tem determinado sua subordinação. Na maioria das sociedades, a mulher tem sido não apenas menos capaz do que o homem para realizar tipos pesados de trabalho, como menos capaz de lutar. O homem não somente tem força para se afirmar contra a natureza, mas também contra seus companheiros. A "coerção social" tem interatuado com uma divisão direta do trabalho, baseada na capacidade biológica, numa medida bem maior do que geralmente se admite. Naturalmente, não pode ser realizada como uma agressão direta. Nas sociedades primitivas, a inadequabilidade física das mulheres para a caça é evidente. Nas sociedades — agrícolas onde a inferioridade das mulheres está socialmente instituída, elas recebem a tarefa árdua de arar e cultivar. Para isto, a coerção é necessária. Nas civilizações desenvolvidas e sociedades mais complexas, as deficiências físicas da mulher torna-se novamente relevantes. As mulheres não têm valor para a guerra ou na construção de cidades. Mas, com a industrialização incipiente, a coerção uma vez mais se torna importante. Como Marx escreveu: "Na medida em que a maquinaria dispensa a força muscular, torna-se um meio de se empregar trabalhadores com força muscular pequena, e aqueles cujo desenvolvimento físico é incompleto, mas cujos membros são mais maleáveis. O trabalho das mulheres e crianças foi, por esta razão, a primeira coisa buscada pelos capitalistas que usavam as máquinas."[15]

René Dumont esclarece que, em muitas zonas da África tropical de hoje, os homens são frequentemente ociosos, enquanto as mulheres são forçadas a trabalhar o dia inteiro.[16] Esta exploração não tem qualquer origem "natural". As mulheres podem realizar seus serviços "pesados" nas sociedades camponesas contemporâneas da África não por temor à represália física por parte de seus homens, mas porque seus serviços são "habituais" e construído dentro das estruturas da sociedade. Outro ponto é que a coerção implica num relacionamento entre o coator e o coagido diferente daquele apresentado pela exploração. E o político, antes que econômico. Ao descrever a coerção, Marx disse que o senhor tratava

14 Os apologistas que afirmam que o trabalho doméstico, embora consumindo muito tempo, é leve e relativamente agradável, recusam-se a reconhecer a rotina nula e degradante que ele encerra. Lênin comentou, de modo crespo: "Todos sabem que, mesmo quando as mulheres têm plenos direitos, ainda permanecem de fato pisadas, porque todo o trabalho doméstico lhes é deixado. Na maioria dos casos o trabalho caseiro é o mais improdutivo, o mais bárbaro e o mais árduo que uma mulher pode fazer. É excepcionalmente inferior e nada inclui que possa de alguma maneira promover o desenvolvimento da mulher" (Coletânea de Obras). Hoje, calculou-se na Suécia, 2.340 milhões de horas por ano são gastas pelas mulheres no trabalho doméstico, comparadas com 1.290 milhões de horas na indústria. O Chase Manhattan Bank estimou o número total de horas de trabalho de uma mulher em uma média de 99.6 por semana.

15 Karl Marx: O Capital.

16 "A mulher africana experimenta uma servidão de três arestas: através do casamento forçado; através do dote e da poligamia, que aumenta o tempo de lazer dos homens e, simultaneamente, seu prestígio social; e finalmente, através da divisão bem desigual do trabalho". René Dumont L Afrique Noire est Mal Partie (1962).

o escravo ou servo como "a condição natural e inorgânica de sua própria reprodução". Isto, quer dizer, o próprio trabalho torna-se igual a outras coisas naturais gado ou solo: "As condições originais de produção aparecem como pré-requisitos naturais, as condições naturais da existência do produtor, da mesma forma que seu organismo vivo, embora produzido e desenvolvido por ele, não é originalmente estabelecido por si mesmo, mas aparece como seu pré-requisito."[17] Esta é predominantemente a condição da mulher. Pois longe da fraqueza física da mulher afastá-la do trabalho produtivo, é sua fraqueza social que, nestes casos, tem feito dela o maior escravo disso, de modo evidente.

Esta verdade, embora possa parecer elementar, tem sido, não obstante, ignorada pelos escritores que tratam do assunto, com o resultado de que um otimismo, ilegítimo invade suas previsões para o futuro. Pois, se é apenas a incapacidade biológica para o trabalho físico mais duro o que tem determinado a subordinação das mulheres, então a perspectiva de uma tecnologia avançada no campo das máquinas, abolindo a necessidade de uma ação física extenuante, pareceria prometer, por esta razão, a libertação da mulher. Por um momento, a própria industrialização, assim, parece anunciar a libertação das mulheres. Engels, por exemplo, escreveu: "A primeira premissa para a emancipação das mulheres é a introdução do todo o sexo feminino na indústria pública... E isto tornou-se possível somente como um resultado da indústria moderna em larga escala, que não apenas permite a participação das mulheres na produção em grandes quantidades, mas, na verdade, pede por isso, e, além do mais, tenta converter o trabalho doméstico privado também em uma indústria pública".[18] O que Marx disse "do industrialismo incipiente não é menos verdade, mas também não mais verdadeiro do que uma sociedade automatizada: "... é obvio que o fato de o grupo coletivo de trabalho ser composto de indivíduos de ambos os sexos e todas as idades, deve naturalmente, em condições adequadas, tornar-se uma fonte de desenvolvimento humano; embora em sua forma espontaneamente desenvolvida, brutal, capitalista, onde o trabalhador existe para o processo de produção, e não o processo de produção para o trabalhador, aquele fato seja uma fonte prejudicial de corrupção e escravizamento".[19] O trabalho industrial e a tecnologia automatizada prometem ambos as pré-condições para a libertação da mulher, junto com a do homem — mas, não mais do que as pré-condições. É apenas bem óbvio que o advento da industrialização até agora não libertou as mulheres neste sentido, tanto no Ocidente como no Oriente. No Ocidente, é verdade que houve um grande influxo de mulheres para o trabalho existente na economia industrial em expansão, mas isto em breve cessou, e tem havido um aumento relativamente pequeno nas últimas décadas. De Bauvoir esperava que a automatização fizesse uma diferença decisiva, qualitativa, abolindo completamente a diferenciação física entre os sexos. Mas qualquer esperança nisto em si dá à técnica um papel independente que a história não justifica. Sob o capitalismo, a automação poderia possivelmente levar a um desempêgo estrutural sempre crescente, que expulsaria as mulheres, os recrutas menos importantes integrados em último lugar na força de trabalho, e os mais caros ideologicamente para uma sociedade burguesa — de produção, após somente um breve interlúdio nela. A tecnologia é medida pela estrutura social total e é esta que determinará o futuro da mulher nas relações de trabalho.

A deficiência física não é agora, mais do que no passado, uma explicação suficiente para a relegação da mulher a um status inferior. A coerção tem sido aprimorada em uma ideologia compartilhada por ambos os sexos. Comentando os resultados de seu questionário apresentado a mulheres operárias, Viola Klein observa: "Não há vestígios de igualitarismo feminista — militante ou de outro tipo — em qualquer das respostas das mulheres ao nosso questionário; nem está mesmo presumido implicitamente que as mulheres têm um Direito ao Trabalho".[20] Recusado, ou recusando, um papel na produção, a mulher nem mesmo cria as pré-condições de sua libertação.

17 Karl Marx: Formações Econômicas Pré-Capitalistas.

18 Friedrich Engels, obra citada.

19 Karl Marx: O Capital.

20 Viola Klein: "Working Wives" — Institute of Personnel Management Occasional Papers, n.° 15 (1960), pág. 13.

Reprodução

A ausência da mulher do setor crítico da produção historicamente, é claro, tem sido causada não apenas pela sua fraqueza física em um contexto de coerção — mas também pelo seu papel na reprodução. A maternidade exige afastamentos periódicos do trabalho, mas este não é um fenômeno decisivo. É mais propriamente o papel das mulheres na reprodução que se tornou, pelo menos na sociedade capitalista, o "complemento" espiritual do papel dos homens na produção.[21] Produzindo filhos, cuidando deles, e mantendo o lar — estas atividades formam o imo da vocação natural da mulher, dentro desta ideologia. Tal crença tem conseguido muita força por conta da aparente universalidade da família como uma instituição humana. Há pouca dúvida de que as análises marxistas têm subestimado os problemas fundamentais, propostos aqui. O completo fracasso em dar qualquer conteúdo operacional ao slogan da "abolição" da família é uma prova contundente disso (bem como da vacuidade da noção). O vazio assim criado tem sido rápidamente ocupado por crenças tradicionais como a de Townsend, citada anteriormente.

A função biológica da maternidade é um fato universal, atemporal, e, como tal, parece tem escapado às categorias da análise histórica, marxista. Dele decorrem — aparentemente — a estabilidade e a onipresença da família, se em formas bem diferentes.[22] Uma vez aceito isso, a subordinação social das mulheres — embora enfatizada como um papel honrado, mas diferente (cf. as ideologias iguais, mas "separadas" dos racistas do sul) — pode ser vista decorrendo inevitavelmente, como um inegável fato bio-histórico. A cadeia causal então prossegue: Maternidade, Família, Ausência da Produção e da Vida Pública, Desigualdade Sexual.

O elo de realização nesta linha de argumento é a idéia da família. A noção de que á "família" e a "sociedade" são têrmos virtualmente co-extensivos, ou de que uma sociedade avançada que não esteja fundada no núcleo familiar é atualmente inconcebível, está amplamente difundida. Só pode ser seriamente discutida perguntando-se exatamente o que é a família — ou antes qual é o papel da mulher na família. Uma vez feito isto, o problema surge sob uma luz completamente, nova. Pois é óbvio, que o papel da mulher na família — primitiva, feudal ou burguesa — participa de três estruturas bem diferentes: reprodução, sexualidade e a socialização das crianças. Elas estão históricamente, não intrinsecamente, relacionadas entre si na atual família moderna. O parentesco biológico não é necessariamente idêntico ao social (adoção). Assim, é essencial discutir: não a família como uma entidade não-arialisada, mas as "estruturas" separadas que a compõem hoje, e que podem amanhã ser decompostas em um novo padrão.

A reprodução, tem sido sublinhado, é aparentemente um fenômeno atemporal constante parte da biologia antes que da história? Na verdade, isto é umá ilusão. A verdade é que o "modo de reprodução" não varia com o "modo de reprodução"; pode permanecer efetivamente o mesmo através de diferentes modos de produção. Pois tem sido definido até agora pelo seu caráter natural incontrolável. Nesta medida tem sido um fato biológico conservado sem mudanças. Enquanto a reprodução permaneceu como um fenômeno natural, sem dúvida, as mulheres estavam efetivamente destinadas à exploração social. De qualquer modo, elas não eram donas de uma grande parte de suas vidas. Não tinham escolha quanto a se teriam filhos, e quantos (fora os repetidos abortos), sua existência estava essencialmente submetida a processos biológicos fora de seu controle.

21 A maternidade é o aspecto diferenciador em que ambos os sexos, baseiam suas esperanças: para a opressão ou a libertação. A noção da superioridade potencial da mulher por conta de sua função procriativa chega ao absurdo em Margherita Repetto: "Maternitá e Famiglia, Condiper la Libertá delia Donna", Rivista Trimestrale 11-12 (1964) mas, encontra-se mesmo em Evelyne Sullerot; Demain les Femmes (1965).

22 Philippe Âries, em Centuries of Childhood (1962)jí£mostrá que embora a família possa, em alguma forma, ter sempre existido, estêve frequentemente submersa sob estruturas mais poderosas. Na verdade, segundo Aries, ela somente adquiriu seu significado atual com o advento da industrialização.

Anticoncepcionais

A anticoncepção, inventada como uma técnica racional somente no século dezenove, constituiu-se assim numa inovação de importância histórica mundial. Só agora está começando a mostrar as imensas consequências que pode ter, na forma de pílulas. Pois o que ela significa é que afinal o modo de reprodução podia potencialmente ser transformado. Uma vez tornada a gravidez algo totalmente voluntário (até que ponto é assim no ocidente, mesmo hoje?) sua significação, é fundamentalmente diferente. Já não precisa ser a única ou a última vocação da mulher; torna-se uma opção entre outras.

Marx vê a história como o desenvolvimento da transformação da natureza pelo homem e, por meio disto, dá transformação de si mesmo da natureza humana em diferentes modos de produção. Hoje, há as possibilidades técnicas para a humanização da parte mais natural da cultura humana. Isto é o que poderia significar uma mudança no modo de reprodução.

Contudo, ainda estamos longe deste estado de coisas. Na França e na Itália, a venda de qualquer forma de anticoncepcional permanece ilegal. O anticoncepcional oral é privilégio de uma minoria endinheirada em alguns países ocidentais. Mesmo aqui, o progresso tem sido conseguido em forma tipicamente conservadora e exploradora. É feito somente para as mulheres, que são assim os "porquinhos da índia" em um risco, que envolve ambos os sexos.

O fato de importância transcendental é que os anticoncepcionais fácilmente disponíveis ameaçam dissociar a experiência sexual da reprodutiva que tôda a ideologia burguesa contemporânea tenta fazer inseparáveis, como a *raison d'être*, da família.

Reprodução e Produção

Atualmente, a reprodução em nossa sociedade é frequentemente uma espécie de imitação triste da produção. O trabalho em uma sociedade capitalista é uma alienação do trabalho na elaboração de um produto social que é confiscado pelo capital. Mas, ele pode ainda algumas vêzes ser um ato real de criação proposital e responsável, o mesmo em condições da pior exploração. A maternidade é frequentemente uma caricatura disso. O produto biológico - a criança - é "tratado como se fôsse um produto sólido. A maternidade se torna uma espécie de substituto para o trabalho, uma atividade em que a criança é vista como um objeto criado pela mãe, da mesma forma que um bem é criado por um operário. Naturalmente, a criança não escapa literalmente, mas a alienação da mãe pode ser bem pior do que a do operário, cujo produto é apropriado pelo patrão. Nenhum ser humano pode criar outro ser humano. A origem biológica de uma pessoa é uma abstração. A criança como uma pessoa autônoma inevitavelmente ameaça a atividade que afirma criá-la continuadamente, simplesmente como uma "possessão" dos pais. As possessões são sentidas como extensões do eu. A criança, como uma possessão, é sumamente isto. Qualquer coisa que a criança faça, por esta razão, é uma ameaça à própria mãe, que renunciou à sua autonomia através desta concepção errônea de seu papel reprodutivo. Há poucos riscos mais precários em que se possa basear uma vida.

Além disso, mesmo se a mulher tem contrôle emocional sobre seu filho, tanto legal como economicamente ambos estão sujeitos ao pai. O culto social da maternidade é igualado pela real falta de poder socio-econômico da mãe. Os benefícios psicológicos e práticos que os homens recebem disso são óbvios. A conversa da busca da criação por parte da mulher na criança é o refúgio dos homens com relação ao seu trabalho dentro da família: "Quando voltamos ao lar, tiramos nossa máscara, largamos nossas ferramentas, e já não somos advogados, marinheiros, soldados, estadistas, clérigos, mas simplesmente homens.

Caímos novamente em nossas relações mais humanas, que, no fim das contas, são tudo o que nos pertence quando estamos diante de nós mesmos."[23].

De forma diferente de seu status não-produtivo, sua capacidade para a maternidade é uma definição da mulher. Mas, é apenas uma definição fisiológica. Enquanto lhe seja permitido permanecer Como um substitutivo da ação e da criatividade, e o lar continua ser uma área para o relaxamento dos homens, as mulheres permanecerão confinadas à procriação, à sua condição universal e natural.

Sexualidade

A sexualidade tem sido tradicionalmente a dimensão mais proibitiva da situação das mulheres. O significado de liberdade sexual e sua conexão com a liberdade das mulheres é um tema particularmente difícil, que poucos escritores socialistas têm-se disposto a suscitar. Somente Fourier identificou totalmente os dois, em estrofes líricas descrevendo um paraíso sexual de permutações — as famosas "falansterias." "A moralidade socialista" na União Soviética proibiu por muito tempo uma discussão séria sobre o assunto, dentro do movimento comunista mundial. O próprio Marx — a este respeito, algo menos liberal do que Engels — no início de sua vida expressou pontos de vista tradicionais quanto à questão: "... a santificação do instinto sexual através da exclusividade, o controle do instinto por leis, a beleza moral que torna ideal o mandamento da natureza, na forma de um vínculo emocional — (esta é) a essência espiritual do casamento."[24]

Contudo, é óbvio que através da história as mulheres têm sido apropriadas como objetos sexuais, tanto como progenitoras ou produtoras. Sem dúvida, a relação sexual pode ser assimilada ao regime de possessão bem mais fácil ve completamente do que o relacionamento produtivo ou reprodutivo. O vocabulário sexual contemporâneo traz um testemunho eloquente com relação a isto — é um vocabulário compreensivo da reificação. O velho Marx estava bem consciente disto, sem dúvida: "O casamento.., é incontestàvelmente uma forma de propriedade privada exclusiva."[25] Mas nem ele nem seus sucessores jamais tentaram seriamente encarar as implicações disto com relação ao socialismo, ou mesmo com relação a uma análise estrutural da condição das mulheres. O comunismo, sublinhou Marx na mesma passagem, não significaria a mera "comunização" das mulheres como propriedade comum. Além disso, ele jamais se arriscou.

Há aqui algumas considerações históricas. Pois, se os socialistas nada têm dito, a lacuna tem sido preencíhida por ideólogos liberais.. Um livro recente, Eros Denied, de Wayland Young, argumenta que a civilização ocidental tem sido singularmente repressiva do ponto de vista sexual, e, num apêlo por maior liberdade sexual hoje, compara-a numa certa extensão às sociedades orientais e antigas. É chocante, no entanto, que este livro não faça qualquer referência ao status das mulheres nestas diferentes sociedades, ou às diferentes fôrmas de contrato de casamento nelas existentes. Isto torna todo o argumento em um exercício puramente formal — o inverso das discussões socialistas da posição das mulheres, que ignora o problema da liberdade sexual e seu significado. Pois, embora seja verdade que algumas culturas orientais e antigas (e, sem dúvida, primitivas) eram bem menos puritanas que as sociedades ocidentais, é absurdo ver isto como uma espécie de "valor transponível" que se pode abstrair de sua estrutura social. Na verdade, em muitas destas sociedades a abertura sexual foi acompanhada de uma forma de exploração poligâmica que a tornou na prática simplesmente uma expressão da dominação masculina. Já que a arte era também um campo do homem, esta liberdade encontra uma expressão natural e frequentemente poderosa na arte — o que é comumente citado como se fôsse prova da qualidade integral do relaciona-

23 L.A.Fronder of Faith (1849), pág. 103

24 Karl Marx: Chapitre de Marriage. Oeuvres Completes ed. Molitor Oeuvres Philosophiques. 1, pág. 25.

25 Karl Marx: Private Property and Communism, op. cit., pág. 153.

mento humano na sociedade. Nada poderia ser mais — enganador. O que é necessário, antes que esta essência exortativa ingênua de exemplo histórico, é alguma visão da co-variação entre os graus de liberdade sexual e abertura, e a posição e dignidade das mulheres em diferentes sociedades. Alguns pontos são imediatamente óbvios. A história atual é bem mais dialética do que qualquer visão liberal a apresenta. A poligamia jurídica sem limites — qualquer que seja a sexualização da cultura que a acompanha — é claramente uma anulação total da autonomia, da mulher, e constitui uma forma extrema de opressão. A antiga China é uma perfeita ilustração disto. Wittfogel descreve o extraordinário despotismo do paterfamilias chinês - "Um policial litúrgico (semi-oficial) de seu próprio grupo familiar."[26] No Ocidente, no entanto, o advento dá monogamia não foi; de forma alguma um avanço absoluto. Certamente, ele não criou uma igualdade de um — para um — longe disso. Engels comentou com exatidão: "A monogamia não surge de forma alguma na história como a reconciliação entre o homem e a mulher, muito menos como a forma mais elevada de uma tal reconciliação. Ao contrário, surge como a subjugação de um sexo pelo outro, como a proclamação de um conflito entre os sexos inteiramente desconhecido até aqui nos tempos pré-históricos."[27] Mas, na era cristã, a monogamia assumiu uma forma muito específica no Ocidente. Aliou-se a um regime sem precedentes de repressão sexual geral. Em sua versão paulina, isto teve uma tendência marcadamente antifeminina, herdada do judaísmo. Com o tempo, isto se diluiu — a sociedade feudal, a despeito de sua reputação posterior para o ascetismo, praticava a monogamia formal com aceitação considerável do comportamento polígamo, pelo. menos dentro da classe dominante. Mas aqui novamente, a extensão da liberdadé sexual era apenas um índice de dominação masculina. Na Inglaterra" a mudança verdadeiramente maior ocorreu no século dezesseis, com a ascensão do puritanismo militante e o aumento das relações de mercado na economia. Laurence Stone observa: "Na prática, se não ná teoria, a nobreza do início do século dezesseis era uma sociedade poli-gâmica, e alguns viviam com uma sucessão de mulheres, a despeito da proibição do divórcio... Mas, impressionada pelas críticas calvinistas ao padrão duplo, a opinião pública começou a fazer objeções à manutenção aberta de uma amante."[28] O capitalismo e as solicitações decorrentes de uma burguesia recém-surgida, concederam às mulheres um novo status como espôsa e mãe. Seus.direitos legais foram aprimorados; havia vigorosa controvérsia quanto à sua posição social; bater na mulher era proibido. "Em uma mulher, o homem burguês procura uma contraparte, não um igual."[29] Na periferia social, á mulher encontrou ocasionalmente uma igualdade que era mais do que sua .fuhção feminina em uma sociedade comercial. Nas seitas extremistas, as mulheres frequentemente possuíam direitos completamente iguais: Fox argumentou que a Redenção restaurou a igualdade pré-lapsariana e que as mulheres quaker, por esta razão, conseguiram uma autonomia real. Mas, uma vez institucionalizada a maioria das seitas, reenfatizou-se a necessidade da disciplina familiar, e, com ela, a obediência da mulher. Como diz Keith Thomas, os puritanos "fizeram algo para elevar o status das mulheres, mas não muito."[30] O sistema pratiarcal foi preservado e mantido pelo modo econômico de produção. A transição para a monogamia Completa e efetiva acompanhou a transição para a sociedade burguesa moderna, como a conhecemos hoje. Como o próprio sistema de mercado, representou um avanço histórico, a elevado preço histórico. A igualdade formal, jurídica da sociedade capitalista e da racionalidade capitalista aplicavam-se agora, tanto ao contrato marital como ao contrato de trabalho. Em ambos os casos, a paridade nominal encobre exploração e desigualdade, reais.. Mas, em ambos, a igualdade formal , e ela mesma um progresso relativo, que pode ajudar a tornar possível um novo avanço.

A situação hoje é definida por urna nova contradição. Uma vez estabelecida a igualdade conjugal formal (monogamia), a liberdade sexual como tal — que sob condições poligâmicas era usualmente uma forma de exploração o torna-se, praticamente, uma possível força de libertação. Significa então, simplesmente, liberdade para ambos os sexos para transcender os limites das atuais instituições sexuais.

26 Karl Winfogel; Oriental Despotism (1957), pág. 116.

27 Friedrich Engels, op. cit., II, 224.

28 Lawrence Stone: The Crisis of the Aristocracy (1965), págs. 663-64

29 Simone De Beauvoir: La Marche Longue (1957)

30 Keith Thomas: Women and the Civil War Sects, Past and Present Nº. 13 (1958), pág. 43.

Historicamente, então, tem havido um movimento dialético, em que a expressão sexual foi "sacrificada" em uma época de repressão mais ou menos puritana, que, não obstante, produziu uma maior paridade dos papéis sexuais, que, por sua vez, cria a pré-condição para uma libertação sexual genuína, no sentido duplo de igualdade e liberdade — cuja unidade define o socialismo.

Este movimento pode ser verificado dentro da história dos "sentimentos." O culto do amor surge somente no século doze, em oposição a formas maritais legais e com uma valorização exaltada das mulheres (o amor galanteador). Ele, daí em diante, tornou-se gradativamente difundido, e foi assimilado ao casamento como tal, que, em sua forma burguesa (o amor romântico) tornou-se uma escolha livre para toda a vida. O que é chocante aqui é que a monogamia como uma instituição no Ocidente antecipou-se à idéia de amor em muitos séculos. Os dois têm sido posteriormente harmonizados de forma oficial, mas a tensão entre eles jamais foi abolida. Há uma contradição formal entre o caráter contratual voluntário do "casamento" e o caráter espontâneo incontrolável do "amor" — a paixão que é celebrada precisamente pela sua força involuntária. A noção de que ela ocorre somente uma vez em cada vida, e pode, por esta razão, ser integrada em um contrato voluntário, torna-se cada vez menos; plausível à luz da experiência diária uma vez que a repressão sexual como um sistema psicoideológico, torna-se em tudo distendida.

Obviamente, a principal quebra no padrão tradicional de valor foi até agora o aumento da experiência sexual pré-marital. Isto está agora virtualmente legitimado na sociedade burguesa contemporânea. Mas, suas implicações são explosivas para a concepção ideológica do casamento que domina esta sociedade: a de um vínculo exclusivo e permanente. Uma antologia americana recente "A Família e a Revolução Sexual", revela isto Com muita clareza: "No que se refere às relações extra-maritais, os anti-sexualistas ainda estão enfrentando , uma luta dura, se perdida. O próprio imo da ética sexual judaico cristã é de que os homens e as mulheres devem permanecer virgens até o casamento e que devem permanecer cem por cento fiéis após o casamento. Com relação à castidade pré "marital, esta ética parece estar a caminho da porta de saída, e, em muitas áreas da população, torna-se cada vez mais um princípio morto."[31]

A onda atual de liberalização sexual no presente contexto, poderia conduzir a uma liberdade geral maior das mulheres. Igualmente, poderia pressagiar novas fôrmas de opressão. A criação puritano-burguesa da mulher como uma "contraparte" produziu a pré-condição para a emancipação. Mas deu igualdade legal estatutária aos sexos, ao preço de repressão grandemente intensificada. Posteriormente — como a própria propriedade privada tornou-se um freio no desenvolvimento ulterior de uma sexualidade livre. As relações mercadológicas capitalistas têm sido historicamente uma pré-condição do socialismo; as relações maritais burguesas (ao contrário do que denuncia o Manifesto Comunista) podem igualmente ser uma pré-condição para a libertação das mulheres.

Socialização

O destino biológico como mãe torna-se uma vocação cultural em seu papel como socializadora das crianças. Criando-as, a mulher atinge sua principal definição social. Sua adequabilidade para a socialização nasce de sua condição psicológica; sua capacidade para amamentar e a relativa inabilidade ocasional para empreender trabalho ¡extenuante pesam. Deveria ter sido dito de início que adequabilidade. não é inevitabilidade. Lévi-Strauss escreve: "Em todo grupo humano; as mulheres dão a luz às crianças e cuidam delas, e os homens têm antes como sua especialidade a caça e as atividades guerreiras. Mesmo aí, contudo, temos casos ambíguos: naturalmente os homens jamais dão a luz a uma criança, mas em muitas sociedades... são levados á agir como se o tivessem feito."[32] A descrição de Evans Pritchard du Tribo Nuer pinta exatamente esta situação. E outro antropólogo, Margaret Mead, faz comentários sobre o elemento

31 Albert Ellis: "The Folklore of Sex", em The Family and the Sexual revolution, ed. É. M. Schur (1964), pág. 35.

32 * Claude Lévi-Strauss: "The Family", em Man, Culture and Society, ed. II l,. Shapiro (1956), pág. 274.

de desejo-realização na suposição de uma correlação natural entre a feminilidade é a nutrição: "Temos presumido que, porque é conveniente para uma mãe desejar cuidar de seu filho, este um traço com que as mulheres foram mais generosamente dotadas, por um cuidadoso processo teleológico de evolução. Temos presumido que, porque os homens têm caçado, uma atividade que requer empreendimento, bravura e iniciativa, eles foram dotados destas valiosas aptidões como parte do seu temperamento-sexo."[33] No entanto, a concessão cultural dos papéis no trato das crianças — e os limites de sua variabilidade — não se constitui no problema essencial a ser examinado. O que é bem mais importante é analisar a natureza do próprio processo de socialização e suas exigências.

Parsons em sua análise detalhada afirma ser essencial para a criança ter dois "pais", um que representa um papel "expressivo" e outro que representa um papel "instrumental."[34] A família nuclear, gira em tôrno dos dois eixos da hierarquia familiar e destes dois papéis. Em linguagem tipicamente parsoniana, ele afirma que "pelo menos um aspecto fundamental da situação externa dos sistemas sociais — aqui um aspecto do organismo psicológico — é um ponto crucial de referência para a diferenciação na família. Repousa na divisão dos organismos em classes de lactantes e não lactantes." Em todos os grupos, afirmam ele e seus colegas, mesmo naquelas tribos primitivas discutidas por Pritchard e Mead, o macho representa o papel instrumental em relação à esposa mãe. Em uma fase, a mãe representa um papel instrumental e expressivo vis-à-vis com seu filho: isto ocorre pré-edipianamente, quando ela é a fonte de aprovação e desaprovação, bem como de amor e carinho. No entanto, após isso, o pai, ou o homem que o substitui (nas sociedades matrilineais, o irmão da mãe) assume o papel. Em uma sociedade industrial moderna, dois tipos de papel são claramente importantes: os papéis familiares adultos de procriação, e o papel ocupacional adulto. À função da família como tal reflete a função das mulheres dentro dela; é primordialmente expressiva. A pessoa representando o papel integrado adaptável-expressivo não pode estar afastada durante todo o tempo das tarefas instrumental — ocupacionais — daí existir uma inibição estabelecida quanto ao trabalho da mulher fora de casa. A análise de Parsons deixa claro o exato papel do socializador materno na sociedade americana contemporânea.[35] Mas não prossegue até afirmar que outros aspectos e modos de socialização são concebíveis. O que é valioso no trabalho de Parsons é simplesmente sua insistência a respeito da importância central da socialização como um processo que é constitutivo de qualquer sociedade (nenhum marxista até agora forneceu uma análise comparável). Sua conclusão geral é que: "Parece não ter qualificação séria a opinião, de competentes psicólogos de que, embora as personalidades difiram grandemente em seu grau de rigidez, certos padrões fundamentais amplos de "caráter" estão enraizados na infância (na medida em que não são geneticamente herdados) e não são radicalmente modificados pela experiência adulta. O grau exato em em que este é o caso, ou o exato nível de idade em que a plasticidade se torna grandemente diminuída, não estão em discussão aqui. O importante é o fato da formação de caráter na infância, e sua relativa estabilidade após esta fase."[36]

Infância

Isto parece indiscutível. Uma das grandes revoluções da psicologia moderna foi a descoberta de um pêso específico decisivo da infância, no curso de uma vida individual — um tempo psíquico proporcionalmente maior do que o tempo cronológico. Freud iniciou a revolução com seu trabalho sobre a sexualidade

33 Margaret Mead: "Sex and Temperament", em The Family and The Sexual Revolution, op. cit, págs. 207-8.

34 Talcott Parsons e Robert F. Bales: Family, Socialization and Inter- action Process (1956), pág. 313. "A distinção instrumental-expressiva que interpretamos como essencialmente a diferenciação de função e, por esta razão, de influência relativa, em têrmos de funções "externas" versus "internas" do sistema. A área de função instrumental diz respeito às relações do sistema com sua situação fora do sistema, para atender às condições adaptativas de sua manutenção de equilíbrio, e estabelecer "instrumentalmente" as relações desejadas com relação aos objetos-fim externos. A área expressiva diz respeito às questões "internas" do sistema, a manutenção de relações integradoras entre os membros, e o contrôle dos padrões e níveis de tensão de suas unidades componentes. " (Ibid., pág. 47.)

35 Uma das principais inovações teóricas de Parsons é sua afirmação de que a criança se esforça para interiorizar variará com o conteúdo dos papéis de relacionamento recíproco de que participa. R. D. Laing. em "Family and Individual Structure" (1966) sustenta que a criança pode interiorizar qualquer sistema completo - Isto é, "a familia".

36 Talcon parsons; The Social System (1952), pág. 227.

infantil; Klein radicalizou-a com seu trabalho sobre o primeiro ano de vida da criança. O resultado é que hoje sabemos bem mais do que jamais soubemos antes o quão delicado e precário é para qualquer pessoa o processo de passagem do nascimento até a infância. O destino da personalidade adulta pode ser em grande parte decidido nos meses iniciais da vida. As pré-condições para a estabilidade posterior e a integração exigem um grau extraordinário de cuidado e inteligência da parte do adulto que está socializando a criança, bem como uma perseverança através do tempo, da mesma pessoa.

Estes indiscutidos avanços na compreensão científica da infância têm sido amplamente usados como um argumento para se reafirmar a função maternal essencial das mulheres, numa época em que a família tradicional parecia cada vez mais corroída. Bowlby, estudando as crianças evacuadas na Segunda Guerra Mundial, declarou: "é essencial para a saúde mental que o infante e a criança pequena experimentem uma relação calorosa, íntima e contínua com sua mãe,"[37] estabelecendo uma tendência que se tornou cumulativa desde então. A ênfase da ideologia familiar afastou-se de um culto do juízo biológico da maternidade (a dor que torna a criança preciosa, etc.) indo para uma celebração do cuidado materno como um ato social. Isto pode chegar a extremos ridículos: "Para a mãe, a amamentação se torna um complemento-do ato de criação. Dá-lhe um elevado senso de realização e lhe permite participar de um relacionamento tão próximo da perfeição quanto qualquer outro que a mulher pode esperar conseguir. ... O simples fato de dar a luz, no entanto, não preenche esta necessidade e este anseio, por si só... A maternidade é um modo de vida. Permite a uma mulher expressar seu eu total, com os sentimentos ternos, as atitudes protetoras e o amor envolvente de uma mulher maternal".[38] As tautologias, as mistificações (um ato de criação, certamente um processo?) os puros absurdos... "tão próximos da perfeição quanto qualquer outro que a mulher pode esperar conseguir", indicam o abismo entre a realidade e a ideologia.

Padrões Familiares

Esta ideologia corresponde em forma deslocada a uma mudança real no padrão da família. Na medida em que a família tornou-se menor, cada criança adquiriu maior importância; o ato atual de reprodução ocupa cada vez menos tempo e o processo de socialização e nutrição aumenta ponderàvelmente em significação. A sociedade burguesa está obsecada pelos problemas físicos, morais e sexuais da infância e adolescência.[39] A responsabilidade última deles está com a mãe. Assim, o papel "maternal" da mãe recuou, enquanto seu papel socializante aumentou. Na década de 1890, na Inglaterra, uma mãe passava quinze anos em estado de gravidez e amamentação; na década de 1960, passa uma média de quatro anos. A escola obrigatória a partir dos cinco anos de idade, sem dúvida, reduz a função maternal em grande parte, após os anos iniciais vulneráveis.

A situação atual é então de tal ordem que nela a importância qualitativa da socialização durante os primeiros anos da vida da criança adquiriu uma significação bem maior do que no passado - enquanto a soma quantitativa da vida de uma mãe gasta tanto na gestação como na educação da cfriança diminui grandemente. Segue daí que a socialização não pode simplesmente ser elevada ao níyel de uma nova vocação maternal da mulher. Usada como uma mística, torna-se um instrumento de opressão. Além disso, não há razão inerente para que a mãe biológica e social devam coincidir. O processo de socialização é, no sentido kleiniano, invariável - mas a pessoa do socializador pode variar.

37 John Bowlby, cit. Bruno Bettelheim: "Does Communal Education work? The Case of the Kibbutz", em The Family and the Sexual Revolution, op. cit., pág. 295.

38 Betty Ana Countrywoman, em Redbook (junho de 1960) cit, Betty Friedan: The Feminine Mystique (1963), pág. 58.

39 David Riesman, embora observando isto corretamente, faz uma crítica vã do fato: "Tem havido uma tendência na atual pesquisa social, influenciada como está pela psicanálise, de enfatizar e generalizar demasiadamente a importância da fase bem inicial da infância na formação do caráter... Reconhecesse cada vez mais, no entanto, que o caráter pode mudar muito após este período inicial... As culturas diferem amplamente não sómente no tempo dos vários passos na formação dó caráter, mas também nos agentes em que confiam a cada passo." (The Lonely Crowd (1950), págs. 38-39.

Bruno Bettelheim, observando métodos de kibbutz, nota que a criança educada por uma enfermeira treinada (embora normalmente amamentada pela mãe) não sofre a instabilidade de ansiedades parentais típicas e, assim, pode lucrar com o sistema.[40] Esta possibilidade não deveria ser fetichizada, por sua vez (Jean Baby, falando da criança após os quatro anos de idade, vai ao ponto de dizer que "a separação completa parece indispensável para garantir a liberdade da criança, bem como da mãe").[41] O que ela na verdade revela é a viabilidade de várias formas de socialização - nem necessàriamente ligadas à família nuclear, nem ao pai biológico.

Conclusão

A lição destas reflexões é que a libertação das mulheres só pode ser conseguida se todas as quatro estruturas em que elas estão integradas forem transformadas. Uma modificação de qualquer uma delas pode ser anulada pelo reforçamento de outra, de tal forma que apenas uma mera permutação da forma venha a ser conseguida. A história dos últimos sessenta anos fornece amplas provas disso. No início do século vinte, o feminismo militante na Inglaterra ou nos Estados Unidos ultrapassou o movimento operário na violência de seu assalto contra a sociedade burguesa, na luta pelo voto. Este direito politico foi eventualmente conquistado. A despeito disso, ainda que uma simples complementação da igualdade legal da sociedade burguesa, deixou a situação socio-econômica das mulheres virtualmente inalterada. O legádo maior do sufrágio foi nulo: as sufragistas demonstraram-se incapazes de ir além de suas reivindicações iniciais, e muitas de suas figuras de liderança tornaram-se mais tarde extremamente reacionárias. A revolução russa produziu uma experiência bem diferente. Na União Soviética, na década dos vinte, surgiu uma avançada legislação social visando a libertação das mulheres, acima de tudo no campo sexual: o divórcio, foi tornado livre e automático para qualquer das partes, liquidando assim efetivamente o casamento; a ilegitimidade foi abolida, o aborto liberado, etc. Os efeitos sociais e demográficos destas leis numa sociedade baixa, semi-alfabetizada, curvada diante da rápida industrialização (necessitando, por esta razão, de uma alta taxa de natalidade) foram previsivelmente — catastróficos. O stalinismo em breve produziu uma restauração das normas tradicionais de ferro. A herança foi restabelecida, o divórcio tornado inacessível, o abôrto ilegal, etc. "O Estado não pode existir sem a família. O casamento é um valor positivo para o Estado sociálista soviético somente se as partes vêem nele uma união por toda a vida. O chamado amor livre é uma invenção burguesa e nada tem em comum com os principios de conduta de um cidadão soviético. Além disso, o casamento, recebe seu pleno valor para o Estado somente se há filhos, e os consortes experimentam a mais elevada satisfação da paternidade", escreveu o jornal oficial do Comissariado da Justiça, em 1939.[42] As mulheres ainda mantinham o direito é. a obrigação de trabalhar, más porque estas conquistas, não haviam sido integradas nas tentativas anteriores de se abolir, a família e de se estabelecer a liberdade sexual, não ocorreu qualquer libertação geral. Na China, ainda outra experiência está sendo realizada hoje. Em uma nova fase da revolução, tôda a ênfase está sendo colocada na libertação das mulheres na produção isso tem resultado em uma impressionante promoção social das mulheres. Mas, tem sido acompanhado por uma tremenda repressão sexual e um rigoroso puritanismo (atualmente predominante na vida cívica). Isto corresponde não apenas à necessidade de se mobilizar maciçamente as mulheres para a vida econômica, mas a uma profunda reação cultural contra à corrupção e a prostituição prevalecentes na China imperial e do Kuo Ming Tang (um fenômeno diferente de qualquer outro na Rússia czarista. Porque a exploração das mulheres era tão grande no ancien régime, a participação das mulheres em nível municipal na revolução chinesa foi singularmente intensa. Quanto à reprodução, o culto russo da maternidade nas décadas dos trinta e dos quarenta não tem sido repetido, por razões demográficas: sem dúvida, a China pode. ser um dos primeiros países do mundo a fornecer anticoncepcionais grátis, com autorização do Estado, em uma escala universal, à população. Novamente, no entanto, dado o baixo nível de industrialização, e o temor produzido pelo cerco imperialista; nenhum avanço geral poderia ser esperado.

40 Bruno Bettelheim: Does Communal Education Work? The Case of the Kibbutz, pág. 303. De The Family and Social Revolution, op.. cit.

41 Joan Baby: Un Monde Meilleur (1964), pág. 99.

42 Sotsialisticheskaya Zakonnost (1939) n.°2, cit. N. Timasheff: The Attempt to Abolish the Family in Russia" em The Family, ed. N. W. Bell e E. F. Vogel (1960), pág. 59.

Somente nas sociedades altamente desenvolvidas, do Ocidente. pode ser entrevista hoje uma libertação autêntica das mulheres. Mas para que isto ocorra, deve haver uma transformação de. todas as estruturas em que elas estão integradas, e uma "*unité de rupture*".[43] Um movimento revolucionário deve basear sua análise no desenvolvimento desigual de cada uma, a atacar o elo mais fraco na combinação. Isto pode então tornar-se o ponto de partida para uma transformação geral. Qual é a situação das diferentes estruturas, hoje?

1. PRODUÇÃO: O desenvolvimento a longo prazo das forças de produção devem comandar qualquer perspectiva socialista. As esperanças que o advento da tecnologia suscitou no século dezenove já foram discutidas. Demonstraram-se ilusórias. Hoje, a automação promete a possibilidade técnica de se abolir completamente a diferença física entre o homem e a mulher na produção, mas, sob ás relações capitalistas de produção, a possibilidade social desta abolição está permanentemente ameaçada, e pode facilmente ser transformada em seu oposto, a diminuição efetiva do papel da mulher na produção, conforme os contratos da força de trabalho.

Isto diz respeito ao futuro, presentemente o principal fato a registrar é que o papel da mulher na produção está virtualmente estacionário, e assim tem estado há bastante tempo. Na Inglaterra, em 1911, trinta por cento da força de trabalho constituía-se de mulheres; na década dos sessenta, trinta e quatro por cento. Também a composição destes empregos não mudou de modo decisivo. Os empregos são muito raramente "carreiras". Quando não estão nas posições mais baixas no terreno fabril, são normalmente posições burocráticas auxiliares (como as secretárias) - complementares aos papéis masculinos. São frequentemente empregos com uma natureza "expressiva" elevada, tais como tarefas de "serviço". Parsons diz estupidamente: "Dentro da organização ocupacional, são análogos ao papel da espôsa mãe na família"[44]. O sistema educacional sustenta esta dualidade estrutura papel. Setenta e cinco por cento das moças de dezoito anos na Inglaterra não estão recebendo nem educação nem treinamento, hoje em dia. O padrão do pai "instrumental" e da mãe "expressiva" não é substancialmente modificado quando a mulher está remunerada- mente empregada, pois seu emprego tende a ser inferior ao do homem, ao qual a família então se adapta.

Assim, em todos os pontos essenciais, o trabalho como tal - na quantidade e tipo efetivamente disponíveis hoje - não se demonstrou ser uma salvação para as mulheres.

2. REPRODUÇÃO: O avanço científico na anticoncepção, como vimos, poderia ter transformado a reprodução involuntária - que é responsável pela vasta maioria de nascimentos no mundo, hoje, e por uma proporção maior mesmo no Ocidente - em fenômeno do passado. Mas os anticoncepcionais orais - que até agora foram desenvolvidos em uma forma que repete exatamente a desigualdade sexual na sociedade ocidental - estão apenas em seu início. São inadequadamente distribuídos através de classes e países, e esperam novos aprimoramentos técnicos. Seu principal impacto inicial será nos países desenvolvidos, provàvelmente psicológico - certamente libertará a experiência sexual das mulheres de muitas das ansiedades e inibições que sempre a afligiram.[45] Divorciará definitivamente o sexual da procriação, como complementos necessários.

O padrão demográfico da reprodução no ocidente pode ou não ser amplamente afetado pela anticoncepção oral. Um dos fenômenos mais contundentes dos anos mais recentes nos Estados Unidos tem

43 Ver Louis Althuisse: op. cit. (ver Nota 13).

44 Parsons e Bales, op, cit. pág 15n.

45 Jean Baby lembra os resultados de um inquérito realizado sobre as atitudes com relação ao casamento, anticoncepcionais e abôrto de 3.191

sido o súbito aumento, na taxa de natalidade. Na última década, foi mais alto do que em países subdesenvolvidos, como India, Paquistao e Burma. Na verdade, isto reflete simplesmente a carga econômica mais leve de uma familia grande em condições de impulso econômico no país mais rico do mundo. Mas reflete tambem o engandecimento da ideología familiar como força social. Isto conduz á estrutura seguinte.

3. SOCIALIZAÇÃO: As mudanças na composição da força de trabalho, o tamanho da familia, a estrutura da educação, etc...”; embora limitados de um ponto de vista ideal sem dúvida diminuíram a função social e a importância da familia. Como uma organização, ela não é uma unidade significativa no sistema de poder político, desempenha uma parte pequena na produção econômica e é raramente a única agencia de integragáó na sociedade maior; assim, em nivel macroscópico, serve a muito poucos fins.

O resultado tem sido um maior deslocamento da enfase na função psicossocial da familia, para a criança e para o casal.[46] Parsons escreve: “O sentido da evidéncia indica o inicio de uma relativa; estabilização de um novo tipo de estrutura familiar, em uma nova rela- igao com uma estrutura social geral, em que a-familia é mais especializada do que antes, mas de forma alguma menos importante, porque Rtsociedade é dependente mais exclusivamente déla, pela realizagao de herías de suas fungoes vitáis”[47] O núcleo vital da verdade na enfase da lOfiializagáq da crianga já foi discutido. É essencial que os socialistas o reconheçam e o integrem inteiramente em qualquer programa pela libertação das mulheres. É notável que o recente trabalho de “vanguarda” de marxistas franceses Baby, Sullerot, Texier conceda ato problema sua importância real. No entanto, nao há dúvida que a neccssidade das criangas de cuidado permanente e inteligente nos primeiros tres ou quatro anos de vida pode ser (e tem sido) explorada Ideológicamente de modo a perpetuar a familia como uma unidade total, quando suas outras funções se encontrará em visível declínio.

Sem dúvida, a tentativa de se focalizar a existência das mulheres exclusivamente na criação dos filhos, é manifestamente prejudicial às Crianças. A socialização como um processo excepcionalmente delicado requer um socializador sereno e amadurecido um tipo que as frustrações de um papel puramente familiar não são suscetíveis de produzir. A maternidade exclusiva é frequentemente, neste sentido, “contraprodutiva.” A mãe descarrega suas próprias frustrações e ansiedades em uma fixação na criança. Uma maior conscientização da importância crítica da socialização, longe de levar a uma restituição dos clássicos papéis maternais, deveria conduzir a uma reconsideração deles do que faz um bom agente socializador, que possa genuínamente fornecer segurança e estabilidade à criança.

O mesmo argumento se aplica, a fortiori, ao papel psicossocial da família para o casal. As crenças de que a família fornece um enclave inexpugnável de intimidade e segurança em um atomizado e caótico chega ao absurdo que a família possa ser isolada da comunidade, e que suas relações internas não venham a reproduzir, em seus próprios têrmos, as relações externas que dominam a sociedade. A família como refúgio em uma sociedade burguesa torna-se inevitável- mente um reflexo dela.

4. SEXUALIDADE: É difícil deixar de concluir que a maior estrutura que se encontra atualmente em rápida evolução é a sexual. A. Produção, Reprodução e Socialização estão tôdas mais ou menos estacionárias no Ocidente, hoje, no sentido de que não se têm modificado há três ou mais décadas. Não há,- além disso, qualquer exigência ampla de modificação nelas, por parte das próprias mulheres - a ideologia governante tem impedido efetivamente a consciência criticada contrastando com isso a ideologia sexual dominante está se demonstrando cada vez menos bem sucedida na regulamentação do comportamento espontâneo. O casamento, em sua forma clássica, está cada. vez mais ameaçado pela liberalização das relações antes e depois dele, que afeta tôdas as classes, hoje em dia. Neste sentido, é evidentemente

46 Ver Berger e Kellner: Marriage and the Construction of Reality, Dio- gvnes (verflo de 1964).

47 Parsons e Bales, op. cit„ págs. 9-10,

o elo mais fraco da cadeia -- a estrutura particular que é campo das maiores contradições. O potencial progressista destas contradições já foi enfatizado. Em um contexto de igualdade jurídica, a liberação] da experiência sexual das relações que são estranhas a ela - se procriação ou propriedade - poderia levar à verdadeira liberdade inter-sexual. Mas poderia também conduzir simplesmente a novasl formas de ideologia e prática neocapitalistas. Pois uma das forças por trás da atual aceleração da liberdade sexual tem sido sem dúvida a conversão do capitalismo contemporâneo de um éthos produção trabalho em um ethos consumo-e-divertimento. Rierman comentou este desenvolvimento no início da década dos cinquenta:

"...não há apenas um aumento no lazer, mas o próprio trabalho torna-se tanto menos interessante Como menos exigente para muitos... mais do que antes, enquanto diminui a disposição para o trabalho, o sexo penetra nas horas vagas, bem como nos momentos de entretenimento. É visto como um bem de consumo não apenas pelas velhas classes desocupadas, mas pelas modernas massas descansadas."[48] O ponto principal do argumento de Riesman é que em uma sociedade enfastiada pelo trabalho, o sexo é a única atividade, a única reminiscência das energias que se possui, o único ato competitivo; a última defesa contra a vis inertiae. A mesma visão pode ser encontrada, com maior profundidade teórica, na noção de Marcuse de "de-sublimação repressiva"a libertação da sexualidade para sua própria frustração no serviço de uma máquina social totalmente coordenada e envenenada.[49] A sociedade burguesa atualmente pode bem arcar com uma área de jôgo sexual pré-marital não-procriativo. Mesmo o casamento pode salvar-se aumentando os índices de divórcio e recasa- jnentos, significando a importância da própria instituição. Estas considerações tornara claro que a sexualidade, embora possa presentemente conter o maior potencial para a libertação - pode igualmente ser organizada contra qualquer aumento de suas possibilidades humanas. Novas formas de reificação estão emergindo, que podem esvaziar a liberdade sexual de qualquer significado. Isto é um lembrete de que embora uma estrutura possa ser o elo mais fraco em uma unidade como a da condição da mulher, jamais pode haver uma solução através dela tomada isoladamente. O utopismo de Fourier ou Reich foi precisamente pensar que a sexualidade poderia inaugurar uma tal solução geral. A observação de Lênin a Clara Zetkin é um corretivo salutar, se exagerada: "Quão bravia e revolucionária possa ser (a liberdade sexual), ainda é na verdade bem burguesa. É, principalmente, um hobby dos intelectuais e das áreas mais próximas a eles. Não há lugar para ela no partido, na consciência de classes, na luta, no proletariado."[50] Pois uma solução geral só pode ser encontrada em uma estratégia que afete todas as estruturas da exploração das mulheres. Isto significa a rejeição de duas crenças dominantes na esquerda:

Reformismo: Esta agora assume a forma de limitadas reivindicações de melhoramentos: paridade salarial para as mulheres, mais escolas do tipo creche, melhores facilidades de retreinaménto, etc. Em sua versão contemporânea, está completamente divorciada de qualquer . crítica fundamental da condição das mulheres ou qualquer visão de sua libertação real (nem sempre foi assim). Na medida em que representa um tépido adorno do status quo, deixa uma essência progressista bem limitada..

Voluntarismo: Esta assume a forma de exigências maximalistas a abolição da família, a eliminação

48 Riesman, op. cit., pág. 154.

49 Marcuse oferece a perspectiva de uma sociedade desocupada, produ-zida pela automação, e a consequente mudança de um ethos de Prometeu para outro de Orfeu (o erotismo sobre o esfôrço de trabalho); e vê nisto a verdadeira libertação da energia sexual para seu próprio fim estético. Embora ilustre a diferença (Eros and Civilization — 1955 — págs 1.978), esta noção está muito próxima das imagens de sociedades primitivas, dominadas pela aura do afrouxamento materno: "... a satisfação... — seria sem trabalho — isto é, sem o domínio do trabalho alienado sobre a existência humana. Sob condições primitivas, a alienação ainda não surgiu por conta do caráter primitivo das próprias necessidades, O caráter rudimentar (pessoal ou sexual) da divisão do trabalho, e a ausência de uma especialização hierárquica institucionalizada de funções, Sob as condições "ideais" da civilização industrial madura, a alienação seria completada pela automatização geral do trabalho, redução do tempo de trabalho a um mínimo, e a permutabilidade de funções, ... a redução do dia de trabalho a um ponto em que o mero quantum do tempo de trabalho já não tolhe o desenvolvimento humano é o primeiro pré-requisito para a liberdade." (Ibid, pág. 138). Contra o uso consumidor do sexo ilustrado por Riesman, Marcuse apresenta a necessidade da igual distribuição do lazer, e, por esta razão, á regressão a um padrão de vida mais baixo"; um novo conjunto de valores das necessidades humanas básicas, liberdade da culpa e do temor ...") contra uma cultura TV-automatizada. Isto é pre-maturo.

50 Clara Zetkin Reminiscence of Lenin (1925). Trad. inglêsa 1929 - págs . 52-53.

de tôdas as restrições sexuais, a separação obrigatória de pais e filhos - que não tem chanche de conquistar qualquer apoio amplo atualmente, e que serve apénas como um substituto para o trabalho da análise teórica ou a persuasão prática. Ordenando todo o assunto em têrmos totalmente intransigentes, o voluntarismo objetivamente ajuda a mantê-lo fora do campo da discussão política normal.

Qual, então, é a atitude revolucionária responsável? Ela deve incluir tanto reivindicações imediatas como fundamentais, em uma crítica única do conjunto da situação das mulheres, que não fetichize qualquer dimensão dela. O desenvolvimento industrial moderno, como tem sido visto, tende para a separação da função originariamente unificada da família - procriação, socialização, sexualidade, subsistência econômica, etc. - mesmo se esta "diferenciação estrutural" (para usar um têrmo de Parsons) tenha sido reprimida e dissimulada peía manutenção de uma poderosa ideologia familiar. Esta diferenciação fornece a base histórica real para as exigências ideais que deveriam ser apresentadas: a diferenciação estrutural é precisamente o que distingue uma sociedade avançada de outra primitiva (em que todas as funções sociais são fundidas en bloc).[51]

Em têrmos práticos, isto significa um sistema coerente de exigências. Os quatro elementos da condição das mulheres não podem simplesmente ser considerados de modo isolados; formam uma estrutura de inter-relações específicas. A família burguesa contemporânea pode ser vista como uma fotografia tríplice das funções sexual, reprodutiva e socializante (o mundo da mulher), abraçadas pela produção (o mundo homem) - precisamente lima estrutura que em última análise é determinada pela economia. A exclusão das mulheres da produção - atividade social humana - e seu confinamento a uma condensação, monolítica de funções em uma unidade - a família - que é unificada exatamente na parte natural de cada função, é á causa mais profunda da definição social contemporânea das mulheres como seres naturais. Por esta razão, a principal esperança de qualquer movimento de emancipação ainda deve se concentrar no elemento econômico -, a entrada das mulheres, de modo pleno, na indústria pública. O êrro dos antigos socialistas era ver os outros elementos como reduzíveis ao económico; daí o apêlo pela entrada das mulheres na produção sef acompanhado pelo slogan puramente abstrato dá abolição da família. Às exigências econômicas, ainda são primordiais, mas devem ser acompanhadas por políticas coerentes para os outros três elementos, políticas que em conjunturas particulares podem ocupar o papel primordial na ação imediata.

Econômicamente, a exigencia mais elementar não é o direito ao trabalho ou a receber salários iguais pelo serviço prestado - as duas reivindicações reformistas tradicionais - mas o direito ao trabalho igual. Atualmente, as mulheres realizam trabalhos não especializados, sem caráter cfriador, que podem ser vistos como "extensões" de seu papel familiar expressivo. São esmagádoramente Cabeleireiras, datiló - grafas, garçonetes, faxineiras, burocratas. Na classe trabalhadora, a mobilidade ocupacional é, contudo, algumas vêzes mais fácil para as moças do que para os rapazes - podem entrar em um setor burocrático em nível mais baixo. Mas somente duas em cada cem mulheres encontram-se em cargos administrativos ou empresariais, e menos de cinco em cada mil, nas profissões. As mulheres mal são sindicalizadas (25 por cento) e recebem menos dinheiro do que os homens pelo trabalho manual que realizam: em 1961, o salário industrial médio para as mulheres era menor do que a metade do dos homens, o que, mesmo descontando o trabalho em tempo parcial, representa um aumento maciço da exploração por parte do empregador.

51 (Ver Ben Brewster: "Introduction to Lukács on Bukharin", New Left Review, n.° 39, pág. 25). O modo capitalista de produção separa a família de sua associação imediata anterior com a economia, e esta marginalidade não diretamente afetada pela transformação das relações de produção, da propriedade privada para a propriedade pública, na transição para uma sociedade socialista. Como a essência do problema contemporâneo da mulher deriva desta marginalidade, com relação a. este problema, mas com relação somente a este problema, a distinção entre as sociedades industrial e pré-histórica é á significativa. Categorias importantes para um elemento da totalidade social bem podem ser irrelevantes ou mesmo perniciosas, se estendidas ao todo do desenvolvimento histórico. Argumentos semelhantes, mas principalmente a falta de espaço em um artigo curto, devem desculpar a negligenciação total de problemas surgidos de distinções de classe nas funções e status das mulheres.

Educação

Tôda a pirâmide de discriminação descansa sobre uma sólida base extra econômica - educação. A reivindicação por trabalho igual, na Inglaterra, deveria acima de tudo assumir a forma de uma exigência por um igual sistema educacional, já que isto é atualmente o principal filtro considerado isoladamente de seleção das mulheres para os trabalhos inferiores. Presentemente, há algo parecido com educação igual para ambos os sexos até os 15 anos. Depois disso, três vêzes mais rapazes do que môças prosseguem em sua educação. Somente um em cada três vestibulandos aprovados em nível A, e um em cada quatro estudantes universitários, são mulheres. Não há qualquer prova de progresso. A proporção de estudantes universitários do sexo feminino é a mesma que era na década dos vinte. Até que estas injustiças estejam terminadas, não há chance de trabalho igual para as mulheres. Não é necessário dizer que a natureza do sistema educacional, que atualmente instila a limitação da aspiração nas môças, precisa ser modificada tanto como os métodos de seleção. A educação é provàvelmeete a área chave para o avanço econômico imediato, no momento.

Somente se fôr fundada na igualdade, a produção pode ser verdadeiramente diferenciada da reprodução e da família. Mas isto exige, em troca, todo um conjunto de solicitações não-econômicas, como complemento. Reprodução, sexualidade e socialização também precisam ser libertadas de formas coercitivas de unificação. Tradicionalmente, o movimento socialista tem pedido a "abolição da família burguesa". Este slogan deve ser rejeitado como incorreto, hoje. É maximalista no mau sentido, colocando uma reivindicação que se constitui simples mente em uma negação, sem qualquer construção coerente posterior a ela. Sua fraqueza pode ser vista quando a Comparamos ao apêlo pela abolição da posse privada dos meios de produção, cuja solução — a propriedade social — está contida na própria negação. O próprio Marx aliou as duas, e sugeriu a igual futilidade das duas exigências: "... esta tendência de se opor a propriedade privada geral à propriedade privada está expressa de forma animal; o casamento... está em contraste com a comunidade de mulheres, em que as mulheres se tornam propriedade comunal e comum."[52] As razões para a fraqueza histórica da noção estão no fato de que a família jamais foi analisada estruturalmente em têrmos de suas diferentes funções. Foi uma entidade hipostasiada; a abstração de sua abolição corresponde à abstração de sua concepção. A preocupação estratégica para os socialistas deveria ser com a igualdade dos sexos, não Com a abolição da família. As consequências desta exigência não são menos radicais, mas são concretas e positivas, e podem ser integradas no curso real da história. A família, como existe atualmente, é na verdade incompatível com a igualdade dos sexos. Mas esta igualdade não virá de sua abolição administrativa, mas da diferenciação histórica de suas funções. A reivindicação revolucionária deveria ser pela libertação destas funções de uma fusão monolítica que oprime cada uma delas. Assim, a dissociação da reprodução da sexualidade liberta a o última da alienação na reprodução indesejada (e o temor disfo), e a reprodução da subjugação ao acaso e à causalidade incontralável. É assim uma exigência elementar pressionar-se pelo livre fornecimento estatal de anticoncepcionais orais. A legalização do homossexualismo - que é uma das formas de sexualidade não-reprodutiva - deveria ser upoiada exatamente pela mesma razão, e as campanhas regressivas contra ele em Cuba ou qualquer outra parte deveriam ser criticadas sem hesitação. A abolição direta da ilegitimidade como uma noção legal, como na Suécia e Rússia, tem uma implicação semelhante; separaria civicamente o casamento da paternidade.

Da Natureza á Cultura

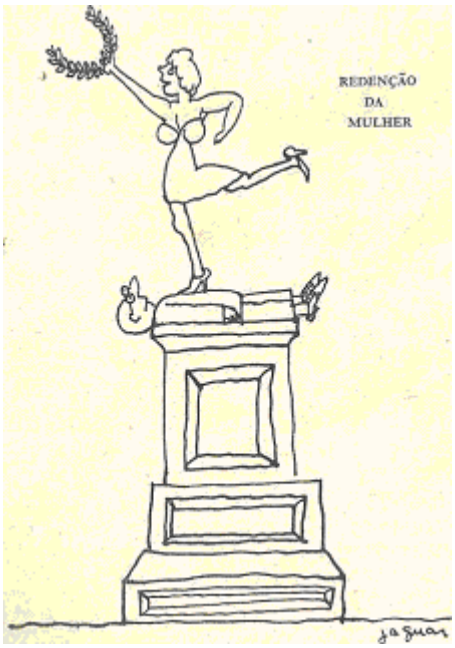
O problema da socialização apresenta questões mais difíceis, como se viu. Mas a necessidade de intenso cuidado maternal nos primeiros anos de vida da criança não significa que a atual forma sancionada de socialização, considerada isoladamente casamento e família seja inevitável. Longe disso. A caracterísi-

52 Karl Marx: A propriedade Privada e o Comunismo.

ca fundamental do sistema presente de casamento e família é o seu monolitismo, em nossa sociedade: há somente uma forma institucionalizada de relacionamento intersexual ou interprocriativo possível. É isto ou nada. Eis porque ela é essencialmente uma negação da vida. Pois toda a experiência humana mostra que os relacionamentos intersexual e interprocriativo são infinitamente variados sem dúvida, grande parte de nossa literatura criadora é uma celebração do fato enquanto a expressão institucionalizada deles em nossa sociedade capitalista é totalmente simples e rígida. A pobreza e simplicidade das instituições nesta área da vida é que constituem tal opressão. Qualquer sociedade exigirá algum reconhecimento institucionalizado e social das relações pessoais. Mas não há absolutamente razão para que deva existir apenas uma única forma legítima e uma multidão de experiências não legitimadas. O socialismo deveria significar propriamente não a abolição da família, mas a diversificação das relações socialmente reconhecidas que são hoje, forçosa e rigidamente, impelidas na sua direção. Isto significaria uma escala Variada de instituições onde a família é apenas uma, e sua abolição implica em nenhuma. Os casais vivendo juntos, ou os que não vivem reunidos, as uniões, a longo prazo com filhos, pais sozinhos criando os filhos, crianças socializadas por pais convencionais antes que biológicos, grupos aparentados estendidos, etc. — todos estes casos deveriam ser envolvidos em uma escala de instituições que irmanasse a livre invenção e a variedade de homens e mulheres.

Seria ilusório julgar e especificar estas instituições. As considerações circunstanciais sobre o futuro são idealistas e o que é pior, estáticas. O socialismo será um processo de transformação, de mudança. Uma imagem fixa do futuro é a histórica no pior sentido; a forma que o socialismo assumir dependerá do tipo precedente de capitalismo e da natureza de seu colapso. Como Marx escreveu: “O que (é progresso) se não a elaboração absoluta das disposições criadoras (do homem) , “sem quaisquer pré condições outras que a evolução histórica antecedente, que torna a totalidade desta evolução isto é, a evolução de todas as forças humanas como tal, sem que as meçam com qualquer padrão previamente estabelecido um fim em si? O que é isto, se não uma situação onde o homem não se reproduz em qualquer forma determinada, mas produz sua totalidade? Onde ele não procura permanecer como algo formado pelo passado, mas é o movimento absoluto do ‘devenir’?”[53] A libertação das mulheres sob o socialismo não será racional”, mas uma conquista humana, na longa passagem da Natureza para a Cultura, que é a definição da história e da sociedade.

(Tradução de Rodolfo Konder, do New Left Review nº 40)



53 Karl Marx: Formações Econômicas Pré-Capitalistas.

BALANÇO FINAL

Simone de Beauvoir,
Ed. Nova Fronteira,
4ª Edição, Rio de Janeiro, a partir do original publicado em 1972.

Se participei de manifestações, se me envolvi numa ação propriamente feminista, foi porque minha atitude em relação à condição da mulher evoluiu. Teoricamente conservo as mesmas posições. Mas no plano prático e tático minha posição se modificou.

Teoricamente, como já disse, se escrevesse hoje Le deuxième sexe, daria bases materialistas e não idealistas à oposição entre o Mesmo e o Outro. Fundamentaria a rejeição e a opressão do outro não no antagonismo das consciências, mas na base econômica da insuficiência da oferta em relação à procura. Disse também que o desenvolvimento do livro não se modificaria por isso: todas as ideologias masculinas visam justificar a opressão da mulher; esta é condicionada pela sociedade de maneira a consentir.

"Ninguém nasce mulher, as pessoas se tornam mulher": retomo essa fórmula que exprime uma das diretrizes de Le deuxième sexe. Obviamente existem diferenças genéticas, endócrinas, anatômicas entre a fêmea humana e o macho: mas não bastam para definir a feminilidade; esta é uma construção cultural e não um dado natural: o cientificismo nebuloso da Sra. Lilar não abalou essa convicção. Ao contrário, ela se fortaleceu, através dos estudos, cada vez mais aprofundados, que foram consagrados à infância durante esses últimos anos; todos comprovam que minha tese é correta e deveria apenas ser completada: "Ninguém nasce homem, as pessoas se tornam homem." Também a virilidade não é dada desde o início.

Freud só se interessa pela evolução das crianças a partir do momento em que, segundo ele, aparece o Édipo: três ou quatro anos. Mas trabalhos como La forteresse vide de Bruno Bettelheim mostram a importância que têm para o futuro do indivíduo os anos iniciais de sua vida. É o que confirmaram as experiências feitas em Israel pela Universidade Hebraica de Jerusalém. Uma psicóloga e um médico estudaram grupos de crianças de três anos, umas nascidas em famílias asquenazes, de bom nível econômico e cultural, outras de pais sefarditas, pobres, mal-instalados, sobrecarregados; os primeiros eram ativos, imaginativos, comunicativos, defendiam seu território e seus brinquedos; os outros eram apáticos, fechados, não sabiam brincar juntos, não defendiam suas posses; o sentido de sua existência era tão reduzido que, em fotografias, identificavam seus companheiros, mas não a si mesmos. Os dois grupos foram submetidos a uma educação intensiva durante dois anos; as crianças que eram deficientes no início desabrocharam e progrediram; mas as crianças privilegiadas aproveitaram mais ainda os esforços dos educadores: no final de dois anos seu avanço em relação aos outros era ainda mais evidente do que no início da experiência. A 'integração' fracassou: as crianças mais atrasadas persistiram em brincar só entre elas. Aos três anos, já é tarde demais para igualar as oportunidades. Segundo os trabalhos de um neurologista americano, Benjamin Bloom, e de estudiosos europeus, 50% do potencial de desenvolvimento e de aquisição do indivíduo são dados com a idade de quatro anos: se durante esses anos a criança não foi estimulada a desenvolver suas faculdades, sua evolução e sua coordenação nunca mais atingirão o mesmo grau. Basta, portanto, que os pais não 'estimulem' da mesma maneira os bebês de sexo masculino e os de sexo feminino, para que sejam constatadas diferenças significativas, entre meninos e meninas, desde a idade de três e quatro anos.

Outra série de experiências levou a conclusões semelhantes, no que se refere ao papel primor-

dial representado pelos educadores: foram as de Rosenthal e seus colaboradores. Dirigindo tra- balhos com ratos albinos, na Universidade Harvard, Rosenthal fez constatações curiosas: pensou ter observado que os resultados obtidos dependiam da atitude inicial do pesquisador: este encontrava o que esperava encontrar. Para confirmar essa hipótese, constituiu aleatoriamente dois grupos de ratos; disse aos experimentadores que o grupo A era uma seleção de sujeitos particularmente treinados em percorrer com êxito labirintos; e o grupo B, ao contrário, era incompetente. Os experimentadores obtiveram resultados brilhantes com o grupo A, lamentáveis com o grupo B: seu otimismo, ou seu derrotismo, evidentemente haviam influenciado a maneira como conduziram suas experiências. Rosenthal submeteu professores a uma prova análoga. Fez com que aplicassem testes em estudantes. Compôs duas listas, de maneira que o quociente intelectual médio dos sujeitos fosse o mesmo para cada uma. Comunicou que colocara na primeira os estudantes mais dotados, na segunda os médios ou fracos. Os professores aplicaram novos testes nos estudantes: os da primeira categoria obtiveram um quociente extremamente elevado, os da segunda mostraram-se muito medíocres. Todo pedagogo sabe que, para que uma criança tenha êxito, é preciso que se confie nela: se duvidamos dela, se a desencorajamos, ela fracassa. A experiência de Rosenthal - e ele fez muitas outras que chegaram às mesmas condições - demonstra com evidência gritante que, durante uma aprendizagem, a atitude do mestre em relação ao aprendiz tem papel determinante: ele obtém aquilo que espera. Ora, desde o berço, e mais ainda daí em diante, os pais esperam coisas diferentes da menina e do menino. É claro que tal expectativa não é um estado de alma: traduz-se em comportamentos.

As mãos “manipulam, acariciam e carregam diferentemente os meninos e as meninas”, diz o psicanalista americano Robert J. Staller, que estudou especificamente o transexualismo masculino.

Ele afasta decididamente “a idéia desacreditada de que a masculinidade e a feminidade são desde o início produzidos biologicamente nos seres humanos”; lembra “as inúmeras experiências naturais que demonstraram que os efeitos da aprendizagem, que começa com o nascimento, determinam a maior parte da identidade do sexo”. Afirma: “Não é graças a alguma força inata que o bebê saberá que é do sexo masculino e assim se tornará masculino. Os pais ensinam-lhe isso, da mesma maneira que poderiam ensinar-lhe outra coisa... Escolha do nome, cor e tipo de roupa, forma de carregar a criança, proximidade e distância, gênero de jogos - tudo isso, e muitas outras coisas ainda, começam quase que no nascimento.”

A mãe principalmente trata de maneira diferente o sexo do filho e o da filha. As mães não brincam com o pênis de seus filhos com tanto prazer como as amas de Gargântua, como as de Luís XIII com seu bebê: mas orgulham-se dele, dão-lhe um nome carinhoso, eventualmente o elogiam. Nada disso para a menina, cujo sexo permanece um domínio escondido. É isso o que explica - e não um instinto misterioso - a diferença de comportamentos, observáveis desde a idade de dois anos, entre meninos e meninas. Uma moça que trabalha numa creche contou-me o quanto isso á impressionara; os meninos, quando vão ao banheiro, exibem espontaneamente seu sexo; as meninas já aprenderam a ‘esconder isso’; são tímidas e envergonhadas; os meninos espiam suas coleguinhas quando estas se lavam ou fazem suas necessidades: elas não espiam os meninos. Uma vez mais, é um contra-senso imaginar que seu pudor possa ser produzido pelos hormônios: foi ensinado e aprendido, como o serão a seguir todas as outras qualidades ditas especificamente femininas. Tentei mostrar em Le deuxième sexe como se opera especificamente essa formação. Os brinquedos dados às crianças, necessariamente, impõem-lhes papéis; a menina aceita como seu o da mãe, o menino, o do pai. Os pais estimulam essa diferenciação em todos os campos, porque um de seus maiores medos é ter um homossexual como filho ou uma filha masculinizada.

Sabe-se que, para Freud, a diferença entre o homem e a mulher é totalmente explicada pela diferença de suas anatomias, invejando a menina o pênis dos meninos e lutando, durante toda a sua vida, para compensar tal inferioridade. Afirmei em Le deuxième sexe que não aceitava essa interpretação. Muitas meninas ignoram a anatomia dos meninos; quando descobrem o pênis fazem-no frequentemente

com indiferença ou até com desagrado. Retomando essa discussão em Politics of sex, Kate Millet pergunta por que acharia a menina, a priori, que um objeto é superior a outro pelo fato de ser maior? Segundo Freud, ela veria nele um órgão mais propício à masturbação do que o clitóris: mas ela jamais capta o pênis em sua função masturbatória. E sabe mesmo que possui um clitóris? Freud só conhecia a mulher através de casos clínicos; suas pacientes sofriam de inibições sexuais e estavam insatisfeitas com sua condição. Ele quis explicar esse segundo fato através do primeiro. Mas é a sociedade que revela à mulher uma inferioridade que lhe impõe. Aliás, o próprio Freud confessou, no final de sua vida, que nunca entendera nada das mulheres. Compartilhava um preconceito machista de sua época e de seu meio, que fazia com que considerasse a mulher como um homem incompleto. Essa idéia, que muitos psicanalistas rejeitam hoje, foi amplamente explorada pelos pós-freudianos: a uma mulher que não se colocava 'em seu lugar' imputavam imediatamente um 'complexo de masculinidade'.

Tanto na França como nos Estados Unidos, depois de Le deuxième sexe, surgiu abundante literatura dedicada a convencer a mulher de sua 'vocação específica'. Pretendia 'desmistificar o feminismo', o que na verdade redundava em mistificar as mulheres. Afirmou-se que este era ultrapassado, antiquado: argumento arrasador numa época submetida ao terrorismo da modernidade. Dizia-se que as próprias mulheres o recusavam; as que trabalham só têm decepções em sua profissão; preferem permanecer no lar. Quando duas castas se enfrentam, na menos favorecida encontram-se sempre indivíduos que, por interesses pessoais, aliam-se aos privilegiados.[54] E, além disso, deve-se desconfiar das pesquisas sociológicas, quásé sempre realizadas dentro do conservadorismo: frequentemente, é a maneira de colocar a pergunta que dita a resposta. Por outro lado, é verdade que, nas condições atuais, o trabalho que acumulam com as tarefas caseiras não proporciona às mulheres as mesmas gratificações que proporciona aos homens: estas lhes são recusadas pela sociedade, que faz tudo para deixá-las culpadas. Finalmente, a mulher do lar, de um modo geral, está muito longe de sentir a satisfação que demonstra; descontente com seu destino, não deseja que o de suas filhas seja mais ameno e, assim, quanto mais sofre com isso, mais rigidamente deseja a manutenção dessa condição. Quanto aos homens, procuram obstinadamente conservar a afirmação de sua superioridade. O machismo está tão enraizado no coração dos homens franceses, que não hesitam em baseá-lo no fato de urinarem de pé - o que de certa maneira é mais diminutivo, do ponto de vista dos homens muçulmanos. Chaban-Delmas, invocando entusiasticamente a 'nova sociedade', precisou que nela a mulher seria igual ao homem, mas obviamente mantidas as diferenças. Aparentemente, tais diferenças a destinam essencialmente a faxinar: limpar os bebês, os doentes, os velhos, é esse o 'serviço social' que lhes propôs o Sr. Debré. O fato é que na França, nesses últimos dez anos, a condição da mulher em nada mudou. Concederam-lhe um arranjo do regime matrimonial. A contracepção foi permitida: mas já referi que somente 7% das francesas em idade de procriar utilizam os métodos anticoncepcionais. O aborto permanece rigorosamente proibido. Os trabalhos domésticos recaem exclusivamente nas mulheres. Suas reivindicações na qualidade de trabalhadoras são abafadas.

Nos Estados Unidos, algumas mulheres tomaram consciência dessa opressão e se rebelaram. Em 1963, Betty Friedan publicou um livro excelente, The feminine mystique, que teve imensa repercussão. Nele descrevia um mal-estar que não consegue manifestar-se: o mal-estar da doria-de-casa. Mostrava os procedimentos através dos quais o capitalismo manipula as mulheres para aprisioná-las no papel de consumidoras: interessa à indústria e ao comércio elevar as cifras de venda. Ela denunciava a utilização do freudismo e da psicanálise pós-freudiana, no sentido de convencer a mulher de que um destino singular lhe é imposto: cuidar de sua casa e ter filhos. Três anos depois, Betty Friedan fundou o NOW, movimento feminista liberal e reformista, que logo foi ultrapassado por movimentos mais radicais, criados por mulheres mais jovens. Em 1968, surgiu o Scum Manifesto: manifesto da Society for Cutting Up Men;[55] não deve ser considerado um programa sério: trata-se de um panfleto virulento, estilo Swift, no qual a revolta contra o homem é levada ao absurdo. Muito mais importante foi o nascimento, no outono de 1968,

54 "A mulher se valoriza a seus olhos e aos dos homens, adotando o ponto de vista do homem." G. Texcier, "Les enquêtes sociologiques et les femmes", Les Temps Modernes, 1.12.65.

55 Sociedade pela emasculação dos homens. Há um trocadilho com ai palavra scum que significa a escuma, a escória da terra.

do Women's Lib, o Movimento de Libertação das Mulheres, que reuniu uma grande quantidade delas. Formaram-se outros grupos. Esse novo feminismo se deu a conhecer através de manifestações mais ou menos espetaculares e por abundante literatura: inúmeros artigos e livros, entre os quais Politics of sex de Kate Millet, Dialectic of sex de Shulamith Firestone, Sisterwood is powerful, conjunto de estudos publicados por Robin Morgan, The woman eunuch de Germaine Greer. O que essas mulheres reivindicam não é uma emancipação superficial, mas a 'descolonização' da mulher, porque se consideram 'internamente colonizadas'. Exploradas, enquanto donas-de-casa a quem a sociedade extorque um trabalho não remunerado, são vítimas de discriminação no mercado de trabalho: oportunidades e salários iguais aos dos homens lhes são recusados. O movimento assumiu grande extensão nos Estados Unidos. Estendeu-se a diversos países, especialmente a Itália e a França, onde se desenvolveu, a partir de 1970, o Movimento de Libertação da Mulher.

De onde se originou tal explosão? Há duas razões principais. A primeira é que, numa sociedade capitalista desenvolvida, a condição das mulheres - economicamente muito vantajosa do ponto de vista dos homens - a seus olhos representa uma contradição. O trabalho doméstico, numa sociedade baseada na produção de mercadorias, não é considerado um trabalho real: para que se tomasse tal, teria de ser convertido em produção pública. A subsistência de trabalhos caseiros realizados - ainda que com ajuda de máquinas - no interior de cada lar destoa numa sociedade tecnocrata, na qual as outras formas de trabalho são cada vez mais rigorosamente racionalizadas. A segunda razão, a mais importante, é que as mulheres constataram que os movimentos de esquerda e o socialismo não resolveram seus problemas. Mudar as relações de produção não é suficiente para transformar as relações dos indivíduos entre eles, e, especificamente, em nenhum país socialista a mulher se tornou igual ao homem. Muitas militantes do Women's Lib ou do Movimento de Libertação da Mulher francês tiveram pessoalmente essa experiência: nos grupos mais autenticamente revolucionários, a mulher é limitada às tarefas mais ingratas e todos os líderes são de sexo masculino. Quando, em Vincennes, um punhado de mulheres levantou o estandarte da revolta, esquerdistas invadiram o recinto gritando: "O poder está no falo." As americanas tiveram experiências análogas.

Quanto à tática e às ações, as feministas atuais foram influenciadas, nos Estados Unidos, pelos hippies, os yippies, e, especialmente, os Panteras Negras; na França, pelos acontecimentos de maio de 1968: visam a uma outra forma de revolução que não a da esquerda clássica e inventam métodos novos para obtê-la.

Li a literatura feminista americana, correspondi-me com militantes, estive com algumas delas, e fiquei feliz ao saber que o novo feminismo ainericano vincula-se a Le deuxième sexe: em 1969, a tiragem em edição de bolso foi de setecentos e cinquenta mil exemplares. Que a mulher seja fabricada pela civilização, e não biologicamente determinada, é um ponto que nenhuma feminista coloca em dúvida. Elas se afastam de meu livro no plano prático: recusam-se a confiar no futuro, querem desde já dirigir seus destinos. Foi neste ponto que mudei: dou-lhes razão.

Le deuxième sexe pode ser útil a militantes: mas não é um livro militante. Acreditava que a condição feminina evoluiria junto com a sociedade. Escrevi: "Em linhas gerais, ganhamos a partida. Muitos problemas nos parecem mais essenciais do que os que nos concernem singularmente." E em La force des choses, disse, referindo-me à condição feminina: "Ela depende do futuro do trabalho no mundo, só mudará seriamente ao preço de urna reviravolta da produção. Foi por isso que evitei fechar-me no feminismo." Um pouco mais tarde, numa entrevista com Jeanson,[56] declarei que era voltando, o mais radicalmente possível, meu pensamento para o feminismo que o interpretavam mais exatamente. Mas continuava num plano teórico: negava radicalmente a existência de uma natureza feminina. Agora, entendo por feminismo o fato de lutar por reivindicações propriamente femininas, paralelamente à luta de classes, e me declaro

56 Francis Jeanson, Simone de Beauvoir ou l'entrepfise de vivre

feminista. Não, não ganhamos a partida: na verdade, desde 1950 quase não ganhamos nada. A revolução social não será suficiente para resolver nossos problemas. Esses problemas dizem respeito a um pouco mais da metade da humanidade: considero-os, atualmente, essenciais. E espanta-me que a exploração da mulher seja aceita com tanta facilidade. Considerando as democracias antigas, profundamente,ligadas a um ideal igualitário, custa conceber que a condição de escravas lhes tenha parecido natural: aparentemente, a contradição deveria ter-lhes saltado aos olhos. Talvez um dia a posteridade venha a perguntar-se, com a mesma perplexidade, como democracias burguesas ou populares puderam manter sem escrúpulos uma desigualdade radical entre os dois sexos. Por momentos, embora veja claramente suas razões, eu mesma me surpreendo com isso. Em resumó, no passado achava que a luta de classes devia ter prioridade sobre a luta dos sexos. Hoje considero que as duas devem ser travadas ao mesmo tempo.

Em seu excelente livrinho Woman's estate,[57] Juliet Mitchell descreve muito bem as divergências que separam o feminismo radical do socialismo abstrato.

Feminismo radical
Os homens são opressores.
Todas as sociedades deram supremacia aos homens.
É antes uma luta psicológica pelo poder, e os homens vencem.
O socialismo nada tem a oferecer-nos.
Etc.

Socialismo abstrato
Ê o sistema que é opressivo.
O capitalismo oprime as mulheres.
A situação se explica pela propriedade privada.
Devemos descobrir nossa relação com o socialismo.

Há alguns anos, teria defendido exatamente as teses do socialismo abstrato; hoje penso, como Juliet Mitchell, que nenhuma das duas séries de afirmações se basta: cada uma delas deve ser completada pela outra. Sim, o sistema esmaga os homens e as mulheres, e incita aqueles a oprimirem estas: mas cada homem adota e interioriza isso a seu modo; manterá seus preconceitos, suas pretensões, mesmo que o sistema mude. Assim como, ejn 1968, a revolta dos jovens não podia, por si só, desembocar na revolução, a revolta das mulheres não conseguiria subverter o regime da produção. Mas, por outro lado, está provado que o socialismo — tal como é realizado atualmente — o não emancipou as mulheres. Um socialismo verdadeiramente igualitário conseguiria isso? Por ora, isso é uma utopia, enquanto que a condição a que está submetida a mulher é uma realidade.

Há muitos pontos em relação aos quais as feministas estão divididas. Sobre o futuro da família, hesitam. Algumas — entre outras Shulamith Firestone - consideram que sua destruição é necessária para a libertação da mulher e também para a das crianças e adolescentes. O fracasso das instituições que substituem os pais nada prova: trata-se de depósitos de rebotalhos, à margem de uma sociedade que teria de ser radicalmente reestruturada. Ê verdade e também considero válidas as críticas que Firestone faz à família. Deploro a escravidão imposta à mulher através dos filhos e os abusos de autoridade aos quais estes são expostos. Os pais fazem com que os filhos participem de seus jogos sado-masoquistas, neles projetando suas fantasias, suas obsessões, suas neuroses. É uma situação eminentemente doentia. As tarefas parentais deveriam ser equitativamente distribuídas entre o pai e a mãe. Seria desejável que os filhos não

57 Publicado em 1971, retoma e completa um interessante artigo, "The longest revolution", publicado alguns anos antes na Inglaterra em New Left Review.

ficassem totalmente entregues a eles, que sua autoridade fosse restrita e severamente controlada. Assim organizada, a família conservaria uma utilidade? Existem comunidades nas quais todas as crianças ficam sob a responsabilidade de todos os adultos e que obtiveram excelentes resultados; mas são pouco numerosas para que se possa considerar que constituem uma solução do problema. Como muitas feministas, desejo a extinção da família, mas sem saber exatamente o que colocar em seu lugar.

Um outro ponto é controvertido: a relação da mulher com o homem. Quanto à necessidade de redefinir o amor e a sexualidade, todas as feministas estão de acordo. Mas algumas negam que o homem tenha um papel a representar na vida da mulher, particularmente em sua vida sexual, enquanto outras desejam reservar-lhe um lugar em sua existência e em sua cama. Concordo com a posição destas últimas. Absolutamente não aceito a idéia de aprisionar a mulher num gueto feminino.

Apoiando-se nas experiências de laboratório realizadas por Masters e Johnson, algumas feministas afirmam que o orgasmo vaginal é um mito e que só é real o orgasmo clitoridiano: para obter prazer sexual, a mulher não teria nenhuma necessidade do homem, ao contrário do que afirmava Freud. Sem dúvida alguma, a atitude de Freud sobre esse ponto inspirou-se em sua concepção patriarcal da relação dos sexos: trata-se de recusar à mulher a autonomia sexual e de colocá-la sob a dependência do homem. Ele chega a escrever: "A masturbação do clitóris é uma atividade masculina e a eliminação da sexualidade clitoridiana é uma condição necessária para o desenvolvimento da feminidade." Sendo o clitóris um órgão exclusivamente feminino, é gritante o absurdo da primeira frase. Ê um preconceito supor que uma mulher que escolhe o prazer clitoridiano - na homossexualidade ou no onanismo - é menos equilibrada do que outra.

Por outro lado, a idéia de eliminar a sexualidade clitoridiana é errônea; o clitóris está intimamente ligado à vagina e talvez seja essa ligação que torne possível o orgasmo vaginal. Uma vez esclarecido isso, é inegável que existe uma especificidade no prazer obtido com penetração vaginal e é esse que muitas mulheres consideram o mais rico e o mais satisfatório. As experiências de laboratório que isolam a sensibilidade interna da vagina do conjunto de suas reações nada provam. O coito não é uma relação entre dois aparelhos genitais, nem sequer entre dois corpos, mas entre duas pessoas, e o orgasmo é um fenômeno psicossomático por excelência.[58]

Também não aceito, a idéia segundo a qual todo coito é uma violação. Acho até que fui longe demais quando escrevi em Le deuxième sexe: "A primeira penetração é sempre uma violação." Referia-me sobretudo as noites de núpcias tradicionais, nas quais uma virgem desinformada é deflorada de maneira mais ou menos inábil. É verdade que muitas vezes, em todas as camadas da sociedade, o homem frequentemente 'possui' a mulher, sem pedir sua opinião e até utilizando a força; se o coito lhe é infligido Sem que ela o deseje, então é uma violação. Mas pode também consistir numa troca das duas partes, de livre consentimento; então, identificar a penetração com uma violação é recair em todos os mitos masculinos que fazem do membro viril uma relha, uma espada, uma arma dominadora.

O ódio aos homens leva algumas mulheres a uma recusa de todos os valores reconhecidos por eles, a uma rejeição de tudo o que chamam de 'modelos masculinos'. Não concordo com isso, já que não acredito que existam qualidades, valores, modos de vida especificamente femininos: isso seria admitir a existência de uma natureza feminina, isto é, aderir a um mito inventado pelos homens para aprisionar as mulheres em sua condição de oprimidas. Para as mulheres, não se trata de afirmar-se como mulheres, mas de tornar-se seres, humanos com todos os seus direitos. Recusar os 'modelos masculinos' é uma insensatez. A verdade é que a cultura, a ciência, as artes, as técnicas foram criadas pelos homens, já que

58 Em seu livro Le sexe de la femme, Gérard Zwang descreveu com muita exatidão as condições e o mecanismo do prazer vaginal (p. 125 a 129). Lembra que os casos de onanismo vaginal são muito numerosos; o uso que os andinos fazem do guesquel, a maneira pela qual os polinésios e muitos outros povos vestem o sexo masculino, não teriam nenhum sentido em caso de insensibilidade vaginal. Cf. também Mary Jane Sher Fey M.D., The nature and evolution of female sexuality, Random House, New York, 1972.

eram eles que representavam a universalidade. Assim como o proletariado utiliza, a sua maneira, a herança do passado, as mulheres devem apoderar-se dos instrumentos. forjados pelos homens e servir-se deles em seu próprio interesse. A verdade é que a civilização estabelecida pelo sexo masculino, ao mesmo tempo em que visa à universalidade, reflete seu masoquismo; até seu vocabulário está marcado por isso. Nas riquezas que retomamos deles, temos de distinguir com muita atenção aquilo que tem um caráter universal e o que traz a marca de sua masculinidade. As palavras branco, preto são tão adequadas para nós como para eles: não assim a palavra viril. Creio que é possível estudar matemática, química, com toda a segurança; a biologia é mais suspeita e, mais ainda, a psicologia, a psicanálise. Dentro de nossa perspectiva, parece-me necessária uma revisão do saber, mas não seu repúdio.

Tive contacto, pessoalmente ou através de seus escritos, com grande quantidade de feministas com as mesmas posições minhas e é por isso, como já mencionei, que pude participar de algumas de suas ações e ligar-me a seu movimento. Tenho toda a intenção de prosseguir nesse caminho.

MARXISMO E FEMINISMO: AFINIDADES E DIFERENÇAS

Maria Lygia Quartim de Moraes,
(Professora do Departamento de Sociologia, IFCH, Unicamp.)
Revista crítica marxista, nº 11, Editorial Boitempo, 2000, SP.

I. De Karl Marx a Juliet Mitchell

O marxismo e a psicanálise constituem as duas maiores revoluções teóricas do milênio. Ambas, à sua maneira, provocaram profundas e irreversíveis mudanças no campo das idéias e no campo das práticas sociais. A grande obra teórica do marxismo persiste sendo O capital. A análise da dinâmica da luta de classes e a especificidade de funcionamento do modo de produção capitalista - a contradição entre o crescente desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção - permanecem válidas em todos os seus pressupostos e desdobramentos. A tendência avassaladora do capitalismo, o impulso ao aperfeiçoamento técnico, o inexorável crescimento da magnitude do capital e sua centralização nas mãos de um número menor de bilionários estão entre as leis definitivamente estabelecidas por Marx.

No tocante à "questão da mulher", a perspectiva marxista assume uma dimensão de crítica radical ao pensamento conservador. Em A origem da família, da propriedade privada e do Estado[59] a condição social da mulher ganha um relevo especial pois a instauração da propriedade privada e a subordinação das mulheres aos homens são dois fatos simultâneos, marco inicial das lutas de classes. Nesse sentido, o marxismo abriu as portas para o tema da "opressão específica", que seria retomado e retrabalhado pelas feministas marxistas dos anos 1960-70. Em A ideologia alemã, de 1846, a instituição da família aparece como um dos momentos de passagem para a sociedade de classes. Esta hierarquização se dá no interior do próprio processo de trabalho, pois, como assinalam Marx e Engels:

> ...a divisão do trabalho repousa sobre a divisão natural do trabalho na família e sobre a separação da sociedade em famílias isoladas e opostas umas às outras, e esta divisão do trabalho implica ao mesmo tempo a repartição do trabalho e de seus produtos; distribuição desigual, na verdade, tanto em quantidade como em qualidade; ela implica pois a propriedade; assim, a primeira forma, o germe reside na família, onde a mulher e as crianças são escravas do homem. A escravidão, ainda latente e muito rudimentar na família, é a primeira propriedade... [60]

No Manifesto Comunista, de 1848, Marx e Engels reafirmam a mesma identidade entre a opressão da mulher, família e propriedade privada, preconizando a abolição da família como meta dos comunistas.[61] Assim, a ênfase na historicidade das instituições humanas permitiu a compreensão da família como fenômeno social em que a divisão social do trabalho é também uma divisão sexual entre funções femininas e masculinas. Mais do que isso: abriu espaço para novos tipos de projetos e relações entre os sexos. Com Engels e Marx, as feministas da esquerda européia, nos anos 1960-70, puderam construir uma "teoria da opressão" e partir para a luta.

A inegável influência marxista nas formulações feministas não significa, por outro lado, que o mar-

59 1 Engels, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. São Paulo. Civilização Brasileira, 1977.

60 Marx, K. e Engels, F. L'idéologie allemande. Paris, Editions Sociales, 1970, p. 47.

61 Marx, K. Oeuvres. Paris, Plêiade, 1965, p. 1 78.

xismo possa dar conta por completo da "questão da mulher". No seu livro Women's Estate, cuja primeira edição data de 1966, Juliet Mitchell, jovem intelectual inglesa do grupo da New Left Review, parte da dialética entre os ditames da produção econômica e as contingências do processo de reprodução da espécie para explicar a situação da mulher na sociedade. A dialética "produção-reprodução social", nos termos da autora, define o lugar da mulher nas sociedades de classe. A mulher é explorada no trabalho e confinada à casa. Sua submissão e seu lugar subalterno na vida econômica seriam compensados pelo seu poder na família:

> A situação das mulheres é diferente da de outros grupos sociais oprimidos: elas são a metade da humanidade (...) à mulher é oferecido um mundo próprio: a família. Exploradas no trabalho, relegadas à casa: estas duas posições compõem sua opressão.[62]

O pensamento conservador toma a família como uma entidade supra-his- tórica, uma instituição sempre idêntica, na qual as funções e papéis são "naturalmente" como masculinos e femininos. A ideologia do "niihiuil i" v alta Juliet Mitchell, visa justamente obscurecer a historicidade d" lamtlia " !*?** funções nela desempenhadas pelas mulheres:

> Fala-se da mulher, da família como se fossem sempre as mesmas (...) Av.im a análise da feminilidade e da família devem ser um todo monolítico: mar filho, lugar de mulher (...) seu destino natural.[63]

A idéia de destino natural tem de ser "desconstruída" e, nesse sentido, ;i teoria socialista do passado não chegou a isolar os diferentes elementos da condição feminina que formam uma estrutura complexa e não uma unidade simples. Não é possível reduzir a opressão da mulher a uma única dimensão, como formula Engels, nem mesmo equacioná-la como símbolo da opressão geral, como afirma Marx em seus primeiros escritos. "É preciso pensá-la como uma estrutura específica, isto é, como unidade de elementos diferenciados", preconiza Mitchell.[64]

De fato, as vicissitudes da condição feminina decorrem da complexa dialética entre os papéis e lugares socialmente atribuídos às mulheres e que dizem respei to, especialmente, ao lugar na produção dos bens (a esfera da produção), a sexualidade e ao cuidar das crianças. Juliet Mitchell constata os limites do marxismo para o entendimento das diferenças sexuais e seus componentes psíquicos concluindo que só a psicanálise, como ciência do inconsciente, forne ce a chave teórica para a questão das diferenças sexuais. Freud, com a descoberta do inconsciente, revelou a importância da dimensão psíquica, criando um novo continente teórico.[65] A psicanálise, na sua dupla dimensão de teoria e de prática clínica, nos ajuda a entender como "a mulher torna-se mulher". E o "ser mulher" passa pela subjetividade, por processos psíquicos através dos quais construímos um "eu", mais ou menos estruturado.[66] Desta maneira, o feminismo radical dos anos 70 apropriou-se não somente do marxismo como teoria revolucionária falava-se da "libertação feminina" - como da psicanálise e do amplo caminho aberto pela descoberta dos processos do inconsciente humano.

62 Mitchell, Juliet. Woman's Estate. England: Penguin Books, 1971, p.

63 Idem, p. 100.

64 Idem, p. 167.

65 Althusser, Louis, Freud e Lacan e Marx e Freud, 3º ed. São Paulo, Graal, 1991. O feminismo também colaborou em novas orientações para o estudo da psicanálise, especialmente referidas ao esclarecimento do "continente negro" da feminilidade. Hoje existe uma extraordinária pletora de bons estudos sobre o tema, como é o caso de Emilce Bleichmar e seu livro O feminismo expontâneo da histeria. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

66 Foge do escopo desta exposição a questão da psicanálise, como teoria e como prática clínica. No entanto, constitui, a meu ver, uma contribuição indispensável para pensarmos a questão da "opressão específica da mulher".

O feminismo brasileiro

Os movimentos feministas tiveram força política suficiente para impor a década da mulher instituída pela ONU (1975/85) e de manter a questão da desigualdade como tema na chamada "pauta dos direitos humanos". O feminismo dos anos 60-70 enfrentou a Igreja Católica e os conservadores, na Itália e na França, conquistando o direito ao divórcio e ao aborto por plebiscito nacional, com o apoio da esquerda socialista e comunista. Ao mesmo tempo, o feminismo ganhou visibilidade quando as mulheres passaram a organizar-se autonomamente, no quadro da nova esquerda, à margem dos partidos tradicionais.

No Brasil, a importância do feminismo marxista/socialista refletiu-se na grande recepção que suas teses tiveram nos movimentos sociais. As feministas atuavam nos clubes de mães, nos movimentos de base, via de regra em parceria com a ala progressista da Igreja Católica. Além do trabalho "junto às bases populares", no jargão político daquele momento, as feministas que mi- litavam em São Paulo, Rio de Janeiro e Recife lutavam também pela anistia, pelas liberdades democráticas e pelo fim do regime militar.

As feministas marxistas brasileiras incluíam em sua bibliografia obrigatória autores como Marx, Engels, Alexandra Kollontai, Simone de Beauvoir e Juliet Mitchell. As preferências literárias das feministas revelam a preocupação com certas questões centrais para as quais o marxismo fornecia um modelo explicativo. Urgia enfrentar o discurso conservador que preconizava a conformidade da mulher com seu destino de mãe e esposa. A defesa da "família" como instituição universal e supra-histórica fazia parte do ideário patriarcal que era preciso combater. Além do mais, era importante lutar pela emancipação econômica da mulher, pelo direito ao trabalho e, concomitantemente, contra as desigualdades sofridas em termos de salários e postos. Igual salário para igual trabalho era a primeira das reivindicações com relação à esfera econômica. A análise dos editoriais e temas da imprensa feminista, especialmente o jornal paulista Nós mulheres (76/79) revela a influência do marxismo - o discurso da opressão específica da mulher, com sua dupla jornada de trabalho - e a primazia de artigos sobre trabalho e política.

A década de 80 inicia-se com duas importantes vitórias das forças de oposição à ditadura militar: a anistia política e o retorno ao voto, com as eleições de 82. As sementes plantadas pelas feministas deitaram raízes, como se observa tanto no tocante às creches quanto nas importantes mudanças da legislação, especialmente na área da família, que foram incorporadas à Constituição de 1988. Ao mesmo tempo, os anos 80 também marcam a consolidação da hegemonia dos Estados Unidos e da retórica neoliberal. A crítica ao projeto do Estado de bem-estar social vem acompanhada de ataques a seus defensores, que são chamados de "antimodernizantes".

O solapamento das conquistas históricas dos trabalhadores e o agrava mento da crise social constituem o resultado mais evidente das políticas monetaristas e de privatização do patrimônio público encetadas pelo neoli beralismo à brasileira de Fernando Henrique Cardoso. O processo de desnion te dos direitos dos trabalhadores passa pela "flexibilizacão"do trabalho, vale dizer, pelo incremento do número de trabalhadores sem carteira de trabalho e sem direitos. Pelos dados da pesquisa nacional de amostra a domicílio, entre 1990 e 1998, a porcentagem de trabalhadores sem carteira, nas regiões metro politanas, passou de 42% para 55%, enquanto que os níveis de desemprego cresceram de 5% para 8%. Cerca de 50 milhões de brasileiros (33% da popu lação total) vivem abaixo da linha de pobreza enquanto 1% dos mais ricos concentra uma parcela da renda superior aos 50% dos mais pobres.

Nesse quadro de desigualdade a situação das mulheres é ainda mais precá ria. Desta maneira as mulheres, que constituem atualmente de 40% a 50% da força de trabalho, continuam ganhando menos do que os homens e segregadas em alguns nichos profissionais, especialmente relacionados ao "cuidar". lis tudo recente de Lena Lavinas revela que, hoje, no país, cerca de 400 mil me ninas de 10 a 15 anos traba-

lham como domésticas, em condições precárias baixos salários, dificuldades para continuar os estudos e com poucas perspectivas para o futuro. Ademais das desvantagens que enfrentam no trabalho as mulheres são também as grandes responsáveis pela esfera familiar. Entre 20vr e 25% das famílias são chefiadas por mulheres sós, o que dá a medida do peso dos encargos domésticos e familiares. Nessas condições, como negar que as mulheres continuam sofrendo os efeitos combinados da exploração de classe e da discriminação sexual?

As mulheres e a renovação do marxismo

Finalmente, invertendo os termos da questão proposta, acho importante ressaltar a importância das contribuições teóricas de intelectuais do sexo le minino. O acesso ao conhecimento - fruto de suas lutas e conquistas mm últimos cinquenta anos - permitiu que as mulheres entrassem nos campos da ciência institucional, das universidades e academias, bem como desenvolves sem novas abordagens e problemáticas. No campo dos estudos da subjetividade. por exemplo, o volume e a qualidade dessa contribuição ainda não loi devida mente valorizada. De Melanie Klein a Piera Aulagnier, confirma-se o refinanien lo e aprofundamento das questões relativas à criança e à sexualidade feminina

Também no campo do marxismo ocorre o mesmo fenômeno. Na vanguarda lo marxismo, capaz de pensar a realidade contemporânea sem cair em esquematismos nem em positivismos, destaca-se a contribuição de Ellen Meiksins Wood. Seus estudos lançam novas luzes sobre o processo histórico do aparecimento do capitalismo na Inglaterra[67] e enfrentam questões de nossa atualidade política. Com respeito ao tema da globalização da economia, seus pressupostos e consequências, a análise de Wood nos ajuda a pensar os dilemas da esquerda brasileira, dividida entre os que acreditam que a "globalização" constitui uma nova era, instaurada a partir dos anos 70, e seus opositores que estão convencidos de que a lógica fundamental do capitalismo permanece a mesma.

Os defensores da globalização como mudança de qualidade apontam a internacionalização do capital - mercado mundial, a internacionalização da economia e transferência da soberania da nação-Estado para as grandes corporações internacionais - como evidência desta ruptura com relação ao capitalismo anterior. Para a autora, essa posição define especialmente as correntes ligadas à social- democracia, que acreditavam nas possibilidades de uma "transição pacífica" do capitalismo para o socialismo a partir da ampliação do Welfare State.

Do outro lado alinham-se todos os que enxergam na "globalização" a continuidade da lógica capitalista e, mais do que isso, a lógica do capitalismo que se universaliza e chega à maturidade. Dito de outro modo, as mudanças ocorridas enquadram-se no processo de desenvolvimento capitalista, de expansão global e permanente alteração das condições sociais. Não existe pois ruptura mas a continuidade "da lógica sistêmica que governa desde o começo seus constantes processos de mudança".[68]

As consequências políticas destas duas posições são evidentes e podem também ser reconhecidas no Brasil. Os defensores da nova era globalizada consideram que o triunfo do capitalismo é definitivo e, nesta medida, tornan-se dóceis instrumentos das políticas neoliberais. Os marxistas apontam para as contradições da expansão capitalista e suas nefastas consequências sociais, reconhecendo a força de seu poder corrosivo e a necessidade de superá-lo. Desta maneira, o marxismo continua atual e atuante.

II. "Estudos de gênero": limites de uma categoria analítica

67 Vide o artigo "As origens agrárias do capitalismo", publicado no número 10, junho de 2000 de Crítica Marxista.

68 Wood, Ellen Meiksins "Capitalist change and generational shift". Monthly Review, v. SO, nº 5, 1998, p. 3.

Qual a avaliação teórica e política que se pode fazer dos chamados “estudos de gênero”, cujo desenvolvimento e cuja influência têm se ampliado nos últimos tempos?

Antes de mais nada, vamos situar nossa questão. A ampla literatura que hoje constitui os estudos de gênero tem uma história que pode ser resumida da seguinte maneira: num primeiro momento, nos idos de 1970-80, dominaram os estudos sobre a mulher, e o principal impulso da produção de e sobre mu lheres estava relacionado às dimensões mais contestadoras e políticas. No Brasil, as feministas de vanguarda militavam na esquerda e participavam da resistência à ditadura militar brasileira. Muitas delas tinham vivido exiladas em algumas capitais européias, absorvendo principalmente a experiência das feministas francesas e italianas. A influência das teses e temas do feminismo europeu, próximo das correntes socialistas e marxistas, marcou portan lo n primeira fase do feminismo brasileiro e de sua produção teórica.

O feminismo norte-americano seguiu um rumo próprio, alheio ao marxismo e mais ligado aos movimentos de “insubordinação civil”. A grande derrota político-militar dos Estados Unidos no Vietnã foi também potencializada pelo forte movimento liderado por pacifistas e pelos jovens universitários. A Uni versidade de Berkeley tornou-se a vanguarda dos movimentos contestadores e do poder jovem. A luta libertária incluía as questões relacionadas à autoridade dos mais velhos e ao conservadorismo do american way oflife. A contestação era portanto de cunho mais ideológico e cultural do que propriamente políli co. O pensamento de esquerda exercia-se por meio de personalidades como Herbert Marcuse, autor de Eros e civilização e professor em Berkeley nos anos da contestação estudantil. Como se sabe, Marcuse não acreditava na ca pacidade revolucionária do proletariado industrial e voltava suas esperanças para os novos movimentos de jovens universitários, “hippies”, feministas, negros e ativistas do movimento homossexual.

Acompanhando a expansão dos movimentos feministas, ganha impulso a edição de jornais, panfletos e livros sobre temas relacionados à situação ila mulher na sociedade. Em várias das capitais do mundo ocidental surge um mercado editorial em torno dos “estudos sobre a mulher”. Aos poucos, as instituições de amparo às pesquisas e universidades incorporam em seus cui rículos disciplinas relacionadas à história das mulheres, abrindo espaço para novas abordagens. A própria sistemática das pesquisas e censos começa a ser questionada, especialmente com respeito ao ocultamento do trabalho lemini no exercido nos limites do espaço familiar. Assim, os estudos sobre a questão da mulher assumem também a dimensão de novas perspectivas de análise.

Desta maneira, a área temática que hoje chamamos de “estudos de genero” foi antecedida historicamente pelos “estudos sobre a mulher”, compro vando a passagem gradativa do movimento social para a esfera acadêmica. ()s “estudos sobre a mulher” dominaram nos anos em que a militância feminisla eslava nas ruas ao passo que os “estudos de gênero” denotam a enlrada na academia de uma certa “perspectiva de análise”. Não se trata mais de ilemin ciar a opressão da mulher mas de entender, teoricamente, a dimensão “sexista” de nosso conhecimento e os riscos das generalizações.[69] Atualmente, temos menos estudos sobre a mulher e mais estudos de gênero que podem se referir aos homens - ou ao “gênero masculino”- como bem revelam os trabalhos sobre “masculinidades” e “paternidades”.

Já me referi anteriormente[70] às dificuldades semânticas introduzidas pelo termo “gênero” no concernente ao português. Enquanto que, em inglês, gender é um substantivo que designa exatamente a condição física e/ou social do masculino e do feminino, a palavra “gênero”, em português, é um substan-

69 A esse respeito ver o debate “Gênero, trajetórias e perspectivas”, organizado por Karla Adriana Martins Bessa e publicado pela revista Cadernos Pagu, n. 11,1998.

70 “Usos e limites da categoria gênero”, in Cadernos Pagu, n. 11,1998. p107-20.

tivo masculino que designa uma classe que se divide em outras, que são chamadas de espécies. A mesma dificuldade ocorre com o francês, o que ocasionou o pouco sucesso de tal expressão. Em seu lugar, fala-se de identidade sexual.

Assim, a expressão "relações de gênero" tal como vem sendo utilizada no campo das ciências sociais, designa, primordialmente, a perspectiva culturalista em que as categorias diferenciais de sexo não implicam o reconhecimento de uma essência masculina ou feminina, de caráter abstrato e universal, mas, diferentemente, apontam para a ordem cultural como modeladora de mulheres e homens. Em outras palavras, o que chamamos de homem e mulher não é o produto da sexualidade biológica mas de relações sociais baseadas em distintas estruturas de poder. A categoria gênero ressalta a dimensão "flutuante" do ser homem e do ser mulher e, nessa medida, precisa recorrer a outras teorias para dar conta desta situação de amálgama entre o ser biológico e o ser social.

Robert Stoller, em artigo publicado em 1964[71], foi o primeiro a propor a utilização de uma categoria que diferenciasse a pertinência anatômica (o sexo) da pertinência a uma identidade social ou psíquica (gênero). Para o autor, o "sentimento de ser mulher" e o "sentimento de ser homem" são mais importantes em termos de identidade sexual do que as características anatômicas. Tal dicotomia apresenta-se, por exemplo, no caso do transexualismo.[72] Nem todos concordam com a disjunção proposta por Stoller. Alertando para os riscos da dissociação radical entre a biologia e a cultura, Marie Langer, com muita propriedade, declara que "como psicanalista e médica, e, certamente, também como mulher, não posso imaginar uma identidade feminina e mascu- lina sólida se o sexo biológico está em desacordo com ela".[73] O que não siguí fica negar a plasticidade da sexualidade humana nem os notorios "desloen mentos" do feminino e do masculino provocados pelas próprias mudanças t* conquistas que transformam a situação das mulheres.

Afirmando que o sexo biológico é sobredeterminado pelos valores e atri butos que a cultura lhe confere, a categoria gênero se presta ao uso tanto das feministas marxistas como de qualquer pesquisador interessado nas consequências sociais da assimetria sexual. Já a perspectiva feminista ressalta ¡1 dimensão da opressão universal sobre as mulheres, guardadas as diferenças regionais e culturais e busca nas estruturas objetivas as marcas inequívocas da desigualdade: as mulheres ganham menos e trabalham mais, no conjunto da população mundial, por exemplo. O marxismo, por sua vez, é a teoria que nos ajuda a entender a natureza íntima do capitalismo, a lógica de seu desenvolvi mento, revolucionando permanentemente as condições de produção, especial mente através do aumento da produtividade, o que, por sua vez, determina a proletarização da maior parte da humanidade. Que existe uma "questão da mulher" não há dúvidas: os homens ainda concentram o poder econômico e político na maior parte do mundo e as mulheres persistem sendo as grandes responsáveis pela família e pelo "cuidar" - dos filhos, da casa e, cada vez mais, das finanças da família.

A categoria gênero, portanto, pode ser incorporada ao marxismo, assim como à psicanálise. Inversamente, por ser uma categoria meramente descri tiva, o gênero não sobrevive sem o sustentáculo de teorias sociais e/ou psi canalíticas.

71 "A contribution to the study of gender identity", IJP, 45, 1964. p. 220-6.

72 Vide o verbete "gênero", in Roudineco, E. e Plon. Dicionário dr Psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

73 In Bleichmar, Emilce. O feminismo espontâneo da histeria. Porto Alegre, Artes Médicas, 1988, p. 33.

A CLASSE OPERÁRIA E A QUESTÃO DE GÊNERO

Sara Sorrentino,
Revista Princípios Edição 26 – 1992

Para superar certas tendências simplistas o marxismo tem pela frente o desafio de desenvolver o estudo mais profundo das relações entre luta de classes e emancipação feminina

Este final de século parece ter desvendado, além do esgotamento de um ciclo da experiência socialista no mundo, a existência da opressão de gênero na história da humanidade. A questão da mulher tem emergido com força em todos os campos da vida da sociedade, e mais do que nunca se tem debatido, estudado, elaborado e mesmo incorporado ao cotidiano essa questão. A situação da mulher tem evidenciado, não só seus aspectos específicos, mas também os mecanismos e processos que determinam as condições materiais e as relações econômicas entre os seres humanos, bem como suas relações no mundo das idéias e dos sentimentos em todas as suas manifestações – culturais, artísticas, éticas, científicas, políticas, ideológicas e psicológicas –, que nem sempre se dão por caminhos muito claros e diretos.

Através da análise de fenômenos gerados pela opressão de gênero, podemos penetrar nas difíceis questões da democracia, da diversidade de motivações e formas de participação do povo nos mecanismos intrincados da exploração, no papel do Estado. Enfim, analisar a questão de gênero é, em certa medida, analisar a essência de muitos dos problemas enfrentados pelo socialismo em nossos dias.

Um desses problemas está relacionado ao mecanicismo e à tendência a análises simplistas da realidade, presentes muitas vezes na aplicação e no desenvolvimento do marxismo. Engels já detectava essa maneira mecanicista de abordar os reflexos superestruturais da vida econômica e registrou isso em sua famosa carta a Bloch (1).

No que se refere à questão da mulher, ao lado dos inúmeros avanços alcançados nas últimas décadas, temos vivido, no campo da teoria marxista, o esgotamento de inúmeros modelos teóricos e práticos, construídos sem um suficiente desenvolvimento do próprio marxismo por parte de seus seguidores.

Neste artigo, pretendemos abordar algumas dessas questões, particularmente aquelas ligadas à inter-relação entre classe e gênero, buscando encontrar nos postulados do marxismo os pontos de partida que podem nos indicar os fios e teias, muitas vezes invisíveis, que ligam os problemas da produção e reprodução da vida – entendidos frequentemente de forma equivocada, apenas como aspectos do trabalho nos moldes que o conhecemos no capitalismo. Procuraremos relacionar esses elementos fundamentais da existência humana ao surgimento e à manutenção da opressão de gênero.

O marxismo-leninismo afirma – e a vida tanto do mundo capitalista como das experiências socialistas tem confirmado – que a exploração de classe é decisiva em relação à opressão de gênero. O marxismo afirma, ainda, que esta última não se resolverá sem que se resolva a exploração de classe. Ter claro essa assertiva, no entanto, não significa que a complexa relação entre classe e gênero para o marxismo-leninismo se restrinja a esses postulados.

Podemos evidenciar essa tendência reducionista, por exemplo, ao procurarmos demarcar os campos entre as concepções marxista e não-marxista. Não nos referimos aqui àquelas idéias burguesas claramente machistas, que a própria vida tem se encarregado de desmascarar, mas sim às várias concepções feministas existentes no seio da luta pelo fim da discriminação da mulher.

"O marxismo colocou por terra a tese da base natural, fatalista, da opressão da mulher".

Se simplificarmos a questão, colocando num único bloco todas essas concepções, baseados no fato de elas não reconhecerem a opressão de classe como fator de origem da opressão de gênero, não conseguiremos abarcar as inúmeras correntes que, embora se coloquem como firmes opositoras da tese do "natural", da origem biológica da opressão, não partilham da análise materialista-histórica dessa opressão. Diga-se de passagem que aquele "sexismo feminista", de visão exclusivamente biológica, nunca teve maior expressão em nosso país e mesmo no mundo, restringindo-se a pequenos grupos radicais, sem maior projeção (veja quadro).

O marxismo, longe de restringir a questão de gênero à mera decorrência mecanicista e colateral da questão de classe, foi e é a ciência que colocou por terra a tese da base natural e, portanto, fatalista da opressão da mulher. Mas não se limitou a isso. Indicou os caminhos para se entender a relação entre classe e gênero – o que procuraremos abordar neste artigo. No entanto, embora muito se tenha gastado de papel e tinta para provar que a teoria de Marx não consegue dar conta da questão de gênero, pouco se tem avançado no desenvolvimento desses postulados.

Uma série de mecanismos complexos – como a produção, primitivamente organizada em famílias, as características biológicas que diferenciam o homem caçador e guerreiro da mulher voltada para a reprodução, o próprio desconhecimento e idealismo, entre outros fatores – desempenha um papel até mesmo decisivo nas formas e nuances que as diversas sociedades vão adquirindo em suas relações, não só de gênero, mas de etnia, de idade, de nacionalidade, de localização na produção etc. No entanto, isso não desmente o fato de esses elementos terem um elo comum, fatores que, em última instância, são os determinantes principais da desigualdade: a propriedade privada e a exploração de classe.

Mas o marxismo vê a questão em sua complexidade e não se esgota aí. Uma das idéias centrais do materialismo, várias vezes repetida por Marx e Engels, é a de que, "segundo a teoria materialista, o móvel essencial e decisivo, ao qual obedece a humanidade na história, é a produção e a reprodução da vida imediata" (2). Procuremos refletir sobre essa afirmação no que se refere à origem da opressão e à relação entre a produção de bens materiais e a produção da vida.

Já nas primeiras diferenciações surgidas no trabalho – a divisão sexual do trabalho, chamada por Engels de espontânea –, essa relação entre produção de bens e gênero se manifesta e cria as condições para o surgimento, a partir da atividade masculina, do excedente, da escravidão e do acúmulo de riquezas na produção (pecuária e agricultura) e, mais que isso, cria a necessidade de incluir nessa propriedade os membros da família, para garantir a manutenção das posses através da herança.

Uma diferenciação importante, no entanto, é que, se a divisão sexual do trabalho, surgida espontaneamente, precede a propriedade privada e as classes, a divisão sexual do trabalho por sua vez, é submetida à propriedade privada aos interesses das classes dominantes, sofrendo as consequências das mudanças ocorridas num meio que acabou se tornando externo às relações familiares – o da produção social, agora inteiramente dominada pelos homens proprietários e não mais pela família, de forma coletiva.

A mulher passa, progressivamente, a produzir apenas para a família, que vai se tornando monogâmica, nuclear, patriarcal. Na medida em que avançam as sociedades, a produção doméstica cada vez mais se distancia dos caminhos por onde passa a produção social, e a reprodução – problema antes coletivo, como a decisão dos casamentos, destino das proles em função do alimento disponível etc. – vai se tornando questão privada, de domínio do patriarca.

Como a propriedade não é algo abstrato, de uma classe de possuidores abstrata, suspensa no espaço e no tempo, mas pertence a pessoas, em determinadas condições históricas essa propriedade se manifesta, ao longo da história, através de famílias patriarcais, monogâmicas, que passam seus bens de geração a geração. Não se pode negar que a propriedade é privilégio de uma classe, mas principalmente dos machos dessa classe, na medida em que é na forma de organizações familiares patriarcais que as pessoas acumulam riqueza.

"Os interesses de classe estão intimamente ligados à questão de gênero".

A família, que já havia deixado de ser o núcleo de produção e reprodução coletiva da sociedade, passa a ser, então, o núcleo econômico de caráter privado, que realiza a propriedade privada, e seus membros, submetidos ao dono dos meios de produção o patriarca. A mulher na condição de esposa é proprietária apenas nos domínios do lar e enquanto reprodutora de futuros proprietários.

Mas, se situamos nas classes e na propriedade privada os fatores determinantes, em última instância, da opressão de gênero e assim visualizamos qual o caminho para o fim dessa opressão, isso também coloca para a classe operária a correta dimensão da questão de gênero e da opressão da mulher: aspecto intimamente ligado aos seus interesses de classe, não sendo apenas um problema de solidariedade entre os oprimidos.

Não se porá fim à propriedade privada dos meios de produção, e aos fatores que a geram continuamente, se não dermos combate também às suas manifestações e aos desdobramentos no terreno da reprodução e da família, nesse tipo de família que perdura até os nossos dias – a família patriarcal, mantida como unidade econômica da sociedade. E isso não será possível sem uma orientação nova e libertária nas relações de gênero.

Voltemos à afirmação de Marx e Engels: "O móvel essencial e decisivo ao qual obedece a humanidade na história é a produção e a reprodução da vida imediata e, por sua vez, estas são de duas classes: a produção dos meios de existir, de tudo o que serve de alimento, vestuário, domicílio e utensílios; e, por outro lado, a produção do homem mesmo – a continuação da espécie" (3). Esta formulação sobre a produção e a reprodução da vida não deixa dúvida sobre o que Marx e Engels entendiam por produção, sendo descabidas as conclusões de que na concepção "produtivista" de Marx não existe espaço para a questão de gênero, ou que em suas categorias e leis não se inclui a capacidade reprodutiva das mulheres, e assim por diante. Críticas, nesse sentido, parecem mais lamúrias do tipo: por que Marx não escreveu um outro O Capital, só para tratar desse tema e desta maneira nos poupar o esforço de pensar, por nós mesmos, sobre a questão?! Embora seja verdadeiro o fato de esse postulado situar também uma outra ordem de problemas – pouco tem sido abordado, pelos continuadores do ciência do socialismo, o papel da reprodução da espécie ou, como Marx afirma, "a produção da vida mesma", cuja importância é ressaltada com tanta ênfase na citação acima.

As classes e a propriedade privada dos meios de produção, que atingem seu estágio mais avançado no capitalismo – estando, portanto, maduras para serem superadas, através da revolução socialista –

condicionam diretamente o conjunto das relações humanas e a maneira como a humanidade resolve seu problema central – produzir e reproduzir a vida.

E quais as formas de produção e reprodução da vida que correspondem a essa estrutura social de classes? Colocando a questão de maneira bastante resumida e quase simplista, pois não é objetivo deste artigo abordar o tema, sabemos que os homens produzem organizados em classes que, no capitalismo, se traduzem numa minoria que não trabalha e apenas detém a propriedade dos meios de produção, apropriando-se dos bens produzidos, e numa imensa maioria que produz e gera as riquezas, recebendo em troca um salário que mal repõe sua existência e não resolve sequer a reposição da mão-de-obra, uma vez que, de forma crescente, a imagem do operário e de sua família vai sendo substituída pela do trabalho individual de homens, mulheres e crianças.

A essa estrutura social, no que se refere à questão de gênero, corresponde, a nosso ver, uma forma de organização que transforma a "produção do homem mesmo", que passaremos a chamar aqui de reprodução (sexualidade e geração dos filhos), em questão ligada aos interesses da classe que domina. Essa classe exploradora em sua essência inclui a mulher e os filhos no rol de suas propriedades e impõe ao conjunto da sociedade sua forma de organização familiar de controle da reprodução – uma organização que mantém seus laços com os antigos sistemas pré-capitalistas, nos seus aspectos mais retrógrados, mas cujo papel central, cuja razão de ser, liga-se aos seus interesses de lucro, de controle das riquezas, à manutenção e reprodução de suas formas de dominação.

A "produção dos meios de existir" – que passaremos a chamar de manutenção da vida (comer, vestir, morar, criar os filhos e cuidar dos doentes e idosos) – em vez de ser problema de sobrevivência de toda a humanidade, passa a ser resolvida na espera de cada família, pelo patriarca-provedor e sua esposa-reprodutora. Assim como a humanidade chegou a uma situação de contradição antagônica entre a produção social e a apropriação privada dos meios de produção, também a reprodução – que deixou de ser questão coletiva, como nas sociedades primitivas, para se tornar um assunto gerido segundo os interesses da classe dominante e da manutenção da vida – deixa de ser problema coletivo, passando a ser uma questão privada. Ao assumirem o controle econômico, político e ideológico da sociedade, as classes impõem também o seu modelo de produção e reprodução da vida, segundo seus interesses e necessidades.

Vemos os exemplos máximos desse controle no casamento civil, que nada mais é do que uma regra estabelecida pelas classes dominantes sobre como os indivíduos devem se acasalar e ter filhos, nas prescrições da igreja, que impede o casamento de seus representantes para evitar herdeiros, no direito à pernada dos senhores feudais, no "uso" das escravas pelo senhor e, hoje, nas políticas de controle da natalidade e das novas tecnologias na área da reprodução humana, entre outros.

"Através do casamento civil, os dominantes regulam como se deve acasalar e ter filhos".

Marx afirma em O Capital: "Cada uma das épocas históricas da produção social tem suas próprias leis de população, que só se aplicam a ela e que têm um valor histórico. Somente as plantas e os animais têm leis de população abstratas e imutáveis, se não contarmos aí com a influência humana". Essa afirmação pode ser uma importante pista a nos levar – fazendo frente aos alarmistas malthusianos de nosso tempo –

Correntes feministas

Podemos situar três vertentes principais, entre aquelas, que convivem pacífica ou litigiosamente

com a visão emancipacionista, no cotidiano da luta contra a opressão em nosso país: a primeira, sem ordem de importância, embora reconheça a questão de classes, subestima-a em detrimento das questões de gênero (os partidos são machistas, não são instrumentos para resolver a opressão de gênero; as mulheres, por serem as mais oprimidas, são sempre mais revolucionárias que os homens; e, somente quando prevalecer a maneira feminina de ver o mundo, será possível uma sociedade igualitária etc). Esta visão, embora defenda a necessidade de participação nas lutas políticas não específicas, o faz de forma guetizada, sem a perspectiva dos inimigos a combater, privilegiando lutas intestinas contra os homens dentro do movimento geral. Termina por ser agente de divisão e preconceito. Não obstante tenham o dom de não secundarizar a questão da mulher, perdem a perspectiva de classe e terminam, na prática, negando o socialismo, na medida em que lhe atribuem tantos defeitos machistas que o tornam "inviável".

A segunda nega simplesmente as classes, reconhecendo apenas a questão de gênero (nem capitalismo nem socialismo, o feminismo somente é a solução; o que domina o mundo é o patriarcado, e não a exploração de classes). Bastante em voga com a crise do socialismo – mais um sistema patriarcal, segundo suas seguidoras –, esse movimento dedica-se apenas ao exclusivamente feminino, rejeita a atuação política e partidária, definha o movimento num beco sem saída, restrito (felizmente) a um grupo de eleitas. Sua perspectiva acaba sendo carregada de existencialismo e misticismo, encerrados no alcance da vida de cada um – viver prazerosamente.

Finalmente, a terceira vertente nega a questão de gênero e vê apenas a luta de classes, negando a especificidade e a necessidade estratégica da luta feminina (é só resolver as questões econômicas, a miséria e a fome, o resto é mera decorrência, mera questão de hábitos que virão automaticamente etc.). De tradição histórica entre nós, de uma época em que a luta feminina era vista de forma utilitarista para aumentar os contingentes numéricos de lutadores, ela tem fôlego curto, restrito aos períodos de grandes mobilizações, diluindo-se no conjunto das lutas populares ou caindo no fisiologismo dos interesses imediatos, despolitizados. Seu arcabouço de idéias não consegue resistir ao contato com o cotidiano de opressão vivido pelas mulheres, na medida em que não responde às suas expectativas de libertar-se definitivamente dessa opressão específica.

É necessário lembrar ainda que, embora todas elas, em última instância, possam ser reduzidas a uma análise biologicista da origem da opressão, isso é verdadeiro apenas em última instância, pois na prática, em suas propostas de luta e em suas formulações, apresentam características que trazem importantes desdobramentos no campo da ação política e no campo teórico. Isso se expressa tanto nas diversas propostas organizativas existentes no movimento, como no grande arsenal de textos e livros produzidos para defender a tese de que é preciso construir uma teoria inteiramente nova para fazer avançar o feminismo, pois todas as existentes, e logicamente o marxismo é o mais visado, não dão conta da questão da mulher. ao desvendamento das leis populacionais próprias de cada modo de produção e, mais do que isso, identifica quais as leis próprias do crescimento populacional, na atual fase do desenvolvimento capitalista. Mas, sejam quais forem as consequências desse desvendamento, certamente encontraremos a opressão de gênero e o controle das classes dominantes sobre a reprodução, como um mecanismo fundamental de atuação dessas leis, nas sociedades baseadas na opressão de classe e gênero.

Certamente, já poderemos adiantar que nessas sociedades não existe qualquer indício de se adequar o crescimento populacional aos interesses de homens e mulheres produtores, tampouco à preservação do planeta e da humanidade, apesar do alto desenvolvimento tecnológico e científico alcançados. O que existe é a tentativa de submissão desse crescimento aos interesses do modelo dominante – o imperialismo neoliberal.

No que concerne à manutenção da vida, embora a produção se amplie enormemente – o suficien-

te para atender às necessidades antigas e novas de toda a humanidade –, o acesso a essa produção é barrado, não só pelo impedimento de acesso à renda, como também pelos mecanismos da opressão de gênero, que mantêm as tarefas ligadas ao uso dessa produção – alimentação, vestuário, moradia, criação e formação das crianças – como responsabilidades a serem assumidas de maneira privada. A liberação da mulher desses encargos é condicionada às possibilidades de compra de bens ou serviços que os substituem – o que é barrado em grande parte às classes exploradas, além dos mecanismos adicionais de exploração serem baseados na opressão de gênero, com a entrada da mulher no mercado de trabalho em condições de desigualdade.

As condições de desenvolvimento industrial, tecnológico e científico aqui, como na reprodução, já permitem a solução dos problemas de manutenção da vida, no âmbito da grande indústria, em grande escala socializada, mas não podem ser resolvidos dessa forma pelas classes dominantes, cuja ideologia – reflexo de seus interesses – necessita encarar esse aspecto da vida como questão privada, sujeita a seu controle direto, assim como suas posses (casa, filhos, escravas domésticas, esposas etc). Para o capitalismo, bem mais interessante do que produzir grandes máquinas

Opinião de Marx

Se quisermos enfrentar o desafio de deslindar as relações entre a luta pela construção do socialismo e a emancipação da mulher, o caminho para isso deve começar pela busca do que disseram, a esse respeito, aqueles que pela primeira vez afirmaram que a aventura humana de alcançar o comunismo era uma aventura possível.A Ideologia Alemã é um dos textos de Marx que melhor expressa seus estudos sobre o materialismo histórico, por isso não será demais nos estendermos um pouco na exposição das idéias nele contidas, ao procurarmos abordar as origens da opressão e a localização da questão de gênero no conjunto de suas análises:

Ao afirmar: (...) “Ali onde termina a especulação, na vida real, começa também a ciência real” e: no lugar de uma filosofia independente da vida real, “surge um compêndio dos resultados mais gerais, abstraídos do estudo do desenvolvimento histórico dos homens” Marx relaciona algumas dessas “abstrações”, começando pela história, e aí chegamos à questão de gênero. “O primeiro fato histórico”, diz Marx, “é a produção dos meios indispensáveis à satisfação das necessidades” (comer, beber, morar, vestir-se etc.), (...) “O segundo é que a satisfação desta primeira necessidade (...) conduz a novas necessidades.” (...). “O terceiro fator que aqui intervém de antemão no desenvolvimento histórico é que os homens que renovam diariamente sua própria vida, começam ao mesmo tempo a criar outros homens, a procriar: a relação entre o homem e a mulher, entre pais e filhos, a família. Esta família, que a princípio constitui a única relação social” (...). E Marx conclui: “Estes três aspectos da atividade social não devem ser considerados como três fases distintas, senão que intimamente ligadas, como três aspectos (...) que vêm existindo desde o princípio da história e desde o primeiro homem e que, sem dúvida, ainda hoje seguem regendo a história”.

Outro momento da obra de Marx e Engels, importante nessa discussão, refere-se à divisão de trabalho: “A primeira grande divisão de trabalho nas sociedades primitivas”, afirma Engels, “e isto se reafirma nos estudos da antropologia recente, é a divisão sexual do trabalho”. Divisão de trabalho e propriedade privada são termos idênticos: um deles diz, com referência às atividades, o mesmo que o outro, com referência ao produto” (6). E mais, ao falar das sociedades primitivas, anteriores às classes, Engels coloca assim essa divisão sexual do trabalho:

“A divisão do trabalho é espontânea, só existe de sexo a sexo. O homem vai à guerra, se dedica à pesca e providencia o necessário para isso, assim como a matéria-prima para a alimentação. A mulher

cuida da casa, dos alimentos e das vestes, cozinha, fia e cose. Cada um é dono de seus domínios, o homem na selva, a mulher na casa. Cada um é proprietário dos instrumentos que elabora e usa: o homem, de suas armas, de seus apetrechos de caça e pesca; a mulher, de seus utensílios caseiros" (7). de lavar, e ter de misturar suas roupas finas à da "gentalha", é produzir e criar a demanda das máquinas domésticas, personalizadas, vendidas uma a uma, e ter até lavanderias de luxo para pessoas de fino trato.

"As mudanças exigidas pela mulher são tão universais quanto as da luta de classes".

A classe operária em seu conjunto, ao ser a principal interessada em pôr fim à propriedade privada dos meios de produção, não resolverá definitivamente esse problema, sem atacar os outros pilares da antiga estrutura, tomando para si, segundo seus interesses igualitários, o controle da reprodução. Só então, libertará a sua vida privada dos estereótipos e padrões opressores e conquistará seu direito à autodeterminação, no terreno da vida familiar e afetiva, podendo experimentar uma imensa gama de sentimentos, vivências e crescimento como ser humano, somente possíveis quando a sociedade como um todo estiver livre do jugo dos papéis de dominador e dominado, e a mulher, em particular, estiver liberta do papel que lhe é imposto, de simples reprodutora de mão-de-obra e escrava desse encargo, retirando da esfera privada tudo o que diz respeito à manutenção da existência.

Quando Engels se refere à família no comunismo, apesar de certo tom de utopia que possa exprimir, reflete de forma clara essa concepção: "As relações entre os sexos passará a ter um caráter puramente privado, pertencente somente às pessoas que tomam parte delas, sem o menor motivo para a ingerência da sociedade. Isso é possível em função da supressão da propriedade privada e da educação das crianças pela sociedade, com a qual se destroem as bases do matrimônio atual ligadas à propriedade privada: a dependência da mulher em relação ao homem e dos filhos em relação aos pais" (4).

Sob essa ótica, a questão da mulher não se inscreve, como uma série de lutas setoriais, apenas na esfera dos direitos humanos, nem diz respeito somente a elas, mulheres. As mudanças que ela exige estão na esfera do relacionamento individual, das leis, do Estado, da ciência, da cultura, das artes, das relações de produção, de todas as estruturas sociais, e é tão universal como a questão de classe.

Assim como no capitalismo surge a classe operária, coveira do próprio capitalismo, surgem também as condições para o fim da estrutura patriarcal e machista. Apesar da formulação pouco precisa de Marx e Engels, ao falarem do proletário e sua mulher, como se não existisse a mulher proletária, eles traduzem bem essa realidade: "As condições de existência da velha sociedade estão já abolidas nas condições de existência do proletariado. O proletariado não tem propriedade, suas relações com a mulher e os filhos nada têm em comum com as relações familiares burguesas. O trabalho industrial moderno, o moderno jogo do capital, que é o mesmo na Inglaterra, na França, nos EUA, na Alemanha, despoja o proletariado de todo caráter nacional. As leis, a moral, a religião são para ele meros prejuízos burgueses, atrás dos quais se ocultam outros tantos interesses da burguesia" (5).

Assistimos hoje, a fenômenos que nos demonstram o grau de contradição a que chegou essa estrutura de gênero no capitalismo e de que forma se criam as condições para a superação da opressão de gênero, como a divisão de heranças dentro das famílias de grandes proprietários (o processo de herança do grupo Bradesco, por exemplo, com a morte de Amador Aguiar, as disputas familiares no grupo Pão de Açúcar e outros), a possibilidade de confirmação de paternidade, com os modernos testes genéticos, como no caso de Pelé, por exemplo, ou dos bancos de espermas para inseminação artificial, entre outros.

Ao lado desses fenômenos, a classe operária vai ganhando consciência de que é explorada, enquan-

to classe, torna-se classe para si – um aspecto subjetivo da luta de classe –, mas deve também ganhar a consciência desses "meros prejuízos" e de que dentro dela existe uma outra opressão, intimamente ligada a essa primeira: a opressão de gênero. Ao venderem sua força de trabalho, suas famílias também passam a ser propriedades do capital, vivem e se reproduzem de acordo com os interesses ditados pela burguesia.

As mulheres, ao arcarem com todos os desgastes e aflições do controle que sofrem sobre sua capacidade reprodutiva e com a manutenção da vida – como se isso fosse tarefa sua –, pagam um tributo bastante alto por isso, quando, na verdade, estão atendendo a um conjunto de necessidades que são de toda a sociedade. Libertar-se dessa contradição, resgatar o caráter privado da reprodução, como vivência individual e prazerosa e tornar sociais todos os encargos da manutenção da vida, é libertar homens e mulheres de cadeias seculares que consomem e degradam a vida humana.

Notas

(1) Carta de Engels a Bloch.
(2) Engels, F. Origem da Família, da Propriedade e do Estado. Prólogo, 1884, Claridad, 1971.
(3) Marx, K. O Capital.
(4) Engels, F. "Fundamentos do Comunismo", 1847. Obras Escolhidas, Vol. I.
(5) Marx, K. Engels, F. "Manifesto Comunista", Obras Escolhidas, Vol. I.
(6) Engels, F. "Feurbach. Oposição entre as Concepções Materialista e Idealista", Obras Escolhidas, Vol. I.
(7) Engels, F. Origem da Família, da Propriedade e do Estado. Claridad, 1971.

EDIÇÃO 26, AGO/SET/OUT, 1992, PÁGINAS 42, 43, 44, 45, 46, 47

"A CONTROVÉRSIA" FEMINISMO X MARXISMO

Loreta Valadares,
Revista Princípios, nº 18, 1990,
Editora Anita Garibaldi, SP

As teorias feministas provocam uma grande confusão a respeito da visão marxista sobre a condição da mulher. Vez por outra aparecem os que opõem a "questão específica" à teoria do materialismo dialético. Em contrapartida, negam também o papel específico da mulher na luta pelo socialismo. Loreta trata aqui de enfrentar esta pretensa controvérsia.

Não se trata de ironia nem de pretensão. A verdade é que não dá mais para ignorar a profícua produção teórica que analisa a condição da mulher, seu subjugamento e opressão ao longo da história, sua resistência e luta, sua situação atual e perspectivas. Estes trabalhos, particularmente nos últimos quinze anos (com destaque para a década de 1970), forjaram uma concepção, uma teoria ou doutrina que se afirma como feminismo, com diversas matizes, de acordo com a origem, posição filosófica e política, ou ideologia das mulheres cientistas e grupos feministas que vêm pesquisando a relação mulher/sociedade.

Nos diversos campos em que esta investigação é feita – sociologia, história, economia, antropologia, psicanálise – há um denominador comum: a crítica ao marxismo. Não importa sob que ângulo a investigação feminista é realizada, o marxismo é sempre citado, seja para dar o "ponto de vista feminista" sobre o marxismo, seja para reelaborar um marxismo "sob o ponto de vista feminista", como quer Schulamith Firestone ao afirmar a necessidade de "ampliar o materialismo histórico para incluir o que é estritamente marxista" (1) (grifo da autora), criando, assim, uma espécie de "materialismo histórico feminista". Outras correntes, reportando-se a uma visão estritamente biológica sobre o processo de dominação de um sexo pelo outro, defendem um tipo de "feminismo puro", isento de qualquer contágio teórico com o marxismo, porque, dizem, este reduz a luta de sexos à luta de classes, não levando em conta, portanto, a questão decisiva para a libertação da mulher: a re-apropriação de seu próprio corpo e dos meios de reprodução, pois a essência de sua dominação reside no fator biológico de sua condição de reprodutora.

As críticas à pretensa "insuficiência" do marxismo sobre a questão da mulher se faz presente em quase todas as análises sobre sua situação de dependência e inferioridade na sociedade, bem como sobre as origens de sua opressão. Evidentemente, as diversas teorias feministas não param somente na crítica à interpretação do marxismo sobre o processo de transformação da sociedade, mas, sobretudo, investem contra o caminho revolucionário apontado pelo marxismo para a luta de emancipação da mulher. Não obstante, as diversas contribuições teóricas nos terrenos da história e da sociologia, das pesquisas científicas no terreno da antropologia e até mesmo a tentativa de Juliet Mitchell que "empreende o grande esforço de resgatar a psicanálise como doutrina geral libertadora" (2) porque acredita ser "possível aprofundar o estudo do inconsciente do ponto de vista do materialismo dialético" (3), a verdade é que as teorias feministas têm provocado uma grande confusão teórica a respeito da concepção materialista histórica sobre a condição da mulher.

Isto acaba por negar o marxismo como ciências e o socialismo como etapa de transição da sociedade capitalista para comunista (4). Consequentemente, nega-se também o papel específico da mulher na luta pelo socialismo por considerar que este não "resolve a questão específica" da mulher. Apresentam-se soluções (ou saídas) alternativas, no mínimo, utópicas, no sentido exato do conceito: prenunciam a luta feminista como fator determinante para o "advento de uma nova era" (5), sem indicar os meios concretos

para a consecução de tal fim. Quando muito, tais indicadores reduzem-se (aí sim pode-se falar em redução) a fatores estritamente biológicos ou estão vinculados a uma visão existencialista (personalista) de mundo (6).

Não é mais possível permitir, sem contestação, esta visão eclética sobre o marxismo, não apenas quanto ao papel da mulher na sociedade, mas quanto à sua condição de ciência da sociedade. É o caráter científico do marxismo que vem sendo questionado. É preciso enfrentar a pretendida controvérsia entre o feminismo e o marxismo, resgatando, deste último, sua inequívoca (e pioneira) contribuição científica sobre as raízes da opressão da mulher e retomar a perspectiva revolucionária sobre a luta de emancipação da mulher.

Este breve ensaio não pretende analisar exaustivamente (até por limitação de referencial bibliográfico) as diferentes concepções feministas, mas apenas sistematizar as principais críticas feitas ao marxismo e buscar respondê-las, ainda que de forma inicial, sob a ótica do materialismo histórico, da economia política marxista e do socialismo científico.

Fica evidente a preocupação de separar o marxismo do feminismo

Antes de procedermos a esta sistematização é necessário assinalar que o questionamento das correntes feministas modernas ao marxismo não se faz apenas quanto a possíveis omissões em programas de partidos comunistas em diferentes conjunturas históricas e diante de revoluções específicas. Estas também são feitas inclusive quanto às importantes e revolucionárias conquistas obtidas pelas mulheres na Revolução Russa de 1917 (7) que, mesmo quando reconhecidas, são consideradas limitadas e, segundo informação sem fonte de referência, de Andrée Michel “chegaram mesmo a ser suprimidas”, porque teria “o poder” decidido, “depois de terminada a guerra civil, desenvolver a produtividade” (8). O papel das mulheres na Revolução Russa e as transformações reais nas suas condições obtidas sob o socialismo, bem como a situação da mulher e seu processo de emancipação na Albânia socialista (que nenhuma das correntes feministas procura sequer investigar), serão comentados em outro trabalho. Por ora, cabe dizer que a essência do questionamento ao marxismo diz respeito às bases científicas em que se assenta, atingindo-o, portanto, como ciência, negando-lhe o papel revolucionário causado por seu advento no terreno das ciências sociais e, finalmente, obstruindo seu caráter revelador (enquanto ciência) das leis objetivas que regem o desenvolvimento da sociedade e sua aplicação revolucionária (9) até o fim pelo proletariado – classe mais avançada da sociedade – até acabar com todas as formas de exploração e opressão. Ao retirar a essência revolucionária do marxismo (enquanto ciência e guia para a ação – não um dogma), que é exatamente pôr a descoberto a coincidência objetiva do desenrolar objetivo (a redundância é necessária) da sociedade – com os interesses da classe operária, a única que não aspira perpetuar um regime social caduco – retira-lhe também seu instrumental revolucionário de análise da realidade, sua condição de arma teórica (e prática) na luta contra a exploração e opressão que se quer acabar.

Assim, também, subtrai-se do marxismo seu significado na luta de emancipação da mulher. Esta preocupação fica evidenciada na ansiedade das teóricas feministas em “distinguir” o marxismo do feminismo, dando a este uma conotação de ciência que, quando muito, pode utilizar o arcabouço marxista (suas categorias), mas nunca sua essência científica e, muito menos, seu ponto de vista de classe.

Não é necessária uma profunda investigação para demonstrar esta preocupação (ou mágoa). Ela fica transparente na queixa de Claude Alzon:

> “Jamais se fez, no plano teórico, para as mulheres, o que foi feito para os operários, isto é, distinguir claramente sua exploração (lucro tirado pelos homens do seu trabalho) e sua dominação

(tudo o que constitui o poder masculino)" (10).

No entanto, não pode deixar de acrescentar:

"É verdade que, para o marxismo, um não anda sem o outro, o poder do opressor sendo destinado a permitir a exploração do oprimido", (11) embora, mais adiante, prossiga criticando a tese de Engels sobre a origem do patriarcado.

O que se quer, então, é uma teoria científica exclusiva para as mulheres? Desligada da dialética do processo de desenvolvimento das leis mais gerais de toda a sociedade? Acima da posição econômico-política ocupada pelas mulheres nas diferentes formações econômico-sociais, independente das relações de exploração e dominação a que são submetidas as classes oprimidas nas diversas etapas históricas? Impermeável à luta de classes e a ela desenvolvendo-se paralelamente sem "contágio"? Isso, ou o que quer Schulamith Firestone, uma espécie de marxismo para as mulheres ao afirmar que "podemos desenvolver uma visão materialista da história, baseada no próprio sexo" (12) pois, "para a revolução feminista, precisamos de uma análise da guerra dos sexos tão completamente quanto para a revolução econômica foi a análise de Marx e Engels sobre o antagonismo de classes" (13) (grifos nossos).

E isto porque, acrescenta,

> "a doutrina do materialismo histórico, por mais que tenha representado um avanço significativo em relação à análise histórica anterior, não foi a resposta completa, como os fatos posteriores confirmaram" (14).

Que fatos? A autora de A dialética dos sexos não indica. E, baseada em sua avaliação do marxismo enquanto ciência, permite-se parafraseá-lo, "completando-o sob a ótica da dialética dos sexos". A esta formulação tem-se chamado de feminismo radical, uma das vertentes do feminismo moderno.

Também Juliet Mitchell, em outro tom, lamenta o que considera a "debilidade original existente na discussão tradicional da questão (a da subordinação da mulher, esclarecimento nosso) nos clássicos. Pois embora os grandes estudos do século passado sublinhassem, todos, a importância do problema, não o "resolveram" teoricamente. As limitações de sua abordagem jamais foram transcendidas posteriormente" (15). Padeceria, assim, o marxismo de um tipo de "estigma de origem", na análise das raízes da opressão da mulher: o de não resolver o problema fora (ou independente) da análise do processo de desenvolvimento e transformação da sociedade, reduzindo-o a soluções "exclusivamente econômicas" e não elaborando uma teoria própria, permanecendo "a libertação das mulheres (...) como um ideal normativo, um acessório da teoria socialista, sem estar estruturalmente integrado nela" (16).

Síntese da concepção emancipacionista

O feminismo emancipacionista – que vem formulando o ponto de vista materialista histórico sobre a questão da opressão à mulher – entende e analisa a especificidade da mulher como fruto da perda da liberdade de produzir e confinamento à esfera privada, com consequentes derrotas no plano político-jurídico (derrota do direito materno, por exemplo), afirmando, portanto, a opressão específica em íntima relação com o processo de surgimento de propriedade privada, transformando a própria mulher em propriedade do homem (Marx, in A Ideologia Alemã). Consequentemente, a opressão específica da mulher, sua gênese, seu processo de formação, coincide no tempo (Engels, in A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado) com o aparecimento das classes, com elas se entrelaçando e refletindo seu antago-

nismo e sua luta ao longo da história, nas diversas etapas e em diferentes formações econômico-sociais. A opressão específica da mulher caminha e se desenvolve "pari passu" com a opressão social, de classes, caracterizando, assim, a mulher como oprimida enquanto ser sexual e ser social (Bebel, in A Mulher e o Socialismo), com seus correspondentes reflexos e formas na superestrutura. E assim como na relação base/superestrutura esta incide sobre aquela com relativa independência, também a especificidade da opressão da mulher assume formas próprias no terreno cultural, político, ideológico, sexual, que atuam conjuntamente e se entrelaçam à opressão (exploração) social. Em decorrência deste ponto de vista materialista histórico, livrar-se da opressão especifica – emancipar-se – exige a via revolucionária que aponta o caminho do socialismo, único regime que resolve a contradição básica da sociedade de classes capitalista – produção coletiva x apropriação individual transformando esta última em social, ao eliminar a propriedade privada sobre os meios de produção. Deste modo, o socialismo abre as portas à completa emancipação da mulher. Nesta perspectiva, o grande desafio, posto para o feminismo emancipacionista (que também o diferencia de outros feminismos) é a mobilização das massas de milhões de mulheres – principalmente operárias, camponesas, trabalhadoras em geral, estudantes, intelectuais progressistas para abraçar a causa da emancipação da mulher em sua especificidade, mas interligada com a luta revolucionária rumo ao socialismo, único caminho capaz de acabar com toda a exploração e opressão; o que advir com a passagem para a sociedade comunista ("Do reino da necessidade para o reino da liberdade", Engels). Por fim, Simone de Beauvoir, na obra mais densa e sistematizada sobre a mulher, após uma breve análise sobre "o ponto de vista do materialismo histórico" (17), mesmo considerando que a visão de Engels "assinale um progresso (...) ela nos decepciona: os problemas mais importantes são escamoteados". E, mais adiante: "a exposição de Engels permanece, portanto, superficial, e as verdades que descobre parece-nos contingentes. É que é impossível aprofundá-las sem sair fora do materialismo histórico". (18).

Em todos esses arrazoados há uma base comum: a negação do marxismo enquanto ciência por sua "incapacidade" de, fora dele (de seus "limites", como querem), resolver o problema da subordinação das mulheres e de sua emancipação. Daí a necessidade de buscar outros "fundamentos científicos" que seriam aportados pelo feminismo, enquanto "ultrapassagem" teórica sobre a questão da mulher. Eis aí estabelecida a polêmica. Resta saber se ela é verdadeira. O que se quer é que o marxismo se negue a si mesmo e passe a ter outra base filosófica e outra visão (não materialista) da história. O que estas formulações reivindicam é que o materialismo deixe de ser histórico e passe a ser mecânico (como era o velho materialismo dos séculos XVII e XVIII e da primeira metade do século XIX). O que se pretende é que o socialismo volte a ser eclético, saia do terreno da realidade e deixe de ser ciência!! (19).

É falsa a polêmica feminismo X marxismo. Parte de premissas incorretas no terreno das ciências sociais (base teórica quase sempre idealista e método de análise em geral metafísico) e de uma incompreensão básica do materialismo histórico enquanto ciência, portanto, do objeto de sua investigação. Qual é esse objeto? O materialismo histórico é a ciência que estuda as leis mais gerais do desenvolvimento da sociedade em seu conjunto, em suas inter-relações. Diz respeito às relações mútuas entre todos os aspectos da vida social e não somente de relações e modificações em separado, de aspectos específicos, que são objetos de outras ciências especiais, como antropologia, história, ciência política etc. É claro que existem zonas de encontro entre as diversas ciências sociais, mas há especificidade em seus objetos. O materialismo histórico tem por objeto exatamente as leis gerais do processo histórico. Investiga as questões, por exemplo, sobre o caráter do regime social, sobre como se realiza o processo de desenvolvimento da sociedade, se é sujeito a leis ou se transcorre de forma anárquica, sobre como se efetua a passagem de um regime social a outro: enfim, sobre os nexos e inter-relações do complexo e contraditório curso do desenvolvimento histórico-social.

Neste sentido, o materialismo histórico entrelaça-se necessariamente com as questões específicas, fornecendo elementos (indicadores) científicos para seu estudo e investigação.

Em que o materialismo histórico se opõe ao feminismo entendido como concepção sobre a especificidade da opressão da mulher na sociedade? Em nada, exceto que elabora a sua concepção – que pode se chamar de feminismo emancipacionista – investigando a especificidade da opressão da mulher em suas complexas inter-relações com os demais aspectos e leis da dialética do desenvolvimento da sociedade. São as correntes feministas que se têm colocado em oposição ao materialismo histórico e à sua visão científica e metodológica das questões mais gerais da ciência social, sem cujo esclarecimento se torna impossível a explicação do desenvolvimento da vida social em seu conjunto.

Consequentemente, fica-lhes difícil – se não impossível, dentro de sua visão estreita do problema específico – admitir o ponto de vista do materialismo histórica sobre a opressão da mulher e os caminhos de luta para sua emancipação; isto porque buscam a explicação sobre as origens e as formas de opressão da mulher fora das leis objetivas do desenvolvimento social e independente das causas últimas que originam as relações de dominação das sociedades antagônicas. Assim o fazem, com efeito, ao recorrerem exclusivamente à fundamentação biológica ou psicanalítica (ou à junção das duas) para explicar as desigualdades sexuais e definir os caminhos de sua solução. Mesmo as correntes que aliam à biologia e à psicanálise certos aspectos do materialismo histórico, assim o fazem tomando emprestado suas categorias e insistindo em suas "limitações" porque é fora dele, dizem, que se resolvem os problemas teóricos e práticos postos pela opressão dos sexos nas sociedades de classes. Na verdade, são estas correntes que encerram o feminismo em uma redoma ("traçam um círculo à sua volta", como pretende Schulamith Firestone fazer com o marxismo), isolando-o em sua especificidade (que é inegável), e apontando soluções, unilaterais. "Não enxergam o bosque" como diria Engels (20). O resultado é que embora as diversas correntes feministas tenham contribuído em aspectos teóricos sobre a especificidade da opressão da mulher e, enquanto movimento, na tomada de consciência da opressão específica, surge uma formulação teórica eclética que não ultrapassa o horizonte da luta de sexos ou se envolve com o véu do existencialismo. Fatalismo biológico ou idealismo existencialista.

O materialismo histórico, na realidade, é a teoria científica capaz de desvendar a especificidade da opressão da mulher relacionando-a com o processo de exploração e dominação desenvolvido na sociedade de classes, especialmente hoje, na sociedade capitalista. É evidente que são necessárias respostas teóricas e práticas sobre a questão específica. A sociedade moderna, a agudização da luta de classes da sociedade capitalista na era do imperialismo, tanto no campo das ciências sociais como naturais, o avanço tecnológico etc. colocam a necessidade, hoje, de se desenvolver teoricamente a especificidade da opressão da mulher. Por outro lado, também é necessário avançar no terreno da luta, transformando o movimento feminista em poderoso instrumento que envolva milhões de mulheres na luta contra a opressão de sexos e a exploração e dominação de classes. O feminismo emancipacionista pode vir a fazer isto.

Sabemos que a sociedade de classes, patriarcal, impõe a condição de subalternidade à mulher e a opressão de sexos. Andrée Michel fala na "ocultação" (21) feitas pelas ciências sociais quanto à condição da mulher, no que concordamos. A história da mulher, seu papel na sociedade, sua participação no processo de transformação social, seu alijamento do poder político, tudo isso precisa ser desvendado pela ciência social. O materialismo histórico é a teoria científica que fornece os elementos para esse desenvolvimento teórico (e prático) porque é a única que vê como originalidade da questão específica exatamente seu entrelaçamento – e não absorção – à questão da emancipação social.

À luz do que foi dito, quais são, então, as principais críticas (divergências) em relação ao marxismo? A primeira, e mais geral, que permeia todas as correntes feministas, é a de que o marxismo "reduz tudo ao econômico". Assim pensa Simone de Beauvoir quando, ao referir-se à analise de Engels (que ela apresenta de forma esquemática) em A Origem da Família, afirma: "Este (o materialismo histórico) não pode fornecer soluções para os problemas que indicamos, porque tais problemas interessam o homem em sua totalidade e não essa abstração que se denomina homo aeconomicus" (22). De igual modo, Juliet Michell,

também analisando a mesma obra de Engels, diz: a "solução" apresentada por ele e por Marx "mantém este tom excessivamente econômico ou entra no domínio da especulação deslocada" (23). Schulamith Firestone, vai mais além: quer "reelaborar" o materialismo histórico porque, no seu entender, "existe um nível da realidade que não deriva diretamente da economia" (24). Porque diz, "apesar de Marx e Engels fundamentarem sua teoria na realidade, era ela apenas uma realidade parcial". E prossegue criticando "a definição estritamente econômica: (grifo nosso) do materialismo histórico, tirado do livro Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico. de Engels (25), quando este designa o materialismo histórico como aquela concepção da história universal que vê no desenvolvimento econômico a causa última de todos os acontecimentos históricos (26).

Eis a crítica das teóricas do feminismo. As afirmações são contundentes: o marxismo reduz tudo ao econômico. Lamentável incompreensão da essência do materialismo histórico, seja por uma visão limitada da sociedade, enquanto objeto de investigação científica, seja por mecanicismo teórico e metodológico. Daí resulta uma interpretação do materialismo histórico (até mesmo da definição de Engels) como uma teoria rígida, aplicável a "qualquer época histórica como uma simples equação de primeiro grau", como o próprio Engels ironiza (27). Na verdade, são as teóricas do feminismo que reduzem à economia o complexo processo de desenvolvimento da sociedade cujas leis são analisadas pelo materialismo histórico. São as demais correntes feministas que entendem o marxismo de forma reduzida, atribuindo-lhe, até, esta ridícula formulação de que a economia é o único fator que rege o desenvolvimento da sociedade. Parece que a metafísica embaraça-lhes a visão científica, o que as leva concluir que as categorias "causa última" e "causa única" sejam idênticas!

A problemática tampouco é nova. Ao contrário, é tão antiga quanto o surgimento do marxismo. E nada melhor do que Engels mesmo para responder à questão, o que fez em 1890, em carta a Bloch, em longo e preciso esclarecimento:

> "(...) segundo a concepção materialista da história, o fator que em última instância determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Marx, nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o único fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as Constituições que, uma vez vencida uma batalha, a classe triunfante redige etc., as formas jurídicas e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos quais nelas participam, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as idéias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a converter-se num sistema de dogmas – também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua forma, como fator predominante" (grifos de Engels) (28).

E prossegue dizendo: "sem cair no ridículo, será muito difícil explicar, com apoio na economia, a existência de todos os pequenos Estados alemães do passado e do presente" (29), para exemplificar.

Ao final, diz: "Se os mais jovens insistem, às vezes, mais do que devem, sobre o aspecto econômico, a culpa em parte temos Marx e eu mesmo. Face aos adversários, éramos forçados a sublinhar este princípio primordial que eles negavam e nem sempre dispúnhamos de tempo, de espaço e oportunidade para dar a importância devida aos demais fatores que intervêm no jogo das ações e reações".

E lamenta que, "com muita frequência se pense ter compreendido totalmente uma nova teoria e se possa manejá-la, sem mais nem menos, pelo simples fato de haver-se assimilado – e nem sempre de maneira exata – suas teses fundamentais".

Engels já disse tudo. Quem quer que pense que o marxismo afirma que a opressão de sexos deriva diretamente da economia (e que, portanto, explicada a economia, tudo está explicado e não há necessidade de desenvolvimento teórico em aspectos específicos – a questão da mulher, por exemplo) ou não entendeu o marxismo, ou deliberadamente o rejeita (no que tem todo direito: o que não se pode fazer é atribuir-lhe o que não diz, expondo suas teses parcialmente e assumindo uma atitude científica pedante, previamente "imune" à critica do marxismo, às possíveis incongruências de suas formulações).

Aí está. O marxismo não ignora a opressão de sexos por "embuti-la" em meio a fatores econômicos que seriam os únicos a determiná-la diretamente. Entende-a, isto sim, entrelaçada com o processo de desenvolvimento da história que, em última instância, é determinado pela produção e a reprodução da vida real. Ao analisar o processo de produção e reprodução da vida real, desde as primeiras obras, Marx e Engels dedicaram explícita atenção às raízes da opressão da mulher e sua relação com a própria origem da exploração e opressão social. Nem uma só vez disseram que a opressão da mulher era coisa secundária, que não necessitava ser analisada e indicadas as formas de luta para a sua superação.

*** Loreta Valadares é professora assistente de ciências políticas da UFBA.**

NOTAS

(1) FIRESTONE, Schulamith, A Dialética dos Sexos. Rio, Labor do Brasil, 1976, p. 16. Com isto, Firestone quer colocar o marxismo dentro de um "círculo" (ou seja, "dentro de seus limites") e, "para além das fronteiras", dar ao materialismo histórico seu "real" alcance: (fora dos limites do marxismo) a dialética dos sexos como a lei objetiva da transformação da sociedade, da qual derivam o modo de produção e a superestrutura!!!

(2) GUTIÉRREZ, Raquel. O Feminismo é um Humanismo. Rio, Antares, SP, Nobel, 1985, p. 36.

(3) Ibid, p. 73. A propósito, Mitchell parece ter alguma dúvida. Em sua coletânea Psicanalise da Sexualidade Feminina, Rio, Campus, 1988, p. 1, ao apresentar o trabalho sobre Freud e a distinção sobre os sexos, escrito em 1974, ela diz: "este pequeno trabalho demonstra um aspecto de meu interesse na Psicanálise àquela época – um interesse que não se manteve. Então eu ainda esperava ser possível provar a utilização da Psicanálise como uma ciência incipiente da ideologia do patriarcado – de como vivemos de uma forma masculina ou feminina, em sociedades patriarcais".

(4) LÊNIN, El Estado y la Revolucion. Buenos Aires, Polêmica, 1973, p. 106, capitulo 2 "La Transicion del Capitalismo al Comunismo".

(5) GUTIÉRREZ, Raquel. op. cit., p. 129.

(6) MICHEL, Andrée. O feminismo, uma abordagem histórica. Rio, Zahar, 1982.

(7) Infelizmente hoje, sim, abandonadas pelo retrocesso capitalista provocado pela traição revisionista e a implantação da "Perestroika".

Nas palavras de seu próprio criador, Gorbachev, deu-se "um resultado paradoxal de nosso desejo sincero e politicamente justificado de tornarmos as mulheres iguais aos homens em tudo" (...) "por isso é que estamos promovendo acirrados debates na imprensa, nas organizações públicas, no trabalho e no lar sobre o que deve ser feito para que as mulheres possam retomar suas missões puramente femininos" (grifo nosso). GORBACHEV, Mikhail. Perestroika, SP, Best Seller, 1987, p. 133 e 134.

(8) MICHEL, Andrée, op. cit. p. 74.

(9) Característica fundamental do marxismo é a indissolubilidade entre a teoria e a prática, fonte permanente do seu desenvolvimento e de seu caráter profundamente crítico e criador.

(10) ALZON, Claude. La femme potiche et la femme bonniche. Paris, Maspero.

(11) Ibid.

(12) FIRESTONE, Schulamith, op. cit., p. 16.

(13) Ibid, p. 12.

(14) Ibid, p. 14.

(15) MITCHELL, Juliet. "Mulheres: a Revolução mais Longa", artigo publicado na Revista Civilização Brasileira, nº 14, Rio, 1967, p. 7.

(16) MITCHELL, Juliet, op. cit., p. 11.

(17) BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo. Rio, Nova Fronteira, 1980, p. 73.

(18) Ibid, p. 75 e 76.

(19) Engels, em sua obra Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico, diz que “para transformar o socialismo em ciência, fazia-se mister, antes de mais nada, situá-lo no terreno da realidade”. E, mais adiante, acrescenta: “dois grandes feitos – a concepção materialista da história e a revelação do segredo da produção capitalista através da mais-valia – são devidos a Marx”. E é graças a eles que o socialismo se transforma numa ciência, que só precisa ser desenvolvida em seus pormenores e inter-relações. Engels, op. cit. SB, Fulgor, 1962, p. 54, 63.

(20) ENGELS. op. cit., p. 57, ao referir-se ao método metafísico de investigação assim o caracteriza: “(...) esbarra sempre, cedo ou tarde, num obstáculo, vencido o qual se transforma em método unilateral, limitado, abstrato, perdendo-se em contradições insolúveis; absorvido pelos objetos concretos, não chega a alcançar sua concatenação; preocupado com sua existência, não se detém em pensar em sua gênese nem em sua transitoriedade; concentrado em sua imobilidade estática, não observa sua dinâmica; obcecado pelas árvores, nem consegue ver o bosque”.

(21) MICHEL, Andrée. Op. cit., p. 9.

(22) BEAUVOIR, Simone de. Op. cit., p. 76.

(23) MITCHELL, Juliet, op. cit., p. 10.

(24) FIRESTONE, Schulamith, op. cit. P 16-

(25) Ibid, p. 14.

(26) ENGELS, op. cit., p. 24.

(27) ENGELS, “Carta a Bloch”, Obras Escolhidas, SP, Alfa-Ômega, vol. 3, p. 285.

(28) ENGELS, “Carta a Bloch”, op. cit., p. 284.

(29) Ibid, p. 286.

EDIÇÃO 18, JUN/JUL/AGO, 1990, PÁGINAS 44, 45, 46, 47, 48, 49

PÓSFÁCIO DO LIVRO AS FACES DO FEMINISMO, DE LORETA VALADARES

Jô Moraes,
Editora Anita Garibaldi, 2007

Edina carneiro, Estação Rodoviária
Óleo s/ Tela 1,00 x 0,80m

Este livro registra, de forma viva, a incorporação de Loreta no movimento feminista que se desenvolveu no país, sobretudo a partir dos anos 80. Uma incorporação que se deu em duas frentes: através de intensa elaboração teórica e de uma participação direta nas organizações e entidades que surgiram num período de expansão dessa vertente da resistência humana. Aqui cabe relembrar e contextualizar as mais importantes reflexões que ela realizou na sua desafiadora atuação de militante- pensante. De alguém que soube, como poucos e poucas, o sentido da junção entre teoria e "práxis" no enfrentamento dos desafios colocados para a construção da transição à sociedade socialista.

Ler os artigos de Loreta, constantes deste livro, é continuar o diálogo que ela soube estabelecer com seu tempo e com as mulheres e os homens que puderam compartilhar sua energia transgressora.

a que a levava, compulsivamente, a se perguntar e a co-
-responder tudo que dizia respeito à trajetória humana rumo ao futuro. E "obedecer" à sua ordem-poesia (logo ela que tanto amava a desordem transformadora!): "Vão até onde eu não fui/caminhos do ilimitado...".

Numa histórica coincidência, Loreta nasceu num 1o de maio, Dia do Trabalho. Coincidência porque foi à luta pela emancipação da classe dos trabalhadores que ela dedicou sua vida. E o fez numa militância comunista de construção cotidiana: "Sempre fui movida por uma forte convicção ideológica, mas descobri que este é um processo que sempre se renova, é um desafio permanente", registrou em Estilhaços, seu livro autobiográfico.

Como ela gostava de lembrar, sua militância feminista se desenvolveu integrada à ação coletiva das comunistas do PCdoB e da corrente emancipacionista que lança, em 1986, a revista Presença da Mulher e organiza, em 1988, o primeiro congresso para criar a União Brasileira de Mulheres - UBM, justamente na Bahia, terra adotiva dessa gaúcha de nascimento.

Nesse período, após a longa restrição democrática no país, o PCdoB retoma o debate sobre a luta pela emancipação feminina, buscando formular uma política que respondesse à realidade enfrentada pelas mulheres. O 6o Congresso do Partido, realizado ainda nas condições de clandestinidade, em 1983, aprecia o Informe Especial Em Defesa dos Direitos e da Emancipação da Mulher. Nele, os/as comunistas buscam recuperar o sentido estratégico da luta das mulheres, ressaltando a importância de dimensioná-la a partir das questões referentes às relações de gênero; denunciam as condições em que vivem as

brasileiras; e indicam a necessidade de sua mobilização com base na organização em torno das uniões de mulheres. Muito contribuiu nesse debate o então presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, tendo se dedicado à discussão com as mulheres e junto ao Partido para construir as novas e necessárias formulações políticas.

O movimento feminista alcança um novo patamar, em nosso país, embora com fases diferenciadas no seu desenvolvimento. Na diversidade criada, amplia-se o desafio de enfrentar as questões teóricas em torno das raízes da opressão de gênero e da perspectiva de sua superação. Tornou-se necessário, também, analisar a realidade daquele movimento, a origem das participantes, seus interesses, assim como o programa que fundamentava suas ações.

Loreta incorporou esse desafio, apresentando importantes contribuições ao intenso debate que se realizava no interior da corrente emancipacionista e entre essa e os demais movimentos. E o fez com a compreensão de quem sabe que a história do movimento operário, na sua luta por uma nova sociedade, sempre foi permeada pela disputa constante com as forças do capital, na busca da afirmação de uma nova concepção de mundo. A reação se faz ainda mais necessária frente à pauta desse movimento social emergente que passou a refletir as consequências da ofensiva neoliberal no país e no continente, com a precarização dos serviços públicos, das condições de vida e de trabalho das mulheres e a perda de direitos.

Aqui é importante registrar a compreensão de Loreta sobre quais seriam os aspectos mais importantes a ser enfrentados. E o primeiro deles, ela não teve dúvidas; era a necessidade de defender o marxismo enquanto instrumento de análise que mantém toda sua atualidade.

No seu artigo A “Controvérsia” Feminismo X Marxismo, Loreta fez uma defesa consistente do marxismo como teoria que possibilita a compreensão da gênese da opressão da mulher. “É falsa a polémica feminismo X marxismo”, diz o artigo. “Parte de premissas incorretas no terreno das ciências sociais (base teórica quase sempre idealista e método de análise em geral metafísico) e de uma incompreensão básica do materialismo histórico enquanto ciência, portanto, do objeto de sua investigação”. Ela lembra que as correntes que combatem a teoria marxista, na maioria das vezes, “buscam a explicação sobre as origens e as formas de opressão da mulher fora das leis objetivas do desenvolvimento social e independente das causas últimas que originam as relações de dominação das sociedades antagônicas”. Em todos os artigos, é permanente sua preocupação em fincar o ponto de vista teórico a partir do qual os movimentos de mulheres podem formular suas perspectivas.

Compreendendo a necessidade de superar a visão reducionista e determinista que atingiu setores do movimento marxista, Loreta revisita os principais teóricos dessa corrente, sobretudo Marx e Engels. E, apoiando-se neles, no artigo “A Visibilidade do Invisível”, fez precisa formulação para mostrar que, na avaliação dos socialistas científicos, a opressão de gênero não é um mero resultante da exploração de classe. Afirmou ela: ”É que à divisão sexual do trabalho entrelaça-se a divisão social do trabalho. A opressão de classes interliga-se com a opressão de sexo, coincidem historicamente e se desenvolvem entrelaçadas no decorrer dos tempos e espaços da história”.

Combatendo qualquer visão esquemática, Loreta fez questão de registrar os limites ainda existentes e a necessidade de se avançar nas formulações da corrente emancipacionista: “...não temos uma concepção de emancipacionismo formulada em todos os seus aspectos. O que temos são as bases teóricas de uma concepção que, por suas próprias características, está em permanente evolução”, afirmou em correspondência para Clara Araújo. Mais uma vez, no artigo “A Controvérsia Feminismo X Marxismo”, completa: “A sociedade moderna, a agudização da luta de classes da sociedade capitalista na era do imperialismo,

novas descobertas científicas, tanto no campo das ciências sociais como naturais, o avanço tecnológico etc, colocam a necessidade, hoje, de se desenvolver teoricamente a especificidade da opressão da mulher". E sugere que é preciso trabalhar mais o conceito de gênero e sua inter-relação com classe, explicitando seu entrelaçamento de como gênero se realiza numa sociedade de classes. É importante atentar para essa observação que Loreta faz em relação ã necessidade de não se tomar o conceito de género como uma referência que dá conta de toda a especificidade da condição feminina, embora ressalte "a importante categoria gênero, como ferramenta de análise na ciência social".

Essa compreensão expressa o pensamento da corrente eman- cipacionista que assume a nítida consciência do longo caminho a percorrer para superar os limites teóricos existentes no pensamento marxista, em torno da especificidade da condição feminina. Os teóricos do socialismo científico deram importante contribuição para desvendar a gênese da opressão da mulher e o desenvolvimento e manutenção de um sistema de valores e práticas que vão criar e reproduzir distinções entre homens e mulheres. Mas, sem dúvida, os impasses que levaram à interrupção da primeira experiência de sociedade socialista, ainda não inteiramente compreendidos, provocaram reflexos negativos em várias frentes da ação revolucionária. Entre estes aspectos, uma estagnação teórica do pensamento marxista em diferentes campos, particularmente no que se relaciona com os novos conflitos surgidos na financeirizada sociedade neoliberal.

Ainda está por ser melhor analisado o impacto sobre o cotidiano das relações de gênero, provocado pelas conquistas das mulheres nas sociedades socialistas. Sem dúvida, pode-se dizer que elas alcançaram uma emancipação política, a mais abrangente das sociedades até então existentes. Os governos dos países socialistas realizaram um conjunto de medidas no âmbito do trabalho, da política e dos direitos individuais das mulheres que elevaram a sua incorporação no mercado de trabalho, nos espaços de representação e no campo da liberdade individual. Na esfera das políticas públicas, as creches e as cozinhas coletivas representaram parte de um sistema de apoio coletivo e socializado para as tarefas domésticas.

Mesmo diante da necessidade de se ampliar a análise dos limites da experiência, não se pode negar o que representou as modificações estruturais e sociais ocorridas nos países socialistas em relação à mulher. O sociólogo sueco Gõran Therborn, em recente entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, chega a afirmar: "O desmantelamento do patriarcado, ainda que incompleto, foi provavelmente a realização mais positiva e mais duradoura do comunismo. Foi dirigido por uma ideologia secular moderna - o marxismo - e foi fundado na socialização da propriedade familiar e na participação feminina no mercado de trabalho, com creches para crianças".

Sabe-se, no entanto, que apesar dos êxitos alcançados não se conseguiu alterar, significativamente, o papel da mulher nas suas relações familiares e naquelas funções que, por hábito, lhe eram destinadas. Mantinha-se, em certa medida, a divisão sexual do trabalho, herdada das sociedades anteriores. As próprias campanhas que os governos realizavam para valorizar sua presença na sociedade não conseguiam tirar-lhes a responsabilidade principal ante as atividades domésticas.

Ainda está por ser analisado se os problemas detectados naquelas experiências se relacionam com possíveis medidas a serem tomadas relativas à desconstrução/reconstrução de valores e práticas sexistas dominantes no regime capitalista anterior e que se mantêm durante largo período. Ou se se relacionam com o estágio de desenvolvimento da sociedade que, na fase de transição do capitalismo ao socialismo, ainda mantém muitos obstáculos para a realização do trabalho livre de todas as amarras e para a construção de um modo de vida que supere os hábitos e costumes herdados por séculos de prática discriminatória.

Enfrentar a dimensão desses desafios exige a compreensão dos limites da nascente experiência socialista, em sua primeira fase, de se constituir como sistema estruturalmente novo que, para se desenvolver, precisa ser impulsionado por relações sociais inteiramente novas. A superação das discriminações nas relações de gênero se constrói exatamente em cima desses dois pilares. E aqui se assentam as primeiras dificuldades a serem enfrentadas. A baixa produtividade social do nascente sistema que, em certa medida, limitou a incorporação da mulher ao trabalho em condições que pudesse superar as discriminações herdadas e aspectos da sociedade politicamente "monolítica" pode ter se constituído nos principais freios para conferir à mulher papéis inovadores.

Loreta compreendia a longa duração desse processo, especialmente no que se relacionava à desconstrução/reconstrução de hábitos e valores dentro de um novo sistema. Por isso escreveu em suas Novas Reflexões A/ariações Sobre os Mesmos Temas na Questão da Mulher: "Não será fácil a efetivação de medidas deste tipo. A força estrutural/cultural da opressão de gênero certamente será sentida durante todo o processo de construção do socialismo, quanto mais na primeira fase. Por isso, a luta no terreno da ideologia e da concepção teórica sobre o real caráter da opressão de gênero é tarefa que se põe desde já...".

Entendia, no entanto, que se fazia necessário intensificar o debate em torno do tema. E iniciou-o a partir da busca do significado dessas conquistas, mesmo que sem sua plena explicitação. Nos seus últimos meses de vida, toma-o com prioridade, refletida numa correspondência triangular que trocamos com Clara Araújo, no primeiro semestre de 2004. Na sua inquietante busca, relembrou os primeiros escritos do jovem Marx. Registrava, Loreta, nessa correspondência: "Revendo A Questão Judaica (Marx, Manuscritos Econômicos Filosóficos), deparei-me com as questões 'quem deve emancipar?', 'quem deve ser emancipado?', 'que espécie de emancipação está em jogo?', 'que condições se fundam na essência da emancipação que se procura?'. Marx fala de emancipação sob diferentes ângulos, distinguindo a 'emancipação política' da 'emancipação humana' e da 'confusão acrítica da emancipação política e da emancipação humana universal'. Diz que política é um progresso, mas não a forma final da emancipação humana".

Ao colocar essas questões, Loreta buscava investigar certas imprecisões estratégicas que pudessem estar estrangulando o desenvolvimento do pensamento emancipacionista, tentando descortinar os caminhos da luta emancipadora da humanidade e, como decorrência, os caminhos para a emancipação de sua metade mulher.

Emancipação para quem? Emancipação para os indivíduos? Emancipação para uma coletividade? Na perspectiva presente e na perspectiva futura, qual significado assume a emancipação? A emancipação como conquis:a da liberdade? E como se realiza a liberdade? Com isso, Loreta obrigava a revisitar velhos pensadores e novos conceitos. Para a tradição liberal, "liberdade é a ausência de interferência ou, ainda mais especificamente, de coerção. Sou livre para fazer aquilo que os outros não me impedem de fazer" (Dicionário do Pensamento Marxista - Tom Bottomore). Mas é evidente que esse conceito reducionista comporta uma contradição: a liberdade de cada um é afetada pela liberdade de todos.

Os teóricos do socialismo, no entanto, confrontavam essa visão, dando ao conceito de liberdade um sentido mais largo. É o mesmo Bottomore que lembra: "Os marxistas tendem a ver a liberdade em termos de eliminação dos obstáculos...ao múltiplo desenvolvimento das possibilidades humanas e à criação de uma forma de associação digna da condição humana". Para eles, a liberdade como autodeterminação é coletiva.

Quando se fala em emancipação, não se está falando da liberdade que a mulher quer ter relativa ao domínio sobre seu próprio corpo ou a liberdade de trabalhar. Essas são apenas dimensões da liberdade

cotidiana que ela quer alcançar e que, formalmente, nos marcos do direito, ela até pode obtê-la no âmbito da sociedade capitalista.

Quando se fala em emancipação, em liberdade, está se falando do controle humano sobre as forças da natureza e sobre as condições de vida da própria humanidade. Está se falando do controle que mulheres e homens poderão exercer sobre a própria natureza da humanidade, nas suas mais diferentes dimensões: econômicas, sociais, psicológicas, sexuais, étnicas e políticas.

Por isso, a emancipação para a mulher é a possibilidade de ela realizar sua atividade criadora de transformação da natureza ou de reprodução da espécie liberta das amarras que a impedem de a realizar plenamente, livre da alienação que a separa dos instrumentos e do conhecimento da produção - e livre dos hábitos e costumes que intervêm na sua vida privada e a mantêm presa às tarefas domésticas. Não se pode falar em emancipação para Joana, para Maria, para as mulheres brancas ou para as mulheres operárias. A emancipação plena das mulheres "é um problema da emancipação social", como afirma Clara Araújo, e só é possível através de uma tentativa coletiva que envolva homens e mulheres. Por isso, a necessidade da construção de um novo projeto de sociedade - o socialismo - como caminho para se construir essa experiência cooperativa e organizada, e esse novo modo de vida.

A dimensão da liberdade humana, de sua emancipação, não pode se realizar nas sociedades capitalistas presentes com todos os seus laços de opressão social, sexual e racial. Nem mesmo, de forma plena, no período da transição do capitalismo ao socialismo. Esse controle sobre as forças da natureza exige um elevado desenvolvimento material das sociedades e uma vontade social cooperativa e organizada que não surge, automaticamente, pela mera alteração no poder.

Não é um equívoco afirmar que as sociedades capitalistas modernas podem dar às mulheres relativa emancipação política, isto é, o reconhecimento formal de direitos. Mas, é bom aqui retomar o alerta de Loreta ao se referir à distinção que Marx fazia entre "a emancipação política e a emancipação humana", nos seus iniciais estudos sobre o Estado que foram desenvolvidos posteriormente por Lênin.

Marx coloca em seus Manuscritos Económicos Filosóficos (Martin e Claret.2004.p.20): "Os limites da emancipação política aparecem imediatamente no fato de o Estado poder libertar-se de um constrangimento sem que o homem se encontre realmente liberto; de o Estado conseguir ser um Estado livre sem que o homem seja um homem livre". É importante destacar aqui que Marx não está apenas assumindo a crítica à noção liberal de emancipação política que se limita a defender a igualdade formal e esquece as desigualdades reais. Ele se refere também à limitação da liberdade que existirá enquanto existir o Estado e as remanescências próprias dos antagonismos de dasse.

Se analisarmos a legislação de nosso país relativa à eliminação formal das discriminações contra as mulheres, poderíamos dizer que o Estado brasileiro, em certa medida, emancipou-se de seus preconceitos dando o status de igualdade a homens e mulheres. Qualquer trabalhadora brasileira, no entanto, sabe muito bem o que significa, na sua vida cotidiana, o artigo 7o, inciso XX, da Constituição Federal, onde se lê: "Proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei", e o inciso XXV que indica: "Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade, em creches e pré-escolas". O Estado pode ter se emancipado das desigualdades formais - poucas restrições legais ainda existem nos países de capitalismo mais avançado - mas as mulheres vivem um cotidiano pleno de sujeição.

As feministas emancipacionistas não podem limitar os objetivos de sua luta à conquista formal de

direitos, à emancipação política. Devem ter como perspectiva a busca de um "novo modo de vida, nos marcos de um novo projeto de sociedade, o socialismo", como diria o professor Milton Barbosa, em sua aula sobre Fundamentos Filosóficos do Feminismo Emancipacionista, em curso, na UFBA, Ressalta o professor Milton Barbosa: à par da luta por um novo sistema social - o socialismo -, as emancipacionistas defenderão um novo modo de vida que implica: a) no reordenamento das condições de vida (econômicas, sociais e ambientais); b) na reconstrução do estilo de vida (hábitos, rotinas, tradições); e c) na consolidação de uma nova concepção de vida (valores e idéias).

Ao mesmo tempo, as forças progressistas, sobretudo as revolucionárias, terão que assumir o entendimento de que o debate sobre a emancipação feminina tem de ser compreendido como elemento integrante da luta pela emancipação social. Não é uma pauta à parte, cuja dimensão política tem de ser valorizada. Essa questão é da essência mesma da luta pela emancipação da humanidade.

É dentro dessa dimensão estratégica que podemos compreender a contribuição de Loreta nessas inconclusas reflexões onde ela foi "Até o impossível freio/ Só que lhe faltou o tempo...".

O tempo gasto em registrar as contribuições de Loreta na dimensão do debate de idéias e a sucinta referência à contribuição em relação à sua vivência concreta junto aos movimentos feministas diz respeito apenas à materialidade do espaço. Tanto uma como a outra se realizaram de forma intensa, com ela buscando superar os limites físicos de seus problemas de saúde. Pelas condições mais favoráveis, participou intensamente dos eventos e movimentos ocorridos na Bahia. Juntou-se ao conjunto das companheiras que garantiram o grande Congresso de fundação da UBM, no qual compareceram 2.000 mulheres de todo o país, e acompanhou a formação das várias entidades emancipacionistas construídas nesse estado.

Mesmo quando não podia participar, pelas circunstâncias de sua saúde, dos seminários e debates nesse período, tanto do PCdoB, como da União Brasileira de Mulheres, ela enviava por escrito suas contribuições. Foi assim em janeiro de 1991, no seminário da UBM, realizado em São Paulo; em 1992, no seminário realizado pelo PCdoB, na mesma capital; e, em 1993, no seminário também do PCdoB, em Vitória, Espírito Santo.

A preocupação central que lhe motivava era integrar-se às reflexões coletivas de suas companheiras, acompanhando os processos de transformação da sociedade brasileira e a dinâmica dos movimentos, para que a ação da corrente emancipacionista se adequasse política e organizativamente. Com esse objetivo, fez uma análise dos cinco primeiros congressos da União Brasileira de Mulheres, sua temática e seu caráter - de massas ou de lideranças -, para detectar as necessidades de mudança. Incorporou-se inteiramente ao pensamento hegemônico das companheiras emancipacionistas que entendiam que o movimento social assumia um novo protagonismo, no final das décadas de 80 e 90, por isso se fazia necessário dar capilaridade à ação da corrente. Propõe, no seu texto À Guisa de Contribuição para o Seminário, de 1992: "Trata-se de um duplo desafio: levantar a questão emancipacionista no curso do movimento social real nos diversos setores e categorias."... "Teríamos, assim, uma rede de emancipacionistas no movimento real e uma forte consciência coletiva da necessidade da luta contra a opressão de gênero como parte integrante do projeto político do PCdoB".

Com uma argúcia especial, já em 1991, no seu texto Problemas Atuais do Movimento de Mulheres, registra a preocupação que a corrente emancipacionista vinha colocando em resolver a contradição entre a diversidade dos movimentos, constituindo uma entidade autônoma própria e, ao mesmo tempo, a necessidade de dar força política às reivindicações comuns, atuando "junto a outras entidades e agrupamentos feministas e forças políticas, visando uma articulação unitária face aos principais problemas e lutas do movimento".

Este livro que acabamos de ler, não é uma coletânea de textos, é o registro de uma trajetória coletiva, assumida individualmente naquela concepção de "ser genérico" a que Marx se referia. Sim, Loreta foi a materialização dessa "consciência da espécie" que assumiu os desafios de seu tempo histórico. Daquela pequena mulher "que fitava os Andes", que sempre descobriu uma sobrevida na vida, compensando os limites físicos do seu coração, fortalecendo-o através de uma intensa paixão pelas pessoas, pelo mundo, pela luta transformadora.

Nada mais há que falar, senão repetir suas palavras escritas numa das nossas correspondências: "Ser comunista não representa só uma 'adesão' teórica ou um compromisso de concepção. É muito mais. Implica em sentimento, é um fator que age diretamente no terreno da consciência, emerge turbulentamente, do âmago da consciência e por isso impregna mulheres e homens que se tornam comunistas".

Referências bibliográficas:

Dicionário do Pensamento Marxista - Editado por Tom Bottomore. Jorge Zahar Editor

A Queda do Patriarca - entrevista de Gõran Therborn à Folha de S. Paulo. 19.02.2006

Manuscritos Económico-Filosóficos - Karl Marx, Martin e Claret. 2004. São Paulo.

“MARXISMO E FEMINISMO” TENSÕES E ENCONTRO DE UTOPIAS ATUAIS

Clara Araújo,
Revista Presença da Mulher
Publicada em 2000

No início da década de 80, “The unhappy marriage of feminism and marxism: towards a more progressive union” (Hartman, 1979), tornou-se trabalho emblemático do debate feminista então em curso acerca das contribuições e dos limites da interpretação marxista clássica para o entendimento da problemática de gênero. A crise vivida pelas experiências políticas socialistas reforçou esse debate e contribuiu para que a teoria marxista encontre atualmente um razoável descrédito no interior das análises feministas. Para dar o tom da abordagem que pretendo desenvolver, sugiro que pensemos mais num título do tipo “A tensa relação entre o marxismo e o feminismo”, sugerindo a existência de conflitos mas não necessariamente de rupturas. E, mais ainda, supondo que crises e conflitos podem também contribuir para o enriquecimento dos processos e das relações entre os atores envolvidos.Partindo desta suposição, trata-se, então, de discutir em que medida a teoria marxista, assim como as experiências práticas levadas a cabo neste século, contribuíram para a compreensão da natureza das relações sociais de gênero e do lugar das mulheres na sociedade e quais foram os seus limites. Antes de seguir adiante, porém, é importante deixar claro que esta análise tem por objetivo desenvolver uma reflexão genérica sobre aspectos -teóricos e empíricos- que conformam o debate entre marxismo e feminismo, não tencionando aprofundar ou esgotar qualquer uma das questões.

“A contribuição teórica de Marx e Engels para o entendimento da opressão da mulher”

Coube ao marxismo o mérito de desenvolver a primeira análise mais sistemática sobre a opressão de gênero, desnaturalizando a condição de subordinação das mulheres e situando sua gênese num processo histórico e social. A base para isso situa-se na teoria mais geral que seus dois principais autores desenvolveram, segundo a qual o entendimento das várias faces das relações humanas haveria de ser buscado nas causas materiais. Causas estas geradas a partir das relações sociais que os homens e as mulheres estabelecem com vistas à reprodução de suas vidas.

A importante e muito citada afirmação contida no “ 18 Brumário de Luís Bonaparte” segundo a qual “os homens fazem a sua própria história, mas não afazem como querem e sim sob certas circunstâncias que encontram e que lhes são transmitidas do passado “, além de fornecer uma compreensão mais geral sobre a característica não idealista dos processos de transformação social, nos fornece também a base para pensar numa agência humana ativa e dinâmica, embora não determinista. Possibilita ainda pensar a construção das instituições e dos valores sociais transmitidos através das gerações como processos mutáveis.

A noção da historicidade, como base de todas as relações e valores sociais, constituiu, sem dúvida, uma das mais importantes contribuições para a desnaturalização dos lugares ocupados por homens e mulheres. Com essa abordagem, tomou-se possível demonstrar que, assim como todas as instituições, a família e as relações de gênero são construídas, reproduzidas e transformadas. Isto porque, para a teoria materialista da história, a natureza humana não é algo inerente e imutável, mas produto das interações sociais.

Algumas das críticas feitas a Marx partem do fato de este autor não ter desenvolvido uma análise

mais específica sobre a natureza das relações de gênero e/ou não a ter integrado ao corpo mais geral de sua teoria de forma mais destacada. De fato, poucos são os escritos de Marx em que a "questão da mulher" é abordada de forma mais detalhada. Contudo, parece que a validade de sua teoria para o entendimento da opressão de gênero não reside tanto na quantidade de artigos e/ou livros que o autor possa ter dedicado ao tema, ou mesmo (o que seria de fato ideal) num tratamento mais específico sobre as características dessas relações. Reside, sobretudo, nos conceitos e no método que sua análise oferece, permitindo entender a lógica das relações humanas e, com isto, entender, também, a natureza das relações de subordinação e dominação entre mulheres e homens, mesmo que o tratamento teórico da problemática possa conter limitações e, até mesmo, certas simplificações.

> "Marx e Engels mostraram como os processos de divisão do trabalho tornam-se gradativamente elementos exteriores aos indivíduos que deles compartilham, ganhando aspecto naturalizado."

Ao lado da noção de historicidade, o conceito de alienação e, mais especificamente, de alienação em relação aos processos de trabalho, constituem contribuições fundamentais para se entender o papel do trabalho doméstico no processo de produção da vida material. Marx e Engels mostraram como os processos de divisão do trabalho tomam-se gradativamente elementos exteriores aos indivíduos que deles compartilham, ganhando aspecto naturalizado.

Um segundo tipo de restrição feita por análises feministas ao marxismo dirige-se ao seu "reducionismo econômico", ou seja, ao que se define como uma análise centrada basicamente nos processos de produção. Se é fato que tem predominado uma leitura centrada basicamente na questão da produção, uma leitura atenta de "A Ideologia Alemã", por exemplo, demonstra que Marx e Engels compreendiam esses aspectos como parte de um único processo.

Nessa análise, a reprodução e a manutenção da vida dos indivíduos, assim como as relações sociais que os mesmos estabelecem, são tão importantes quanto as relações de produção, no sentido de que conformam uma totalidade indispensável à reprodução social da vida material. Produção e reprodução constituem um único processo, uma vez que "(...) esses três aspectos da atividade social, (produção, satisfação das necessidades e reprodução) não devem ser considerados como três fases distintas, senão que intimamente ligadas, como três aspectos que vêm existindo desde o princípio da História e desde o primeiro homem e que, sem dúvida, ainda hoje seguem regendo a História Tais processos se realizam via sujeitos sociais sexuados, os quais, através de suas práticas e interações com vistas à reprodução social e da espécie, dão origem a instituições, também históricas. Como observam os autores, "(...) os homens, que renovam a cada dia a sua própria vida, começam a criar outros homens, a se reproduzir; é a relação entre homens e mulheres, pais e filhos, é a família " (p. 40).

O empreendimento analítico de Marx e Engels, afirmando a historicidade dos processos sociais, desvendando as suas aparências e desnatura- o tizando as práticas humanas, via conceitos de ideologia e alienação, permitiu, também, a incorporação de uma dimensão coletiva da subjetividade humana. Ou seja, sobre o papel das representações sociais dos indivíduos sobre suas práticas materiais, os quais exercem influência sobre os processos de interação humana, seus valores e suas ações. Desse modo, o conceito de alienação indica, também, como as relações sociais se apresentam invertidas e naturalizadas, inclusive as relações de gênero, as quais ganham aspecto "a-histórico", fixo e dicotômico.

No "Manifesto do Partido Comunista", Marx e Engels, além de afirmarem o papel da família na reprodução da opressão da mulher, indicam a possibilidade e a necessidade de transformar essa instituição. A denúncia contundente sobre os valores e a (falsa) moral então predominantes na ¦ família burguesa, aspectos identificados com a lógica do modo de j produção capitalista, conduz à sua negação como

"instituição sagrada", intocável. "O palavrório burguês sobre família e educação, sobre relação estreita entre pais e filhos, torna-se tanto mais repugnante quanto mais a grande indústria rompe todos os laços familiares dos proletários e as crianças são transformadas em simples artigos de comércio e instrumento de trabalho " (p.25). Por um lado, a família proletária torna-se instrumento de produção de mercadoria, através da exploração do trabalho de homens, mulheres e crianças. Por outro, torna-se instrumento de degradação moral, sobre tudo das mulheres.

De acordo com o "Manifesto", a burguesia reduz as mulheres a instru- \ mento de produção ou prostituição. O processo de produção e a falsa moral burguesa levaria à degradação dessa instituição nos moldes então encontrados. E a abolição desse tipo de família seria então uma decorrência da abolição do modo capitalista de produção. Embora seja possível identificar na análise de Engels e Marx uma concepção um tanto quanto passiva em relação às mulheres, isto não tira o mérito da denúncia em relação à sua condição social no capitalismo. Isto é, de sua crítica central sobre a instrumentalização burguesa das relações afetivas e do lugar socialmente reservado às mulheres.

> "No "Manifesto do Partido Comunista", Marx e Engels, além de afirmarem o papel da família na reprodução da opressão da mulher, indicam a possibilidade e a necessidade de transformar essa instituição."

Coube ainda ao marxismo a análise crítica do conceito liberal de igualdade, contribuindo, assim, para a compreensão dos limites da igualdade jurídica como instrumento de reversão da subordinação vivida pelas mulheres. A distinção entre emancipação política e emancipação humana feita no "A questão Judaica", com a crítica à noção liberal que supõe a igualdade formal de todos os cidadãos mas nada diz a respeito das desigualdades reais (Barret, 1988), oferece elementos para distinguir entre o feminismo de corte liberal, cuja meta é a igualdade de direitos, e o feminismo emancipa- tório, que entende que a subordinação de gênero não cessará abolindo-se apenas as distinções legais, perseguindo uma transformação das estruturas econômicas e políticas geradoras de desigualdades.

Mas é, sem dúvida, "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado", publicado por Engels pela primeira vez em 1884, a referência mais citada e provavelmente mais importante para discutir marxismo e feminismo. Nesse trabalho, Engels procura fazer uma análise mais sistemática sobre a relação entre o surgimento da primeira forma de propriedade privada e a subordinação da mulher. A importância do livro, se situado historicamente, isto é, num período em que dominava, não apenas no censo comum, mas também nos meios intelectuais, a idéia de que a situação da mulher na sociedade era fruto e expressão de uma natureza feminina própria, reside no fato de ter recusado esse essencialismo e ter ido buscar os fatores históricos que conduziram à dominação masculina. Para Engels, haveria uma divisão de trabalho entre homens e mulheres, a seu ver natural, não-hierárquica, sem desigualdade de valores entre as diferentes tarefas desenvolvidas por homens e mulheres.

De acordo com sua análise, a primeira oposição de classe coincide com o desenvolvimento de antagonismos entre homens e mulheres. E a primeira forma de opressão consiste na opressão do homem sobre a mulher, quando esta perde o controle sobre o trabalho doméstico e se torna economicamente dependente do homem. Com efeito, a família moderna nada mais é do que expressão dessa "derrota histórica" das mulheres, uma vez que "a supremacia do homem no casamento decorre de sua supremacia econômica e com o desaparecimento desta supremacia a primeira também desaparecerá2. Engels entende, portanto, que a abolição da propriedade privada conduzirá ao fim da opressão de sexo. A análise de Engels está assentada numa distinção entre o casamento burguês, baseado na opressão do homem sobre a mulher, e o casamento proletário. Este último mediado pela exploração capitalista, a qual reduziria a mulher a mero instrumento de produção, forçando-a a aceitar os trabalhos mais degradantes. Contudo,

Engels parece supor que a solidariedade de classe seria suficiente para superar a condição de subordinação e estabelecer uma distinção qualitativamente diferente entre as relações de gênero proletárias e as burguesas. Nesta sua análise não fica clara uma situação de opressão do homem proletário sobre a mulher proletária. Segundo Engels, o ingresso das mulheres no mercado conduziria, também, a um outro resultado não esperado. Ou seja, no âmbito familiar, retiraria a base para a subordinação econômica da mulher proletária e, consequentemente, para o exercício da opressão masculina. Neste processo, a supremacia masculina se veria, então, desprovida de sua base fundante, a subordinação e a dependência econômica. Desse modo, embora sem perder de vista o caráter exploratório das relações de trabalho capitalistas, a primeira condição para a libertação da mulher seria o seu ingresso no trabalho produtivo e a segunda seria a própria revolução socialista.

A determinação da condição de opressão fundamentalmente a partir do lugar econômico das mulheres e a suposição de que as relações entre homens e mulheres proletários seriam livres de opressão, a partir dessa condição e da identidade de classe, tem sido um dos aspectos mais criticados por análises feministas, inclusive porque, posteriormente, estudos e dados empíricos, tanto em países capitalistas como socialistas, tenderam a demonstrar o contrário, isto é, a reprodução e a permanência das características assimétricas e desiguais dessas relações.

Auguste Bebel, outro marxista do século 19, em seu livro “A mulher e o socialismo”, escrito em 1889, irá desenvolver também uma análise detalhada acerca da situação da mulher no capitalismo, abordando desde o trabalho até a questão da sexualidade, passando, como não poderia deixar de ser, pelo papel crucial desempenhado pela família no processo de subordinação. A saída apresentada por Bebel é também através da política. O socialismo e a abolição das classes permitiriam a libertação da mulher. Algumas análises consideram que, embora a abordagem de Bebel tenha muitas similaridades com a de Engels, ela vai além das concepções deste último. Bebel teria dado à “questão da mulher” uma centralidade não encontrada nos trabalhos de Marx e Engels. “insistindo que o socialismo não poderia se realizar sem a ativa participação da mulher... diferente de Efigels. ele viu que mulher proletária no trabalho pago é oprimida tanto como mulher como é explorada como trabalhadora” (Bryson, 1992; 121).

Neste sentido, é importante ainda o registro de que Bebel identifica a diferença de liberdade e a hierarquia existente também entre o homem e a mulher proletários, e chama atenção para a distinta moral sexual atribuída a homens e mulheres, com restrições para estas últimas. Isto o levou a argumentar que todas as mulheres, apesar da classe, teriam algum interesse em comum e poderiam se unir em torno de algumas demandas.

> “No final do século passado e início deste, Clara Zetkin (1857-1933), Rosa Luxemburgo (1871-1919) e sobretudo Alexandra Kollantai (1873-1952) enriqueceram o pensamento marxista sobre a situação da mulher”

****As contribuições das marxistas****

Não se pode deixar de considerar importantes contribuições de algumas marxistas no final do século passado e início deste século, notadamente de Clara Zetkin (1857-1933), Rosa Luxemburgo (1871 -1919) e sobretudo Alexandra Kollantai (1873-1952). Elas enriqueceram o pensamento marxista sobre a situação da mulher, tentando incorporar novas questões e, em certos casos, tentando conferir uma dimensão própria às relações entre homens e mulheres. Não se limitaram a identificar as fontes da opreção. mas pensaram também acerca dos problemas de sua época.

Não é possível traçar aqui a trajetória e nem a contribuição específica de cada uma. mas cabe registrar aspectos que algumas delas acrescentaram à compreensão marxista sobre a situação da mulher. Clara Zetkin contribuiu para o entendimento da dimensão específica da opressão de género, ao mostrar que mesmo um partido revolucionário, sem que haja uma atuação das mulheres em tomo de suas demandas, não contempla satisfatoriamente essa problemática. Defendia, com isto, a necessidade da organização das mulheres e da sua atuação no interior dos partidos revolucionários como forma de garantir a incorporação de suas demandas às agendas políticas.

Embora desse ênfase à solidariedade de classe entre proletários, Zetkin não deixou de considerar as resistências e distorções existentes no interior do PSD em relação à militância das mulheres, chegando a formular críticas às contradições entre o ideal emancipatório dos revolucionários e suas atitudes em relação às mulheres, inclusive suas esposas. Entre essas três revolucionárias, Alexandra Kollantai é tida como aquela que, tanto em termos empíricos como de reflexão teórica, mais enriqueceu o pensamento marxista nessa área. Kollantai tornou-se a primeira mulher na história moderna a dirigir um gabinete ministerial (Bem-Estar Social). Kollantai buscou implementar o objetivo político de dar à mulher completa independência legal, igualdade no casamento, direito ao aborto e o princípio do pagamento igual para trabalho igual. Mesmo num contexto adverso, dadas as precárias condições que a sociedade russa enfrentava, lutando por sua própria sobrevivência, com escassez de recursos e uma situação internacional desfavorável, Kollantai procurou garantir que o Estado promovesse o apoio à maternidade e aos cuidados com as crianças, através da criação de creches e outros serviços sociais. Assim como Zetkin, ela tornou-se crítica da prática partidária socialista, no que diz respeito ao grau de importância conferido à questão e, especialmente, na forma como as mulheres tendiam a ser marginalizadas no interior do Partido.

Mas a maior contribuição de Kollantai consiste na forma como pensou as relações de gênero, sublinhando que as mesmas não mudariam automaticamente como decorrência das transformações no modo de produção econômica. Em sua interpretação, essas relações possuíam uma dimensão ideológica bastante enraizada, o que exigiria uma atuação específica, ou, do contrário, as mudanças se tornariam bastante limitadas (Bryson, 1992).

AMOR E SEXUALIDADE

Outra importante contribuição teórica de Kollantai consistiu na abordagem da questão do amor e da sexualidade, temas até então bem pouco considerados por pensadores marxistas. Dando consequência à análise de Marx e Engels em relação à falsa moral burguesa e aos interesses que sustentavam a instituição familiar, Kollantai argumentou a favor de uma sexualidade livre das amarras morais e materiais, desenvolvendo uma crítica à característica privada dessas relações. Nesse sentido, chegou mesmo a conceber que numa sociedade comunista o amor materno, da mãe por filhos, seria substituído por um amor genérico por todas as crianças. Sua ênfase na idéia do "público" e na diluição do "privado" tem sido muito criticada, por conter uma certa dose de idealismo, mas também pelo risco de que toda privacidade possa ser entendida como negativa e/ou maléfica, questão bastante delicada quando se avaliam as experiências socialistas.

> "Kollantai chegou a conceber que numa sociedade comunista o amor materno, da mãe por filhos, seria substituído por um amor genérico por todas as crianças."

Contudo, Kollantai procurou dar estatuto próprio às relações de gênero no interior da teoria marxista, refletindo sobre as características próprias que essas relações assumem, vinculadas mas não automaticamente dependentes da base econômica. Além disso, Kollantai rompeu com uma moralidade pre-

sente no interior da concepção emancipacionista, a qual subordinava a sexualidade feminina a uma certa condição natural, abrindo, com isto, espaço para o debate sobre o lugar da sexualidade nos processos de opressão de gênero.

**** A Crítica feminista ao marxismo clássico****

Como foi indicado, a concepção de Engels segundo a qual haveria uma divisão natural e original de trabalho entre os sexos, algo que existiria desde sempre, embora como uma divisão de igual valor e não-hierárquica, constitui um aspecto problemático de sua análise. A suposição de que a mulher seria naturalmente responsável pelas tarefas domésticas teria levado tanto Engels como Marx a subestimarem a amplitude do trabalho desenvolvido pelas mulheres na sociedade pré- capitalista. Além disto, teria implicado também numa forma unilateral de perceber a dupla jornada da mulher na sociedade capitalista, não atentando para o fato de que essa carga poderia ser reduzida com a participação masculina na vida e nas atividades familiares (Bryson, 1992).

Muitas autoras começam por argumentar que essa própria divisão seria fruto de processos históricos conflituosos, e não algo originalmente equilibrado. Observam, ainda, que tal concepção contribuiu para que análises marxistas posteriores subestimassem a situação da mulher proletária, supondo uma relação baseada exclusivamente no amor e livre de opressão. Em síntese, indica-se que faltou à análise marxista uma perspectiva mais clara sobre a redefinição da divisão sexual do trabalho, e não apenas uma incorporação das atividades privadas ao setor público. Embora considerasse que no socialismo o trabalho doméstico e o cuidado com as crianças deveriam ser coletivizados, Engels não chegou a questionar ou discutir qual sexo deveria realizar esse tipo de tarefa, seja no público ou no privado, deixando subentendido que as mesmas seriam desenvolvidas pelas mulheres (Bryson, p.73). Argumentase, também, que o marxismo tendeu a reduzir o papel da família à sua função econômica, ignorando o fato de que a mesma poderia tanto ser o instrumento de reprodução da subordinação de gênero (e neste caso inclusive no interior da família proletária), quanto o contrário, como fonte de apoio psicológico e convivência afetiva (Bryson, p.73). Uma terceira crítica sugere que Engels, após considerar as relações de gênero como algo extremamente importante no processo de formação histórica, terminou deixando esta relação à parte na análise das etapas posteriores do desenvolvimento histórico, levando à suposição de que as mesmas tornaram-se tão somente um apêndice das relações produtivas (Haug, 1998). Por fim, sugere-se que a forma como Engels abordou a sexualidade humana dá a entender que considerava as necessidades sexuais masculinas mais naturais do que as femininas (Millet, 1985).

Do ponto de vista estritamente teórico, é possível dizer que as críticas indicadas acima possuem seus fundamentos. O problema é que tais críticas, em geral, tendem a desconsiderar o contexto histórico em que o núcleo dessa teoria foi produzido. Supor que os clássicos do marxismo, sobretudo Marx e Engels, pudessem ter dado conta de todos os conflitos característicos da modernidade, inclusive os de gênero, deixando uma teoria pronta de modo que ela não precisasse ser enriquecida, seria ir de encontro à própria essência dialética marxista e assumir um ponto de vista marcadamente idealista. Por outro lado, simplesmente reafirmar as suas formulações, sem reconhecer as limitações, e evitando enfrentá-las, no sentido de tentar enriquecer essa teoria, seria, do mesmo modo, ir de encontro à característica criativa crítica e não-idealista do modelo teórico marxista. Em vista disso, trata-se de refletir se, com as suas limitações e/ou mesmo simplificações, o núcleo dessa teoria permanece válido como instrumento de explanação das relações sociais, no caso, das relações de gênero.

Do ponto de vista de teorias gerais, o marxismo pode ser considerado como a perspectiva que considerou de forma mais ampla a dimensão política da subordinação da mulher. Não apenas porque tal situação fosse, em si injusta. Mas, também, porque o seu modelo teórico explicativo inclui e considera

o surgimento dessa subordinação como parte integrante e inerente do desenvolvimento das relações sociais e decorrentes das condições materiais. Contudo, não há como desconsiderar certos problemas e limites presentes na abordagem marxista em relação a essa problemática. De fato, tende a existir uma certa simplificação (ou talvez idealismo) na análise de Engels e Marx acerca da divisão sexual do trabalho e nas consequências que tiram disso. Isto é, os autores não levaram mais adiante a própria desnaturalização que muito bem teorizaram. Isto implicaria pensar uma redefinição dos atributos e papéis sociais de homens e mulheres. Mas, porque concebiam como dada uma divisão natural de trabalho, a análise que desenvolveram supunha a extinção de uma parte dessa divisão, a concernente às tarefas e lugares das mulheres, mas não uma redefinição dos lugares sociais de mulheres e homens. Para os autores, o processo de transformação se daria a partir da coletivização das tarefas domésticas e da incorporação feminina ao trabalho industrial. Mais uma vez. permanece a questão de quem faria as atividades "domésticas" no âmbito não público ou mesmo quem assumiria aquelas profissões públicas consideradas historicamente femininas e, por consequência, desvalorizadas. Não há como desconhecer que provavelmente, como decorrência de uma interpretação literal dessa análise, as experiências socialistas terminaram por subestimar a dimensão própria que as relações de gênero foram assumindo ao longo da história, concentrando a intervenção apenas em alguns dos seus aspectos, notada- mente o da incorporação das mulheres ao trabalho formal.

> " Do ponto de vista de teorias gerais, o marxismo pode ser considerado como a perspectiva que considerou de forma mais ampla a dimensão política da subordinação da mulher."

E possível sugerir ainda que, neste caso. Marx e Engels não consideraram (é difícil dizer se isso seria possível no c da época e. sobretudo, em face dos objetivos mais gerais que os autores tinham em mente) que ao longo da história humana o processo de alienação e a "ideologia", à qual os mesmos atribuíram importante papel na mistificação ou naturalização das interações e dos interesses sociais, poderiam também exercer forte influência na reprodução da subordinação da mulher. Neste caso, o que poderia ser denominado de uma "ideologia de gênero", com sua aparência natural e "a-histórica", terminaria por assumir uma dimensão muito forte, profundamente introjetada na subjetividade de homens e mulheres, inclusive na subjetividade dos que conformariam a "vanguarda" política.

A ampliação teórica desse aspecto, quando pensado em termos da transformação política, implicaria, por exemplo, uma redefinição mais profunda na natureza dessas relações, i Assim, mudanças radicais dos aspectos político-legais necessitariam ser pensadas junto com o problema da divisão sexual de trabalho, possibilitando o ingresso das mulheres na esfera da produção, mas ultrapassando tal aspecto. Isto é, redefinindo a lógica dicotômica de atividades femininas versus atividades masculinas, nas esferas da produção e da reprodução, incorporando o masculino à dinâmica da esfera familiar e/ou doméstica, mas redefinindo o sentido dessa incorporação. Não como eventualidade, exterioridade ou ajuda", mas como parte das relações sociais e cujos objetivos não se limitariam a "integrar" as mulheres ao padrão existente, mas redefinir e transformar esse padrão Em outras palavras, no caso das relações de gênero, o papel da ideologia, porque mais subjetivo, necessitaria ser melhor compreendido e desmistificado. Inclusive no interior da classe operária e entre a vanguarda política. Sem perder de vista a dimensão material, politicamente, isto significaria uma ênfase no campo das relações culturais e simbólicas, assim como uma política de superação da clássica divisão de trabalho e de tarefas.

LÓGICA DA DOMINAÇÃO

Entretanto, se estes são aspectos a serem incorporados, isto não invalida a questão teórica posta anteriormente. A ênfase marxista na relação entre as formas econômicas de produção, a situação da mulher na estrutura mais geral da sociedade e a esfera da reprodução, como um locus da opressão de

gênero, fornecem as pistas para se pensar os caminhos por onde passa a lógica da dominação. A produção/reprodução da vida e os processos de transformação social daí decorrentes contêm os elementos básicos que permitem entender o lugar do trabalho doméstico e o papel da mulher na sociedade ao longo da história. Em outras palavras, o aspecto principal a ser destacado é o fato de que o núcleo central da teoria marxista -a concepção de um processo histórico e materialmente situado originando conflitos, hierarquias e instituições- permitiu desnaturalizar as desigualdades de gênero, superando uma abordagem essencialista, que situava na natureza humana a base da dominação e da subordinação.

> "Algumas perspectivas feministas identificam na análise marxista sobre as relações de produção importantes elementos para a compreensão do lugar da mulher nas relações econômicas"

As alternativas do feminismo contemporâneo

O chamado pensamento feminista contemporâneo tem procurado responder ao problema de como a subordinação é reproduzida, a dominação masculina é sustentada e como se pode considerar a unidade/diversidade das experiências das mulheres, a partir das clivagens de classe, raça, sexualidade. O feminismo de corte explicitamente liberal pautou e continua a pautar suas demandas pelo princípio da igualdade de oportunidade e de direitos. E embora muitas das posições liberais reconheçam que a igualdade de direitos e oportunidade não alterou substancialmente o lugar das mulheres nas relações sociais, consideram que isto deve-se à ausência de políticas mais ofensivas diante de uma história de discriminação milenar, e não propriamente à ineficácia do princípio que rege a organização política e social. Nesse sentido, a ênfase em políticas de ação afirmativas, que tenham as mulheres como alvo, implementando uma "discriminação positiva", tende a ser uma de suas prioridades atuais.

Mas as diversas abordagens feministas que surgem principalmente a partir das últimas décadas passam a considerar que, por um lado, o feminismo liberal esgotou suas possibilidade e, por outro, a interpretação marxista tende a ser limitada e problemática em algumas de suas formulações.3

Algumas perspectivas feministas identificam na análise marxista sobre as relações de produção importantes elementos para a compreensão do lugar da mulher nas relações econômicas, mas consideram que isto é insuficiente para explicar a perpetuação e generalização que tem caracterizado a subordinação da mulher. Nesse sentido, procuraram incorporar o conceito de patriarcado, analisando a dominação masculina a partir de dois sistemas básicos de dominação, o sistema de classe e o sistema patriarcal (nesse caso, não apenas como um recurso descritivo para demonstrar as assimetrias, mas como fundamento explicativo).

Para a teoria do patriarcado, há que se considerar o problema da relação entre o homem e a mulher, em si, e não apenas em relação ao capital ou a outras forças econômicas. Isto porque o problema da subordinação aparece em diferentes sociedades e não apenas na sociedade capitalista, assim como em diferentes fases históricas. Trata-se então de pensar em termos de dois sistemas, classe e gênero, compreendidos sem hierarquização. O patriarcado apresenta-se então como conceito estruturante do sistema de dominação masculina (Hartman, 1976; Walby, 1990). Na condição de um sistema próprio de dominação, o patriarcado, como relação de poder, gera a divisão sexual do trabalho. Walby (1990), concebe uma distinção entre o patriarcado e o sistema de classe. O patriarcado seria um sistema através do qual os homens exercem o poder e exploram as mulheres, ao passo que o capitalismo é concebido como um sistema em que o capitalista expropria o ganho do trabalhador. O que determina a diferença entre estes dois sistemas é a forma de exploração, já que o sistema patriarcal é caracterizado por relações que permitem que os homens explorem as mulheres.

Já para algumas interpretações, há que se considerar a exploração de classe e a dimensão material, sem pensá-las, contudo, em termos de um sistema dual orientando as relações sociais. O patriarcado, assim como a classe, seria parte de uma mesma lógica de interação social. O patriarcado não seria, então, explicado em abstrato, e sim como expressão do controle histórico do homem sobre o trabalho da mulher, controle entendido como parte do processo produtivo. Desse modo, uma análise materialista haveria que redefinir as relações de gênero não como algo "a mais" e sim como parte inerente e importante no processo de produção e reprodução da vida social (Young, 1986). Ainda, para entender a dominação masculina, seria necessário analisar o processo social que dá origem a dois gêneros em condições desiguais, compreendendo os processos econômicos assim como o processo de sexualização e identidades sexuais como relação de poder (Young. 1991). Emerge então uma abordagem que não descarta a base material, mas argumenta que esta não dá conta de explicar todo o sistema de dominação masculina. Neste caso, a sexualidade, envolvendo também a reprodução, se estruturaria como um aspecto explicativo da opressão e da exploração de gênero.

É importante notar que o conceito de patriarcado não encontra consenso no interior do feminismo. Para algumas interpretações o mesmo tende a ser essencialista, ao advogar uma dominação masculina que se auto- reproduz, de certo modo à parte ou acima da historicidade das relações materiais (Rowbotham, 1989). Isto parece ser ainda mais problemático quando se tenta separar o patriarcado do sistema de classe, pensando-o como um sistema próprio. Isto implica supor uma dominação masculina que se reproduz de forma fixa; um sistema que se autoperpetua. Além disso, como já foi observado, o capitalismo explica-se por ter uma dinâmica própria interna, que o faz existir e desenvolver-se. Tal dinâmica é a sua própria necessidade intrínseca de expansão. Para isto, necessita de uma relação específica, a relação de exploração de classe. Ao passo que a relação de gênero é mutável. Mas essa mudança não pressupõe o fim da relação em si (Rowbotham, 1979). Estes, entre outros aspectos, têm conduzido à interpretação de que a noção de patriarcado é importante para descrever a trajetória de desequilíbrio e dominação que as relações de gênero assumiram, mas não como conceito explicativo (Barret, 1983).

Há, por outro lado, análises críticas ao marxismo situadas no que poderia ser denominado de feminismo da diferença. De fato, são duas perspectivas analíticas substancialmente distintas, mas que têm em comum o fato de recusarem a centralidade de estruturas materiais como elementos centrais na explicação dos processos de subordinação. Uma primeira trata de analisar a subordinação com base numa diferença entre homens e mulheres que, embora social, seria profundamente enraizada na constituição da subjetividade humana. A histórica e milenar divisão sexual do trabalho e a característica do papel reprodutivo originariam um conjunto de valores simbólicos e éticos distintos para homens e mulheres. Essa trajetória social conduziu a uma forma especificamente feminina de pensar e de sentir, contrária à característica binária, competitiva e agressiva masculina, originando também diferentes perspectivas de vivência social. Com efeito, argumenta-se que a dominação homem/mulher se assenta originalmente numa diferença sexual, só podendo ser resolvida a partir da afirmação/valorização dessa diferença (Irigaray. 1992). Do ponto de vista político, trata-se então de promover a valorização das atividades e esferas ocupadas pelas mulheres e afirmar o valor político das características tidas como femininas. Neste caso, a análise marxista sobre o lugar da reprodução tenderia a ser insuficiente para dar conta dessa valorização.

"A histórica e milenar divisão sexual do trabalho e a característica do papel reprodutivo originariam um conjunto de valores simbólicos e éticos distintos para homens e mulheres."

Já a(s) outra(s) vertente(s) do feminismo da diferença, denominada) pós-moderna e/ou pós-estruturalista, tende a romper com preocupações causais sobre as origens da dominação masculina e com qualquer dimensão estruturante ou fixa de diferenças entre os sexos, enfatizando exatamente o contrário, isto é, a impossibilidade de uma identidade única e a predominância de diferenças entre as mulheres, assim como entre os homens. Assim como não existem identidades fixas, não existe também uma iden-

tidade feminina.

Convém ressaltar que tal interpretação encontra-se no interior de um contexto teórico que toma por base a crítica às teorias (inclusive a marxista) que concebem a existência de uma totalidade social capaz de ser conhecida, interpretada e transformada. Argumentam, ao contrário, que existem apenas verdades parciais e momentâneas, assim como identidades circunstanciais, não sendo possível apreender a totalidade da vida social e qualquer tentativa nesse sentido é inerentemente excludente. Com efeito, não existem causas fixas e sim contingências. Sob esse ponto de vista, política só é possível de ser pensada a partir dos interesses imediatos e contextuais que surgem das situações específicas. Desse modo, toda e qualquer identidade, além de ser múltipla porque perpassada por diversas situações vivenciadas socialmente, é também circunstancial. Assim, a crítica ao marxismo refere-se à sua fixidez estrutural e às suas pretensões totalizantes, inclusive à pretensão de definir e transformar a situação das mulheres priorizando uma única identidade, numa perspectiva universalista.

Nesse processo geral de revisão crítica, o conceito de gênero emerge como instrumento analítico capaz de oferecer espaço para incorporar uma dimensão subjetiva e simbólica de poder e dominação, para além das fronteiras materiais.

A trajetória do conceito de gênero, suas possibilidades e seus problemas

O conceito de gênero surge como tentativa de responder ao problema dos lugares sociais atribuídos a homens e a mulheres, indo além de suas conformações biológicas. Algumas feministas irão procurar distinguir dois níveis de diferenciação, o do sexo biológico e o da construção simbólica e das práticas sociais correspondentes. Rubin (1975), buscando uma base material para uma "economia política de sexo" que possibilitasse estabelecer uma rede de interação entre sexualidade, casamento e cuidados das crianças, por um lado, e relações econômicas e processos de acumulação, por outro, formula a seguinte definição: "...um sistema de sexo/ gênero, é o conjunto de arranjos através dos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana. e onde essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas" (p. 159). Rubin entende que a sexualidade é parte importante dessas práticas materiais, mas tenta, ao mesmo tempo, distinguir o sexo biológico das construções sociais e simbólicas que o feminino (assim como masculino" assume como construção histórica e contextuai. Neste sentido, questiona: "O que é uma mulher domesticada? Uma fêmea da espécie. Uma explicação é tão boa quanto a outra. Uma mulher é uma mulher. Ela só se Transforma em doméstica, esposa, mercadoria, coelhinha da Playboy, prostituta em determinadas relações sociais".

> "O que é uma mulher domesticada? Uma fêmea da espécie. Uma explicação é tão boa quanto a outra. Uma mulher é uma mulher. Ela só se transforma em doméstica, esposa, mercadoria, coelhinha da Playboy, prostituta em determinadas relações sociais". (Rubin)

Gênero passa a ser um conceito cada vez mais incorporado ao pensamento feminista. A possibilidade de pensar as práticas materiais e, ao mesmo tempo, as construções simbólicas, sem necessitar de uma sustentação no essencialismo biológico e nem tampouco na dimensão exclusivamente econômica, faz com que este conceito passe a ser assumido inclusive pelo feminismo de base marxista. Este, também, preocupado em responder ao problema da subordinação e da assimetria de gênero, para além das suas dimensões políticas e econômicas. Gênero torna-se uma importante ferramenta analítica para pensar a desconstrução das identidades fixas, isto é, os caminhos através dos quais os gêneros são culturalmente construídos. em contextos e com significados específicos. Trata-se, então, de demonstrar que os gêneros, por serem culturais e contextuais, são muito mais significados do que essência. Assim, as categorias "mulher" e "homem" não poderiam ser pensadas de forma fixa e estável e nem de forma independente.

Gênero é relacional e, nesse sentido, um gênero só existe em relação com o outro. Por ser relacional, tanto o processo de dominação como o de emancipação devem considerar e incorporar homens e mulheres, mesmo que o tipo e o conteúdo dessa incorporação venham a ser diferenciados. De acordo com muitas interpretações, gênero é também a primeira forma de expressão de relações sociais de poder.

Uma de suas principais contribuições foi permitir repensar a divisão sexual do trabalho como algo cultural e socialmente relacionado com a condição de sexo e as práticas materiais. Mas o percurso desse conceito guarda certos problemas que merecem ser aqui pontuados. Buscando incorporar os elementos mais subjetivos, ausentes nas análises marxistas, parte das teorias feministas enfatizam, sobretudo, a dimensão subjetiva das relações de poder entre homens e mulheres. A dimensão simbólica tende a ganhar central idade, ao passo que sua referência econômica praticamente desaparece. Gênero deixa de ser um conceito meio. isto é. uma forma de ampliar o olhar e entender a gênese da dominação e a trajetória em torno da qual esta foi se estruturando nas práticas materiais e na subjetividade coletiva, para tornar-se um conceito totalizador, um modelo próprio e autônomo de análise. Gênero passa a descrever tudo e a explicar muito pouco. Já em 1990, debatendo o clássico texto de J. Scott sobre os significados do gênero, Machado questiona o estatuto atribuído a esse conceito sugerindo que "as tentativas de afirmar as diferenças entre os sexos, ou que a construção das relações de gênero são significativas, termina por assentar essa intenção na defesa da centra- lidade de uma dessas noções para o entendimento da vida social". De acordo com Machado a abordagem de Scott não estabelecia os limites próprios do conceito no interior de um modelo teórico mais geral, produzindo o que o autor viria a denominar de "imperialismo do conceito".

No entanto, o crescente "descolamento" em direção à dimensão simbólica, tem sido também questionado por outros ângulos. Como foi observado recentemente por Coole (1995), as análises iniciais sobre gênero asseguravam o vínculo com a dimensão material e as práticas coletivas daí originadas. Com a mudança que se verifica em direção ao pós-estrutu- ralismo e ao pós-modernismo o conceito de gênero vem se tornando meramente um código cultural de representação e aparece como mero efeito discursivo.

Se é certo que o pós-estruturalismo contribuiu para uma maior percepção dos aspectos subjetivos e da variação que os contextos podem produzir, a sua excessiva ênfase na desconstrução das chamadas identidades fixas tem conduzido a um tremendo estreitamento das possibilidades de ação política. Isto porque, nessa perspectiva, só através das práticas contextuais e dos discursos é que tais identidades serão produzidas e transformadas. Assim, as possibilidades de ação coletiva tendem a ser pensadas basicamente a partir dos contextos imediatos e das diversas clivagens - de gênero, raça, classe - que daí emergem, sempre parciais e momentâneas. Levando-se esse raciocínio às últimas consequências, só é possível então pensar na ação da mulher de classe x, pertencente à raça y, à comunidade z e aos interesses xz, dentro de determinada coletividade. O resultado tende a ser a completa fragmentação de qualquer ação política e o elogio do pragmatismo desprovido de projetos mais amplos pois só é possível a existência daquilo que diz respeito diretamente àquela coletividade. Coole salienta ainda que a redução do conceito e das relações de gênero a uma dimensão simbólica tem implicações teóricas sérias, pois sem uma abordagem estrutural e global baseada na economia política tomase difícil achar poder de explicação que faça sentido para a desigualdade entre homens e mulheres. Toma-se difícil. também, pensar políticas e ações coletivas capazes de intervir eficazmente na sociedade, a partir de projeto de emancipação que contenha uma utopia mais ampla de transformação, inclusive projetos socialistas.

Assim, parte significativa da teoria feminista contemporânea à exceção de algumas correntes que se apoiam no patriarcado), ao tentar responder ao desafio de achar um lugar para a dimensão subjetiva da dominação de gênero, termina por "jogar fora o bebê com a água do banho", isto é, termina abdicando de qualquer perspectiva estrutural de um sistema econômico e político mais amplo, num elogio do "simbólico" abstraído de bases concretas. Vale frisar, no entanto, que o conceito de gênero, tal como posto originalmente, significou uma grande contribuição ao entendimento de como e em torno de quais

dimensões as relações de dominação entre homens e mulheres se realizam e reproduzem. Neste sentido, repensar sua perspectiva original pode vir a ser questão importante no momento.

> "O conceito de gênero, tal como posto originalmente, significou uma grande contribuição ao entendimento de como e em torno de quais dimensões as relações de dominação entre homens e mulheres se realizam e se reproduzem."

O legado marxista e o feminismo contemporâneo

Situados, em linhas gerais, alguns dos temas que dominam o pensamento feminista contemporâneo, trata-se de pensar sua relação com as formulações marxistas. Como foi sublinhado, o debate envolve o problema da gênese da opressão e a sua trajetória, isto é, a forma como essa dominação/subordinação foi se estruturando e se conformando ao longo da história. Requer, também, entender a complexidade que as interações sociais foram assumindo até o período contemporâneo. Ambos os aspectos são polêmicos e complexos. Sem pretender dar conta dessa complexidade, o que é importante registrar é que o núcleo da análise marxista, centrado nas interações que os homens estabelecem, tendo por base as práticas materiais, e não meramente econômicas, vale frisar, possibilita pensar a construção da subordinação da mulher como algo socialmente estruturado. Evita, com isto, a camisa de força que é a idéia de uma relação de poder sustentada abstratamente nos sexos biológicos. Evita, do mesmo modo, a perspectiva efêmera, contextual, do pós-estrutralismo, que também não explica por que a característica geral das relações de gênero, embora com particularidades, se reproduz em diferentes sociedades, isto é, um tipo de relação socialmente recorrente. A economia política marxista continua, desse modo, fornecendo uma chave importante para o entendimento da lógica geradora desse processo.

No entanto, quando passamos à questão seguinte, isto é, à questão de como estas relações foram se conformando e como a subjetividade coletiva foi sendo construída ao longo da história, há certos "nós" na análise marxista que necessitariam ser melhor examinados. De certo modo, as leituras marxistas posteriores mantiveram a chamada dimensão material circunscrita aos seus impactos econômicos, estabelecendo uma relação direta entre base econômica e mudanças políticas, aplicada, de forma idêntica, para todas as esferas da vida social. Com isto, tendeu-se a subestimar a própria complexidade do processo de formação das idéias e da representação como elementos estruturadores das relações sociais. Porém, em se tratando de relações de gênero, tais representações tendem a se apresentar de forma ainda mais naturalizada e introjetada. Neste caso, a permanência de uma assimetria com variações muito pequenas ao longo da história, quando pensada, por exemplo, em comparação às variações de classes, já indica uma dimensão subjetiva bastante enraizada, estruturante da forma dessas relações sociais como relações de dominação e subordinação.

Traduzindo isto em termos políticos, pode-se sugerir que mesmo que os conflitos de classe sejam as "molas" dos processos de mudanças econômicas e políticas mais gerais, as relações de gênero não constituiriam uma relação "seguinte" numa escala de relações sociais que pudessem ser sequencialmente transformadas. Elas são constitutivas e integrantes das relações sociais e foram, ao longo da história da humanidade, se estruturando com certas características próprias.

LUTA DE CLASSES

Se não resta dúvida de que os embates de classe se apresentam de forma mais direta e delineada, não há, por outro lado, como estabelecer uma hierarquia de prioridades entre classe e gênero. Há que se pensar em termos de duas dimensões distintas mas interrelacionadas. Uma se manifesta mais diretamente como relação económico- política. A outra se apresenta como relação "a-histórica" e socialmente

formadora dos sujeitos sexuados. Nesse sentido, embora as relações de gênero possam não assumir características diretamente antagônicas, têm permanecido como opressivas em sociedades com características distintas até os nossos dias. Com efeito, mesmo considerando a luta de classes como o elemento que tem sido central na história humana, isto não implica uma hierarquização dos conflitos sociais. Tende a ser mais apropriado pensar na necessidade de um "mapeamento" e de uma intervenção sobre os diversos campos em que os mesmos estão presentes e em como se dão suas intercessões. Um projeto emancipatório da humanidade requer pensar, ao mesmo tempo, nas prioridades políticas e em como essas diversas clivagens podem ser simultaneamente trabalhadas, inter-relacionadas, em suas dimensões próprias. Em outras palavras, um dos desafios que parecem estar colocados para o marxismo é o de ampliar seu olhar, incorporando a complexidade e as dimensões de conflitos que certos processos opressivos foram assumindo ao longo da história, sobretudo com a emergência da modernidade e a afirmação dos indivíduos como sujeitos de si mesmos, conformando assim subjetividades coletivas que se refletem na política tradicional, mas têm uma dimensão ideológica própria.

> "Se não resta dúvida de que os embates de classe se apresentam de forma mais direta e delineada, não há, por outro lado, como estabelecer uma hierarquia de prioridades entre classe e gênero."

Enquanto o conflito de classe tende a ser mais nítido, a ter impactos mais diretos e a opor grupos (mesmo considerando as diversas clivagens hoje existentes), as assimetrias de gênero, embora variem nas características e na intensidade como se apresentam de classe para classe, tendem a perpassar as mulheres em geral. Mas, porque gênero tem uma base material, os efeitos da opressão tendem a incidir de forma diferenciada sobre as mulheres das diferentes classes. Além disso, de modo geral, as condições de exploração apresentam-se mais diretamente agressivas -na medida em que limitadoras das condições básicas de vida- do que a subordinação de gênero. Isto, no entanto, não serve para justificar uma diluição da questão de gênero na questão de classe, ou vice-versa. Ao contrário, contribui para se ter em conta toda a diversidade e complexidade dos conflitos sociais contemporâneos. Não é sem razão que nos conflitos étnicos recentes, uma das principais formas de agressão dos grupos vem consistindo no estupro coletivo de mulheres. Também não é sem razão que o fundamentalismo islâmico tem feito da restrição ao espaço das mulheres na sociedade uma de suas principais formas de afirmação política. Ou que a violência doméstica dos homens sobre as mulheres permaneça respondendo por parte significativa das estatísticas sobre agressões. Ou ainda que os impactos materiais das políticas neoliberais venham, comprovada- mente, sendo mais fortes sobre as mulheres do que sobre os homens. Com efeito, as intercessões presentes em tais categorias e nos conflitos decorrentes não podem ser minimizadas mas sim entendidas como expressão da sociedade contemporânea.

Algumas reflexões a partir das experiências socialistas

E impossível desenvolver num único ponto uma análise profunda sobre aspectos teóricos e empíricos da problemática socialista. No entanto, no momento em que se avalia a experiência da Revolução de Outubro e se discute a atualidade do "Manifesto Comunista", vale a pena sublinhar alguns aspectos que poderão servir de pistas para reflexões mais profundas sobre a relação entre as formulações marxistas e sua implementação nos processos concretos.

Como foi lembrado, os países socialistas foram os que levaram mais longe ações políticas e econômicas com o objetivo claro de promover a chamada emancipação social da mulher. Alinhando uma teoria geral com uma vontade política, a maior parte desses países experimentou um conjunto de medidas no âmbito do trabalho, da política e de alguns direitos individuais das mulheres as quais, até hoje, quando agrupadas, não têm comparação com outros países, em que pese o fato de atualmente o discurso sobre

os direitos das mulheres integrar todas as agendas governamentais e internacionais.

No campo do trabalho, tratou-se de promover o ingresso massivo das mulheres com abertura para as chamadas atividades masculinas e o incentivo à qualificação e ao treinamento profissional. A premissa de que o trabalho constituía o elemento fundante das relações humanas e de que este era fundamental para o desenvolvimento da sociedade então em construção, serviu de impulso a esse processo. Foi criado um sistema de apoio coletivo e socializado para as tarefas domésticas, como o cuidado infantil e as cozinhas coletivas, de modo a que os obstáculos mais visíveis ou concretos relacionados a atividades pudessem ser superados.

Na esfera dos direitos. a legalização do aborto, o divórcio e a proteção aos filhos de mulheres não casadas constituíram iniciativas pioneiras e extremamente importantes, sobretudo quando pensamos que às vésperas do século 21. no Brasil. ainda se discute se a regulamentação de uma lei para certos casos de aborto deve ou não ser feita.

Há que se registrar também certos avanços no âmbito da participação política das mulheres nos Parlamento e nos cargos de poder. Aqui cabe o registro do pioneirismo de países do bloco socialista em adotar o sistema de cotas para as instâncias eleitas. Ao contrário do que tem sido afirmado no debate que se desenvolve, não foram os países europeus do chamado welfare-state os primeiros a adotar tais iniciativas. De acordo com Jacobs (1983). o sistema de cotas para mulheres. jovens e trabalhadores foi adotado em vários países do bloco socialista desde a década de 20. Para as mulheres. nos Parlamentos locais da ex-URSS esse índice chegou a estar situado na casa dos 52 %, enquanto no Soviete Supremo (órgão máximo de representação dentro do sistema político soviético), até meados da década de 80 esse índice atingia 34%. Na Romênia a representação feminina chegou a alcançar 33% em todas as instâncias; na Checoslováquia esse percentual atingiu 29,5% e na Hungria 20% do total de representantes. Após a desintegração do bloco socialista esses percentuais caíram para 15% e posteriormente 5% na URSS em 1990; 3,5% na Romênia em 1989; 6% na antiga Checoslováquia e 7% na Hungria. Pode-se tomar ainda o caso atual de Cuba, cuja representação feminina no Parlamento corresponde a 27,6% do total (4), sendo uma das mais altas do mundo.

> “Os países socialistas foram os que levaram mais longe ações políticas e econômicas com o objetivo claro de promover a chamada emancipação social da mulher.”

Em suma, há um conjunto de dados bastante significativos (aqui foram citados apenas alguns) que apontam para a tentativa de romper com a situação de subordinação e dominação presentes nas relações de gênero.

Contudo, mesmo antes do desmoronamento do chamado bloco socialista, já eram perceptíveis a ambiguidade e as distorções presentes nesses processos. Como muitas análises notam, a incoiporação das mulheres à produção não alterou, em essência, o quadro da segregação ocupacio- nal. Embora tenham sido incentivadas a ingressar em algumas atividades masculinas, o inverso não aconteceu. Isto é, não houve incentivos para que os homens assumissem atividades consideradas femininas, as quais continuavam destinadas às mulheres. E mesmo o trabalho antes desenvolvido no âmbito doméstico, quando passou a ser executado de forma socializada, permaneceu na mão das mulheres. Entre as principais consequências observadas, estaria o excesso de trabalho que cabia às mulheres, com a permanência de uma dupla carga, a qual, em termos de jornada, tendia a ser maior que em muitos países ocidentais. Embora existissem as redes de apoio como as creches, por exemplo, continuava cabendo às mulheres toda a responsabilidade sobre as atividades desenvolvidas na esfera doméstica. Do mesmo modo, poucas alterações foram registradas no que tange à hierarquia de papéis familiares.

Critica-se também o que se denominou de "artificialismo da participação política" feminina, enviesada pela existência do partido único e pelo sistema de representação por lei de cotas. De início, é importante registrar que parte dessas críticas não reside, de fato, na formalidade da participação das mulheres, e sim na existência de um modelo político que se pretendia distinto dos padrões ocidentais das democracias liberais. Além disso, o que vem sendo denominado de artificialismo é o mesmo tipo de recurso que está hoje em debate no mundo, isto é, sistemas de cotas que visam a promover o acesso de setores que foram histórica e artificialmente excluídos da arena política.

Por outro lado, a queda e a resistência das mulheres à participação política, indicadas por várias pesquisas, não expressam apenas (embora expresse principalmente) as restrições e os impactos decorrentes do tipo de competição atual, mais próximo a um mercado eleitoral, e nem tampouco as dificuldades econômicas que forçam as mulheres a concentrarem suas energias em estratégias de sobrevivência. Tais declínios e resistências sinalizam, também, para a existência de problemas anteriores na participação política feminina. Quanto a isto. muitas análises identificam na dupla e pesada carga de trabalho que cabia às mulheres a origem dessa resistência e das dificuldades de participação. Além disso, chamam atenção para a ausência de políticas mais amplas que tivessem por objetivo redefinir os valores e as percepções sociais sobre os lugares ocupados por homens e mulheres.

> "Atualmente, as experiências levadas adiante em países de regimes políticos social-democratas, como no caso dos países escandinavos, parecem encontrar dificuldades"

Há também o aspecto da excessiva interferência do Estado na dinâmica das relações pessoais e na regulação de certas políticas. E o caso do aborto, por exemplo, cuja proibição, em certos casos, foi justificada por necessidade de crescimento populacional. O mesmo teria ocorrido em relação aos temas dos casamentos e das separações. Pesquisas realizadas com mulheres soviéticas indicaram profunda insatisfação com o excesso de interferência e normatização do Estado sobre a chamada esfera privada (Skilová, 1993). Ao mesmo tempo, identificavam poucas iniciativas voltadas para incentivar maior e mais solidária participação masculina na vida familiar. Em outras palavras, teriam faltado ações educativas e transformadoras e sobrado ações reguladoras. O pano de fundo dessa problemática parece estar num tipo de concepção que tende a reduzir certas relações sociais à condição de tarefas (como seria o caso. por exemplo, dos cuidados infantis) e. nesta condição, torná-las públicas sem, no entanto, redefinir os papéis dos atores envolvidos. Chama-se atenção, ainda, para o tratamento, por um lado. displicente em relação à saúde reprodutiva e, por outro, repressivo em relação à compreensão e ao exercício da sexualidade. Mesmo durante os períodos de liberação do aborto, não existem muitos registros de programas voltados para desenvolver formas de planejamento familiar visando a evitar a enorme quantidade de aborto realizada: ou de programas que envolvessem os homens com as problemáticas da sexualidade e da reprodução.

Em linhas gerais, as críticas sumariamente postas acima parecem ter seus fundamentos. Contudo, há que se ter em conta um conjunto de aspectos no momento em que se elabora um balanço crítico. Atualmente, as experiências levadas adiante em países de regimes políticos social- democratas, como no caso dos países escandinavos, parecem encontrar dificuldades e não conseguir dar saltos adiante em questões mais complexas como a clássica divisão sexual do trabalho e os estereótipos de gênero (Chapman, 1993). Se isto ocorre em contextos gerais mais favoráveis e com menos pressão externa, não é de todo surpreendente que as tentativas nos países socialistas, cujas condições econômicas e políticas tenderam a ser mais adversas e onde, em geral, não havia suficiente amadurecimento para certas reflexões teóricas de gênero, viessem a encontrar obstáculos e a sofrer certas simplificações. Se não queremos ser idealistas, pensando que a nossa vontade política é suficiente para mudar os fatos, tende a ser complicado, com um olhar de hoje, afirmar categoricamente que tais procedimentos poderiam ter sido conduzidos de outra

forma. Em primeiro lugar, porque, como foi lembrado, não é possível dispensar todas as pressões políticas e econômicas que esses países experimentaram, num contexto internacional desfavorável, durante toda a sua existência. Isto, sem dúvida, interferiu em todas as iniciativas políticas.

Também não é possível supor que seria possível reverter, em curto espaço de tempo, um processo de desigualdade e segregação estruturado mile- narmente. Além disso, é provável que diante das dificuldades político- econômicas enfrentadas por esses países tenha ocorrido uma "acomodação providencial" do Estado, em relação ao tratamento de problemas outros que não os emergenciais. Contudo, isto não altera o problema de fundo em relação a possíveis limites teóricos e políticos do marxismo em relação ao presente tema e nem limita a necessidade de críticas a certas conduções e concepções que parecem ter permeado essas experiências.

Em suma, olhando tais processos à luz das questões teóricas discutidas anteriormente, é necessário ter em conta que ao lado de dificuldades concretas com as quais tais experiências se defrontaram, há que se pensar criticamente sobre as lacunas e a forma como a teoria foi apreendida e posteriormente transformada em política e em práticas como as sucintamente indicadas acima.

Convém analisar, por exemplo, em que medida a interpretação sobre uma possível natural e igual divisão sexual do trabalho teria tido consequências na forma como se procurou implementar políticas de integração das mulheres à esfera do trabalho definido como produtivo e identificado como masculino. Ou em que sentido a concepção de emancipação feminina não se igualou à concepção liberal do ponto de vista de ter como base a igualdade de direitos e oportunidades sem pensar uma revolução na "ideologia e na cultura de gênero", capaz de superar a noção de diferenças tão fortemente enraizada.

Em outras palavras, é possível sugerir que predominou uma compreensão unilateral de "emancipação"(5). Tratou-se de colocá-las nos mesmos espaços dos homens, ao invés de pensar em termos de uma desconstrução/reconstrução, para mulheres e homens, dos padrões, dos valores e das práticas predominantes. E sem uma política de desconstrução essa incorporação tende a emperrar na resistência dos homens em "cederem" ou deslocarem seus espaços. Como então pensar na solidariedade sem que haja uma sensibilização e um envolvimento do conjunto dos atores? Sem dúvida, as elaborações recentes sobre construções sociais e culturais de gênero poderiam ser úteis nesse sentido. Seria necessário um novo enfoque sobre a cultura de gênero, que repensasse como homens e mulheres poderiam compartilhar do mesmo modo e. igualmente, todas as modalidades de trabalho produtivo e reprodutivo existentes. Nesse caso, haveria de ser considerada, de modo mais profundo, a existência de uma "subjetividade coletiva"6 e de uma dimensão ideológica que não respondem de forma tão rápida como as mudanças na superestrutura jurídico/política.

> "Vários estudos salientam que as mulheres vêm respondendo por alguns dos mais altos índices de pobreza e constituindo a maioria dos desempregados."

A situação atual das mulheres nos países do antigo bloco socialista

Um olhar sobre a atual situação das mulheres nos países do antigo bloco constitui um contraponto final nesta análise, ajudando-nos a estabelecer termos de comparação para melhor entender todo esse processo. Desnecessário falar que o preço pago pelo retorno desses países ao capitalismo tem sido bastante alto. Se o neoliberalismo começa a mostrar suas fissuras e a ser rejeitado em algumas democracias liberais, nos países do Leste tal modelo é visto atualmente como paradigma de organização econômica e política e parece estar apenas em seu início.

Os altos custos sociais e econômicos desse modelo, já identificados em vários estudos, começam a ter seus impactos nos países do Leste através do aumento do desemprego e da pobreza, do crescimento dos índices de mortalidade materna e infantil e do declínio geral dos indicadores de saúde(7). E se tais impactos atingem a homens e mulheres, não resta dúvida de que, para estas últimas, os resultados têm sido bem piores. Vários estudos vêm salientando que as mulheres vêm respondendo por alguns dos mais altos índices de pobreza e constituindo a maioria dos desempregados. O resultado tem sido o surgimento de um amplo setor informal e de "trabalho em tempo parcial" composto basicamente por mulheres. Diversos serviços antes oferecidos pelo Estado, como creches, cuidados com os idosos e doentes, voltaram a ser responsabilidade familiar e/ou providos pelo mercado. A prostituição, a sexualização do trabalho e o crescimento da violência doméstica contra a mulher também constituem parte desse novo cenário (Molineaux, 1996). No que concerne ao trabalho e à maternidade, aboliu-se praticamente toda a legislação social. Sob a justificativa de um discurso da competitividade e da "eficiência", argumenta-se que os "privilégios femininos", além de constituírem obstáculos diante das novas formas de emprego, por causa de seus altos custos para as indústrias, geram ineficiência.

A emergência de um discurso de bases nitidamente conservadoras, que proclama o retomo da mulher ao lar e enfatiza seu papel familiar, estimulado, sobretudo, a partir da Perestroika do governo Gorbachov, encontra agora leito fértil no crescimento do conservadorismo e de uma religiosidade de face tradicionalista. De fato, uma das razões para o aparecimento de tal discurso é a tentativa de solucionar o problema do desemprego retirando as mulheres do mercado ou colocando-as em trabalhos informais, cujos salários são bastante baixos. Se a restrição ao aborto na URSS e outros países do bloco significou um retrocesso, o que ocorre no "pós-socialismo" é a derrota da perspectiva emancipacionista. Em boa parte desses países o aborto passa a sofrer proibições e/ou restrições e, assim como outros serviços, toma-se problema de mercado. Matéria publicada pelo "Jornal do Brasil" em 1994 indicava que o percentual de esterilizações das mulheres havia triplicado em dois anos, em face da ausência de serviços públicos e das crescentes restrições dos empregadores às mulheres com filhos. O elogio do mercado e do liberalismo tem sido acompanhado de uma identificação de qualquer tema ligado ao feminismo e aos direitos da mulher com o passado, isto é, o socialismo. O crescimento de uma ideologia machista, além de seus impactos diretos sobre esferas do trabalho, dos direitos e da participação, tem dado aos homens "a oportunidade de estabelecerem uma crescente distância social entre eles e as mulheres", como bem observa Rowbotham (1996).

Em suma, se a experiência passada mostrou suas lacunas e distorções, um rápido balanço atual é suficiente para indicar uma dimensão bem mais grave para o retrocesso ocorrido nestes curtos anos de volta ao capitalismo em relação às conquistas das mulheres.

Não se trata de estabelecer aqui uma contraposição simplista do tipo "mim com ele, pior sem ele". Ao contrário, trata-se de ter em conta os contextos, os limites e as contradições do passado atuais, de modo que, com base numa análise critica, se possa definir ou ampliar um projeto de emancipação social. A trajetória dessas experiências serve para reafirmar a riqueza e o potencial emancipatório do projeto marxista, não como repetição e/ou profissão de fé, mas como algo a ser trabalhado e enriquecido. Como sugere Molineaux (1996), em que pese "(...) uma hostilidade mútua frequente entre o socialismo e o feminismo, eles dividiram alguns princípios básicos; tanto o socialismo como o feminismo avançaram na concepção de uma cidadania que continha direitos sociais, econômicos, assim como direitos políticos (p.247)8.

Tentando ir mais adiante, é possível afirmar que, como concepções de transformação social, marxismo e feminismo, embora marcados por tensões (ou hostilidades), constituem ambos parte de um projeto

de emancipação humana. E se o feminismo trabalhou mais tal projeto no que tange especificamente às relações de gênero, sem a qual não se pode falar em emancipação real da humanidade, o marxismo permanece como referência para um projeto global de emancipação, capaz de contribuir para as transformações das relações sociais em geral, inclusive as de gênero. Para além das tensões, marxismo e feminismo permanecem como utopias a serem trabalhadas de forma conjunta.

Clara Araújo é professora doutora do departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj).

Versão reduzida e ligeiramente modificada deste texto foi publicada na revista "Crítica Marxista" nº 11

Bibliografia

BARRET, Michele. Women's Opression Today. London: Verso, 1983.

BRYSON, Valerie. Feminist Political Theory. An Introduction. London: MacMillan, 1992.

CHAPMAN, Jenny. Politics, Feminism and the Reformation of Gender. London: Rotledge, 1993.

COOLE, Diane. "Wither Feminism?" in, Political Studies, vol. 42, n.1. Okford: Blacwell, 1994.

DELPHY, C. "Sex and Class", in Steve Jackson(ed) Women's Studies-a reader. London: Harvester & Wheatsheadf, 1993.

DOMINGUES, Maurício. Sociological Theory and Collectivity Subjectivity. London: MacMillan, 1996.

ENGELS, Friederich. A Origem da Família, da Propriedade e do Estado.

HARTMANN,H. "The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: towards a more progressive union", in, Capitalism and Class, n.8 -Summer, 1979, pp. 1-34.

HAUG, Frigga. "Problematic Aspects of Engels View of the Women Question", in, Science and Society, vol. 62, n.1, Spring, 1998, pp.106-116.

IRIGARAY, Lucy. "Women, Equal or Different", in, Steve Jackson (ed). Women's Studies-a reader. London: Harvester & Wheatsheadf, 1993.

JACOBS, Everett. Soviet Local Politics and Government. London: George Allen & Unwen, 1983.

MACHADO, Luis A. Gênero: conceito ou categoria de análise? XIV Anpocs, Caxambu, 1990. Mimeo.

MARX, K. e ENGELS, F. "O 18 Brumário de Luís Bonaparte", in, Karl Marx e Friederich Engels, Obras Completas. São Paulo: Alfa-Ômega

A Ideologia Alemã, in,

O Manifesto do Partido Comunista. Rio de

Janeiro: Contraponto, 1998.

A Questão Judaica, in,

MILLET, Kate. Sexual Politics. London: Virago, 1985

MOLINEAUX, Maxime. "Women's Right and the International Context in the Post-Comunist States", in, Monica Thelfall (org.) Mapping the Women's Movement. London: Verso, 1996.

ROWBOTHAM, Sheila. "The Trouble with Patriarchy", in, M. Evans (org,) The Woman Question. London: Fontana, 1982.

The Past is Before Us: feminism in action since

the 1960s. London: Pandora Press,1979.

“Mapping the Women’s Movement” -

Introduction, in, Monica Thelfall (org) Mapping the Women’s Movement. London: Verso, 1996.

RUBIN, G. “The Traffic in Women”, in, R. Reiter (org) Toward an Anthropology of Women. New York: Monthly Review Press, 1975.

SCOTT, J. “Gênero. Uma Categoria Útil para Análise Histórica”, in, Educação e Realidade, vol. 16, n.2, 1990, pp.5-22.

SKILOVÁ, J. “Are Women in Central Europe Conservative?”, in, Gender Politics and Post-Comunist. London: Routledge, 1993.

WALBY, S. Theorizing Patriarchy. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

YOUNG, Iris. Justice and the Politics of Difference. Princeton: Princeton University Press, 1991.

“Gender as Seriality: thinking about women

as social collective”, in Signs, Journal of Women on Culture and Society, vol.19, n.3, Chicago, 1994.

Notas

1- Barret (1988) apud Bryson (1992)

2- Engels, in “A Origem da família...( )”

3- Muitos desses enfoques tomaram como referencia elementos empíricos oriundos das experiências em curso nos países de tipo socialista, sobretudo a permanência das características básicas de dominação masculina ñas relações de género. Nos limites deste texto não é possível situar em profundidade todas essas correntes. Aqui apenas delinearei certas idéias básicas de interpretações que dialogam com o pensamento marxista.

4- Na América Latina, só a Argentina, com a adoção do sistema de cotas, tem índices semelhantes.

5- O próprio termo “emancipação da mulher” já merece reflexão, pois supõe um padrão, não problemático, que é o padrão masculino como norma. Nesse sentido, emancipar seria igualar as mulheres aos homens e não redefinir os padrões de relação.

6- Esse conceito é desenvolvido por Domingues (1995), e serve para explicar como se formam e se expressam as experiências e referências (valores morais e/ou políticos, interesses e demandas) coletivas que surgem das interações sociais.

7- Monica Fong, apud Molineaux (1996).

8- Tradução nossa.

"MARXISMO, FEMINISMOS E FEMINISMO MARXISTA" MAIS QUE UM GÊNERO EM TEMPOS NEOLIBERAIS

Mary Garcia Castro,
Socióloga, pesquisadora da UFB, Centro de Recursos Humanos e da Unicamp.
Revista Crítica Marxista, nº11, Editorial Boitempo, 2000, SP.

O marxismo - como urna teoría científica e um movimento social crítico das sociedades de classe, em particular contra o capitalismo - e o método histórico dialético vêm informando o feminismo, em seus múltiplos desenhos conceituais e práticas discursivas, inclusive tendências que, ontem, explicitamente o rejeitaram, e, que, hoje, se reconhecem como 'pós' (pós-estruturalista, pós-marxista e pós-feminista).[74]

O marxismo, nos debates feministas, é aquele texto fantasma, o outro, que se aceita, critica-se, mas que não se ignora, porque epistemológicamente está imbricado com seus princípios identitários. Tanto no marxismo como im ir minismo, haveria a preocupação por questionar relações desiguais socialmente construídas e reconstruídas em embates de poder (no caso do feminismo, cn tre os sexos e pela institucionalização da supremacia masculina). Em ambos conhecimentos ressalta-se o projeto por negação de propriedades, expropriações e apropriações (no caso do feminismo, tanto do valor produzido pelo trabalho das mulheres, socialmente reconhecido ou não, como de seu corpo, voz, re- e a-presentações). Compartem também, o marxismo e o feminismo, a ênfase na materialidade existencial (para alguns feminismos, a vida cotidiana, para outros, a textual, e, para outros ainda, o cenário histórico - hoje, o capitalismo em formato neoliberal), considerando que essa materialidade se sustenta por práticas em um real vivido e um real idealizado e ideologizado (em instituições, no privado e no público, e na micropolítica das relações sociais). Por outro lado, advoga-se, tanto no marxismo como no feminismo, a possibilidade de mudanças acionadas por sujeitos, pautando-se portanto por investimento em realizar uma utopia humanista - vetor que anima até as versões mais domesticadas (liberais) do feminismo ainda que nelas se limite o horizonte da utopia a uma agenda de defesa por diferenças, por igualdade de oportunidades e direitos para as mulheres - direitos "sem investimento nas condições materiais que tornariam possível o exercício dos direitos"[75] ou direitos para algumas mulheres.

A referência no feminismo de corte liberal e social-democrata é a uma mulher genérica, desterrada da classe e da classe-e-raça. Mas, em tendências do feminismo socialista que se pautam por leituras acríticas do marxismo, também se aporta a uma mulher proletária genérica, sem circulação na raça ou em outras identidades marcadas por sistemas político-econômico-culturais de opressão. As relações sociais entre os sexos - vetor do conceito de gênero se bem que socialmente demarcadas, portanto condicionadas pela estrutura de classes, pela luta de classes e pelo lugar das mulheres na classe, não defini riam

74 O pós-feminismo toma formato de movimento a partir de 1990 - não somente na Europa, onde se iniciara mas também nos EUA. Critica-se o que se identificaria como 'postura feminista', isto é, o 'policiamento' da sexualidade e a redução da mulher à vítima. E afasta-se de conceitos como patriarcado, das distinções entre o feminino e o masculino e da ênfase em relações entre tais constructos. Também se recusa o conceito de género, por considerar que levaria ao ocultamento da homo e da bis- sexualidade. Celebram-se as diferenças culturais (o que herda também do pós-estruturalismo) e, na esteira do pós-modernismo, rejeita-se o capitalismo, no plano discursivo e o marxismo, caricaturado como perspectiva 'economicista' e totalizante que, ao enfatizar a igualdade, tenderia a homogeneizar experiências e a considerar que só haveria um sujeito na revolução, o proletariado (aliás, revolução termo também abolido do léxico dos 'pós', seria urna 'meta narrativa' incompatível com uma ideologia que preza o "eterno presente"). Move-se na "luta discursiva", ou seja "na luta pelo controle dos termos e regras do discurso", e rompe com a "unidade-de-teoria-e-prática marxista, a revolução como processo" - textos entre aspas, de Fredric Jameson. "Cinco teses sobre o marxismo atualmente existente". In Wood, Ellen Meiksins e Foster, John Bellamy (orgs.). Em defesa da História. Marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999. Ver, sobre pós-feminismo, Phoca, Shopia e Wright, Rebecca. Introducing Postfeminism, New York, Totem Books, 1999.

75 Stabile, Carol A. "Feminism and the Ends of Postmodernism". In Hennesy, Rosemary e Ingraham, Chrys. Materialist Feminism. A Reader in Class, Difference and Women's Lives. Routledge, Londres, 1997. A autora critica a retórica dos direitos, lembrando Rosa Luxemburgo, que criticaria a defesa do direito das nações à autodeterminação por não ser, como aparentaria, uma orientação politica para a questão nacionalista, mas uma maneira do evitar a questão. Corre no mesmo sentido falar sobre o direito ao aborto, ou o direito à maternidade, sem referência aos meios materiais para seu exercício.

sujeitos sexuados, nem os sujeitos sexual/socialmente se autodefinem, apenas no plano da organização da economia.

Tal chamada, aqui bastante simplificada, é repisada há muito, em va rios trabalhos de autoras feministas que buscam "rearticular gênero e classe social"[76], em especial nos anos 80. Fiz parte de texto considerado paradigmático para a inserção do conceito de género, ou como melhor pretendia sua autora, Gayle Rubin , do sistema de sexo/gênero, as análises sobre a singularidade da condição feminina, considerando uma programática utópica de uma sociedade sem hierarquias, com um sistema ce diferenças sexuais, mas não de gênero.

Argumento que a relação entre o marxismo e o feminismo é importante na trajetória do feminismo, quer como conhecimento teórico, quer como prática, ou seja, sua identificação como um movimento social por mudanças. Argumento também que tal relação enriqueceria o marxismo, contribuindo o feminismo para o debate que nele se trava sobre as múltiplas determinações do real. É sugestivo para tais argumentos, destacar que Rubin[77] inicia a defesa do caráter relacional das identidades sexuadas frisando que, para Marx, o que distinguiria um escravo de um não-escravo não seria nenhuma característica naturalizada, mas o tipo de relações sociais em que estaria o escravo. Por outro lado, tal distinção dependeria do lugar das relações sociais (no caso, entre escravo e amo) na estrutura de poder e na produção de riquezas e de cultura, em um tempo e em uma determinada sociedade. Desta forma, com o conceito de gênero, pretende-se ampliar o debate para as relações sociais e se sugere que, se as relações sociais são várias e se autocondicionam, então tanto classe como gênero, de per si, seriam referências insuficientes para darem conta do real, inclusive do real imaginado (ideologias) - questões que serão elaboradas, posteriormente, por autoras da diáspora africana e migrantes latinas nos EUA, ao introduzirem também as relações de raça, de etnicidade e de codificação da sexualidade.

Com o conceito de gênero pretendia-se uma alternativa a um viés naturalista e segmentado, aportado em individuos em si (mulheres e homens). Gênero mais apontaria para relações sociais, portanto apelando para sua dialética articulação com outras relações, ou seja, seria um estruturante da totalidade social,[78] que permitiria sair das dicotomias entre o específico e o universal, entre a produção e a reprodução, entre o subjetivo e o objetivo (que tanto contaminaram os debates sobre a 'questão da mulher'). Ironicamente, o conceito de gênero, hoje, é congelado, reduzido a termo de posição, e, como tal, é peça chave no investimento das agências internacionais de apoio a um sistema de organizações não-governamentais que lidariam com direitos das mulheres, sem subverter, ao contrário, o edifício de relações sociais que se realizam no capitalismo e seus motores como hierarquia, competição e apropriação privada em proveito de alguns.

Na Europa e nos EUA, no final da década de 70, e também na América Latina, aparecem várias publicações feministas que se apoiariam em categorias do materialismo histórico para explicar a situação da mulher, em especial, no mercado de trabalho capitalista, discutindo limites da teoria do valor e da dicotomia entre trabalho produtivo e não produtivo. Nessa fase, ocorreu também um criativo debate sobre os

76 Saffioti, Heleieth I. B. "Rearticulando gêntro e classe social". In Costa,. Alberti na de Oliveira e Bruschini, Cristina (orgs) Uma questão de gênero. São Paulo, 1992. Nesse volume, também discutem essa articulação, por posturas próprias, outras autoras como Mary C. Castro e Lena Lavinas, "Do feminino ao gênero: a construção de um objeto"; Lia Zanotta Machado, "Feminismo, academia e interdisciplinaridade" e Maria Luiza Heilborh, "Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil", essas duas últimas autoras, distanciando-se do marxismo. Loreta Valadares ao debater a articulação entre classe e gênero, rebate comum critica feminista ao marxismo, qal seja que esse tenderia ao economicismo. Ela lembra que, em 1890, Engels em carta a Bloch já refutara tal acusação ressaltando a determinação, sim, na história, "da Produção e a reprodução da vida real" em "última instância" cit. in Valadares, Loreta "A controvérsia feminismo x marxismo". In Princípios. São Paulo, Anita Garibaldi, nº 18, Jun/Jul. 1990, p. 44.

77 Rubin, Gayle. "The Traffic in Women: Notes on the "Political Economy of Sex". In Reiter, Rayna (org.) Toward in Anthropology of Women. New York, Monthly Review, 1975

78 Nesse sentido, sugerindo aproximação à formulação marxista de que "a sociedade não consiste de indivíduos, mas expressa a soma de relações, de relações nas quais se encontram os indivíduos" (Marx, cit. in Stabile, Carol A., op. cit.).

conceitos de produção e de reprodução, o valor do trabalho doméstico e a relação entre divisão sexual e social do tralui lho. Também muito se discutiu sobre pontos de contato e de distanciamento com as formulações de Althusser sobre ideologia.[79]

Tais referências sobre alguns discursos do feminismo materialista nos anon 70 são curtas para o registro da diversidade dos debates, mas ilustrativas de um período de intenso diálogo entre o feminismo e o marxismo. O final da década de 80 é de retrocesso na dinâmica da produção marxista, o que também reverbera na relação entre o marxismo e o feminismo,.no campo da produção teórica, em distintos países. Se, na literatura dos anos 70, corpus analíticos privilegiados seriam a estrutura social, a relação entre produção e reprodução, o valor de diversos tipos de trabalhos mais desempenhados pelas mulheres e o conceito de patriarcado, já na década de 80, tender-se-ia a marginalizar as análises sobre trabalho e gênero em favor de práticas culturais, dos significados do corpo, de prazeres. Na esteira de desencantos com projetos emancipatórios, com o retrocesso do 'socialismo real', a estrutura social do capitalismo em classes perde intensidade de referência na produção feminista em favor de análises "da vida social em termos de contingências, relações de forças locais, identidades microterritorializadas, ou discursos, ressaltando-se disputas por representações"[80]. O termo materialismo passa a ser ressignificado por várias autoras feministas no plano de um "materialismo culturalista"[81], o que não se confundiria com o debate de feministas marxistas sobre cultura. Para essas, cultura seria um dos campos de produção da vida social e, portanto, um dos campos de investida feminista, mas não "a totalidade da vida social"[82].

Para além dos limites deste texto, está a análise das tendências pós-es- truturalistas e pós-modernistas no feminismo - agenda importante para os marxistas o que exigiria ultrapassar as rotulações depreciativas sobre tais correntes, e considerar as condições materiais e históricas em que surgiram, situando-as num contexto de fortalecimento do capitalismo tardio e de duros golpes para as esquerdas e para os projetos emancipatórios em geral. Ainda que se reconheça que tais tendências não são conservadoras, nem se definam como pró-capitalistas, elas não se propõem a identificar agências e sujeitos de mudanças. Inclusive, algumas vertentes rejeitam a centralidade proposta no marxismo para a classe proletárias [83] e projetos de revoluções sociais, não pretendendo ir além de críticas textualizadas e, muitas vezes, não contextualizadas. Por outro lado, podem dar margem a posturas cínicas de descomprometimento com a barbárie do capitalismo atual, via uma postura blasé, de indiferença e distanciamento, ou por ocultamento de contradições, explorações de classe, ao insistirem no abstrato, em fragmentações, diferenças, pluralidade, diversidade, sem nomear poderes e privilégios de classe ou de raça.

Ora, com tal agenda, é muito tênue a fronteira entre território, criticado por autores 'pós' (a sociedade de consumo), e o sentido social do que produzem: uma literatura de consumo, de moda. Por exem-

79 Juliet Mitchell seria pioneira na tentativa de historicizar o conceito do patriarcado, relacionando debates freudianos e marxistas e recorrendo a Althusser para flexibilizar a compreensão sobre totalidade, ou seja, para afastar-se de enfoque mecanicista sobre base e superestrutura, considerado por feministas como negativo para análises sobre a situação da mulher. Para Mitchell, o patriarcado, ordenação da subordinação da mulher, atuaria no inconsciente e não necessariamente estaria atrelado à realização do capitalismo. Ver, sobre Mitchell, in Kuhn, Annette e Wolpe, Ann Marie, (eds) Feminism and Materialism: Women and Modes of production. Routledge e Kegan Paul. Londres, 1979. Sobre a hetereogeneidade da produção feminista que recorreu ao marxismo até meados dos anos 80 ver entre outros, Kuhn, Annette e Wolpe, Ann Marie. Op.cit.; Hansen, Karen V. e Phillipson. Women, Class and feminism imagination. A Socialist Feminist Reader: Philadelphia. Temple University Press. 1990; e Mennesy, Rosemary e Ingraham, Chrys, op. Cit.

80 Hennesy, Rosemary e Ingraham, Chris, op. cit., p. 5

81 "No materialismo culturalista rejeita-se uma análise sistêmica, anticapitalista e a relação entre a história da cultura e a construção de significados em um sistema social de classes" (Hennesy, Rosemary e Ingraham, Chris, op. cit., p. 5). As autoras notam que muitas das feministas que hoje defenderiam essa corrente antes eram identificadas como feministas socialistas, como Michelle Barret, Drucilla Cornell, Nancy Fraser, Donna Haraway, Gayle Rubin e Iris Young.

82 Hennesy, Rosemary e Ingraham, Chris, op. cit., p. 7

83 Laclau e C. Mouffe, hoje, seriam destacados autores que postulam por crítica ao marxismo a diversidade de sujeitos e a recusa da centralidade de uma análise baseada na classe (considerada uma categoria "essencialista"), advogando potencialidade na fragmentação do movimentos sociais em torno de várias identidades, por agregações nômades, articulações tópicas sem projetos a priori. Carol Stabile (op. cit.) destaca como naqueles autores se reestabelecer o idealismo e, sutilmente, descentraliza-se a classe operária como sujeito de transformação e se estabelece em seu lugar, uma outra classe, "os intelectuais".

plo, em tais formulações sobre políticas de identidade é comum a defesa sobre o quão descartável seriam as identidades, uma vez que o ideal seria o descompromisso, o trânsito nômade entre identidades[84]. Carol Stabile sugere outra avenida, na contramão do deslumbramento 'pós' com o esgarçamento social e a indefinição de sujeitos e projetos. "Mais do que considerarmos a fragmentação e a proliferação de identidades como sintoma de fracasso do marxismo ou como causa para otimismo político, devemos considerar como a globalização do capitalismo, como um sistema mim dial e mudanças no fluxo de capitais, de fato produziu tais efeitos e suas relações com a segmentação de mercados, individualismo e mercantilização de estilos de vida e das culturas e discutir estratégias de oposição a tais processos"[85].

Já no campo ativista, de trabalhos mais relacionados com mulheres da classe proletária, de setores populares, a hegemonia das correntes "pós" está em disputa no Brasil, mas não se afirma. Ao contrário, viriam crescendo os investimentos por um outro feminismo, em movimentos sociais de base popular, como no dos sem-terra, em sindicatos de corte classista e em ONGs de feministas, comprometidas também com a crítica anticapitalista. Sugerindo o engendramento de um feminismo classista, porém sem os vícios dogmáticos de correntes dos anos 70. Por práticas diversas, busca-se hoje, nessas experiências, combinar a crítica às relações entre os sexos, à família; preocupações com subjetividade, corpo e sexualidade com análises sobre organização social, denúncias sobre privatização e deterioração dos serviços públicos que afetam diretamente as mulheres (como os serviços de saúde e de educação) com uma postura de recusa ao Estado neoliberal. Não por acaso, reinveste-se no que nos anos 70, as feministas 'autônomas' consideravam heresias contra a pureza do feminismo, como a dupla militância, o estar na academia e estar em organizações políticas mistas, na militância em partidos e organizações de esquerda e em núcleos autônomos feministas[86]. É uma prática com custos, inclusive no plano pessoal, considerando o encrostamento cultural do machismo em cama radas e companheiros, ainda que se assuma a retórica, hoje, nas organizações. de esquerda, de citar gênero e tolerar as cotas para as mulheres e os ilepai la mentos de "assuntos da mulher". Mas essas militantes, que insistem em uma dupla entrada, estariam também contribuindo para renovar as organizações de esquerda, para uma prática mais flexível e inclusiva na modelagem de projetos para a humanidade. Projetos que teriam maior possibilidade se, nas estratégias organizacionais das esquerdas, necessidades simbólicas e materiais, de distintas identidades na classe, fossem consideradas. Por outro lado, os projetos reivindicatórios de identidades específicas, como o das mulheres na classe, pouco avançam, se restritos a políticas de identidades.

A chamada para o trânsito de dupla via entre marxismo e feminismo, ou a defesa de que um feminismo marxista é mais que um gênero de feminismo, também contribuindo ao campo marxista, apóia-se na história recente de uma nova esquerda, mais atenta à diversidade das relações sociais na vida cotidiana, aos distintos impulsos dos indivíduos para o envolvimento ou não em mudanças sociais. Em certa medida a defesa da potencialidade radical do feminismo se alinha à chamada de Marcuse que, em 1977, escreveu artigo com o sugestivo titulo "Feminismo socialista, o núcleo dos sonhos". Porém, aparto-me desse autor quando ele separa a utopia dos processos da utopia sobre outras estruturas, quase naturalizando as mulheres como portadoras de sentimentos e moral superiores, idealizando posturas perante o poder, como se as mulheres não estivessem afetadas por interesses de classe e ambições individualizadas. Marcuse usa a expressão "feminismo socialista" de maneira particular, configurando a utopia de construção de um socialismo que apreenda qualidades que ele considera como próprias da mulher (não por natureza, mas por condicionamentos sociais) e que seriam radicalmente contrárias a uma lógica capitalista. Assim, defendendo tal feminismo socialista, afirma Marcuse que este se pautaria pela seguinte crítica:

84 Para a crítica ao enfoque de políticas de identidade, ver Castro, Mary G. "Palavras em busca de corpos e terras - identidades, identificações, políticas de identidade leituras à esquerda" In Cadernos do CRH. Salvador. UFBA. Julho-dezembro 2000, no prelo.

85 Stabile, Carol, op. cit., p. 405

86 Ver estudos de casos sobre mulheres e trabalho sobre relações de gênero em organizações de base comunitária e em movimentos sociais de natureza popular, no Brasil. In Abramovay, Miriam e Castro, Mary G. Engendrando um novo feminismo. Mulheres líderes de base. Brasília, Unesco, 1998.

"...al 'principio de rendimiento' (la productividad), al reino de la racionalidad funcional que rechaza toda pasión; la doble moralidad; la 'ética dei trabajo' que significa para la gran mayoría de la población la condena a un trabajo alienado e inhumano; y la voluntad de poder, la imposición de la fuerza y la virilidad... Angela Davis habla de la función revolucionaria de las mujeres como antítesis dei 'principio de rendimiento'. Las principales condiciones que son favorables a tal desarrollo son: reducción dei tiempo de trabajo; producción de un vestuário poco costoso y agradable; victoria posible sobre la penúria; liberación de la moral sexual; control de los nacimientos y educaciórí [87].

Fora da academia, também ganha corpo, em especial no final dos anos 80, no Brasil, além do feminismo 'pós', um feminismo institucionalizado, de corte liberal e social-democrata, associado a agências de govemo e do capital internacional, inclusive estimulado por agências como o Banco Mundial e agências internacionais de fomento de pesquisas e serviços. Estas agências privilegiam projetos a varejo, para target groups, em linha advocacional, limitada para grupos entre as mulheres, estimulando o enfoque de políticas de identidade, ou para constituintes específicos, sem análise crítica de sistemas, totalidades sociais.

Representantes dessa tendência vêm ganhando também campo nas elabora ções e reelaborações dos documentos de conferências e convenções internado nais, no âmbito das Nações Unidas - campo que, em grande medida, é mais uma arena de representação discursiva, mas de importância simbólica e normativa, nos limites do sistema capitalista, a não desprezar na disputa por sentidos. De falo, e ampla, hoje a repercussão, por exemplo, da Plataforma de Ação da Confercn cia Mundial das Mulheres (Beijing 1995). Inclusive em experiências mais localiza das, de base comunitária, tal plataforma é usada nas negociações com poderes[88].

Assim, no cenário do movimento de mulheres, um ambíguo tipo de agen cia viria competindo com o sentido de movimento social do feminismo, qual seja, o modelo de organizações não-govemamentais (ONGs). Em alguns ca sos, ONG é um novo termo para miniempresas que comerciam com o social, ou que se constituem em organizações neogovernamentais, em que o comum seriam mulheres de classe média representarem ou prestarem serviços espe cializados a outras mulheres, as de setores populares. Instauram-se competições entre entidades, por fundos de agências internacionais e seleciona se o que se considera como "vozes legítimas no feminismo" para represenlar ns mulheres, em foros internacionais. Por exemplo, é significativo que agências internacionais de financiamento, de nacionalidade norte-americana, não con cedam fundos a projetos de organizações consideradas relacionadas a partidos políticos e, por extensão, a sindicatos[89].

A diversidade de tendências que se abrigam sob o que se indica por direitos das mulheres e perspectiva de gênero se amplia com a parceria entre governo e ONGs. No Brasil, nunca a mulher foi mais visível na retórica de governo[90], o que convive com indicadores de pauperização das mulheres e das famílias da

87 Marcuse, Herbert "Socialismo Feminista: El Núcleo del Sueño" In Sontag, Susan, Kristeva, Julia, etalii. El feminismo, Nuovos Conceptos Bogotá, Hombre Nuevo, 1977, p. 220.

88 In Abramovay, Miriam e Castro, Mary G., op. cit.

89 Leia-se de esquerda, já que aquelas ONGs imbricadas com o governo brasileiro têm sido beneficiárias privilegiadas. Um programa de financiamento de projetos para formar mulheres para o exercício de liderança política, ou para 'empoderamento' das mulheres, nos países do 'terceiro mundo', do Banco Interamericano do Desenvolvimento - o PROLEAD – conta com a patronagem de Hillary Clinton, membro do partido democrata. O programa se relaciona a uma rede denominada "Vozes vitais nas Américas-mulheres na democracia". É sugestivo também da maleabilidade ideológica do que hoje se chama de direitos das mulheres que, no discurso da primeira dama do governo dos EUA, ela faça referência entre dar poder às mulheres a fim de que elas tenham assentos em lugares de tomada de decisão política, como o parlamento, destacando a importância de qualidades tidas como femininas para a "democracia" e o "apoio ao sistema de economia de mercado" (vetores intercambiáveis no discurso da primeira dama norte-americana). Mais de 1000 mulheies de diferentes organizações na América Latina foram escolhidas pelos organizadores (BID e Departamento de Estado dos EUA) como as vozes representativas do movimento de mulheres na região. Mulheres Cubanas não foram convidadas.

90 Ainda que haja no Congresso Nacional mais de trinta projetos em trâmite, em defesa de direitos das mulheres trabalhadoras, comumente eles são rejeitados ou preteridos pela alegação da bancada situacionista, com a desculpa de que não há recursos orçamentários. É comum inclusive nos debates sobre Providencia Social, aposentadoria para a mulher, licença maternidade e diretos das mulheres trabalha-

classe operária e a carência de serviços sociais especializados"[91].

Já a relação entre correntes do feminismo com organizações de esquerda é um tema para outro texto, que se sobrepõe ao debate entre conhecimentos e prática, e que em nossa história da América Latina e do Brasil muito contribuiu para fraturas nas relações entre feministas e aquelas organizações.

Mas tal texto levaria à análise da cultura organizacional das esquerdas, ou so ja, à questão das relações entre partidos e movimentos sociais. Haveria que revisitar discussão sobre uma antiga prática, qual seja, reduzir movimentos e organizações específicas a "cadeias de transmissão" do partido. Também, ao se comprometerem os partidos de esquerda com uma estratégia de guerra de posições, concentrando-se na disputa eleitoral e inclusão no governo, estariam, extensivamente, arriscando energia que poderia estar voltada para atividades de formação e outras, orientadas para mudanças culturais e ideológicas, como mudanças no plano da micropolítica das relações entre os sexos. De fato tais mudanças pedem sistemáticos investimentos de longo prazo em formação e em outras atividades que desestabilizem práticas culturais. Além de exigirem enfrentamento com expressões de conservadorismo popular, o que seria avesso à tônica de ganhar votos, ou dizer o que o povo quer ouvir - inclusive porque se estaria, ao se questionar relações entre homens e mulheres, poi exemplo, quebrando a idéia de unidade aparente no povo e se investindo na unidade, no povo, como processo, ou seja, 'engendrando' a classe.

Por outro lado, defendo que investir no engendramento de um feminismo marxista e de um feminismo socialista tem hoje particular pertinência, quer pela propriedade do marxismo - a insistência em uma saída radical, considerando a falência das fórmulas liberais, inclusive no plano de políticas de identidade, para as mulheres -, quer porque, como há muito defendem as feministas marxistas e socialistas, não bastaria uma interpretação centrada apenas no marxismo para dar conta da complexidade das relações desiguais entre os sexos, as divisões sexuais de trabalho, de poder e de codificação do prazer, o que pede diálogo, guardados os limites ideológicos, entre distintos feminismos. Tal empreendimento também se justifica considerando que gênero e direitos da mulher são, hoje, um campo minado por disputas de sentidos, com alto investimento por agências do capitalismo internacional e correntes que reduzem o debate a orientações idealistas e culturalistas.

Insiste-se na propriedade contemporânea daquela relação, sublinhando, como princípio geral, que "na tradição de relacionamento entre o feminismo e o marxismo enfatiza-se uma perspectiva sobre a vida social que recusa separar a materialidade dos sentidos, identidades, corpos, estado e nação das demandas da divisão social do trabalho que hoje se entrelaçam com a realização do capitalismo como um sistema global"[92]. Princípio que colabora contra a redução discursiva, por análises em fragmentos, abstrações sobre materialidade, desejo, identidades, simbolismos e subjetividade, ou retificações de tais processos, se entendidos como performática em si, e que interpretam classe como "mais uma das opressões vividas pelos indivíduos" (crítica de Hennesy e Ingraham, op. cit., às autoras feministas de tendência pós-estrutu-

doras rurais, fazer-se referência a um "custo mulher".

91 "[Segundo] o Relatório do Desenvolvimento Humano de 1997, editado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Brasil é o 60º país em desenvolvimento por gênero - IDG (esperança de vida, alfabetização, matrícula em escola e renda entre homens e mulheres) e o 58º no ranking IPG - Índice de Poder por Gênero (grau de participação das mulheres na força de trabalho, nos cargos de chefia, na política e em profissões técnicas)..." (Rocha, Ana, "Dez anos de 'presença da mulher"'. In presença da mulher, São Paulo, Anita Garibaldi, n. 34, ago./set./out. 1999.) A mortalidade materna no Brasil é uma das mais altas na América Latina: 200 mortes maternas para cada 100 mil crianças nascidas vivas. As principais causas de morte entre as mulheres seriam associadas a problemas de circulação e câncer uterino que se relacionariam a falta de diagnósticos e cura em tempo hábil. Para tal estado de coisas, colabora a má qualidade dos serviços do saúde. A hemorragia quando da gestação, parto ou puerpério, corresponde a 18% do total de morte materna, o que também indica má qualidade dos serviços de saúde; cerca de 10% das mortes maternas se devem a abortos, ou sua provocação, e sua falta de atendimento pela situação do ilegalidade que cerca o o aborto. Estima-se que cerca de 1.8000.000 abortos foram provocados, em situação de clandestinidade, no Brasil em 1996 (dados cit, in Abramovay, Miriam e Castro, Mary G., op. Cit.3.

92 Hennesy, Rosemary e Ingraham, Chrys, op. cit.

ralista que recorrem a análises que classificam de materialista, como Judith Butler).

Mas tal princípio, sobre a ênfase na materialidade da vida social, exige resgates históricos específicos, no plano depráxis política, isto é, desenvolver crítica teórica com análises sobre a diversidade de situações vividas por mulheres de setores populares e com participação organizacional.

A cultura como a academia são sítios de disputa de reterritorialização ideológica e a distância entre o saber acadêmico e a prática de movimentos sociais e das organizações de base comunitária compromete a crítica e a negação do capitalismo em sua feição atual, distanciando prática teórica e prática organizacional. Insisto na observação de que nos países de capitalismo avançado, o que apenas se prenuncia no Brasil, destaca-se, na academia, um pensamento crítico ao marxismo, um feminismo culturalista, não no sentido gramsciano, de atenção à cultura, e nessa à cultura que colabora na sustentação do neoliberalismo - o individualismo narcísico, o desmantelamento do associativismo na classe, o incentivo à indiferença social e à competitividade, por exemplo mas um culturalismo em si, que privilegia o discurso, a fragmentação, a diferença, sem referência ao cenário de globalização, das relações sociais que na economia política cada vez mais limitam o próprio exercício da criatividade, da subjetividade, bandeiras que correntes culturalistas acenam contra o feminismo marxista. Também vem crescendo, inclusive no Brasil, a adesão a um feminismo relacionado à filosofia pragmática como substituto das tendências de orientação marxista, em que o empirismo, a atenção às experiências, seria o suficiente para substituir projetos, ainda que de longo prazo, por mudanças radicais.

Engendrar um feminismo marxista, a partir de análises das experiências de mulheres de setores populares em movimentos e organizações de base, e re-acessando criticamente as teorias marxista e feminista não pode ser agenda exclusiva das feministas de esquerda, mas de todos os socialistas e comunistas - inclusive, é importante que haja mais espaço e diálogo na mídia crítica marxista, nos partidos e na academia para esse conhecimento. Nestes tempos, um feminismo marxista é mais que um gênero de feminismo.

IMPACTO DA IDEOLOGIA NEOLIBERAL NA SUBJETIVIDADE FEMININA

Ana Rocha,
Revista Presença da Mulher.

> "A mudança de uma época histórica pode ser sempre determinada pela progressão das mulheres em direção à liberdade (...) O grau de emancipação da mulher é a medida da emancipação em geral".
>
> Charles Fourier

No último dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, corri à banca de jornais e comprei todas as revistas da semana e jornais diversos para ver o que se falava sobre a situação da mulher nos dias de hoje e que comemorações lhe eram atribuídas, com foco é claro no Brasil. Fiquei decepcionada. Poucas referências e reportagens, sobretudo se leva em conta que se discutia na ONU mais uma década de avaliação de políticas para as mulheres. Como parece distante o ano de l975, quando foi decretada a primeira Década da Mulher pela ONU, fato histórico que coincidia com o processo de redemocratização no Brasil, trazendo a público e com força o debate sobre a questão da discriminação da mulher na sociedade e a proliferação de grupos de estudos sobre a questão, desaguando em jornadas de lutas de norte a sul do Brasil, levando a conquistas importantes, como a dos registros importantes na Constituição de 88, e à criação de órgãos de governo para combater a discriminação da mulher na sociedade.

Será que as mulheres já chegaram lá onde queriam? Será que a discriminação desapareceu? Onde se situa a questão da mulher no mundo neoliberal, que tipo de mulher interessa à essa nova ideologia do capital? E onde se situa a mulher na resistência que cresce no mundo e em especial nos países latino-americanos à política neoliberal? Qual o impacto que terá para as mulheres a onda obscurantista de Bush? Sabemos que sua emenda conservadora foi derrota pelas mulheres de todo o mundo na ONU. Esse já foi um bom sinal de que as mulheres estão atentas para impedir o retrocesso conservador que parte do imperialismo estadunidense.

Longe de mim querer responder nestas poucas páginas a todas essas indagações. Mas acho que vivemos um momento crucial da história onde o pensamento único neoliberal se alastrou fazendo estragos, inclusive para as mulheres. E no momento em que a resistência a esse pensamento cresce, precisamos localizar o foco da resistência das mulheres hoje. Que as mulheres avançaram não há dúvida, mas que conflitos, que impasses elas enfrentam hoje para avançar rumo a um futuro melhor?

A naturalidade como a sociedade encara a presença das mulheres no parlamento, nas direções de sindicato, nos partidos políticos (O PCdoB hoje tem 4 mulheres presidentes estaduais, em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pará), nos ministérios (o governo de Lula tem 4 mulheres ministras), parece ter esquecido que esse espaço foi o coroamento de muita luta organizada e historicamente construída e fruto de muitos sacrifícios pessoais, advindos de uma história secular de opressão da mulher na sociedade.

A naturalidade se esvai quando vemos que ao lado das mulheres que chegaram ao podium, apesar dos obstáculos que a sociedade não vê, crescem os índices de mortalidade materna, de violência doméstica, de precarização das condições de trabalho e manifestações de distúrbios como a síndrome de pânico, depressão, doenças cardiovasculares etc... etc..

Daí volto a dizer que dos poucos artigos que garimpei no mês de março, encontrei convergência nessas minhas preocupações. Um deles foi da Isto é "Mulheres com o mundo nas costas" ou melhor "Elas não aguentam mais tanta responsabilidade". Esta matéria chega a dar dicas para reduzir o stress e para afastar a obrigação de ser super em tudo. Analisa que as vitórias obtidas pelas mulheres nos últimos 40 anos são fabulosas. O mercado de trabalho já é partilhado quase de igual para igual com os homens e elas ocupam postos-chave de grandes empreendimentos. Também ganharam respeito, cidadania, voz. Porém, todo esse progresso, afirma a revista, veio acompanhado de um ônus considerável. Elas ainda recebem 30% do que eles, segundo o IBGE, e convivem com a maior cobrança por resultados. Além disso, hoje são tão provedoras quanto os homens, mas assumem a maior responsabilidade pela criação dos filhos. E é por conta dessa segunda jornada que as mulheres vêm apresentando mais stress do que os homens. A pesquisadora norte-americana Judith Warner afirma que a maioria das mulheres que pesquisou sente "um desconforto existencial" causado pela obsessão em relação à maternidade. Nunca estão satisfeitas com a própria dedicação. O eterno dilema trabalho x maternidade permanece. Como diz Naomi Wolf em seu livro o Mito da Beleza: " Milhares de mulheres estão neste exato momento suspirando, na saudade da carreira deixada de lado ou no sonho de filhos que nunca terão". Outro foi o artigo do caderno de Idéias do Jornal do Brasil: "Que fim levaram os homens? Neste artigo a socióloga Rose Marie Muraro afirma que a mulher brasileira deste início do século 21 representa 42% da força de trabalho. É responsável por 2/3 das atividades universitárias, 24% do mercado executivo e 13% do Congresso. Um avanço incontestável se comparado a décadas passadas. Mas, afirma Rose, ao lado da inserção crescente da mulher no mercado de trabalho, o impasse da dupla jornada ainda aparece como um problema crônico. A vida privada ficou à margem dos avanços no espaço público, a sociedade continua organizada como se nada tivesse acontecido, como se a mulher estivesse apenas em casa, conclui Rosiska Darcy de Oliveira. Mas apesar desse impassse, a mulher está longe de pensar em abrir mão das conquistas alcançadas. De acordo com pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, com 61 milhões de mulheres, 39 % delas relacionaram a condição feminina à independência econômica e 33% à independência social. Artigo do jornal "O Estado de São Paulo também vai nessa linha. Sob o título "Mulher honesta" e outros absurdos, o artigo de Simone Iwasso começa dizendo" A mulher brasileira tem carro projetado para atender às suas necessidades, mas não dispõe de uma lei específica para punir o homem que a espanca. Aproveita a independência financeira e a liberdade no exercício de sua sexualidade e , contudo é julgada moralmente quando sofre abuso sexual. Pode se beneficiar de uma série de inovações médicas, porém teme mais a violência doméstica do que o câncer de mama, conforme pesquisa do IBOPE. No ano em que deixou de ser "honesta" no Código Penal, está com seu corpo e os direitos relativos a ele, em evidência, no centro do debate atual: a revisão da criminalização do aborto, a ampliação do acesso ao planejamento familiar aos métodos contraceptivos, a briga por uma lei própria para julgar seus agressores e a titularidade em programas sociais e moradias populares. Há muito ainda o que conquistar. Como afirma a socióloga Wânia Pasinato, do Núcleo de Estudos da violência contra a Mulher da USP: " Olhando a imagem que é vendida da mulher, parece que os direitos estão consolidados e reconhecidos por todos, quando, por trás dessa imagem de vitória, beleza e sucesso, há violência, injustiça e muito preconceito, inclusive nas esferas legais".

E o neoliberalismo, onde fica nessa história?

Vimos que a mulher avançou sua presença no espaço público, mas que a questão da dupla jornada permanece como um problema crônico que tem afetado a vida da mulher, aumentado seus impasses, stress e sobrecargas. Para entender como o neoliberalismo aprofundou essa sobrecarga e traz uma ameaça de retrocesso na condição feminina é necessário abordar em que consiste a vitória ideológico-cultural do neoliberalismo no mundo. Segundo Atílio Boron, essa vitória assenta-se na derrota das forças populares e das tendências mais profundas da reestruturação capitalista e se manifesta em quatro dimensões:

a) A avassaladora tendência à mercantilização de prerrogativas conquistadas pelas classes populares

ao longo de mais um século de luta, convertido agora em "bens" ou "serviços" adquiríveis no mercado. A saúde, a educação e a seguridade social, por exemplo, deixaram de ser componentes inalienáveis dos direitos de cidadão e se transformaram em simples mercadoriais intercambiadas entre "fornecedores" e compradores à margem de toda definição política.

b) O deslocamento do equilíbrio entre mercado e estado, um fenômeno objetivo que foi reforçado por uma ofensiva no terreno ideológico que "satanizou" o estado ao passo que as virtudes dos mercados eram exaltadas.

c) A criação de um "senso comum" neoliberal, de uma nova sensibilidade e de uma nova mentalidade que penetraram profundamente no chão das crenças populares.

d) Importante vitória no terreno da cultura e da ideologia, ao convencer amplíssimos setores das sociedades capitalistas de que não existe outra alternativa. Essa operação ideológico-cultural é o coroamento da ofensiva econômica e política do grande capital: não apenas se diz que a escravidão do trabalho assalariado não é assim, mas que é a "ordem natural" das coisas, como é rejeitado como ilusórias fantasias todo discurso que se atreva a dizer que a sociedade se organiza de outra maneira.

A evolução da realidade desde o início dessa política vai evidenciando que o projeto ideológico do neoliberalismo é essencialmente conservador, que procura defender e aumentar os privilégios de uma ínfima minoria a nível mundial. Ganhou espaço em meio à crise do capitalismo, do esgotamento do modelo do estado benfeitor e do fracasso de experiências socialistas. É conservador por querer impor um pensamento único ao mundo e decretar o fim da história. Essa visão é conservadora na cultura e nos costumes para perpetuar o status quo. Esse conservadorismo se expressa no tratamento que dá à questão de gênero, revestindo de novas roupagens o espaço doméstico para a mulher.

A idéia do estado mínimo levou à redução dos equipamentos sociais como creches e à precarização das políticas públicas na educação, saúde, habitação e saneamento. Essa redução levou a um aumento da sobrecarga doméstica para as mulheres. Além disso, a exclusão social, efeito da política neoliberal, trouxe um aumento do desemprego e a flexibilização no mundo do trabalho, com maior impacto para as mulheres. Estas passaram a enfrentar a maior precarização do trabalho formal: têm menor índice de registro em carteira, o menor índice de contribuição para a previdência, o menor índice de sindicalização. 51% das brasileiras que integram o PEA não possuem renda mensal regular. A precarização das condições de vida favoreceu a desagregação do núcleo familiar, sobrecarregando ainda mais as mulheres, que em grande parte passaram a ser chefe de família (25% das famílias são chefiadas por mulheres). Se a luta pela sobrevivência empurra a mulher para o mercado de trabalho e se nas condições de crise do capitalismo e de aplicação de seu ideário neoliberal reduz a responsabilidade pública dos equipamentos sociais, essa realidade afeta a subjetividade feminina, produto de uma história de opressão, educada para os afazeres domésticos e carregada de culpa pela impossibilidade de conciliar sua realização profissional e a perfeição dos papéis seculares que lhe foram atribuídos como rainha do lar. Como afirmou Rosiska Darcy de Oliveira: " A família sempre foi o lugar não apenas do sustento material, ninho, abrigo, mas sobretudo o lugar primeiro da educação, ali onde os seres humanos são iniciados à sua própria humanidade. Assumida essencialmente pelas mulheres nas sociedades tradicionais, no momento em que essas sociedades entram em decadência e que as mulheres investem tempo integral no mercado de trabalho, a atenção de pessoa a pessoa se vê esvaziada. É nesse momento que intervém o pensamento conservador, sempre pronto a acusar as mulheres de todos os males do mundo, das taras sociais, da perdição dos jovens ao abandono dos velhos. O pensamento conservador sempre dividiu o mundo em esferas estanques, em que as mulheres cuidavam das pessoas e os homens de ganhar dinheiro". A ideologia neoliberal, de cunho conservador, ressuscita o velho discurso de que às mulheres cabe a responsabilidade das tarefas domésticas. E,

como não há hoje esse caminho de volta, fica a punição da mulher multiplicar-se em muitas, ao longo do mesmo dia, acompanhada permanentemente pelo sentimento de culpa ou de incompetência em tudo o que faz. A partir de Vigotski, a Psicologia sócio-histórica propõe estudar os fenômenos psicológicos como resultado de um processo de constituição social do indivíduo, em que o plano intersubjetivo, das relações, é convertido, no processo de desenvolvimento, em um plano intra-subjetivo. A partir dessa visão de subjetividade é que podemos procurar entender as mudanças ocorridas no cotidiano das mulheres com o advento do neoliberalismo e seu impacto na subjetividade feminina. Essa compreensão é fundamental porque ela afeta a educação informal, o futuro dos jovens e a realidade dos idosos. O neoliberalismo coloca um novo impasse para a sociedade: se o estado abre mão de seu papel nas políticas públicas, não pode culpabilizar ou responsabilizar a mulher para assumir essa responsabilidade. Uma nova articulação entre a vida privada e o mundo do trabalho torna-se necessária para que se possa preservar o direito de ambos os sexos de usufruir ambos os mundos, sem sacrifícios individuais. A revalorização da vida privada não deve passar pelas mulheres, mas é um desafio do conjunto da sociedade. O avanço das mulheres de participar da vida pública não basta. Torna-se necessário a desconstrução/reconstrução para mulheres e homens, dos valores e das práticas predominantes. Como afirma Clara Araújo: Seria necessário um novo enfoque sobre a cultura de gênero, que repensasse como homens e mulheres poderiam compartilhar do mesmo modo e, igualmente, todas as modalidades de trabalho produtivo e reprodutivo existentes. Nesse caso, haveria de ser considerada, de modo mais profundo, a existência de uma "subjetividade coletiva" e de uma dimensão ideológica que não respondem de forma tão rápida como as mudanças na superestrutura jurídico/política. Além das ações reguladoras, são fundamentais as ações educativas e transformadoras. Essa realidade será alcançada com mudanças radicais e de fôlego. O grande marxista Lênin já afirmava: "A tarefa principal do movimento operário feminino consiste na luta pela igualdade econômica e social da mulher e não somente pela igualdade formal. A tarefa principal é incorporar a mulher ao trabalho social produtivo, arrancá-la da "escravidão do lar", liberá-la da subordinação embrutecedora e humilhante ao eterno ambiente da cozinha e do quarto das crianças. É uma luta prolongada que requer uma radical transformação da técnica social e dos usos e costumes".

Desafios para o avanço

O contraditório se impôs na vida da mulher. Há quem diga que elas foram com muita sede ao pote da liberdade e das novas responsabilidades sociais e que muitas delas estariam percorrendo o caminho de volta ao lar. Mas na verdade a mulher atravessou uma fronteira e o caminho percorrido historicamente não tem volta. O retorno ao lar à moda antiga, não é mais possível. Não dá para ignorar, no entanto, que o avanço da mulher em seu papel social acarretou contradições, conflitos, condições de vida adversas, com grandes sacrifícios pessoais, que em determinados momentos implicam recuo em sua ascensão profissional, social e política. São as amarras de uma libertação inconclusa, próprias de uma sociedade de exploração da força de trabalho, marcada por uma ideologia dominante de opressão, que reforça o papel de submissão e de objeto da mulher. O papel de provedora do lar é reforçado num mundo de poucos empregos e de quase nenhum suporte social do Estado. Qualquer tentativa de negar o papel social da mulher hoje só pode vir de uma ideologia conservadora alienante para acomodar os excluídos e impedir sua conscientização da necessidade da luta política por mudança. Como em toda a história de opressão da mulher, ela é alvo preferido da ideologia alienante para impedir os avanços sociais. Por isso, mais do que nunca devemos estar atentos em reforçar as conquistas das mulheres e sua luta nas diversas esferas de atuação, contestando as visões equivocadas e o rebaixamento de seu papel, seja na dimensão individual, seja na dimensão de sujeito da história, na resistência ao atraso e em prol do avanço social. No momento em que a resistência ao neoliberalismo cresce, sobretudo, na América Latina, onde governos democráticos como o de Lula se propõem implementar políticas públicas para as mulheres, descortinam-se novos espaços de conquistas e avanços. É bom lembrar que o movimento de mulheres ganhou visibilidade política e conquistou direitos nos momentos de ascenso das lutas democráticas e populares, como no período constituinte. É hora de reforçar a luta política, de acentuar o papel cidadã da mulher, comprometida com

os destinos políticos de Brasil e de seu povo, para derrotar o neoliberalismo e abrir caminho para uma nova era de avanços.

BIBLIOGRAFIA

1. SADE, Emir, GENTILI, Pablo (org.). Pós-Neoliberalismo II, Que Estado para que democracia? Petrópolis, 1999, Editora Vozes.

2. ANDERSON, Perry. Considerações sobre o marxismo ocidental, 2ª edição, São Paulo, 1989, Editora Brasiliense.

3. PEIXOTO, Madalena G, Pós-modernidade, democracia e educação, PUC-SP, 1997.

4. VIGOTSKY, L.S. A formação social da mente. São Paulo, Martins Fontes, 1984.

5. BOCK, Ana, GONÇALVES, Maria da Graça M. (org). Psicóloga sócio-histórica (uma perspectiva crítica em psicologia), 2ª edição, 2002, São Paulo, Cortez Editora.

6. ARAUJO, Clara, Marxismo e feminismo, tensões e encontros de utopias atuais, Revista Critica Marxista nº 11.

7. OLIVEIRA, Rosiska Darcy de, Reengenharia do tempo, Rio de Janeiro, 2003, Ed Rocco.

8. SCOTT, Joan W. A. cidadã paradoxal. As feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis, 2002, Editora Mulheres.

9. SCHNITMAN, Dora Fried (org). Novos paradigmas, cultura e subjetividade. 9 ed. Porto Alegre, 1996.

Ana Rocha é psicóloga, jornalista, Presidente Estadual do PCdoB-RJ e da Comissão Política Nacional do PCdoB.

TRABALHADORAS DA FAET, CONDIÇÕES DE TRABALHO E SOBRECARGA DOMÉSTICA

Ana Rocha,
Editora Anita, Fundação Maurício Grabois,
1ª edição, 2012, SP

INTRODUÇÃO

> *... quando o homem toma parte na vida pública abre para si uma dimensão de experiência humana que de outra forma lhe ficaria impedida e que de certa maneira constitui parte da felicidade completa.*
>
> Hanna Arendt, A Condição Humana, 2005.

O interesse pelo tema deste livro resulta de uma vivência de vários anos no movimento feminista, de participação em encontros, seminários, mas, sobretudo, por confrontar na minha trajetória de vida, não só no plano pessoal, mas na minha vida política, os obstáculos à maior afirmação das mulheres e à sua expressão política, a discriminação velada quando entra na seara do mundo dos homens, na esfera da política e do poder. A mulher pode alcançar este patamar, e está chegando lá, mas com muitos sacrifícios pessoais, com determinação e vontade de revelar todo o seu potencial de se integrar a uma causa pública como parte da realização de sua cidadania. Ela não tem sucumbido às dificuldades, aliás, tem resistido, individual e coletivamente, dando passos significativos para a sua evolução na sociedade.

Sempre tive a inquietação e a vontade, como marxista que sou, de ver além da aparência, de desvendar as causas e as contingências histórico-sociais da opressão às mulheres. Como Juliet Mitchell afirmou em Mulheres: a revolução mais longa (1967) (esta é uma das questões mais difíceis de serem assimiladas):

> A situação das mulheres é diferente da de qualquer outro grupo social. Isto porque não se constituem em uma unidade de um número de unidades que podem ser isoladas, mas são metade de uma totalidade: a espécie humana... As mulheres são fundamentais para a condição humana, sendo, contudo, marginais em seus papéis econômico, social e político. É precisamente essa combinação - fundamental e marginal a um só tempo - que lhes tem sido fatal.
>
> Na sociedade industrial avançada, o trabalho das mulheres é marginal apenas em relação à economia total. Contudo, é através do trabalho que o homem transforma as condições naturais e, por este meio, produz a sociedade. Até que haja uma revolução na produção, a situação do trabalho prescreverá a situação das mulheres dentro do mundo dos homens. Mas as mulheres recebem a oferta de um universo próprio: a família (Mitchell, 1967, p. 5).

Em seu livro A Origem da Propriedade Privada e do Estado, Engels atesta:

> As coisas mudaram com o advento da família patriarcal, e mais ainda com a família individual monogâmica. A direção dos afazeres caseiros perdeu o seu caráter público... A família individual moderna tem por alicerce a escravatura doméstica, dissimulada, da mu-

lher... Veremos então que a libertação da mulher tem por condição primordial a entrada de todo o sexo feminino na indústria pública, e que esta condição exige a supressão da família individual como unidade econômica da sociedade (Engels, 1985, p. 278-279).

O que também orientou o meu interesse para o tema foi o fato de integrar a União Brasileira de Mulheres, que baseia sua ação em uma concepção eniancipacionista, segundo a qual o avanço das mulheres se vincula ao avanço da sociedade como um todo, e encara a questão do trabalho como fundamental à libertação da mulher. Como disse o filósofo francês Fourier: "A mudança de uma época histórica sempre pode ser determinada pelo progresso das mulheres no sentido da liberdade... O grau de emancipação das mulheres é a medida natural da emancipação geral. (Fourier apud Marx,1985).

Além disso, a minha formação de psicóloga me levou a atentar para as particularidades da subjetividade feminina, afetada pelas mudanças na sociedade, em que os novos espaços públicos conquistados pelas mulheres não alteraram significativamente suas responsabilidades domésticas. Para avançar, elas enfrentam diversas demandas, e muitas vezes têm síndrome de pânico, depressão, sintoma, dentre outras coisas, da exaustão da mulher moderna. Em seu livro O Tempo e o Cão, Maria Rita Kehl, especifica:

> Analisar as depressões como uma das expressões do sintoma social contemporâneo significa supor que os depressivos constituam, em seu silêncio e em seu recolhimento, um grupo tão incómodo e ruidoso quanto foram as histéricas no século XIX. A depressão é a expressão de mal- -estar que faz água e ameaça afundar a nau dos bem-adaptados ao século da velocidade, da euforia prêl-à-porter, da saúde, do exibicionismo e, como já se tornou chavão, do consumo generalizado. A depressão é um sintoma social porque desfaz, lenta e silenciosamente, a teia de sentidos e de crenças que sustenta e ordena a vida social desta primeira década do século XXI (Kehl, M.. R., 2009, p. 22).

Discorrendo sobre estudos de gênero no Brasil, Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj (2002) afirmam que, a partir da década de 80, os estudos de gênero e trabalho recebem grande impulso, por um lado, em função de transformações sociais expressas no notável crescimento do emprego feminino industrial a partir dos anos 70 e, por outro, pelo desenvolvimento das análises de gênero, ou seja, das desigualdades de gênero no conjunto da vida social.

A partir daí entrou fortemente em pauta a análise do ingresso em larga escala das mulheres na força de trabalho industrial e, ao mesmo tempo, o seu confinamento nas posições menos remuneradas e de mais baixa qualificação. A participação das mulheres no mercado de trabalho também passou a ser estudada através de condicionantes impostos pelo ciclo reprodutivo da vida familiar (idade, situação conjugal, número e idade dos filhos) e pelas responsabilidades domésticas e cuidados com os filhos e demais familiares. A condição familiar diferenciada por gênero seria apropriada pelo mercado de trabalho, que designaria lugares distintos e hierarquicamente dispostos para homens e mulheres, determinando o acesso diferencial às ocupações, às tarefas, às perspectivas de promoção e treinamento, ao nível de rendimento, e outros (Heilborn fr Sorj, 2002).

Ao analisarmos hoje a realidade do mercado de trabalho, verificamos que ele já é partilhado com os homens e que as mulheres ocupam postos-chave de grandes empreendimentos. Elas representam no Brasil da atualidade, segundo o IBGE, 43,7% da força de trabalho, dois terços das atividades universitárias, 24% do mercado executivo e 13% do Congresso Nacional. Esse é um avanço incontestável. Mas verificamos que paralelo a essa inserção crescente, o impasse da dupla jornada permanece. Se o acesso ao trabalho é um passo importante para a inserção social da mulher, o fato não resolveu o problema da desigualdade, que se manifesta não só no âmbito do trabalho, como na vida cotidiana, nas responsabili-

dades domésticas.

Segundo o roteiro de discussão para a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, ocorrida em 2007, que analisa dentre outras coisas a realidade da mulher brasileira, os últimos 15 anos têm presenciado a feminização do mercado de trabalho. Nele, verifica-se nesse período um aumento significativo da participação das mulheres. Segundo o IBGE, em 1996 era de 41,6%; em 2004, de 43,1%; em 2005, de 43,5%; e em 2006, passou para 43,7%, o que corresponde a 42,6 milhões de trabalhadoras de um total de 97,6 milhões de mulheres em todo o Brasil.

A mulher foi para o espaço público, enquanto pouco mudaram as responsabilidades domésticas. Como a mulher de hoje lida com essa nova realidade, em que não pode recuar no espaço público conquistado, mas sente o peso das diversas demandas no mundo privado? Como está reagindo essa mulher? Que caminhos percorre para enfrentar tal situação? Qual o impacto para a saúde física e mental das mulheres com a sua maior participação no mercado de trabalho e a tensão provocada pelos custos da reprodução biológica e do cuidado com as pessoas?

O documento da II CNPM (2007) afirma que o impulso do ingresso feminino no mercado de trabalho é fruto de uma conjunção de fatores, dentre eles, a queda nas taxas de fecundidade, o aumento da escolaridade feminina e as mudanças nos valores relativos aos papéis e ao espaço destinados às mulheres. E constata, ao mesmo tempo, que esse fenômeno não foi capaz de reverter importantes desigualdades verificadas na esfera do trabalho. O nível de atividade das mulheres ainda é inferior ao dos homens, que foi de 82,6% em 2005. A taxa de desemprego masculina foi de 6,9% em 2005, enquanto a feminina atingiu 12%, o que significa 1,2 milhões a mais de mulheres desempregadas do que homens.

Além disso, o trabalho das mulheres é mais precarizado: há um menor índice de registro em carteira, o menor índice de contribuição para a previdência, o menor índice de sindi- calização. Elas estão em proporção maior do que os homens entre as empregadas domésticas, as trabalhadoras na produção para o próprio consumo ou na produção não remunerada e os servidores públicos, enquanto os homens encontram-se proporcionalmente mais presentes na condição de empregados, com e sem carteira assinada, no trabalho por conta própria e entre os empregadores (Doc. IICNPM, 2007).

Acresce-se a isso o fato de a remuneração mensal das mulheres ainda ser inferior à dos homens. Segundo o IBGE, em 2006, o rendimento médio das mulheres correspondia a 65,6% da remuneração média masculina. Em 2005, a relação era equivalente a 64,5% e, em 2004, a 63,5%. O cálculo do IBGE aponta que o rendimento médio real do trabalho em 2006 foi de R$ 932 para os homens e de RS 611 para as mulheres.

Além dessas transformações demográficas, Bruschini (2007) destaca mudanças nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher que alteraram a identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho remunerado. A expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades viabilizaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho.

Todos esses fatores, além de impulsionarem o crescimento da força de trabalho feminino, também transformaram seu perfil. Se até o final dos anos 70 as trabalhadoras eram em sua maioria jovens, solteiras e sem filhos, passaram a ser mais velhas, casadas e mães. Em 2005, a maior taxa de atividade feminina, 74%, é encontrada entre mulheres de 30 a 39 anos, seguida de 69% de 40 a 49 anos, e de 54% de 50 a 59 anos. Não por acaso, considerando-se a posição ocupada nas famílias, as casadas foram as que apresentaram maior aumento das taxas de atividade. Em 2005, mais de 58% delas irabalhavam (Bruschini, 2007).

Outro elemento a destacar é que o aumento da presença das mulheres no mercado de trabalho não resolveu o problema da sobrecarga doméstica, de cuidado com a casa e os filhos. Dados do IBGE (2006) indicam que enquanto 92% das mulheres ocupadas dedicam-se aos afazeres domésticos, uma parcela bem inferior de homens (51,6%) encontra-se na mesma situação, ou seja, a dupla jornada feminina continua uma realidade. Na medida em que as mulheres gastam 25 horas semanais com o cuidado da casa e dos familiares, os homens que executam essas tarefas gastam menos de 10 horas semanais.

Dados publicados no jornal O Globo, de 22 de novembro de 2006, do Fórum Econômico Mundial indicam que, apesar dos avanços, ainda é comparativamente baixa a participação feminina, fazendo o Brasil ficar em 67° lugar no ranking entre 115 países. E os piores itens são na questão do trabalho e na da participação política.

A desigualdade no mundo do trabalho e a permanência da sobrecarga doméstica sobre as mulheres, como já assinalamos, estão a exigir uma nova articulação entre a vida privada e o mundo do trabalho. Torna-se cada vez maior a exigência de um crescimento econômico e uma saída da crise e da precariedade do trabalho que não se façam através de um aumento da desigualdade social e sexual. Concretizar hoje a cidadania das mulheres passa por uma mudança na divisão sexual do trabalho doméstico que garanta uma efetiva igualdade social e sexual.

A evolução desse processo depende em boa parte da correlação de forças criada pelo movimento de mulheres, que nos últimos anos tem encontrado campo favorável através da eleição de governos populares-na América Latina. No entanto, esse campo favorável é limitado, já que se mantêm como pano de fundo os condicionantes do sistema capitalista, sobretudo em seu estágio neoliberal, o que aprofunda as desigualdades.

O ajuste neoliberal que foi aplicado no Brasil a partir dos anos 90 acarretou redução dos equipamentos sociais, precarização dos serviços públicos, a desregulamentação no mundo do trabalho, afetando em particular as mulheres com sobrecargare pressões que influíram em suas condições de trabalho e de vida, tendo forte impacto em suas subjetividade, saúde física e mental.

Não há dúvida de que a ideia do Estado mínimo levou à redução dos equipamentos sociais, como creches, e ao debi- litamento das políticas públicas em educação, saúde, habitação e saneamento. Essa redução provocou um aumento das dificuldades de equacionamento das demandas decorrentes da esfera da reprodução. Além disso, trouxe o crescimento do desemprego e a flexibilização no mundo do trabalho, com maior impacto sobre as mulheres. Elas enfrentam maior precarização do trabalho formal: 51% das brasileiras que integram a PEA não possuem renda mensal regular.

A desestabilização das condições de vida favoreceu a desagregação do núcleo familiar, sobrecarregando ainda mais as mulheres, que em grande parte passaram a ser chefes de família. A pesquisa do IBGE relativa a 2006 aponta que em 29,2% dos domicílios, as mulheres são chefes de família, bem acima dos 21,6% de 1996. E que mesmo nas famílias com marido e mulher, as chefes com marido representam 20,7%, índice superior ao de 1996, quando eram apenas 9,1%. Outro dado é que nas famílias chefiadas por mulheres o rendimento é menor do que nas chefiadas por homens. A maioria das chefes de família está entre mulheres (mães solteiras ou separadas) com idades entre 25 e 39 anos.

Se a luta pela sobrevivência empurra a mulher para o mercado de trabalho, se nas condições de crise do capitalismo e do ajuste neoliberal há uma redução dos equipamentos sociais, aumentam os con-

flitos para conciliar realização profissional e afazeres domésticos. Múltiplas pesquisas, como as de Hirata e de Clara Araújo e Celi Scalon, concluem que as mudanças no trabalho doméstico são menores e muito mais lentas. Como afirma Hirata (2002),

> Se o forte desenvolvimento das tecnologias domésticas tendeu a facilitar essas tareias, a divisão sexual do trabalho doméstico e a atribuição deste ultimo às mulheres, em realidade, continuaram intactas. A relação entre trabalho doméstico e afetividade parece estar no centro dessa permanência (Hirata, 2002, p. 150).

Para Rosiska Darcy de Oliveira (2003):

> A família sempre foi o lugar não apenas do sustento material, ninho, abrigo, mas sobretudo o lugar primeiro da educação, ali onde os seres humanos são iniciados em sua própria humanidade. Assumida essencialmente pelas mulheres nas sociedades tradicionais, no momento em que essas sociedades entram em decadência e que as mulheres investem tempo integral no mercado de trabalho, a atenção de pessoa a pessoa se vê esvaziada. É nesse momento que intervém o pensamento conservador, sempre pronto a acusar as mulheres de todos os males do mundo, das taras sociais, da perdição dos jovens ao abandono dos velhos (Oliveira, 2003, p. 45-46).

Fica a punição de a mulher ter de se multiplicar em muitas ao longo do mesmo dia, acompanhada permanentemente pelo sentimento de culpa ou de incompetência em tudo o que faz.

A sociedade enfrenta um novo impasse: se o Estado abre mão de seu papel nas políticas públicas, não pode culpabi- lizar ou responsabilizar a mulher para que assuma um dever que é dele. Uma nova articulação entre a vida privada e o mundo do trabalho torna-se necessária para que se possa preservar o direito de ambos os sexos de usufruírem os dois mundos, sem maiores sacrifícios individuais. A revalorização da vida privada não deve passar pelas mulheres, mas é um desafio do conjunto da sociedade. O avanço das mulheres na participação da vida pública não basta. É fundamental a des- construção/reconstrução dos valores e das práticas predominantes para mulheres e homens.

Governos como o de Lula acenam com a possibilidade de implementar políticas públicas voltadas para as mulheres, assinalando um novo compromisso com os direitos e a cidadania das mulheres. A evolução dos encontros feministas e a construção de uma pauta e de uma agenda política constituíram urna importante referência para a adoção de um programa de governo relacionado ao problema das desigualdades sociais das mulheres.

Fica o desafio de os órgãos responsáveis terem a capacidade de transformar essa agenda política em ação pública. E também a necessária vigilancia e o poder de pressão dos movimentos de mulheres visando à aplicação dessa agenda.

Mas como declara Clara Araújo (2005),

> Além das ações reguladoras, são fundamentais as ações educativas e transformadoras. Seria necessário um enfoque sobre a cultura de género, que repensasse como homens e mulheres poderiam compartilhar do mesmo modo e, igualmente, todas as modalidades de trabalho produtivo e reprodutivo existentes. Nesse caso, haveria de ser considerada, de modo mais profundo, a existência de uma "subjetividade coletiva" e de uma dimen-

> são ideológica que não respondem de forma tão rápida como as mudanças na superestrutura jurídico/política (Araújo, 2005, p. 46).

Torna-se cada vez mais claro por que Juliet Mitchel (1967) considera que a total emancipação das mulheres é a revolução mais longa. Nesse sentido, as desigualdades entre mulheres e homens só serão superadas com mudanças radicais e de fôlego.

Tendo em vista essa problematização que analisa, de um lado, a evolução da participação da mulher brasileira no mercado de trabalho e, de outro, a permanência das responsabilidades domésticas, a pesquisa que deu origem a este livro teve como função verificar a situação das operárias de uma fábrica de eletrodomésticos, a FAET. Foram desenvolvidos três capítulos. No primeiro, buscamos identificar o significado do trabalho para a formação do ser social e de sua centralidade nos marcos da sociedade capitalista e também focar a questão da divisão social e sexual do trabalho como fator das desigualdades no âmbito do trabalho e da familia. O segundo capítulo traça o perfil do setor metalúrgico do Rio de Janeiro, relacionando-o com as características da empresa metalúrgica pesquisada, a FAET. O terceiro detém-se na análise dos dados pesquisados entre as trabalhadoras da FAET no que se refere às suas condições de trabalho, relacionando-a com sua realidade familiar. E, finalmente, levantamos as principais conclusões resultantes dessa análise.

CAPÍTULO 1

O significado do trabalho

O trabalho na formação do ser social

Não poderíamos entender se valeu ou não a pena para a mulher ir trabalhar fora sem analisarmos, antes de qualquer coisa, o significado do trabalho no desenvolvimento da humanidade. Muitos apregoaram o fim da história e o fim do trabalho segundo o contexto de imposição do pensamento único neoliberal. Mas a recente crise financeira, contraditoriamente, chamou a atenção para as consequências desastrosas da desregulamentação financeira, recolocando na ordem do dia a importância do setor produtivo da economia e do Es- lado, voltando a reforçar a valorização do trabalho e sua cen- tralidade. O trabalho é fundamental na vida humana, pois é condição para sua existência social. Como afirmou Marx:

> Como criador de valores de uso, como trabalho útil, e o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana (Marx, O Capital, Vol. 1,2006, p. 50).

Engels (2004), por sua vez, chega a colocar que o trabalho é a condição básica de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos dizer que o trabalho criou o próprio homem.

O desenvolvimento do trabalho, ao multiplicar os casos de ajuda mútua e de atividade conjunta, mostrando assim as vantagens dessa ação coletiva para cada indivíduo, iria contribuir forçosamente para agrupar ainda mais os membros da sociedade. Resumindo, diz Engels (2004):

> Só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de

> sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lo, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho (Engels, 2004, p. 32).

É portanto a partir do trabalho que o ser humano se faz diferente da natureza, torna-se um ser social, com leis de desenvolvimento histórico totalmente distintas das leis que regem a natureza. Como afirmava Marx (2004), enquanto as abelhas e as formigas produzirão por séculos exatamente da mesma forma que produzem hoje, os homens interagem com a natureza de forma totalmente diferente, porque a ação e seu resultado são sempre projetados na consciência antes de serem construídos na prática. É justamente essa capacidade de planejar antes de objetivar que difere, para Marx, o homem dos animais e marca a evolução humana. Ao transformarem a natureza, os homens também se transformam, pois adquirem sempre novos conhecimentos e habilidades, e estes, por sua vez, impulsionam o indivíduo para novas prévias- -ideações, novos projetos e, em seguida novas objetivações. Além disso, o conhecimento de um indivíduo se difunde por toda a sociedade, tornando-se patrimônio da humanidade. O trabalho é por isso mesmo o fundamento do ser social.

É ainda Marx (2004) que afirma que a história da realização da vida humana se concretiza pela produção e pela reprodução da sua existência através do trabalho, e as transformações no âmbito do trabalho repercutem em todas as esferas de desenvolvimento da vida.

O trabalho foi se tomando central para a sobrevivencia e ,"convivencia do homem, a começar pela elaboração dos ins- li umen tos de caça, pesca, de defesa, depois de ferramentas para a construção e a confecção de vestimentas, visando à proteção de intempéries. Para Engels:

> À caça e à pesca veio juntar-se a agricultura e, mais tarde, a fiação e a tecelagem, a elaboração de melais, a olaria e a navegação. Ao lado do comércio e dos ofícios apareceram, finalmente, as artes e as ciencias; das tribos saíram as nações e os Estados. Apareceram o direito e a política e, com eles, o reílexo fantástico das coisas no cerebro do homem: a religião. Em face de todas essas criações, que se manifestavam em primeiro lugar como produtos do cérebro e pareciam dominar as sociedades humanas, as produções mais modestas, fruto do trabalho da mão, ficaram relegadas a segundo plano, tanto mais quando, numa fase muito recuada do desenvolvimento da sociedade (por exemplo, já na família primitiva), a cabeça que planejava o trabalho já era capaz de obrigar mãos alheias a realizarem o trabalho projetado por ela (Engels, 2004, p. 24).

É justamente o entendimento de que produção e a reprodução estão imbricadas que faz com que o modo de produção de uma sociedade repercuta em todas as esferas da vida humana. Não é diferente no atual modo de produção capitalista.

Nos Manuscritos Econômico-Filosóficos (2004), Marx atesta que, no caso tia sociedade capitalista, a "força de trabalho" lorna-se uma mercadoria que, embora especial, tem por finalidade criar novas mercadorias e valorizar o capital, convertendo-se em meio e não em primeira necessidade de realização humana. Ao decair para a posição de mercadoria, o trabalhador torna-se um ser estranho, um meio da sua própria existência. Isto significa dizer que, sob o capitalismo, o trabalhador frequentemente não se satisfaz no trabalho, mas se degrada: não se reconhece, mas muitas vezes recusa o trabalho e se desumaniza nele (Antunes, 2004). O trabalho como atividade vital configura-se então como trabalho alienado, expressão de uma relação social fundada na propriedade privada, no capital e no dinheiro. Como mostrou Marx, alienado diante do produto do seu trabalho e do próprio ato de produção da vida material, o ser social torna-se um ser estranho para ele mesmo: o homem. Estranha-se em relação ao próprio homem,

tornando-se estranho em relação ao gênero humano.

Ainda segundo Antunes (2004) se, por um lado, podemos dizer que o trabalho é uma atividade central na história humana, em seu processo de sociabilidade e mesmo na sua emancipação, por outro, com o advento do capitalismo, houve uma transformação essencial que alterou e tornou complexo o trabalho humano. No livro O Capital Marx afirma:

> Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria valor de mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores de uso f...] De um lado, tem-se o caráter útil do trabalho, relação de intercâmbio entre os homens e a natureza, condição para a produção de coisas socialmente úteis e necessárias. É o momento em que se efetiva o trabalho concreto, o trabalho em sua dimensão qualitativa. Deixando de lado o caráter útil do trabalho, sua dimensão concreta, resta-lhe apenas ser dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada. Aqui aflora sua dimensão abstrata, onde se desvanecem as diferentes formas de trabalho concreto e onde elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato (Marx, 1971, p. 45-54).

Foi justamente a desconsideração dessa dupla dimensão, presente no mundo do trabalho, segundo Antunes, que permitiu que muitos autores equivocadamente defendessem o fim da atividade laborai, o fim do trabalho. Ele entende que autores como Gorz, Offe e Habermas sustentam suas teses sobre a crise do mundo do trabalho sem operarem essa distinção e acabam estendendo a crise ao trabalho concreto, descartando o trabalho enquanto categoria ontológica, formadora do ser social. E ainda pondera: "se aceitarmos a sociedade contemporânea regida pela lógica do capital, pelo sistema produtor de mercadorias, a crise do trabalho abstrato só poderá ser entendida, em termos marxistas, como a redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto" (Antunes, 1999, p. 85). Mas não é esta visão que permeia o pensamento de Gorz, Ofle e Habermas, que entendem que a crise do trabalho abstrato se dá pelo papel secundário que o trabalho desempenha na criação de mercadorias, colocando a ciência como a primeira força produtiva. Habermas vai além ao considerar as duas dimensões em uma só e conclui que a utopia do trabalho perdeu sua força persuasiva, sua capacidade estruturante, deslocando o trabalho de sua centralidade e colocando o agir comunicativo em seu lugar. Comentando e negando essas visões, Antunes afirma em seu livro Adeus ao trabalho?:

> A recusa radical do trabalho abstrato não pode levar à recusa da possibilidade de conceber o trabalho concreto como dimensão primária, originária, ponto de partida para realização das necessidades humanas e coisas sociais. É a não aceitação dessa tese que leva tantos autores, Gorz à frente, a imaginarem um trabalho sempre he- terônomo, restando praticamente a luta pelo tempo liberado. Seria a realização, esta sim utópica e romântica, do trabalho que avilta o tempo (fora do trabalho) que libera. Essa concepção acaba desconsiderando a dimensão totalizante e abrangente do capital, que engloba desde a esfera da produção até o consumo, desde o plano da materialidade ao mundo das idealidades (Antunes, 2000, p. 85-86).

Todas essas considerações nos levam a entender que nos marcos da sociedade capitalista em que vivemos, produtora de mercadorias e da mais-valia para a acumulação do capital, o trabalho continua tendo centralidade. E nesse contexto de hegemonia do sistema produtor de mercadorias, o conflito entre ca-

pital-trabalho permanece, podendo se apresentar de formas diversas, de acordo com cada país, região e cultura. É falo que através do trabalho o ser social cria e renova as próprias condições de sua reprodução.

Segundo Marx, em Salário, Preço e Lucro:

> Como o de qualquer mercadoria, o valor da força de trabalho é determinado pela quantidade de trabalho necessária para sua produção. A força de trabalho de um homem consiste, pura e simplesmente, na sua individualidade viva. Para poder se desenvolver e se manter, um homem precisa consumir uma determinada quantidade de meios de subsistência. Mas o homem, como a máquina, desgasta-se e tem de ser substituído por outro homem. Além da quantidade de meios de subsistência necessários para o seu "próprio" sustento, ele precisa de outra quantidade dos mesmos artigos para criar determinado número de filhos, que terão de substituí-lo no mercado de trabalho e perpetuar a classe dos trabalhadores [...] afirmamos que o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência necessários para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho. [...] Ainda que uma parte do trabalho diário do operário seja paga, enquanto a outra parte fica sem remuneração, e ainda que este trabalho não remunerado, ou sobretrabalho, seja precisamente o fundo de que se forma a mais-valia ou lucro, fica parecendo qiue todo o trabalho é trabalho pago. Kssn falsa aparência distiingue o trabalho assalariado das ouitras formas históricas do trabalho. Dentro do sistema de trabalho assalariado, até o trabalho não* remunerado parece trabalho pago (Marx, 2004" p. 87-88).

No Capítulo VI (inédito) do Capital, Marx destaca:

> Como o fim imediato e (o) produto por excelência da produção capitalista é a mais-valia, temos que só é produtivo aquele trabalho - e só é trabalhador produtivo aquele que emprega a força de trabalho - que diretamente produza mais-valia; portanto, só o trabalho que seja consumido diretamente no processo de produção com vistas à valorização do capital. É produtivo o trabalhador que exçcuta trabalho produtivo; é produtivo o trabalho que gera diretamente mais-valia, isto é, que valoriza o capital. A determinação do trabalho produtivo (e, por conseguinte, também a do improdutivo, como seu contrário) funda-se, pois, no fato ie que a produção do capital é produção de mais-valia, e em que o trabalho empregado por aquela é trabalho produtor de mais-valia (Marx, ;978, p. 70-80).

O entendimento sobre os diversos tipos de trabalho é fundamental para qne se percebam as relações sociais dominantes, inclusive aqtelas fundadas no gênero. Para Clara Araújo (2000), o confeito de gênero surge da tentativa de compreender como a sibordinação é reproduzida e a dominacão masculina é sustentada em suas múltiplas manifestações, buscando incorporar as dimensões subjetiva e simbólica, para além das fronteiras materiais e das conformações biológicas.

Para Elizabeth Souza-Lobo (1989), a construção do género como categoria analítica tem a ver com os impasses da teoria do patriarcado e das análises marxistas, assim como com o desenvolvimento autônomo de abordagens psicanalíti- cas. O centro passa ser a busca dos significados das representações do feminino e do masculino, as construções culturais e históricas das relações de gênero. O inventário e a arqueologia desses significados desconstrói o gênero a partir dos vários espaços em que ele se constrói: a família, o mercado de trabalho, as instituições, a subjetividade, e também encara a relação de gênero como relação de poder.

Na categoria analítica de gênero há um deslocamento do foco que buscava as causas da dominação para os significados e as condições de construção das relações de gênero. Nesse contexto, a definição de Joan Scott (1990), sobre a categoria de gênero implica dois níveis: 1. “O gênero como elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças perceptíveis entre os sexos”; 2. “O gênero como forma básica de representar relações de poder em que as representações dominantes são apresentadas como naturais e inquestionáveis”.

Para Clara Araújo (2000), gênero é relacional e, nesse sentido, um gênero só existe em relação a outro. Esta característica permite considerar que tanto o processo de dominação quanto o de emancipação envolvem relações de interação, conflito e poder entre homens e mulheres. Nesse caso, o problema deixa de ser apenas das mulheres, requerendo alterações nos lugares, nas práticas e nos valores dos atores em geral.

No entanto, segundo Clara (2000), o percurso analítico do gênero guarda certos problemas. Um deles é a ênfase na dimensão subjetiva das relações de poder entre homens e mulheres, desvinculada de bases materiais. Assim, o gênero deixa de ser um conceito-meio, uma forma de ampliar o olhar e entender a trajetória em torno da qual a dominação foi se estruturando nas práticas materiais e na subjetividade humana, para tornar-se um conceito totalizador, um modelo próprio e autônomo de análise das relações de dominação-subordinação, centrado quase exclusivamente na construção dos significados e dos símbolos das identidades masculina e feminina. As práticas materiais e as intercessões com outras clivagens praticamente desaparecem ou são secundarizadas.

Com o crescente “deslocamento” em direção à dimensão simbólica, o conceito de gênero vem se tornando um código cultural de representação e aparece como mero efeito discursivo, desvinculado dos contextos socioeconômicos concretos. As tentativas de achar um lugar para a dimensão subjetiva da dominação de gênero podem levar a abdicar de qualquer perspectiva estrutural de um sistema econômico-político mais amplo, só restando lugar para o “simbólico”, abstraído de bases concretas. Nesse caso, como ficariam os possíveis impactos das relações de classe ou de raça no que diz respeito à situação da mulher? Como preservar as dimensões materiais e simbólicas que envolvem as relações sociais e de gênero?

Ao analisarmos o significado do trabalho na sociedade capitalista, não podemos abstrair o modo de produção nem as relações sociais dele advindas, bem como seu impacto nas relações de gênero.

Hirata (2002) alerta para a necessidade de restabelecer os vínculos enire o que até então havia se separado, formulando uma definição mais ampla do trabalho (em que o conceito de trabalho abrange tanto o trabalho assalariado quanto o trabalho doméstico não remunerado) e providenciando sua saída do simples domínio das relações mercantis. O trabalho doméstico e as particularidades do trabalho assalariado das mulheres não são mais “exceções” em face de um modelo supostamente geral: essa problemática supõe uma tentativa de refazer um modelo geral do qual essas mesmas especificidades seriam elementos constitutivos.

Parece-me que na concepção marxista se levam em conta os diversos tipos de trabalho, fazendo a distinção entre irabalho produtivo e improdutivo. Desta forma, o trabalho doméstico, por não produzir mais-valia, seria trabalho, mas improdutivo.

Ao considerarem a centralidade e a importância do trabalho para a formação do ser social e seus diversos significados, Marx e Engels também analisaram o lugar da mulher na sociedade. Muitas foram as

críticas feitas às teses marxistas sobre esta questão, alegando-se que elas deixaram de lado sua especificidade e reduziram sua condição apenas a uma questão econômica, um apêndice das relações produtivas. No livro A ideologia alemã (1985), Marx e Engels demonstraram entender este aspecto como parte de um único processo. Aí eles afirmam que a reprodução e a manutenção da vida dos indivíduos, assim como as relações sociais que os mesmos estabelecem, são tão importantes quanto as relações de produção. E que tudo isso permitiu uma dimensão coletiva da subjetividade humana. Em carta a Bloch, de 1890, Engels esclareceu:

> Segundo a concepção materialista da história, o fator que em última instância determina a história e a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx, nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o único fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela - as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as constituições que, uma vez vencida uma batalha, a classe triunfante redige etc., as formas jurídicas e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos que delas participam, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as ideias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a con- verterem-se num sistema de dogmas - também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua forma, como fator predominante (Engels, 1985, p. 547; grifos do autor).

Mais adiante constata Engels:

> Se os mais jovens insistem, mais do que devem, sobre o aspecto econômico, a culpa em parte temos Marx e eu mesmo. Em face dos adversários, éramos forçados a sublinhar este princípio primordial que eles negavam, e nem sempre dispúnhamos de tempo, de espaço e de oportunidade para dar a importância devida aos demais fatores que intervêm no jogo das ações e reações (Engels, 1985, p. 548).

Podemos levar em conta essas críticas, mas sem desconsiderar o contexto histórico em que o núcleo dessa teoria foi produzido, considerando que ele permanece válido para a “málise das relações sociais, incluindo as relações de gênero.

Marx e Engels demonstraram em sua obra que a opressão da mulher coincide com o surgimento da propriedade privada dos meios de produção e o nascimento das classes sociais. Indicaram que a historia de submissão da mulher começa quando ela é afastada da produção social. A primeira ideia sobre o assunto aparece no Manifesto cio Partido Comunista, em 1848. Aí está presente a ideia de que somente a socialização da propriedade pode fazer desaparecer a situação de submissão da mulher. Também neste documento, Marx e Engels afirmam o papel da família na reprodução da opressão da mulher e indicam a possibilidade e a necessidade de transformar essa instituição. Alegam que a burguesia reduz as mulheres a instrumento de produção ou prostituição. Fazem uma crítica à instrumentalização da burguesia das relações afetivas e do lugar socialmente reservado às mulheres. Ao analisar os três fatos históricos - a produção da própria vida material, o surgimento de novas necessidades e a procriação - Marx diz que:

> Esses três aspectos da atividade social não devem ser considerados como três degraus diferentes, mas simplesmente como três aspectos, ou como [...] três momentos, que coexistem desde o início da História e desde o primeiro homem e ainda hoje continuam regendo a História (Marx, 1985, p. 229).

Em 1884, dando continuidade aos estudos de Marx sobre Morgan, Engels publica o livro A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado, no qual analisa as diversas fases históricas do desenvolvimento da humanidade, para comprovar que as mudanças na condição da mulher sempre corresponderam às grandes transformações sociais e ao desenvolvimento da ciência e da técnica. Analisa a invoiução da situação da mulher, das condições de uma igualdade na época do considerado comunismo primitivo até a condição da chamada civilização. Mudança que se operou a partir da exclusão da mulher do processo produtivo social. Daí a conclusão de Engels:

> A emancipação da mulher e sua equiparação ao homem são e continuarão sendo impossíveis enquanto ela permanecer excluída do trabalho produtivo social e confinada ao trabalho doméstico, que é um trabalho privado. A emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar em grande escala, em escala social, da produção e quando o trabalho doméstico lhe toma apenas tempo insignificante (Engels, 1985, p. 229).

Há questionamento, com base na evolução da antropologia, de que a superioridade masculina, com a consequente segregação das mulheres, teria sua origem na divisão dos papéis que se operou nas sociedades comunitárias de caçador- -coletores. As mulheres, tornando-se pouco móveis, graças ao estado de gravidez e amamentação constantes, tinham dificuldades em participar de caçadas longínquas ou das guerras, e ficavam na colheita e nos trabalhos domésticos. Para os marxistas, essa divisão de papéis só passa a ter conotação de submissão com o surgimento da propriedade privada e o confinamento da mulher para garantir a herança da propriedade.

É o que discorre Arendt (2005), falando da família em seu estado primitivo:

> O que distinguia a esfera familiar era que nela os homens viviam juntos por serem a isso compelidos por suas necessidades e carências. A força compulsiva era a própria vida [...] e a vida, para sua manutenção individual e sobrevivência como vida da espécie, requer a companhia dos outros. O fato de que a manutenção individual fosse a tarefa do homem e a sobrevivência da espécie fosse a tarefa da mulher era tido como óbvio; e ambas essas funções naturais, o labor do homem no suprimento de alimentos e o labor da mulher no parto, estavam sujeitas à mesma premência da vida. Portanto, a comunidade natural do lar decorria da necessidade: era a necessidade que reinava sobre todas as atividades exercidas no lar. A esfera da polis, ao contrário, era a esfera da liberdade e, se havia uma relação entre essas duas esferas, era porque a vitória sobre as necessidades da vida em família constituía a condição natural para a liberdade na polis (Arendt, 2005, p. 39-40).

Marx tambem afirmou em O Capital:

> De fato o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente impostas. e por utilidade exteriormente impostas. [Mas este reino] só pode florescer tendo como base o reino da necessidade (Marx, 1974, p. 942).

Para Clara Araújo (2001), o principal a ser destacado é que o núcleo central da teoria marxista - a concepção de um processo histórico e materialmente situado originando conflitos, hierarquia e instituições - permitiu desnaturalizar as desigualdades de gênero, superando uma abordagem essen- cialista, que situava na natureza humana a base da dominação e da subordinação. Mas considera necessário

refletir sobre certa simplificação na análise de Engels e Marx acerca da divisão sexual do trabalho e das consequências que tiram disso, ou seja, eles não levaram adiante a própria desnaturalização que muito bem teorizaram.

Ao considerar como dada uma divisão natural do trabalho, a análise que desenvolveram supunha a extinção de uma parte dessa divisão, a concernente às tarefas e aos lugares das mulheres, mas não uma redefinição dos lugares sociais de mulheres e homens. O processo de transformação se daria a partir da coletivização das tarefas domésticas e da incorporação feminina ao trabalho industrial. Mas quem faria as atividades "domésticas" no âmbito não público, ou quem assumiria aquelas profissões públicas consideradas historicamente femininas e, consequentemente, desvalorizadas?

Seria possível no contexto da época eles identificarem o papel da ideologia na reprodução da subordinação da mulher mesmo no novo contexto econômico, político e social? Teria, portanto, faltado à análise marxista uma perspectiva mais clara sobre a redefinição da divisão sexual do trabalho, não bastando apenas uma incorporação das atividades privadas ao setor público. Não seria suficiente o ingresso das mulheres na esfera da produção, mas necessária também a redefinição da lógica dicotômica de atividades femininas versus atividades masculinas na esfera da produção e da reprodução, incorporando o masculino à dinâmica da esfera familiar e/ ou doméstica, ressignificando o sentido dessa incorporação. Não bastaria integrar as mulheres ao padrão existente, mas reconceituar e transformar esse padrão (Araújo, 2001).

Houve, por outro lado, uma tendência em reduzir o papel da família à sua função econômica, ignorando o fato de que a mesma poderia tanto ser o instrumento de reprodução da subordinação de gênero (inclusive no interior da família proletária), quanto o contrário, como fonte de apoio psicológico e convivência afetiva (Bryson, 2001).

Acerca da divisão sexual do trabalho

Segundo Bruschini (2008), os primeiros estudos sobre trabalho feminino no Brasil focalizaram exclusivamente a ótica da produção, sem levar em conta o fato de que o lugar que a mulher ocupa na sociedade é determinado também por seu papel na família, e que estes estudos tomaram novo rumo quando focaram a articulação entre o espaço produtivo e a família, ou espaço reprodutivo.

Como vimos, uma das críticas aos marxistas é a de que eles teriam naturalizado a divisão sexual do trabalho, e por isso mesmo subestimado o embate ideológico na mudança do padrão existente de atividades masculinas e femininas, com sua repercussão na família, e que isso teria sido um entrave ao maior avanço das mulheres nas sociedades socialistas. No livro A Origem da Familia, da Propriedade Privada e do Estado, Engels destaca:

> A divisão do trabalho é espontânea, só existe de sexo a sexo. O homem vai à guerra, se dedica à pesca e providencia o necessário para isso, assim cotlo a matéria-prima para a alimentação. A mulher cuida da casa, dos alimentos e das vestes, cozinha, fia e cose. Cada um é dono de seus domínios, o homem na selva, a mulher na casa. Cada um é proprietário dos instrumentos que elabora e usa: o homem, de suas armas, de seus apetrechos de caça e pesca, a mulher, de seus utensílios caseiros (Engels, 1985, p. 229).

Para Engels, essa divisão sexual do trabalho, surgida espontaneamente, precede a propriedade privada e as classes, sendo mais tarde submetida a seus interesses. Para os marxistas, a. divisão sexual do trabalho passa a ter conotação de submissão justamente com o surgimento da propriedade privada e o

confinamento da mulher para garantir a herança da propriedade, como dissemos anteriormente. A mulher passa, progressivamente, a produzir apenas para a família, que vai se tornando monogâmica, nuclear, patriarcal. A produção doméstica cada vez mais se distancia dos caminhos por onde passam a produção social e a reprodução - problema antes coletivo - e vai se tornando questão privada, de domínio do patriarca (Sara, 1993).

Nesse sentido, foi se firmando a ideia de que o lugar da mulher no espaço público, inclusive produtivo, não pode ser entendido sem uma articulação com o espaço privado, seu lugar na família, a dupla jornada, o papel de cuidar etc. Daí, o entendimento sobre a divisão sexual do trabalho torna-se fundamental para a compreensão da caminhada de emancipação da mulher, seu lugar no trabalho e na vida, as desi- gualdades no âmbito do trabalho e dos espaços de poder.

Toda a história do trabalho feminino é uma história econômica e social, mas também ideológica e cultural. Falar do trabalho da mulher é tratar também dos homens e da sociedade. O acesso da maioria das mulheres à autonomia econômica é uma conquista rumo à liberdade, uma conquista inacabada, mas tangível, evidente, atestada (Maruani, 2008).

A pesquisa de Clara Araújo e Celi Scalon também concluiu que os direitos e o ingresso das mulheres na esfera pública acabaram com seu confinamento, na medida em que houve um trânsito em direção à esfera pública, assim como possibilitaram uma maior autonomia das mulheres nas próprias relações privadas, embora não tenham alterado a clássica divisão sexual do trabalho. Nesse caso, o trânsito tem sido solitário, quase uma via de mão única (Araújo & Scalon, 2005).

Já Helena Hirata afirma com justeza que,

> Embora a divisão sexual do trabalho se enraíze na atribuição prioritária do trabalho doméstico às mulheres, de modo algum pode ser considerada operante simplesmente no que diz respeito às mulheres, ao trabalho doméstico, à esfera do privado ou à da reprodução. Muito pelo contrário, trata-se de uma problemática (e não abertura de um novo campo regional), e de uma problemática que atravessa e dá sentido ao conjunto das relações sociais que a expressão “divisão social do trabalho” abrange (Hirata, 2002, p. 235).

Ainda para Hirata,

> A divisão do trabalho entre homens e mulheres é parte integrante da divisão social do trabalho e que, do nascimento do capitalismo ao período atual, as modalidades da divisão do trabalho entre os sexos, tanto no trabalho assalariado quanto no trabalho doméstico, evoluem no tempo de maneira concomitante às relações de produção [...] que a divisão do trabalho entre os sexos remete à relação social homens-mulheres, que atravessa e é atravessada pelas outras modalidades da divisão social do trabalho (Hirata, 2002, p. 234).

Se inicialmente a divisão sexual do trabalho tinha o estatuto de articulação de duas esferas, para Hirata essa noção de articulação logo se mostrou insuficiente, levando a um segundo nível de análise: o das relações sociais de sexo. Uma nova maneira de pensar o trabalho, seja na família, seja no campo produtivo. Hirata evolui para o entendimento da divisão sexual do trabalho como forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos, modulada histórica e socialmente. Nesse sentido,

afirma que a divisão sexual do trabalho tem como características a designação prioritária dos homens para a esfera produtiva e das mulheres para a esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.).

A autora vai mais adiante no plano conceituai, fazendo uma distinção entre os princípios da divisão sexual do trabalho e suas modalidades. Os princípios organizadores seriam: o princípio de separação (há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem "vale" mais que um trabalho de mulher). Embora esses princípios sejam válidos em todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço, não significa que a divisão sexual do irabalho seja imutável, tendo inclusive muita plasticidade em suas modalidades concretas, que variam no tempo e 110 espaço. Para Hirata, o que seria estável é a distância entre os sexos, pois se é inegável que a condição feminina melhorou, a distância entre os sexos continua (Hirata, 2008).

Em estudo apresentado em 1984, no Encontro Anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), sobre a mulher na força de trabalho, Elizabeth Souza-Lobo já refletia sobre a ideia de que a divisão sexual do trabalho não só separa e articula produção e reprodução, como também estrutura as relações no trabalho produtivo, permitindo recolocar a questão da relação entre a dinâmica das relações capitalistas de trabalho e a força de trabalho feminina em um ângulo que integra os dois níveis, sexualizando as relações de trabalho e as relações sociais. Isto para Souza: Lobo significa pensar o trabalho industrial feminino desagregado das relações de trabalho nos processos de industrialização, questionando as generalidades e fazendo emergirem as relações invisíveis que estruturam o trabalho doméstico ou a própria divisão sexual do trabalho e das tarefas nas várias relações sociais (Souza-Lobo, 1991).

Em que se funda a tradição da divisão sexual das tarefas no processo de trabalho? Madelein Guilbert (1966) apontou alguns critérios que definem o trabalho feminino:

1. menor intensidade do esforço físico
2. menor grau de dificuldade ou complexidade
3. caráter repetitivo mais nitidamente marcado
4. predominância de tarefas manuais
5. séries mais longas
6. necessidade de maior rapidez
7. caráter mais sedentário

Alguns destes critérios podem ser discutíveis, como o item que trata do menor grau de complexidade, que não é pertinente, por exemplo, para qualificar algumas tarefas de montagem de sistemas elétricos realizados por mulheres. O que pode ocorrer é que, ao ser feminilizada, a tarefa passa a ser classificada como "menos complexa".

Assim, seria necessária uma articulação entre relações de trabalho e relações sociais, práticas de trabalho e práticas sociais. Muitas vezes, as tradições de masculinização e femi- nização de profissões e tarefas se constituem por extensão de práticas masculinas e femininas: homens fazem trabalhos que exigem força, mulheres fazem trabalho que reproduzem tarefas_domésticas. Mais do que as transferências de tarefas, são as regras da dominação de gênero que se produzem e se reproduzem nas várias esferas da atividade social. O fato é que a força de trabalho masculina aparece como força livre, enquanto a força de trabalho feminina surge como sexuada. Dessa forma, as condições de negociação da força de trabalho não são as mesmas, o que permite concluir pela sexualização da força de trabalho e, consequentemente,

das relações e práticas de trabalho (Souza-Lobo, 1984).

Para Souza-Lobo (1984), as pesquisas evidenciam as assimetrias entre qualificação masculina e feminina, promoção masculina e feminina, salários masculinos e femininos. Essas relações se intersustentam, sendo o resultado de múltiplas práticas construídas social e historicamente através de modos de vida, representações e estratégias de sobrevivência. Não podem ser abstraídas as relações e as práticas masculinas e femininas contidas no conceito de divisão sexual do Irabalho, nem estabelecer uma dicotomia de funções e papeis que esvazie a problemática da relação na divisão sexual do trabalho.

Como afirmou Helena Hirata, falando sobre as reconfigurações de gênero no trabalho:

> Enquanto a divisão do trabalho doméstico for assimétrica, a igualdade será uma utopia. Se o papel das políticas públicas em favor da igualdade de homens e mulheres pode ter consequências positivas, apenas a mudança da correlação de forças no interior da esfera "privada" poderá contribuir para uma melhor distribuição do trabalho invisível, do trabalho de compaixão e dedicação, de altruísmo, de disponibilidade permanente, tornando abordável para as mulheres - e não apenas virtualmente para os homens e para um punhado de "mulheres excepcionais" - um espaço próprio, um tempo "para si", e o acesso à criatividade, que é possível apenas a partir de uma afirmação de si enquanto sujeito autônomo (Hirata, 2004, p. 20).

Hoje, concretizar a cidadania das mulheres passa por uma mudança na divisão sexual do trabalho doméstico, capaz de garantir uma efetiva igualdade social e sexual. O cuidado e as responsabilidades familiares, ao serem atribuídas exclusivamente às mulheres, acabam por prejudicá-las e têm consequências no desenvolvimento de sua cidadania social (Oliveira, 2003).

Como afirmam Clara Araújo e Celi Scalon (2005), essa prática, ao ser socialmente construída e imputada como "responsabilidade" ou naturalizada como "atributo" feminino, se enfraquece como processo social e também onera as mulheres. As autoras concluem em sua pesquisa que a clivagem de gênero tem se mostrado mais resistente a mudanças internas, seja nas relações de poder, seja nas atribuições conferidas a partir de papéis sexuais socialmente estabelecidos.

Referindo-se à relação entre público e privado, Hanna Arendt nos diz:

> Para o indivíduo, viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana: ser privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação "objetiva" com eles decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo comum de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. A privação da privatividade reside na ausência de outros; para estes, o hoinem privado não se dá a conhecer e, portanto, é como se não existisse. O que quer que ele faça permanece sem importância ou consequência para os outros.
>
> Nas circunstâncias modernas, essa privação de relações "objetivas" com os outros e de uma realidade garantida por intermédio destes últimos tornou-se o fenômeno de massa da solidão... O motivo pelo qual esse fenômeno é tão extremo é que a sociedade de massas não apenas destrói a esfera pública e a esfera privada: priva ainda os homens não só do seu lugar no mundo, mas também do seu lar privado, no qual antes eles se

> sentiam resguardados contra o mundo e onde, de qualquer forma, até mesmo os que eram excluídos do mundo podiam encontrar o substituto no calor do lar e na limitada realidade da vida em família. O pleno desenvolvimento da vida no lar e na família como espaço interior e privado se deve ao extraordinário senso político do povo romano que, ao contrário dos gregos, jamais sacrificou o privado em benefício do público, mas, ao contrário, compreendeu que estas duas esferas somente podiam subsistir sob a forma de coexistência (Arendt, 2005, p. 68-69).

Para Juliet Mitchel (1967), o trabalho industrial e a tecnologia automatizada prometem as precondições para a libertação da mulher, junto com a do homem, mas não mais do que as precondições. A tecnologia é medida pela estrutura social total e é esta que determinará o futuro da mulher nas relações de trabalho. A autora conclui que, recusada para um papel na produção ou recusando-o, a mulher nem mesmo cria as precondições de sua libertação (Mitchel, 1967, p. 16-17).

As ideias expostas por Istvan Meszaros (2002) em seu livro Para Além do Capital, fundamentam essa discussão na medida em que alertam para o fato de que durante o desenvolvimento histórico do capital são ativadas algumas potencialidades positivas para a emancipação das mulheres - apenas para serem mais lima vez anuladas sob o peso das contradições do sistema. Isto porque, segundo ele, o impulso do capital para a expansão lucrativa interessa incluir a mulher no mercado de trabalho, mas impondo limitações e desigualdades, jogando sobre os ombros da mulher o peso das disfunções socais associadas à crescente instabilidade da família.

Tudo isso se rdaciona com a divisão sexual do trabalho que se enraíza na ctribuição prioritária do trabalho doméstico à mulher. Do sugimento do capitalismo ao período atual, as modalidades da divisão do trabalho entre os sexos, tanto no trabalho asalariado quanto no trabalho doméstico, evoluem em consoiância com as relações de produção. No universo do mundo produtivo existe uma construção social sexuada que faz con que homens e mulheres que trabalham sejam, desde a fanilia e a escola, diferentemente qualificados e capacitados pira o ingresso no mercado de trabalho.

O capitalismo tm se apropriado dessa divisão sexual do trabalho. É nesse ontexto que a ampliação da presença da mulher no mundo produtivo faz parte de uma emancipação inconclusa, parcial, tanto em relação à sociedade de classes quanto às inúmera; formas de opressão masculina, fundamentadas na tradicional divisão social e sexual do trabalho, pois o capital incorpora o trabalho feminino de modo desigual e diferenciado.

A tensão provocada pela necessidade de conciliar as tarefas domésticas com as crescentes exigências derivadas da maior participação cas mulheres no mundo do trabalho e da esfera pública em geral é que vem originando mudanças no comportamento repiodutivo das mulheres, como o adiamento da maternidade, a opção de não ter filhos e a diminuição do número de filho. Por outro lado, vai se impondo uma agenda de luta por políticas públicas e de mudança dos estereótipos quanto ao pipel da mulher.

Como afirmou a economista Nancy Folbre (2001), “O cuidado é um recurso natural em vias de extinção”, chamando a atenção para a resistência das mulheres em continuarem assumindo os custos da reprodução. Ela desenvolve a ideia da interdependência e conflito entre a mão invisível, representando o mercado, e o coração invisível, representando cuidado das pessoas.

Torna-se cada vez mais inaceitável o desgaste físico e emocional que as trabalhadoras enfrentam devido à quantidade e à diversidade de atividades que devem realizar e às consequências sobre sua saúde

física e mental, afetando inclusive seu desempenho no trabalho.

É a partir do enfoque aqui discorrido que pretendemos identificar na empresa metalúrgica FAET os dados da realidade das mulheres quanto a emprego, renda, condições de trabalho, sobrecarga doméstica e à demanda por políticas públicas.

NOVA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO?

Helena Hirata,
Um olhar voltado para a empresa e a sociedade,
São Paulo, Boitempo, 2002.

Crise econômica e emprego das mulheres: um estudo de caso na indústria brasileira[93]

Devido à manutenção das mulheres na atividade, apesar da recessão econômica e do desemprego, as teorias do exercito industria! de reserva e da segmentação do mercado de trabalho foram recolocadas em questão. Os principais ponto de vista sobre os efeitos diferenciais da crise do emprego de acordo com os sexos são examinados à luz dos resultados de uma pesquisa empírica com base na divisão sexual do trabalho na indústria manufatureira brasileira. Este estudo demonstra que as diversas correntes teóricas tendem a subestimar a complexidade das consequências dessas flutuações de emprego da mão-de-obra feminina.

Desde o início da recessão internacional, que afeta de maneira desigual as economias industrializadas e aquelas em via de desenvolvimento, surgiram inúmeros estudos a propósito das consequências da crise econômica sobre o nivel de emprego. No entanto, só recentemente uma literatura sociológica e econômica, ligada às preocupações dos movimentos feministas, abordou o tema dos efeitos diferenciais da crise sobre o emprego de acordo com os sexos.

Centrados fundamentalmente em torno da questão sociopolítica do nivel de embrego das mulheres, esses textos partem, em geral, de dúos constatações: de um lado, uma maior fragilidade do emprego feminino em um período de demissões e de reestruturações de empresas; por outro, uma permanencia das mulheres no mercado de trabalho e até mesmo um aumento das taxas de atividade feminina apesar da crise[94].

Foi essa permanencia das mulheres no mercado de crabalho que suscitou as primeiras contestações da hipótese das mulheres como exército industrial de reserva. Extrapolando para as mulheres o postulado de uma reserva de mão-de-obra necessária à acumulação do capitai, essa hipótese confirma a vulnerabilidade da mão-de-obra feminina, integrada ao mercado de trabalho durante os períodos de expansão econômica e expulsa nos momentos de crise; essa idéia e também subjacente a um dos slogans do movimento feminista: “Últimas admitidas, primeiras demitidas”.

A idéia de que as mulheres seriam mais atingidas pela crise, mobilizadas em época de necessidade do capital e do Estado e reenviadas ao lar quando se instaura a concorrência entre os sexos pelo emprego assalariado, é hoje discutida. Ela continua a ter um. vaior explicativo real para os períodos de expansão - tendo sido o papel de reserva de mão-de-obra desempenhado pelas mulheres constatado historicamente quase no mundo inteiro -, mas resta ainda um mérito mais contestável para explicar as consequências mais complexas que n recessão econômica pode ter[95].

93 Escrito em co-autoria com John Humphrcy (Univercity of Liverpoul, Crã Bretanha). Agradecemos a Diane Elson e a Daniéle Kergoat seus comentários com base em uma primeira versão deste artigo.

94 Cf., por exemplo, P. Bouillaguct-Bernard, A. Gauvin, J. L.Outin (1981); Huet, (1982).

95 Embora os processos de atração da mao-de-obra feminina no mercado de trabalho tenham sido amplamente analisados por Marx e inúmeros autores de inspiração marxista, os processos de recusa dessa máo-de-obra que ganham toda a sua importância nos períodos de recessão não tiveram esse desenvolvimento.” N..Gadrcy-Turpin,1 (1982), citado por M. Maruani-Nicolaides (1982), p. 30. Isso pode suscitar

É assim que Irene Bruegel[96] retoma, matizando-a, a hipótese do exército industrial de reserva[97], baseando-se em dados numéricos para o Reino Unido (anos 1974-1978). Conclui que o emprego feminino foi protegido dos efeitos da crise devido à expansão do setor de serviços, mesmo que, consideradas individualmente, ns mulheres tenham sido mais vulneráveis às demissões que os homens, o que leva a matizar a hipótese clássica do exército de reserva. Dentro dessa mesma corrente e partindo da aceitação global dessa hipótese, Jane Humphries[98] precisa a noção de exército de reserva retomando suas três formas de existência nos textos de Mane e Engels: flutuante, latente e estagnado. Ela propõe uma hipótese segundo a qual as mulheres seriam um exercito industrial de reserva latente prestes a ser incorporado plenamente à força de trabalho. Isso significaria que, embora seja facil levar as mulheres a entrar no mercado de trabalho, isso não implica que elas possam ser também facilmente expulsas dele.

Na França, a formulação da tese de urna expansão do trabalho feminino durante um longo período acompanha uma crítica dessa idéia do trabalho das mulheres enquanto um dos componentes de uma reserva de mão-de-obra. Essa crítica foi explicitamente formulada a partir de pesquisas de ordem histórica, mostrando "que não se pode distinguir, de maneira simples, os movimentos dr recrutamento e" em seguida, de rejeição da mão-de-obia feminina em um período médio ou longo"[99]. No entanto, esses autores indicam a exceção que constituem os movimentos de mão do obra provocados pelas duas guerras mundiais ou por crises conjunturais. O estudo de um desses momentos, os movimentos de mão de obra feminina na Alemanha nazista após a crise de 1929" segundo Margareth Maruani-Nicolaides[100], mostra a legitimidade da noção de "reserva de mão-de-obra". Da mesma maneira, Ruth Milkman, que opõe a especialização sexual dos empregos à "teoria pouco pertinente do exército de reserva"[101], não nega no entanto sua validade para analisar os movimentos de recrutamento e de rejeição da mao- de-obra feminina no início da década de 1940, com investimentos na indústria de equipamentos militares ou derivados[102].

Finalmente, o papel ideológico dessa noção é, com toda razão, salientado por essa autora. De fato, os critérios de demissões discriminatórias, proveniences dos empregadores[103] e as tentativas do Estado de manter em casa ou mandar as mulheres de volta para o lar procedem todos da lógica de uma expulsão das mulheres do mercado de trabalho em que elas nao teriam um lugar de pleno direito, sendo apenas urna parte das reservas industriais de mão-de-obra.

Podemos salientar, aqui, a convergência dessa hipótese d.e maior vulnerabilidade das mulheres enquanto reserva com a de uma segmentação do mercado de trabalho[104] que, .a partir da idéia dej£ que as mulheres pertencem ao mercado secundário, caracteriza seus empregos por uma instabilidade, uma rotatividade elevada e taxas de desemprego proporcionalmente maiores.

---

questionamentos: "Ao mesmo tempo que ninguém discute que as mulheres constituem uma reserva de trabalho a se recorrer em épocas de boom e escassez de mão-de-obra, algumas marxistas-feministas questionaram a hipótese de que o trabalho da mulher esteja particularmente 'disponível* em épocas de crises econômicas", l. Bruegel (1979).

96 Cf. I. Bruegel, op. cit., p. 12.

97 Sobre a noção de exército industrial de reserva, cf. K. Marx, Le Capital, livre I, 7° scction, cf. XXV, III, in Euvres l, Êconomie, éd. La Plêiade, NRF, p. 114 e ss.

98 Cf. J. Humphries (1983)

99 Cf. P. Bouillaguet-Bernard, J. F. Germe (1981), p. 85-6 e 115.

100 Cf. cit., p. 20 e ss

101 Cf. R. Milkman (1976). Tradução francesa i» Revitte dén face, Paris, nº 5 e 6,1979.

102 Cf. No mesmo sentido, "La rationalisation de líndustrie allemande dans léntre deux guerres et la structuration d´un prolêtariat féminin taylorisé para le regime nazi", Arme Marie Tròger (1980).

103 E, algumas vezes, por parte dos sindicatos. Cf. o exemplo de Bekaert-Cockeriil em M, -V. Louis, "La lutte des femmes de Bekaert--Cockerill" (1983).

104 Cf. P. Docringer e M, Piore (1971). Cf. também R. C. Edwards, M. Reich, D.M.Gordon (1975); cf. também "The Economics of Women and Work", ed. Alice H. Amsden (1980); cf. também Rubery, Jill e R.Tarling, (1982).

Essas teorias de um mercado de trabalho dual ou segmentado apreendem apenas um aspecto da segregação do emprego masculino ou feminino. Os homens e as mulheres sao separados por setor de atividade (indústria, serviços etc.), pela qualificação e pelo tipo de trabalho efetuado. Mesmo se as mulheres e os homens exercem a mesma atividade, como trabalhadores nao-qualificados na indústria, muito raramente cem o mesmo tipo de tarefas e não sao facilmente intercambiáveis. Pensamos que, se essas teorias da segmentação do mercado de trabalho indicam a existência de um setor secundário homogêneo com trabalhos não-qualificados e mal remunerados, essa simplificação resulta do fato de as análises serem centradas nos mercados de trabalho em detrimento do estudo dos processos de trabalho[105].

Ora, a segregação das mulheres e dos homens por setores de atividade, por oficinas e por postos de trabalho significa que, mesmo se as mulheres são concentradas nos postos menos qualificados e menos "estáveis", essa divisão sexual do trabalho, longe de tornar o trabalho feminino mais vulnerável e instável, tende a criar uma relativa proteção desses empregos em período de crise pela rigidez que suscita no mercado de trabalho. A própria natureza dos empregos femininos, que requerem qualidades "femininas", faz com que constituam um domínio relativamente protegido da concorrência masculina. Esse ponto de vista introduz, como fator determinante para o estudo do comportamento das mulheres em época de crise, a "especialização sexual dos empregos", mais que o "exército de reserva". Essa tese foi apresentada por Ruth Milkman[106] em relação estreita com a noção de uma divisão sexual dentro da família; essa articulação - ou nova articulação - entre família e domínio produtivo, exigida por uma conjuntura de crise e desemprego, foi também objeto de estudo de um certo número de pesquisadores franceses[107].

Os estudos que acabamos de mencionar tendem a demonstrar que o impacto da crise econômica sobre o emprego feminino e o masculino não é apenas quantitativo, mas também qualitativo. O estudo de Maiyse Huet sobre o emprego na década de 1970[108] na França indicou que, embora no emprego industrial a porção de mulheres tenha continuado a aumentar, isso aconteceu simultaneamente a um aumento de demissões de mulheres e a uma rápida expansão do trabalho em tempo parcial, do trabalho temporário e dos empregos com contrato de duração determinada.

Nossa intenção é trazer elementos de ordem empírica, para uma apreciação crítica das diferentes correntes de interpretação que, muitas vezes, desconhecem a complexidade do impacto da crise sobre o emprego feminino. Isso será feito por meio da análise de movimentos de flutuação de emprego segundo os sexos em um estabelecimento industrial brasileiro durante a crise econômica de 1981.

O EMPREGO INDUSTRIAL FEMININO E A CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA

O efeito retardado da recessão internacional foi sentido, no Brasil, somente a partir de 1981. Na verdade, a partir do final de 1980, os problemas relacionados à dívida externa levaram o governo brasileiro a tomar medidas restritivas que interromperam o crescimento econômico, provocando uma rápida recessão na indústria brasileira. O volume do emprego industrial em São Paulo, a cidade mais industrializada do Brasil, diminuiu quase 10% entre janeiro e julho de 1981[109]; a queda de 35% na produção de bens de consumo duráveis, em seis meses[110], provocou reduções consideráveis do emprego no setor dinámico

105 Para uma outra crítica das teorias da segmentação do mercado de trabalho na segmentação do mercado de trabalho na análise da crise e do emprego feminino, cf. Kartchevski-Bulport, Andrec, "Travail fémin, travail des femmes. Les enjeux des appoches des specialistics", in Le sexe du travail, P.U.G., 1984.

106 Cf. Milkman, on. cir.. Cf. rambem R. Milkman (1983).

107 Cf. A. L. Cot, et B. Lautier (1981}, reproduzido em Cabier du M.A.U.S.S.S. Nanterre, 1982. Cf. também Barrère Maurisson, (1982a), e "Chômage et offre de travail des femmes", in Population, travail, chòmage, Paris, Econômica, 1982; Cf. tambem D. Kergoat (1984).

108 M. Huet, op. cit.

109 Fonte: Emprego e Salário, nº 3, fevereiro de 1983, Secretaria de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho, Brasília.

110 A média mensal desceu do índice de 131 • de outubro a dezembro de 1980 (1978=100) para o índice de 84, de abril a junho de

da indústria brasileira que havia incorporado um importante contingente de operárias na década de 1970. Um corte abrupto foi dado, assim, na elevação do número de trabalhadoras na indústria observada durance toda a década anterior[111].

Em diversas grandes empresas de São Paulo, ondas de demissões maciças reduziram seu pessoal à metade. Essa rotatividade muito elevada tornou-se possível devido ao contexto institucional brasileiro: as empresas não sofrem nenhuma restrição legal ou financeira para efetuar demissões, tendo sido a cláusula de estabilidade de emprego abolida da legislação brasileira dois anos depois do golpe de Estado militar de 1964.

Essa situação dá uma grande transparência aos critérios da direção, que pode efetuar mais ou menos livremente as demissões e readmissões, e permite analisar, no nível da empresa, os fatores que orientam as decisões a respeito das supressões de emprego. Isto, aliado ao fato de as estatísticas sobre as tendências do número de empregos e as taxas de desemprego segundo o sexo serem quase inexistentes[112], levou-nos a realizar uma análise do impacto da crise sobre o emprego cios operários de produção de ambos os sexos a partir de um certo número de resultados da pesquisa[113].

DÍVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E POLÍTICA DE EMPREGO NA CRISE

Se nenhuma empresa pode demitir indiferentemente operários e operárias uma vez que há uma divisão sexual de trabaiho anterior à crise, essa divisão, nas oficinas de produção do estabelecimento estudado, era extrema: ali, a segregação por postos de trabalho e por oficinas era total, e menos de 2% dos operários dos sexos masculino e feminino executavam trabalhos análogos. Cinco oficinas eram quase exclusivamente femininas (261 mulheres e tres homens) e outras cinco eram masculinas (200 homens e duas mulheres)[114]. Apenas duas oficinas eram mistas; mas mesmo nelas existia uma divisão de trabalho muito nítida, e as tarefas masculinas e femininas não eram semelhantes.

À divisão das oficinas de acordo com o sexo correspondiam diferenças nos tipos de tarefas. As mulheres efetuavam trabalhos de montagem leves, sob forte pressão de tempo e um ritmo de trabalho imposto, seja por urna linha de montagem, seja pela supervisão dos chefes. Trabalhos simples, dissociados, fragmentados, que realizavam sentadas, com as mãos ou pequenas ferramentas, em um ambiente sobretudo limpo e tranquilo. Os homens efetuavam trabalhos mais pesados, com normas de produção bem "interiorizadas". Eles se deslocavam na oficina e trabalhavam com grandes máquinas, às vezes perigosas, quase sempre em grupo, e movimentando todo o corpo, em um ambiente mais sujo e insalubre (poeira, cheiro de tinta, barulho de máquinas etc.).

As qualidades requeridas para as operárias e para os operários eram muito diferentes: habilidade

1981 (calculado a partir das estatísticas mensais publicadas em Emprego e Salário, nº 2, maio de 1983, Secretaria de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho, Brasília).

111 A população economicamente ativa feminina passou, durante esse período, de seis milhões (1970) para doze milhões (1980) graças ao boom econômico, e o emprego industrial feminino aumentou quase três vezes enquanto o masculino apenas dobrara. Em relação a um estudo desse desenvolvimento acelerado do assalariado feminino, cf. J. Humphrcy (1984).

112 A única cifra discriminada segundo o sexo de que dispomos, relativa ao emprego industrial durante a crise, faz parte dos dados não-publicados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (1982) do Ministério do Trabalho. Ela mostra que, entre dezembro de 1980 e dezembro de 1981, houve uma diminuição de 33% no número de empregos da indústria elétrica para o conjunto do Brasil, diminuição esta de 10% relativa aos empregos masculinos e de 20% aos femininos.

113 A análise que sc segue baseia-se, fundamentalmente, nas informações obtidas no curso de uma pesquisa em um estabelecimento de equipamentos eletricos de São Paulo que emprega mais de 1000 pessoas, 587 delas operários de produção de ambos os sexos (dos quais 60% são mulheres). Listagens do pessoal da fábrica em diferentes datas foram utilizadas, assim como informações provenientes do Departamento Pessoal e das conversas realizadas com os diretores, chefes de oficina e com uma amostra de 40 operários e 60 operárias de produção com base em sua história de vida e de trabalho (assalariado e domestico).

114 Com exceção do pessoal adinistrativo (dados de dezembro de 1980)

manual, meticulosidade, acuidade visual, submissão ao controle direco dos chefes, para elas, e para eles, de acordo com o posto, força física, aprendizado de uma profissão e formação mais ou menos técnica, responsabilidade etc.

É nesse contexto de emprego, em que 352 mulheres e 235 homens que participam da produção trabalham em 12 oficinas, que as demissões acontecem. Durante o primeiro semestre de 1981, 57% do conjunto do pessoal da produção (336) foi demitido. As mulheres foram mais atingidas peias supressões de emprego: 65% do conjunto das trabalhadoras foram demitidas junto a 44% do conjunto dos trabalhadores homens.

Essa importante distância entre o número de homens demitidos e o de mulheres deu-se, em parte, devido à importação dos componentes eletrônicos igualmente fabricados nas oficinas femininas; a produção dessas oficinas foi, assim, mais reduzida do que as dos setores masculinos da fábrica.

Mas parece-nos interessante analisar o peso de outros fatores que desempenharam um papel importante no surgimento de efeitos diferenciados: o fato de ser homem ou mulher, a situação na família e a qualificação.

No que diz respeito ao fato de ser homem ou mulher, dada a segregação descrita acima, era difícil escolher diretamente entre um operário e urna operária. No entanto, isso não impediu a utilização de critérios que diferenciavam claramente os sexos[115] e que se manifestaram, sobretudo, por uma desigualdade no discurso da gerência: discurso homogêneo para os homens (sendo o critério de proteção do emprego de chefes de família unanimemente alegado), discurso dividido e contraditório para as mulheres [116].

Quanto à situação na família ao realizar uma aproximação entre o discurso da gerência e os dados globais de que dispomos sobre as flutuações de emprego na fábrica, concluímos que os operários da produção que tinham filhos tiveram mais probabilidades de conservar seu emprego do que os que não os tinham. De fato, a direção do pessoal e a gerencia haviam utilizado corno argumento o critério de operários pais de família, “provedores de fundos”, serem mantidos no emprego, mesmo que isso significasse superpovoar proporcionalmente as oficinas masculinas em um período de baixa da produção. Essa prioridade às demissões dos solteiros foi formulada pela gerencia em termos do aumento das necessidades dos operários com uma família a manter e da responsabilidade social da empresa no reconhecimento dessas necessidades[117]. Assim, 67% dos operários corn filhos, que trabalhavam na fábrica em dezembro de 1981, ainda escavam empregados um ano depois, e somente 34% dos operários sem filhos mantiveram seus empregos. Quanto às operárias, a taxa de estabilidade foi de apenas 27% para as que não tinham filhos e 32% para as que os tinham[118].

A elevada taxa de estabilidade dos homens com filhos deve-se, em parte, ao fato de os operários com filho serem mais velhos do que aqueles sem filhos e ao fato de a política de promoção na empresa fazer com que os mais velhos sejam também os mais qualificados. A direção pode ter conservado ope-

115 Sobretudo parque os dois critérios iniciais aplicados indistintamente aos homens e às mulheres — prioridade ás demissões “voluntárias” e às demissões daquelas e daqueles cujo, rendimento ou a disciplina estavam abaixo das normas consideradas aceitáveis — eram inteiramente insuficientes para selecionar o número requerido de trabalhadores.

116 Assim, quatro diferentes critérios relativos às demissões das mulheres foram apresentados por quatro membros da administração: operárias com filhos, por serem portadoras de dificuldades; solteiras e operárias não-qualificadas; as que tinham menos tempo de trabalho; operárias que tinham marido para sustentá-las.

117 Responsabilidade social que não foi assumida pelo Estado brasileiro: não há nenhum tipo de seguro desemprego que permita garantir a sobrevivência do trabalhador demitido. Aliás, a empresa em questão não foi a única a adorar esse critério encontrado em outras fábricas brasileiras em que foram realizadas pesquisas pelos dois autores emtre 1981 e 1983.

118 A “taxa de estabilidade” indica, em porcentagem, as que continuaram na fábrica, em 1981, em relação ao total das que ficaram e das que foram demitidas.

rários qualificados, remendo não encontrar posteriormente essa categoria de mão-de-obra no mercado de trabalho. No entanto, mesmo considerando a variável qualificação a partir do ponto de vista das ocupações masculinas e femininas representadas por grupos salariais[119], os homens com filhos são significativamente mais estáveis do que os sem filhos. Mesmo os operários não-qualificados pais de Família sao mais estáveis do que os mais qualificados sem filhos, No que diz respeito às mulheres, não constatamos o mesmo efeito da situação familiar sobre a estabilidade. Às mais qualificadas são mais estáveis do que as nao-qualificadas, mas as mães e as que não o são têm quase o mesmo nível de estabilidade[120].

É difícil levar em conta, sobretudo quantificando-os para uma comparação homens-mulheres, esses diferentes fatores; responsabilidades familiares, raridade da mão-de-obra qualificada, caráter insubstituível de certas habilidades, organização da produção, diferenças entre oficinas etc. Problemas metodológicos importantes devem também ser ressaltados, como a impossibilidade de estabelecer uma correlação entre ocupação, idade e situação parental para as operárias, dada a descontinuidade de sua atividade profissional ou a impossibilidade de comparar as qualificações masculinas e femininas[121], Todavia, pode-se concluir que há duas formas de gestão da mão-de-obra de acordo com o sexo, que de fato, em nome da situação familiar, somente os homens são beneficiados. Operárias foram demitidas pois não eram necessárias à produção (queda da demanda, existência de estoques de componentes importados), enquanto operários foram mantidos e designados a serviços diversos aguardando uma retomada da produção.

CRISE E REESTRUTURAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA

Se a crise não foi o momento de uma mudança na divisão sexual do trabalho existente, outras formas de reestruturação aconteceram. Um primeiro elemento na redefinição da relação social foi a seleção extrema por ocasião das readmissões[122]. Uma vez. readmitidos os poucos trabalhadores cuja volta era desejada pelos chefes, a empresa realizou recrutamentos de operários sem experiência. No total, 24% dos operários e 23% das operárias, recrutados em novembro de 1.981 e em junho cie 1982, foram readmitidos após terem sido demitidos durante o primeiro semestre de 1981, muitas vezes com um salário mais baixo do que o que recebiam no momento da demissão. Para cada trabalhador readmitido, seis jamais voltaram para a fábrica.

Um segundo elemento dessa redefinição foi a utilização dos efetos do clima de incerteza criado pela crise e pelas demissões com base no comportamento dos trabalhadores. Demitindo os operários "com problemas", readmitindo somente os mais capazes e os mais submissos, a empresa melhorou a qualidade, a docilidade e a cooperação da mão-de-obra. Sendo a ameaça de demissões real. mesmo para os que não conheciam o desemprego, os chefes constataram uma diminuição dos problemas de disciplina.

A crise serviu, portanto, para aumentar o controle social por meio da ameaça direta de novas de-

119 Na falta de uma grade de classificações, a partir dos grupos salariais, efetuamos a seguinte: as mulheres em duas categorias, a das soldadoras-montadoras de cabos elétricos, operárias que executam um trabalho de montagem e correspondentes a 75% do número de trabalhadoras, com o salário mais baixo da escala, e as de ocupações de nível acima das montadoras de cabos elétricos. Classificamos os homens em três categorias: a dos trabalhadores manuais ('ajudantes'), que constituíam 32% do conjunto dos operários da produção e tinham o salário mais baixo da escala de salários masculina; a das ocupações de nível médio, acima do nível dos trabalhadores manuais com um salário inicial inferior a 200 cruzeiros por hora em junho de 1982 (momento da pesquisa); a das ocupações de nível superior correspondente aos que tinham um salário inicial de mais de 200 cruzeiros por hora na mesma data.

120 A comparação entre homens e mulheres, na França, mostra uma relação inversa no que diz respeito a incidência aa qualificação sobre a estabilidade; para as mulheres, "o desemprego cresce com a qualificação", ao contrário do que se passa para os homens. É o que constata D. Kergoat (1982), 3º parte, p. 80-1. Conseguimos encontrar essa correlação, no nível de nosso estudo de caso, apenas para a subcategoria das operárias mães de família, população muito pouco numerosa, sendo a grande maioria das operárias da fábrica jovens solteiras.

121 Para esse problema controvertido e ainda longe de ser solucionado, cf. o estudo pioneiro de D. Kergoat (1978); cf. também A. Phillips e B. Taylor (1980); cf. ainda D. Elson e R. Pearson (1981).

122 Comparando os nomes dos operários de ambos os sexos empregados em dezembro de 1980 e em junho de 1982 com a lista dos operários demitidos em 1981, foi possível identificar os operários demitidos e readmitidos.

missões e, para intensificar, assim, o rendimento da mão-de-obra. Produzir menos ou ir muitas vezes aos toaletes tornou-se, potencialmente, um critério para futuras demissões.

Um terceiro elemento diz respeito à reestruturação da força de trabalho feminina. A empresa decidiu tirar vantagem da situação de desemprego, aumentando as normas de escolaridade requeridas para as soldadoras-montadoras de cabos elétricos. Recrutando operárias com oito a doze anos de escolaridade, a empresa serviu-se disso como um meio de intimidação às operárias mais velhas e que tinham menos escolaridade[123]. As recém-chegadas estavam dispostas a trabalhar mais rapidamente. Elas eram ipso facto candidatas às promoções. A direção utilizou, então, as demissões para aumentar a concorrência entre operárias. As readmitidas voltavam sistematicamente com o piso salarial de soldadoras-montadoras de cabos elétricos, mesmo que tivessem ocupado anteriormente postos mais qualificados. No caso dos homens, não houve desqualificação alguma. A direção esforçou-se para readmitir os homens no mesmo nível em que se encontravam no momento de seu recrutamento.

Finalmente, podemos dizer que a reestruturação da força de trabalho feminina não levou à eliminação das operárias casadas ou das que tinham filhos e à sua substituição por outras mais jovens. A proporção de mulheres com filhos nas oficinas de produção e de controle de qualidade na realidade, aumentou de 16,6%, no final de 1980, para 21,2% em junho de 1982, em parte porque as mulheres com filhos beneficiaram-se de um pouco mais de estabilidade, em parte porque um certo número de mulheres engravidou entre 1981 e 1982. Assim a discriminação em relação às mulheres com filhos não parece ter aumentado no caso estudado. Os filhos a sustentar não foram, como seria de se esperar, um argumento para se contratar preferencialmente mulheres solteiras e sem filhos.

CONCLUSÃO

A articulação entre estruturas familiares e esfera produtiva é muitas vezes desconhecida nos estudos sobre o emprego e a crise econômica. A importância da situação dos trabalhadores na esfera familiar para as estratégias de gestão da força de trabalho e, particularmente, para as políticas de demissões e de readmissões em período de crise evidencia-se, no entanto, claramente a partir de nosso estudo. Em primeiro iugar, vimos que a posição do trabalhador na família é ostensivamente levada em conta nessa política e, em segundo, que essa posição interfere de maneira simetricamente oposta conforme o sexo a que pertence o trabalhador: os homens têm sua posição no trabalho assalariado reforçada pela situação familiar[124], sua situação de "provedor de fundos" assegura-lhes uma proteção relativa em face do desemprego; as mulheres vêem, ao contrário, sua posição na família enfraquecer sua situação profissional[125]. De onde se pode concluir que a paternidade ou a maternidade não tem as mesmas consequências sobre a manutenção do emprego operário.

Quanto às hipóteses apresentadas, no início deste artigo, sobre a relativa proteção dada por uma segregação extrema das tarefas e dos postos masculinos e femininos, parecem ter sido confirmadas pelas flutuações de emprego examinadas em nosso estudo. Longe de assistirmos a um remanejamento ou a

123 Mesmo tendo salários nitidamente inferiores aos dos homens (sendo a taxa média do piso salarial para os operários da produção 40% superior à das operárias), a escolaridade destas últimas era incomparavelmente mais elevada. Somente 5% das 60 operárias entrevistadas tinham menos que quatro anos de escolaridade, e um terço tinha oito anos ou mais de estudos. Dos 40 operários enrrevistadas, um terço tinha menos que quatro anos de escolaridade e nenhum tinnha oito anos ou mais.

124 Com uma abordagem totalmente diferente, F. de Singly chega a conclusões similares; cf. F. de Singly, (1982), Para o estudo do peso da situação familiar no percurso profissional dos homens, cf. também as contribuições de A. M. Devreux, e M. Ferrand (1984).

125 Embora não façamos, aqui, essa demonstração no que diz respeito às mulheres (trata-se do assunto de um relatório de pesquisa), várias pesquisas, na França, já indicaram as consequências da descontinuidade da vida profissional das mulheres, provocada por sua posição de esposas e mães de família, sobre as carreiras, as promoções, os salários. Por outro lado, sabe-se que há discriminação na indústria brasileira em relação às mulheres casadas com filhos para sustentar.

uma nova divisão do trabalho por meio da substituição das mulheres pelos homens em período de desemprego, fomos testemunhas de um movimento cíclico da participação feminina, que baixou de 44,9% (para o conjunto das trabalhadoras da empresa), em dezembro de 1981, para 34% em julho de 1981, voltando, após as readmissões, para 39% em dezembro de 1981 e, novamente, para 43,1% em junho de 1982.

No entanto, é importante salientar que a volta praticamente à mesma proporção de participação feminina em junho de 1982 em relação ao período anterior à crise não significa, de maneira alguma, que as mulheres e os homens tenham sido submetidos aos mesmos efeitos da crise. A distribuição desigual dos homens e das mulheres nas oficinas em que a produção foi reduzida e os critérios utilizados para as demissões e readmissões nos mostram que a experiência feminina da crise foi bem diferente da experiência masculina. A divisão sexual do trabalho pode funcionar como uma proteção no plano global do emprego feminino. No entanto, ela não pode evitar a discriminação sexual.

Vimos que, apesar da crise e do desemprego, o estabelecimento estudado não modificou a divisão do trabalho entre os homens e as mulheres. Mesmo que a recessão da indústria brasileira tenha se prolongado na década de 1980, a tendência parece ser, para as mulheres, a manutenção de sua importância relativa na indústria, tanto do ponto de vista da demanda de empregos como do ponto de vista da mão-de-obra feminina para o emprego industrial.

Nossa pesquisa demonstra, enfim, para o Brasil, tendências semelhantes às verificadas na Europa no que diz respeito ao emprego industrial feminino: as mulheres conservam seus postos apesar da crise, mas à custa de uma instabilidade ou de uma deterioração de suas condições de trabalho.

MULHER, AUTONOMIA E TRABALHO

Vera Soares,*

** Pesquisadora e militante feminista, assessora da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério de Ciência e Tecnologia, SECIS/MCT.*

Apresentação

Este texto está organizado em duas partes, fora esta apresentação e comentários, em que se discute a situação das mulheres no mercado de trabalho, tomando como referencias as informações estatísticas apresentadas pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, principalmente os dados da PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; e outra apresenta algumas informações obtidas pela Fundação Perseu Abramo. por meio de pesquisa de opinião, sobre a percepção das mulheres.

Entendemos a autonomia das mulheres como a capacidade de tomar decisões livres e informadas sobre sua própria vida, de maneira a poder ser e fazer em função de suas próprias aspirações e desejos, num determinado contexto histórico. O avanço da autonomia está relacionado ao avanço das mulheres na vida pública e privada, como garantia do exercício pleno de direitos. A falta de autonomia é resultado da má distribuição do poder, dos proventos, do uso do tempo, da falta de reconhecimento dos direitos das mulheres.

São três as esferas da autonomia - física, econômica e de decisões. A autonomia física de refere ao controle do seu corpo, de decidir sobre sua saúde, reprodução, exercer sua sexualidade, integridade física livre de violência. A autonomia econômica se refere à capacidade de adquirir e controlar recursos econômicos, isto é, capacidade de gerar ingressos próprios, controlar bens materiais, decidir sobre os ativos familiares. A autonomia em participar das decisões que afetam a vida coletiva e individual. A autonomia se constrói por inúmeros caminhos, mas passa necessariamente por modificar as fronteiras da vida publica e privada.

O objetivo dessa apresentação, a partir destes dados é discutir a autonomia econômica das mulheres, entendendo esta autonomia como parte da condição para o exercício do poder de decisão das mulheres sobre suas vidas. A separação da discussão e o enfoque sobre um destes elementos que caracteriza a autonomia é realizado somente do ponto de vista operacional, pois evidentemente entendemos que formam um corpo só.

Mulheres e Mercado de Trabalho

Ao analisar o comportamento da força de trabalho feminina no Brasil nos últimos 30 anos, o que chama a atenção é o vigor e a persistência do seu crescimento. A Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio - PNAD (IBGE) nos mostra que, em 2008, 52,2% das mulheres e 72,4% dos homens estavam ocupados ou à procura de emprego e que as mulheres avançavam em direção à sua maior integração na população economicamente ativa no país, totalizando 45,6% dela. As mulheres desempenharam um pa-

pel muito mais relevante do que os homens no crescimento da população economicamente ativa.

Movimento semelhante não se verificou, entretanto, em relação à participação das mulheres no conjunto dos empregados, que na última década se manteve próxima a 1/3, os lugares privilegiados de inserção de parcela significativa do contingente das trabalhadoras no mercado de trabalho, ainda são as atividades informais, não remuneradas e o trabalho doméstico.

As trabalhadoras ainda se concentram em atividades com baixa remuneração, têm rendimentos inferiores e estão mais presentes nos trabalhos informais. Conforme demonstram as autoras Bruschini e Lombardi, 34% das mulheres que compõe a PEA estão em situações de emprego vulneráveis - trabalhadoras domésticas, trabalhadoras não remuneradas ou trabalhadoras para consumo próprio ou do grupo familiar - para 9% de homens. Um exemplo desta vulnerabilidade está em que 75% das trabalhadoras domésticas não possuem carteira assinada e 94% recebem até dois salários mínimos (OIT, 2009).

Sabe-se que o mercado de trabalho é um dos espaços nos quais tanto as mudanças como as reproduções das desigualdades são visíveis, em particular as desigualdades de gênero e raça. O Sistema de Indicadores Sociais, publicado pelo IBGE em 2010, com dados da PNAD de 2009, mostra que mesmo com maior escolaridade as mulheres têm rendimento médio inferior ao dos homens. Em 2009, o total de mulheres ocupadas recebia cerca de 70% do rendimento médio dos homens ocupados, e as mulheres negras recebiam a metade das mulheres brancas No mercado formal essa razão chegava a 74,6%, enquanto no mercado informal o diferencial era maior, e as mulheres recebiam 63,2% do rendimento médio dos homens. Essa diferença era ainda maior entre os mais escolarizados: as mulheres com 12 anos ou mais de estudo recebiam, em média, 58% do rendimento dos homens com esse mesmo nível de instrução. Nas outras faixas de escolaridade, a razão era um pouco mais alta (61%). Entre 1999 e 2009, as disparidades pouco se reduziram, mesmo com as grandes alterações que ocorreram no mercado de trabalho, principalmente após 2003, com a recuperação do poder aquisitivo dos salários, aumento do número de empregos, em particular empregos formais, entre outras.

A desigualdade dos rendimentos femininos frente aos masculinos é um traço persistente, seja qual for o ângulo sob o qual se analise a questão, Bruschini e Lombardi nos mostram dados muito interessantes, com informações da PNAD, 2007:

o As mulheres ganham menos que os homens independentemente do setor de atividade econômica em que trabalhem. No ramo da educação, saúde e serviços pessoais, espaço de trabalho tradicionalmente feminizado, em 2007, por exemplo, encontraremos um quarto dos trabalhadores e 11% das trabalhadoras ganhando mais de cinco salários mínimos;

- No que tange à posição na ocupação, elas sempre ganham menos do que eles seja como empregadas, autônomas, empregadoras ou trabalhadoras domésticas. Veja-se o que ocorre no campo do trabalho doméstico, onde predominam as trabalhadoras negras: em 2007, 96% ganhavam até dois salários mínimos e 89% deles classificavam-se na mesma faixa de rendimentos;

- Da mesma forma, são menores os patamares de rendimento feminino, independentemente da jornada semanal de trabalho. Em 2007, entre aqueles que trabalhavam em período integral (de 40 a 44 horas semanais), por exemplo, ganhavam até dois salários mínimos 65% das ocupadas e 56% dos ocupados;

- Quanto mais elevada a escolaridade, maiores as chances de obter melhores rendimentos. Se

isso é verdadeiro para trabalhadores de ambos os sexos, porém, parece se aplicar mais a eles do que a elas. Observando os rendimentos dos que atingiram os mais altos níveis de escolarização, 15 anos e mais, i.e., que cursaram uma faculdade, tem-se que 30% dos homens e apenas 10% das mulheres tinham rendimentos superiores a dez salários mínimos em 2007.

- Finalmente, tomando a média dos rendimentos mensais (em salários mínimos) de algumas das carreiras profissionais mais feminizadas no mercado de trabalho, vê-se, em 2007, a repetição do mesmo padrão desfavorável às mulheres - os recepcionistas ganhavam, em média, 1,85 salários mínimos e as recepcionistas, 1,59 salários mínimos por mês; entre os secretários executivos e bilíngues, os homens ganhavam 5,79 e as mulheres 3,71 salários mínimos; as agentes comunitárias de saúde e afins ganhavam 1,54 salários mínimos por mês, em média e os agentes, 2,06 salários mínimos; as assistentes sociais e os economistas domésticos recebiam 5,71 salários mínimos, enquanto os homens nas mesmas funções recebiam 5,14 salários mínimos.

A separação ocupacional horizontal e vertical das mulheres afeta esta diferença salarial por atribuir a elas as tarefas ou serviços pior remunerados, e de certo modo, limitando seu acesso a certas ocupações. A discriminação assim pode emergir da segregação ocupacional, pelas quais certas categorias ocupacionais e serviços são reservados (usualmente de fornia implícita) para as mulheres. De um modo geral, empregos e setores nos quais as mulheres predominam pagam menos do que aqueles em que os homens são maioria. Esta segregação de homens e mulheres em diferentes ocupações, ofícios e empregos específicos nas empresas, é geralmente resultado de atitudes fortemente impregnadas na sociedade ao longo de sua história e que são reproduzidas e reconstruídas nas culturas e práticas das empresas. Devido a esta segregação horizontal as mulheres acabam por serem excluídas das posições que pagam melhor, tradicionalmente ocupadas por homens e são recrutadas para serviços tradicionalmente femininos, como trabalhadora doméstica remunerada, secretárias, datilografas, digitadoras, etc., e de modo geral são aquelas profissões relacionadas ao papel de cuidadoras.

As mulheres também podem ser vistas em posições pior remuneradas devido à existência de segregação ocupacional vertical, a qual tem o efeito de mantê-las em posições inferiores. E mesmo quando têm um nível maior de escolaridade, acabam ocupando uma pequena porção das posições de gerência e chefia, nos diversos setores da economia.

Aliado a estes fatores internos ao mercado de trabalho, devido ao fato de as mulheres serem responsabilizadas com os cuidados domésticos, da família - e por falta de serviços que apoiem estas atividades e sem uma divisão interna na família as mulheres se veem forçadas a aceitar serviços que sejam compatíveis com tais responsabilidades. Por exemplo, ocupam postos que exigem menor número de horas-extras, ou são dirigidas a estes serviços que pagam menos, apesar de possuirem qualificação para outras ocupações, mas permitem flexibilidade de horários. São as mulheres que estão em maior número nos empregos de tempo parcial, em que os salários são em geral menores e as ofertas de trabalho para as mulheres são maiores.

Entretanto, cada vez mais elas assumem as responsabilidades de sustento de suas famílias - 34,9% dos lares pesquisados pela PNAD 2008 eram chefiados por mulheres. Segundo Bandeira, Melo e Pinheiro (2010) o aumento das famílias chefiadas por mulheres está diretamente relacionado, entre outros fatores, a maior participação feminina no mercado de trabalho e a um aumento da sua autonomia econômica. Crescem também os arranjos familiares com cônjuge, onde as mulheres são responsáveis pela provisão econômica - de 2,4% em 1998, para 9,1% em 2008.

Dados do IPEA (2009) mostram “a elevada contribuição dos rendimentos femininos na renda das

famílias brasileiras, que passou de 30,1 % em 1992, para 40,6% em 2007. É maior ainda a contribuição das conjugues, de 39,1% (1992) para 64,3% (2007)". Apesar de ganharem menos que os homens, a contribuição feminina é fundamental para a diminuição nos índices de pobreza (Dedecca, 1995), quer as mulheres percebam rendas monetárias ou façam uma contribuição não financeira à família. É esta contribuição que se converte em um imposto "reprodutivo", que permite a economia de gastos com saúde e com o cuidado das crianças e de seus membros da terceira idade, para citar apenas os exemplos mais patentes. Essa contribuição das mulheres ao bem-estar converte-se na fonte das desvantagens que elas enfrentam para se inserirem no mercado de trabalho e, em consequência, dispor de autonomia econômica. A situação é ainda mais grave no caso das que possuem, ademais, cônjuge e filhos pequenos para cuidar, devendo por isso adiar a sua capacitação e o seu acesso ao mundo do trabalho e, portanto, renunciar à proteção social por ele proporcionada e sua autonomia econômica.

Pesquisadoras, como Abramo (2007), analisando a ideologia empresarial, observa que o que contribui para a mulher receber salários inferiores aos dos homens ou ocupar cargos mais vulneráveis, é a ideia de que ela seria uma 'força de trabalho secundária', já que o grande responsável por prover o lar seria o homem. Desta forma, mesmo com melhores índices de escolaridade, a mulher estaria nestes cargos considerados inferiores porque na verdade trabalha fora de casa para 'ajudar' a família e não para provê-la de fato. A responsabilidade da mulher é, segundo esta visão, a esfera doméstica, a da reprodução. A sua participação no setor da produção é fortemente marcada, portanto, pela ideologia patriarcal. Quando a mulher participa da esfera produtiva[126], esta tarefa é vista como algo secundário em sua vida. Portanto, tendo em vista que a responsabilidade da mulher é o cuidado da casa e dos filhos e que seu ingresso como força de trabalho é complementar - e não fundamental - parte-se do pressuposto de que este trabalho possa ser provisório.

Mesmo na condição de ocupada, as mulheres assumem as tarefas domésticas. A proporção de mulheres ocupadas que se dedicavam a afazeres domésticos em 2008, foi de 87,9% e a de homens, 46,1%. Mais expressiva foi a diferença no número médio de horas trabalhadas em afazeres domésticos. As mulheres ocupadas despediam, em média, 20,9 horas semanais, e os homens, 9,2, com este trabalho (IBGE, 2009).

A discriminação sofrida pelas mulheres nesse mercado vai além do que a simples diferença entre os seus salários e o dos homens. Desde o surgimento do capitalismo elas ocupam grande parcela da força de trabalho sendo mesmo maioria. No entanto, por serem as responsáveis pelos trabalhos domésticos e por serem, por isso mesmo, consideradas não as provedoras do lar, mas sua 'administradora', ocupam os cargos de menores salários com tal justificativa. Quando conseguem repartir estas tarefas, em geral o fazem com outras mulheres da família, ou com uma trabalhadora doméstica remunerada, cuja atividade ocupa um grande número de mulheres, cerca de oito milhões de trabalhadoras, perfazendo 10% do total da força de trabalho.

A lei brasileira define o trabalho doméstico remunerado como aquele realizado por pessoa "maior de 16 anos que presta serviços de natureza contínua (frequente, constante) e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas". Desta forma, os empregadores são pessoas físicas e não empresas, como nas demais formas de assaiariamento. Além disso, as trabalhadoras/es domésticas/os possuem direitos trabalhistas diferenciados de todos os outros trabalhadores do País. O artigo T da Constituição Federal expressa essa diferenciação ao excluir as trabalhadoras domésticas do conjunto geral de direitos do trabalho, tratando-as de forma particular: dos 34 direitos garantidos aos trabalhadores

126 - trabalho produtivo se refere aquele que gera mercadorias e renda, ou seja, é aquele destinado as trocas de mercado, e que tendo legitimidade e valorização nesse mercado e remunerado.

- trabalho produtivo é o conjunto de atividades que se realizam para o cuidado das pessoas e ou desenvolvimento, inclusive a reposição da força de trabalho. Realizam-se no âmbito doméstico.

urbanos e rurais, apenas nove foram estendidos também à categoria dos trabalhadores domésticos e domésticas[127]. São cerca de oito milhões de pessoas que realizam o trabalho doméstico no Brasil, sendo que 95% são mulheres. Menos de 30% delas/es têm carteira assinada, fazendo dessa ocupação uma das mais precárias.

Resultados de pesquisas indicam que o tipo de família, a posição dentro dela e a realização de afazeres domésticos são fatores que estão relacionados à chance das mulheres possuírem um trabalho precário, relativamente aos homens (Soij, Fontes, Machado, 2007).

A discriminação das mulheres nesse mercado é decorrente da divisão sexual do trabalho e resulta em acesso desigual ao emprego, que separa atividades masculinas e femininas e as hierarquiza com valores diferentes. Esta divisão reflete-se em práticas discriminatórias, na defasagem salarial, numa persistente segregação dos empregos femininos aos mais baixos segmentos do mercado de trabalho, no maior número de mulheres no setor informal e nas maiores taxas de desemprego entre as trabalhadoras.

O conceito de divisão sexual do trabalho permite analisar com maior clareza os papéis sociais nitidamente diferenciados por sexo e nos ajuda a entender os lugares que as mulheres ocupam no mundo do trabalho. Embora seja uma construção cultural e suscetível, portanto, de ser modificada, ela determina os papéis que as pessoas devem desempenhar na sociedade: as mulheres estariam encarregadas da reprodução social, e os homens, das tarefas produtivas. Essa divisão também estabelece relações hierárquicas de poder, que relegam a maioria das mulheres ao desempenho de tarefas sem visibilidade nem reconhecimento social. Essa matriz cultural é transferida para o âmbito público, no qual as mulheres ocupam os empregos mais precários e de pior remuneração. O círculo vicioso da desigualdade gerada pela obrigatoriedade social do trabalho doméstico, especialmente o de cuidado, levado a cabo pelas mulheres, explica em grande medida a sua ausência na política e dos espaços de tomada de decisões em geral (Soares, 2010).

A separação de homens e mulheres em diferentes ocupações, ofícios e empregos são, geralmente, resultado de atitudes fortemente impregnadas na sociedade ao longo de sua história, reproduzidas e reconstruídas nas culturas e práticas das instituições públicas e privadas. Deste modo, as mulheres acabam por serem excluídas das posições que pagam melhor e são recrutadas para serviços tradicionalmente femininos, como trabalhadora doméstica remunerada, secretárias, datilografas, digitadoras, etc. - profissões relacionadas, de modo geral, ao papel de cuidadoras.

A persistência da divisão sexual do trabalho, juntamente com as transformações no mundo laborai,

127 Os direitos das trabalhadoras domésticas são:

a) salário mínimo, fixado em lei e nacionalmente unificado capaz de atender suas necessidades vitais básicas e às de sua família, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo;

b) irredutibil idade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

c) décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

d) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

e) gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

f) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias:

g) licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

h) aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo de no mínimo trinta dias, nos termos da lei;

i) aposentadoria.

Embora a Constituição tenha garantido estes direitos, outros ainda ficaram excluídos, como: a proteção contra despedida arbitrária ou sem justa causa, com indenização compensatória. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço em caráter compulsório, remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, salário-família, duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, jornada de seis horas para o trabalho realizado em turno ininterrupto e remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal (OIT, 2009)

tornaram insustentável a forma tradicional de organização do trabalho segundo a qual as mulheres, apesar de trabalharem fora do âmbito doméstico, assumem a principal responsabilidade pelos encargos da família, o que se traduz em um conflito para o qual geralmente se encontram soluções no âmbito privado caracterizadas por fortes tensões ante a omissão do Estado e a ausência de políticas públicas. Ao examinar a razão pela qual as mulheres de 20 a 24 anos de idade não procuram emprego, observa-se que em mais da metade dos casos o principal motivo é o trabalho não remunerado realizado nos seus lares - os afazeres domésticos -, um índice que supera o da participação das mulheres dessa faixa etária no sistema educativo (30,1 % em comparação com 15,9%), enquanto a inatividade econômica, no caso dos homens, se deve aos estudos ou a outras razões (CEPAL, 2007).

Ainda que a presença de crianças pequenas seja um limitador real da atividade feminina, outras variáveis podem vir a estimulá-la: a presença de serviços públicos e particulares de atenção à maternidade (mais comuns em zonas urbanas), a necessidade econômica das famílias para fazer frente, seja ao desemprego de vários de seus membros, seja à renda domiciliar diminuída ou mesmo, ainda que em menor medida, a presença de um maior poder aquisitivo de um segmento de famílias o qual, mesmo na ausência daqueles serviços, propiciam às trabalhadoras o necessário suporte para a sua ausência do lar. E isso que os dados para 1998 parecem sinalizar e que fica ainda mais claro em 2007: neste último ano, a taxa de atividade das mulheres com filhos com idade até 2 anos (55,3%) apresenta-se apenas um pouco menor que aquela total (57%), embora ainda distante da taxa das mulheres com filhos maiores de 7 anos (72,5%), as quais, mais liberadas do cuidado com crianças pequenas, podem se dedicar mais integralmente ao trabalho.

Há mais de duas décadas os economistas e estudiosos vêm destacando o significado do aumento maciço e acelerado das mulheres no mercado de trabalho (Nações Unidas, 2005). Na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, os atores presentes, dentre eles chefes de governo e/ou seus representantes, reconheceram que as mulheres contribuem decisivamente para a economia e para a luta contra a pobreza, “seja com o trabalho remunerado ou com as tarefas não remuneradas que desempenham no lar, na comunidade ou no lugar de trabalho”. O progresso no mercado de trabalho foi mais lento que o desejado, posto que o cuidado dos filhos, de outros membros da família, dos doentes e dos idosos é ainda uma responsabilidade que recai desproporcionalmente sobre as mulheres. Isto ocorre em virtude da falta de igualdade e da divisão desequilibrada do trabalho remunerado e não remunerado entre a mulher e o homem, e da falta de serviços públicos que diminua as tarefas de cuidado e os afazeres domésticos (Nações Unidas, 1995a, capítulo 2).

Em suma, a evidência da discriminação laborai é tão ampla que se reconhece que a renda feminina no mundo do trabalho remunerado é um dos fenômenos mais significativos na sociedade e na família, do ponto de vista das transformações na economia (Arriagada, 2007). Apesar das tendências positivas e auspiciosas, o progresso é muito lento, embora irreversível.

Concordamos com documento da CEPAL (2007) quando afirmou que as mulheres da América Latina e do Caribe são protagonistas de uma das maiores mudanças culturais da história. Hoje em dia é possível afirmar, em termos das liberdades conquistadas, que quase nenhuma mulher gostaria de repetir a vida de suas avós. A igualdade avançou a passo mais lento, e não obstante as drásticas - provavelmente irreversíveis - mudanças produzidas nas famílias, no mundo do trabalho e na vida política, o mal-estar das mulheres põe a descoberto a brecha entre a sua contribuição para a sociedade e o reconhecimento de que são objeto. Embora tenham passado a ocupar espaços cada vez mais importantes na tomada de decisões e sejam um fator-chave no mercado de trabalho, as mulheres continuam a ser super-representadas entre os pobres e sub-representadas na política.

As mulheres sempre trabalharam para seu sustento e o dos outros, não somente pela inclusão massiva no mercado de trabalho, pois todas as tarefas realizadas pelas mulheres no âmbito doméstico, as quais corresponde uma enorme magnitude de trabalho que cria riqueza, sustenta e reproduz a vida em sociedade, são em geral invisíveis e portanto não consideradas na economia.

É preciso dissociar a ideia de que trabalho é emprego. Trabalho não é emprego. O trabalho, como atividade humana, compreende tanto as atividades remuneradas exercidas no contexto do mercado como as não remuneradas exercidas fora dele. Algumas autoras chamam a soma dessas duas atividades de "carga global de trabalho", o que permite afirmar que o bem-estar das sociedades e o crescimento das economias se devem ao trabalho que é realizado por homens e mulheres, quer remunerado ou não remunerado. Alguns economistas (Benería, 2003) sustentam que, para maior precisão e abrangência, os seguintes setores devem estar compreendidos no conceito de trabalho: o de subsistência, o doméstico, o informal e o voluntário, além do tradicional de emprego formal. A partir desses enfoques analíticos veem-se claramente as assimetrias na distribuição das cargas existentes nas famílias e, de modo especial, a sobrecarga de trabalho das mulheres, considerada como dupla jornada. Outra mostra dos vínculos entre os diferentes setores que compõem o trabalho total ou global é o fato de que a divisão sexual do trabalho nas famílias tem o seu correlato na segmentação de gênero no mercado de trabalho. Isso se torna patente quando se analisa o trabalho doméstico remunerado, no contexto do mercado, junto com o não remunerado realizado no âmbito das famílias.

Para a construção da igualdade no mercado de trabalho e para o exercício da autonomia das mulheres, se faz necessário uma ação determinada do Estado, criando tanto ações que interfiram diretamente nas relações de trabalho, com políticas ativas de emprego, como a inclusão de cláusulas nas negociações coletivas que contemplem este princípio. Alem disto, é preciso implementar políticas sociais que deem suporte a essa construção. As políticas sociais que pretendam criar condições de igualdade e autonomia nessa área devem incluir medidas destinadas a assegurar que trabalhadores e trabalhadoras tenham facilidades iguais ou equivalentes para a formação profissional, treinamento e acesso a empregos e ocupações. Além disto, serviços sociais que contribuam para que mulheres e homens possam igualmente articularem a vida profissional e privada, como as creches, escolas em tempo integral, entre outras facilidades da reprodução do cotidiano.

É preciso lembrar que a Constituição de 1988, além de preservar os direitos trabalhistas já adquiridos, ampliou o seu leque, estabelecendo o direito a licença paternidade, creches, pré-escolas e seguro desemprego (Rodrigues, Ramalho, 2010). Especialmente para mulheres foi criada a licença gestante de 120 dias e a proibição de qualquer discriminação em relação aos salários e critérios de admissão. Recentemente foi aprovada lei que faculta as empresas ampliarem o tempo da licença maternidade para seis meses[128]. Mas estas medidas acabaram por não incidir de fato nas relações de trabalho. O que ocorre é uma naturalização do que se espera e se designa às mulheres, e de processos de discriminação direta e indireta, sem que haja uma fiscalização[129] por parte do Estado. Para o fortalecimento da autonomia econômica das mulheres e para a criação de condições de igualdade no mundo do trabalho é preciso pensar numa "nova equação entre Estado, mercado e família" da qual fala o documento apresentado pela CEPAL

128 O programa Empresa Cidadão foi regulamentado do início de 22/1/2010, decorrente da lei 11.770 de setembro de 2008, que criou o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença maternidade por 60 dias às empregadas de pessoas jurídicas que aderirem o programa, desde que a empregada a requeira até o final do Io mês após o parto. A pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá deduzir do imposto devido, em cada período de apuração, o total da remuneração da empregada pago no período de prorrogação de sua licença-maternidade. Para ter o direito à extensão é necessário que a empresa faça sua adesão ao Programa.

129 Definição de discriminação - segundo a OIT - tratamento diferente a pessoas conforme certas características, como raça, cor, sexo, que gera depreciação de igualdade de oportunidades. A discriminação pode ser direta - por meio de normas, leis, práticas que excluem ou desfavorecem certos trabalhadores em função de pertencer a uma categoria! social, a partir de estereótipos que atribuem aos indivíduos certas características particulares a despeito de seus talentos e habilidades. A discriminação indireta é mais extensa, e se refere às disposições ou práticas que. tendo uma aparência neutra, tem efeitos adversos em relação a algum grupo social, prejudicando-o, independentemente de que seus integrantes cumpram com os requisitos para ocupar a determinado posto de trabalho.

na XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, realizada em Brasília em julho de 2010, como observa Hirata (2010). As mulheres têm mostrado a necessidade de construir uma nova ordem de gênero, sem os preconceitos de raça e etnia, baseada na equidade, como parte substantiva de uma ordem social mais plural e democrática. Uma nova ordem que não se sustente na subordinação e dependência das mulheres, mas na igualdade e autonomia, e, portanto em relações sociais mais justas, democráticas e plurais (Soares, 2003).

Os indicadores mostram e a observação do cotidiano evidencia a existência de uma situação de desigualdade entre homens e mulheres. Já a ideia de que o Estado tem a obrigação de contribuir para sua eliminação não é tão consensual. Maior dificuldade há ainda no entendimento de que, mesmo na ausência de políticas explícitas, o Estado sempre influi nas formas em que se desenvolvem as relações entre homens e mulheres, ou seja, nas relações de gênero. Maiores são as dificuldades na compreensão do papel do Estado no mundo do trabalho, no sentido da construção de relações mais iguais. Ele pode exercer sua responsabilidade de forma consciente e explícita na elaboração de políticas de gênero, para se contrapor aos efeitos negativos das forças sociais, culturais ou de mercado que produzem desigualdades entre mulheres e homens e a maior exclusão social daquelas. Se a democracia é, antes de tudo, um sistema político com caráter inclusivo, podemos perguntar qual é a sua legitimidade quando metade da população fica fora das possibilidades de representação, quando ignora suas necessidades e a alija de medidas concretas que possibilitem a melhoria de suas condições de vida. As atuais concepções dominantes sobre a democracia e o papel do Estado mantêm ainda persistente desencontro entre as políticas públicas e as necessidades das mulheres, embora recentemente haja visíveis alterações nestas concepções, percebidas na integração de organismos destinados a implementação e coordenações de políticas desta natureza na estrutura do Estado. A criação de organismos como a Secretaria de Políticas para Mulheres - SPM, tem sido uma constante nos vários países da América Latina, como nos mostram diversos estudos da CEPAL. A conquista destes espaços nos governos é fruto da reivindicação dos movimentos feministas, para que o poder público responda às novas necessidades e às novas questões, nascidas do questionamento da desigualdade entre mulheres e homens.

O acesso das mulheres ao mundo do trabalho é condicionado pelo que a economista feminista Ingrid Palmer (1992) chamou de "o imposto reprodutivo", que deriva do trabalho não remunerado que as mulheres realizam nos lares, produto de um pacto não escrito mediante o qual o homem foi consagrado como o provedor econômico universal das famílias e as mulheres como cuidadoras[130]. Esta construção social que inviabiliza o trabalho das mulheres, que as perpetua no seu papel de reprodução da vida, nos trabalhos realizados no cotidiano e no seu confinamento no âmbito privado esta na base da consolidação dos papéis diferenciados por gênero nas sociedades capitalistas e patriarcais, como as nossas. Esta é uma lógica que confina as mulheres ao mundo doméstico e as considera basicamente em sua identidade de mães e, fora de casa, como demandantes de ações comunitárias. Algumas vezes como beneficiárias das políticas, mas raramente como sujeitos capazes de protagonizar processos políticos.

Vejamos alguns dados recentemente publicados sobre o mercado formal de trabalho, em 2010, ano onde houve um grande crescimento do número de trabalhadores nestas condições e acabam por reafirmar do que apontamos anteriormente, para este segmento do mercado de trabalho, onde os trabalhadores têm garantido grande parte de seus direitos.

Em 2010, de acordo com os dados da RAIS - Relação Anual de Indicadores Sociais, publicado pelo

130 Alguns autores (Picchio, 2001) dividem esse trabalho em: i) doméstico, entendido como a transformação de bens e o cuidado e a manutenção dos espaços; ii) de cuidado das pessoas (principalmente crianças, doentes e idosos), e iii) obrigado, ou seja, as atividades de ligação entre os âmbitos doméstico e público decorrentes das responsabilidades familiares, como as de levar as crianças à escola, fazer trâmites ou pagar contas, que outras autoras chamam de "serviço de apoio". O peso relativo desses três componentes mudou com o correr do tempo, enquanto o peso total não mudou: este é o caso de algumas famílias nas quais, segundo o ciclo vital, diminui o tempo dedicado à preparação dos alimentos, mas aumenta o dedicado às crianças ou o tempo de cuidado obrigatório.

Ministério do Trabalho, o Brasil gerou 2.861 milhões de empregos formais, correspondendo ao crescimento, de 6,94% em relação aos empregos do mês de dezembro de 2009. No período de 2003 a 2010, a geração de empregos formais (celetistas e estatutários), correspondeu ao crescimento de 53,63%, o que representou um incremento médio anual de 1.923 milhão, equivalente a um aumento anual expressivo de 5,51%.

O rendimento médio dos trabalhadores formais apresentou um aumento real de 2,57% (tomando como referência o INPC), ao passar de R$ 1.698,35 em dezembro de 2009 para R$ 1.742,00 em dezembro de 2010. No período de 2003 a 2010, o rendimento médio dos trabalhadores apresentou um crescimento real de 21,29%, proveniente do aumento de 22,13% para as mulheres e de 21,49% para os homens. Este aumento superior deve ser proveniente a política de aumento do salário mínimo.

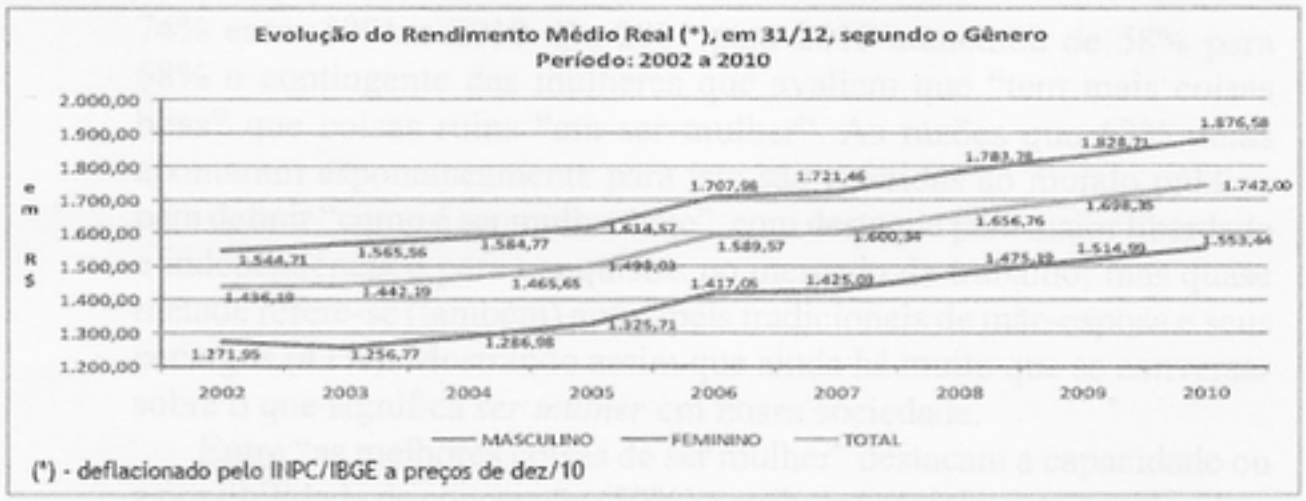
Deste modo, para as mulheres, houve um aumento maior no número de empregadas, em relação aos homens, e um aumento porcentual nos rendimentos, mas continuam maioria no mercado de trabalho informal e ganhando menos, em ambas as circunstâncias.

As informações evidenciam que o nível de emprego da mão de obra feminina apontou um crescimento de 7 28% superior ao registrado para os homens (6,70%). Esse comportamento resultou numa ligeira elevação da participação da mulher no total de empregos formais, de 41,4% em 2009, para 41,6%) em 2010.

Segundo o grau de instrução, os dados assinalam uma heterogeneidade de comportamento, com variações no nível de emprego que oscilam de -2,61 % para os Analfabetos e elevação de 11,76% para o Ensino Médio Completo, sendo as mulheres maioria. No nível de instrução Superior Completo, ocorreu a segunda maior taxa de crescimento (7,99%), apontando, todavia, um aumento menor das mulheres (7,13%), em relação aos homens (9,22%). No nível de escolaridade Superior Incompleto, onde predomina também a mão de obra feminina, verificou-se um crescimento de 3,94% para as mulheres, ante um aumento de 2,97% para os homens.

Em 2010, os rendimentos médios dos trabalhadores apresentaram aumento real de 2,57%, em relação ao mês de dezembro de 2009, tomando como referência o INPC, ao passarem de R$ 1.698,35 para R$ 1.742,00. Em 2010 os rendimentos da RAIS assinalam que tanto os homens quanto as mulheres apresentaram aumentos reais, da ordem de 2,62% e 2,54%, respectivamente. A elevação real do rendimento dos homens foi resultante da passagem do valor médio de R$ 1.828,71 em 2009, para R$ 1.876,58 em 2010, e, no caso das mulheres, foi derivada de R$ 1.514,99 para R$ 1.553,44, nos respectivos anos, gerando uma diferença entre os salários masculinos e femininos de quase 20%.

Vale a pena observar a constância das diferenças salariais no setor formal do emprego, no período de 2002-2010, e lembrando que estas diferenças são maiores, no setor informal.



RAIS/2010 - Ministério do Trabalho e Emprego- MTE

Percepção das Mulheres

A Fundação Perseu Abramo realizou, em agosto de 2010, pela segunda vez a pesquisa "Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado". A primeira pesquisa foi realizada em 2001. Segue a metodologia de pesquisa de opinião pública, toma como referência o universo de mulheres com mais de 15 anos de idade, cobre áreas urbanas e rurais de todas as macrorregiões do País. Neste ano, a pesquisa introduziu também a opinião dos homens. Resumo executivo dos resultados e todas as tabelas estão na página da internet da Fundação Perseu Abramo - http://www.fpabramo.org.br/

A seguir apresentamos alguns destes dados, como estão apresentados pelos autores da pesquisa, escolhendo algumas informações relativas ao item anterior, sobre mercado de trabalho.

Cerca de metade das mulheres (52%) está na População Economicamente Ativa (PEA), contra quatro em cada cinco homens (79%). Uma em cada quatro declara-se dona de casa (25%). Entre as que estavam na PEA em agosto de 2010, apenas uma em cada três (36%) exerciam atividade remunerada no mercado formal, situação em que estavam mais da metade dos homens (56%). Deste modo a pesquisa tem representação semelhante da descrita pela PNAD.

Há uma percepção positiva das mulheres em relação a ser mulher, pois elas avaliam que "a situação das mulheres" está melhor, "em comparação com a vida uns 20 ou 30 anos atrás", subiu de 65% para

74% entre 2001 e 2010. De 2001 para 2010 aumentou de 58% para 68% o contingente das mulheres que avaliam que "tem mais coisas boas" que coisas ruins "em ser mulher". As razões que 63% delas apontaram espontaneamente para isto são referidas ao mundo público para definir "como é ser mulher hoje", com destaque para maior liberdade e independência e para conquistas no mercado de trabalho; mas quase metade refere-se (também) aos papéis tradicionais de mãe-esposa e seus encargos (43%). Mostrando assim que ainda há muito que se conversar sobre o que significa ser mulher em nossa sociedade.

Entre "as melhores coisas de ser mulher" destacam a capacidade ou a possibilidade de concepção (50%) e atributos socialmente construídos, considerando-se mais batalhadoras e guerreiras (23%) para enfrentarem as adversidades da discriminação de gênero. "As piores coisas de ser mulher", também citadas espontaneamente, dividem-se entre o espaço público com destaque para a subordinação aos homens, decorrente do machismo (19%) e para as desigualdades de gênero no mercado de trabalho (16%)

e o espaço privado, com destaque para a violência de gênero (14%), a falta de reconhecimento ou de apoio para a criação dos filhos (12%) e decorrências biológicas da condição feminina, como menstruar e ter cólicas (12%).

Entre as primeiras coisas que fariam "para que a vida de todas as mulheres melhorasse" ressaltam o combate às discriminações no mercado de trabalho (28%) e à violência de gênero (15%). Tanto mulheres como homens apontam o espaço público como locus das "principais diferenças entre homens e mulheres nos dias de hoje", ressaltando as desigualdades no mercado de trabalho (de oportunidades e salariais) e o machismo socialmente disseminado. Apenas uma em cada cinco mulheres (20%) e cerca de um em cada quatro homens (27%) não veem diferenças entre mulheres e homens. Deste modo, podemos afirmar que de fato o Estado ainda não responde às expectativas das mulheres, no que se refere as políticas para o enfretamento das desigualdades.

Entre as que estavam fora da PEA, mas já tinham feito trabalho remunerado (24% das mulheres, excluídas as aposentadas), as razões para terem parado de trabalhar concentram-se nos papéis tradicionais de gênero, como ter e cuidar de filhos (30%), dar conta do trabalho doméstico (16%) ou por terem casado (12%). Uma em cada três (35%) diz ter parado por razões do mercado (demissão, falta de oportunidade, salário insuficiente etc.).

Embora majoritária, permaneceu estável entre 2001 e 2010 a preferência de pouco mais da metade das mulheres por "ter uma profissão, trabalhar fora de casa e dedicar-se menos às atividades com a casa e a família" (56% hoje, 55% antes), em vez de dedicar-se mais a estas, "deixando a profissão e o trabalho fora de casa em segundo lugar" (37% hoje, 38% antes).

Em resposta múltipla sobre quem chefia a família, duas em cada cinco mulheres (39%, antes uma em cada três, 35%) indicaram alguma mulher do domicílio; 62% (co) indicaram algum homem (antes 66%), principalmente o cônjuge (46% hoje, 49% antes).

A responsabilidade "pela orientação e/ou execução dos afazeres domésticos" continua fortemente concentrada nas mulheres (hoje 91%, antes 93%), sobretudo nas próprias entrevistadas (69% hoje, 72% antes).

A jornada semanal média de trabalho doméstico das brasileiras é de 29 horas e 21 minutos, somando-se o tempo dedicado a "serviços de limpeza, cozinhar, lavar e passar roupa" (17h44), cuidado com crianças (10h) e com pessoas idosas ou doentes (1h37), contra 8 horas e 46 minutos declarados pelos homens (ou 6h15, segundo o relato das mulheres) ou seja, de três a quatro vezes menor que a das mulheres.

Em tese, a maioria de ambos os sexos concorda que:

- "homens e mulheres deveriam dividir por igual o trabalho doméstico" opinião de 84% dos homens e 93% das mulheres hoje (antes 87%);

- "quando têm filhos pequenos, é melhor que o homem trabalhe fora e a mulher fique em casa" - 79% e 75% (85%), respectivamente;

- "a mulher é quem deve decidir sobre o trabalho doméstico, não importa quem faça" - 64% e 67% (71%);

- “é principalmente o homem quem deve sustentar a família” - 62% e 51% (65%);

- “o cuidado com doentes e idosos na casa deve ser da mulher” - concordam 42% dos homens e 43% das mulheres hoje (antes 54%), discordam 44% e 47% (antes 42%), respectivamente;

- “os homens, mesmo que queiram, não sabem fazer o trabalho de casa” - concordam 49% dos homens e 45% das mulheres hoje (antes 55%), discordam 41% e 47% (antes 39%), respectivamente.

Comentários

As mulheres, em nosso país, alteram substantivamente o cenário do mercado de trabalho, com um aumento substantivo de sua presença nos últimos anos. A maternidade deixou de ser um impeditivo, na medida em que o número de mulheres entre 20 e 30 anos, neste período reprodutivo, aumentou proporcionalmente nestes últimos 30 anos. E reconhecida a sua contribuição econômica, aumentando a renda familiar e influindo na melhoria das condições de vida da família. A percepção que as mulheres têm sobre estas mudanças e o quanto ainda há que se alterar para que possam exercer sua autonomia econômica está refletida na percepção que têm de suas vidas e nos dados do mercado de trabalho.

Quem será esta mulher do início do século XXI no Brasil? Ela participa mais da vida pública e social, reivindicando direitos, assumindo posições de luta contra o preconceito e a dependência masculina? Trabalhar fora, exigir melhores salários e se firmar como chefe de família, foram acontecimentos que marcam a história recente. Esta mudando a imagem mulher esposa, mãe, sem direito a participação, sexo frágil, que justificava as atitudes violentas e machistas, mas há ambiguidades nesta noção de sujeito, pois ainda não se dá a devida importância à sua autonomia econômica, social e política. Contar com ingressos próprios é indispensável e indica nível de autonomia das pessoas. As desigualdades geram a falta de autonomia das mulheres A redistribuição do trabalho total (produtivo, reprodutivo, remunerado e não remunerado) ainda é um horizonte, que esperamos não seja por demais longínquo.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Lais. A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária? Tese de Doutorado em Sociologia, USP, mimeo, 2007.

ARAÚJO. Clara. GUEDES, Moema. Igualdade de Oportunidades: a distancia entre proposições e ações. In: Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Brasília, 2010.

ARRIAGADA, Irma. “Gestión y íinanciamiento de las políticas que afectan a las familias”, serie Seminários y conferencias, N° 49 (LC/ L.2648-P/E), Santiago de Chile, Comisión Econômica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2007.

BANDEIRA, Lourdes Maria. MELO, Hildete Pereira de. PINHEIRO, Luana Simões - Mulheres em Dados: O que Informa a PNAD/IBGE,

2008. In: Edição Especial da Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Brasília 2009.

BRUSCCHINI, Cristina. LOMB ARDI, Maria Rosa - Mulher, Trabalho e Família - www.fcc.org.br.

CEPAL - Divisão de Assuntos de Gênero -. http://www.eclac.cl/ cgi-bin/getProd.asp?xml=/mujer/agrupa-

dores_xml/aes6.xml&xsl=/ agrupadores_xml/agrupa_listado.xsl&base=/mujer/tpl/top-bottom.xsl.

DEDECCA, Cláudio. O Trabalho da Mulher e sua Contribuição para a Renda da Família. In: Gênero e Trabalho, Programa Igualdade, Gênero e Raça, UNIFEM/DFID. Ver publicação em www.unifem.org.br. 2005.

Fundação Perseu Abramo - www.fpabramo.org.br.

HIRATA, Helena - Emprego, Responsabilidades familiares e obstáculos socioculturais à igualdade de gênero na economia. In: Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Brasília, 2010.

IBGE - O Sistema de Indicadores Sociais, em 2010, com dados da PNAD de 2009.

IPEA - Comunicado da Presidência n. 31, Brasília, IPEA, out 2009.

IPEA- Textos para Discussão - http: //ww w. ip ea. go v. br/p ub/td/td. html.

Nações Unidas - IV Conferencia Mundial sobre a Mulher, Plataforma de Ação e Beijing, 1995.

OIT - Mais Trabalho Decente para Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos no Brasil, Brasília, 2009.

OIT-Notas OIT-Trabalho doméstico remunerado na América Latina.

PALMER, Ingrid (1992), “Gender equity and and economic efficiency in adjustment of programmes”, Women and Adjustment Policies in the Third World, H. Afshar y C. Denis (eds.), Basingstoke, Macmillan, 1992.

PICCHIO, Antonella (2001), “Un enfoque macroeconômico ‘ampliado’ de las condiciones de vida”, documento presentado al taller internacional Cuentas nacionales de salud y género, Santiago de Chile, Organización Panamericana de la Salud (OPS)/Fondo Nacional de Salud (FONASA), 2001.

RODRIGUES, Almira; Ramalho, Iaris: Legislação sobre Trabalho e Gênero - período 1988-2010. In: Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Brasília, 2010.

SOARES, Vera. A longa Caminhada: a construção de Politicas Públicas para a igualdade entre homens e mulheres. In: Governos Estaduais: desafios e avanços. BITTAR, J. (org.). Editora Perseu Abramo, São Paulo, 2003.

SOARES, Vera. Práticas Discriminatórias e Segregação no Mercado de Trabalho. In: Igualdade de Remuneração Entre Homens e Mulheres - experiências e desafios, CUT e FES, São Paulo, 2010.

Sorj, Bila, Fontes, Adriana, Machado, Daniele Carusi - Políticas e Práticas de Conciliação entre trabalho e família, no Brasil. In: Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, São Paulo, 2007.

O FEMINISMO, O CAPITALISMO E A ASTÚCIA DA HISTÓRIA

Nancy Fraser,
Contribuições do Pensamento Feminista para as Ciências Sociais.

Entrevista com Nancy Fraser

Escrito por Raphael Neves segunda-feira, 1 de fevereiro de 2010 13:02

Em entrevista a Rune Lykkeberg para a página Modeme Tider (tempos modernos) da Dinamarca, a professora da New Schooi for Social Research, filósofa e feminista Nancy Fraser tratou de temas importantes como o novo papel da esquerda, os desafios para se pensar a emancipação social e fez um balanço do primeiro ano do governo Obama.

Fraser, que no Brasil é conhecida pelo debate com o também filósofo Axel Honneth, começa dizendo que há hoje em dia diferentes formas de conflitos sociais. Além de questões de redistribuição, levantadas tradicionalmente pelos movimentos de classe, há conflitos de outra ordem, envolvendo novos movimentos sociais, como o feminismo. Em seus textos, Fraser os caracteriza como movimentos por reconhecimento. Por fim, diz ela na entrevista, o fenômeno conhecido por "globalização" trouxe novos desafios: o de organizar essas reivindicações em diferentes níveis. Hoje não é mais possível ficar apenas no nível local e nacional. Questões envolvendo o meio ambiente, por exemplo, precisam ser tratadas em um nível mais amplo.

Essas novas formas de conflito demandam um novo tipo de crítica, não apenas centrada, como no modelo marxista, em uma contradição específica, ou voltada apenas para um agente emancipador, como a classe trabalhadora. O entrevistador pergunta então se esses novos movimentos sociais, ao contrário, não estariam morrendo. Ela diz que, na prática, os movimentos foram afetados pela "Guerra ao Terror", ou melhor, pela resposta dada pelo governo americano ao 11 de setembro. Isso mostrou como é fácil "fabricar" "inimigos", diz ela.

O desafio passa a ser como a esquerda pode oferecer algo a pessoas que tem medo, que enfrentam insegurança em termos econômicos, sociais e culturais em suas vidas. É preciso articular esses medos e inseguranças de modo a oferecer uma alternativa ao que vem sendo apresentado pela direita.

Fraser diz que a derrota sofrida pelos Democratas em Massachusetts foi surpreendente. Qual a solução contra esse avanço da direita?

Ao que parece, diz ela, tudo depende do modo como entendemos "proteção social" contra o mercado desregulado do neoliberalismo hoje em dia: proteção para as pessoas, para o meio ambiente, comunidades e relações sociais. Historicamente os arranjos que protegeram as pessoas do mercado também criaram opressão e hierarquias, como a Igreja, a família patriarcal e o Estado de bem- estar. É preciso imaginar alguma forma de proteção social que não seja conservadora nesse sentido e possa emancipar as pessoas. É preciso ligar emancipação e proteção.

Mas a direita também não fala em emancipação, o entrevistador pergunta. Claro que há a pseudo-

-emancipação, diz ela. As tea parties, que no passado foram ações contra o colonialismo, hoje não tem nada a ver com emancipação. Como é possível falar em emancipação (de um Estado opressor, dizem os Republicanos) quando as pessoas não tem empregos, renda e sistema de saúde? É preciso criticar essa pseudo-emancipação. A esquerda precisa arriscar-se: deve entrar no debate sobre o que significa proteção social.

Ao falar sobre feminismo, Fraser diz que uma das realizações do movimento foi liberar as pessoas de ideais de gênero, deixando que homens e mulheres decidam ou recusem os papéis que lhe foram definidos. Em relação ao que seria um "feminismo de direita" (ela dá o exemplo do ex-presidente Bush que dizia que iria "liberar" as mulheres afegãs), ela afirma que as feministas não controlam mais o discurso sobre o feminismo. Em tese, ninguém é contra a democracia, assim como ninguém é contra o feminismo, mas esses termos são operados politicamente, não é possível controlar o discurso. [Eu acrescentaria o exemplo, no Brasil, da discussão sobre os direitos humanos. Conservadores, latifundiários e grande mídia se posicionaram contra o PNDH justamente fazendo uso do discurso dos direitos humanos para defender seus próprios interesses.]

Por fim, ao falar sobre o governo Obama, Fraser acredita que ele esteja por um fio. Todo o movimento que apoiou e elegeu o presidente está hoje desmobilizado e desmoralizado. A menos que Obama saiba liderar aquele movimento e reconduzi-lo para a esquerda, ele não conseguirá se eleger e muito em breve perderá a maioria no Legislativo.

Enfim, a entrevista toda dura 37 minutos é uma grande aula de política. Infelizmente, grandes intelectuais de esquerda americanos não tem espaço na mídia. É mais fácil ler e ouvir as entrevistas de Nancy Fraser na Dinamarca ou no Brasil do que aqui nos Estados Unidos. Uma pena.

> *O feminismo surgiu como parte de um projeto emancipatório mais amplo, no qual as lutas contra injustiças de género estavam necessariamente ligadas a lutas contra o racismo, o imperialismo, a homofobia e a dominação de classes, todas as quais exigiam uma transformação das estruturas profundas da sociedade capitalista.*

O FEMINISMO E O "NOVO ESPÍRITO DO CAPITALISMO"

Como se constatou mais tarde, aquele projeto permaneceu basicamente fadado ao fracasso desde o início, vítima de forças históricas mais profundas, que não foram bem entendidas na ocasião. Com o benefício da visão retrospectiva, podemos ver agora que o surgimento da segunda onda do feminismo coincidiu com uma mudança histórica no caráter do capitalismo, da variante organizada pelo Estado, que acabou de ser analisada, para o neoliberalismo. Invertendo a fórmula anterior, que buscava "usar a política para domesticar mercados", os proponentes desta nova forma de capitalismo propuseram usar mercados para domesticar a política. Desmontando elementos-chave da estrutura de Bretton Woods, eles eliminaram os controles de capital que tinham permitido a direção Keynesiana de economias nacionais. No lugar do dirigismo[131], eles promoveram a privatização e a desregulamentação; em lugar de provisão pública e cidadania social, "trickle-down"[132] e "responsabilização pessoal"; em lugar dos Estados de bem-estar social e desenvolvimentistas, um Estado competitivo enxuto e mesquinho. Testada na América Latina, esta abordagem serviu para guiar muito da transição para o capitalismo na Europa Oriental/Central. Embora publicamente patrocinada por Thatcher e Reagan, era aplicada apenas gradual e desigualmente

131 N. T. Dirigisme, no original em francês, que indica o controle forte da economia e outros setores pelos governos.

132 N. T. Teoria trickle-down em economia (algo como "economia em cascata") é aquela em que se supõe que os ganhos e as rendas obtidos pelos mais ricos acabam por "escorrer" para toda a base da pirâmide social, por isso, o corte de taxas e impostos e aumento de benefícios aos negócios contribuem para aumentar os ganhos de toda a população.

no Primeiro Mundo. No Terceiro, por contraste, a neoliberalização foi imposta usando a dívida como ameaça, como um programa forçado de "ajuste estrutural" o qual subverteu todos os princípios centrais do "desenvolvimentismo" e compeliu os Estados pós-coloniais a despojar-se de seus ativos, abrirem os seus mercados e cortar gastos sociais.

Curiosamente, a segunda onda do feminismo prosperou nestas novas condições. O que tinha começado como um movimento contracultural radical estava agora a caminho de se tornar um fenômeno social de massa de base ampla. Atraindo partidários de todas as classes, etnias, nacionalidades e ideologias políticas, as ideias feministas penetraram em todos os cantos escondidos da vida social e transformaram a ideia que todos os afetados tinham de si mesmos. O efeito não foi apenas ampliar imensamente as fileiras de ativistas, mas também transformar as visões de senso comum de família, trabalho e dignidade.

Foi mera coincidência quea segunda onda dofeminismo e o neoliberalismo prosperaram em conjunto? Ou havia uma afinidade eletiva perversa, subterrânea entre eles? Esta segunda possibilidade pode ser uma heresia, por certo, mas seria perigoso não investigá-la. Certamente, o surgimento do neoliberalismo mudou dramaticamente o terreno no qual a segunda onda do feminismo operava. O efeito, eu discutirei aqui, foi "ressignificar" os ideais feministas[133]. As aspirações que tiveram um claro impulso emancipatório no contexto do capitalismo organizado pelo Estado assumiram um significado muito mais ambíguo na era neoliberal. Com os Estados de bem-estar social e desenvolvimentistas sob ataque dos "marqueteiros do livre-mercado" (free-marketeers), as críticas feministas do economicismo, androcentrismo, estatismo e Westfalianismo assumiram uma nova valência. Deixe-me esclarecer esta dinâmica de ''ressignificação" contemplando novamente os quatro focos da crítica feminista.

Antieconomicismo feminista ressignificado.

A ascensão do neoliberalismo coincidiu com uma maior alteração na cultura política das sociedades capitalistas. Neste período, as reivindicações por justiça foram progressivamente expressadas como reivindicações pelo reconhecimento da identidade e da diferença[134]. Com esta mudança "da redistribuição para o reconhecimento" vieram pressões poderosas para transformar a segunda onda do feminismo em uma variante da política de identidade. Uma variante progressista, de fato, mas uma que tendia, contudo, a estender em excesso a crítica da cultura, enquanto subestimava a crítica da economia política. Na prática, a tendência era subordinar as lutas sócio-econômicas a lutas para o reconhecimento, enquanto na academia, a teoria cultural feminista começou a obscurecer a teoria social feminista. O que tinha começado como um corretivo necessário para o economicismo recaiu com o tempo em um culturalismo igualmente unilateral. Assim, em vez de chegar a um paradigma mais amplo, mais rico, que poderia abranger tanto a redistribuição quanto o reconhecimento, as feministas da segunda onda trocaram um paradigma incompleto por outro.

Além disso, o momento não poderia ter sido pior. A volta para o reconhecimento se encaixou muito nitidamente com um neoliberalismo em ascensão que não queria nada mais do que reprimir toda a memória de igualitarismo social. Assim, as feministas tornaram absoluta a crítica da cultura precisamente no momento em que as circunstâncias requeriam atenção redobrada à crítica da economia política. Conforme a crítica se fragmentava, além do mais, a tendência cultural se tornava separada não apenas da tendência econômica, mas também da crítica do capitalismo que as integrara anteriormente. Separada da crítica do capitalismo e disponibilizada para articulações alternativas, estas tendências poderiam ser reduzidas no que Hester Eisenstein chamou de "uma conexão perigosa" com o neoliberalismo (EISENTEIN, 2005).

133 Tomo emprestado o termo "ressignificação" de Butler (1994).

134 Para esta mudança na gramática de reivindicações políticas, ver Fraser (1995).

Antiandrocentrismo feminista ressignificado.

Era só uma questão de tempo, portanto, antes que o neoliberalismo ressignificasse a crítica feminista ao androcentrismo. Para explicar como, proponho adaptar um argumento feito por Luc Boltanski e Ève Chiapello (2005). No seu importante livro, The New Spirit of Capitalism (O novo espírito do capitalismo), eles argumentam que o capitalismo se refaz periodicamente em momentos de ruptura histórica, em parte recuperando as tendências de crítica dirigidas contra ele. Em tais momentos, elementos de crítica anticapitalista são ressignificados para legitimar uma forma nova e emergente de capitalismo, que assim se torna dotada da mais alta significação moral necessária para motivar novas gerações a arcar com o trabalho inerentemente sem sentido de acumulação infinita. Para Boltanski e Chiapello, o novo "espírito" que serviu para legitimar o capitalismo neoliberal flexível de nosso tempo foi adaptado da crítica "artística" da Nova Esquerda ao capitalismo organizado pelo Estado, que denunciou o conformismo cinzento da cultura corporativa. Foi no auge de Maio de 68, afirmam, que os teóricos de gestão neoliberais propuseram um novo capitalismo "conexionista", "de projeto", no qual as hierarquias organizacionais rígidas dariam lugar a equipes horizontais e a redes flexíveis, liberando, assim, a criatividade individual. O resultado foi uma nova narrativa do capitalismo com efeitos no mundo real - uma narrativa que envolveu os impulsos tecnológicos do Silicon Valley e que hoje acha sua mais pura expressão no ethos do Google.

O argumento de Boltanski e Chiapello é original e profundo. Contudo, ao não enxergar as questões de gênero, ele deixa de compreender o caráter completo do espirito do capitalismo neoliberal. De fato, aquele espírito inclui uma narrativa masculinista do indivíduo livre, desimpedido, auto modelado, que eles descrevem apropriadamente. Mas o capitalismo neoliberal tem tanto a ver com Walmart, maquiladoras e microcrédito quanto com o Silicon Valley e o Google. E seus trabalhadores indispensáveis são desproporcionalmente mulheres, não apenas jovens mulheres solteiras, mas também mulheres casadas e mulheres com filhos; não só as mulheres racializadas, mas virtualmente mulheres de todas as nacionalidades e etnias. Como tais, as mulheres despejaram-se em mercados de trabalho ao redor do globo; o efeito foi cortar na raiz de uma vez por todas o ideal do salário familiar do capitalismo organizado pelo Estado. No capitalismo neoliberal "desorganizado", este ideal foi substituído pela norma da família de dois assalariados. Não importa que a realidade que subjaz o novo ideal sejam os níveis salariais decrescidos, diminuição da segurança no emprego, padrões de vida em declínio, um aumento abrupto no número de horas trabalhadas em troca de salários por família, exacerbação do turno dobrado - agora frequentemente um turno triplo ou quádruplo - e um aumento de lares chefiados por mulheres. O capitalismo desorganizado vende gato por lebre[135] ao elaborar uma nova narrativa do avanço feminino e dejustiça de gênero.

Por mais inquietante que possa parecer, estou sugerindo que a segunda onda do feminismo tem involuntariamente fornecido um ingrediente-chave do novo espírito do neoliberalismo.

Nossa crítica do salário familiar agora fornece uma boa parte da narrativa que reveste o capitalismo flexível de um significado mais elevado e de um argumento moral. Dotando as suas lutas diárias de um significado ético, a narrativa feminista atrai as mulheres nos dois extremos do espectro social: em um extremo, os quadros femininos das classes médias profissionais, determinadas a rachar o teto de vidro; no outro extremo, as trabalhadoras temporárias, de trabalho parcial, prestadoras de serviço de baixa remuneração, domésticas, trabalhadoras do sexo, migrantes, trabalhadores de Zonas de Processamento de Ex-

135 N. T. No original, "turns a sow's ear into a silk purse", literalmente, "tenta fazer com que uma orelha de porco vire uma bolsa de seda". A expressão "tentar tirar leite de pedra" também seria um equivalente possível em português, pois a forma original comporta o sentido de impossibilidade de se fazer algo. Contudo, adotamos "vender gato por lebre" para dar conta do sentido do argumento exposto no parágrafo, e ao longo do texto, segundo o qual o novo espírito do capitalismo apresenta um projeto de aumento de autonomia e liberdade, mas assim o faz em um contexto de degradação das condições de trabalho, principalmente para as mulheres. Assim, optamos pelo sentido, também presente na expressão original, de que "se pretende fazer algo bom a partir de algo de baixa qualidade".

portação (EPZ)[136] e aquelas que utilizam microcrédito, buscando não apenas renda e segurança material, mas também dignidade, auto-aperfeiçoamento e liberação em relação à autoridade tradicional. Nos dois extremos, o sonho de emancipação das mulheres está subordinado à máquina de acúmulo capitalista. Assim, a crítica da segunda onda do feminismo ao salário familiar desfrutou de uma continuação perversa. Se foi, em um tempo, peça central de uma análise radical do androcentrismo do capitalismo, serve hoje para intensificar a valorização do trabalho assalariado do capitalismo.

Antiestatismo feminista ressignificado.

O neoliberalismo também ressignificou o antiestatismo do período anterior, tornando-o útil para os esquemas destinados a reduzir a ação estatal tout court. No novo clima, parecia haver um pequeno passo entre a crítica ao paternalismo do Estado de Bem-estar Social da segunda onda do feminismo para a crítica de Thatcher ao Estado protecionista. Certamente, esta foi a experiência nos Estados Unidos, onde as feministas assistiam impotentes como Bill Clinton triangulava as críticas sutis que elas faziam a um sistema de assistência sexista, estigmatizante e precário em um plano para "terminar o bem-estar social como o conhecemos" que aboliu o direito federal a um subsídio para a renda. Nas pós-colônias, enquanto isso, a crítica ao androcentrismo do Estado desenvolvi mentista se transformou em entusiasmo pelas ONGs, que emergiram em todos os lugares para preencher os vazios deixados pelos Estados cada vez mais encolhidos. Certamente, as melhores destas organizações forneceram a populações destituídas de serviços públicos a ajuda material que com urgência necessitavam. Contudo, o efeito era frequentemente despolitizar os grupos locais e distorcer suas agendas em direções favorecidas pelos financiadores do Primeiro-Mundo. Pela sua própria natureza de preencher lacunas, além do mais, a ação das ONGs fez pouco para desafiar a maré em retrocesso da provisão pública ou para construir apoio político para a ação estatal reativa (ALVAREZ, 1999; BARTON, 2004).

A explosão do microcrédito ilustra o dilema. Contrapropondo os valores feministas de empoderamento e participação desde baixo à burocracia indutora de passividade do estatismo hierárquico, os arquitetos destes projetos fizeram uma síntese inovadora de auto-ajuda individual e formação de redes comunitárias, a supervisão por parte das ONGs e os mecanismos de mercado: tudo isso com o objetivo de combater a pobreza das mulheres e a sujeição de gênero. Os resultados até aqui incluem um registro impressionante de devoluções de empréstimo e evidências anedóticas de vidas transformadas. Porém, o que tem sido ocultado no alvoroço feminista que cerca estes projetos é uma coincidência perturbadora: o microcrédito se desenvolveu exatamente quando os Estados abandonaram os esforços macroestruturais para combater a pobreza, esforços que os empréstimos em pequena escala podem sequer substituir (NARAYAN, 2005; EISENSTEIN, 2005). Neste caso também, a crítica feminista do paternalismo burocrático foi recuperada pelo neoliberalismo. A perspectiva que visava originalmente transformar o poder estatal em um veículo de empoderamento dos cidadãos e dajustiça social é agora usada para legitimar a mercantilização e a redução de despesas do Estado.

Feministas contra e a favor do Westfalianismo ressignificado.

Finalmente, o neoliberalismo alterou para melhor e para pior a relação ambivalente da segunda onda do feminismo para com a estrutura Westfaliana. No novo contexto de "globalização", já não mais se diz que o Estado territorial delimitado é o único receptáculo legítimo das obrigações de justiça e das lutas a favor desta. As feministas se uniram aos ambientalistas, aos ativistas de direitos humanos e aos críticos da Organização Mundial de Comércio (OMC) para desafiar essa visão. Mobilizando as intuições pós-Westfalianas que tinham permanecido impraticáveis no capitalismo organizado pelo Estado, elas visavam atingir as injustiças trans-fronteiriças que tinham sido marginalizadas ou negligenciadas na época

136 N. T. Como as trabalhadoras das maquiladoras mexicanas.

anterior. Utilizando novas tecnologias de comunicação para estabelecer redes transnacionais, as feministas foram precursoras em estratégias inovadoras tais como o "efeito bumerangue", que mobiliza a opinião pública global dirigindo a atenção para abusos locais e para envergonhar os Estados que fecham os olhos para eles (KECK & SIKKINK, 1998). O resultado foi uma nova forma promissora de ativismo feminista: transnacional, de múltipla escala, pós-Westfa liana.

No entanto, a virada transnacional trouxe dificuldades também. Frequentemente impedidas no plano estatal, muitas feministas direcionaram suas energias para a arena "internacional", especialmente para uma sucessão de conferências relacionadas com as Nações Unidas, de Nairóbi a Viena até Pequim e assim por diante. Fazendo-se presentes na "sociedade civil global" em que pudessem empreender novos regimes de governança global, elas foram envolvidas em alguns dos problemas que já mencionei. Por exemplo, campanhas para os direitos humanos das mulheres que focalizaram esmagadoramente as questões da violência e da reprodução, subjugaram as questões relacionadas à pobreza. Ratificando a divisão própria da Guerra Fria entre direitos civis e políticos, por um lado, e direitos sociais e econômicos, por outro, estes esforços, também, privilegiaram o reconhecimento sobrearedistribuição. Além disso, estas campanhas intensificaram a "onguização" da política feminista, alargando o vazio entre os profissionais e os grupos locais, enquanto davam voz desproporcional para as elites que falam a língua Inglesa. Dinâmicas análogas têm operado na participação feminista com o aparato político da União Europeia - especialmente dada a ausência de movimentos de mulheres genuinamente transnacionais em toda a Europa. Assim, a crítica feminista do Westfalianismo se mostrou ambivalente na era do neoliberalismo. O que começou como uma tentativa saudável para ampliar o escopo dejustiça além do Estado-nação acabou se encaixando em certos aspectos com as necessidades administrativas de uma nova forma de capitEm geral, então, o destino do feminismo na era neoliberal apresenta um paradoxo. Por um lado, o movimento contracultural relativamente pequeno do período anterior se expandiu exponencialmente, disseminando com sucesso suas ideias pelo mundo. Por outro lado, as ideias feministas se submeteram a uma mudança sutil de validade no contexto alterado. Claramente emancipatórias no período do capitalismo organizado pelo Estado, as críticas ao economicismo, ao androcentrismo, ao estatismo e ao Westfalianismo agora aparecem cheia de ambiguidades, suscetíveis a servir as necessidades de legitimação de uma nova forma de capitalismo. Afinal de contas, este capitalismo preferiria confrontar mais as reivindicações para o reconhecimento e não as reivindicações para a redistribuição, na medida em que constrói um novo regime de acumulação sobre a pedra angular do trabalho assalariado das mulheres, e busca separar os mercados de uma regulamentação social a fim de operar ainda mais livremente em uma escala global.

UM FUTURO EM ABERTO?

Hoje, entretanto, este capitalismo está ele próprio em uma encruzilhada crítica. Certamente, a crise financeira global e a resposta decididamente pós- neoliberal por parte dos principais Estados - todos keynesianos agora - marcam o começo do fim do neoliberalismo como um regime econômico. A eleição de Barack Obama pode sinalizar o repúdio decisivo, inclusive "nas entranhas do monstro", do neoliberalismo como um projeto político. Podemos estar vendo as primeiras agitações de uma nova onda de mobilização destinada a articular uma alternativa. Talvez, consequentemente, nós estejamos à beira de outra "grande transformação", tão volumosa e profunda quanto a que há pouco descrevi.

Nesse caso, então, a forma da sociedade sucessora será objeto de intensa contestação no próximo período. E o feminismo destacar-se-á com importância em tal contestação, em dois níveis diferentes: o primeiro, como movimento social cujas propriedades eu delineei aqui, que procurará garantir que o regime sucessor institucionalize um compromisso em relação à justiça de gênero. Mas também, em segundo lugar, como uma construção discursiva geral que as feministas no primeiro sentido não possuem mais ejá não controlam - um significante vazio do bem (semelhante, talvez, à "democracia") que pode e será invocada para legitimar uma variedade de diferentes cenários, nem todos os quais promotores dejustiça de

gênero. Fruto do feminismo no primeiro sentido, o de movimento social, este segundo sentido discursivo do "feminismo" se tornou traiçoeiro. Como o discurso se toma independente do movimento, ele é progressivamente confrontado com uma estranha versão sombria de si mesma, um cópia sinistra que nem se pode simplesmente abraçar, nem negar completamente[137].

Neste artigo, tracei a dança desconcertante destes dois feminismos na mudança do capitalismo organizado pelo Estado para o neoliberalismo. O que devemos concluir disto? Certamente, não que a segunda onda do feminismo fracassou simpliciter, nem que se deve culpar pelo triunfo do neoliberalismo. Certamente, não se trata de os ideais feministas serem inerentemente problemáticos; nem que eles sempre já estejam condenados a ser ressignificados para os propósitos capitalistas. Concluo, pelo contrário, que nós, para quem o feminismo é acima de tudo um movimento para ajustiça de gênero, precisamos ampliar nossa consciência histórica na medida em que operamos em um terreno que também está povoado pela nossa estranha cópia.

Para este fim, permitam-nos voltar à pergunta: o que explica, se é que se pode explicar, nosso "vínculo perigoso" com o neoliberalismo? Somos as vítimas de uma coincidência infeliz, e aconteceu de estarmos no lugar errado no momento errado e assim caímos como presas do mais sedutor dos oportunistas, um capitalismo tão indiscriminado que instrumentalizaria qualquer perspectiva que seja até mesmo uma inerentemente estranha a ele? Ou, como sugeri anteriormente, há alguma afinidade eletiva e subterrânea entre o feminismo e o neoliberalismo?

Se tal afinidade existe de fato, ela se encontra na crítica da autoridade tradicional[138]. Tal autoridade é um alvo do ativismo feminista existente há muito tempo, que buscou, pelo menos desde Mary Wollstonecraft, emancipar as mulheres da sujeição personalizada aos homens, sejam eles os pais, irmãos, padres, anciões ou maridos. Mas a autoridade tradicional também aparece em alguns períodos como um obstáculo à expansão capitalista, parte do conteúdo social circundante em que os mercados historicamente foram incorporados e que serviu para delimitar a racionalidade econômica dentro de uma esfera limitada[139]. No momento atual, estas duas críticas à autoridade tradicional, a feminista e a outra neoliberal, parecem convergir.

Onde o feminismo e neoliberalismo divergem, em contraste, é sobre as formas pós-tradicionais de subordinação de gênero - coações na vida das mulheres que não adotam a forma de sujeição personalizada, mas surgem de processos estruturais ou sistêmicos nos quais as ações de muitas pessoas são mediadas de forma abstrata ou impessoal. Um caso paradigmático é o que Susan Okin caracterizou como "um ciclo de vulnerabilidade claramente assimétrica e socialmente provocada pelo casamento". Em que a responsabilidade tradicional das mulheres para o processo de criar e educar os filhos ajuda a moldar os mercados de trabalho que as desfavorecem, resultando em poder desigual no mercado econômico, o que, por sua vez, reforça e exacerba o poder desigual na família. (OKIN, 1989, p. 138). Tais processos de subordinação mediados pelo mercado são a própria essência do capitalismo neoliberal. Hoje, consequentemente, eles devem se tornar no foco principal da crítica feminista, conforme buscamos nos distinguir do neoliberalismo e evitar a ressignificação feita por ele. O objetivo, certamente, não é largar a luta contra a autoridade masculina tradicional, a qual permanece um momento necessário da crítica feminista. É, pelo contrário, romper a passagem fácil de tal crítica para seu duplo neoliberal sobretudo reconectando as lutas contra a sujeição personalizada à crítica a um sistema capitalista, o qual, ainda que prometa liberação, de fato substitui um modo de dominação por outro. Na esperança de adiantar esta agenda, gostaria de

137 Esta fórmula de "feminismo e suas cópias" poderia ser elaborada em bom termo a respeito da eleição Presidencial Americana de 2008, onde as sinistras cópias incluíam tanto Hillary Clinton como Sarah Palin.

138 Devo este ponto a Eli Zaretsky (comunicação pessoai). Cf. Eisenstein (2005).

139 Em alguns períodos, mas nem sempre. Em muitos contextos, o capitalismo está mais inclinado a se adaptar do que a desafiar autoridade tradicional. Sobre a criação dos mercados, veja Polanyi (2001).

concluir revisitando uma última vez meus quatro focos da crítica feminista.

Antieconomicismo pós-neoliberal.

O possível abandono do neoliberalismo oferece a oportunidade de reativar a promessa emancipatória da segunda onda do feminismo. Adotando uma anál ise plenamente tridimensional de injustiça, poderíamos agora integrar de um modo mais equilibrado as dimensões de redistribuição, reconhecimento e representação que se fragmentaram no período anterior. Fundamentando esses aspectos indispensáveis da crítica feminista em um sentido robusto e atualizado da totalidade social, devemos reconectar a crítica feminista à crítica do capitalismo - e assim re-posicionar o feminismo diretamente na Esquerda.

Antiandrocentrismo pós-neoliberal.

Da mesma forma, a possível mudança para uma sociedade pós-neoliberal oferece a chance de romper a ligação espúria entre nossa crítica do salário familiar e o capitalismo flexível. Reivindicando nossa crítica ao androcentrismo, as feministas poderiam militar por uma forma de vida que descentralize o trabalho assalariado e valorize as atividades desmercantilizadas, como o trabalho de cuidar. Agora executadas amplamente por mulheres, tais atividades devem se tornar componentes valiosos de uma vida boa para todos.

Antiestatismo pós-neoliberal.

A crise do neoliberalismo também oferece a chance de romper a ligação entre nossa crítica ao estatismo e à mercadorização. Reivindicando o manto da democracia participativa, as feministas poderiam agora militar por uma nova organização de poder político, que subordine o gerencialismo burocrático pelo aumento do poder dos cidadãos. Porém, o objetivo não é dissipar, mas fortalecer o poder público. Assim, a democracia participativa que buscamos hoje é uma que usa a política para domesticar os mercados e guiar a sociedade no interesse dajustiça.

Anti Westfalianismo pós-neoliberal.

Finalmente, a crise do neoliberalismo oferece a chance de solucionar, de um modo produtivo, nossa ambivalência há muito existente sobre a estrutura Westfaliana. Dado o alcance transnacional do capital, as capacidades públicas necessárias hoje não podem ser alojadas exclusivamente no Estado territorial. Aqui, consequentemente, a tarefa é romper a identificação exclusiva da democracia com a comunidade política delimitada. Juntando outras forças progressistas, as feministas poderiam militar por uma nova ordem política pós-Westfaliana - uma ordem escalar múltipla que é democrática em todos os níveis. Combinando subsidiariedade com participação, a nova constelação de poderes democráticos deve ser capaz de retificar as injustiças em todas as dimensões, ao longo de todos os eixos e em todas as escalas, incluindo injustiças trans-fronteiriças. Estou sugerindo, então, que este é um momento em que as feministas devem pensar grande. Tendo observado como o violento ataque neoliberal instrumentalizou nossas melhores ideias, temos uma abertura agora para reivindicá-las. Agarrando este momento, poderíamos simplesmente dobrar o arco da transformação iminente na direção dajustiça - e não apenas no que diz respeito a gênero.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sônia. Advocating feminism: the Latin American Feminist NGO "Boom". International Feminist Journal of Politics, Santa Cruz, vol. 1, n. 2,1999.

BARTON, Carol. Global women's movements at a crossroads. Socialism and Democracy, Nova lorque, vol. 18, n. 1,2004.

BOLTANSKI, Luc & CHIAPELLO, Eve. The new spirit of capitalism. Londres, Nova lorque: Verso, 2005 [O novo espírito do capitalismo. São Paulo: Martins Fontes, 2009].

BUTLER, Judith. Continget Fundations. In: BENHABIB, Seyla et alii. Feminist contentios: a philosophical exchange. Londres: Routledge, 1994. [Fundamentos Contingentes: o feminismo e a questão do "pós-modernismo". Cadernos Pagu, Campinas, n. 11,1998].

EISENSTEIN, Hester. A dangerous liaison? Feminism and corporate globalization. Science and Society, Nova lorque, vol. 69, n. 3,2005.

FRASER, Nancy. Reframmingjustice in a globalization world. New Left Review, Londres, n. 36, nov.-dez. 2005.

. From Redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a "post-socialist" age. New Left Review, Londres, n. 1/212, jul.-ago. 1995. [Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas na justiça na era pós--socia lista. In: SOUZA, Jessé (org.). Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora da UnB, 2001].

KECK, Margaret & SIKKINK, Kathryn. Activists beyond borders: advocacy networks in International Politics. Ithaca, Nova lorque: Cornell University, 1998.

OKIN, Susan. Justice, gender and the family. Nova lorque: Basic Books, 1989.

POLLOCK, Friedrich. State Capitalism: its possibilities and limitations. In: ARATO, Andrew & GEBHARDT, Eike (eds.). The essential Frankfurt School reader. Nova lorque: Countinuum, 1982, p. 71-94.

NARAYAN, Uma. Informal sector work, microcredit and third world women's "empowerment": a critical perspective'. Paper apresentado no XXII World Congress of Philosophy of Law and Social Philosophy, Granada, maio, 2005.

POLANYI, Karl. The great transformation: the political and economic origins of our time. Boston: Beacon, 2001. [A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.]

GÊNERO, PATRIARCADO, VIOLÊNCIA

Heleieth I. B Saffioti,
Editora Fundação Perseu Abramo, Brasil Urgente, 1ª edição 2004, SP

1. A realidade nua e crua

Sempre que se faz uma pesquisa com a finalidade de se verificar quais são as maiores preocupações dos brasileiros, aparecem, infalivelmente, o desemprego e a violência. Já não se trata de preocupações tão-somente dos habitantes dos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, isolados até há alguns anos, mas de praticamente todas as capitais de estados e do Distrito Federal. Pior que isto, estes dois flagelos tomaram conta das cidades de porte médio e até de pequenos municípios. O crime organizado, expressão máxima da violência, era restrito ao Rio de Janeiro. Há aproximadamente duas décadas, São Paulo passou a rivalizar com o Rio de Janeiro, nesta terrível atividade. Hoje, este fenômeno está generalizado.

De um lado, o crime organizado vive nababesca e tranquilamente nas entranhas do Estado, quer federal, estaduais ou municipais. Este fenômeno lesa o povo brasileiro, já tão sacrificado pelo decréscimo real, e até mesmo nominal, de seus rendimentos, em virtude de demissões de funcionários, sucedidos por novos, recebendo salários mais baixos. Tal fato do turn over ou rotatividade da força de trabalho, antes provocado pelos empregados, em busca de empresas dispostas a remunerá-los com certa generosidade, introduzindo fatores de humanização no ambiente de trabalho, hoje se produz em consequência da necessidade de menor dispêndio com salários de. trabalhadores, a fim de aprofundar o processo de exploração-dominação e, desta maneira, tornar mais rentáveis seus empreendimentos.

Tomando-se apenas o ano de 2003, aqueles que vivem de salários sofreram uma perda real de cerca de 15% em seus rendimentos, ou seja, em seu poder aquisitivo. Este fato, num contexto de altas taxas de desemprego, que ultrapassa 20% da PEA (população economicamente ativa) do município de São Paulo,

outrora a Meca dos habitantes de outras regiões, assume proporções insustentáveis. Se, de um lado, a taxa de desemprego é alta, de outro, um número decrescente de trabalhadores, com poder aquisitivo em queda, deve produzir o suficiente para sustentar aqueles que nem sequer no setor informal de trabalho conseguiram inserir-se. A rede familiar de solidariedade desempenha importante papel, evitando que cresçam, numa medida ainda mais cruel, os contingentes humanos sem teto, sem emprego, sem rendimento, isto é, em franco processo de desfiliação (CASTEL, 1995).

Grosso modo e ligeiramente, a desfiliação consiste numa série de fatos sucessivos: desemprego, impossibilidade de pagar o aluguel, perda da moradia e, portanto, do endereço, perda dos colegas e dos amigos, esfacelamento da família, cortes crescentes dos laços sociais, cortes estes responsáveis pelo isolamento do cidadão. Enfim, de perda em perda, o desfiliado encontra-se no não- lugar, talvez no vazio mais doloroso para um ser humano, que, como já dizia Aristóteles no iv século a.C., é um ser político[140].

No Brasil, contingentes humanos nestas circunstâncias foram denominados inempregáveís pelo presidente sociólogo. Este ignominioso apelido revela uma faceta da pedra angular do liberalismo ou neoliberalismp. Quando o trabalhador experimentou o desemprego de longa duração, tendo buscado, às vezes durante anos, nova colocação e, em vez dela, encontrado o isolamento, a solidão, o não-lugar, a responsabilidade deste fracasso é-lhe imputada pelo governante de plantão, que soube ser submisso, sobretudo ao Império, mas não soube transformar a posição de seu próprio país numa inserção soberana no cenário internacional, tarefa que o presidente metalúrgico realizou, em grande parte e com extraordinária habilidade diplomática, em apenas um ano de governo.

É público e notório que este processo é cotidiano e infinito, pensando-se o poder não como um objeto do qual se possa realizar uma definitiva apropriação, mas como algo que flui, que circula nas e pelas relações sociais (FOUCAULT , 1981). Esta instabilidade do poder, ou melhor, esta rotatividade dos poderosos não ocorre apenas na micropolítica, mas também na macropolítica. A malha fina e a malha grossa não são instâncias isoladas, interpenetrando-se mutuamente, uma se nutrindo da outra. Não há um plano ou nível micro e um plano ou nível macro, linguagem utilizada por certos autores (GUATTARI, 1981; GUATTARI e ROLNIK, 1986; FOUCAULT[141], 1981; 1997), não obstante a relevância de sua contribuição teórica.

Trata-se de microprocessos, assim como de macroprocessos, operando nas malhas fina e grossa, "uma sendo o avesso da outra, não níveis distintos" (SAFFIOTI, 1999, p. 86).

Como o poder vincula-se, com frequência e estreitamente, a riquezas, talvez seja interessante fazer uma breve incursão pelo terreno econômico. Vive-se uma fase ímpar de hegemonia do capital financeiro, parasitário, porque nada cria. Esta é, certamente, a maior e mais importante fonte da instabilidade social no mundo globalizado. A concentração mundial de riquezas atingiu tão alto grau, que gerou um perigo político a temer-se. Fruto de fusões de empresas e outros mecanismos que também corroboram na realização de uma determinação inerente ao capitalismo: a acumulação de bens em poucas mãos e a farta distribuição da miséria para muitos, nestas abissais desigualdades morando o inimigo, ou seja, a contradição fundante deste modo de produção, ao qual são inerentes a injustiça e a iniquidade. Sem a concretização desta verdadeira lei, acumulação e miséria, o capitalismo não se sustentaria, ou melhor, nem seria capi-

140 Palavra derivada de pólis, isto é, cidade em grego. A mais correta tradução de pólis, no contexto em que escreveu 0 filósofo, é gregarismo.

141 "O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. [...] O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são 0 alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. [...] Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder. Ou seja, o indivíduo não é 0 outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através [sic] do indivíduo que ele constituiu" (1981, p. 183-4).

talismo. Exatamente em virtude disto, o capitalismo está sujeito a crises de prosperidade e de recessão, chegando à depressão, cujo exemplo máximo, até o momento, foi a crise de 1929. O famoso crash da Bolsa de Nova Iorque transformou em pobres contingentes humanos riquíssimos, do dia para a noite, repercutindo este desastre em todas as áreas da produção e, por conseguinte, desorganizando a economia nor- te-americana e outras dela dependentes. O poder descreveu trajetória semelhante. Hoje, tem-se uma economia-mundo, com a produção de mercadorias, envolvendo, inclusive em termos de espaço geográfico, vários países. Vale dizer que, atualmente, o mundo está organizado em redes de informação, de produção, de troca etc., exceto qualquer rede de solidariedade a não ser esporádica e eventual, disto derivando, em caso de um crash de qualquer Bolsa importante, um verdadeiro desastre em termos globais. Com o predomínio quase absoluto do capital financeiro, no momento presente, não se está imune a um novo crash, capaz de levar de roldão países ditos de primeiro mundo, assirncomo os agora denominados emergentes, para não falar nos pobres, cuja miséria se aprofundaria. Disto talvez decorresse uma nova organização mundial, incluindo-se mudanças do lugar ocupado por cada nação no cenário internacional. h

Nas décadas de 1950-1960, o Brasil, como também outras nações no mesmo estágio de desenvolvimento, recebiam o nome de subdesenvolvidas. Na década de 1970, passaram a chamar-se países em via de desenvolvimento e, a partir dos anos 1980, tornaram-se emergentes. Os nomes têm sofrido variações, mas a distância econômico-social entre o núcleo orgânico, a semiperiferia e a periferia ou continua a mesma ou aumenta (ARRIGIII, 1997). Mutatis mutandis, embora a globalização tenha gerado novos processos e produtos, que não podem ser ignorados, a lógica da dominação-exploração entre países e entre classes sociais, nos limites de cada nação, continua a mesma. Todavia, não se fala mais em imperialismo. Este termo só é utilizado pelos alcunhados, com desprezo, de dinossauros. Mas, como diriam os franceses: Plus ça change, plus c'est la même chose, isto é, quanto mais muda mais é a mesma coisa.

As chamadas drogas pesadas, sem dúvida, desempenham importante papel no crescimento da violência conhecida como violência urbana, no Brasil. Cidades de porte médio, e também maiores e menores que estas, nas quais qualquer crime seria de clamor público, dada sua raridade, competem com os grandes centros urbanos em matéria de violência. Ribeirão Preto (SP) ilustra muito bem esta situação: de cidade pacata, tornou-se extremamente violenta, tendo o crime organizado do narcotráfico invadido o meio rural. Rota dos aviões que transportam drogas especialmente da Colômbia e da Bolívia, mas também do Peru, os fardos de drogas são atirados nos canaviais. Trabalhadores rurais de baixíssimos salários recolhem tais fardos para distribuição. Como os adultos precisam trabalhar na cana, as crianças são transformadas em "aviões". Obviamente, não apenas suprem a demanda urbana por este produto, como também passam a consumi-la, Assim, o trabalhador do campo tem sua vida cotidiana invadida por uma atividade mercantil fora da lei e por um vício, ambos destruidores de seus valores culturais, desorganizando, desta sorte, até suas famílias. Que não se pense que tais trabalhadores são camponeses. Quem trabalha na cana tornou-se, há muito tempo e necessariamente, assalariado. Pior que isto., o que lhe sobrou foi ser um--assalariado sazonal. Nos meses do corte da cana, os trabalhadores locais são insuficientes para atender à demanda de força de trabalho, chegando estas plantações a absorver trabalhadores do Vale do Jequitinhonha mineiro, que para lá migram todos os anos, deixando as mulheres para cuidar do roçado, isto é, da pequena gleba na qual se plantam alimentos. Estes movimentos migratórios ocorrem todos os anos. Nem todos os trabalhadores, entretanto, voltam para o Vale, a fim de se juntar aos demais membros de suas famílias. Muitos permanecem na periferia da cidade, constituem novas famílias, trabalham regularmente no período do corte da cana, vivendo de pequenos "bicos" durante o restante do ano. Na ausência de pesquisa, não se sabe quantos deles continuam traficando drogas e/ou adquiriram o hábito de consumi-las. As fronteiras, já muito tênues, entre o urbano e o rural deixaram de existir. A comercialização das drogas também se globalizou, disseminando-se por todo o território nacional. Mais do que isto, tomou conta do planeta. E, comprovadamente, ela produz alterações do estado de consciência, capazes de comprometer, de modo negativo, o código de ética dos que se dedicavam apenas ao trabalho lícito como ganha-pão.

A isto se deve acrescentar as drogas lícitas, como álcool e tabaco. Há uma inegável permissividade social com relação ao uso destes produtos. Há, mesmo, incentivo a que os jovens os consumam, já que sua publicidade sempre os associa a força, coragem, charme. Só muito recentemente, a sociedade brasileira tomou consciência da gravidade do consumo de massa, que atinge faixas etárias cada vez mais baixas, dos produtos em pauta, tendo começado a alertar a população para as enfermidades que seu consumo provoca. Caberia chamar a atenção dos brasileiros também para a alteração do estado de consciência, no sentido de que o uso constante do álcool, por exemplo, não somente pode provocar acidentes de trânsito como, igualmente, violência contra outrem.

Os estudiosos da violência urbana não encontram correlação positiva entre desemprego e violência. Se, porventura, já a encontraram no contexto de altas taxas de desemprego de longa duração, não se tem conhecimento disto. Para os estudiosos da violência de gênero, da violência contra mulheres, da violência doméstica e da violência intrafamiliar, esta associação é clara, havendo relatos de funcionárias de albergues para mulheres vítimas de violência e seus filhos que demonstram, com números, tal correlação.

O conceito de violência

Antes de dar prosseguimento à análise, cabe discutir o conceito de violência. Os habitantes do Brasil, e até estrangeiros que aqui vêm fazer turismo, saberiam muito bem definir violência, pois ou foram diretamente atingidos por alguma modalidade dela ou têm, em suas famílias e/ou em seu círculo de amizades, algum caso a relatar. Os sequestros são frequentes, como também o são homicídios, latrocínios, ameaças de morte, roubos, sendo a diferença entre furto e roubo a componente violência, contida neste último, enquanto no furto há somente a subtração de dinheiro e/ou outros objetos. As pessoas habituaram-se tanto com atos violentos que, quando alguém é assaltado e tem seu dinheiro e seus documentos furtados, dá-se graças a Deus pelo fato de a cidadã ou o cidadão ter saído ilesa(o) da ocorrência. Assim, o entendimento popular da violência apóia-se num conceito, durante muito tempo, e ainda hoje, aceito como o verdadeiro e o único. Trata-se da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral. Observa-se que apenas a psíquica e a moral situam-se fora do palpável. Ainda assim, caso a violência psíquica enlouqueça a vítima, como pode ocorrer - e ocorre com certa frequência, como resultado da prática da tortura por razões de ordem política ou de cárcere privado, isolando-se a vítima de qualquer comunicação via rádio ou televisão e de qualquer contato humano -, ela torna-se palpável. Como o ser humano é gregário, os efeitos do isolamento podem ser trágicos. Mesmo não se tratando de efeitos tangíveis, são passíveis de mensuração. Há escalas psiquiátricas e psicológicas destinadas a medir as probabilidades de vir a vítima a cometer suicídio, a praticar atos violentos contra outrem, considerando-se, aqui, até mesmo animais assassinados com crueldade.

A vítima de abusos físicos, psicológicos, morais e/ou sexuais é vista por cientistas como indivíduo com mais probabilidades de maltratar, sodomizar outros, enfim, de reproduzir, contra outros, as violências sofridas, do mesmo modo como se mostrar mais vulnerável às investidas sexuais ou violência física ou psíquica de outrem. Em pesquisa realizada em quase todas as capitais de estados, no Distrito Federal e em mais 20 cidades do estado de São Paulo, esta hipótese não foi provada. Nesta investigação sobre violência doméstica (SAFFIOTI, inédito), nenhuma informante, que fora vítima de abuso sexual de qualquer espécie, revelou tendência, seja de fazer outras vítimas, seja de maior vulnerabilidade a tentativas de abuso contra si mesma. Não se defende a postura de que abusos sexuais sejam inócuos, não provocando traumas de difícil cura. Ao contrário, em outra pesquisa, esta sobre abuso incestuoso, não se encontrou nenhuma vítima resiliente (SAFFIOTI, 1992). A resiliência constitui fenômeno muito raro. São resilientes pessoas capazes de viver terríveis dramas, sem, contudo, apresentarem um só indício de traumas, sendo, portanto, consideradas, por meio da aplicação de testes e da observação de sua conduta, absolutamente normais. Na mencionada pesquisa, assim como na vastíssima literatura especializada internacional, o

abuso sexual, sobretudo incestuoso, deixa feridas na alma, que sangram, no início sem cessar, e, posteriormente, sempre que uma situação ou um fato lembre o abuso sofrido. A magnitude do trauma não guardé proporcionalidade com relação ao abuso sofrido. Feridas do corpo podem ser tratadas com êxito num grande número d£ casos. Feridas da alma podem, igualmente, ser tratadas. Todavia, as probabilidades de sucesso, em termos de cura, são muito reduzidas e, em grande parte dos casos, não se obtém nenhum êxito.

Dominaram o século XX dois pensamentos: o de Marx e o de Freud. Ambos, cada um a seu modo e em seu campo, questionaram agressivamente as sociedades em que viveram. Produziram idéias e análises, por conseguinte, subversivas, legando ambos às gerações posteriores patrimônios culturais até hoje valorizados. No caso de Freud, porém, uma parte desta herança tem produzido resultados extremamente deletérios às vítimas de abuso sexual, em especial do abuso incestuoso. Para Freud, e hoje para muitos de seus seguidores, os relatos das mulheres, que frequentavam seu consultório, sobre abusos sexuais contra elas perpetrados por seus pais eram fantasias derivadas do desejo de serem possuídas por eles, destronando, assim, suas mães. Na pesquisa realizada entre 1988 e 1992 (SAFFIOTI, 1992), não se encontrou um só caso de fantasia. A criança pode, e o faz, enfeitar o sucedido, mas sua base é real, isto é, foi, de fato, molestada por seu pai. Contudo, o escrito de Freud transformou-se em bíblia e a criança perdeu credibilidade. Trata-se, em sua maioria esmagadora, de mulheres, que representam cerca de 90% do universo de vítimas. Logo, os homens comparecem como vítimas em apenas 10% do total. De outra parte, as mulheres agressoras sexuais estão entre 1% e 3%, enquanto a presença masculina está entre 97% e 99%. Na pesquisa sobre abuso incestuoso, já referida, não se encontrou nenhum garoto como vítima. Por via de consequência, tampouco havia mulheres na condição de perpetradoras de abuso sexual. É preciso, contudo, pensar que pais vitimizam não apenas suas próprias filhas, como também seus filhos. Num país tão machista quanto o Brasil, este é um segredo muito bem guardado. Se a vizinhança souber, dirá que o destino da- quele garoto está selado: será homossexual, na medida em que foi penetrado, fenômeno específico de mulher. Se o dado internacional é de 10% de meninos sexualmente vitimizados, pode-se concluir que, aqui, o fato ocorre, pelo menos, nesta proporção. o machismo, numa de suas facetas altamente negativas para os homens - e há muitas oculta estas ocorrências, em vez de fazer face a elas e implementar políticas que visem, no mínimo, a sua drástica redução. Retomando resultados da investigação mencionada, todos os agressores sexuais eram homens e, entre eles, 71,5% eram os próprios pais biológicos, vindo os padrastos em segundo lugar e bem distantes dos primeiros, ou seja, representando 11,1% do universo de agressores. Em pequenos percentuais, compareceram avós, tios, primos.

Como a pesquisa foi concluída em 1992, era pertinente levantar a hipótese de estes dados já não corresponderem à realidade atual. A pertinência da hipótese reside na mudança da composição das famílias. Dada a facilidade com que se desfazem as uniões conjugais - legais ou consensuais - e a mesma facilidade com que cada membro do casal reconstitui sua vida amorosa com outras pessoas, as famílias com padrastos (e madrastas) aumentaram em números absolutos e relativos. Nada mais justo, portanto, do que suspeitar que houvesse crescido o percentual de padrastos no universo do abuso incestuoso. Mais uma vez, os dados obtidos de casas-abrigo para vítimas de violência confirmaram os obtidos na investigação realizada entre 1988 e 1992. 0 pai continua a ser o grande vilão, devorando sua própria prole, constituindo este fato uma agravante tanto penal quanto psicológica.

O tabu do incesto

O pai biológico é o adulto masculino no qual a criança (menor de 18 anos) mais confia. Este fato responde pela magnitude e pela profundidade do trauma. Nas camadas mais bem aquinhoadas, social e economicamente falando, o abuso obe- dece à receita da sedução: maior atenção para aquela filha, mais presentes, mais passeios, mais viagens etc. As técnicas são bastante sofisticadas, avançando lentamente nas carícias, que passam da ternura à ,lascívia. Muitas vezes e dependendo da idade da criança, esta nem

sabe discernir entre um e outro tipo de carícia, sendo incapaz de localizar o momento da mudança. Como a sexualidade da mulher é difusa por todo o corpo e a sexualidade infantil não é genitalizada, as carícias percorrem toda a superfície de seu corpo, proporcionando prazer à vítima. Posteriormente, recorrendo o adulto a pomadas especiais, dilata o ânus e o reto da filha (ou filho), a fim de preparar o caminho da penetração anal, pois a oral já ocorrera e também esta provocara prazer na menina. A prática da cunnilingus é relatada pelas meninas como muito prazerosa. Nem todas apreciam o fellatio. Acaba, no entanto, sendo uma unanimidade entre as vítimas, uma vez que obedece à lei da reciprocidade.

Depois de todos estes passos, que integram a iniciação da criança na sexualidade do adulto, vem a penetração vaginal. Alguns homens, assim que a menina tem sua menarca, ou primeira menstruação, controlam seu ciclo menstruai, só mantendo relações sexuais com ela nos períodos estéreis. Outros preferem administrar às filhas o anticoncepcional oral, cuidando para que elas o tomem todos os dias. Não se encontrou nenhum caso de gravidez de meninas pertencentes às classes médias altas, nas quais é comum o pai ter educação superior. Nas camadas social e economicamente desfavorecidas, o processo é rápido e brutal. O pai coloca um revólver, na mais fina das hipóteses, ou uma faca de cozinha junto à cama ou sobre ela, joga a menina sobre o leito, rasga-lhe as roupas e a estupra, ameaçando-a de morte, se gritar, ou ameaçando matar toda sua família, se abrir a boca para contar o sucedido a alguém. Não se pode negar que o pai instruído procede à iniciação sexual de sua filha de forma delicada, sem violência física ou ameaças neste sentido. Simplesmente, pede à menina para não contar a ninguém, especialmente a sua mãe, "justificando" que esta sentiria ciúme, daí podendo derivar sérios conflitos. No caso do pai pobre e de baixa escolaridade, vai-se diretamente ao ato sexual, sem prolegómenos de nenhuma espécie: não há carícias, não há um avançar paulatino. Por estas razões, é brutal. Todavia, as consequências, para a vítima, são certamente opostas às esperadas pelo leitor.

Este poderia, acredita-se, imaginar uma associação positiva entre a brutalidade do pai na abordagem da menina ou menino das camadas sociais menos favorecidas e a profundidade do trauma causado em sua filha pelo estupro ou pela penetração anal, no caso do garoto. Um caso de abuso incestuoso, numa família pobre, mas não miserável, revelou que o marido de uma senhora, tendo esta levado para seu segundo casamento duas filhas de uma união anterior, foi capaz de estuprar, em ordem cronológica, a enteada mais velha, a enteada mais jovem, a própria filha. Em seguida, chegou a vez dos filhos. Fez penetração oral e anal no mais velho, no que sucedeu a este na ordem dos nascimentos, e, finalmente, no mais novo, que apresentava retardo mental, ou seja, agravante penal. Além de cunnilingus, fellatio, penetração anal e estupro, não se encontrou nenhum outro tipo de abuso nas camadas desfavorecidas. Em razão da sexualidade ser exercida de diferentes maneiras, segundo o momento histórico (a pederastia na antiga Atenas não era o mesmo que o homossexualismo de hoje), o tipo de sociedade, a classe social, a etnia, pode-se esperar que a abordagem "amorosa" no abuso sexual perpetrado pelo homem rude e sem instrução seja igualmente rude. E, de fato, é isto que ocorre. Entretanto, e felizmente, porque a pobreza atinge a maioria dos habitantes, esta "brutalidade" não produz traumas a ela proporcionais. Se assim não fora, haveria mais um item negativo a ser incluído na chamada cultura do pobre.

A menina pobre, sozinha em casa com seu pai, não tem a quem apelar. A presença da arma branca ou de fogo reitera permanentemente as ameaças verbais. Ela não tem escapatória. Entrar em luta corporal com seu pai só pioraria as coisas. Primeiro, não podendo medir forças com um homem adulto, poderia sair muito ferida daquela;. situação. Segundo, e em última instância, poderia perder a vida nesta brincadeira de mau gosto. A rigor, não havia saída. Se não havia escapatória, ela é, indubitavelmente, vítin|a e como tal se concebe e define. Logo, não há razões para sentir-se culpada. As mulheres são treinadas para sentir culpa. Ainda que não haja razões aparentes para se culpabilizarem, culpabilizam-se, pois vivem numa civilização da culpa, para usar a linguagem de Ruth Benedict (1988). No caso aqui narrado, porém, talvez a menina ainda não houvesse introjetado a "necessidade" cristã de se culpabilizar. Ademais, salvou sua família da morte. Desta sorte, esta menina não se vê como culpada; vê-se como vítima. Entre

as 63 vítimas estudadas, nenhuma delas, nas condições da descrita, se culpabilizou. Dadas as condições do estupro, 11 delas tiveram filhos dos próprios pais. Não é raro ouvir destes pais: "Dona, eu pus esta menina no mundo, eu criei ela, ela é minha. A senhora acha que vou entregar ela a qualquer um? Não, ela é minha. Só não sei como registrar a criança. Registra como filho ou como neto?". Das mães, mas sem unanimidade, ouve-se: "Dona, se eu posso aguentar, por que ela não pode me ajudar a carregar este fardo?". Esta resposta vem de mulheres socializadas para "sofrer" a relação sexual, destinada à procriação, não para dela desfrutar, não para dela extrair prazer, independentemente de ela resultar numa gravidez. Pensando deste modo, não se lastima por não haver sido capaz de proteger a filha das investidas sexuais de seu próprio pai. Mais do que isto, a relação sexual é, para ela, um fardo tão pesado, que necessita do auxílio da filha para carregá-lo vida afora. Outras mães tentam culpabilizar as filhas, pois, a seu ver, as meninas seduziram seus pais. Pode, portanto - e isto foi encontrado -, surgir o conflito entre mãe e filha; até mesmo a ruptura da relação. Todavia, a menina não se vê como culpada. Afinal, não foi ela que salvou toda sua família? Só se encontrou um caso de rejeição da criança por parte de sua jovem mãe. Em todos os demais, elas adoravam os filhos que tiveram como fruto de estupro incestuoso.

Houve uma que até fez o chá-de-bebê, quando estava no sétimo mês de gravidez. Elas recusaram ofertas de aborto. Não havia, naquela ocasião, hospitais que realizassem os chamados abortos legais. Legais, porque estavam previstos como atos não-criminosos, como continuam, aliás, no Código Penal em vigor, de 1940. Apenas sua parte geral sofreu alterações, a específica, não. Isto equivale a dizer que não houve nenhuma mudança nos tipos penais. Afirmou-se, anteriormente, que nas camadas sociais subprivilegiadas encontram-se cunnilingus, fellatio, penetração anal e estupro. Eventualmente, um pai màis "sensível" pode fazer certas carícias. A possibilidade está aberta, embora não se tenha nenhum caso para expor. A menção dos quatro atos sexualmente abusivos foi necessária em virtude de o Código Penal referir-se à relação sexual ocorrida no estupro com a expressão "conjunção carnal", comum na época para designar penetração vaginal. Assim, é errôneo dizer-se que Pixote (quem não se lembra do filme?) foi estuprado. Como homens não têm vagina, as únicas penetrações que podem sofrer são a oral e a anal. Algumas feministas elaboraram uma proposta de reforma da parte específica do Código Penal, ampliando o conceito de estupro, que passaria a incluir os três tipos de penetração: oral, anal e vaginal[142].

Retomando-se a comparação do abuso incestuoso entre pobres e entre ricos, para simplificar, há que dizer que, de outro lado, está a menina mimada, acariciada, pensando estar o pai apaixonado por ela e já não amando sua esposa. Vê sua mãe como sua competidora, sua rival, diante da qual ela, bem jovem, leva vantagens: sua beleza fresca é de lolita, sua pele não tem rugas e, portanto, é acetinada. fría medida em que sua mãe é considerada rival, não pode se inteirar dos fatos, que, em casos semelhantes a este, duram de sete a oito anos, podendo ir mais longe. Esta criança foi, cautelosa e gradativamente, introduzida nas artes do amor por seu próprio pai, provedor também de prazer sexual. Trata-se, por conseguinte, de um pai amado. Entretanto, há a outra face da moeda: como nunca reagiu contra as provocações de seu pai, como nem sequer soube identificar o momento da transformação da ternura em libidinagem, colaborou com o pai durante todo o processo. Ainda que, a rigor, não tenha nenhuma culpa, tampouco responsabilidade, não se vê como vítima, que realmente é, mas como co-partícipe. Disto deriva uma pro-

142 Nesta sessão, trabalhamos: uma representante do CFEMEA, grupo que atua junto ao legislativo federal nos assuntos pertinentes à causa feminista, a advogada Silvia Pimentel e eu, pelo fato de ter feito 0 curso de Direito e de, como socióloga, ter estudado 0 abuso sexual e o abuso incestuoso. Creio que solicitaram minha colaboração, sobretudo, pelo fato de que distingo incesto de abuso incestuoso, e uma das questões incidia exatamente na pergunta: deve-se ou não criminalizar o incesto? Fui e sou contra pelas razões que se seguem. Se um rapaz e uma moça, irmãos entre si, se apaixonarem um pelo outro, terão que enfrentar a reprovação quase unânime da sociedade por haverem violado um dos mais sérios tabus sociais. Se eles tiverem idades próximas, maioridade e realmente se amarem, não me sinto, nem como profissional, nem como cidadã, no dever de defendê-los nem no de acusá-los. Sua relação é par, um não tendo poder sobre o outro; e sua vontade é convergente.

Muito distinto disto é o abuso incestuoso: as idades são muito diferentes, o que traz consigo uma relação díspar, ou seja, atravessada pelo poder. As partes encontram-se em posições muito diversas, uma tendo autoridade sobre a outra, e não existe convergência de vontades. Países em que o incesto era considerado crime têm procedido no sentido de descriminá-lo. Para citar apenas alguns: Estados Unidos, muitos países europeus e latino-americanos. O Equador, que tem uma lei especificamente sobre violência doméstica, descriminou o incesto.

funda culpa. Embora não haja sido, em nenhum momento, cúmplice de seu pai, sente-se como tal e inimiga de sua mãe. Sua culpa é proporcional à delicadeza do processo de sedução utilizado por seu pai. Ela sente-se a sedutora. Logo, seu pai foi sua vítima. Obviamente, nenhuma das duas abordagens convém à criança. Em termos de danos psíquicos e distúrbios sexuais posteriormente manifestados, o abuso sexual via sedução é infinitamente pior que a brutalidade do pai menos instruído e menos maneiroso.

Isto é importante para que, mais uma vez, não se caracterize tudo que é mau como integrante da cultura do pobre. Fulano estuprou sua filha, espanca regularmente sua mulher? Isto ocorre nas favelas, nos cortiços, no meio pobre[143] , diz-se. No seio das camadas abastadas, forma-se uma cumplicidade dos membros da família, estabelecendo-se o sigilo em torno dos fatos. O nome da família não pode ter mácula. Conseguiu-se descobrir uma única família incestuosa. Chegou-se ao portão, mas não foi possível ultrapassá-lo. As informações disponíveis foram facilitadas à pesquisadora por uma amiga de lima das filhas. Esta filha sofria abusos sexuais de toda ordem, perpetrados por seu pai. Só confiou seu segredo a esta amiga. Embora não haja dito nada explicitamente, há indícios de que o pai abusava sexualmente de todos os filhos e filhas. Recebia- os, cada um de uma vez, em seu quarto, o que, por si só, é, no mínimo, estranho. Que o abuso ocorresse com todos os filhos e filhas constitui uma hipótese, não inteiramente infundada. A conspiração do silêncio, todavia, impediu a pesquisadora de estudar esta família.

O argumento de quem justifica, se não defende, a conduta de agressores sexuais reside no tipo de sexualidade masculina, diferente da feminina. Afirmam que a sexualidade da mulher só aflora quando provocada, e vários são os meios de fazê-lo, o que é uma meia verdade. A mulher foi socializada para conduzir-se como caça, que espera o "ataque" do caçador. À medida, no entanto, que se liberta deste condicionamento, passa a tomar a iniciativa, seja no seio do casamento, seja quando deseja namorar um rapaz. Como o homem foi educado para ir à caça, para, na condição de macho, tomar sempre a iniciativa, tende a não ver com bons olhos a atitude de mulheres desinibidas, quer para tomar a dianteira no início do namoro, quer para provocar o homem na cama, visando a com ele manter uma relação sexual, salvo no seio de tribos da juventude, pelo menos das grandes cidades, em que isto é uma prática corrente. Os condicionamentos sociais induzem muitos a acreditar na incontrolabilidade da sexualidade masculina. Se assim fora, ter-se-iam relações sexuais, ou mesmo estupros, nas ruas, nos salões de dança, nos restaurantes, nos cafés etc. Obviamente, qualquer pessoa, seja homem ou mulher, pode controlar seu desejo, postergar sua concretização, esperar o momento e o local apropriados para a busca do prazer sexual. É evidente que a esmagadora maioria de homens e de mulheres atua desta maneira, mesmo porque a sociedade é regida por numerosas normas. Não se trata de leis como as da Física, que ocorrem inexoravelmente.

Quer Newton desejasse ou não que a maçã solta por ele caísse ao solo, ela cairia da mesma forma. As regras sociais são passíveis de transgressão e são efetivamente violadas. No caso em pauta, há o tabu do incesto, segundo Lévi-Strauss (1976), de caráter universal, embora o interdito não recaia sempre sobre as mesmas pessoas, quando se passa de uma sociedade a outra. A universalidade do tabu do incesto é contestada por Meillassoux (1975). O tabu em pauta significa uma interdição, um não à possibilidade socialmente não-aceita de certas pessoas se casarem entre si. Na sociedade ocidental moderna, o interdito recai sobre parentes consanguíneos ou afins. No caso específico do Brasil, o novo Código Civil, em vigor

143 Uma orientanda minha, cuja tese está praticamente pronta para a defesa, tem, entre suas entrevistadas (todas de classe média alta e alta), a esposa de um juiz. Também em caso de violência doméstica, as mulheres mais bem aquinhoadas levam desvantagem. Em sua entrevista, a espancada observa: como posso denunciá-lo, se a investigação deveria ser realizada por profissionais que o respeitam muito (ele é respeitadíssimo na cidade em que atua como profissional e vive num município de cerca de 200 mil habitantes, na Bahia) e, em última instância, o caso seria julgado por um colega seu? Quando esta moça, que já havia feito mestrado, sob minha orientação, sobre violência contra mulheres das camadas sociais menos favorecidas, procurou-me dizendo desejar continuar com o mesmo tema, eu lhe disse que os pesquisadores adoram estudar pobres, porque é mais fácil, eles estão quase sempre abertos a falar sobre o assunto (no caso de violência doméstica, quem fala são as mulheres, os homens fogem; em minha pesquisa sobre abuso incestuoso, entrevistei vítimas, suas mães e outros parentes ou vizinhos conhecedores dos fatos; tentei arduamente entrevistar agressores, mas consegui falar com muito poucos e todos mentiram descaradamente), que o difícil é estudar os ricos, já que, para não ter seu status abalado, seu nome sujo, eles se fecham. Ela aceitou o desafio e, pelo que eu lhe disse e ela verificou, o título da tese é O preço do silêncio.

desde 11 de janeiro de 2003, afirma:

"Art. 1.521. Não podem casar:

I - os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil;

II - os afins em linha reta;

III - o adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante;

IV - os irmãos, unilaterais ou bilaterais, e demais colaterais, até o terceiro grau inclusive;

V - o adotado com o filho do adotante;

VI - as pessoas casadas;

VII - o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte".

O projeto deste novo Código Civil tramitou no Congresso Nacional, muito lentamente, durante 26 anos, o que equivale a dizer que ele já nasceu desatualizado. Conservou o impedimento do matrimônio entre primos (parentes de terceiro grau), interdito cuja violação havia ocorrido milhares de vezes, sendo este tipo de união plenamente aceito pela sociedade. O tabu do incesto é inteiramente social, nada havendo nele de biológico. Como a sociedade brasileira perdeu, ao longo de sua história, os rituais de transmissão destas proibições, ela mesma criou as defesas sustentadoras do interdito. Trata-se de socializar as gerações imaturas na crença de que a prole de casais ligados entre si pelo parentesco apresenta anomalias de maior ou menor gravidade. As estatísticas existentes sobre más-formações fetais, mortes pré ou pós-natais não resistem à mais tênue crítica.

A história de outras sociedades constitui um recurso extraordinário em prol da natureza exclusivamente social do tabu do incesto. No Havaí, era prescrito, portanto mais que permitido, o casamento entre irmãos. O mesmo ocorria no Egito, primeiro no seio da realeza, disseminando-se posteriormente por toda a população. Os descendentes de irmãos casados entre si eram de muito boa qualidade, nem pior nem melhor que as populações nas quais o interdito recaía sobre irmãos. Todo interdito, ao mesmo tempo em que é um não, é também um sim. Simplificando, se irmãs não são sexualmente disponíveis para seus irmãos, o; são para aqueles que não são seus irmãos. Evidentemente, no caso brasileiro, ter-se-ia que excluir todas as classes de indvíduos sobre quem pesa o não, para afirmar-se que todos eis demais são sexualmente disponíveis, ou seja, aqueles que carregam um sim. Isto equivale a dizer que, excluídas as classes de pessoas mencionadas no Código Civil, todas as demais mulheres são sexualmente disponíveis para quaisquer homens.

Não e sim residem no interior de todas as interdições. Para ilustrar de modo simples, pode-se tomar as leis de trânsito. Uma tabuleta mostra o símbolo de que caminhões não podem trafegar naquela via. O mesmo símbolo significa sim para todos os demais veículos. Se, todavia, o motorista de um caminhão passar por aquela rua, será negativamente sancionado pela sociedade. A pena poderá ser o pagamento de uma multa, pontos na carteira de habilitação etc. Quanto ao matrimônio, os que não podem se casar entre si podem infringir esta norma social. Como, no civil, o casamento será impossível, ele poderá concretizar-se pela união consensual, realizando-se ou não no religioso. Isto ocorre muito no Brasil, sobretudo nas áreas de difícil acesso, longe do poder constituído. Entretanto, não consta que tais populações apresentem, por exemplo, elevado percentual de indivíduos malformados. Então, para que conservar o tabu do incesto, cuja transgressão, sobretudo entre ascendentes e descendentes, é altamente reprovada pela sociedade, isto é, sancionada de forma muito negativa? Para que serve este tabu? O tabu do incesto apresenta alta relevância, pois é ele que revela a cada um seu lugar na família, em vários outros grupos, enfim, na sociedade em geral.

Gênero, raça/etnia, poder

Rigorosamente, a sociedade brasileira não tolera mesmo a união entre ascendentes e descendentes. Caso haja filhos desta união, as sanções negativas são ainda mais severas. Uma hipótese bastante plausível pode ser levantada: a prole destes casais mostraria à sociedade que nenhum argumento biológico apresenta consistência. E a sociedade não pode abrir mão de argumentos desta ordem, na medida em que já não tem recursos para resgatar as antigas práticas de transmissão, sem questionamentos, do interdito. Isto posto, caberia uma pergunta: por que se curram, nos presídios, estupradores de qualquer mulher, em especial de crianças? Se toda interdição contem um sim e um não, é pertinente responder a esta indagação da seguinte maneira: a estuprada não era sexualmente disponível para o estuprador, pois, se o fora, não teria ocorrido o estupro. Mas por que não poderia sê-lo pará os demais presos? Trata-se, por conseguinte, de invasão de território, procedimento muito pouco tolerado, especialmente por machões e bandidos.

Ecologistas falam bastante, e com pertinência, sobre a necessidade de preservação do meio ambiente, da natureza. Não se ouvem, porém, ecologistas preocupados com a ecologia mental nem com a ecologia social. Guattari, num pequeno e primoroso livro (1990), trata da ecosofia, englobando este termo as três ecologias. Com efeito, supondo-se que o ser humano pudesse se abster de agredir a natureza, que sentido teria este fato, já que não se poderia desfrutar de uma ecologia mental, tampouco de uma ecologia social, num mundo penetrado pela corrupção, aí incluso o crime organizado, atravessado pela ambição desmedida, levando filhos a matarem seus pais, com requintes de crueldade, e vice-versa, invadido pelo ódio fundamentalista, disto decorrendo o terrorismo e as igualmente fundamentalistas reações a ele, enfim, num mundo cujos poros foram preenchidos por projetos de dominação-explo- ração de longuíssima duração, dos quais derivam a fome, o medo, a morte prematura, a ausência de solidariedade, a intolerância às diferenças? A este propósito, a resposta de homens negros ao racismo, mormente dos que conquistaram uma posição social e/ou econômica privilegiada, foi o casamento com mulheres loiras. Se eles são socialmente inferiores a elas em razão da cor de sua pele e da textura de seus cabelos, elas são inferiores a eles na ordem patriarcal de género. Resultado: soma zero. Transformaram-se em iguais, nas suas diferenças, transformadas em desigualdades. Ocorre que isto tem consequências. Há um contingente de mulheres negras que não têm com quem se casar. Como os negros branqueados pelo dinheiro se casaram e ainda se casam com brancas, em função de uma equalização das discriminações sofridas, de um lado, pelos negros, de outro, pelas mulheres brancas, em função de seu sexo, não há como se estabelecer tal igualdade entre mulheres negras e homens brancos, pois estes são “superiores” pela cor de sua pele e pela textura de seus cabelos, sendo “superiores” também em razão de seu sexo. Na ordem patriarcal de gênero, o branco encontra sua segunda vantagem. Caso seja rico, encontra sua terceira vantagem, o que mostra que o poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual (SAFFIOTI, 1987). A demografia repercute estes eventos, formando-se nela um buraco: a ausência de homens para mulheres negras casadouras.

Há mais um buraco demográfico a ser sentido e deplorado crescentemente. Nas guerras entre gangues do narcotráfico, na delinquência em geral, nos entreveros com a polícia, morrem muito mais jovens de 17 a 25 anos que adultos. Que futuro, em termos matrimoniais, terão as adolescentes de hoje, uma vez que as mulheres costumam casar-se com homens mais velhos? Ou se inverte a situação, com o processo já em curso de casamentos entre homens jovens com mulheres bem mais velhas e poderosas, ou estas jovens conformam-se com sua condição de população casadoura excedente. No fundo, parece que ambos, homens e mulheres, casam-se com o poder. Se esta hipótese for verdadeira, é possível encontrar o homem-ser-humano e a mulher-ser-humano em meio a tanto poder?

Do ângulo da sexualidade, os homens deveriam, nos casamentos, ter idade inferior à das mulheres, uma vez que estas podem ter vida sexual ativa enquanto durar sua própria vida, contando o homem com um tempo limitado. Aliás, quanto à sexualidade, as mulheres levam uma série de vantagens comparativamente aos homens. As mulheres, como não têm phallus[144], têm sua sexualidade difusa por todo o corpo. Assim, falar em zonas erógenas para as mulheres não é correto, pois todo seu corpo o é. Poder-se-ia também afirmar que o corpo das mulheres é inteiramente amor, na medida em que erógeno deriva de Eros, deus do amor, na mitologia grega. Enquanto muitas mulheres são multiorgásmicas,- nos homens este fenômeno-,não ocorre. Embora raro, o priapismo[145], visto como uma superioridade dos machos, na verdade não chega a ser nem sequer uma vantagem. Se esta existir, pertence às mulheres vinculadas a homens priápicos. Mais ainda, o prazer do orgasmo é registrado em apenas um ponto do cérebro masculino, ou seja, o septum. Nas mulheres, são três os pontos em que este registro ocorre: septum, hipotálamo e amígdala[146]. Dir-se-ia que as mulheres desfrutam da triplicação do prazer do orgasmo. Ademais, as mulheres, quando férteis[147], são capazes de conceber, enquanto aos homens só resta invejá-las. Aliás, na obra de Freud, a inveja do pênis, alimentada por mulheres, porque este órgão representa poder, assim como a inveja da maternidade são conceitos que gozam do mesmo estatuto,teórico. Todavia, fala-se e escreve-se muito mais sobre o primeiro que sobre o segundo. Se Freud foi o maior misógino da história da humanidade, e o foi, seus seguidores o imitaram/imitam, demonstrando fidelidade até neste ponto. A inveja da maternidade é tão vigorosa que homens sexualmente impotentes pagam um preço mais alto a prostitutas grávidas, somente para conversar com elas e alisar-lhes a barriga. Contudo, a inveja da maternidade quase não se apresenta em livros e em artigos, vive na obscuridade.

Não foi gratuita a alta consideração devotada às mulheres por parte dos homens, quando ainda não se conhecia a participação masculina no ato da fecundação. Capazes de engendrar uma nova vida, de produzir todos os nutrientes necessários ao desenvolvimento dos fetos e, ainda, de fabricar internamente leite para alimentar os bebês, eram consideradas seres poderosos, mágicos, quase divinos. Caíram do pedestal, quando se tomou conhecimento da imprescindível, mesmo que efêmera, colaboração masculina no engendramento de uma nova vida, mas persistiu a inveja de dar à luz novas criaturas. No fundo, os homens sabem que o organismo feminino é mais diferenciado que o masculino, mais forte, embora tendo menor força física, capaz de suportar até mesmo as violências por eles perpetradas. Não ignoram a capacidade das mulheres de suportar sofrimentos de ordem psicológica, de modo invejável. Talvez por estas razões tenham necessidade de mostrar sua “superioridade”, denotando, assim, sua inferioridade.

A gíria, permeada desta ideologia sexista, revela bem isto. A genitália feminina apresenta muito mais semelhança com uma boca que a masculina. Como na ideologia está presente, necessariamente, a inversão dos fenômenos, é muito frequente homens se vangloriarem de haver “comido” fulana, beltrana, cicrana. Ora, a conformação da vulva e da vagina permite-lhes “comer”. Por que existe o mito da vagina dentada? Por que há muitos homens, se não todos, cóm medo de ter seus pênis decepados por esta vagina devoradora? Por que sentem medo exatamente no momento do orgasmo feminino, quando os músculos da vagina se contraem num movimento que parece visar ao aprisionamento? Então, na gíria machista, quem “come” quem? Todos os elementos foram oferecidos ao leitor, a fim de que ele possa responder a esta questão. Mais do que isto, tais elementos convidam os leitores a uma reflexão, visando a conhecer-se melhor e, talvez assim, poderem conviver mais prazerosamente com suas parceiras. Mas também se oferecem elementos à reflexão das leitoras. Elas poderão contar aos homens que a revelação

144 Phallus significa poder, sendo representado pelo pênis.

145 Priapismo consiste numa ereção dolorosa e permamente, não acompanhada de desejo sexual.

146 Não se trata das amígdalas da garganta, mas de uma porção do cérebro.

147 Há mais homens estéreis que mulheres. O sexismo, contudo, trata de ocultar este fato, sendo responsável pela suspeita de que sempre se pode imputar a esterilidade a elas. Tanto assim é que, nos casais sem filhos, é sempre a mulher que se submete a exames de fertilidade. Só depois que esta fica provada, o homem se dispõe a procurar um andrologista ou urologista. Comprovada a esterilidade masculina, em geral, a mulher é proibida de divulgar este resultado. A falha, no homem, deve continuar oculta. Isto é puro machismo, porquanto a esterilidade não impede o homem de ter excelente desempenho sexual. Como todo preconceito, este também é baseado na ignorância.

de suas fraquezas os tornará mais fortes, mais sensíveis, mais amorosos. Desta forma, eles poderão perder o medo, fator que concorre para a transformação da agressividade, uma força propulsora muito positiva, em agressão, ato tão destrutivo - e autodestrutivo - quanto devastador. Além disto, como se acredita que o empobrecimento da sexualidade masculina foi historicamente produzido, tanto o homem quanto a mulher podem trabalhar no sentido da recuperação de uma sexualidade mais rica, espalhada por todo o corpo, abrindo ele mão de seu poder em face das mulheres à medida que o pênis perde importância, ou seja, que sua sexualidade deixa de se concentrar neste órgão. Nem homens nem mulheres têm qualquer coisa a perder com experiências deste tipo. Têm, de outra parte, muito a ganhar, caso o resgate da sexualidade masculina seja completo.

A ilustração, feita por meio da gíria, a propósito de uma ideologia sexista que esconde uma desvantagem masculina, trans- formando-a em vantagem, servirá para mostrar que, em toda ideologia, seja machista, seja étnico-racial, ou ainda de classe social, está sempre presente a inversão do fenômeno. Isto não é apenas um detalhe, mas o núcleo duro da ideologia. Portanto, é interessante retê-lo, uma vez que todos os membros de uma sociedade como a brasileira convivem com tais falácias, acreditando nelas como verdades. Mais do que isto, cada um a sua maneira é portador destas ideologias.

Obviamente, os homens gostam de ideologias machistas, sem sequer ter noção do que seja uma ideologia. Mas eles não estão sozinhos. Entre as mulheres, socializadas todas na ordem patriarcal de gênero, que atribui qualidades positivas aos homens e negativas, embora nem sempre, às mulheres, é pequena a proporção destas que não portam ideologias dominantes de gênero, ou seja, poucas mulheres questionam sua inferioridade social. Desta sorte, também há um número incalculável de mulheres machistas. E o sexismo não é somente uma ideologia, reflete, também, uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual, em detrimeifto das mulheres. Então, poder-se-ia perguntar: o machismo favorece sempre os homens? Para fazer justiça, o sexismo prejudica homens, mulheres e suas relações. O saldo negativo maior é das mulheres, o que não deve obnubilar a inteligência daqueles que se interessam pelo assunto da democracia. As mulheres são “amputadas”, sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder. Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores. Os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelem força e coragem. Isto constitui a raiz de muitos fenômenos, dentre os quais se pode realçar o fato de seguros de automóveis exclusivamente dirigidos por mulheres custarem menos, porque, em geral, elas não usam o carro como arma, correm menos e são mais prudentes.

Mas há um sem-número de fatores prejudiciais aos homens. Para ilustrar, toma-se a situação empregatícia no Brasil atual, sob pena de reiteração. Há cidades, como São Paulo, em que a taxa de desemprego já ultrapassou, em certo momento, os 20% da força de trabalho. Além de se tratar de uma proporção insustentável, há muito desemprego de longa duração. Isto repercute em toda a população, de forma negativa. Os homens, contudo, são os mais afetados, na medida em que sempre lhes coube prover as necessidades materiais da família. E este papel de provedor constitui o elemento de maior peso na definição da virilidade. Homens que experimentam o desemprego por muito tempo são tomados por um profundo sentimento de impotência, pois não há o que eles possam fazer. Além de o sentimento de impotência ser gerador de violência, pode resultar também em impotência sexual. Há homens que verbalizam preferir morrer a ficar sexualmente impotentes. Nem neste caso se permite ao homem chorar. Isto consiste numa “amputação”, pois há emoções e sentimentos capazes de se expressar somente pelo choro. Pesquisas já demonstraram (CHOMBART DE LAUWE, 1964) que glândulas lacrimais de homens sofrem o processo de atrofia, por desuso.

Se uma mulher for abordada por um homem seja para sair, seja para dançar, ela pode recusar, pois o jogo é o da caça e do caçador. Se, entretanto, um homem for abordado por uma mulher com as mesmas intenções, e ele não se interessar por ela, recusando o convite, imediatamente é alcunhado de

“maricas”. Pensando numa situação mais séria, mas não incomum, rapaz e moça num motel, e ele, por estar estressado, excessivamente cansado, triste em virtude de um evento qualquer, não conseguir ter uma ereção duradoura, sente-se coberto de vergonha. Mesmo que a moça seja compreensiva e lhe diga que isto ocorre com todos os homens, o aborrecimento do rapaz é enorme. Por quê? Porque homem não falha, ou melhor, não tem o direito de falhar numa situação como a figurada, já que representa a força, quase a perfeição. Não é fácil ser homem. Se há uma tarefa perigosa a ser realizada, por um grupo sexualmente misto, é sempre um homem o escolhido para fazê-la. Se tiver bom gosto seja para se vestir, seja para decorar sua casa, não é verdadeiramente homem, fica no limbo dos prováveis homossexuais. Se é sensível, é efeminado.

Esta situação não é conveniente nem para homens nem para mulheres. Segundo Jung (1992), tanto homens quanto mulheres são dotados de animus e anima, sendo o primeiro o princípio masculino e a segunda, o princípio feminino. O ideal seria que ambos fossem igualmente desenvolvidos, pois isto resultaria em seres humanos bem equilibrados. Todavia, a sociedade estimula o homem a desenvolver seu animus, desencorajando-o a desenvolver sua anima, procedendo de maneira exatamente inversa com a mulher. Disto decorrem, de uma parte, homens prontos a transformar a agressividade em agressão; e mulheres, de outra parte, sensíveis, mas frágeis para enfrentar a vida competitiva. O desequilíbrio reside justamente num animus atrofiado nas mulheres e numa anima igualmente pouco desenvolvida nos homens. Sendo o núcleo central de animus o poder, tem-se, no terreno político, homens aptos ao seu desempenho, e mulheres não-treinadas para exercê-lo. Ou seja, o patriarcado, quando se trata da coletividade, apóia-se neste desequilíbrio resultante de um desenvolvimento desigual de animus e de anima e, simultaneamente, o produz. Como todas as pessoas são a história de suas relações sociais, pode-se afirmar, da perspectiva sociológica, que a implantação lenta e gradual da primazia masculina produziu o desequilíbrio entre animus e anima em homens e em mulheres, assim como resultou deste desequilíbrio.

Ora, a democracia exige igualdade social. Isto não significa que todos os socii, membros da sociedade, devam ser iguais. Há uma grande confusão entre conceitos como: igualdade, diferença, desigualdade, identidade. Habitualmente, à diferença contrapõe-se a igualdade. Considera-se, aqui, errônea esta concepção. O par da diferença é a identidade. Já a igualdade, conceito de ordem política, faz par com a desigualdade. As identidades, como também as diferenças, são bem-vindas. Numa sociedade multicultural, nem deveria ser de outra forma. Lamentavelmente, porém, em função de não se haver alcançado o desejável grau de democracia, há uma intolerância muito grande em relação às diferenças. O mais preocupante são as gerações mais jovens, cujos atos de crueldade para com índios, sem-teto, homossexuais revelam mais do que intolerância; demonstram rejeição profunda dos não-idênticos. As desigualdades constituem fontes de conflitos, em especial quando tão abissais como no Brasil. Em casos como este, e eles existem também em outras sociedades, as desigualdades traduzem verdadeiras contradições, cuja superação só é possível quando a sociedade alcança um outro estado, negando, defacto e de jure, o status quo. Neste estágio superior, não haverá mais as contradições presentes no momento atual. No entanto, podem surgir outras no processo do devir histórico. Numa sociedade como a brasileira, com clivagens de gênero, de distintas raças/etnias em interação e de classes sociais, o pensamento, refletindo estas subestruturas antagônicas, é sempre parcial. O próximo capítulo focalizará exatamente o conhecimento, em sua condição de social. Em outros termos, todo conhecimento é social.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Presidência da República,2010,
Mais Mulheres no Poder,
Contribuição à formação política das mulheres

UNIDADE I: A importância da participação política das mulheres

A literatura pertinente (PATEMAN,1993; OKIN, 1995; NORRIS, 1997; INGLEHART & NORRIS, 2000) vem destacando o fato - agora incontestável - de que algumas das concepções que nortearam as nossas democracias ocidentais definiram espaços e construíram/conquistaram direitos assimetricamente para homens e mulheres. No século XX, como vimos, para combater tais discriminações, as mulheres de todo o mundo se organizaram enquanto sujeitos políticos, tendo como pontos de partida suas vivências de privações dos mais distintos matizes. Ao longo desse século foram criados e fortalecidos os movimentos feministas e de mulheres, nas mais diversas formas, tonalidades, ritmos e articulações locais, nacionais e internacionais.

As mulheres são hoje no Brasil: 50,75% da população brasileira; totalizam 43,6% da população economicamente ativa; 26,8% são "pessoas de referência" dos domicílios brasileiros; 51,82% do eleitorado nacional (TSE, 2010), mas representam apenas 8,8% dos cargos na Câmara de Deputados e 12,3% dos cargos no Senado brasileiros (IPU, 2006).

A agenda dos movimentos feministas e de mulheres, em sua "quarta" onda - fruto das articulações, dos encontros nacionais e internacionais, das campanhas desencadeadas e das experiências institucionais em partidos, ONGs, Redes e organismos internacionais e do poder executivo brasileiro - tem sim tentado adentrar a pauta e os trabalhos do Congresso Nacional e das Assembléias Legislativas. Mas há enormes obstáculos-a serem transpostos. Já foi descrito o percurso de organização político-associativa das mulheres brasileiras para reverter o quadro grave de desigualdade político-representativa das mulheres. A atuação delas começa a se modificar a partir dos embates surgidos no âmbito dos movimentos feministas e de mulheres e das inserções institucionais delas no âmbito de: partidos, ONGs e coordenadorias de mulheres que agora, bem recentemente, estão investindo esforços nas transformações necessárias para alterar o padrão tradicional e assimétrico de relações de gênero no âmbito das instâncias de representação política formal e nos cargos de poder e decisão. Essa significativa movimentação vem fazendo com que as mulheres candidatas e as mulheres políticas se tornem, juntamente com as demais, sujeitos efetivos no processo de transformação social e política do país. Então: porque seria importante modificar o quadro de sub-representação feminina nos parlamentos no país? Quais seriam as principais contribuições das mulheres políticas para este processo, já iniciado, de transformação social, cultural, política e econômica?

Poderíamos sintetizar aqui algumas razões pelas quais as mulheres, segundo pesquisas já realizadas, tenderiam a abordar a política de uma maneira diferente dos homens. Apontamos para estas razões tendo como fundamento estudos realizados internacionalmente, já que para o Brasil pesquisas desta natureza são praticamente inexistentes. A primeira destas razões foi identificada em pesquisa recente realizada pela UIP (União Inter-Parlamentar, 2008), que apontou para o fato de que 49% das entrevistadas - mulheres políticas - terem afirmado que ingressaram na política como resultado de seus interesses no trabalho social e 34% terem ingressado por meio de organizações não-governamentaisy diferentemente do caminho mais "convencional" da política quase exclusivamente partidária, geralmente adotado pelos homens. Essa constatação reflete a firme tendência, entre as mulheres políticas no mundo, de se engajar

inicialmente nas associações civis como uma estratégia de promoção dos projetos sociais que, de um modo disseminado costumam apoiar diferentes dimensões da sobrevivência das famílias, e de concentrar as suas energias, predominantemente, no nível do poder local (onde os custos de sua participação, ainda que muito significativos não sejam tão altos).

Uma segunda razão se relaciona ao fato, já discutido aqui, de que numa comparação com os homens, os padrões de socialização de homens e de mulheres serem diferentes, assim como são igualmente diferenciadas as suas experiências de vida. As mulheres tendem a trazer de modo significativo as suas experiências e conhecimentos para apoiar suas decisões políticas, elas trazem aquilo que a literatura cunhou como uma "perspectiva" diferenciada. Embora mudanças importantes tenham ocorrido ao longo das últimas décadas, na maioria dos países, as mulheres ainda arcam com as principais responsabilidades em relação aos cuidados com a família e do domicílio, incluindo marido, crianças e idosos. Isto marca, portanto, a construção de muitas trajetórias de mulheres na política.

A terceira razão refere-se ao fenômeno constatado de que as mulheres tenderiam a se considerar melhor representantes das próprias mulheres. Um estudo sobre os legisladores realizado nos Estados Unidos, por exemplo, constatou que elas sentem-se especialmente responsáveis por representar outras mulheres e consideram-se mais capazes para defenderem os seus interesses. Na Irlanda do Norte, quase um terço das mulheres eleitoras acredita que uma mulher representaria melhor seus próprios interesses.

Em relação à primeira razão apresentada - o fato das mulheres estarem mais fortemente associadas à política local e em esferas de atuação vinculadas a temas sociais - destacaríamos a importância dada por elas (e isto em todo o mundo) aos investimentos que beneficiam privilegiadamente a mulheres e meninas. Massolo (2005, p. 8) afirma a existência de um "padrão feminino de presença e participação no entorno dos espaços locais, vinculadas com assuntos da vida cotidiana na esfera da família e das tarefas domésticas. (...) Os espaços locais e apolítica comunitária facilitam a participação pública das mulheres devido à proximidade espacial e à maior flexibilidade de tempo (Randall, 1987)". Para esta autora, as mulheres em governos locais, em todo mundo, têm operado como uma força social protagonista capaz de melhorar as condições de vida familiares e também comunitárias. Assim, a participação de mulheres na política local/municipal pode ter impacto imediato e direto sobre os resultados das políticas que visam atender as demandas urgentes de mulheres e crianças do que têm alcançado a legislação e a política nacionais:

Embora haja poucas evidências-, no Brasil, sobre o comportamento e atuação de mulheres políticas em instâncias de poder local, uma série de estudos em países industrializados e em desenvolvimento indica que as mulheres tendem a dar prioridade a questões sociais nos governos locais (Relatório UNICEF - Gênero e Infância, 2007). Na Noruega, por exemplo, uma das razões mais citadas para o envolvimento de mulheres na política local refere-se às questões da infância, especialmente à carência de espaços para o atendimento à criança pequena. Estudo norueguês recente, que examinou dados desde 1975, mostra que o número de crianças que recebiam benefícios aumentou durante o primeiro ano em que as mulheres constituíram cerca de 30% dos membros de Conselhos locais (Câmaras de Vereadores no Brasil). A constatação mais significativa deste estudo é que a atuação das mulheres nesta instância tem impacto político significativo no início de suas carreiras, porque trazem para a agenda política dos parlamentos um conjunto de novas preocupações, tradicionalmente pouco (ou nada) tratadas pelos homens políticos.

Nos países em desenvolvimento como o Brasil, a pesquisa sobre o impacto de mulheres em governos locais ainda é uma área de investigação muito nova. Constatações e resultados mais abrangentes já disponíveis, contudo, provêm da índia - um país com desafios sociais e econômicos semelhantes aos do Brasil, onde um terço das posições de liderança em Conselhos locais foi reservado às mulheres em 1998. Um amplo projeto de pesquisa (GROWN, GUPTA E KES, 2005) que examinou o impacto da política de

reserva de assentos investigou inicialmente 165 Conselhos locais/Câmara de Vereadores no estado de Bengala Ocidental. O estudo analisou o nível de provimento de bens públicos em Conselhos que tinham políticas de reserva de posições para mulheres em comparação com aqueles que não adotavam essas cotas. A análise constatou que em vilarejos com política de reserva de posições, o investimento em instalações de água limpa foi duas vezes maior do que nos vilarejos sem cotas e que, como tendência, as condições das estradas eram duas vezes melhores. Além disso, a probabilidade de trabalhos recentes de manutenção nas rodovias principais era 20% maior; novos projetos de biogás - um substituto para a eletricidade e o combustível de cozinha - foram introduzidos em 26% dos vilarejos onde havia políticas de reserva de assentos para as mulheres, contra 6% nos vilarejos sem a medida. E graças a um acompanhamento ativo, o número de visitas de profissionais da saúde foi significativamente maior nos seis meses abrangidos pelo estudo. Essas melhorias beneficiaram significativamente mulheres e meninas, que são as principais responsáveis pela coleta de material combustível e também de água, assim como pela atenção às necessidades de saúde da família, especialmente das crianças.

Massolo (idem) chega mesmo a afirmar que, para além da possibilidade desta atuação de caráter local ser interpretada como a permanência de um papel estereotipadamente feminino, tal atuação na América Latina tem acarretado uma mudança radical no sentido de se assumir o princípio da equidade de gênero e o desafio da igualdade de oportunidades nos projetos políticos e nas agendas dos governos lôcais. Elas também responderiam por um esforço renovado de articulação do governo ;local com membros da sociedade civil, implicando, sobretudo, numa nova vontade política de abrir espaços e reformar as estruturas conservadoras da administração municipal, para assentar as bases da institucionalização de políticas e ações afirmativas de equidade de gênero, com recorte étnico e racial.

No entanto, o simples fato de haver maior número de mulheres em governos locais não garante sua eficácia como defensoras dos interesses e dos direitos das mulheres (e/ ou das crianças e da família). Ademais, as mulheres políticas precisam também se ater aos outros temas da agenda parlamentar e não ficar circunscritas aos nichos temáticos tradicionalmente ocupados pelas mulheres. Focar atenções exclusivamente numa agenda político-parlamentar que atenda as mulheres pode ser comprometedor em qualquer mandato. Não é esta a defesa feita aqui. Contudo, uma análise realizada na África do Sul sobre problemas e oportunidades envolvendo mulheres em governos locais revelou que, tal como ocorria com suas colegas no parlamento, sua eficácia era determinada, em grande parte, por outros fatores além de sua presença numérica. Esses fatores incluíam normas e expectativas culturais sobre os papéis femininos, as distintas hierarquias locais, as capacidades e os atributos individuais de conselheiros e, sobretudo, o grau de comprometimento dos partidos políticos com a questão da mulher. Ou seja, as mulheres políticas também terão que enfrentar o desafio de desconstruir os lugares (masculinos e masculinizados) socialmente legitimados para a sua atuação política, deslocando-se de uma atuação pautada excessivamente em questões específicas dos grupos vulneráveis socialmente. Essa desconstrução precisa começar, principalmente, dentro das estruturas partidárias. Elas também necessitam demonstrar capacidade de agir politicamente em âmbitos diversos, rompendo com os estereotipados papéis de gênero, aqueles tradicionalmente rígidos que também são reforçados nos espaços de trabalho político.

Todavia, as mulheres políticas, especialmente as que atuam no poder local, podem trazer consigo a sensibilidade para a urgência do enfrentamento das desigualdades sociais que assolam o nosso país, mas terão também de ir além delas, desessencializando-as e buscando estratégias e alianças múltiplas que possam ter repercussão, sobretudo, na transformação real do espaço político que ainda é predominantemente masculino no Brasil. É necessário também que sejam estabelecidas alianças com outros atores/representantes/movimentos que estejam igualmente preocupados com uma agenda (de campanha e de ação parlamentar) de reivindicações de acesso ao poder para grupos historicamente excluídos e marginalizados dos espaços públicos (a exemplo dos que lutam pela afirmação da população negra e indígena, dos quilombolas, das crianças e adolescentes, das comunidades tradicionais etc.).

Segundo uma análise comparativa de mulheres em governos locais em 13 países no Leste da Ásia (CHEN et ali., 2005), há pelo menos duas maneiras por meio das quais os grupos de mulheres podem tornar-se uma força importante para mudanças políticas. Em primeiro lugar, esses grupos frequentemente fornecem algum apoio a outras mulheres que foram eleitas para cargos políticos. Em segundo lugar, administram seus próprios esforços de defesa em favor de grupos excluídos e especialmente dos grupos de mulheres e crianças. No mundo todo, esses grupos e redes de mulheres dão exemplos de como a mobilização comunitária/municipal pode promover a busca da integralidade dos direitos humanos, mas e principalmente, daqueles relacionados aos grupos mais vulneráveis (que em todo o mundo tendem a serem as mulheres e as crianças).

Entendemos ser urgente e necessária uma agenda política de afirmação positiva da pluralidade e heterogeneidade existente na sociedade a partir de dentro do parlamento brasileiro, exigindo-se a inclusão política de perspectivas diferenciadas oriundas de grupos inferiorizados na nossa sociedade. Isoladas, como vemos nos resultados das pesquisas, as mulheres políticas terão pouca efetividade para reconfigurar as estruturas cristalizadas (masculinas, brancas, heterossexuais, de classes médias e altas etc.) da desigualdade política que se expressa no poder dos homens. Mas forjando novas alianças, mesmo com os parlamentares homens que tenham o interesse real de se comprometer com essa agenda citada, a busca de uma nova conformação das relações de poder pode se constituir num objetivo menos difícil de ser realizado.

Há outros argumentos que defendem a inserção da mulher na política para mudar a situação de sub-representação das mulheres. Um deles frequentemente vem associado à questão de igualdade que poderia facilmente ser implementada através da lei e de instrumentos institucionais: por exemplo, as cotas e o preenchimento de assento para mulheres e outros grupos oprimidos nos parlamentos. Discutiremos este assunto na Unidade III, mais adiante. Há, entretanto, outros argumentos que vêm ganhando importância, estes lidam mais especificamente com questões acerca do tema geral da inclusão/exclusão, participação e identidades.

O primeiro argumento deste segundo conjunto de defesa da inserção de um maior número de mulheres nos espaços de poder é o da utilidade da presença feminina na política para se "melhorar os padrões e comportamento parlamentar" e, até mesmo, criar estruturas parlamentares que sejam mais atentas às questões de gênero (SAWER, 2002). O segundo argumento está relacionado à questão de mudanças simbólicas e culturais, este apóia-se nas seguintes considerações: (1) com maiores porcentagens de representação feminina, o respeito e reconhecimento político-social pelas mulheres políticas e não-políticas também aumentaria; (2) a instituição política teria mais legitimidade junto aos representantes da comunidade (ou seja, esta seria também uma forma de prevenir a exclusão de grupos); (3) a identidade feminina não precisaria/deveria estar somente ligada à esfera privada, mas poderia se articular em todas as dimensões do espaço público e político (SAWER, 2002: 6-7), com vistas a transformá-lo também num espaço legítimo de atuação feminina e com vistas a oferecer para as outras mulheres da sociedade exemplos positivos da atuação política das mulheres.

Porém, é sempre conveniente destacar que para assegurar a questão da igualdade política, não podemos contar e responsabilizar apenas as poucas mulheres que se encontram hoje na arena política. Também não podemos subestimar a especial capacidade que o campo político brasileiro tem de renovar seus princípios tradicionais de hierarquização e subalternização: é urgente uma consciência mais crítica das exclusões a que a sociedade brasileira está submetida. Nestas, gênero e raça jogam um papel totalmente relevante: ambos, inclusive quando associados, são critérios que definem oportunidades e direitos de modo totalmente marginalizado no Brasil. É necessário, então, que, em todos os espaços partidários

e representativos, parte significativa dos representantes e mesmo da sociedade em geral, elejam como realmente prioritárias e importantes as questões de gênero, feministas e raciais em sua articulação com a consolidação dos direitos das mulheres (um ideal ainda a ser perseguido), mas, sobretudo, da necessidade de termos mais mulheres em cargos de poder e decisão. Estas iniciativas poderiam, no nosso entender, ao deslocar por definitivo a luta política das mulheres das características exclusivamente maternais e de cuidado e refundar a democracia brasileira em padrões mais simétricos de representação política, assim como podem ter impacto positivo nas políticas públicas do país.

É preciso resistir à recorrente estratégia de dominação que o campo político estabelece para aquelas mulheres que já chegaram lá: isolá-las em espaços e temáticas de escasso ou nenhum prestígio e poder no âmbito dos partidos, das casas legislativas e nos espaços de coordenação de políticas públicas. Ainda que, pelo regime histórico de opressão experimentado ao longo de séculos (como vimos), as mulheres possam, efetivamente, ter maior sensibilidade para dimensões da vulnerabilidade e risco sociais, estas não podem ser tratadas como questões "menores" politicamente ou mesmo como a única opção que restou para a atuação feminina nos espaços de decisão. Mesmo que o outro pólo de discriminação esteja sempre à espreita das mulheres políticas - qual seja: o da possibilidade da mulher romper com este estereótipo e, consequentemente, ser acusada de se "masculinizar" -, as mulheres precisam estar preparadas e dispostas a se aproximar, debater, discutir e contribuir de modo qualificado no eixo das políticas econômicas, das políticas de desenvolvimento e infra-estrutura, dos aspectos duros relacionados à gestão estatal, a exemplo das lógicas orçamentárias e tributárias, entre outros temas mais "duros" das agendas de decisão.

O que estamos destacando aqui é que a ausência das mulheres nos espaços decisórios da política institucionalizada no Brasil é um fator determinante da qualidade do processo democrático, da qualidade de atenção a ser dada às políticas públicas sociais, da qualidade e velocidade de superação das persistentes desigualdades sociais que assolam o país: estes aspectos têm no Brasil, claramente, um impacto forte das dimensões de gênero, raciais e etárias, entre outras. Insistimos que um jogo político-representativo que se faz, como o de hoje, na quase ausência das mulheres em seu cenário, pode ser pensado como um elemento comprometedor de nosso atual estágio de consolidação do processo democrático e também do próprio processo de desenvolvimento do país. Este é um espaço que necessita das contribuições fundamentais das mulheres conscientes e organizadas.

MÓDULO II - A Participação Política das Mulheres

RESUMINDO...

A participação das mulheres é absolutamente fundamental para a transformação da sociedade e para o fortalecimento da democracia;

A ausência delas dos espaços de poder e decisão significa um déficit da democracia no país e uma dívida que a sociedade brasileira ainda tem para com as mulheres;

As mulheres políticas terão que enfrentar o desafio de desconstruir os lugares (masculinos e masculinizados) legitimados para a sua atuação política, deslocando-se de uma atuação pautada excessivamente em questões específicas dos grupos vulneráveis socialmente. Essa desconstrução precisa começar, sobretudo, dentro das próprias estruturas partidárias;

As mulheres têm capacidade de agir politicamente em âmbitos diversos, rompendo com os estereotipados papéis de gênero, aqueles tradicionalmente rígidos que também são reforçados nos espaços de trabalho político;

Os grupos de mulheres podem tornar-se uma força importantíssima para mudanças sociais e políticas. Por quê? 1. Esses grupos frequentemente fornecem apoio a outras mulheres que foram eleitas ou que querem ser eleitas para cargos políticos; 2. As mulheres administram seus próprios esforços de defesa em favor de grupos excluídos e especialmente dos grupos de mulheres e crianças, dando exemplos de como a mobilização comunitária/municipal pode promover a busca da integralidade dos direitos humanos, mas e principalmente, daqueles relacionados aos grupos mais vulneráveis;

É urgente e necessária uma agenda política de afirmação positiva da pluralidade e heterogeneidade existente na sociedade brasileira a partir de dentro do próprio parlamento brasileiro, exigindo-se a inclusão política de perspectivas diferenciadas oriundas de grupos inferiorizados na nossa sociedade.

Argumentos De “Defesa” De Uma Maior Inserção Das Mulheres Nos Espaços De Poder E, Especialmente, Nos Parlamentos:

- A presença de maior número de mulheres nos espaços de poder pode significar uma melhoria nos padrões e comportamentos parlamentares e, até mesmo, criar estruturas parlamentares que sejam mais atentas às questões de gênero;
- Com maiores porcentagens de representação feminina, o respeito e reconhecimento político-social pelas mulheres políticas e não-políticas. também aumentaria;
- A instituição política teria mais legitimidade junto aos representantes da comunidade (ou seja, esta seria também uma forma de prevenir á exclusão de grupos);
- A identidade feminina não precisaria/deveria estar somente ligada à esfera privada, mas poderia se articular em todas as dimensões do espaço público e político, fortalecendo-se os vínculos possíveis e posteriores de identificação positiva para outras mulheres.

É necessário que em todos os espaços partidários e representativos, parte significativa dos representantes e mesmo da sociedade em geral, elejam como realmente prioritárias e importantes as questões de gênero, feministas e raciais em sua articulação com a consolidação dos direitos das mulheres, ou seja, é necessário disseminar uma Plataforma Política Feminista.

UNIDADE II: A sub-representação da mulher nos espaços de poder e decisão

Com muita frequência observamos no Brasil a existência de argumentos que vão justificar a muito baixa participação feminina nas instâncias representativas a partir das próprias “escolhas” realizadas pelas mulheres. Há aqui uma desconexão e uma pista importantes a respeito dos processos em curso que, certamente, necessitam ser compreendidos. Continuaremos enfrentando o desafio da desconexão entre a baixa presença de mulheres participando da política e a baixa proposição de uma agenda política de um escopo propriamente feminista, se o único significado a ser dado à mesma for pela chave explicativa de uma “recusa” ou mesmo da “falta de ambição” das mulheres brasileiras em participar do jogo político.

Há dados que evidenciam que não é exatamente isso que vem acontecendo no Brasil. Queremos

afirmar que existem fatores que podem fazer obstáculo à ação política das mulheres que, por sua vez, não poderiam ser resolvidos simplesmente com a necessidade da extensão dos direitos iguais a elas. Na verdade, está claro que aqui faltaria destacar a enorme importância a ser dada também às regras do jogo político-representativo no Brasil, assim como aos procedimentos que orientam nosso sistema político-partidário: este é/foi um jogo construído e mantido por homens e para homens. Há que se supor que tais "regras" também possam, por estar carregadas de traços tradicionais, patriarcais e masculinos, operar como elementos refratários e excludentes das mulheres dos espaços institucionalizados da política. Desta forma, insistimos no ponto de vista de qúe a ausência das mulheres da política contribui para manter as condições de seu próprio afastamento, reforçando a política como um espaço masculino por excelência. É assim que este ciclo viçoso tem se perpetuado no Brasil.

Como já foi apresentado, é inegável que aconteceram progressos consideráveis em relação aos direitos das mulheres e à igualdade de gênero e raça no Brasil. Avanços que, sem dúvida, podem ser creditados às lutas dos movimentos feministas e de mulheres. Grâças a sua persistência e crescente articulação, começamos, ao alvorecer do século XXI, a construir uma nova plataforma política para o país. O processo de incorporar e transversalizar as questões de gênero e raça nas políticas públicas, por exemplo, ainda que recente, está diretamente relacionado às demandas colocadas por esses movimentos organizados, pelos organismos internacionais, com destaque para aqueles vinculados ao Sistema Internacional dos Direitos Humanos (da ONU) e das Conferências Mundiais sobre a Mulher em 1975, no México; em 1985, em Nairobi; e em 1995, em Pequim, e também aos princípios programáticos do governo eleito.

Apesar de, no plano normativo, não ser possível identificar para o Brasil nenhuma discriminação baseada no gênero capaz de oferecer obstáculos para as mulheres exercerem plena e livremente os seus direitos políticos, seja na condição de eleitora, seja na de candidata, percebe-se que a participação feminina nessa esfera é muito limitada. Apesar de conquistas no campo legal, a representatividade das mulheres nos quadros dos poderes públicos e nas instâncias decisorias está muito aquém dos mais de 50% de participação feminina na população do país. Ainda persiste na cultura brasileira uma ótica sexista e de discriminação em relação às mulheres políticas, que as impede de exercer plenamente a sua cidadania e o poder.

Passaram-se décadas entre a conquista do direito de voto das mulheres, em 1932, e a conquista de mandatos eletivos na esfera federal. Somente em 1986, foram eleitas deputadas federais em número mais expressivo (26 deputadas); apenas em 1990, foi eleita a primeira senadora com mandato efetivo; e, em 1994, foi eleita a primeira governadora no país. Além dos cargos eletivos, existe uma gama de indicações realizada pelo Presidente da República para cargos no governo e no Poder Judiciário e nas esferas estadual e municipal pelo Chefe do Executivo correspondente, no que for de sua prerrogativa. A participação das mulheres nas diferentes instâncias de poder no país vem crescendo paulatinamente, mas ainda de forma muito tímida. Vejamos a Tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Mulheres em Instâncias de Poder no Brasil

Poderes do estado	Cargo/Mandato	N.A	%	N.A	%	TOTAL
Poder Legislativo	Senador/Senadora*	10	12,3	71	87,66	81
	Deputada/Deputado* Federal	45	8,82	465	91,17	510
	Deputada/Deputado Estadual/Distrital**	123	11,6	936	88,39	1.059
	Vereadora/Vereador*	6.505	12,5	45.415	87,48	51.920
Poder Executivo	Presidente da República*	-	-	1	100	1
	Governadora/ Governador*	3	11,1	24	88,9	27
	Prefeita/Prefeito*	502	9,08	5.023	90,91	5.559
Poder Judiciário****	Ministra/Ministro do STF	2	18,2	9	81,82	11
	Ministra/Ministro do STJ	5	15,2	25	75,75	33***
	Ministra/Ministro do TST	5	20	20	80	25
	Ministra/Ministro do TSE	1	14,3	6	85,72	7
	Ministra/Ministro do STM	1	6,66	14	9,34	15

Fontes:

TSE - eleições de 2008 (Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembléias Estaduais/Distrital, governos) e eleições de 2006 (Câmara de Vereadores e Prefeituras). Disponível em: www.tse.gov.br - Acesso em: Maio de 2010.

** Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) - Maio de 2009. Disponível em: http://www.cfemea.org.br/mulheresnopoder/deputadasestaduais_resultado. asp?parlamentar=&partido=8aifc&ordem=parlamentar8dPesquisar=Pesquisar Acesso em: Maio de 2010.

*** 3 cargos estão vagos.

**** STF/STJ/TST/TSE/STM - Maio de 2010.

Siglas:

N.A. - número absoluto,

STF - Supremo Tribunal Federal,

STJ - Superior Tribunal de Justiça,

TST - Tribunal Superior do Trabalho,

TSE - Tribunal Superior Eleitoral,

STM - Superior Tribunal Militar.

Como se sabe, a presença das mulheres no parlamento tem sido uma medida de comparação das desigualdades políticas entre os países. Segundo a UIP (União Inter-Parlamentar) , a média mundial é de 18,9%, destacando-se bem à frente os países nórdicos, com uma média de 42,1% de mulheres no parlamento. Em 186 países classificados, apenas 7 contam com 30% ou mais de mulheres na Câmara (Câmara Baixa) e no Senado (Câmara Alta). A presença das mulheres no Poder Legislativo, embora ainda bem reduzida, vem crescendo no mundo. O Brasil, com seus 10,55% de média (8,8% na Câmara e 12,3% no Senado), entretanto, situa-se nos últimos lugares na América Latina, em termos da participação das mulheres no parlamento.

Tabela 2: Evolução das candidaturas e das eleitas, volume e percentual de mulheres em relação ao total de votos obtidos pelos/asas candidatos/as - Câmara de Deputados, 1932 a 2006.

ANO	Nº de Candidatos	% do Total de Candidatos	Nº Total de Votos	Mulheres Candidatas	% de Mulheres Candidatas	Eleitas
1932	1	**	**	**	**	1
1935	**	**	**	**	**	2
1946	18	**	**	**	**	0
1950	9	**	**	**	**	1
1954	13	**	**	**	**	3
1958	8	**	**	**	**	2
1962	9	**	**	**	**	2
1965	13	**	**	**	**	6
1970	4	0,32	**	**	**	1
1974	4	0,27	**	**	**	1
1978	-	1,09	**	**	**	4
1982	58	1,6	**	**	**	8
1986	166	5,33	**	**	**	26
1990	-	6,37	33.430.981	1.863.075	5,74	29
1994	189	6,15	41.483.869	2.276.672	5,49	32
1998	352	10,19	57.350.866	3.418.866	5,96	29
2002	488	11,65	77.202.025	7.673.894	9,94	43
2006	652	12,66	84.011.809	6.676.380	7,9	45

* Total de votos nominais, excluindo os votos de legenda (TSE).

** O TSE não possui dados sobre o número de candidatos/as e votos recebidos para estes anos.

Como vemos na Tabela 2, dos anos 90 até agora, tem sido crescente no Brasil: (1) o número de mulheres candidatas; (2) o número total de votos que elas recebem do eleitorado; e (3) o número de mulheres eleitas (ainda em número pequeno). Contudo ainda permanece em relativa estabilidade: (4) os percentuais de mulheres candidatas em relação aos homens (tendo essa proporção dobrada dos anos 90 até agora, mas o número de mulheres eleitas não acompanhou o mesmo ritmo de crescimento); e (5) os percentuais de votos das mulheres candidatas (que cresceram muito ao longo dos anos, mas alcançaram uma inflexão para o ano de 2006).

Uma das alternativas mais evidentes para enfrentar a sub-representação feminina (aqui e também em todo o mundo) tem sido a adoção de ações afirmativas. As teorias a respeito dessas ações deixam-nos antever diferentes perspectivas que variam em muito seus enfoques desde as autoras mais liberais e universalistas até as mais radicais que, mesmo valorizando o papel e o potencial da mulher para a construção democrática, discordam quanto às formas e medidas a serem tomadas para sua inclusão na esfera formal da política. As ações afirmativas têm sido tratadas com importância por garantirem que os direitos conquistados formalmente em tratados internacionais e em constituições nacionais possam ser, de fato, gozados por todos os cidadãos e cidadãs, tendo como objetivo maior transformar contextos institucionais e práticas culturais historicamente injustas e excludentes.

Uma das principais ações instituídas foi o mecanismo afirmativo das cotas para mulheres candidatas no Brasil. A primeira versão da política de cotas para mulheres no poder legislativo brasileiro foi instituída pela Lei 9.100, em 1995, que estabelecia normas para a realização das eleições municipais a partir da data de 03 de outubro de 1996. O parágrafo terceiro do artigo 11 do referido instrumento legal previa que, no mínimo, vinte por cento das vagas de cada partido ou coligação deveriam ser “reservadas” para

candidaturas de mulheres. Ou seja, cada partido ou coligação deveria destinar, pelo menos, um quinto do total das vagas a que tinha direito, e não das efetivas candidaturas, para mulheres. Cabe, no entanto, dar destaque à "solução de compromisso" que aumentou o teto das candidaturas ao mesmo momento que efetivou a cota. O que isso veio a significar foi que, se o partido não preenchesse todas as suas vagas, a política de cotas não teria então nenhuma eficácia, primeiro porque a legislação criada não instituiu nenhuma sansão e também porque os partidos passaram a utilizar o argumento de que as vagas foram sim "reservadas" para mulheres, mas que seriam as próprias mulheres as responsáveis pelo não preenchimento de tais vagas por não se candidatarem.

Cabe ainda mencionar que essa regra se aplicava às eleições municipais do ano de 1996, pois a legislação era específica e regulava, exclusivamente, o pleito eleitoral daquele ano. Ou seja, até 1996 não havia legislação eleitoral geral aplicável a todas as eleições de modo uniforme. Essa lei geral passou a integrar o ordenamento jurídico brasileiro apenas em 1997: a Lei n° 9.504, que estabeleceu mais uma vez as normas para as eleições. O referido dispositivo legal estabeleceu a reserva de no mínimo 30% e no máximo 70% para candidaturas de cada sexo, porém, visando à disposição de normas transitórias, ficou determinado que, excepcionalmente, para as eleições de 1998, cada partido ou coligação deveria reservar, para candidatos de cada sexo, no mínimo 25% e no máximo 75% do número de candidaturas que pudesse registrar.

Dispõe o art. 10, parágrafo 3o, da Lei n° 9.504, de 1997 (antes da alteração feita pela Lei n° 12.034, de 2009):

Art. 10. Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher.

§1° No caso de coligação para as eleições proporcionais, independentemente do número de partidos que a integrem, poderão ser registrados candidatos até o dobro do número de lugares a preencher.

§2° Nas unidades da Federação em que o número de lugares a preencher para a Câmara dos Deputados não exceder de vinte, cada partido poderá registrar candidatos a ±Deputado Federal e a Deputado Estadual ou Distrital até o dobro das respectivas vagas; havendo coligação, estes números poderão ser acrescidos de até mais cinquenta por cento.

§3° Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou ocoligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo (BRASIL, 1997).

A política de cotas para mulheres no Legislativo brasileiro, a partir da Lei 9.504/97, na verdade, não foi uma política de cotas para mulheres, mas sim uma reserva de um número mínimo (e máximo) de vagas para ambos os sexos. Nesse sentido, cada sexo - masculino ou feminino - pode preencher, no máximo, setenta por cento das vagas de candidaturas, devendo os outros trinta por cento restantes ser "reservados" para o outro sexo. Mais uma vez, como não se trata de um número mínimo de candidaturas, mas de reserva de vagas, caso não preenchidas todas as vagas legalmente instituídas, o mecanismo não seria eficaz e novamente se tornava possível a mesma argumentação: as vagas estavam/ foram disponibilizadas para mulheres, mas estas é que não apareceram para preenchê-las.

No entanto, quando analisamos os dados eleitorais que mostram o número de votos, discriminando os votos em candidatos e o sexo deles, parece-nos simples que há uma tendência de incremento na votação nominal em mulheres e no número de eleitas (tabela 3).

Tabela 3: Tabela com número de votos e percentual de votos em candidatas

ANO	% Total sobre o Nº de votos	Total de Votos	Votos nas Candidatas	% Votos Candidatas	Nº de Eleitas
1994	6,2	41.483.869	2.276.672	5,5	32
1998	10,2	57.350.866	3.418.866	5,9	29
2002	11,7	77.202.025	7.673.894	9,9	42
2006	12,7	84.011.809	6.676.380	7,9	45

Fonte: Araújo, 2001; CFEMEA, 2006; com modificações dos autores. * Total de votos nominais, excluindo os votos de legenda (TSE).

Com isso, concluímos que o aumento de candidaturas, que pode.de alguma forma estar relacionado à adoção das cotas, não tem, por si só, um efeito arrebatador para uma real inserção de mulheres na Câmara de Deputados no Brasil. O que não significa dizer que o mecanismo seja inoperante.

No final do ano de 2009, foram concluídos os trabalhos da Comissão Tripartite para a Revisão da Lei 9.504/1997, que entregou seu Relatório Final no dia 17/12/2009. Instância plural, composta por integrantes da sociedade civil, do Poder Legislativo (Câmara e Senado) e do Poder Executivo, a comissão foi instituída pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e funcionou por seis meses (junho a dezembro) para a revisão da Lei Eleitoral. Tal comissão foi fruto de uma das decisões do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e fortaleceu a ação da Bancada Feminina, potencializou a mobilização dos movimentos de mulheres que conseguiram acrescentar dispositivos de ampliação política feminina na mini-reforma eleitoral. No período do funcionamento da comissão houve diversas reuniões e foram sugeridas emendas ao projeto de lei de reforma eleitoral que começava a tramitar no Congresso Nacional e que ficou conhecido como minirreforma eleitoral. Esta foi então aprovada em segundo turno na Câmara dos Deputados e sancionada em 29 de setembro de 2009 pelo Presidente da República (Lei N° 12.034), estabelecendo, assim, novas regras para as eleições de 2010 e pleitos futuros. A nova Lei alterou a Lei dos Partidos Políticos, o Código Eleitoral de 1965 e a Lei 9.504 (de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições). Merece destaque neste processo o trabalho desenvolvido pelas integrantes da Comissão Tripartite, da Bancada Feminina, da participação ativa das mulheres das instâncias de partidos políticos e das mulheres que participam das organizações feministas e de mulheres, no sentido de garantir que tais direitos e conquistas das mulheres fossem efetivados.

A lei 12.034 avança na questão da ampliação da participação feminina no âmbito político, já que algumas de suas novas regras podem contribuir para uma elevação da representação política das mulheres nos partidos.

A partir de agora, os partidos são obrigados a destinar 5% do Fundo Partidário à criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres. O partido que não cumprir essa disposição deverá, no ano subsequente, adicionar - a título de multa - mais 2,5% do Fundo Partidário para tal destinação. Além disso, devem reservar ao menos 10% do tempo de propaganda partidária para promover e difundir a participação política feminina. Outra mudança refere-se à chamada "lei de cotas para mulheres" A nova Lei alterou o parágrafo terceiro do artigo 10 da Lei 9.504/1997, que dispõe sobre a reserva de vagas de candidaturas para cada sexo nos partidos. Entre os pontos aprovados que beneficiam diretamente as mulheres brasileiras estão:

1. O parágrafo terceiro do artigo 10 da Lei 9.504/1997 passa a vigorar com a seguinte redação: Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. Na redação anterior a palavra utilizada

era reservará. Com a mudança os partidos têm de, necessariamente, manter a proporcionalidade de um mínimo de 30% e um máximo de 70% por sexo na sua lista de candidaturas;

2. São acrescidos o inciso V e o parágrafo 5o ao Artigo 44 da Lei 9.096/1995 que regula a aplicação de recursos do Fundo Partidário: V. Na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres conforme percentual que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 5% do total. (NR) § 5o O partido que não cumprir o disposto no inciso V do caput deste artigo deverá, no ano subsequente, acrescer o percentual de 2,5% do Fundo Partidário para essa destinação, ficando impedido de utilizá-lo para atividade diversa;

3. O artigo 45 da Lei 9.096/1995, que trata da propaganda partidária gratuita, fica acrescido do inciso IV: IV - promover e difundir a participação política feminina, dedicando às mulheres o tempo que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 10%.

Estas são conquistas que exigem a mobilização das mulheres brasileiras para a manutenção desses avanços e na busca incessante da efetiva sanção aos partidos que descumprirem a legislação.

Por outro lado, é de suma importância que as mulheres participem efetivamente da vida partidária de forma a garantir que os partidos desenvolvam estratégias ou mecanismos de capacitação e empoderamento das mulheres e estratégias específicas das/ para as candidaturas femininas (a exemplo de: cursos de formação política, plataforma e agendas partidárias especificamente voltadas para gênero e mulheres, recursos de financiamento de campanha específicos etc.); de forma a não deixá-las literalmente ao sabor do jogo (masculino) pragmático das acirradas e agressivas disputas eleitorais convencionalmente tradicionais.

RESUMINDO...

São Múltiplas As Causas Da Sub-Representação Das Mulheres Na Política. Elas Estão Vinculadas:

- Ao mundo privado e da vida cotidiana (excesso de demandas e de jornadas, falta de autonomia pessoal, de autoestima e de autoconfiança, papéis estereotipados de gênero, falta de estímulo dos familiares, custos pessoais altos etc.);
- Ao mundo das interações sociais e políticas (partidos pouco sensíveis às candidaturas femininas, experiências de discriminações sociais, pouca visibilidade de suas demandas, falta de recursos econômicos para campanhas etc.);
- Às relações institucionais (dentro dos movimentos de base, a exemplo dos sindicatos, de diferentes organizações sociais e mesmo dos partidos há pouca permeabilidade às questões de gênero e das mulheres, os espaços institucionais são muito masculinizados, as lideranças também são muito masculinizadas etc.).

O SISTEMA DE COTAS COMO UMA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS.

- Atualmente, 11 países dos 18 da região latino-americana, inclusive o Brasil, adotaram um sistema de cotas para mulheres na política parlamentar;
- O sistema político brasileiro, presidencialista e bicameral e o sistema eleitoral que praticamos é um sistema proporcional de listas abertas;
- Desde o ano de 1995 temos o mecanismo afirmativo de cotas para as mulheres em partidos po-

líticos: inicialmente se previu 20% de “reserva” de vagas e agora, após a Minirreforma Eleitoral de 2009 está previsto o “preenchimento” de 30% de vagas a candidatura das mulheres;

- Em função de “manobras” políticas quando da aprovação da Lei de Cotas e como a Lei não previa sanção específica em caso do seu descumprimento, os partidos ficaram desobrigados de cumpri-las;
- Este elemento, com certeza, entre outros, tornou pouco efetiva a medida no Brasil;
- Mesmo sem a realização de uma Reforma Política, esforços foram realizados para a constituição da Comissão Tripartite Para a Revisão da Lei 9.504/1997, que entregou seu Relatório Final no dia 17/12/2009.

Mudanças importantes conquistadas:

- Os partidos têm de, necessariamente, manter aproporcionalidade, PREENCHENDO um mínimo de 30% e um máximo de 70% por sexo na sua lista de candidajturas; o Os partidos são obrigados a destinar no mínimo 5% do Fundo Partidário à criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, incluindo Cursos de Formação e capacitação. O partido que não cumprir essa disposição deverá, no ano subsequente, adicionar mais 2,5% do Fundo Partidário para tal destinação. Além disso, devem reservar ao menos 10% do tempo de propaganda partidária para promover e difundir a participação política feminina.

Tais conquistas exigem a mobilização das mulheres brasileiras para a manutenção dos avanços realizados: elas precisam estar atentas e monitorar a implementação destas novas medidas.

Superar Os Desafios: Muitas E Simultâneas Estratégias São Necessárias:

- 1. Agir na CULTURA/SOCIALIZAÇÃO política do país (nas famílias, nas escolas, nas instituições estatais, nos partidos);
- 2. Agir junto às regras do nosso sistema político-partidário e eleitoral: luta por uma efetiva reforma político-partidária; mas enquanto ela não vem, precisamos valorizar os elementos conquistados na Minirreforma Eleitoral: controlar o efetivo “preenchimento da cota” dos 30% de mulheres candidatas, fiscalizar o cumprimento da utilização dos 5% do Fundo Partidário para a realização e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, incluindo Cursos de Formação e capacitação. O partido que não cumprir essa disposição deverá, no ano subsequente, adicionar mais 2,5% do Fundo Partidário para tal destinação. Além disso, é necessário fiscalizar se o partido reservou ao menos 10% do tempo de propaganda partidária para promover e difundir a participação política feminina;
- 3. Agir junto aos partidos para que seja garantido às mulheres filiadas, militantes e candidatas formação política de qualidade e continuada, materiais que esclareçam sobre uma Plataforma Feminista de atuação politica, recursos para financiamento das campanhas das mulheres etc.;
- 4. Criar/fortalecer as instâncias de mulheres nos partidos políticos; em todas as instâncias de direção;
- 5. Estimular as mulheres a participarem ativamente das organizações partidárias.

SEXO E PODER, A FAMÍLIA NO MUNDO: 1900-2000

Goran Therbon,
Editora Contexto, 2006, SP

CONCLUSÕES: SÉCULO VAI, SÉCULO VEM

Nos capítulos precedentes acompanhamos por meio do planeta, por mais de um século, três conjuntos de processos familiares, a trajetória dos direitos e poderes de pais e maridos, ouseja, do patriarcado, as vicissitudes do casamento e da parceria sexual extramarital e a trajetória transformada da fecundidade humana. O que encontramos, então, não será repetido aqui. Em vez disso, tentaremos concluir com um panorama explicativo da dinâmica global das mudanças da família no período estudado e com uma breve avaliação da soma de mudanças.

A DINÂMICA GLOBAL DA MUDANÇA INSTITUCIONAL DA FAMÍLIA

No decorrer do século passado, a instituição da família mudou em todo o mundo. Algumas mudanças foram memoráveis - a erosão do patriarcado, a instalação mundial do controle da natalidade e algumas grandes populações fixando-se no declínio natural. O sexo e casamento mudaram radicalmente antes disso e suas mudanças no século xx não contam ainda para uma nova era global. Contudo, de uma perspectiva local, européia ou norte-americana, a revolução sexual e a parceria informal estão por tomar dimensões sem precedentes.

Ao passo que a mudança na familia foi universal, o ponto de partida, a cronologia, o ritmo e a quantidade de mudança nas três dimensões das relações familiares estudadas neste livro variaram amplamente através do globo. Mesmo, dentro das regiões, as mudanças foram muito diversificadas, como o patriarcado na Europa Ocidental, o casamento no sudeste da Ásia, ou a fecundidade na América Latina e na Ásia do Sul. Portanto, é uma tarefa atemorizante tentar juntar tudo isto para transmitir um padrão de mudança secular global.

OS NÚMEROS DA MUDANÇA

O padrão global de mudança concreta é diferente entre nossos três agregados de variáveis. A história do patriarcado no século XX é basicamente a de um declínio gradual, começando em diferentes pontos no tempo pelo mundo. A primeira ruptura ocorreu nos anos 1910, mediante ampla reforma consensual na Escandinávia e violenta revolução na Rússia. O final dos anos 1940 e o início dos anos 1950 proporcionaram outro importante degrau para baixo, nessa época centrado no Leste Asiático - no Japão, sob ocupação americana, e na China por meio da Revolução Comunista. A tomada comunista da Europa Oriental significou que os sinos lá também dobraram pelo patriarcado institucionalizado. Sem ser implementada em curto prazo, a Declaração dos Direitos Humanos da ONU assinalou importante vitória global e constitucional contra o patriarcado. Finalmente, os anos que se seguiram a “1968”, em particular os anos por volta de 1975 (Ano Internacional da Mulher), provocaram uma onda mundial contra os poderes e privilégios especiais de pais e maridos, com as primeiras rupturas vindas da Europa Ocidental e da América do Norte, mas sem deixar nenhuma parte do planeta intocada.

A mudança do casamento apresenta o formato de um V invertido na Europa Ocidental e nas Américas. Ou seja, com relação à frequência de casamento, que sobe até a metade do século e desce em seu último terço. Após as convulsões da conquista colonial e da escravidão nas Américas, incluindo as crises pós independências na América hispânica e a proletarização na Europa Ocidental, no final do século XDí teve início uma estabilização marital, estimulada pela industrialização e pelo desenvolvimento econômico, que continuou no boom após a Segunda Guerra Mundial, com alguns efeitos conjunturais breves das guerras mundiais e da depressão. Antes do final do boom e da prosperidade sem precedentes, o casamento nessas regiões tomou novo caminho descendente, ajudado pela nova crise econômica da América Latina. A Escandinávia e sua velha flexibilidade de casamento estiveram na vanguarda.

No resto do mundo, o casamento virtualmente universal manteve-se em um alto patamar até seu mergulho pós-comunista na Europa Oriental. Algumas grandes cidades asiáticas e do sul da África forneceram exceções recentes de declínio marital. Com referência à idade, há uma curva em forma de J de casamentos femininos mais tardios, embora menos clara na África Subsaariana do que no norte da África e por toda a Ásia.

A fecundidade declinou em duas diferentes ondas internacionais, após a mudança pioneira em massa na França e nos EUA pós-revolucionários, no começo do século XIX. A primeira, cobrindo toda a Europa e os assentamentos europeus de além-mar, começou após a Depressão dos anos 1870 e colidiu com a Depressão dos anos 1930. A segunda foi global e rolou no último terço do século, em ritmos diferentes, em diferentes partes do mundo. Entre elas, houve uma significativa contracorrente de fecundidade recuperada nos países da primeira onda e oscilações expressivas continuaram em anos recentes, por exemplo, na Escandinávia e nos Estados Unidos.

Contudo, nas trajetórias das três variáveis há três aspectos comuns dignos de nota. Primeiro, foram todas padronizadas, em tempo, ritmo e quantidade de mudança, pelo sistema familiar. Em segundo lugar, foram temporalmente desiguais, com pontos de ruptura claramente discerníveis, tanto do enfoque estatístico quanto legal, com períodos de nenhuma ou pouca mudança alternando com outros de rápida transformação. Em terceiro lugar, frequentemente, mas nem sempre, elas estão notavelmente sincronizadas no espaço, em ondas internacionais ou intercontinentais de mudança, ou de, pelo menos, tentativas de mudança.

Em um nível mais abstrato e analítico, isso significa que a mudança da família no século xx não foi nem evolucionária nem unilinear, dados que contrariam a “modernização” e o evolucionismo do início do século XX. Mas como então aprender a cadência da mudança global da família? A abordagem adotada aqui pode ser resumida do seguinte modo: uma análise global da mudança institucional dos sistemas familiares, isto é, uma explicação de três lados, observando os sistemas familiares, suas características mais pertinentes e sua mutabilidade/resiliência (incluindo a de seus suportes culturais), os processos de mudança institucional e a dinâmica global envolvida.

SISTEMAS FAMILIARES E PROCESSO DE MUDANÇA INSTITUCIONAL

Os sistemas familiares não parecem possuir uma dinâmica intrínseca suas mudanças são exógenas, vindas de fora. Mas o alinhamento histórico dos principais sistemas familiares no mundo, por volta de 1900, diferiu em suas características básicas, em sua adaptabilidade ou resistência a novos desafios. A família européia ocidental foi, de longe, a menos patriarcal em um mundo muito patriarcal. Sozinha no mundo, a cristandade católica insistia no casamento por consentimento apenas, limitado pelos pais protestantes, desestimulado pelo clero ortodoxo, mas ainda assim importante legado europeu de sua Idade

Média. AEuropa Ocidental abrigava um sistema de casamento com antiga flexibilidade de resposta aos bons e maus tempos econômicos, que em 1900 estava sob severa pressão da proletarização e da rápida urbanização do século XDí. Seu padrão neolocal de formação de domicílios significou que as decisões de fecundidade estavam basicamente nas mãos dos próprios casais. Umarestrição importante foi a entronização religiosa de umafamília patriarcal de fecundidade não controlada, como também o patriarcado da precoce revolução francesa moderna, expresso no Código Civil Napoleónico, que foi modelo para toda a América Latina, Europa Latina e Holanda.

A variante européia oriental era muito mais patriarcal, incluindo uma norma de domicílio patrilocal e envolvendo o casamento virtualmente universal. Em alguns aspectos, era mais semelhante aos sistemas asiáticos do que ao europeu ocidental. Contudo, em contraste com os primeiros, a Europa Oriental era monógama, tinha o direito ao divórcio com alegação de culpa relativamente simétrico e não praticava a reclusão feminina. Embora os casamentos fossem usualmente arranjados pelos pais, a norma cristã do consentimento também fazia parte da tradição ortodoxa. Um ponto fraco era a pesada dependência do Estado da Igreja Ortodoxa.

A família do Leste Asiático, particularmente em sua variante chinesa era a mais explícita e elaboradamente patriarcal de todas, tendo como valor moral mais elevado o respeito e a deferência aos pais e aos ancestrais patrilineares, o “dever filial”. O casamento era universal e fortemente dominado pelo mando. A fecundidade concentrava-se na reprodução da linhagem masculina. A família ocupava um lugar muito mais central no sistema de valores do que nos países de religiões universalistas, uma vez que a principal prática religiosa era o culto dos ancestrais. A família do Leste Asiático cresceu sob a proteção de antigos e esplêndidos estados, dos quais seus valores dependiam grandemente, posto que não havia clero significativo. Afora sua relação fundamental pai-filho, o sistema familiar do Leste Asiático incluía, ou estava aberto, a certo pragmatismo secular.

O sistema familiar da Ásia do Sul era muito mais carregado e regulado religiosamente, através das regras de casta, de pureza contra poluição, que afetava também grandemente a população muçulmana do subcontinente. As normas eram estritamente patriarcais e de dominação masculina, mas sem o foco pai-filho típico do Leste Asiático. Particularmente na parte nordeste da região, as tradições muçulmana e hindu fundiram-se na institucionalização da reclusão feminina. O casamento era universal, regulado por regras estritas de endogamia e de exogamia e um dever paterno religioso. A fecundidade pertencia ao domicílio patrilinear. A difusa porém penetrante religião hindu, que também incluía o culto aos ancestrais, tinha uma tradição antiga de auto-reprodução independente do poder político.

A geocultura daÁsia Ocidental/norte daÁfrica compreendia o âmago do islã e foi aí que se desenvolveu a família muçulmana, como o cristianismo na Europa, embora ambos fossem religiões universalistas e de proselitismo, que se espalharam também sobre outras regiões e culturas. De uma perspectiva comparativa, esse é um patriarcado particularmente preocupado com o controle sexual das mulheres, incluindo a reclusão e o véu, assim como o casamento universal, ao mesmo tempo em que concedia direitos econômicos à mulher casada, negados, por exemplo, no direito costumeiro inglês. As normas de residência eram patrilocais. Ajurisprudênda e a teologia estão muito entrelaçadas no islã e os assuntos de família são de grande e detalhado interesse para ela. Por conseguinte, a mudança familiar é muito sensível à religião e o islã possui grande clero. Por outro lado, o islã não apresentava uma real hierarquia de igreja e suas autoridades mais altas foram sempre dependentes do mais alto governante político.

A família africana combina uma hierarquia explícita de gênero com tradicional e exclusiva quantidade de autonomia das mulheres, sobretudo como comerciantes na África Ocidental, mas também como agricultoras. A poliginia de massa usualmente significa que cada uma das esposas do patriarca mantém

sua própria residência dentro do complexo. As relações conjugais são, correspondentemente, mais débeis do que em outras partes do mundo e a fecundidade é um valor muito importante-reforçada pelas altas razões terra/trabalho do continente-e pertence à linhagem. A ordem sexual indígena não foi afetada pela noção cristã de pecado ou pelo medo masculino muçulmano do desejo feminino descontrolado, e por conseguinte mais aberta à mudança. A instituição desenvolveu-se sem estado ou clero, mas enraizada na autoridade local dos chefes e dos idosos da linhagem.

A despreocupação budista com os assuntos de família, os costumes malaios e outros da região tornaram o Sudeste Asiático uma geocultura intersticial de relações familiares na Ásia, basicamente menos patriarcal e de menor controle sexual. A tradição, contudo, incluía uma objetificação sexual das mulheres, tal como a escravidão sexual no Sião e a oferenda de concubinas em Java. O casamento era universal e com uma norma de forte envolvimento parental, porém relativamente informal - em razão da ausência virtual de ritos budistas de casamento ou de um costume malaio de casamentos formais, mas, de facto, experimentais, com enorme taxa de divórcio quando nossa história começa. O parentesco bilateral tornava o tema do herdeiro masculino menos importante e a fecundidade não era particularmente carregada de valores. O sistema familiar não apresentava suportes políticos ou clericais fortes, embora os ulemás muçulmanos tivessem de ser levados em conta, assim como a Igreja Católica das Filipinas, revigorada no século XX.

As relações étnicas hierárquicas das plantations escravistas, das haciendas e da mineração ibérica nas Américas criaram um sistema especial intersticial de relações de sexo e de família, que denominamos sistema crioulo. Ele envolveu uma cultura de classe dominante fortemente patriarcal, via de regra mais forte do que o patriarcado em seu continente europeu ocidental de origem e uma cultura popular falocrática de informalidade sexual, não-casamento frequente e domicílios matrifocais muito disseminados. Foi sustentado pelo poder racista, pela hierarquia étnica e pela pobreza das massas.

Como instituições, os sistemas familiares podem ser considerados sistemas em equilíbrio, em que as definições sociais correspondem às visões sociais, direitos e vantagens correspondem a poderes e as desvantagens e obrigações correspondem à dependência e à falta de recursos. A mudança institucional poderia ser vista como um processo em duas fases. Primeiro um distúrbio no equilíbrio institucional, o que pode emergir das contradições inerentes, mas que, no caso da família, é mais provável que sejam exógenas - a abertura de novas perspectivas, o desafio aos poderes existentes, a concessão de novos recursos e opções para aqueles em maior desvantagem social, em suma, a desestabilização de um dado conjunto de disposições sociais. Essa disrupção pode ser ou não superada por mecanismos de reequilíbrio e de reestabilização. Se for, então a mudança será abortada, porém se não for, surge a necessidade de uma segunda fase de mudança, uma fase de estabelecimento de uma direção de mudança e de nova organização da instituição, portanto, uma fase de nova orientação institucional. Se essa segunda fase tiver sucesso, temos mudança institucional. Caso contrário, haverá períodos maiores ou menores de anarquia, após o que a instituição em questão ou muda (incluindo-se o desaparecimento) ou recai em suaformaanterior. O ponto principal aqui é que a relação entre o distúrbio e o redirecionamento pode variar amplamente em relação à causa e ao tamanho do distúrbio, à força de reequilíbrio, à velocidade e à eficácia da nova orientação institucional.

A mudança institucional - que podemos distinguir de “mudança em uma instituição”, referindo-se a qualquer alteração em uma instituição dada, um distúrbio de seu equilíbrio, uma erosão de sua influência - indicaria o estabelecimento de nova ordem institucional e novo equilíbrio temporário, por meio da reorganização da instituição desafiada, pela realocação de seu lugar e significado na ordem social mais ampla, até sua substituição por nova instituição ou por sua abolição como irrelevante.

Isso posto, e se tiver sentido, segue-se que a moderna mudança institucional inclui (um) momento (s) crucial(ais) de decisão normativa, momentos decisivos quando um processo de desinstitucionalização e ou de institucionalização é colocado em marcha por um caminho ou por outro. Esse é o momento político ou jurídico ao qual penso que tanto a História da Família quanto a Sociologia da Família deveriam prestar atenção. Mesmo uma revolução sexual que desafie a ordem marital-sexual tem seus momentos políticos ou jurídicos, como nos EUA, Griswold versus Connecticut (contraceptivos, 1965) ou Roe versus Wade (aborto, 1973).

Em um nivel macro, esses momentos são momentos de legislação, veredictos judiciais ou exegese religiosa autorizada, de encíclicas papais ou da fama de um ímã, por exemplo. Contudo, existe também, no nível micro, o momento em que uma violação das normas institucionais cessa de ofender ou de conduzir à marginalização, como no caso mulheres jovens saindo sozinhas, mulheres casadas trabalhando fora de casa, homens tomando conta de crianças ou fazendo tarefas domésticas, coabitação sem casamento, um nascimento extraconjugal, homossexualidade.

Nessa linha, podemos explicar a trajetória secular dos sistemas familiares observando os distúrbios de equilíbrio de mecanismos possíveis de restauração e da direção da mudança institucional.

Prestar atenção na dinâmica global, portanto, significa prestar atenção aos desafios e distúrbios mais importantes enfrentados pelos diferentes sistemas familiares do globo, e em que medida tais desafios e distúrbios estão relacionados entre si e são capazes de provocar ondas de mudança familiar. Como essa não é uma História Global Geral, mas uma História da Família, nossa procura pela dinâmica global deve partir dos sistemas familiares e do que aprendemos sobre suas tensões, desafios e mudança.

O padrão de família crioulo foi invenção moderna precoce, emergindo dos embates coloniais do século xvi e xvii. Os conquistadores, os haciendados e os proprietários das plantations escravistas, da Virgínia à Bahia, e seus explorados podem reivindicar o pioneirismo na moderna mudança familiar no mundo. Entretanto, isso foi antes do início proposto para este livro. Após os crioulos, na vanguarda da mudança familiar esteve a Europa Ocidental. A elite ocidental européia do século xvii - na Genebra calvinista de meados do século xvi e a população francesa começando no final do século xviii - iniciaram o controle de natalidade, que, nos anos 1880, transformou-se em uma onda continental, com desenvolvimento paralelo nos EUA principiando nas primeiras décadas do século XDC. O desmonte do patriarcado e a concessão de importantes direitos às esposas e aos filhos começaram na Escandinávia nos anos 1910. Assim também a informalização da parceria sexual no final do século xx, espalhando-se logo, porém irregularmente, por todo o vasto mundo do sistema familiar europeu.

No decorrer do século houve mudanças mínimas nas famílias da Asia do Sul, no oeste da Ásia/norte da África e na África Subsaariana. Mas todos os sistemas familiares, em suas mudanças, tenderam a preservar características específicas. Apesar de suas normas patriarcais, o sistema familiar europeu sempre reconheceu algum espaço público legítimo para as mulheres, fato que sempre chocou os otomanos dos séculos XVIII e xrx, os visitantes árabes e asiáticos da Europa e da América. No Leste Asiático, há ainda forte sentido de obrigação com relação aos pais, mesmo que o antigo “dever filial” tenha sido erodido. Os arranjos parentais de casamentos, um tradicional dever hindu, permanece entrincheirado na Ásia do Sul contemporânea e até na diáspora indiana. O controle sexual das mulheres continua incumbência central da instituição familiar do oeste da Ásia/norte da África e componente-chave do atual retrocesso patriarcal. A família africana sempre manteve a fecundidade como um valor central - mais alto do que as relações irmão-irmã e do que a paternidade biológica. Nos tempos modernos, ela foi a mais resiliente ao controle da natalidade e à norma de dois a três filhos. Sua poliginia massiva adaptou-se surpreendentemente bem às condições urbanas. As famílias intersticiais do Sudeste Asiático e da América crioula por definição não

têm tanto uma tradição fundamental, mas os poderes paternos nas asiáticas e a informalidade sexual e nas africanas estão sendo ainda reproduzidos. A Indonésia mantém explícita chefia masculina da família e o casamento permanece uma prática minoritária na Jamaica e na República Dominicana, por exemplo.

Apesar da Sociologia Comparativa dos Sistemas Familiares tornar esperada a vanguarda européia ocidental da última mudança moderna, sua dinâmica complexa precisa ainda ser esclarecida.

AS TRAJETÓRIAS E SUAS CARACTERÍSTICAS

A regra européia ocidental de formação de novo domicílio com o casamento, os costumes europeus de descendência legítima e o tabu cristão do infanticídio- embora o sistema de crianças abandonadas do século XVIII e xix e sua abominável mortalidade realmente chegasse perto disso - expuseram a questão do número de descendentes. A verdade é que foram os dois países da moderna revolução social, a França e os Estados Unidos, que primeiro tornaram o controle de natalidade um objetivo popular - após as elites proprietárias da Europa Ocidental-, e o fato de o controle de natalidade ter sido impulsionado e desenvolvido em ambientes que apoiavam movimentos sociais radicais no final do século xixe no começo do século xx tornam plausível a hipótese do moderno controle de natalidade popular ter sido conduzido pela revolução social e pelos movimentos sociais radicais. Governos e igrejas de todos os tipos sempre se opuseram. Não é de se estranhar, portanto, que o controle de natalidade não tenha se espalhado com o imperialismo europeu.

A dinâmica da mudança real é, frequentemente, uma combinação de conjunturas contingentes e tendências estruturais. E o princípio da onda européia de controle da natalidade parece ter sido determinado pelo estouro financeiro de 1873 e por suas consequências depressivas. Foi grandemente ajudado pelo famoso julgamento dos contraceptivos na Inglaterra em 1877, divulgado por uma emergente imprensa de circulação de massa e vinculado à difusão continental do movimento trabalhista marxista e outros radicalismos. Foi sustentado estruturalmente pelas ondas continentais de escolarização em massa e de legislação contra o trabalho infantil, ambas elevando o custo dos filhos para os pais. O grande Projeto da Fecundidade Européia de Princeton encontrou pouco estímulo econômico ou habitacional (urbanização) na mudança da fecundidade européia. A dinâmica parece ter sido, em vez disso, político-cultural.

Em relação ao patriarcado e ao casamento, a Europa Ocidental em 1900 é antes uma área de restauração e de recuperação institucional do que de mudança institucional. A proletarização do século xix- conduzida tanto pelo crescimento populacional quanto pela expropriação capitalista-e a rápida urbanização haviam erodido seriamente a ordem sociossexual expressa nas altas taxas de coabitação e de nascimentos extraconjugais nas principais partes do continente europeu, menos na Inglaterra, mas aí, ao menos em parte, por razões de procedimento e registro. Contudo, já perto de 1900, o casamento e o patriarcado europeus recuperavam-se após os deslocamentos iniciais da modernidade econômica, apoiados fortemente por todas as instituições culturais estabelecidas e grandemente também pelas instituições trabalhistas da contracultura. As novas formas de parceria informal eram praticadas preponderantemente, se não exclusivamente, pelos pobres e retirantes e alcançavam agora um momento de legitimidade, até75-100 anos mais tarde. A industrialização bem-sucedida proporcionou uma base econômica para a reestabilização e areinstitucionalização da família da classe trabalhadora.

Por volta de 1900, o imperialismo europeu e americano era parte central do processo mundial, manifesto na “abertura” do Leste Asiático, nas conquistas e ameaças na Indochina, na competição pelo Irã, no controle britânico do Egito, na “disputa” pela África, na conquista americana de Cuba, Porto Rico e das Filipinas, e nas incursões alemãs no Pacífico. Nenhuma parte do mundo estava fora do interesse e da ameaça imperialistas. Nessa situação, nos países conquistados ou ameaçados, intelectuais perceptivos, com

preocupações nacionalistas, questionavam seus padrões de família e de sexualidade em vista dos desafios imperialistas. O patriarcado e a dominação masculina excessivos eram comumemente destacados como sendo ao menos uma das razões da inferioridade em face do Ocidente. Pouco resultou disso tudo, porém o resultado positivo mais importante foi o esforço japonês de escolarização feminina. Os intelectuais reformistas não tinham força política, os próprios poderes imperialistas estimulavam o tradicionalismo da família como parte do "governo indireto" e a resposta nacionalista mais popular tendia a ser reacionária.

Sem considerar os desenvolvimentos na Europa Ocidental e em suas ramificações do Novo Mundo, o único processo importante de mudança da família que ocorria no mundo de 1900 era o solapamento do padrão de família crioulo. A abolição da escravidão terminara com aproibição de casamento dos afro-americanos e as novas ondas de imigração enfraqueciam a importância relativa das velhas regiões escravistas do sul dos Estados Unidos e do nordeste do Brasil.

Na Europa Ocidental e na América do Norte, o patriarcado estava também sendo desafiado pela classe média, enquanto as classes populares eram crescentemente atraídas por ele. Os novos meios de comunicação, o telefone, o telégrafo e os jornais, assim como a expansão do ensino, haviam criado novos possíveis mercado de trabalho para as mulheres de classe média. Elevaram-se as demandas da classe média pela autonomia econômica feminina. A polarização de classe também enfraquecera a solidariedade paternal. Em 1889, tanto a Inglaterra quanto a França aprovaram legislação contra os maus-tratos de crianças, tendo em mente principalmente pais pobres, brutalizados e alcoólicos.

Os reformadores escandinavos do início do século xx - dos direitos das crianças, dos direitos à igualdade entre marido e mulher e ao divórcio sem alegação de culpa - não acreditavam que estivessem mudando o mundo. Antes, viam-se a si mesmos como promotores de uma adaptação iluminista aos novos tempos. O crescimento econômico fora vigoroso desde o último quartel do século xix, mas a Escandinávia representava ainda rústica exceção da Europa, com um sistema político muito arcaico na Suécia e na Finlândia até 1905. O que tornou a Escandinávia uma vanguarda da familia, nos anos 1910 e 1920, assim como nos anos 1960 e 1970, foram sua modernização política tardia, rápida e ,economicamente eficaz, e sua secularização.

O patriarcado escandinavo nunca pertenceu a uma das poderosas culturas modernas precoces, como aquelas da Revolução Francesa, do direito consuetudinário inglés ou do nacionalismo alemão, e permaneceu parte de um sistema social arcaico, pré-moderno. Essa fraqueza das primeiras tradições modernas logo preparou o caminho para a democracia social, que jogou um papel político-chave nas mudanças familiares dos anos 1960 e 1970. As clássicas igrejas luteranas estatais da Escandinávia foram fortemente patriarcais em todos os sentidos, apoiadas por estados que se autodefiniam como defensores da fé. Mas as burocráticas igrejas estatais estavam mal equipadas para lidar com a proletarização e a urbanização. Um setor das novas classes populares foi perdido para os novos movimentos evangélicos, que à época, se encontravam muito divididos e/ou eram muito "anti-establishmen? para oferecer qualquer suporte patriarcal; outro setor foi perdido para movimentos sociais ateus ou agnósticos. A secularização demorou um pouco e nada aconteceu antes de 1900. Entretanto, por volta dos anos 1910, não havia mais qualquer voz eclesiástica estrondosa do patriarcado, assim como mais tarde, nos anos 1960 e 1970, não houve também em relação ao casamento formal.

As reformas escandinavas dos anos 1910 dificilmente tiveram qualquer repercussão internacional direta, tampouco a tiveram, de modo mais surpreendente, as Revoluções Chinesa e Mexicana do mesmo período. Contudo, os bolcheviques, que introduziram a escolha livre de casamento, a igualdade entre marido e mulher e o divórcio sem alegação de culpa na Rússia no final da década, certamente tiveram. Com certa ironia histórica, esse legado comunista espalhou-se surpreendentemente pelo mundo. O "co-

munismo mundial" não era apenas uma histeria da direita. Ele realmente impulsionou a mudança familiar radical na Europa Oriental e no Leste Asiático após a Segunda Guerra Mundial. Inspirou a reforma radical da família em Cuba nos anos 1960 e 1970. Um modernismo sociocultural desinibido, ateu, decorrente do iluminismo e do movimento trabalhista marxista europeus levou adiante a revolução da família contra a firme resistência do campesinato patriarcal.

No poder, o comunismo foi forte defensor do casamento, e no seu período final esteve muito preocupado com a fecundidade, estimulando os nascimentos na Europa Oriental com algum sucesso relativo e iniciando, dramática e brutalmente, o controle de natalidade efetivo na China e no Vietnã. Na forma de movimento de mulheres, ele esteve por trás da iniciativa do Ano Internacional da Mulher da ONU e, na forma de governo comunista da Polônia, iniciou o processo que levou à Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas.

Por setenta anos, de 1917 até 1989, quando a Convenção da Criança da ONU foi adotada, o comunismo representou parte importante da dinâmica global da mudança familiar, com impressionante resultado em influência e impacto, cujo valor, é claro, pode ser avaliado de diferentes modos. Mas por causa de seu papel de vanguarda, a implementação real de suas disposições levaria pelo menos uma geração, como ocorreu na Rússia e na China, onde o controle parental dos casamentos diminuiu apenas vagarosamente. E por causa do caráter politicamente ditatorial do comunismo, suas políticas de família incluíram também a discriminação política e a conveniência insensível do estado.

As duas grandes guerras e a Depressão mundial dos anos 1930 efetivamente desafiaram os sistemas familiares em muitas partes do mundo - mas não em todo lugar-ou diretamente, tirando as sociedades fora da normalidade, ou indiretamente, enfraquecendo ou extinguindo regimes políticos. Seus efeitos na África, na Ásia Ocidental/norte daÁfrica e naÁsia do Sul foram relativamente negligenciáveis.

Após a Primeira Guerra Mundial, as mulheres ganharam o direito de voto na Europa do norte, mas as mudanças na família exceto na Escandinávia não foram substanciais. O fim da Primeira Guerra Mundial destacou a humilhação continuada da China, provocando o Movimento 4 de Maio de rebelião nacionalista modernista, que incluía um explícito desafio à família. Todavia, nenhum momento político-jurídico decisivo ocorreu com a família chinesa antes de 1950. A queda do Império Otomano levou à revolução kemalista turca, que, exceto por sua influência sobre o Irã, permaneceu uma esquisitice no mundo islâmico, seu édito de reforma familiar não funcionando fora da metrópole de Istambul e das vizinhanças burocráticas de Ancara.

A Depressão foi provavelmente o cenário mais importante, cujo término representou a fuga de um buraco negro para a luz brilhante, estimulando imediatamente casamentos e nascimentos na Alemanha, Suécia e Áustria, sob diferentes auspicios políticos. Foi o paño de fundo da prosperidade pós-Segunda Guerra Mundial que levou europeus ocidentais, norte-americanos, australianos e mesmo latino-americanos a taxas recordes de casamento. A velha adaptabilidade oeconômica do sistema de casamento europeu ocidental estava ainda em operação, agora reagindo mais rapidamente do que antes.

A Segunda Guerra Mundial produziu um momento constitucional muito importante, no Japão, na Alemanha e na ONU. O patriarcado foi séria e explicitamente desafiado, pela primeira vez, pela corrente dominante internacional- a vitoriosa coalizão antifascista. As mudanças não aconteceram instantaneamente, mesmo nesses três casos, mas um novo caminho fora aberto. Os "casamentos por amor" gradualmente tornaram-se a norma no Japão. A Corte Constitucional da Alemanha Ocidental não permitiu que a maioria política de conservadores cristãos se livrasse sem que a cláusula constitucional de igualdade de gênero estivesse expressa na legislação. A Declaração dos Direitos Humanos da ONU não recebeu im-

plementação legislativa, mas sua proclamação da igualdade de gênero forneceu a base para importantes esforços posteriores da organização com respeito aos direitos das mulheres e das crianças.

Assim como no noroeste da Europa depois da Primeira Guerra Mundial, o direito de voto concedido às mulheres européias latinas após a Segunda Guerra Mundial não acrescentou nada significativo à mudança da família. A independência da Asia do colonialismo gerou cláusulas constitucionais genéricas de igualdade sem nenhum impacto significativo, como na independência africana dos anos 1960.

Desconsiderando-se o discurso intelectual, o impacto colonial e anticolonial sobre a família foram severamente limitados (após a invenção da "crioulitude"). A migração de trabalho de longa distância e por longo tempo, estabelecida na Africa do Sul e reforçada pelo apartheid racista, tem sido um dos mais importantes efeitos coloniais do tipo destrutivo. Algumas vezes é marcante a resiliência dos padrões familiares entre os colonizados, tal qual a sobrevivência da poligamia em grande escala entre cristãos africanos. A dualidade racista entre governantes e nativos, característica do colonialismo, deixou a família nativa basicamente não colonizada e limitou muito a interferência dos missionários e dos apóstolos seculares na mudança da família.

Houve diversos movimentos globais pertinentes no século xx, por exemplo, a primeira onda feminista, que incluiu um encontro pan-Pacífico, em Honolulu em 1928, (Wallacott 1999) e o primeiro movimento pelo controle da natalidade, cujos representantes foram festejados tanto na índia quanto na China dos anos 1920. Entretanto, comunismo aparte, sua influência foi muito limitada, geralmente confinada a pequenos grupos da elite. O movimento de controle da natalidade após a Segunda Guerra Mundial, vagarosa, mas habilmente, manobrou para mudar isso, trabalhando por intermédio de agências financiadoras da filantropia protestante secularizada do EUA e com agências públicas do noroeste da Europa, com alguns líderes políticos do Terceiro Mundo e gradualmente, por meio do Banco Mundial e da ONU. Asegunda onda de declínio da fecundidade noTerceiro Mundo deveu-se enormemente a esse movimento compósito. Ele tanto patrocinou quanto foi ajudado pelo avanço tecnológico dos contraceptivos baratos e fáceis, a esterilização simples e reversível, o dispositivo intra-uterino e a pílula.

O movimento de 1968 colocou em curso uma travessia mundial de mudança. Em suas terras natais da Europa Ocidental e da América do Norte, ela proliferou com a expansão da educação superior feminina, que forneceu as "forças especiais" do feminismo. Foi transmitida, contudo, por intermédio da máquina da ONU de conferências, redes e publicações que também propiciaram agendas globais ou "Planos de Ação", e geraram novas agências governamentais na maioria dos países, cheias de novos interesses sobre temas de família e gênero. A educação feminina saltou para frente e para cima, para a educação superior, inclusive nos estados do Golfo e em outras partes da Ásia Ocidental/norte da África. Estruturalmente, a onda de despatriarcalização e de retardamento dos casamentos de 1968 em diante foi também sustentada pelo desenvolvimento do mercado de trabalho pós- industrial no mundo rico, colocando mulheres em bons postos da economia de serviços e, mais cautelosamente e de modo indireto, pela expansão do trabalho industrial feminino têxtil e eletrônico naÁsia e em outras partes doTerceiro Mundo.

Até agora, mudanças familiares efetivas, desconsiderando-se o controle da natalidade, não têm sido dramáticas na Ásia ou na África. Mas mudanças da cultura mundial - para uma postura amplamente pró-feminista, pró,- individualista, marcaram as conferências das Nações Unidas de meados dos anos 1990, Cairo e Beijing e os novos desenvolvimentos econômicos e educacionais impuseram sérios desafios ao patriarcado remanescente e ao coletivismo familiar de controle masculino. Por outro lado, a familia controlada pelo homem foi reforçada no último terço do século passado em forte revivescência religiosa islâmica, frequentemente com intensa preocupação patriarcal e, menos efetivamente, em surtos de fundamentalismo cristão, judeus, hindu e em correntes da Europa Oriental pós-comunismo. A vitória do

fundamentalismo cristão americano, ao barrar a Emenda dos Direitos Iguais nos anos 1970, parece agora ter sido mais uma vitória de Pirro.

A Europa ex-comunista está chegando mais perto do padrão ocidental, enfrentando a depressão econômica pós-comunista com o adiamento em larga escala dos casamentos e taxas de natalidade em franca descida. Porém a clássica divisão da família européia, que vai de Trieste a São Petersburgo, remontando há mais de mil anos, no início da Idade Média, é ainda visível em 2000. Aquelas regiões pós-comunistas que previamente pertenceram ao padrão familiar ocidental estão adotando rapidamente a prática ocidental atual de coabitação informal. O antifeminismo anticomunista não aparenta ter feito muito progresso.

A profunda e prolongada crise econômica e as desigualdades escancaradas da África parecem gerar uma tendência em direção à "crioulização", com sexualidade falocrática e domicílios matrifocais. Ao mesmo tempo, estão sendo reproduzidos padrões africanos específicos, como a poliginia em massa e a alta fecundidade (embora diminuída), enquanto sua transformação pelo planejamento familiar e pelas reformas legais fortalece a posição de esposas e filhas.

A tendência secular em direção à formalização e à estabilização da família crioula na América Latina foi revertida no último quartel do século. Nesse caso, pode-se suspeitar de uma dinâmica interativa cultural e econômica, influências culturais da Europa Ocidental e da América do Norte afetando as classes médias da América Latina, ao mesmo tempo em que largos setores das classes populares viram toda sua existência social erodida ou ameaçada pela longa crise econômica.

A mudança da família tem sido irregular tanto no tempo quanto no espaço. Sua dinâmica tem sido multidimensional, tanto cultural e política quanto econômica. Sua topografia apresenta a aspereza das conjunturas, mais do que o declive suave das curvas de crescimento. Sua extensão planetária é menos produto de forças universais comuns do que resultado de vínculos e de movimentos globais.

Nossos dados mostraram que os padrões mundiais de família e das relações sexuais permanecem variados. Todos os principais sistemas familiares do mundo mudaram no século passado, mas eles estão ainda aí. No caso da família européia, fomos também capazes de discernir de que maneira as variações internas, de idade ao casar e de coabitação informal, emergiram ao longo das mesmas linhas após vastas e profundas transformações societárias.

Depois de tudo, porém, pode-se dizer que é a despeito da persistência de diferenças importantes, os padrões de família do mundo tornaram-se mais similares? Com relação às variáveis investigadas aqui, a resposta é: não. Os complexos e multifacetados agregados de relações e práticas estudados não tornam fácil nenhuma mensuração exata. No caso da fecundidade, a precisão quantitativa é possível, embora a base de dados histórica contenha uma margem de erro. Conforme vimos anteriormente, na tabela 8.7, as transformações da fecundidade tornaram as três mais importantes partes do mundo também mais diferentes em 2000 do que o eram por volta de 1900. O alcance limitado, até agora, da revolução sexual e da parceria informal certamente não fez a ordem sociossexual convergir através do globo. Novamente, as trajetórias parecem antes divergir entre o casamento ainda quase universal e controles estritos da sexualidade legítima na Ásia, e a tendência ocidental das últimas três décadas, de menos casamento e mais sexo.

O resultado patriarcal é um tanto diferente. As mudanças radicais na populosa área nuclear do patriarcado, o Leste Asiático, e a aproximação conjunta da Europa a uma família pós-patriarcal - mas de

modo algum com igualdade de gênero são importantes tendências de convergência. Ao passo que os direitos de filhas, irmãs e esposas nas regiões ao Norte da Ásia do Sul estão agora (em termos relativos) provavelmente bem mais abaixo dos de suas irmãs européias do que estavam em 1900, a tendência de convergência parece carregar mais peso. Se for assim, a principal razão direta da despatriarcalização convergente não terá sido o trabalho de um "espírito feminista mundial", porém resultado e sequela específicos da Segunda Guerra Mundial no Japão e na China.

OS TEMPOS POR VIR

Um século é suficiente para este livro. Para apreendê-lo, tivemos de voltar atrás e não apenas ao século xix e a seus processos de mudanças maritais e da fecundidade e ao questionamento embrionário do patriarcado, todavia também aos movimentos de população do início da Idade Média européia e à conquista das

Américas. Mas o que podemos ver do século xxi com base em seu limiar de mudanças passadas? Comecemos com os dois quadros menos nebulosos e perigosos, isto é, com as perspectivas para a fecundidade e para o patriarcado, embora não se possa .esquecer que nenhum futuro permite certeza absoluta ou clareza plena.

ALÉM DA "TRANSIÇÃO":

ENVELHECIMENTO E GUINADAS DEMOGRÁFICAS GEOPOLÍTICAS

Se quando ocorrerem padrões de família pelos quais a população não mais se reproduz, teremos deixado a época da "transição" entre um suposto equilíbrio para outro. Essa é a situação atual das "regiões mais desenvolvidas" do mundo, conquanto seja ainda muito cedo para dizer se ela permanecerá. O Fundo de População da ONU (UNFPA2002) estima umaTaxa de Fecundidade Total para o mundo rico entre 2000 e 2005 de 1,5 filho por mulher. Também estão abaixo da taxa de reposição em longo prazo, de 2,1 filhos, a China (1,8) e a Coréia do Sul (1,5). Os EUA são a única parte significativa do mundo desenvolvido que está, grosso modo, no nível de reposição (us Census Bureau 2001a: tabela 74) - principalmente em virtude da fecundidade das mulheres hispânicas e de outras imigrantes recentes -, ao passo que a fecundidade sul-coreana está abaixo de 1,5. As populações russa e ucraniana estão já declinando, ao mesmo tempo em que a imigração ainda compensa o declínio natural da Alemanha e da Itália (Council of Europe 2001a: tabelaTO .2). Na Asia, salvo pelo Japão, levará décadas para que a taxa de fecundidade se traduza em declínio populacional, em razão das estruturas de idade com grandes coortes férteis.

Nova era demográfica de declínio populacional não catastrófico pode estar alvorecendo. Fome, epidemias, enchentes, vulcões e guerras cobraram seu preço no passado, mas que grandes populações não se reproduzam por escolha individual é uma mudança histórica notável. Na Europa Ocidental, esse padrão está se estabelecendo em tempos de paz, sob condições de grande prosperidade, embora sejam ainda visíveis oscilações conjunturais, significativas na depressão escandinava do início dos anos 1990.

Nada garante que isso realmente acontecerá. Contudo, não se sustenta mais como referência básica para a análise da população (cf. Bongaarts 2001b) que o ponto terminal da "transição demográfica" será uma população estável. Um declínio de população nos próximos quinze anos, se ocorrer, acontecerá apenas em partes do mundo. A população global continuará crescendo - a menos que haja algum desastre planetário. E as tendências atuais nas áreas agora propensas ao declínio não são irreversíveis. As taxas de fecundidade européia recuperaram-se após sua queda na Depressão, e em diversos países houve re-

cuperação após a queda dos anos 1970, incluindo um retorno ao nível de reposição nos Estados Unidos. Além disso, a taxa de fecundidade total européia atual parece exagerar a mudança recente por não levar em conta o simples adiamento dos nascimentos, e observamos anteriormente que a norma de dois filhos é ainda adotada por mulheres e casais europeus - mas de modo algum na Alemanha. Políticas públicas pró-natalistas nem sempre foram ineficientes no passado e a oferta de serviços de atenção infantil tornou possível a notável correlação positiva transnacional atual na OCDE entre fecundidade e participação feminina na força de trabalho (Castles 2003; cf. Kõgel 2002). Em outras palavras, o declínio da população, mesmo no mundo rico, está longe de ser determinado. As políticas públicas têm meios de proporcionar um possível mecanismo de equilíbrio, não incluído na teoria demográfica padrão. Se eles serão ou não ativados, dependerá do debate público e das prioridades das tomadas de decisões políticas.

Há pelo menos três conjuntos de argumentos para uma política ativa de população. O mais forte, de um ponto de vista democrático e individual, é o de que as atuais dificuldades de combinação de trabalho e família levam a soluções insatisfatórias e um número significativo de pessoas acaba tendo menos filhos do que gostaria de ter. Até agora, o argumento desempenhou um papel marginal na discussão pública. Em segundo lugar, e usado mais frequentemente, está o argumento da transmissão geracional: isto é, assegurar uma base populacional futura suficiente para o provimento de pensões e serviços para a geração atual, em fase mais tardia da vida. Há um terceiro argumento nacional/regional, fora de moda atualmente, porém sem dúvida pertinente, sobre a demografia da geopolítica, da geoeconomia e da geocultura. A redução e o envelhecimento das populações as tornam vulneráveis não apenas nos jogos do poder, mas também na sustentabilidade de seu bem-estar econômico e de suas preferências culturais.

Para os últimos dois propósitos, embora um tanto menos para o último, a imigração é uma alternativa funcional à promoção dos nascimentos. Países tradicionalmente”fechados ou de migração de saída, como Alemanha, Itália, Japão, Coréia e Espanha, todos com sistemas familiares apoiados na existência da mãe dona-de-casa, estão enfrentando escolhas especialmente difíceis e inevitavelmente controversas nesse ponto.

No caso das tendências demográficas atuais não mudarem radicalmente, ocorrerão importantes mudanças na população - da distribuição geográfica da população mundial e na estrutura etária das populações nacionais. Os números das estimativas de longo prazo devem sempre ser lidos com ampla margem de erro. Mas sem dúvida estamos caminhando para importantes mudanças regionais do peso populacional. Se a taxa de fecundidade de 1995 continuar por mais cem anos e assumindo-se uma população estável, na virada do próximo século sobrariam apenas cerca de 14 milhões de alemães (em vez de 82 milhões), cerca de35 milhões de japoneses (em vez de 125 milhões) (McDonald 1997:1-2). Esse é um exercício de cálculo demográfico, mostrando os possíveis efeitos de longo prazo de um processo não controlado, mas há também prognósticos mais realistas (tabela 9.1).

Em seu prognóstico de 2003, a divisão de população da ONU prevê em seu “cenário médio” que a população humana alcançará o seu valor máximo por volta de 2075 - 9,2 bilhões e então, declinará vagarosamente para 8,5 bilhões (http://www.un.org/ esa/ population).

Europa, Japão e Rússia estão propensos a se tornarem os perdedores demográficos do novo século. Segundo as projeções contemporâneas de população e de crescimento econômico, a China poderá vir a apequenar o crescimento de seus vizinhos russos e japoneses. Em 1910, a Europa abrigava um quarto da população mundial, em 2000, um oitavo e prevê-se que em 2050, ela abrigará apenas 1/15 dos seres humanos da terra. A Asia do Sul - e talvez também a África Subsaariana-tende a suplantar o Leste Asiático como a região mais populosa do mundo. As riquezas naturais da África e a já demonstrada capacidade produtiva da índia não tornam inconcebível que seu peso populacional possa ao final conseguir uma base

econômica para manter-se. O centro do islã no oeste da Ásia/norte da África provavelmente se tornará um jogador demograficamente peso pesado, embora as mudanças educacionais que apenas começaram possam diminuir as estimativas atuais. De qualquer modo, o balanço de poder no mundo será afetado não apenas pela distribuição de mísseis e outras armas de destruição de massa, como também pelos movimentos populacionais.

Até agora, o envelhecimento tem atraído mais atenção do que o declínio populacional e as mudanças de peso demográfico. Mesmo sob suposições de imigração contínua e de alguma recuperação da taxa de fecundidade, o futuro da

Europae do Japão parece um tanto cinzento. Por volta de2000, já havia mais pessoas de 65 anos e do que crianças abaixo de 15 anos no Japão, assim como na Alemanha, Grécia, Itália e Espanha. Em 2015 é provável que este seja o caso de toda a Europa (UNDP 2002: tabela 5). O UNFPA (2000: tabela Al 1) prevê que em 2050, um em cada três japoneses terá 65 anos ou mais e quase um entre três (29%) dos habitantes da atual União Européia, com idades medianas de 49 e 48 anos, respectivamente. O prognóstico norte-americano é de um em cinco com 65 anos ou mais.

Tabela 9.1

Perspectivas regionais de população do mundo, 2000-50 (milhões)

	População projetada p/ 2050	Mudança 2000-50
América Subsaariana	1680	+1045
América Latina e Caribe	806	+280
América do Norte	438	+120
EUA	397	+111
Leste Asiático	1665	+173
China.	1462	+177
Japão	109	-19
Ásia do Sul[a]	2345	+933
índia	1572	+547
Paquistão	344	+199
Sudeste Asiático	800	+170
indonésia	311	+97
Ásia Ocidental/Norte da África[a]	920	+457
Europa[b]	603	-123
Rússia	104	-44
Mundo	*9322*	3186

Fonte: UN (2001 b).

Notas:

a - Afeganistão e Irã aqui transferidos para a Ásia Ocidental

b - Ampliada com os EUA e os Balcãs

Urna das tarefas mais importantes das ciências sociais do século XXI será observar como as estruturas etárias extremamente diferentes afetarão as relações culturais, econômicas e políticas. Em 2000, 30% da população mundial eram crianças variando de 14-15% na Itália, Japão e Alemanha, a 45% na Nigéria e na África Subsaariana, chegando a 50% no Iêmen e em alguns poucos países africanos. Em 2015, a ampli-

tude de variação está estimada em 12-13% nos países mais pobres de crianças e 42-43% na África, com alguns países ainda alcançando até 50%. Em contraste, o mundo em 2000 tinha 7% de sua população com 65 anos ou mais, com um crescimento previsto de 1% até 2015, quando um japonês em cada quatro terá 65 anos ou mais, um alemão em cada cinco e 19% e 14% da população inglesa e americana, respectivamente (UNDP 2002: tabela 5). O envelhecimento é, acima de tudo, um problema euro-japonês.

AS EXPECTATIVAS NEBULOSAS DO PATRIARCADO

O patriarcado governa ainda a maior parte da Ásia (particularmente no oeste), a maior parte da África, partes dos Andes e dos Bálcãs e lança suas sombras em partes significativas do Leste Asiático. Onde pais e maridos não dominam, a ordem sociossexual pode ser dominada pela falocracia ou o poder sexual masculino assimétrico, como nas sociedades populares crioulas ou nas inchadas favelas africanas. Mesmo se, nessa ocasião particular, deixarmos de fora a economia política da desigualdade de gênero e nos concentrarmos nas relações familiares e sexuais, o patriarcado e seu irmão mais novo a falocracia representam importantes fenômenos do século xxi. Há pouca razão para crer que eles estarão completamente eliminados em 2091, por ocasião do bicentenário da primeira edição da História do Casamento Humano, de Edward Westermarck.

Contudo, as expectativas para o patriarcado estão certamente longe de serem claras. Com o envelhecimento do eleitor mediano, a política democrática estará cada vez mais confessadamente atenta às necessidades dos idosos, porém tal fato se manifestará mais provavelmente em necessidade de apoio do que em poder familiar. Sintomática, ainda que particular do ponto de vista geocultural, é a Lei Chinesa de Proteção dos Direitos e dos Interesses dos Idosos de 1996. Ao mesmo tempo em que inclui disposições exortativas reminiscentes do dever filial, a maior pressão da lei é transformar os idosos em espécies protegidas nas tempestades da economia de mercado comunista. Nela se explicitam as obrigações dos membros mais jovens da família com relação à manutenção dos idosos, respaldadas em sanções legais e rápidas compensações judiciais. Talvez o parágrafo mais significativo seja o § 18, que trata de um problema pós-patriarcal: “A liberdade de casamento dos idosos é protegida pela lei. Os filhos ou outros parentes não podem interferir no divórcio, recasamento, ou na vida de casados dos idosos”.

A Revolução procurou proteger a liberdade dos jovens de casar-se contra a interferência de seus pais. Agora, o legislador chinês vê a necessidade de proteger a liberdade dos idosos contra a interferência de seus filhos.

Outro indicador do quanto está sendo erodido o antigo patriarcado foi proporcionado pela televisão indiana no outono de 2002. A sagrada prerrogativa paterno/parental de arranjar casamentos para seus filhos foi transformada em um show de TV, com os arranjos sendo feitos diante das câmeras. Certamente, o que é significativo aqui é a profanação simbólica do casamento hindu, e não do real, o que não passa de uma gota d’água no oceano.

O patriarcado tornou-se oficialmente ilegítimo no mundo todo. A convenção da ONU de Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres foi posta em vigor em 1981 e ratificada pela maioria dos países. As exceções são o Afeganistão, a Somália, os Estados do Golfo e os EUA, que também nesse assunto considera inaceitável qualquer regra internacional que ele próprio não tenha ditado, mas cujo Judiciário nacional não mais apóia a discriminação de gênero. As forças da educação feminina e das aberturas de mercado de trabalho, das políticas públicas, das redes internacionais e da cultura de massa estão corroendo os pilares remanescentes do patriarcado. Vimos, anteriormente, a limitação de um retrocesso tão poderoso quanto aquele incorporado na República Islâmica do Irã. Por outro lado, as saídas do patriarcado requerem recursos - de escolarização, de trabalhos e de renda. O patriarcado está agora

entrincheirado nas regiões pobres do mundo, e o ritmo de seu desaparecimento dependerá muito do vigor futuro do desenvolvimento econômico dessas regiões.

Sob as novas condições de controle da natalidade, a discriminação patriarcal contra as filhas está criando um problema especial para as gerações futuras - um desequilíbrio sexual. A persistente preferência pelo filho homem do Leste Asiático, provocou uma elevação na razão de sexos das crianças no final dos anos 1980, não apenas na China como também em Taiwan e na Coréia do Sul, e menos agudamente em Hong Kong.

Na China continental, esta mudança aparentemente foi em parte produzida pelo infanticídio e pela subdeclaraçao de meninas ao planejamento familiar e às autoridades do registro de nascimentos, enquanto o aborto seletivo foi o método decisivo em outras áreas. A verificação do sexo do feto foi disponibilizada em larga escala na China continental apenas nos anos 1990 (Park e Cho 1993; Das Gupta et al. 2000). Em 1995, a razão de sexos chinesa ao nascer era de 117 meninos para 100 meninas (Li e Peng 2000: tabela 6.3), ao passo que o censo sul-coreano de 2001 mostrou um leve declínio na razão de 109 meninos para 100 meninas.

A índia é um outro país de “meninas desaparecidas”. O censo indiano de 2001 encontrou mais desaparecimentos do que os precedentes, registrando 108 meninos para 100 meninas para o grupo etário de 0 a 6 anos (para uma discussão metodológica e de crítica desses dados ver Bhat 2002). Uma distribuição humana normal ao nascer é de 105 a 106 meninos para 100 meninas. No longo prazo, essa discriminação contra as filhas provavelmente será autodestrutiva no sentido da elevação do valor de escassez das meninas.

Pode-se prever que a desigualdade de gênero terá uma expectativa de vida maior do que o patriarcado, por causa de sua profunda inserção em padrões de renda estruturados pelo gênero e nas antigas assimetrias das responsabilidades familiares. Contudo, ela foi significativamente reduzida na segunda metade e, especialmente, no último terço do século passado. Não parece haver razões fortes para duvidar de que o processo de equalizaçao possa continuar. Ao menos no nível da retórica e das políticas oficiais, maiores oportunidades para as mulheres tornou-se um dos poucos temas nos quais estados e organizações interestatais, dos Estados Unidos e do Banco Mundial à Assembléia Geral da ONU, podem concordar.

COMPLEXIDADES E CONFLITOS DA FUTURA ORDEM SOCIOSSEXUAL

Em que medida a família, no sentido de parcerias de longo prazo, casamento e paternidade, continuará a estruturar a ordem sociossexual? Em que extensão a revolução sexual ocidental terá impacto no mundo todo? Comecemos de um ângulo oposto ao nosso estudo do passado, do individualismo do viver sozinho, das relações passageiras, da “sexualidade plástica”, trazidos à discussão pública ocidental recente. Boa parte do debate pode ser provinciana, até mesmo paroquial, não considerando mais do que um (ou alguns poucos) ambiente (s) de cidade grande do mundo rico, mas as questões são gerais.

SOLIDÃO E CONTINGÊNCIA: APÓS A PADRONIZAÇÃO INDUSTRIAL

Estamos caminhando para um século de solidão? Dificilmente. O morar sozinho provavelmente está aumentando, contudo, o fenômeno é muito mais circunscrito do que usualmente concebido.

Como forma de vida de significado mais do que marginal, o viver sozinho hoje está largamente confinado ao mundo rico e a um par de países envelhecidos, anteriormente ricos da América Latina. De fato,

mesmo dentre países da OCDE, ele não avançou muito na Europa do Sul. Nas Pesquisas de Demografia e Saúde de 43 países do Terceiro Mundo nos anos 1990, entre 1% a 2% dos indivíduos estavam vivendo sozinhos (Bongaarts e Zimmer 2000: tabela 1) Na América Latina de meados dos anos 1990, apenas na Argentina e no Uruguai, os domicílios de pessoas sozinhas constituíam mais do que 8% do total (alcançando 15%). Em toda parte, à exceção da Argentina, há mais famílias extensas do que domicílios unipessoais: no Brasil, para 16% de famílias extensas há 8% de pessoas sozinhas, e no México, respectivamente, 19% e 6% (UN-ECLAC, 1997: tabela vi. 1.1).

Também nos Estados Unidos, em 1999, havia mais pessoas vivendo em domicílios com três ou mais adultos do que sozinhas: 25% e 12% respectivamente, e no Reino Unido, 20% e 13%. Apenas na Escandinávia hámais pessoas sozinhas do que pessoas em famílias de vários adultos. Se juntarmos às pessoas sozinhas os pais sem cônjuge e com filhos, o balanço se tornará 20% e 21 % no Reino Unido, porém permanecerá basicamente intocado nos Estados Unidos, em 25% e 16% (Eurostat 2001: 115).

Agora, “adultos” aqui incluem descendentes de 16 anos na força de trabalho, e de acima de 24 anos se economicamente ativos, mas vivendo com o(s) pai(s). Mesmo em uma contagem mais convencional, de famílias complexas/ extensas, um terço dos países da União Européia - Grécia, Irlanda, Luxemburgo, Portugal e Espanha-na verdade abriga mais pessoas vivendo em tais famílias do que sozinhas (Eurostat 2000b: 50). No Reino Unido (em 1995), por sua vez, haveria duas vezes mais pessoas em domicílios unipessoais do que em tais famílias.

A extensão da solidão é exagerada pela contagem de domicílios apenas, uma vez que todos os outros domicílios têm mais membros. Por volta de 2000, os domicílios unipessoais compunham um bom quarto de todos os domicílios da União Européia, da América do Norte, do Japão e da Austrália, mas compunham apenas entre um décimo (EUA, Japão) e um nono (União Européia, Reino Unido) da população (Coleman 2000: tabela: 22; Eurostat 2000: 49; Japan Statistics

Bureau, 2000; Trewin 2001:194; us Census Bureau 2001c: tabela 2). Na Suécia, a tendência ocidental à solidão é dobrada: em 1999,44% de todos os domicílios tinham um único membro, que constituíam 26% da população acima dos 15 anos (SCB 2002a: 21). Há uma tradição sendo seguida: em 1900, um quarto de todos os domicílios suecos era unipessoal, correspondendo a um déciifto da população de 15 anos e mais (SCB 1999: tabelas 1.9,1.2). Mas isso não representa mais do que 15% da população sueca entre 35 e 54 anos vivendo sozinha em algum momento, enquanto 85% não estão (SCB 2002b: tabela SRl).

Por trás do viver sozinho e de seu aumento, está antes de mais nada aquilo que podemos chamar economia geracional, uma interação da dependência da geração e dos recursos econômicos. Jovens dependentes deixam seus lares paternos antes de formar nova família (ou casal), e idosos independentes, frequentemente viúvas, mantêm suas próprias casas. Tal independência de geração ou individualismo da geração é um traço antigo da família do noroeste da Europa, embora os domicílios de solitários fossem mais comuns no continente, da França à Escandinávia, do que nas Ilhas Britânicas (Wall 1989: tabela 7). A prosperidade geral torna isso mais amplamente possível, mas as condições específicas do mercado imobiliário podem manter os jovens no lar paterno, como no sul da Europa, ou impedir que diversos idosos sozinhos se mudem para a casa de seus filhos, como no Japão.

Em segundo lugar, há aquilo que os estudiosos do mercado de trabalho chamariam de solidão friccionai: isto é, a vida solitária entre uma e outra parceria, um e outro casamento, uma e outra coabitação. Finalmente, há a solidão estrutural e voluntária, cuja importância relativa é pouco conhecida. “Estrutural” significando aqui uma obliquidade dos mercados de parcerias de tal modo que alguns homens ou mulheres fossem excluídos ou considerassem os parceiros disponíveis não atraentes. Homens das classes mais

baixas são às vezes excluídos desse modo e mulheres altamente educadas nas sociedades patriarcais às vezes consideram as alternativas matrimoniais existentes pouco atraentes.

O viver sozinho não é uma invenção do final do século xx, e sim um antigo componente do sistema familiar do noroeste da Europa. O desmonte da "casa" patriarcal (te) após a Segunda Guerra Mundial gradualmente levou à sua disseminação no Japão. Em um futuro próximo, não é provável que se torne um aspecto importante dos outros sistemas familiares não-europeus, mas se na Europa Oriental a atual crise econômica for superada, é provável que lá aumente substancialmente. Seu avanço paulatino em andamento no Ocidente continuará, provavelmente, sem conduzir a nenhuma mudança muito fundamental. A Ssperiência sueca mostra a flexibilidade da família do noroeste da Europa, combinando altas taxas de celibato, nascimentos extraconjugais e coabitação sem casamento com fecundidade média acima da União Européia, monoparentalidade infrequente e dois terços dos adolescentes crescendo com ambos os pais.

A revolução sexual não foi um assalto ao casamento e à formação de casais duradouros. Foi uma afirmativa do direito ao prazer sexual, antes do casamento e fora tanto quanto dentro dele. Conforme notamos anteriormente, o casamento também se enriqueceu sexualmente. A coabitação desenvolveu-se como casamento experimental e como formação de parcerias secularizadas e informais, que legisladores e tribunais vêm tornando crescentemente semelhantes ao casamento. A família nunca morreu e, em contradição com um psiquiatra da contracultura famoso antigamente (Cooper 1971), as comunas e as experimentações com a plasticidade sexual nunca foram além de uma franja boêmia. Ao final dos anos 1990, o direito ao casamento tornou-se uma palavra de ordem central para gays e lésbicas.

O núcleo da liberdade romântica e do comprometimento no sistema familiar da Europa moderna (e do Novo mundo) não foi quebrado e será mantido no futuro. Nos EUA, por exemplo, a felicidade marital, embora caísse levemente em meados dos anos 1980, permaneceu em seu alto nível desde o início dos anos 1970 e as pessoas casadas permanecem mais felizes do que as não casadas (Waite 2000: fig. 19.1 e 19.2). Em grande pesquisa alemã em 2000, 70% dos jovens entre 12 e 25 anos sustentavam a necessidade de uma família para se ser feliz (Linssen et al. 2002: 58).

O que decorreu das mudanças de "1968" não foi tanto o começo do fim da ordem sociossexual ocidental, quanto o fim de sua padronização industrial e do curso de vida humana em geral: o fim de uma padronização temporária em torno de uma homogeneização em baixo nível das taxas de nascimento (mas acima da reposição), educação padrão compulsória (com um minúsculo suplemento para a elite), manutenção de normas sexuais estritas combinadas com crescentes possibilidades de se evitar acidentes sexuais, alta taxa de nupcialidade e concentração dos casamentos em um intervalo de idade curto e historicamente precoce, um próspero decréscimo da desigualdade entre classes de domicílios, uma ampla difusão social entre as classes sociais das normas de família burguesas e do casamento com dona-de-casa, com o advento das pensões vitalícias e da aposentadoria padronizada. Nas duas décadas logo após a Segunda Guerra Mundial, esse padrão de homogeneização e padronização alcançou seu zénite. Desde então, todos esses aspectos tornaram-se mais variados.

Para a família européia ocidental em particular, o que ocorreu não levou a uma "situação pós-familiar", mas, antes, ao retorno à sua moderna complexidade histórica, incluindo tanto o não-casamento quanto o casamento, idades variáveis ao casar, coabitação informal e nascimentos extramaritais. No que diz respeito a pais sozinhos, por volta de 1981, a Bretanha retornara às proporções inglesas de 1551-1705, embora governadas agora mais pelo divórcio do que pela morte (Wall 1989: tabela 5).

Essa complexidade, decerto, inclui algumas formas novas ou anteriormente raras ou marginais: o casal de dupla renda, o casal deliberadamente sem filhos, que parece ter-se iniciado em escala significati-

va na Alemanha Ocidental (Eurostat 1999:108-9); a infância de filho único; o casal de meia-idade de ninho vazio (cf. Hareven 2000) e o domicílio da pessoa sozinha idosa.

Essa complexidade recuperada pode vir a incluir a tendência de reordenação conservadora pleiteada por Fukuyama (1999), assim como a extensão das "relações puras" guiddensianas. E improvável, porém, dentro do futuro previsível, que seja reduzida a uma das duas. A complexidade provavelmente permanecerá e, com ela a contingência das relações sexuais, das parcerias e das formas de família, em torno de um padrão modal de longo prazo de parceria heterossexual institucionalizada.

É, contudo, uma complexidade transpassada por contradições e conflitos. A queda do patriarcado permitiu o surgimento e a proeminência de um conjunto de contradições ou assuntos difíceis contra as quais as pessoas estão brigando e para as quais não há soluções fáceis à mão.

Todas as pesquisas apontam para a existência de forte desejo tanto de abraçar uma carreira quanto de formar uma família, incluindo-se o ter filhos. Como combiná-los, porém, é uma tarefa difícil, que muitos não foram ainda capazes de resolver satisfatoriamente. Uma implicação disso é que nos anos 1990 nasceram menos crianças do que as que eram desejadas.

Diversos tabus sobre o sexo desapareceram e há agora sexo mais precoce, mais frequente e, aparentemente, melhor do que antes. De outro lado, a nova abertura sexual não destruiu o anseio por laços emocionais profundos, duradouros e exclusivos.

Em terceiro lugar, há, simultaneamente, a demanda e o desfrute de maior autonomia individual e real dependência da família, que em muitos países até mesmo aumentou nos anos recentes. Por razões econômicas e habitacionais, os jovens tendem a viver mais tempo com seus pais, embora o nível dessa dependência parental varie grandemente entre os países, e uma crescente proporção de pessoas idosas e mais longevas se torne dependente de seus filhos ou de outros parentes, por razões físicas e sociais.

Finalmente, as relações pessoais e sexuais estão sujeitas ao processo de mercantilização que colide tanto com a equidade erótica quanto com o comprometimento romântico. Sob vários aspectos, esse também é um retorno histórico ao início das idades modernas da prostituição de massa, agora atualizada como indústria do sexo e turismo sexual. Mais novas, aparentemente, são as tendências à mercantilização de si mesmo na juventude contemporânea e nas culturas associadas ao entretenimento: exibição corporal, exposição sexual usando-se a própria pessoa como um ator social teatral, um marketing pessoal para extrínsecas relações de troca. A cuidadosa educação das " courtisanes" francesas tem uma descendência mais popular.

Nenhum desses conflitos é necessariamente fatal ou mesmo ameaçador para o complexo institucional existente. Eles apenas indicam que o futuro terá seus problemas também.

Permaneceram no mundo diferentes regras e práticas de casamento e de sexualidade. Em geral, elas se tornaram mais diferentes no século passado. A evidência disponível não fornece nenhuma base firme para profetizar se aquela divergência continuará, se será interrompida ou revertida. Mas importantes diferenças provavelmente permanecerão nas próximas décadas. O que provavelmente acontecerá também é o crescimento da diversidade das relações sexuais e das uniões dentro das grandes culturas familiares da Ásia. O sexo premarital não-comercial e a formação informal de pares se tornarão menos raros. Se a ordem sociossexual africana vai-se estabilizar em alguma forma transformada ou vai-se deslizar para uma falocracia como a crioula e para a matrifocalidade, dependerá crucialmente de seu desen-

volvimento econômico. Se a família e as relações sexuais latino-americanas se tornarão semelhantes às suas contemporâneas da Europa Ocidental ou àquelas de seu passado do século XDt, também dependera, fortemente das perspectivas econômicas.

Mas no final, a melhor aposta para o futuro é na inexaurível capacidade inovadora da humanidade que, cedo ou tarde, supera toda ciência social.

DOCUMENTO DA 2ª CONFERÊNCIA DO PCdoB SOBRE A EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES

2º Conferência Nacional do PCdoB sobre a Emancipação da Mulher (Texto para debate)

APRESENTAÇÃO

A 2º Conferência Nacional do PCdoB, convocada para 18 a 20 de maio de 2012, acontece nos marcos das comemorações dos 90 anos do Partido Comunista do Brasil e dos 80 anos da conquista do voto feminino em nosso país. Nesse contexto, refletimos que muito foi conquistado, mas ainda há muito a se conquistar.

Apresentamos o texto para debate, resultado de uma elaboração coletiva de três grupos de trabalho. Inicia-se o debate partidário sobre a temática da 2a Conferência: I. Qual Emancipação Queremos ? II. As brasileiras na Atualidade III. A luta pela emancipação da mulher é tarefa de todo o partido.

O envolvimento do coletivo partidário - mulheres e homens - nesse debate é fundamental para o sucesso da 2- Conferência, contribuindo assim para se avançar na elaboração teórica, no aprimoramento de nossa atuação política e fortalecimento do partido na luta pela emancipação das mulheres e na construção da equidade entre homens e mulheres.

Conclamamos o coletivo partidário a participar da Tribuna de Debates nacional, importante espaço democrático, que contribuirá no processo da 2- Conferência para a superação da subestimação do sentido estratégico da luta pela emancipação das mulheres.

A 2º Conferência do PCdoB sobre a Emancipação da Mulher será vitoriosa na medida em que um número cada vez maior de comunistas - mulheres e homens - estiverem presentes na sua realização.

São Paulo, 12 de março de 2012.

SECRETARIA NACIONAL DA MULHER COORDENAÇÃO DO FORUM NACIONAL PERMANENTE DO PCDOB SOBRE A EMANCIPAÇÃO DA MULHER

I - A luta pela emancipação das mulheres á estratégica

QUAL EMANCIPAÇÃO QUEREMOS?

01. Em tempos de resistência ao neoliberalismo, de afirmação da centralidade do trabalho e de reavivamento da teoria marxista é relevante destacar, ao analisarmos a situação das mulheres na atualidade, que o marxismo sempre se preocupou com a opressão da mulher e procurou dar uma interpretação científica a essa condição. A afirmação de que “a questão feminina é uma questão social e só como tal poderá

ser resolvida" desnaturaliza a condição de subordinação das mulheres e situa sua gênese no processo histórico-social. (ARAÚJO, 2001)

02. Muitas foram as críticas feitas a essa abordagem sobre a opressão da mulher, sobretudo com o argumento de que deixa de lado a especificidade da condição feminina, encarada apenas como uma questão econômica. Um apêndice das relações produtivas. Contudo, ao defender suas posições, Marx e Engels demonstram entender esse aspecto como parte de um único processo e afirmam que a reprodução e a manutenção da vida dos indivíduos, assim como as relações sociais que os mesmos estabelecem, são tão importantes quanto as relações de produção.

03. Autores e autoras no campo do marxismo, além de reafirmar a contextualização histórica, social e econômica da condição das mulheres na sociedade, contribuem para um melhor entendimento dos entraves ideológicos e subjetivos para a emancipação feminina, cujo desdobramento é a necessidade, desde já, de se buscar abordá-los com transversalidade em todos os espaços da sociedade. De acordo com Loreta Valadares, o marxismo deve ser uma das fontes básicas do feminismo emancipacionista, em particular por sua proposta de radicalidade, de transformação social radical das bases, das estruturas da economia política e das culturas de relações sociais pautadas em subordinações, para que todos possam exercer a potencialidade, a criatividade de seres humanos em sua diversidade-projeto ou vir a ser em que o humano se realiza mais além do reino das necessidades.(VALADARES, 2007)

04. Vários estudos sobre as mulheres revelam a atualidade do entrelace entre divisão social e sexual do trabalho, la interface entre cultura e estrutura na formatação de gênero e o entrelace da opressão de gênero, raça/cor(l), classe, que dá a base do feminismo emancipacionista, calcado nos pressupostos marxistas. A radicalidade maior se ex- pressa no combate a todas as opressões e explorações, sendo que o seu ápice somente é possível no socialismo, mas se engendra em sua construção e não se esgota no socialismo, necessitando investimento continuado (VALADARES, 2007)

05. O feminismo emancipacionista parte de uma totalidade como norte, a emancipação humana. Investe em ampliar a emancipação política das mulheres, aqui e agora, e quer ser protagonista dando corpo e voz à utopia de construir a emancipação humana. As comunistas e os comunistas se situam na luta e no debate pelo fim da opressão das mulheres não apenas na defesa dos direitos humanos, pelo reconhecimento dos direitos das mulheres, o que em si é importante, mas em defesa da emancipação das mulheres, entendendo que é relevante definir por qual emancipação se luta.

EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E EMANCIPAÇÃO HUMANA

06. A situação mundial de crise e a persistência de desigualdades sociais por classe, gênero e raça/cor (1) no país colocam em xeque a possibilidade de mudanças estruturais nos limites do sistema capitalista. Alertam sobre a fragilidade do pensamento de correntes do feminismo que consideram que o poder, na ordem vigente, é uma questão de disputa de posições entre sexos, se eximindo de questionar com que tipo de projeto político-econômico-cultural se alinham determinadas posições e com que tipo de perspectiva se milita contra a opressão das mulheres.

07. A emancipação das mulheres não pode ser entendida apenas como autonomia econômica, afetiva, sexual em relação aos homens. Não se reduz a ganhos no mercado de trabalho, abolição das desigualdades salariais e de posições no trabalho em relação aos homens. Ou até mesmo a ser interpretada como o engajamento das mulheres na vida pública. Todas essas são conquistas relevantes, sem dúvida, a serem alcançadas no caminho da emancipação feminina.

08. O feminismo emancipacionista está engajado em múltiplas frentes. Participa, por exemplo, da luta pelos direitos sexuais e pelos direitos reprodutivos das mulheres, incorporando, sem perder a ênfase na materialidade dos condicionamentos da economia política, a orientação por diversidades e diferenças. É frequente entre as autoras da corrente emancipacionista a referência de classe-raca/cor(l)-gênero, o que necessariamente leva a considerar diversidades e desigualdades.

09. O feminismo emancipacionista tem muito a contribuir sobre o lugar do corpo e do simbólico na produção de diferenças e conflitos de gênero, na família e na vivência da sexualidade e da afetividade, atualizando assim debates que já estavam em Bebel, Engels, Lênin e em pioneiras como Alexandra Kollontai e Inês Armand sobre "amor livre" e sobre a diferença entre a família burguesa e a família que se projeta no comunismo. O desenvolvimento dessas teses constituem desafios atuais.

10. A perspectiva emancipacionista não se contenta com uma noção de autonomia abstrata ou para algumas mulheres. Concebe-se a emancipação das mulheres, considerando a mulher como sujeito individualizado e parte do gênero humano, com relações sociais de sexo/gênero, raça/cor (1) e outras, em uma sociedade de classes.

11. A essa perspectiva de emancipação se agregam vários aspectos, transitando por processos micro e macro referenciados. Entre os quais estão: a condição desigual de vida das mulheres; as discriminações e violências, filhas da opressão das mulheres; além de processos culturais e políticos que nas relações sociais entre os sexos, no público e no privado, e principalmente, no transitar entre tais espaços, engendram diferenças de todo tipo.

12. Ressalta-se que divisões sexuais de trabalho, de poder e de formas de vivenciar (ou não) o prazer, marcam especificidades no ser mulher, discriminações e desvantagens sociais, as quais de fato exigem olhares diferenciados, políticas e programas voltados para a busca de superação dessa realidade.

13. Por outro lado, se justificam iniciativas para contemplar grupos mais vulnerabilizados, a exemplo de mulheres pobres, negros, jovens e mais velhos. Na mesma linha, estão as políticas compensatórias, voltadas para enfrentar o desemprego e a flexibilização/precarização no trabalho. Essas ações estão vinculadas a um poder/saber pelo qual se relacionam tais conquistas com ganhos imediatos, mas não necessariamente com mudanças de situações coletivas gerais.

14. O poder de mudar passa por saber origens, raízes de opressões e explorações e por construir saberes/poderes ± 1 por mudanças. Passa por debates ampliados entre homens e mulheres comprometidos com o projeto socialista, rompendo as amarras do imediato. Significa enfrentar a dialética entre tempos, o aqui e o futuro.

15. No Brasil atual, é necessário refletir sobre os desafios para uma corrente do feminismo, a socialista, quando um governo aliado assume o poder formal, nos marcos do capitalismo. A idéia é refletir sobre o novo formato de crítica e atuação demandada por uma conjuntura em que existem margens para avanços quanto a conquistas no plano das relações de gênero, igualdade e equidade social e no plano de gênero e raça/cor [1].

16. Há que mais discutir sobre estratégias para que a equação classe, gênero e raça/cor (1) não seja um apelo retórico, mas uma construção criativa por um socialismo reinventado e que se ancora em processos, o que requer, em especial no âmbito parlamentar, ações imediatas, mas que não se percam em

assistencialismos e medidas pontuais. Políticas de transferência de renda, por exemplo, são importantes pela extensão da pobreza e pelo benefício que promovem às mulheres, cada vez mais frequentemente ocupando a função de chefe de família. Mas o empoderamento das mulheres e dos homens depende muito mais de políticas redistributivas e resgate do valor do salário na compra e venda da força de trabalho.

17. Desde o inicio do século passado, líderes socialistas começam a destacar a necessidade de incorporação das mulheres trabalhadoras da cidade e do campo à atividade pública e política por mudanças sociais. Chamam a atenção para a necessidade da tomada do poder da palavra pelas mulheres, da representação feminina nos diversos espaços na sociedade, considerando que sem tal processo, o objetivo se restringiria à garantia dos direitos democráticos, importantes, porém frágeis.

18. Na formatação do nascente Estado soviético, ao lado da importância das mudanças na ordem político econômica e da melhoria de condições de trabalho e igualdade de direitos, inclusive de remuneração na grande indústria, estava a reivindicação de direitos eleitorais para as mulheres e necessidade de preparação para ocupar postos de direção. A preocupação com a garantia de direitos sexuais e direitos reprodutivos também não ficou de lado. Em 1913, Lênin ressalta a necessidade de se lutar pela abolição das leis que criminalizavam o aborto e a difusão de métodos anticoncepcionais (2). Permanece atual o desafio de análise de como se deu na prática a aplicação dessas iniciativas e propostas.

19. São vários os escritos de Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin e de Lênin a favor do divórcio, entendido como um direito democrático, principalmente das mulheres, o que questiona o estereótipo de que os socialistas e as socialistas não se interessam pelos micro poderes e ordenações das relações entre os sexos no âmbito das relações afetivas e sexuais e de expressões do contrato sexual.

20. Da mesma forma se situa a igualdade de direitos entre homens e mulheres, os direitos iguais entre filhos nascidos sob a proteção de um casamento legal e os outros, além da importância de se livrar a mulher, “da escravidão do trabalho doméstico, que colabora em sua submissão ao homem” (Lênin 1979: 70), sugerindo que o Estado deveria investir em creches, restaurantes públicos e serviços de saúde e de assistência social mas não na forma como se tinha tais serviços no capitalismo, ou seja, restrito a algumas mulheres, geridos por empresas mercantis, pelo principio do lucro ou obras de beneficência, como favores.

21. No atual contexto do capitalismo, a inserção da mulher na vida pública se deu mantendo as condições de desigualdade. Isso se relaciona com a divisão social e sexual do trabalho e com a manutenção das responsabilidades domésticas para as mulheres. A mulher atual é provedora e cuidadora. A tensão provocada pela necessidade de conciliar as tarefas domésticas com as crescentes exigências derivadas da maior participação das mulheres no mundo do trabalho e da esfera pública vem trazendo mudanças no comportamento reprodutivo das mulheres, como o adiamento da maternidade, a opção de não ter filhos e a diminuição do número de filhos. O cuidado e as responsabilidades domésticas, ao serem atribuídas exclusivamente às mulheres, prejudicam-nas e tem consequências no desenvolvimento de sua cidadania (OLIVEIRA, 2003).

22. Enquanto a divisão do trabalho doméstico for assimétrica, a igualdade será uma utopia. Nesse sentido, é premente a exigência de políticas públicas e de uma nova articulação entre a vida privada e o mundo do trabalho, no sentido de preservar o direito de ambos os sexos usufruir ambos os mundos, sem sacrifícios individuais. Ao lado de maior avanço na participação das mulheres na vida pública está a necessidade de desconstrução/reconstrução, para mulheres e homens, dos valores e das práticas predominantes.

23. Alexandra Kollontai, tanto no seu livro "A Nova Mulher e a Moral Sexual" quanto em folheto de 1913 intitulado "Comunismo e Família" ousou avançar além do pressuposto da igualdade entre homens e mulheres, se adiantando ao debate sobre autonomia das mulheres, tão contemporâneo, refletindo sobre dois temas: família e sexualidade. Para Kollontai, as mulheres têm que se acostumar a procurar e achar meios de sobrevivência em outro lugar, não mais na pessoa do homem, mas na pessoa da sociedade, do Estado. Mais uma vez se insiste na implícita relação entre saber, poder e emancipação política.

24. O que, de fato, os comunistas e as comunistas almejam é a emancipação humana. Esta vai muito além da cidadania e da totalidade da emancipação política. A emancipação humana, ou seja, uma forma de sociabilidade na qual os homens (e as mulheres) sejam efetivamente livres, supõe a erradicação do capital e de todas as suas categorias. Sem esta erradicação é impossível a constituição de uma autêntica comunidade humana. E esta erradicação não significa, de modo algum, o aperfeiçoamento da cidadania, mas, ao contrário, a sua mais completa superação.

25. A emancipação humana não tem o caráter de inevitabilidade em escritos de Marx, mas é uma possibilidade, dependendo da ação dos seres humanos, o que identificamos com o saber-poder. De acordo com Marx, a emancipação humana deve ser efetivada a partir de um duplo ato revolucionário. Primeiro, um ato de natureza política, por meio do qual o proletariado possa alcançar o poder político e inicie o processo de destruição do Estado político e do seu fundamento, isto é, a opressão de classe. Um segundo ato marcadamente social, uma revolução social por meio do qual se possa transformar radicalmente a forma de sociabilidade, se superando o mercado e a política. Nesse aspecto, a educação pode ter função fundamental.

26. A emancipação humana envolve características específicas e complexas: a) implemento de um processo coletivo social; b) mudança na forma de pensar e agir em sociedade, por meio da formação omnilateral do homem e da mulher (educação integral - aspectos intelectuais, culturais e trabalho); c) superação da alienação e sistema do capital.

27. Com o objetivo de enfatizar a diferenciação entre emancipação política e emancipação humana, Marx ressalta que "não há duvida de que a emancipação política representa um grande progresso. Embora não seja a última etapa da emancipação humana em geral, ela se caracteriza como a derradeira etapa da emancipação humana , dentro do contexto do mundo atual" (2005, p.25). Assim, em um ordenamento capitalista, a emancipação política é o máximo a que se pode aspirar e a emancipação humana só é possível em um novo ordenamento social.

28. Nesse sentido, a corrente feminista emancipacionista se associa às reivindicações pelos direitos das mulheres, nos limites do capitalismo, ou seja por uma emancipação política, contudo deve equacionar tal investimento com um programa de construção de socialismo, sensível a gênero, raça/cor(l), geração e outras demarcações que produzem discriminações e desigualdades sociais várias. Não se pode, por exemplo, se contentar com o reducionismo da bandeira liberal, mulheres no poder, sem questionar qual mulheres, com que projetos e como se inserem na sociedade capitalista.

29. Por outro lado, conjugando poder com saber por transformação social, a corrente feminista emancipacionista se referencia na importância de investimento para que as mulheres sejam autoras do processo de transformação, conjugando emancipação política, políticas de ação afirmativa e mudanças pontuais nas relações de gênero, com auto identificação com o projeto de emancipação das mulheres que envolve a emancipação humana.

30. A revisita das relações de gênero patriarcais e sua interação com explorações típicas ao capitalismo colaboram na formatação de um feminismo de corte emancipacionista, que se caracteriza por:

a) Referenciar-se numa mulher identificada com a classe e raça/cor(1), em contraposição à referência do feminismo de corte liberal e social democrata que considera uma mulher genérica, desterrada da classe e da classe-raça/cor (1).

b) Não se pautar por leituras acríticas do marxismo, quando este se reporta à uma mulher proletária genérica, sem circulação na raça/cor (1) corporificações da sexualidade diversas da heteronormatividade, ou seja, se restringe ao contrato heterossexual ou não considera outras identidades marcadas por sistemas políticos de opressões.

c) Considerar que as relações sociais entre os sexos - vetor do conceito de gênero são condicionadas pela estrutura de classes, pela luta de classes, pelo lugar das mulheres na classe. Mas não definem sujeitos sexuados, nem os sujeitos sexual/socialmente se auto definem, apenas no plano da organização da economia. (CASTRO, 2000)

d) Levar em conta a estrutura de classes e, nessa, relações pautadas por hierarquias de gênero, raça/cor(1) e outras, o que pede, portanto, referência a práticas concretas, re-produção ampliada das relações sociais

e) Ter em vista que gênero aponta para relações sociais, se reportando à dialética articulação com outras relaçõe s - não somente se refere àquelas entre homens e mulheres. São normas sócio-culturais que codificam o que seria masculinidade e o que seria feminilidade, hierarquias e assimetrias. Considerar gênero um estruturante da totalidade social permite sair das dicotomias entre o específico e o universal, entre a produção e a reprodução, entre o subjetivo e o objetivo. A noção de estruturante da totalidade sugere aproximação com a formulação marxista de que “a sociedade não consiste de indivíduos, mas expressa a soma de relações, de relações nas quais se encontram os indivíduos” (MARX cit in CASTRO, 2000)

f) Atentar para que o termo gênero, na atualidade, é reduzido a expressar posição, usado para lidar com direitos das mulheres, mas sem subverter o edifício de relações sociais que se realizam no capitalismo e seus motores como hierarquia, competição e apropriação privada em proveito de alguns.

g) Considerar que o uso do conceito de gênero no feminismo emancipacionista, um feminismo com projeto socialista, se afasta do uso do conceito de gênero com aporte culturalista que relaciona gênero apenas à performática e ao discurso, omitindo restrições materiais (e.g BUTLER 2003). Ao mesmo tempo, naquele se informa sobre trânsitos, diversidade, diferenças e corpo.

31. O entendimento dos limites da emancipação política, a relevância da participação das mulheres na construção do avanço para a emancipação humana, é fundamental ao entendimento estratégico da luta de emancipação das mulheres. Os desafios da conquista dos direitos políticos nos marcos do capitalismo; da superação da sub-representação feminina nos espaços na sociedade, que guarda relação com o aprofundamento da democracia; além da acumulação de forças para a construção da sociedade socialista, estão a exigir novas respostas e aprofundamento de reflexões teóricas para impulsionar uma efetiva equidade de gênero, em consonância com o caminho para o fim da opressão de classe.

II - As brasileiras na atualidade

32. A conjuntura internacional está marcada por uma crise aguda do sistema capitalista que atinge, principalmente, os Estados Unidos e a Europa. Como é da natureza do capitalismo, o ônus da crise é lançado sobre os trabalhadores, cuja expressão maior é a existência já de 200 milhões de desempregados em todas as nações, segundo a OIT. E lançado também sobre os países de economia dependente elevando-se o número de saques e de ameaças militares. As mulheres sofrem de forma especial as consequências da crise com perda de direitos, de equipamentos sociais e aumento da violência sexual nas áreas de conflitos armados. Em decorrência dessas agressões, assistimos a manifestações de milhares de trabalhadores nas ruas reivindicando a manutenção de direitos e de melhores condições de vida.

33. A crise mundial chega num período em que o Brasil, com a eleição do presidente Lula e da presidenta Dilma, tenta iniciar um novo ciclo de desenvolvimento voltado para a soberania, ampliação da democracia e distribuição de renda. As medidas de defesa da economia nacional, de manutenção dos investimentos e de fortalecimento do mercado interno são a base da política de redução de danos frente à crise internacional que o governo brasileiro vem tomando. Por isso as mulheres têm reforçado seu apoio à presidenta Dilma, na expectativa de que ela continue seus esforços na manutenção do desenvolvimento, das políticas de combate à miséria e inclusão dos trabalhadores e das trabalhadoras.

34. É importante registrar que essa política se faz sob a direção de uma mulher, eleita presidenta pela primeira vez na história do país, com trajetória de resistência democrática nos duros tempos da ditadura e de convicções nacionalistas. Chegamos a um patamar de conquistas com a eleição da presidenta Dilma, que compôs seu governo integrado por 10 ministras. Este fato contribui para que a sociedade supere preconceitos em relação à capacidade política feminina, ao mesmo tempo em que mexe com a subjetividade das mulheres, que passam a acreditar nas suas possibilidades políticas e no seu protagonismo.

35. É fato que as eleições presidenciais de 2010 foram um importante momento de afirmação política das mulheres com 60% do eleitorado indicando o voto em 2 delas (Dilma e Marina), no primeiro turno. Mas a campanha foi permeada de movimentos preconceituosos os mais variados, com o objetivo de impedir que a presidenta eleita pudesse assumir compromissos com as bandeiras avançadas do movimento feminista. Quando os conservadores perceberam que era inevitável a eleição de uma mulher, passaram a exigir compromissos de restrição em relação a bandeiras históricas do movimento como política pública sobre aborto, conceito de família, sexualidade, Estado laico. É como se eles dissessem: uma mulher chega ao poder, mas chegará algemada, porque não poderá tomar iniciativas que avancem na luta emancipadora.

36. Deve-se registrar que as mulheres vêm acumulando lentas conquistas através de históricas resistências. No século 19 buscavam acesso à educação. Hoje são maioria nas universidades e detém maior nível de escolaridade do que os homens. Há 80 anos conquistaram o direito de voto (1932) e hoje são também maioria no colégio eleitoral (51,8%). Na Revolução de 30 alcançaram direitos incluídos na Consolidação das Leis do Trabalho com um capítulo à parte sobre os direitos das mulheres. Com a redemocratização, na década de 80 do século passado, conquistaram o reconhecimento, por parte do governo, da discriminação existente na sociedade, provocando a criação dos mecanismos institucionais de políticas públicas. A mobilização democrática das mulheres para a eleição de um presidente operário resultou em duas Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres, em cuja preparação se chegou a mobilizar 200 mil participantes em todo o país, produzindo os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres. Do ponto de vista das conquistas na legislação alcançadas nesse período, deve-se destacar os cinco anos da Lei Maria da Penha, marca importante no enfrentamento à violência doméstica contra a mulher.

37. Avaliando-se as conquistas das brasileiras, ressalta-se ainda a vulnerabilidade da participação

das mulheres nos espaços de poder. E com certeza pode-se considerar que a sub-representação feminina se relaciona com a condição histórica de opressão das mulheres e é parte das limitações democráticas ainda existentes no sistema político brasileiro. A força do poder econômico e a fragmentação dos partidos provocam um resultado de falta de nitidez programática, dificultando os avanços progressistas. Nesse contexto o estabelecimento de cotas para as chapas eleitorais foi um marco na visibilidade política da mulher. Mas, apesar de ter sido importante instrumento de incremento da participação das mulheres no processo eleitoral, a política de cotas, na forma como vem sendo aplicada no país, não tem resultado em aumento das eleitas. Recentemente, em 2009, com a aprovação da mini reforma eleitoral, registraram-se pequenos avanços: destinação de 5% do Fundo Partidário para as atividades de formação/capacitação das filiadas; garantia da presença de mulheres em pelo menos 10% do tempo de TV dos partidos políticos; e mudança da palavra "reservará" para "preencherá", tornando impositivos os 30% de vagas para mulheres nas chapas eleitorais. Passados dois anos, poucas filiadas dos partidos políticos têm consciência desses ganhos.

38. Apesar da vitória de Dilma com expressiva votação no segundo turno, entre os 513 deputados federais eleitos, somente 45 são mulheres, representando apenas 8,7% do total. O PCdoB é o partido que registra maior participação feminina, com seis deputadas num total de 14 parlamentares comunistas, representando 42% da bancada. No Senado Federal, são apenas 14,8% de mulheres entre os 81 integrantes daquela instância legislativa. Novamente o PCdoB com uma senadora e um senador, possui entre os partidos a maior percentagem de mulheres, 50%. 0 total da representação feminina em todas as Assembleias estaduais mais o Distrito Federal, é de 133 deputadas, ou seja 12,85%. Há 10 anos, 5,2% das prefeituras tinham à frente mulheres. Nas eleições de 2004, elas representavam 7% dos eleitos. Na último pleito municipal, ainda não chegaram aos 10%. Das 26 capitais estaduais, apenas duas prefeituras são administradas por mulheres. No momento atual, as prefeitas correspondem apenas a 9,2% no total de gestores municipais.

39. A inclusão da mulher na política é parte essencial da construção democrática e dever do Estado e da sociedade. Numa sociedade representativa como a nossa, as mulheres, maioria da população, estão sub-representadas no Executivo e Legislativo. É fundamental a defesa do caráter democrático (pluralidade) garantido pelo voto proporcional e a diminuição da força do poder econômico com o financiamento público de campanha. Por isso às mulheres interessa a realização de uma reforma política que garanta a lista partidária pré-ordenada com alternância de gênero. As eleições de 2012 são o palco principal para que as mulheres aproveitem os espaços que as eleições locais possibilitam e avancem em sua representação nas câmaras municipais e nas prefeituras.

40. Os espaços a serem ocupados pelas mulheres e as estratégias a serem seguidas, ao mesmo tempo em que significam o aperfeiçoamento da estrutura democrática do país dirigida a toda a sociedade, devem também representar real empoderamento das mulheres para assumir níveis de decisão. Neste movimento, as brasileiras trarão para o espaço público construções e relações vivenciadas historicamente no espaço privado/doméstico onde desenvolvem valores e sensibilidades. É evidente que isto não significa que a condição feminina assegure políticas e percepções avançadas.

41. Na mesma perspectiva de ampliação da presença feminina nos níveis de decisão, as mulheres devem alcançar postos de decisão nos partidos, nas empresas, nas prefeituras, nos governos estaduais e federal, em todos os órgãos de gestão pública, no Parlamento e nos legislativos estaduais e municipais. Dessa maneira, podem contribuir de forma efetiva para a construção do novo projeto nacional de desenvolvimento. Neste momento, o principal desafio é levar a mulher a encontrar sua perspectiva de poder, que passa pela reafirmação de sua autoestima, pela ampliação do recrutamento feminino para a participação política e pela criação de mecanismos para sua qualificação. A articulação de redes de apoio nos movimentos sociais e nos partidos que reforcem e viabilizem essa participação é tarefa cotidiana a ser

organizada e monitorada. As eleições de 2012 representam um momento privilegiado para que a mulher alcance níveis de participação mais elevados.

AS MULHERES E 0 NOVO PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

42. A participação da mulher no novo projeto nacional de desenvolvimento é fator importante para o avanço da luta emancipacionista. A experiência histórica indica que as conquistas das mulheres só se dão em períodos de expansão democrática, sob pressão das próprias mulheres, contando com o apoio do pensamento avançado da sociedade. Compreendendo-se que a construção de conquistas depende do tempo e das circunstâncias, é importante resgatar as características centrais do momento em que se vive, à luz dos objetivos estratégicos dos comunistas.

43. O PCdoB, na reafirmação de sua opção revolucionária compreende que "o socialismo é o sistema que pode realizar as potencialidades da nação, defendê-la com firmeza da ganância estrangeira, e garantir ao povo, seu grande construtor, o direito a uma vida digna e feliz. Por isso o socialismo é o rumo. O fortalecimento da Nação é o caminho", conforme definição de seu programa. É nessa compreensão que se coloca como imperativo a realização de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento para o país, que o leve a um salto civilizatório.

44. Na busca da construção de um novo projeto nacional de desenvolvimento é preciso responder os impactos da principal particularidade do momento: a existência da crise do capitalismo, iniciada em 2007-2008, também sob a ótica das necessidades das mulheres. Esta crise continua regendo a dinâmica econômica do mundo, inclusive do nosso país, com a desaceleração de seu crescimento econômico, restrição da oferta de postos de trabalho e retração da atividade industrial. O maior desafio se refere à perspectiva do governo assumir gestos de maior ousadia garantindo os níveis de crescimento, de redução dos juros, a ampliação do nível de investimentos e a distribuição de renda com a valorização do trabalho.

45. No Brasil, as mulheres representam 51,3% da população brasileira e hoje avançam em relação à população ocupada ou à procura de emprego, alcançando o índice de 41,7% da população economicamente ativa. Mas o acesso a profissões qualificadas ainda é dificultado para as brasileiras. O trabalho informal é maior para elas, chegando a um percentual de 52% das ativas. Isso significa dizer que mais da metade das trabalhadoras não têm direito à proteção social, em especial a aposentadoria por tempo de serviço. Acrescente-se aqui os problemas resultantes da dupla jornada. A soma das horas trabalhadas pelas mulheres entre a sua jornada semanal e o trabalho em casa é bem superior à dos homens. A média masculina ocupada em tarefas domésticas chega a 4,3 horas semanais, a das mulheres é de 18,3 horas semanais.

46. Há particularidades na população feminina de nosso país que devem ser ressaltadas. Pesquisas recentes apontam que as mulheres da chamada classe C são as principais responsáveis pelo orçamento familiar, respondendo por 37% da renda total da classe média. Foram estas mulheres que fizeram circular em 2010 cerca de 158 bilhões de reais. O recente estudo "Classe Média em Números", divulgado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, aponta que, de 1999 a 2009, 31 milhões de pessoas ingressaram na classe média e que deste total 51% são mulheres entre 25 e 64 anos. Não é possível discutir um novo projeto nacional de desenvolvimento para o Brasil sem considerar esses dados.

47. Em recente iniciativa de apontar um Plano para o Brasil 2022, o governo federal explicita seu "entendimento político e disposição de construir a garantia da igualdade de gênero no exercício dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, respeitadas as diferenças, como condição para que

todos os cidadãos e cidadãs possam realizar-se como seres humanos e contribuir para o desenvolvimento da sociedade". Entendendo que em um Estado democrático de direito a efetiva igualdade entre homens e mulheres é estratégica na luta contra todas as formas de discriminação, aponta metas que informarão ações governamentais com esse objetivo.

48. Entre as diferentes metas do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, no item da Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do trabalho destacam-se: - "adotar medidas que promovam a elevação em 4% na taxa de atividade das mulheres com 16 anos ou mais entre 2007-2011; - Manter a média nacional, em no mínimo, 50% de participação das mulheres no total de trabalhadores capacitados e qualificados; - aumentar em 30% o número de trabalhadoras domésticas com carteira assinada; - conceder crédito especial (Pronaf Mulher) a 58 mil mulheres trabalhadoras rurais no período de 2008-2001; - Ampliar a participação no Pronaf para 35%; atender 29 mil mulheres em projetos de Assistência Técnica protagonizada por mulheres até 2011", entre outros. O Plano também buscava definir objetivos relativos aos equipamentos sociais como a construção de 1.714 creches e pré-escolas e aumentar em 12% o número de crianças entre zero e seis anos de idade frequentando a rede pública para o período de 2008-2011.

49. Em que pese a conquista representada pela formulação do Plano de Políticas para as Mulheres, cujo esforço por sua inclusão no desenvolvimento era efetivo, inúmeros mecanismos da vida política dificultaram sua efetivação. A fragilidade e o pouco poder conferido às conferências governamentais limitaram o controle social; as mulheres foram chamadas a participar da execução de políticas com baixo custo que não ajudaram na sua universalização; a terceirização na execução de políticas, em especial na área de saúde e de desenvolvimento social comprometeram sua lógica desenvol- vimentista; e particularmente os baixos níveis de recursos liberados tanto para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres como para os programas específicos de outros ministérios, limitaram a resolutividade das definições do Plano.

50. O século 21 presencia o avanço do reconhecimento legal de direitos das mulheres e da agenda do feminismo para uma revolução de costumes e ideias em nível internacional. Há que se reconhecer também conquistas quanto a condições materiais de vida de muitos homens e mulheres, em especial, no Brasil, já que a política de combate à miséria do governo Lula e da presidenta Dilma, e a sensibilidade desses às pressões dos movimentos de mulheres, resultaram em ganhos concretos para mulheres e homens, em diversas áreas.

51. Apesar do avanço em vários países, em particular no Brasil, nas ultimas décadas, de combate a pobreza, persistem profundas desigualdades sociais (por classe, sexo/gênero, geração e raça/cor (1), entre outras). A enorme brecha que separa os ricos dos pobres segue sendo, apesar dos progressos recentes, uma das principais características do mundo atual (3). Essa não é uma afirmação abstrata. Ela tem traduções muito concretas. Por exemplo, em cerca de dez minutos, dez mulheres no mundo vão morrer durante o parto e 210 crianças menores de cinco anos morrem de doenças facilmente curáveis (entre elas, 100 por não ter bebido água de melhor qualidade). Essas pessoas não morrem por causa de doenças. Morrem por serem pobres. A pobreza é que as mata. (ROMANET 2012, op cit.)

52. A situação brasileira é emblemática quanto aos avanços no combate à miséria por governos progressistas e persistência das desigualdades sociais. Os programas de transferência de renda do governo - incluindo assistência social, Bolsa Família e aposentadorias - representam 20% do total da renda das famílias brasileiras. Em 2008, 18,7 milhões de pessoas viviam com menos de um salário mínimo. Se não fossem as políticas de transferência, seriam 40,5 milhões. Isso significa que, nesses últimos anos, o governo Lula tirou da miséria 21,8 milhões de pessoas. Em 1978, apenas 8,3% das famílias brasileiras recebiam transferência de renda. Em 2008 eram 58,3%. Assim entre 2001 e 2008, a renda dos 10% mais pobres cresceu seis vezes mais rapidamente que a dos 10% mais ricos. A dos ricos cresceu 11,2%; a dos

pobres, 72%. No entanto, há 25 anos, segundo estudos do IPEA, a brecha entre ricos e pobres se reproduz: metade da renda total do Brasil está em mãos dos 10% mais ricos do país. E os 50% mais pobres dividem entre si apenas 10% da riqueza nacional. (BETO, 2010).

53. Os direitos das mulheres é hoje bandeira de distintas perspectivas no campo do feminismo e de setores progressistas da sociedade. Combinam reivindicações de caráter universal como, por exemplo, trabalho decente, educação e saúde de qualidade, segurança social, um marco de desenvolvimento sustentável, ou seja, com preocupação com o meio ambiente, qualidade de vida para as gerações futuras, e os chamados direitos específicos, que levam em consideração: minar as divisões sexuais de trabalho, dos cuidados no âmbito do privado e do público; de poder, também em ambos os espaços; e do prazer, ou das reduções da mulher a objeto, e do homem a sujeito de desejos; reconhecer o agenciamento das mulheres como sujeitos quanto a direitos sexuais e direitos reprodutivos; combater violências de gênero e por realizações do patriarcado - entendido não necessariamente como incorporado por homens individualizados, mas como ordenações que privilegiam concepções do masculino como poder de dominação. Poder que se instaura inclusive por mecanismos de violências simbólicas que induzem as vítimas a serem cúmplices de sua vitimização por manipulação da sedução, da culpabilização e da ética do cuidar, assim como por apelos à afetividade e cultura consumista que objetifica o corpo da mulher. Em muitos casos a dinâmica do patriarcado e do capitalismo se reforçam, mas não necessariamente. É preciso enfrentar decisivamente a realidade de que entre 100 mortes de mulheres, 70 ocorrem no ambiente doméstico. As violências contra as mulheres se relacionam com a opressão.

54. Tomando como base os desafios que se apresentam para a efetivação de um novo projeto nacional de desenvolvimento para o país, as mulheres colocam como sua prioridade a construção de políticas que lhes assegure: a) mais espaços de poder; b) equidade no trabalho; c) autonomia na família; d) e inclusão no desenvolvimento. Isto significa a incorporação das mulheres na busca de alterar a política macro-econômica para a redução dos juros, distribuição de renda e a ampliação dos investimentos.

55. Faz-se urgente uma ação mais ofensiva relacionada à garantia do direito ao aborto - como questão de saúde pública - desenvolver políticas que considerem a atenção integral à saúde da mulher, que garantam serviços de saúde eficientes com fortalecimento e regionalização do SUS. É preciso por fim a realidade dos índices de morte materna e do país se destacar como um dos recordistas em cesarianas.

56. Os movimentos mulheres socialistas precisam avançar em relação ao Estado brasileiro na reivindicação de uma educação inclusiva, não sexista, não racista, não homofóbica, não lesbofóbica, além de exigir o cumprimento das leis de proteção do trabalho doméstico e punição aos crimes de intolerância religiosa e de racismo.

57. A democratização da mídia em nosso país é fator relevante na luta pela emancipação das mulheres. A mídia monopolizada reproduz a condição de opressão em que vivem as mulheres e contribui decisivamente para a invisibilidade do protagonismo feminino. Ao se considerar a comunicação como um direito humano, o feminismo emancipacionista deve se engajar na luta por um novo marco regulatório das comunicações no Brasil, por uma internet universal, gratuita e de qualidade, além de outras medidas que democratizem o acesso à informação e à produção de conteúdo.

III - A luta pela emancipação é tarefa de todo o partido

58. No Programa Socialista do PCdoB, foram definidas algumas diretrizes que fundamentam a ação política do partido no que se refere à luta das mulheres, que passa a ser assimilada como tarefa de todo

o partido. A conquista da hegemonia na sociedade pressupõe disputá-la no campo teórico, político e ideológico nas questões que estruturam a vida da sociedade brasileira e das mulheres.

59. A luta contra a opressão das mulheres tem sido objeto de elaboração partidária desde o 2- Congresso, em 1925. Esta preocupação é retomada e se intensifica principalmente após a legalização. Desde então em todos os Congressos Partidários foram realizados informes sobre o tema.

60. Fruto deste acúmulo, o PCdoB realizou a Ia Conferência sobre a Questão da Mulher em 2007. Apontou que organizativamente seu desafio era tornar a luta da mulher tarefa de todo o partido. O documento aprovado lança bases de desafios teóricos, políticos e organizativos para superar a subestimação do papel estratégico da luta emancipacionista das mulheres e concebe essa luta como parte indissociável do processo geral de emancipação da sociedade.

61. Ao se analisar a trajetória partidária desde a Ia Conferência, se constata que houve avanços, mas desafios permanecem, caracterizando a natureza processual do amadurecimento da compreensão de partido sobre a luta contra a opressão da mulher e sua relação com a nova realidade de luta pelo socialismo nas condições atuais do Brasil.

62. Neste período, houve sensível crescimento da participação de mulheres nas instâncias dirigentes partidárias, incentivo a participação nos espaços públicos de representação e poder, nos movimentos sociais e entidades. Há iniciativa quanto à promoção de mulheres.

63. Na política de quadros, o partido ainda carece de considerar a multiplicidade da condição feminina, em especial maternidade, a maternagem, a sobrecarga da responsabilização pelos cuidados e o trabalho doméstico, que deveriam ser de responsabilidade social e não apenas das mulheres.

64. Amadurece o entendimento de que à luta pela emancipação da mulher devem se dedicar não somente as feministas emancipacionistas, mas as mulheres e homens comunistas. Com base nisso, o partido investe numa progressiva mudança de concepções e cultura política que supere discriminações, veladas ou não, à promoção de mais mulheres às instâncias partidárias em todos os níveis, nas chapas eleitorais, e à incorporação das pautas das mulheres nas lutas políticas eleitorais, do movimento social e na luta de ideias, com progressivas medidas que visem à equidade de gênero.

65. A criação da Secretaria Nacional da Mulher e do Fórum Nacional Permanente Sobre a Emancipação da Mulher sinalizam o novo patamar de tratamento adotado pelo partido à luta pela emancipação das mulheres e têm se constituído em instrumentos importantes para enfrentar os desafios. São reconhecidos como instâncias de formulação e implementação de políticas, têm funcionamento efetivo, empreendendo ações importantes com o objetivo de debater a transversalidade de gênero e viabilizar iniciativas políticas.

66. Importante avanço ocorre com a constituição Secretaria da Mulher em ampla maioria dos estados e, em nível municipal, na maioria das capitais. Entretanto, não raro, carecem de institucionalidade e investimento político efetivo. Há ainda muitas confusões e subestimações sobre a função da secretaria, que se expressam, em muitos casos, num baixo entendimento do caráter transversal e estratégico do debate ideológico da emancipação das mulheres, numa supervalorização da concepção de frente de atuação, e no acúmulo de outras tarefas partidárias pela secretária da mulher, inclusive, a presidência da entidade emancipacionista, reforçando a confusão ainda existente entre partido e entidade.

67. Uma discussão que necessita ser feita com maior densidade política e teórica é a da existência de cotas. Compreende-se que é uma importante política afirmativa para impulsionar maior participação de mulheres nas instâncias partidárias e nas frentes de atuação política do partido. É uma conquista. Contudo, essa política não pode ser considerada como um fim em si mesma, se estabelecendo um limiar que não pode ser ultrapassado, já que se almeja atingir patamares de equidade de gênero.

68. Comparativamente aos demais partidos, o PCdoB é o que mais se aproxima da quota de 30% nas chapas eleitorais. O patamar geral do partido ficou em 24% de mulheres candidatas em todo o país. Nas eleições de 2008 e 2010, as candidaturas consolidaram-se da seguinte forma:

PCdoB

PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS ELEIÇÕES

	CARGO	CANDIDATURAS	MULHERES	%
2008	Prefeito (a)	201	24	12%
	Vice-prefeito(a)	302	61	20%
	Vereador(a)	7527	1849	25%
2010	Dep. Estadual	658	156	24%
	Dep. Federal	119	30	25%
	Senador(a)	9	2	22%
	Governador(a)	1	0	0%

69. De acordo com estes dados, observa-se que o partido ainda está aquém dos desafios a que se propõe. Ao se analisar, por exemplo, as chapas eleitorais para a Câmara de Deputados, se observa a desproporção entre o número de candidatas (25%) e a presença feminina entre a bancada federal eleita, 42%. O partido ainda arrisca pouco em candidaturas femininas. Esse fato, pode estar associado ao investimento em candidaturas já consolidadas, em sua maioria testadas em eleições anteriores. É preciso superar a contradição entre a participação de lideranças femininas expressivas na vida política e ao mesmo tempo, a dificuldade de compor chapas eleitorais com percentual mínimo de mulheres exigido por lei. Outro desafio a superar é ainda o rebaixado número de mulheres candidatas à eleição majoritária (12% na última eleição municipal), que está longe de alcançar até mesmo a cota de 30%.

70. O coletivo partidário promoveu efetivamente mais mulheres dirigentes, atingindo o patamar de 30% de mulheres nos plenos dos comitês estaduais e no Comitê Central. Esta diretiva ainda precisa ganhar materialidade em algum dos secretariados e na maioria das comissões políticas.

Comite Central

TOTAL	Nº Mulheres	Percentual
103*	32	31%

* Foram eleitos 105 membros do CC no 12º Congresso

Comissão Política Nacional

TOTAL	Nº Mulheres	Percentual
27	7	26%

Secretariado Nacional

TOTAL	Nº Mulheres	Percentual
7	0	0%

NÚMEROS DAS DIREÇÕES ESTADUAIS - GESTÃO 2011 - 2013

UF	PLENO DO COMITÉ			COMISSÃO POLITICA			SECRETARIADO		
	Nº DE MEMBROS	Nº DE MULHERES	% DE MULHERES	Nº DE MEMBROS	Nº DE MULHERES	% DE MULHERES	Nº DE MEMBROS	Nº DE MULHERES	% DE MULHERES
AC	59	16	27						
AL	39	10	26	13	5	38	8	3	38
AM	63	21	33	21	6	29	10	4	40
AP	51	15	29	21	7	33	9	4	44
BA	63	19	30	23	6	26	7	2	29
CE	63	21	33	31	9	29	9	3	33
DF	51	20	39	14	6	43	*		
ES	51	16	31	18	6	33	9	3	33
GO	63	19	30	31	10	32	13	3	23
MA	63	19	30	24	3	13	6	1	17
MG	59	18	31	21	4	19	7	3	43
MS	32	12	38	15	6	40	9	4	44
MT	27	12	44	12	6	50	4	2	50
PA	59	18	31	23	8	35	6	2	33
PB	43	16	37	21	8	38	9	1	11
PE	61	19	31	21	4	19	10	2	20
PI	63	19	30	23	6	26	7	2	29
PR	39	12	31	16	5	31	5	0	0
RJ	63	19	30	27	9	33	7	2	29
RN	41	13	32	17	6	35	7	1	14
RO	35	11	31	11	4	36	7	2	29
RR	23	9	39	11	6	55	11	6	55
RS	63	20	32	20	6	30	8	1	13
SC	51	18	35	21	6	29	7	4	57
SE	47	14	30	17	6	35	6	2	33
SP	63	20	32	28	5	18	10	2	20
TO	29	8	28	13	4	31	5	3	60
TOTAL	1364	434	32	514	157	31	196	58	30

*não tem secretariado
Dados da Comissão Nacional de Organização

71. A presença de mulheres é ascendente ao se levar em consideração a trajetória histórica da presença feminina nestes espaços. Contudo, em alguma medida, ainda se reproduzem os padrões machistas de compartilhamento do poder. É preciso reafirmar que o Partido é a "prefiguração da sociedade que

almejamos, cujos valores de solidariedade, da igualdade e da não opressão entre pessoas e povos, das relações humanas elevadas e dignas predominem em contraposição ao paradigma da sociedade capitalista e burguesa, de exploração, opressão e degradação humana. Muitos pensamentos e comportamentos retrógrados, próprios da ideologia dominante, manifestam-se em relação ao papel das mulheres, sua imagem, seus direitos, suas diferenças. Se não for questionado, desvendado e enfrentado, o machismo mantém-se entranhado, mesmo que não seja formalmente admitido." (Resolução da 1- Conferência)

72. Implementar e desenvolver o acúmulo gerado pelo processo e resultados da 1- Conferência Nacional do PCdoB Sobre a Questão da Mulher significa desenvolver um programa permanente e continuado de estímulo e ingresso, desenvolvimento e crescimento da militância das mulheres no partido, para forjar maior número de mulheres interferindo efetivamente nos espaços partidários de decisão.

73. Outra conquista que merece destaque é que, desde a lâ Conferência, a ampla maioria das delegações de representação partidária, em âmbito nacional e internacional, vem contando com ampliação da presença de mulheres em sua composição.

74. No que tange a aplicação das diretrizes organizativas definidas na últia conferência, registram-se avanços, mas ainda com longo caminho a percorrer. Numa ação conjunta das secretarias de Formação e da Mulher foi definido o investimento na temática de gênero nos currículos gerais da Escola Nacional, o que está mais sintonizado com o concepção transversal do tema. Neste sentido, vem se consolidando a criação do Departamento Nacional de Formação da Secretaria Nacional da Mulher, a ser uma intersecção entre as secretarias nacionais da Mulher e de Formação e Propaganda, com a responsabilidade de desenvolver as duas diretrizes simultaneamente: 1. formar mais mulheres; 2. formar mais sobre a temática da mulher.

75. A imprensa partidária vem gradativamente dando mais visibilidade ao protagonismo das mulheres e sua agenda de lutas. Faz-se necessário reforçar esta diretiva, com vistas à construção de uma nova cultura política de equida de no interior do Partido.

76. É nítido que, no geral, a questão da emancipação da mulher vem se firmando com maior entendimento pelo PCdoB. Contudo, permanecem atuais os seguintes desafios:

a) Insistir no percentual de 30% de mulheres onde este ainda não estiver sendo observado, mantendo a implementação de políticas progressivas que visem à equidade de gênero. Os comitês municipais e comitês intermediários devem criar condições progressivas no mesmo sentido, aplicando no mínimo o preceito de sempre uma a mais, nunca uma a menos.

b) Superar a meta de 30% de mulheres, que deve ser considerada tanto na indicação de nomes para integrar representação partidária, como em cursos, comissões auxiliares e direções de organismos intermediários e de base.

c) Conferir às ações da Secretaria da Mulher maior expressão pública e estimular a constituição e fortalecimento de secretarias da mulher nos níveis estadual e municipal.

d) Adotar critérios que estimulem as candidaturas majoritárias de mulheres, observando o mínimo de 30% de presença feminina nas chapas.

e) Estimular e valorizar a participação das comunistas na entidade da corrente emancipacionista. Para o PCdoB, a UBM é importante espaço de atuação no desenvolvimento da luta das mulheres. É imperativo que se destaquem mais comunistas para atuar na UBM como tarefa prioritária. Este é um movimento que tem como objetivo o fortalecimento da entidade, ampliação de sua militância e maior protagonismo na luta política.

f) Contribuir para uma maior promoção de mulheres aos núcleos dirigentes das entidades sindicais e a ampliação da ação das trabalhadoras urbanas e rurais na entidade emancipacionista.

g) Adotar ações que ampliem o conhecimento da concepção feminista emancipacionista pela juventude comunista. Promover uma intensa divulgação das ideias emancipacionistas, em especial entre as jovens mulheres, e buscando ampliar a participação desse segmento na entidade emancipacionista.

h) Avançar na luta de ideias, estabelecendo um núcleo de estudos de gênero na Fundação Maurício Grabois e nos Estudos Avançados da Escola Nacional. A revista Princípios pode contribuir decisivamente para a luta de ideias nesse campo e para a divulgação do feminismo emancipacionista.

SÃO PAULO, MARÇO DE 2012

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Clara. SCALON, Celi. Gênero, Família e Trabalho no Brasil. Rio de janeiro, Ed. FVG, Faperj, 2005.

ARAUJO, Clara. Revista Presença da Mulher, n 37, Ed Anita Ltda, São Paulo, 2001 BEAUVOIR, Simone. Balanço Final, 4 ed. Rio de Janeiro, Ed Nova Fronteira, 1972 BEBEL, August La mujer y El socialismo. Ed Ciências Sociales, La Habana, 1979

BETO,Frei.-"Desigualdades sociais no Brasil" In http://correiodobrasil.com.br/desigualdade-social-no-brasil/175165/ consultado em 5.1.2012, publicado em 10/8/2010)

BUTLER, Judith (1995) Contingent Foundations. In BENHAB, Seyla; BUTLER, Judith; CORNELL, Drucilla e FRASER, Nancy Feminist Contentions. A Philosophical Exchange. New York, Routledge, p 35-58

BUTLER, Judith (2003). Problemas de Gênero. Feminismo e subversão da identidade. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

CALDEIRA, Barbara Maria Santos (2010) Programa Bolsa Família e gestão municipal no estado da Bahia: empodera- mento das mulheres ou redimensionamento da feminizaçao da pobreza?" dissertação mestrado do UNEB, Programa de pos graduaçao em políticas publicas, gestão do conhecimento e desenvolvimento regional-PGDR, Salvador-xerox

CASTRO, Mary Garcia e LAVINAS, Lena (1992). "Do feminino ao gênero, a construção de um objeto" in COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina "Uma questão de gênero". Ed Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas, São Paulo, paginas 216-251..

CASTRO, Mary Garcia. "Marxismo, Feminismos e Feminismo Marxista-Mais que um Gênero, em Tempos Neo Liberais" in Revista Critica Marxista n 11, 2000-p 98-108

CASTRO, Mary Garcia (2007) Prefacio in VALADARES, Loreta As Faces do Feminismo. Ed Anita Garibaldi, São Paulo ENGELS, F (1974) - A Origem da família, da propriedade privada e do Estado, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro KOLLONTAI, Alexandra (1976) Communism and the Family-Sun Press, Michigan LENIN, V.I. (1979) La emancipacion de la mujer. Ed Progreso, Moscu

LUXEMBURGO, Rosa (1983) Camarada e Amante. Cartas de Rosa Luxemburgo a Leo Jogiches. Ed Paz e Terra, Rio de Janeiro

OLIVEIRA, Rosiska Darcy. Reengenharia do Tempo, Ed Rocco, Rio de Janeiro, 2003 PATEMAN, Carole.(1988) "The Sexual Contract. Stanford", Stanford University Press

ROCHA, Ana (2007) Impacto das Condições de Trabalho e Sobrecarga Doméstica na Subjetividade Feminina Projeto, Rio de Janeiro, 2007-xerox

ROCHA, Ana - O Marxismo e a Questão da Mulher, revista PRINCÍPIOS, n 83 2006 RAMONET, Ignácio .In Le Monde Diplomatique - NQ195- Janeiro 2012

SAFFIOTI, Helleieth. (2004) Gênero, Patriarcado, Violência Ed Perseu Abramo, São Paulo, 2004 VALADARES, Loreta (2007) As Faces do Feminismo Ed Anita Garibaldi, São Paulo

NOTAS

1- O termo raça/cor é usado para se referir a uma construção política relacionada ao racismo na sociedade brasileira, à condição de ser mulher e de ser negra, e não para estabelecer uma classificação biológica.

2- "[...] Somos incondicionalmente inimigos do neomaltusianismo mas naturalmente isso não nos impede de modo algum exigir a abolição absoluta de todas as leis que castigam o aborto ou a difusão de obras de medicina em que se expõem medidas anticoncepcionais" (LÊNIN, 1979:31).

3- "No mundo, cerca de 100 milhões de crianças (sobretudo meninas) não frequentam a escola; 650 milhões de pessoas não têm acesso à agua potável; 850 milhões são analfabetos; mais de 2 bilhões não dispõem de esgoto, nem de latrinas; cerca de 3 bilhões vivem (incluindo aí alimentação, moradia, vestimenta, transporte, saúde, etc) com menos de dois euros diários" RAMONET, op.cit.)

Expediente:

PCdoB - Partido Comunista do Brasil Presidente: Renato Rabelo Vice-presidenta: Luciana Santos Secretária Nacional da Mulher: Liège Rocha

Coordenação do Fórum Nacional Permanente Sobre a Emancipação da Mulher:

Ana Carolina Barbosa; Ana Rocha; Julieta Palmeira; Liège Rocha e Lúcia Rincón.

Fórum Nacional Permanente Sobre a Emancipação da Mulher: Abigail Pereira; Alice Portugal; Ana Carolina Barbosa; Ana Rocha; Augusto Buonicore; Daniele Costa;

Eline Jonas; Glauce Medeiros; Jô Moraes; Julieta Palmeira; Leila Márcia; Liège Rocha; Lúcia Antony; Lúcia Rincón; Marta Brandão; Mary Castro; Olivia Rangel; Olivia Santana; Raimunda Leone; Ricardo Abreu; Veruska Carvalho; Walter Sorrentino.

UNIDADE III: Breve história da trajetória da luta das mulheres no Brasil

No plano internacional, costuma-se classificar a existência de duas ondas do feminismo ocidental. Chama-se de feminismo de "Segunda Onda" o movimento que surgiu depois da Segunda Guerra Mundial que deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e foi contra o patriarcado. Naquele momento, uma das palavras de ordem era: "o privado é político". É assim chamado para diferenciar-se do quê é considerado como "Primeira Onda" do feminismo, movimento que esteve principalmente centrado na reivindicação de direitos políticos - como o de votar e ser eleita. Há várias discussões sobre a quantidade de períodos em que se dividiria a trajetória do feminismo ocidental. Gostaríamos de dar especial destaque à contribuição de Simone de Beauvoir que, em 1949, em "O segundo sexo", disse que "não se nasce mulher, torna-se mulher". Com esta expressão, emblemática e histórica para as lutas feministas em boa parte do mundo ocidental, a filósofa francesa pretendia expressar a idéia básica do feminismo discutida na Unidade anterior: a da desnaturalização do ser mulher.

Deste modo, para Sarti (2004, p. 35), "o feminismo fundou-se na tensão de uma identidade sexual compartilhada (nós mulheres), evidenciada na anatomia, mas recortada pela diversidade de mundos sociais e culturais nos quais a mulher se torna mulher, diversidade essa que, depois, se formulou como identidade de gênero, inscrita na cultura". É preciso afirmar que o campo feminista e de gênero é um espaço de lutas em distintas fronteiras que são/estão constantemente disputadas. Tais movimentos, em todo mundo e também aqui no Brasil, têm formulado palavras de ordem ou bandeiras que, em poucas palavras, expressam grandes conteúdos, projetos e propostas do movimento. Essas bandeiras são criadas para servirem de referência às mulheres mundialmente, algumas atingiram grande popularidade. Entre elas, merecem destaque: O pessoal é político; Democracia em casa e na rua; Diferença Sim, Desigualdade Não.

Essas bandeiras resgatam idéias-chave para os movimentos feministas e de mulheres: a importância da esfera privada enquanto espaço privilegiado de dominação e opressão; da construção da democracia em todas as relações sociais e, em especial, nas relações interpessoais; e o reconhecimento das diferenças sem a experimentação das desigualdades e das assimetrias de poder, valorizando-se a diversidade e a pluralidade sem hierarquias.

Sabemos, no entanto, que foi no século XX que se deram algumas das principais mudanças no cotidiano das mulheres, com repercussões em toda a sociedade. Mas o movimento feminista tem uma história mais antiga que não seria possível resgatar por inteiro aqui com a dignidade merecida. E, portanto, vamos nos ater mais especificamente à luta feminista e das mulheres no nosso país. Seria possível afirmar que no mundo, com algumas raras exceções, as mulheres do século XX conquistaram: (a) o direito a frequentar escolas e universidades; (b) o direito a trabalhar de forma remunerada e em larga escala, sobretudo fora do ambiente doméstico; (c) o direito a votar e ser votada; (d) o direito à liberdade sexual e reprodutiva, podendo fazer livre uso de avanços na ciência e na tecnologia, conquistando liberdade sobre seu próprio corpo, até então impossível; (e) o direito à possibilidade de separação conjugal, assim como o direito de se casar novamente de acordo com a própria vontade; (f) o direito a um tratamento digno

pela família e, principalmente, por seu cônjuge e/ou parceiro; enfim, (g) o direito à igualdade de direitos e de oportunidades, como também (h) o direito fundamental a sua diferença, sem que isto implique em desigualdade, hierarquia ou discriminação.

No último quartil do século XX (e mesmo um pouco antes), a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) construíram os seguintes instrumentos internacionais que reportam aos direitos humanos das mulheres: a Convenção sobre os Direitos Políticos das Mulheres (1952), a Declaração sobre a Eliminação de Discriminação contra a Mulher (1967), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher - CEDAW (1979), a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher - a "Convenção de Belém do Pará" (1994) e a Declaração de Pequim, adotada pela Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher: ação para igualdade, desenvolvimento e paz (1995). Todos estes documentos foram elaborados em reconhecimento à situação perene de opressão e discriminação vivida pelas mulheres em todo o mundo. Foi assim que a ONU também convocou a primeira Conferência Mundial Sobre a Mulher (1975), com o intuito de analisar as distintas situações de subalternização, visando, sobretudo, buscar formas mais concretas de enfrentá-las. Depois desta primeira, seguiram-se outras Conferências sobre a mulher[148] e sobre outros temas correlatos, que foram significativas para o tema das discriminações contra as mulheres, todas com o intuito de contemplar orientações para a mudança nessa situação[149]. As Conferências procuram reunir não apenas distintos países em seus Fóruns Oficiais, mas igualmente a participação da sociedade civil por intermédio das ONGs e de diferentes instâncias dos movimentos sociais, em outros fóruns paralelos.

No Brasil, as iniciativas desencadeadas em defesa dos direitos humanos das mulheres (re)nasceram em meados dos anos 70, em sintonia com a plataforma da 1º Conferência Mundial Sobre a Mulher de 1975 e em especial correlação com o contexto de autoritarismo político vivido no país. Tais iniciativas podem ser identificadas através: (a) da realização de muitos encontros, debates e troca de experiências; (b) da construção de redes e articulações de grupos de mulheres; (c) da realização de campanhas de denúncia e de conscientização, especialmente de violência perpetrada contra as mulheres; (d) do cultivo de datas históricas e expressivas para o movimento; (e) da construção de alianças e parcerias no âmbito da sociedade civil para a defesa e promoção de direitos e da cidadania das mulheres (a exemplo de outros movimentos sociais, especialmente os urbanos); (f) da apresentação de propostas para a elaboração de legislação específica e de políticas públicas; e, finalmente, (g) da interlocução com o Estado para a promoção de intervenções e mudanças sociais a partir da perspectiva de gênero.

Pinto (2003) relata a existência de três grandes momentos (ou ondas) do feminismo brasileiro: o primeiro teria se expressado na luta pelo voto no âmbito do movimento sufragista, sob a liderança de Bertha Lutz, numa luta pelo direito ao voto - uma luta, portanto, por direitos políticos. Tal fase foi organizada por mulheres das classes médias e altas e, frequentemente, por filhas de políticos ou intelectuais da sociedade brasileira que tiveram a chance de estudar em outros países, configurando, segundo Pinto, um "feminismo bem comportado".

O segundo momento do feminismo no Brasil teria nascido durante o clima político do regime militar no início dos anos 70, o qual foi uma síntese, tanto da desvalorização e da frustração de cidadania no país, quanto de um reforço na opressão patriarcal, e teria se caracterizado por um movimento de liberação, no

148 São estas as Conferências sobre a mulher realizadas até o momento: I Conferência Mundial Sobre a Mulher, 1975, Cidade do México (México), II Conferência Mundial Sobre a Mulher, 1080 em Copenhague (Dinamarca), III Conferência Mundial Sobre a Mulher, 1985, em Nairóbi (Quênia), e, finalmente a IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, 1995, em Pequim/Beijing (China).

149 OUTRAS CONFERÊNCIAS IMPORTANTES: II Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento • 1992 • Rio de Janeiro • Brasil; II Conferência Mundial sobre Direitos Humanos • 1993 • Viena • Áustria; III Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento • 1994 • Cairo • Egito; I Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social • 1995 • Copenhague • Dinamarca; II Conferência Internacional sobre Assentamentos Humanos • 1996 • Istambul • Turquia; III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância • 2001 • Durban • África do Sul.

qual as mulheres discutiam a sua sexualidade e as relações de poder. As organizações de mulheres que se levantaram em oposição ao militarismo autoritário construíram e formaram grupos que consolidaram os interesses e as demandas femininas, propiciando uma maior articulação delas na arena pública. A segunda onda se caracterizou no Brasil, então, numa resistência contra a ditadura militar e, por outro lado, numa luta contra a hegemonia masculina, a violência sexual e pelo direito ao prazer.

Teríamos, assim, a terceira fase do movimento no país, desta vez, referida à forte participação das mulheres brasileiras em todo o processo de redemocratização e na construção de ênfases ainda mais particulares que incidiam sobre as diferenças intragênero (ou seja, aquelas vividas entre as próprias mulheres). Os movimentos sociais, defrontando-se com novas maneiras de conceber a cultura política e outras formas de se organizar coletivamente, desta vez passaram a caracterizar-se por: (1) tentativas de reformas nas instituições consideradas democráticas; (2) tentativas de reformas do Estado, por meio de onguização e profissionalização do movimento; e (3) busca da reformatação do espaço público através da forte participação dos outros "novos" movimentos sociais (mulheres negras, lésbicas, indígenas, rurais etc.) com sua posterior especialização. Este terceiro momento marca o início de uma aproximação do Estado e de seus Poderes constituídos que foi tensa e cautelosamente construída: aproximação do Executivo, através da tentativa de reformatação de suas políticas; do Legislativo, através do esforço de sensibilizar representantes e partidos e também de algumas mulheres ousadas que visavam se candidatar e que obtinham sucesso; e do Judiciário, por intermédio dos pedidos de reparação pelos direitos violados e da construção de um novo ordenamento legal para fazer frentes às injustiças vividas.

Vamos aqui acrescentar às análises já estabelecidas a possibilidade de estarmos vivendo agora uma possível "quarta" onda do feminismo no Brasil que, por sua vez, poderia ser demonstrada através: (1) da institucionalização efetiva das demandas das mulheres e do feminismo por intermédio de sua entrada (ainda parcial) no âmbito do Poder Executivo e Legislativo; (2) da criação de órgãos executivos de gestão de políticas públicas no âmbito federal, estadual e municipal; (3) a consolidação da institucionalização das ONGs e das redes feministas,, sob a influência, em especial, do feminismo transnacional e da agenda internacional dos direitos humanos das mulheres; (4) uma nova moldura para a atuação do feminismo, trans ou pós-nacional, na qual são identificadas uma luta por radicalização anticapitalista e uma luta radicalizada pelo encontro dos movimentos feministas com outros movimentos sociais no âmbito das articulações globais de países na moldura Sul/Sul (a exemplo do Fórum Social Mundial e das lutas feministas e das mulheres contra as ideologias neo-liberais). Vamos explorar em mais detalhes cada uma das três primeiras ondas a seguir e a "quarta" será discutida logo adiante no próximo item.

A primeira onda feminista expressou-se, conforme anunciado, na luta pelo voto. Porém, mesmo antes deste período, a história de feministas brasileiras pode ser traçada até a importante contribuição de Nísia Floresta, a partir especialmente de sua livre tradução de Mary Wollstonecraft para a realidade do Brasil de 1832. A obra de Nísia Floresta foi a primeira tentativa de se desconstruir os estereótipos de gênero, logo em meados do século XIX no Brasil. Floresta confrontou a sociedade e os pensamentos masculinos tradicionais brasileiros com argumentos filosóficos baseados no valor e na dignidade da vida humana, nos pensamentos antiescravistas e na liberdade de religião. A autora, já nessa época, apontava para o "atraso" político e social do Brasil, devido a sua dependência na instituição da escravidão e até mesmo pelo fato das meninas só terem conseguido a permissão para estudar em 1827 (tendo sido permitido o acesso à educação superior apenas em 1879). Floresta e outras mulheres fundaram jornais feministas, foram as primeiras a defender o acesso das mulheres à educação, abrindo um espaço para discussões mais realistas sobre a real condição da mulher brasileira.

Além das obras de Floresta, a própria imprensa brasileira do século XIX começou a defender o direito à educação para as mulheres. Duarte (2003, p. 156) afirma que a segunda onda do feminismo brasileiro teria surgido por volta de 1870 e se caracterizou pelo "espantoso número de jornais e revistas de

feição nitidamente feminista, editados no Rio de Janeiro e em outros pontos do pais. Talvez fosse o caso de considerá-la, por isso, menos literária e mais jornalística". Dentre tantos, Duarte inicia esta fase com o periódico O sexo feminino, dirigido por Francisca Senhorinha da Mota Diniz. Segundo a autora, pesquisas revelam que o periódico teve três fases. A primeira, de 1873 a 1875, em Campanha da Princesa, Minas Gerais, já com a surpreendente tiragem de oitocentos exemplares e assinantes em diferentes cidades. A segunda teria ocorrido alguns anos depois, no Rio de Janeiro, de 1887 a 1889, para onde Francisca Senhorinha havia se transferido com a filha Elisa, tornando-se um nome conceituado junto à Corte. A filha, Elisa Diniz Machado Coelho, também jornalista e autora de romances-folhetim, fundou o Colégio Santa Isabel, para moças, que logo se tornou um dos mais prestigiados da cidade. O Sexo Feminino defendia o direito ao voto e os direitos para as mulheres seguirem qualquer carreira, em 1890 (terceira fase), uma das declarações mais fortes veio deste jornal, que publicou também que as mulheres deveriam ter o direito ao voto, bem como o direito de participar no processo eleitoral para as Assembléias (direito este conquistado apenas em 1932). A imprensa feminista, então, se juntou aos líderes do movimento abolicionista, sendo possíyel afirmar que foi esta fase de publicações, aliada à luta pela educação (que cumpriria o papel de liberar as mulheres), que estabeleceu uma plataforma para o movimento sufragista vir a se organizar no país.

Em 1852, O Jornal das Senhoras se rebelou contra os valores sociais que subordinavam as mulheres. A editora Joana Paula Manso de Noronha discutia a necessidade de expandir os direitos das mulheres num esforço maior de eliminar os pensamentos dominantes que influenciavam o tratamento desigual dado às mulheres, devido à "percepção" de que as mulheres eram dóceis, passivas e criaturas tipicamente domésticas. Logo depois, o jornal começou a reforçar que somente o acesso à educação facilitaria o caminho para adquirir um status mais igualitário para as mulheres.

Também o processo de urbanização com intensa formação de uma classe de operários e trabalhadores nas grandes cidades influenciou a criar um tipo novo de cultura política e social. Na época, muitos dos imigrantes que trabalhavam nas indústrias/fábricas abraçaram o marxismo e, até mesmo, as idéias anarquistas. As condições das mulheres dentro das fábricas era deplorável, pois além de receberem salário muito menores do que os dos homens, elas eram sujeitadas à inúmeras situações de exploração e violência. No entanto, estas mulheres se uniram para ampliar sua base de apoio e também abraçaram a luta de classes e do movimento anarquista. Porém, é necessário ressaltar que o movimento para o acesso ao voto permaneceu em grande escala como uma luta organizada e formada por um grupo homogêneo de mulheres das elites nacionais. A troca de idéias entre as feministas de vários países estabeleceu um relacionamento amigável, facilitando a visita de líderes feministas estrangeiras ao Brasil, como a da famosa sufragista americana, Carrie Chapman Catt, em 1922. Bertha Lutz é provavelmente a figura mais ilustre e famosa associada a esta fase e Leolinda de Figueiredo Daltro também foi figura proeminente, tendo sido a Presidente do Partido Feminino Republicano, em 1910. Leolinda Daltro ansiava pelo direito de votar, bem como pelo direito de ter acesso aos empregos públicos. Foi na Assembléia Constituinte de 1891 que se começou a discutir o direito de voto para as mulheres, demarcando que estas ainda não eram consideradas cidadãs políticas, já que estavam impedidas de exercer a função de votar.

No ano de 1927, o governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamàrtine, antecipou-se à União e aprovou uma lei em seu Estado dando o direito ao voto às mulheres, para regozijo nacional das feministas. A terra de Nísia Floresta saía na frente e impunha-se como provocação para as demais províncias. Imediatamente, as militantes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em todos os Estados em que estava representada, ocuparam as tribunas para aclamar a iniciativa e exigir o mesmo direito. Foi lançado então um manifesto à nação, ora chamado de Manifesto feminista, ora de Declaração dos direitos da mulher, que foi assinado por Bertha Lutz, Jerônima Mesquita e Maria Eugênia Celso, entre muitas outras de importantes famílias políticas, como Clotilde de Mello Vianna, a esposa do Vice-Presidente da República.

Lutz e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino representavam o interesse de um grupo de mulheres de elite intelectual: as táticas e a ideologia do movimento pacífico ajudaram as líderes feministas a travarem alianças, até mesmo ganhando o apoio de parte da elite política masculina da época e conseguindo o sufrágio feminino antes mesmo de outros países na América Latina. Reconhecendo a habilidade de tirar vantagem de tais aliados políticos, em 1931 as líderes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino realizaram outro Congresso que contava com representantes de quinze estados brasileiros. As feministas insistiam contra as limitações do Código Provisional, o qual apenas concedia o direito ao voto às mulheres solteiras, às viúvas com o próprio salário e às mulheres casadas, com a permissão de seus maridos. Bertha Lutz e outras mulheres pressionaram, então, Getúlio Vargas para que se estabelecesse um novo Código, estendendo o direito de voto a todas as mulheres brasileiras. Em 24 de Fevereiro de 1932, o movimento feminista no Brasil alcançou sua primeira vitória, o direito de voto concedido às mulheres, sendo que a Assembléia Nacional Constituinte de 1934 contou, entre seus 254 constituintes com duas mulheres: a Dra. Carlota de Queirós e Almerinda da Gama. Talvez, Branca Moreira Alves represente o reflexo mais otimista do movimento sufragista como parte de um movimento maior, representando os interesses de grupos excluídos na sociedade, na tentativa de trazer à luz os conceitos que dominaram a sociedade brasileira: o da discriminação racial e de gênero. Além do mais, isto abriu as portas da educação superior para as mulheres e, como consequência, deu a elas maior confiança na medida em que passaram, ao menos, a poder tentar entrar na política, apesar de em número bastante limitado.

Tabak (2002, p. 31) mostra que ainda durante o Estado Novo de Vargas, com o esforço para a entrada do Brasil na guerra, pelo envio das Forças Expedicionárias Brasileiras para lutar na Europa ao lado das forças aliadas e contra o nazismo, houve estímulo que resultou num "ressurgimento da ação organizada das mulheres, no Rio de Janeiro e em muitos outros Estados [...] no Rio foi através da Liga de Defesa Nacional que essa ação se desenvolveu nos anos 60, com o golpe militar e a ditadura, a luta feminista se concentrou na resistência ao autoritarismo político e depois se deslocou para a luta pela anistia política. Conforme assinalado por Costa (1992), o movimento feminista, ao longo da década de 1970, era composto predominantemente por mulheres pertencentes aos partidos de esquerda, sendo que estas se uniram em oposição ao governo autoritário, a favor da anistia política e pela retomada da democracia no país. Com a possibilidade de se redefinir a opção partidária, aparentemente, a questão da mulher passou para um segundo plano e houve uma separação das militantes feministas que, a partir deste momento, ajudaram a fundar os partidos políticos no contexto da redemocratização e passaram a militar neles, com isto o movimento organizado, por um período de tempo, pareceu se dispersar. Uma frente importante de trabalhos foi, então, aberta com o retorno do exílio de feministas (muitas delas acadêmicas que tinham sido expulsas pela ditadura) e o feminismo nas universidades ganhou um fôlego renovado.

Contudo, o que mais se destacou na pauta das reivindicações das muitas organizações feministas e de mulheres deste momento foram as necessidades e premências da vida cotidiana, aquelas urgências nascidas das utopias de esquerda que, com muita certeza, pautaram a agenda que surgia. Parcelas significativas dos movimentos de mulheres (mas nem sempre feministas) dos anos 70 em diante, no Brasil, nasceram dos grupos de vizinhança nas periferias dos grandes centros urbanos, vinculados a projetos e ações junto à Igreja católica. As mulheres dos bairros populares passaram a construir sua dinâmica política própria, ainda que basicamente permeadas pelos papéis socialmente designados de "esposas" e "mães", elas cumpriram o importante papel político de organizar parte significativa dos primeiros protestos contra o regime militar (SIMÕES, 1985).

Soares (1998, p. 36) nos chama a atenção para o fato de que, para além do feminismo em si, a denominação "movimento de mulheres" abarcava um conjunto mais ampliado de grupos femininos que lutavam por temas que se relacionavam ao universo simbólico e material de referência das mulheres, nem todos autodeclaradamente feministas (a exemplo dos grupos vinculados às Comunidades Eclesiais

de Base). Foi em momento específico do país, quando parte substantiva dos grupos de esquerda se encontrava combalido e enfraquecido, que a reação política partiu desse lugar inesperado - de novos movimentos sociais e das organizações políticas lideradas por mulheres, muitas delas de classes populares.

Iniciado nas camadas médias, o feminismo brasileiro, que se chamava à época "movimento de mulheres", expandiu-se através de uma articulação peculiar com as camadas populares e suas organizações de bairro, constituindo-se em um movimento éntre diferentes classes sociais. A linguagem da oposição deu às mulheres um primeiro acesso à esfera política, espaço negado a elas por tanto tempo. Através da organização de seus esforços, juntamente com as necessidades de suas respectivas comunidades, as mulheres revelaram a negligência do governo para com o crescimento das severas desigualdades econômicas brasileiras. Um traço que marca a trajetória particular do feminismo no Brasil diz respeito ao próprio caráter dos movimentos sociais no Brasil na sua relação com o Estado. Os movimentos sociais urbanos organizaram-se em bases locais, enraizando-se na experiência cotidiana dos moradores das periferias pobres, dirigindo suas demandas ao Estado como promotor de bem-estar social. Daí surgiu o movimento feminista contra a carestia, protagonizado pelas mulheres organizadas que lutavam contra o aumento abusivo dos preços das mercadorias, cunhando-se assim a luta organizada delas com intensa mobilização que ficou conhecida em todo o país como "movimento das panelas vazias".

Organizadas também entorno de reivindicações de infra-estrutura urbana básica (água, luz, esgoto, asfaltamento e bens de consumo coletivos), esses movimentos tiveram o mundo cotidiano da reprodução: na família, na própria localidade e em suas condições de vida, uma alavanca para suas reivindicações. Várias autoras (Oliveira, 1990; Pinto, 2003; Sarti, 2004) identificaram nesses movimentos elementos que as movia politicamente. Nesse processo, a participação das mulheres nos movimentos de bairro, ao mesmo tempo em que as retirava do confinamento doméstico, propiciava a emergência de um novo sujeito político que questionava a condição da mulher e punha em discussão sua identidade. Afirma-se, pois a existência de duas tendências principais, dentro da corrente feminista do movimento de mulheres nos anos 1970: (a) a primeira voltada para a atuação pública das mulheres: investia em sua organização política, concentrando-se principalmente nas questões relativas ao trabalho, ao direito, à saúde e à redistribuição de poder entre os sexos (segundo Sarti,2004, esta foi a corrente que posteriormente buscou influenciar as políticas públicas, utilizando os canais institucionais criados dentro do próprio Estado, no período da redemocratização dos anos 1980); (b) a outra vertente preocupava-se, sobretudo, com o terreno da subjetividade, as relações interpessoais, tendo no mundo privado seu campo privilegiado (ela manifestou-se principalmente através de grupos de estudos, de reflexão e de convivência). Não afirmamos que estes grupos de mulheres, recém documentados, conquistaram seu próprio espaço dentro da arena política, mas elas, certamente, demonstraram como as reivindicações políticas de suas organizações, aliadas às outras instituições, tais como a Igreja católica, poderiam ijudar a iniciar e a expandir uma discussão política que viria a envolver mulheres em várias cidades e estados do país.

Tratava-se neste momento também, não apenas de visar mudanças no regime eolítico, mas também na estrutura interna do próprio Estado e de suas ações, de forma asuperar características críticas do padrão de intervenção estatal anterior: centralizado, setorializado, fragmentado, clientelista, verticalizado, burocratizado, com pouca ou íenhuma participação da sociedade civil organizada e pouco transparente. Se, na legunda onda do feminismo no país, batemo-nos pela resistência e luta contra o Estado nilitarizado ditatorial, foi apenas a partir dos anos 80 que os movimentos sofreram um processo de ampliação e também de diversificação, desta vez adentrando definitivamente)s partidos políticos, os sindicados e as associações comunitárias. Como será possível)erceber mais adiante, tais grupos não conseguiram conquistar pleno lugar nestes listintos espaços públicos institucionalizados do país (a exemplo do parlamento), mas as suas articulações, certamente, se incumbiram de expandir as fronteiras da discussão para os mais diversos cantos do país e ajudaram a refundar valores e reinventar padrões e representações de gênero, tendo como objetivo primordial revelar as negligências do governo e da recém reconquistada democracia

brasileira em relação às graves desigualdades sociais e econômicas da nossa sociedade.

Ainda que o feminismo brasileiro desse momento tenha se caracterizado por dar as costas ao Estado (ou mesmo enfrentá-lo e combatê-lo no caso da ditadura militar) e a suas arenas políticas convencionais (ALVAREZ, 2000), no intuito de trazer á tona e problematizar aqueles temas ligados às "problemáticas das mulheres", houve um primeiro momento de convergência dos movimentos urbano-populares com o movimento feminista, na ocasião que estamos caracterizando como de "terceira" onda feminista. As forças foram unificadas no objetivo central da transformação da situação da mulher na sociedade brasileira, gestadas durante os regimes militares e colocadas prova na redemocratização do país. Tanto o movimento feminista quanto os demais movimentos sociais urbanos e de mulheres (mesmo religiosas), naquilo que tange aos temas específicos das mulheres, somaram as forças para conquistar a inclusão da temática de gênero na agenda pública e estatal. É desta forma que é possível afirmar que a luta pela superação das desigualdades de gênero no país visou "tanto uma crítica à ação do Estado quanto - à medida que a democratização avançava - a formulação de propostas de políticas públicas que contemplassem a questão de gênero" (FARAH, 2004, p. 50).

No final da década de 1970 e ao longo dos anos de 1980, um movimento bem articulado entre as feministas universitárias, alunas e professoras, promoveu a institucionalização dos estudos sobre a mulher, tal como ocorria na Europa e nos Estados Unidos, e sua legitimação diante dos saberes acadêmicos, através da criação de núcleos de estudos, da articulação de grupos de trabalho e da organização de congressos, colóquios e seminários para provocar a saudável troca entre as pesquisadoras. Ao levantarmos os elementos centrais da agenda política das mulheres brasileiras nos anos 70/80 e compará-la com a pauta política dos anos 90 em diante, a partir da redemocratização do país, recuperamos também o percurso que foi o da difusão assimétrica e desigual das bandeiras do feminismo no campo dos valores e das percepções nas relações cotidianas de gênero até a sua influência mais efetiva na transformação das reivindicações históricas em plataformas, de fato, de intervenção no/do estado.

Para Alvarez (2000, p. 385-386), teria havido ao longo dos anos 90 um "descentramento saudável do feminismo latino-americano" e brasileiro, transformando-se este em um "campo de ação expansivo, policêntrico e heterogêneo que abarca uma vasta variedade de arenas culturais, sociais e políticas" Ainda, segundo Farah (2004), desde o final dos anos 1970, também ocorreram transformações significativas nas relações entre Estado e sociedade no Brasil, especialmente a partir de dois grandes "condicionantes": de um lado o processo da (re)democratização e de outro o da crise fiscal do Estado. Segundo a autora: "Ao lado da mudança de regime, após mais de 20 anos de regime ditatorial, os anos 1980 foram também marcados pela crise do nacional desenvolvimentismo, de origens mais antigas, assim como por mudanças nas políticas públicas, estabelecidas ao longo das décadas anteriores" (FARAH, 2004, p. 49).

Alvarez (2000, p. 388) analisa que "ao reagir às instituições excludentes e amiúde repressivas do regime e ao centralismo democrático das esquerdas, as feministas criaram uma política cultural distintiva que valorizava as práticas democráticas radicais e a autonomia de organização". Em contrapartida, segundo Farah, essa nova agenda do feminismo, surgida nos idos dos anos 90, teria sido marcada pela "tensão permanente entre o vetor eficiência e o vetor democratização dos processos decisórios e do acesso a serviços públicos". Esta tensão, por sua vez, levaria a uma disputa permanente que ainda não foi completamente superada: os "movimentos populares, partidos à esquerda no espectro político e governos de corte progressista tendem a privilegiar a democratização das decisões e a inclusão social; partidos e governo de corte liberal-conservador e organizações da sociedade civil ligadas às elites empresariais tendem a privilegiar a orientação para a eficiência e corte de gastos, o que significa, na área social, privatização, focalização e modernização gerencial como prioridades" (FARAH, 2004, p. 52-53). A isso Pinto (2003) quis se referir ao cunhar como terceira onda do feminismo no país o período entre os anos 80/90.

Multiplicaram-se, então, as modalidades de organizações e identidades feministas que começaram a cobrar ações do Estado. Nos anos 80, as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, os Conselhos da Condição Feminina ou da Mulher, entre outros equipamentos públicos, foram construídos, junto com programas específicos de atenção às mulheres (especialmente na saúde, a exemplo do PAISM). As mulheres pobres articuladas nos bairros através das associações de moradores, as operárias através dos através de suas várias organizações começaram a se auto-identificar com o feminismo, o chamado feminismo popular. As organizações feministas de mulheres negras seguiram crescendo e ampliando a agenda da política feminista e os parâmetros da própria luta feminista. Esse crescimento do feminismo popular trouxe, como consequência fundamental, um pouco da diluição das barreiras e resistências ideológicas para com o feminismo. Alguns dos resultados destas articulações, que tornaram possível a realização de muitos "encontros" e "eventos" importantes da agenda da luta mais recente das mulheres no Brasil, estão listados no Quadro 1 apresentado abaixo.

Quadro 1: Campanhas e mobilizações do movimento de mulheres - última década do século XX e início do século. XXI

Campanha / Evento	**Ano**
A Impunidade é Cúmplice da Violência	1993
Revisão Constitucional Nenhum Direito a Menos	1993
Mobilização para a IV Conferência Mundial Sobre a Mulher	1994/1995
Campanha Nacional Pela Vida das Mulheres	1995
Campanha Mulheres Sem Medo do Poder	1996
Campanha Nacional Pela Regulamentação dos Atendimento aos Casos de Aborto Previstos em Lei na Rede Pública de Saúde	1997
Campanha Sem os Direitos das Mulheres os Direitos Não São Humanos	1998
Campanha pela Ratificação do Protocolo Opcional Pela Convenção Pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher – CEDAW	2000
Marcha Mundial das Mulheres Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista	2001
Marcha das Margaridas (manifestação anual das trabalhadoras rurais)	2000
Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência de Gênero (anual)	2003
I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres	2004
I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres	2004/2007
II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres	2007
II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres	2008/2011

Conforme Linhares (1990), é preciso reconhecer que, a partir da década de 1980, o movimento diversificou as frentes de atuação em diferentes espaços: grupos de reflexão, centros e núcleos de estudo

dentro e fora das Universidades, departamentos femininos em sindicatos e partidos políticos, grupos de auto-ajuda como os SOS contra a violência, grupos que se organizaram em centros ou núcleos independentes, organizações não-governamentais que desenvolvem projetos junto a mulheres de baixa renda, grupos de advogados dentro de diversas seccionais estatais da Ordem dos Advogados do Brasil etc. Este momento representou também uma fase de intensa produção intelectual (cartilhas, panfletos, teses acadêmicas, congressos, cursos, seminários etc.), ao contrário do que se poderia prever. Os trabalhos foram ainda mais intensificados na pauta que passou a ser estabelecida com o Estado: correntes mais radicais temiam muito tal aproximação, que se fortaleceu indiscutivelmente com a atuação das mulheres brasileiras (feministas e não feministas) junto ao processo Constituinte de 1988.

LINHA DO TEMPO DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS E DE MULHERES NO BRASIL (1870-2000)

1870		PRIMEIRA ONDA DO FEMINISMO
	Leolinda de Figueiredo Daltro como figura proeminente, tendo sido a Presidente do Partido Feminino Republicano.	
1919	Bertha Lutz funda a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher e representa o Brasil no Congresso da Organização Internacional do Trabalho.	
1920		
1922	Bertha Lutz cria a Federação Brasileira pelo Progresso. Feminino.	
1930		
1932	Conquista do Sufrágio feminino no Brasil.	
1934	A Assembléia Nacional Constituinte de 1934 contou entre seus 254 constituintes, com duas mulheres: a Dra. Carlota de Queirós e Almerinda da Gama.	
1940		
1950		
1952	Convenção sobre os Direitos Políticos das Mulheres ONU.	
1960		

	Presença das mulheres brasileiras na luta armada contra a ditadura e o regime militar (1960-1970).	SEGUNDA ONDA DO FEMINISMO
1967	Declaração sobre a Eliminação de Discriminação contra a Mulher.	
1970		
1975	Realização pela ONU da Primeira conferência da Mulher e Formação de grupos políticos de mulheres que passaram a existir abertamente, tal como o Movimento Feminino pela Anistia, assim como o Brasil Mulher-jornal porta-voz do recém criado Movimento Feminino pela Anistia e fundado por Rose Marie Muraro com outras companheiras; e o Centro da Mulher Brasileira, entidade pioneira do novo feminismo nacional.	

1976	Lançamento do periódico Nós Mulheres que também se assumiu como feminista e circulou por quase três anos.	
1978	Movimento contra a Carestia	
1979	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres - CEDAW	
1980		

	Participação das mulheres brasileiras no processo de redemocratização e na construção de ênfases ainda mais particulares que passaram a incidir mais sobre as diferenças intragênero, ou seja: aquelas vividas entre as próprias mulheres - mulheres negras, lésbicas, indígenas, rurais etc. Movimento articulado entre as feministas universitárias, alunas e professoras promovem a institucionalização dos estudos sobre a mulher e sua legitimação diante dos saberes acadêmicos, através da criação de núcleos de estudos, da articulação de grupos de trabalho e da organização de congressos, colóquios e seminários para provocar a saudável troca entre as pesquisadoras. É desta época a criação do Grupo de Trabalho sobre Estudos da Mulher, da ANPOCS, e do Grupo de Trabalho Mulher na Literatura, da ANPOLL; assim como a criação de NEM - Núcleo de Estudos sobre a Mulher, da PUC-RJ; do NEIM- Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, na UFBA; do NEPEM- Núcleo d e estudos e pesquisas sobre a Mulher da UFMG; do NIELM - Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Mulher na Literatura, da UFRJ; e do NEMGE - Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero, da USP; entre muitos outros que se multiplicaram nas diferentes instituições de ensino superior.	TERCEIRA ONDA DO FEMINISMO
1981	Grupos feministas ultrapassaram as divergências partidárias e se aliaram às vinte e seis deputadas federais constituintes - o charmoso lobby do batom - como forma de garantir avanços na Constituição Federal, tais como a desejada igualdade de todos brasileiros perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.	
1982	Lançamento do Mulherio, em São Paulo, por iniciativa de feministas ligadas à Fundação Carlos Chagas. Rapidamente a publicação alcança enorme prestígio nos meios universitários.	
1990		

	Realização de várias Campanhas feministas: A Impunidade é Cúmplice da Violência, em 1993; a Revisão Constitucional - Nenhum Direito a Menos, também em 1993; A Mobilização para a IV Conferência Mundial Sobrea a Mulher, em 1994/95; a Campanha Nacional Pela Vida das Mulheres, em 1995; a Campanha Mulheres Sem Medo do Poder, em 1996; a Campanha Nacional Pela Regulamentação do Atendimento aos Casos de Aborto Previsto em Lei na Rede Pública de Saúde, de 1997; e, finalmente, a Campanha Sem os Direitos das Mulheres os Direitos Não São Humanos, em 1998.	
1994	Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher - a "Convenção de Belém do Pará".	
1995	Declaração de Pequim, adotada pela Quarta Conferência Mundial Sobre as Mulheres: ação para igualdade, desenvolvimento e paz.	
2000		

	Momento da institucionalização efetiva das demandas das mulheres e do feminismo por intermédio da entrada delas no âmbito do Poder Executivo e Legislativo; criação de órgãos executivos de gestão de políticas públicas no âmbito federal, estadual e municipal; consolidação da institucionalização das ONGs e das redes feministas, em especial, sob a influenciado feminismo trasnacional e da agenda internacional dos direitos humanos das mulheres; e construção de nova moldura para a atuação do feminismo: trans ou pós-nacional, onde são identificadas uma luta por radicalização anticapitalista em uma luta radicalizada pelo encontro dos movimentos feministas com ostros movimentos sociais no âmbito das articulações globais de países na moldura Sul/Sul (a exemplo do Fórum Social Mundial e das lutas feministas e das mulheres contra as ideologias neoliberais).	QUARTA ONDA DO FEMINISMO

Fonte: elaborado por Marlise Matos a partir do livro *"Uma história do feminismo no Brasil"* (Pinto, 2003).

UNIDADE IV:

A participação/mobilização das mulheres a partir da Constituinte de 1988 e a proposta da "quarta onda" do feminismo no Brasil e na América Latina

Como vimos, desde os anos 80 houve uma crescente incorporação da problemática das desigualdades de gênero pela agenda governamental. Sabemos que a Constituição Federal brasileira de 1988 representou um marco jurídico único de afirmação dos direitos humanos no país, uma vez que se originou da articulação de vários segmentos organizados da sociedade civil que lutavam pela defesa dos direitos, humanos e de cidadania, inclusive os das mulheres. Como sabemos, a Constituição Federal de 1988 foi elaborada com a participação ativa dos movimentos sociais. Grupos feministas e de mulheres de várias regiões do país, trabalhadoras do campo e da indústria, mulheres de várias etnias se mobilizaram para discutir e apresentar propostas que atendessem às demandas das mulheres (BLAY, 1994). Em vários Esta-

dos, as mulheres se reuniram propondo aos candidatos, homens e mulheres, que atendessem às causas feministas: elaboraram emendas, foram às ruas recolher assinaturas e, junto ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), escreveram e entregaram a Carta das Mulheres aos Constituintes, que contemplava as principais reivindicações feministas. O lobby das mulheres foi denominado "lobby do batom". De acordo com Santos (2004, p. 129), as mulheres foram cruciais para composição dos movimentos sociais que passaram a atuar na luta pela democratização do país, assim "a história destes movimentos é também a da constituição das mulheres como sujeito coletivo, em que deixam a esfera privada e passam a atuar no espaço público, tornando públicos temas até então confinados à esfera privada\

A implantação definitiva do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, em 1985, por reivindicação de inúmeras organizações de mulheres no país, significou o reconhecimento por parte do Estado da situação de discriminação e marginalização das mulheres brasileiras e a necessidade da intervenção governamental para a superação dessa situação. Este organismo foi um importante articulador na Constituinte. A partir da sua rede de informação e de pressão, com alianças junto à bancada feminina - também teve importante papel no encaminhamento das propostas feministas, independentemente de sua filiação partidária (BORBA, 1998) - foi lançada a campanha nacional em 1985, com o lema Constituição prá valer tem que ter a palavra da mulher, que ampliou o espaço público de discussão sobre as principais reivindicações da mulher brasileira, em todas as instâncias (poder político, mídia, associações, sindicatos etc.). A bancada feminina na Constituinte apresentou cerca de 30 emendas constitucionais relacionadas aos direitos das mulheres. Tais reivindicações apresentadas na referida Carta contava com a inclusão de temas gerais/universais tais como: justiça social; educação e reforma agrária; e também específicos: direitos focalizados nas mulheres e nos âmbitos mais diversos - trabalho, saúde, questões relativas à violência e ao aborto. Foi através da pressão do movimento feminista e da bancada feminina no Congresso Nacional que se conseguiu a incorporação de quase todas as propostas na Constituição de 1988.

A nova Constituição foi, pois, um marco importante na história do feminismo brasileiro. Além de contemplar a igualdade em direitos e de obrigações de homens e mulheres em seu artigo 5º, inciso I, reconceituou a família, abolindo o pátrio poder e a figura de chefe do casal, reconheceu a união estável, confirmou o divórcio, ampliou a licença-maternidade, criou o direito à licença-paternidade, o direito à creche, coibiu a discriminação da mulher no trabalho, criou direitos para as empregadas domésticas e previu a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica. Não houve, entretanto, muitos avanços no que diz respeito ao tema do aborto.

BOX INFORMATIVO

O tema esteve presente na I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, organizada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em 2004. O plano dela decorrente (II PNPM) incluiu a ação de "Revisar a legislação que trata da interrupção voluntária da gravidez". Essa decisão resultou na criação de uma Comissão Tripartite, formada por representantes do Executivo, do Legislativo e da sociedade civil, coordenada pela SPM, para discutir, elaborar e encaminhar uma proposta de revisão dessa legislação ao Congresso Nacional. E assim ocorreu: o anteprojeto, apresentado em 2005, criava uma lei autorizando o aborto até 12 semanas de gestação e ampliava este prazo em algumas situações especiais. Com o intuito de contribuir com os esforços do Congresso Nacional, o anteprojeto foi entregue à então deputada Jandira Feghali, relatora de um conjunto de projetos sobre esse tema na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. A deputada incorporou o anteprojeto ao substitutivo apresentado ao Projeto de Lei 1135/1991, o qual foi discutido nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2005, em reuniões e audiências públicas.

A partir de articulações da própria relatora o PL sofreu significativas alterações, e as propostas da Comissão Tripartite não foram incorporadas ao novo relatório. As discussões sobre a descriminação do aborto provocou sérias reações de grupos religiosos, que mobilizaram e articularam todas as suas forças, instaurando uma espécie de "guerra santa" contra a descriminalização do aborto e, nesse contexto, foi lançada no dia 25 de agosto de 2005 a Frente Parlamentar em Defesa da Vida - Contra o Aborto. Em 2008 o PL 1135/91 foi rejeitado pela Comissão de Seguridade Social e Família e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados. Apenas quatro parlamentares votaram a favor da aprovação do PL 1135: José Genoíno, Regis de Oliveira, José Eduardo Cardozo e Eduardo Valverde. Dois deles apresentaram votos em separado, reforçando-se a percepção de que permanece na atual legislatura a posição do Congresso Nacional como lócus privilegiado do conservadorismo no que tange à expansão deste direito no Brasil. O deputado José Genoíno apresentou requerimento para que o Plenário da Câmara aprecie o Projeto de Lei e as decisões das duas Comissões. Até o momento o requerimento não foi a votação.

O movimento de mulheres se fortaleceu com a mobilização para a redação da nova Constituição, promulgada em 1988. De acordo com Blay (1987, p. 45-46), se não houvesse os Conselhos "[...] certamente não existiria o avanço na implantação de uma nova mentalidade e politicamente não se teria nenhuma organização de pressão sobre a formulação da nova Constituição". A conquista de novos direitos de cidadania para as mulheres na Constituição Federal de 1988 repercutiu favoravelmente na elaboração das Constituições Estaduais e nas Leis Orgânicas Municipais. Muitos dos direitos garantidos na Constituição Federal de 1988 necessitam ainda hoje de regulamentação para se transformarem em realidade, o que continua sendo tarefa do movimento feminista e de seus/suas aliados/as nos âmbitos legislativos e executivos, sejam estaduais ou municipais.

Desta forma, é fundamental, para a efetivação desses direitos nos municípios brasileiros, a participação política efetiva das mulheres, principalmente como candidatas na política e, sendo eleitas, lutando para defender estas bandeiras. Vale ressaltar que os direitos contemplados na Constituição e o movimento para consegui-los e assegurá- los não resultou, todavia e mesmo hoje, em aumento expressivo da representação feminina na política. A quantidade de mulheres eleitas vem crescendo no Brasil, mas o processo tem sido muito lento. Nos anos de 1990, vimos a adoção de algumas medidas que visaram o aumento da participação política da mulher, como a Lei de Cotas e a já referida campanha Mulheres sem medo do poder.

De acordo com Avelar (2002), o Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de São Paulo, por exemplo, estimulou as mulheres inscritas nos partidos a se candidatarem a cargos eletivos. Nas eleições municipais de 1996, com a aprovação da Lei das Cotas para candidaturas femininas, empreendeu-se a campanha Mulheres sem medo do poder, promovendo seminários de capacitação política em vários estados e cidades do Estado de São Paulo. Através de cursos, palestras e do envio de uma cartilha informativa sobre uma campanha política, procuraram ajudar as mulheres a construir um discurso mais unificado de lutas a respeito dos problemas do município e, também, contemplando os problemas mais focados nas mulheres e tratados na Plataforma de ação aprovada na IV Conferência sobre a Mulher de Beijing. A campanha foi reeditada, com a adesão do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, nos meses que antecederam as eleições de 1998.

Como relatado, a partir da redemocratização, o movimento feminista brasileiro ganhou novos rumos na luta política e isto se consolidou através e por intermédio da criação das Redes e ONGs feministas. Uma parte substantiva de sua atuação passou a se desenvolver através de grupos temáticos que discu-

tiam, principalmente no Brasil, os temas da violência contra a mulher e da saúde da mulher (dos direitos sexuais e direitos reprodutivos). Outra parte se inseriu nos ambientes universitários e acadêmicos e outras passam a integrar os diferentes partidos políticos. Também caberia aqui destaque à criação, no âmbito do poder executivo, da Secretaria Especial sobre o tema dos direitos das mulheres no âmbito do governo federal, a exemplo do governo Fernando Henrique Cardoso (2002) e, mais recentemente, do governo Lula (2003). Ressaltando-se que o primeiro organismo vinculava-se ao Ministério da Justiça e não tinha status ministerial e o segundo ligado à Presidência da República e com status ministerial. A atuação das mulheres começou a se modificar a partir da atuação do movimento feminista que procurou investir esforços nas transformações necessárias para alterar o padrão tradicional e assimétrico de relações de gênero, fazendo com que as mulheres se tornassem "sujeitos políticos do processo de transformação social":

> "Para se pensar em uma esfera política igualitária é importante pensar no acesso a essa esfera pública, caso contrário, as desigualdades e discriminações existentes na sociedade vão funcionar como impedimentos invisíveis e a dificuldade de participação pode ser percebida como um atributo das mulheres. Isto é, a desigualdade social perversamente se transforma em um déficit do sujeito" (AVILA, 2001, p. 16).

No processo de afirmação e difusão do feminismo, também o Poder Legislativo no Brasil vem sendo sensibilizado, assumindo posicionamentos em alguma medida afinados com a pauta dos movimentos de mulheres e feministas. A agenda dos trabalhos legislativos tem contemplado parcialmente a discussão sobre a construção da cidadania das mulheres, da igualdade de gênero e da equidade de gênero, especialmente desde a última década do século XX, e a interlocução deste poder com os movimentos vem sendo frutífera, ainda que algumas limitações possam ser evidentes. Contudo, a imensa desigualdade de gênero, no que tange à representação feminina em cargos de decisão e de poder e, em especial (mas não só), nas esferas do Legislativo brasileiro - nacional e sub-nacionais - (eixos sobre os quais pretendemos tratar mais detalhadamente nesta Cartilha), que descrevemos a seguir, tem a intenção de situar um enquadramento para que se justifique a urgência do reforço nas candidaturas e nas campanhas femininas no Brasil de hoje. Como nos diz Ávila (2001, p. 11):

> "Entre o reconhecimento das mulheres como sujeitos da democratização do regime político no Brasil e a democratização da participação política nas esferas de poder, com a inclusão real das mulheres, há uma grande diferença".

É verdade que as mulheres organizadas e mobilizadas vêm tentando vencer e ultrapassar as dificuldades da baixa participação feminina na política institucional. Desde a luta pelo sufragismo universal, no início do séc. XX, até o momento da adoção das políticas de cotas nos partidos políticos no Brasil, em 1995 (entrando em vigor já nas eleições de 1996), o desenho institucional da participação e representação políticas femininas vem sendo alvo de mudanças, mas a passos muito lentos e desproporcionais em relação a outras conquistas efetivadas.

O tema do acesso das mulheres ao poder vem ocupando espaço na agenda das pesquisas e dos movimentos feministas na última década. Merece ser destacado que foi este o eixo central da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres no ano de 2007, em todo o país. Mas as estatísticas sobre participação/representação por sexo nos parlamentos continuam a indicar enorme e consistente sub-representação das mulheres nas instâncias de decisão política, que segundo Araújo (2001, p. 1) vêm "tornando-se emblema do déficit gerado pela exclusão histórica de que elas foram alvos, ao mostrarem que o quadro atual ainda está longe de um patamar mais equitativo". Vamos procurar revelar os meandros por onde se articulam as condições de possibilidade para a efetivação de tal déficit, bem como problematizar o papel das instituições (e de suas regras), dos movimentos e das próprias mulheres em todo este processo.

O alvorecer do século XXI traz para o movimento feminista o tema da participação política das mulheres nas esferas de decisão do Estado, passando a entender a participação paritária institucional como um dos eixos mais importantes - e ainda intocados - rumo a uma sociedade mais justa e equânime no que tange às questões de gênero. Gostaríamos de destacar que o reconhecimento deste tema representa mais do que apenas um deslocamento de agenda, trata-se de uma nova fase para os movimentos feministas no Brasil: já há a percepção de que a participação política e a atuação dentro das esferas do Estado é uma estratégia de grande importância para a busca de uma sociedade mais justa, levando-se em conta os instrumentos de controle de políticas públicas que visem à reparação de desigualdades de uma forma mais eficaz que as velhas formas de manifestação. É claro também, mesmo que de um lado tenhamos uma guinada do movimento rumo à participação política mais significativa, que temos principalmente as novas configurações do Estado que permitem que as reivindicações - antes não canalizadas - passem a encontrar ouvidos atentos que, nos idos dos anos 70, não estavam presentes da forma como hoje se apresentam. Por estes deslocamentos importantes, tanto no ternário, quanto na forma organizativa e, sobretudo, na forma de se estabelecerem as relações entre Estado, movimentos feministas e de mulheres e sociedade, é que nos aventuramos à possibilidade de pensar esta suposta "quarta" onda recente do feminismo no Brasil (e talvez para na América Latina) .

Esta quarta onda poderia ser demonstrada através: (1) da institucionalização das demandas das mulheres e do feminismo por intermédio da elaboração, implantação e tentativas de monitoramento e controle de políticas públicas para as mulheres que tenham claramente o recorte racial, sexual e etário, bem como a busca mais efetiva do poder político, inclusive o parlamentar; (2) da criação de novos mecanismos e órgãos executivos de coordenação e gestão de tais políticas no âmbito federal e nos âmbitos estaduais e municipais; (3) os desdobramentos oriundos da institucionalização com a criação das ONGs, Fóruns e das redes feministas e, em especial, sob a influência das inúmeras redes- comunicativas do feminismo transnacional e da agenda internacional das mulheres; e, finalmente e ainda mais importante, (4) um novo frame para a atuação do feminismo, desta vez numa perspectiva trans ou pós-nacional que deriva daí um esforço sistemático de atuação em duas frentes concomitantes: uma luta por radicalização anticapitalista através do esforço de construção da articulação entre feminismos horizontais e uma luta radicalizada pelo encontro de feminismos no âmbito das articulações globais de países na moldura Sul/Sul.

Tem sido através de muita sensibilidade em relação às dinâmicas do poder e da necessidade de se lutar mais por ele (e agora menos por uma agenda de direitos, tais como: o direito de votar e ser votada, ao divórcio, às leis de proteção contra a violência de gênero, como a Lei Maria da Penha, à saúde integral etc.) que passou a ser possível prenunciar o começo expressivo de um esforço de transversalização das forças de todos os matizes dos feminismos brasileiros e latino-americanos. Já no final dos anos 90 e início dos anos 2000, um número crescente de feministas começa a enxergar, especialmente nos partidos políticos e nos órgãos do Legislativo e do Executivo, espaços potencialmente viáveis para a atuação feminista. Erigindo-se como algo que pode ser descrito como um movimento em rede formado por múltiplos nós de mulheres ou a partir de diferentes "comunidades de políticas de gênero" (como tem sido mais comum se referir no Brasil), o feminismo em parte significativa dos países da região latino-americana e no Brasil da atualidade não só foi transversalizado - estendendo-se verticalmente através de diferentes níveis do governo, atravessando a maior parte do espectro político e engajando-se com uma variedade de arenas políticas aos níveis nacionais e internacionais -, mas também se estendeu horizontalmente, fluiu horizontalmente ao longo de uma larga gama de classes sociais, de movimentos que se mobilizam pela livre expressão de experiências sexuais diversas e também no meio de comunidades étnico-raciais e rurais inesperadas, bem como de múltiplos espaços sociais e culturais, inclusive em movimentos sociais paralelos.

Uma heterogeneidade crescente passou a caracterizar os feminismos no Brasil e em toda a região latino-americana (ALVAREZ, 2000), conformando-se no momento que estamos tentando defender como

expressivo de uma "quarta" onda feminista no país. Tal difusão feminista, iniciada e desdobrada da fase anterior, tem produzido muitas consequências políticas e culturais através de vários caminhos e já é possível identificar casos emblemáticos: o do Sindicato dos Bancários no Brasil, onde grupos de mulheres dentro de um movimento de classe empreenderam a luta "desde dentro" para influir no próprio movimento, encontros entre o feminismo acadêmico e alunas de cursos de capacitação política para mulheres candidatas na esfera político-legislativa, o movimento em franca expansão das mulheres agricultoras e rurais, as Promotoras Legais Populares do Brasil, os movimentos negros e de mulheres negras, assim como também as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres no Brasil que reuniram, em 2004 e 2007, mais de 3 mil mulheres. Também seria possível incluir aqui experiências internacionais como a das piqueteras e dos Encuentros Nacionales de Mujeres (ocorrendo anualmente na Argentina e que contam com a participação de mais de 20.000 mulheres), do movimento estudantil e, possivelmente, do Mapuche e/ou dos movimentos ambientais no Chile, assim como dos movimentos indígenas e grupos LGBT no Peru.

Num outro regime de esforços, é possível também perceber a tentativa de produção de encontros regionais feministas que desobedecem à lógica hegemônica e tradicional "do centro para a periferia" ou do "Norte para o Sul": refiro-me aqui especialmente a estratégias como os encontros de mulheres no âmbito do Fórum Social Mundial em nível regional e em sintonia com todos os países do Sul e a recente criação da Universidade Popular dos Movimentos Sociais - UPMS (SANTOS, 2008), que se realizou em 2009 através de oficinas e ações implementadas recentemente no Brasil pelo Centro de Estudos Sociais da América Latina (CES/AL). A UPMS - Rede Global de Saberes é um espaço de formação intercultural que promove um processo de interconhecimento e auto-educação com o duplo objetivo de aumentar o conhecimento recíproco entre os movimentos e organizações e tornar possíveis coligações entre eles e ações coletivas conjuntas. Ela também se constitui um espaço aberto para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas (inclusive feministas), a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades, de cientistas sociais e movimentos sociais locais, nacionais e globais que se opõem ao neoliberalismo e que desejam apostar na possibilidade de se reconstruir o próprio saber científico. Este segundo conjunto de esforços, muito recentes, visa consolidar articulações político-institucionais entre países e entre feministas de distintos países a partir de ações estruturadas no Sul e numa lógica de operação global "de baixo para cima", ou seja, gerida no Sul e direcionada do Sul para o Norte global.

É desta forma que consideramos de importância indiscutível que o tema da inclusão das mulheres nos espaços de poder e, mais especificamente, das mulheres de partidos políticos candidatas nas eleições, seja foco central de esforços de nova compreensão e de retomada. São estes esforços que poderão consolidar e concretizar os estruturais avanços conquistados até agora, todos eles, sem dúvida, sob um regime duro de muita resistência, luta e opressão.

RESUMINDO...

Elementos significativos da fase pré-Constituinte de 1988:

- A participação das mulheres na luta contra a ditadura e pela redemocratização do País;
- A participação efetiva das mulheres no Movimento contra a Carestia, conhecido como "das panelas vazias";
- A efetiva participação das mulheres na luta por creches;
- Criação do Movimento Feminino pela Anistia (1975);
- Fundação do Centro da Mulher Brasileira (1975);
- A criação do Jornal Brasil-Mulher (1976);
- Anos 80 - institucionalização de vários Núcleos de pesquisa sobre mulheres e feminismo nas

universidades brasileiras;

- Lançamento do periódico O Mulherio (1981).

Papel importantíssimo desempenhado pelas mulheres no processo constituinte de 1988: presença forte do "lobby do Batom".

Elementos significativos da fase pós-Constituinte de 1988:

- As mulheres passam a ocupar importantes lugares na mídia, na economia, na vida político-partidária e política do país, na educação etc.

Década de 90: realização de várias Conferências Mundiais pela ONU:

- Conferências sobre a mulher realizadas até o momento: I Conferência Mundial Sobre a Mulher, 1975, Cidade do México (México), II Conferência Mundial Sobre a Mulher, 1980 em Copenhague (Dinamarca), III Conferência Mundial Sobre a Mulher, 1985, em Nairóbi (Quênia) e a IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, 1995, em Pequim/Beijing (China).
- Outras conferências importantes: II Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992, Rio de Janeiro (Brasil); II Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, 1993, Viena (Áustria); III Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, 1994, Cairo (Egito); I Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, 1995, Copenhague (Dinamarca); II Conferência Internacional sobre Assentamentos Humanos, 1996, Istambul (Turquia); III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, 2001, Durban (África do Sul).

Articulação de mulheres brasileiras na elaboração de documentos e demandas para as conferências e a elaboração das Convenções e Tratados internacionais e o avanço na luta pelos direitos humanos das mulheres.

A Lei de Cotas no Brasil (1995): a não obrigatoriedade ou não sanção pelo seu cumprimento.

Anos 2000:

- A luta contemporânea das mulheres brasileiras e latino-americanas contra o neoliberalismo - resgate das redes internacionais do feminismo e da experiência de um feminismo horizontalizado, que busca articulação com os outros vários movimentos sociais.
- Realização das Conferências Nacionais de Política para as Mulheres (a Primeira em 2004 e a segunda em 2007);
- Criação do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos (2006);
- A Construção de uma Plataforma política feminista para o país a partir da elaboração coletiva e participativa do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, com o apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres, tendo como base o II Plano Nacional de Política para as Mulheres (2008);
- Instituição, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Comissão Tripartite para analisar a Reforma Política e a Reforma da Lei Eleitoral (2009);
- Revisão e aprovação da Lei Eleitoral, que passa a instituir a obrigatoriedade dos Partidos destinarem 10% do horário obrigatório de rádio e TV para as mulheres, 5% da verba do Fundo Partidário para a capacitação de mulheres e a obrigatoriedade dos partidos em preencher a cota de 30% nas chapas eleitorais.

O FEMINISMO BRASILEIRO E SUAS FORMAS

Jô Moraes,
Brasília, Maio de 2012.

O movimento de mulheres no Brasil, particularmente suas entidades e articulações feministas têm experimentado importantes modificações em suas formas organizativas. No momento presente, poucas são as entidades estruturadas nacionalmente com caráter de ação de massas, predominando, na fase atual do feminismo brasileiro as articulações e redes temáticas como expressões orgânicas desse movimento.

Rodando pelo país como presidente da CPMI da Violência Contra a Mulher é possível verificarse esse fenômeno através das reuniões que são feitas com o movimento de mulheres em cada estado. Há uma presença bem diversificada de núcleos de estudos, grupos feministas de prestação de serviços, redes temáticas, militantes partidárias organizadas e representantes do movimento sindical. Enquanto movimento ou entidade de caráter nacional vem comparecendo, na maioria das reuniões, a União Brasileira de Mulheres, a Marcha Mundial, a Rede Feminista de Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos e de forma menos frequente, a Liga Brasileira de Lésbicas. Embora sejam essas as organizações que têm comparecido às audiências da CPMI, atuam no plano nacional outras entidades com diferentes focos de preocupação, como a Articulação das Mulheres Brasileiras, a Confederação Brasileira de Mulheres, as Mulheres de Carreira Jurídica, as Mulheres de Negócio, o Fórum de Mulheres do Mercosul, o CFMEA, a Articulação Nacional de Organismos Partidários, entre outras.

À luz da experiência, pode-se fazer uma comparação das diferenças existentes entre esses movimentos e demais organizações populares do nosso país, como as entidades sindicais, corporativas e estudantis. Estas entidades têm uma estabilidade e duração nas suas estruturas organizativas bem diferentes do movimento de mulheres e movimento feminista. A maioria delas tem mais de meio século de existência.

Percebe-se que, a cada mudança em suas demandas prioritárias, os movimentos de mulheres e movimentos feministas apresentam novas formas de organização correspondendo às necessidades do momento. Temos exemplos variados sobre esse fenômeno que ocorre, inclusive com certos movimentos de mulheres que, embora não assumindo bandeiras feministas, atuam de forma organizada. É o caso do Movimento das Donas de Casa, que defende os direitos do consumidor, de destacada atuação na sociedade durante certo tempo. É o caso também, em alguns estados onde não havia rede pública que atendesse a criança de 0 a 6 anos, do Movimento de Luta Pró-Creche, existente em algumas periferias das grandes cidades.

Debruçar-se sobre o fenômeno da instabilidade estrutural, pulverização e multiplicação orgânica dos movimentos de mulheres e movimentos feministas é o caminho para uma melhor definição das estratégias de luta.

Para referenciarmos na experiência apenas a partir do século passado, comecemos com o sufragismo e sua forma de “movimento”, predominantemente inorgânico, em torno do direito ao voto feminino. Lembremos a Federação Brasileira de Mulheres, entidade de meados do século passado que se integrou à luta democrática e nacionalista existente no país com a Segunda Guerra. Há pouco registro da luta organi-

zada das mulheres em torno de suas bandeiras específicas no período que vai de Juscelino aos primeiros anos 60 quando ocorreu o golpe militar.

Durante a fase ditatorial e depois, na transição democrática, período esse que durou quase duas décadas, as mulheres se incorporaram às diversas formas de resistência à ditadura, das organizações revolucionárias que realizaram a luta armada até as expressões de resistência cultural. Nesse processo, assumiu relevância o Movimento Feminino pela Anistia, sua expressão orgânica mais específica.

O Movimento Contra a Carestia, estruturado majorita ria mente por mulheres, corresponde à transição democrática e se articulava em torno de bandeiras econômicas, particularmente dos altos preços do custo de vida e das perdas inflacionárias do período.

É nessa fase que surgem com muita força e de forma mais estruturada os grupos e organizações feministas que contribuem para a intensificação do debate teórico em torno da opressão de gênero. Ao mesmo tempo, as lideranças sindicais femininas começam a batalha para que suas reinvindicações específicas sejam incorporadas às pautas de negociação e se criem espaços de representação feminina nas diretorias das entidades.

A redemocratização do país, embora limitada no seu alcance, pela direção conservadora que predominou no período, possibilitou o surgimento de inúmeras entidades, movimentos e grupos com bandeiras que representavam os anseios das brasileiras. Foi a partir desse período que se fortaleceu o movimento feminista.

Desencadeia-se um intenso debate teórico sobre o feminismo e suas diferentes concepções. Os núcleos de estudos criados nas universidades federais contribuíram destacadamente para isso. Esta foi uma fase onde ocorreu um grande número de mobilizações nas ruas e em plenárias nacionais acompanhando a dinâmica do movimento feminista global. A intensificação da atividade pública se dá, particularmente a partir dos encontros mundiais que se realizaram após o Ano Internacional da Mulher, em 1975, e da redemocratização do país. As mais destacadas movimentações se deram em defesa dos direitos da mulher na constituinte, o chamado “Lobby do Batom”, em 1988, quando uma grande polêmica se deu em torno da licença maternidade de 120 dias. Deram-se também no enfrentamento à violência contra a mulher com o movimento “Quem Ama Não Mata” em suas diferentes expressões pelo país a fora.

O novo momento da democracia brasileira, com a eleição de Lula, impõe maior protagonismo da sociedade para subverter os valores estratificados do período neoliberal anterior. A reeleição de um operário para conduzir o governo do país significou a confiança da parte excluída da população brasileira, em buscar seus próprios caminhos para superar os impasses do seu desenvolvimento e suas desigualdades seculares.

No que se refere às demandas femininas passa a ter prevalência a luta pela incorporação das mulheres nas instâncias de poder e a criação de políticas públicas de gênero como componente decisivo da democratização da estrutura política do Estado brasileiro. Os primeiros movimentos se dão com a aprovação de cotas para as chapas proporcionais através das leis 9.100/95 e 9.504/97. Este processo ganha mais um componente com a aprovação, nas mudanças da legislação eleitoral de 2009, da indicação de recursos do fundo partidário para atividades de formação das mulheres pelos partidos políticos e de tempo de TV para lideranças femininas.

É um período onde as organizações que conduzem essa luta são predominantemente a militância

partidária através de suas parlamentares, suas secretarias e departamentos dos partidos políticos além das entidades de consultoria como a CFMEA, as Redes e Articulações de Mulheres de caráter nacional.

Passos significativos são dados na incorporação de políticas de gênero nas instâncias de poder. São aprovados o Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres e o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, durante o governo do presidente Lula. Reproduzem-se os organismos específicos para implementação de políticas de gênero nas estruturas administrativas, embora em número muito limitado. É um período em que as entidades feministas e os órgãos públicos se aproximam através da integração, em estruturas do estado, de seus melhores quadros.

A eleição da primeira presidenta da república, a presença de 10 mulheres nos seus principais cargos coloca, cada vez mais em evidência, a bandeira da inclusão da mulher nas instâncias de poder. Ao mesmo tempo, assume uma visibilidade grande a luta pelo enfrentamento à violência contra a mulher, em decorrência da visibilidade do tema com o acirramento da crueldade dos crimes cometidos e com as exigências de que o estado brasileiro assuma suas responsabilidades previstas em lei.

Na recomposição da experiência desse último século, alguns ensinamentos poderão ser tirados:

a) Na maioria dos momentos em que o país sofreu ameaças autoritárias ou anti- nacionais, as mulheres se incorporaram aos movimentos democráticos e nacionalistas, cujos exemplos maiores foram a Federação Brasileira de Mulheres e o Movimento Feminino pela Anistia e cuja excepcionalidade foi a Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade;

b) A consciência da opressão específica da mulher e sua expressão em lutas organizadas surgem, especialmente, a partir do período de redemocratização. E têm nos grupos e entidades feministas os protagonistas de seu aprofundamento e de suas mobilizações;

c) A experiência indica que, os grandes movimentos incorporados pelas mulheres em estruturas específicas se dão: em tomo de bandeiras democráticas e nacionais; em torno de sua inclusão nas instâncias de poder e de demandas de políticas de gênero; em torno das reivindicações das trabalhadoras em apoio à sua maternidade e contra o assédio moral; em torno de seus direitos sexuais e reprodutivos; e em torno do enfrentamento à violência contra a mulher. As demais bandeiras específicas se dão de forma pontual e fragmentada.

d) As organizações e entidades de mulheres têm, na sua trajetória, uma marca de ampla diversidade e instabilidade estrutural. Apresentam ciclos de mobilizações que são impulsionados por fatos ou situações concretas de um determinado período. A força dessas movimentações depende da capacidade de se articularem entre diferentes organizações.

Analisando todo esse processo as entidades emancipacionistas deverão levar em conta essas particularidades estabelecendo sua pauta em consonância com a experiência, compreendendo a necessidade de articulação com outras entidades da sociedade civil e buscando enfrentar a tendência à instabilidade estrutural com a formação de um sólido núcleo de direção.

BSB, 15 de maio de 2012

Jô Moraes

POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO NA CHINA: DESAFIOS PARA O FUTURO

Marcos Caramuru de Paiva e Fabiane Medeiros,
Revista Mundo Afora, Políticas de promoção da igualdade de gênero, nº7,
Brasília, junho de 2011, Publicação do Ministério das Relações Exteriores.

A partir da fundação da República Popular da China em 1949, a mulher ascendeu nas esferas social e econômica. Foram-lhe dados direitos políticos, econômicos e socioculturais. Na China comunista, a mulher passou a ter direito a salário igual ao dos homens, direito a solicitar divórcio, herdar bens. Foram proibidos os casamentos arranjados, sem o seu consentimento.

Não é exagero dizer que, até então, a mulher vivia em pleno regime feudal, iniciado havia mais de 2.000 anos, quando registros históricos sobre mulheres existiam somente se elas tivessem causado algum problema para os homens. Até a fundação da Nova China, em 1949, a função da mulher era determinada essencialmente por expectativas e necessidades alheias a ela: dos seus pais, na juventude, dos seus maridos, quando casadas, e dos seus filhos, quando viúvas. Até o início do século passado, o símbolo mais evidente da submissão da mulher era a prática da bandagem dos pés, que impedia o desenvolvimento físico normal, e tolhia a liberdade de movimentos, de modo a que as mulheres ficassem confinadas à casa.

A partir de 1949, o governo adotou o modelo de administração baseado em planos quinquenais de desenvolvimento, nos quais são estabelecidas metas econômicas e sociais e a definição das reformas necessárias para atingi-las. O planejamento quinquenal é delineado pelo Partido Comunista e aprovado pelo Congresso do Povo, que se reúne anualmente por um período de 15 dias. Nos anos 1990, no contexto das discussões estratégicas de longo prazo, foi estabelecido o Programa Decenal para Desenvolvimento das Mulheres Chinesas, com o fim de promover e proteger os direitos e interesses das mulheres em seis áreas específicas: economia, política, educação, saúde, direito e meio ambiente.

No Programa de 2001 a 2010, buscou-se encorajara mulher chinesa a lutar pelo seu espaço por meio de participação mais efetiva na economia e no processo de desenvolvimento social. Para cada uma das seis áreas específicas anteriormente alinhadas, o governo criou metas, como, por exemplo, garantir que ao final do programa as mulheres ocupassem 40% dos postos de trabalho, assegurar a alfabetização de 85% de mulheres adultas e de 95% das meninas em idade escolar. Cabe às províncias, de acordo com suas condições locais, alinhar suas políticas públicas de desenvolvimento para as mulheres aos objetivos traçados pelo programa, de modo a garantir uma execução homogênea em todo o país.

Departamentos do governo, organizações sociais integrantes da Comissão Nacional e outros órgãos relevantes são obrigados a submeter anualmente relatórios com os dados obtidos no acompanhamento do programa. Esses dados são analisados pelo Escritório Nacional de Estatística e indicam pontos a serem ajustados em futuros planos de desenvolvimento.

O 12° Planejamento Quinquenal (2011-2015): incorpora 15 novas metas no âmbito das políticas para a mulher, entre elas a redução de cesarianas e dos índices de violência doméstica. Isso porque, segundo a Organização Mundial de Saúde, atualmente na China mais da metade dos partos são cirurgias cesarianas, e 25% delas seriam desnecessárias. O aumento do número de cesarianas, passando de 5% dos partos, na década de 1960, para 60%, em 2010, foi, em larga medida, motivado pela busca de um parto

ágil e indolor, ou pela consulta a adivinhos para escolher o dia favorável para o nascimento, conforme as superstições existentes na cultura chinesa. Incentivos financeiros para os hospitais e equipes envolvidos também contribuem para o número de cesarianas.

Outro tema objeto do Planejamento Quinquenal refere-se à violência doméstica contra as mulheres. Pesquisa realizada por instituto jurídico local constatou que, em pelo menos um terço dos lares, já se registrou algum ato de violência doméstica, sendo que 85% deles são contra mulheres. Surpreendentemente, apenas 5% das pessoas pesquisadas responderam estar infelizes nos seus casamentos, porque na opinião de muitas delas a violência doméstica é algo "normal" na vida dos casais. Assim como no Brasil, fatores econômicos e sociais, como a vergonha ou o medo de represálias dos seus parceiros, limitam o número de denúncias contra os agressores.

Para a implementação e acompanhamento dos projetos delineados pelo plano, o governo central chinês conta com o apoio de outras instituições e de organizações não governamentais.

Uma delas é a Comissão Nacional de Trabalho para Mulheres e Crianças, que executa e monitora o Plano Decenal. Fundada em 1990, a comissão é composta por representantes de 33 ministérios, entre eles os Ministérios das Relações Exteriores, Segurança Pública, Educação, e Justiça. Cabe aos representantes realizar gestões para que sejam criadas e promovidas leis, políticas, estatutos e medidas para a defesa da causa das mulheres e crianças, com a destinação de verbas para a implementação de projetos.

Outra entidade é a Federação Nacional da Mulher Chinesa, atualmente a maior organização não governamental que atua pela causa das mulheres. Fundada em 1949, a Federação Nacional busca unir e mobilizar as mulheres de modo a fazê-las participar da construção econômica e do desenvolvimento social, além de atuar em diversos setores da sociedade chinesa. Uma das mais importantes ferramentas de que a federação dispõe é um grande portal de informações na internet, bilíngue e atualizado diariamente. Além disso, a federação organiza, a cada cinco anos, o Congresso Nacional de Mulheres, com sua décima edição realizada em 2008, e leva mulheres de todas as províncias da China a propor e debater itens para serem inseridos no Plano Decenal.

Para entender a preocupação do governo central em relação à mulher, é necessário compreender também a composição, a estrutura e os valores que norteiam a vida da família chinesa. No centro desses valores está a ideia de unidade. A própria unidade chinesa é frequentemente concebida como a da unidade das múltiplas células familiares. Há razões históricas para isso. Como resultado da trajetória do país, o chinês aprendeu a confiar, sobretudo, nele mesmo e na sua família direta. Além disso, num país em que a maioria expressiva das pessoas não abraça uma religião, os valores éticos provêem essencialmente da família.

O núcleo familiar chinês tradicional - hoje ainda frequentemente visto, sobretudo nas áreas menos modernas - é formado por três gerações residindo sob o mesmo teto. O casal vive com os pais do marido, que ajudam na criação dos netos. O filho do sexo masculino sempre teve uma importância simbólica arraigada desde a idade feudal. No filho homem concentrou-se e, em alguma medida, ainda se concentra a obrigação ética de manter seus pais quando idosos, prover-lhes abrigo, alimentação, e garantir-lhes um enterro nobre, além de dar prosseguimento ao sobrenome da família. A criança é registrada apenas com o sobrenome paterno. Já a menina, após o casamento, passa a pertencer primordialemente à família do marido, sem dar auxílio prioritário aos seus pais. Sua obrigação primária, no contexto familiar, passa a ser a obrigação com os sogros.

A partir de 1949, alguma flexibilidade foi introduzida nesse comportamento quanto aos filhos homens. Mas em áreas mais atrasadas ainda existe a preferência natural por filhos do sexo masculino. E, dado que a maioria da população chinesa ainda vive em áreas rurais, frequentemente a lei cede lugar ao pragmatismo e à tradição de privilegiar filhos homens. Há, inclusive, consequências demográficas derivadas da preferência de casais por filhos homens.

Em meados dos anos 1980, a população chinesa já ultrapassava a marca de um bilhão de pessoas. Preocupados com a administração nos moldes socialistas dessa grande massa humana, o governo central lançou o "Documento n° 1", conhecido como a "política do filho único". Essa medida, ainda válida nos dias atuais nas áreas urbanas, limita o número de filhos a um por casal, prevendo-se a aplicação de multas e outras restrições àqueles que violam a lei.

Para evitar o infanticídio e o risco de abandono das filhas recém-nascidas, o governo adotou práticas duras. A principal delas foi proibir a seleção pré-natal do sexo. Hospitais chineses são proibidos de divulgar o sexo do bebê. Isso ocorre porque na China a prática do aborto é permitida até o sétimo mês de gravidez.

O resultado da escolha do sexo para cumprir os requisitos de um único filho em anos anteriores gerou hoje um desequilíbrio de gênero na sociedade chinesa. Em algumas províncias essa diferença já chega ser de 130 homens para cada 100 mulheres. Uma projeção feita pela Academia de Ciências Sociais afirma que, com base na análise feita com adolescentes menores de 19 anos, haverá 24 milhões a mais de homens em idade de casamento do que mulheres no ano 2020.

Há também desequilíbrios sociais. Segundo a Associação de Controle Populacional (China Population Association), existe risco de que mulheres sejam vítimas do tráfico para o objetivo de casamentos forçados, prostituição e pornografia. Em 2009, o Escritório de Segurança Pública da província de Zhejiang investigou cerca de 200.000 casamentos envolvendo mulheres de outras partes do país. A investigação descobriu que cerca de 36.000 (18%) desses casamentos foram resultado de sequestros de mulheres provenientes de províncias pobres, como Yunnan, Guizhou, Sichuan e HubeL O impacto da diferença entre o número de homens e mulheres não atinge apenas a esfera social. No mercado de trabalho, há casos de indústrias do setor têxtil que tiveram que fechar suas portas ou trocar o ramo de atuação, em razão da redução da oferta de mão de obra feminina.

O governo está atento a essas mudanças, tanto que algumas províncias foram liberadas para criar exceções à política do filho único. Há maior flexibilidade para as minorias étnicas chinesas do que para membros da etnia majoritária Han. Há também maior flexibilidade para famílias residentes em áreas rurais, em comparação com as que vivem nas cidades. Em áreas urbanas, como Xangai, já na segunda geração de filhos únicos, se o casal for integrado por filhos únicos, ele adquire o direito garantido de ter 2 filhos, sem penalidade.

Mas o desejo pelo filho homem começou a mudar nos últimos anos. Muitos casais, principalmente nas grandes cidades, já torcem para que o bebê seja uma menina. Não só porque se sentem mais protegidos se a filha for mulher, mas, em alguns casos, também por razões econômicas. Questionada sobre a opção pela filha, uma jovem chinesa recentemente respondeu: "Nos dias de hoje, é mais barato ter uma filha menina. Isto significa que quando ela for casar, não precisarei pagar pela comprar do apartamento!" Ainda hoje, a prática do dote é residual e disfarçada: para pedir a mão da jovem em casamento, o noivo de classe média busca ter a sua própria residência - e, se possível, com espaço suficiente para abrigar os pais e lhes dar a tarefa de cuidar do neto.

Na China de hoje, valores tradicionais convivem com práticas sociais novas, numa realidade perma-

nentemente cambiante. Não é possível delinear com clareza como se comportará a sociedade futura diante dos temas que estão na tradição das famílias. Mas uma coisa é certa: as mulheres ocupam um lugar de peso na sociedade, no governo e na própria vida familiar. Numa família de classe média é até comum que as mulheres tenham a gestão dos recursos financeiros da família. Os maridos lhes entregam regularmente os salários. E onde as tradições ainda vigoram em detrimento do papel da mulher há sinais evidentes de mudança nas políticas, nos grupos sociais organizados e, sobretudo, no comportamento individual.

Marcos Caramuru de Paiva é Cônsul-Geral do Brasil em Xangai.

Fabiane Medeiros é funcionária do Consulado-Geral do Brasil em Xangai.

PCdoB